

O ARCHEOLOGO  
PORTUGUÊS

Obra composta e impressa na Imprensa Nacional  
Edição e propriedade do Museu Etnológico Português

# O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

---

COLEÇÃO ILUSTRADA DE MATERIAIS E NOTÍCIAS

PUBLICADA PELO

MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS

---

REDATOR — J. LEITE DE VASCONCELOS

---

VOL. XXI



PREISTÓRIA — EPIGRÁFIA



ARMAS MATEMÁTICA — ARTE ANTIGA

*Veterum volvens monumenta virorum*

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1916

## SUMÁRIO

- OS PERGAMINHOS DA CÂMARA DE PONTE DE LIMA: 1.  
RUÍNAS DE RUÍNAS OU DESTROÇOS IGEDITANOS: 18.  
OS REGISTOS DE SANTOS: 30.  
A VILA E CONCELHO DE FERREIRA DO ZÉZERE: 95.  
MOSAICOS ROMANOS DE PORTUGAL: 142.  
EPIGRAFIA BRAGANÇANA: 145.  
ASA DE SÍTULA: 150.  
ENTRE TEJO E ODIANA: 152.  
ANTIQUITVS: 195.  
O PRIMEIRO «PRESÉPIO» DE LISBOA CONHECIDO (SÉC. XVII): 229.  
ANTIGUIDADES DE TOMAR: 231.  
VISITAS DE ESTUDO: 231.  
PINTURAS PARIETAIS EN CAPELAS MEDIÉVICAS: 244.  
CONIMBRIGA: 252.  
UNE GENOCHOÉ EN BRONZE RENCONTRÉE À RIO-MAIOR: 264.  
NÓTULAS NUMISMÁTICAS: 271.  
NOTAS EPIGRÁFICAS: 316.  
APONTAMENTOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE MARCO DE CANAVESES: 319.  
SÔBRE ALGUNS OBJECTOS PROTOÍSTÓRICOS E LUSITANO-ROMANOS, ESPECIALMENTE DE ALPIARÇA E SILVÃ: 331.  
SUR UN MOULE POUR FAUCILLES DE BRONZE PROVENANT DU CASAL DE ROCANES: 337.  
MISCELÂNEA ARQUEOLÓGICA: 343.  
BIBLIOGRAFIA: 367.  
NECROLOGIA: 367.
- 

Este fascículo vai ilustrado com 134 estampas.

# O ARCHEOLOGO PORTUGUÊS

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO

## MUSEU ETHNOLOGICO PORTUGUÊS

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA

---

VOL. XXI      JANEIRO A DEZEMBRO DE 1916      N.º 1 A 12

---

### Os pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima

(Continuação. Vid. *O Arch. Port.*, xv, 5)

#### XXX

(9 de Dezembro de 1460)

Certidão de dois capítulos das cōrtes de Évora de 1460, a requerimento do procurador do concelho de Ponte de Lima, cujo nome não vem publicado, tendo ficado no logar próprio espaço em branco para o meter.

Os capítulos são gerais ao Entre-Douro-e-Minho, e a certidão é dada em Évora a 9 de Dezembro de 1460.

1.º Manda-se que os anadéis dos bēsteiros do conto não estejam presentes à nomeação dos mesmos bēsteiros, nem tirem por sua autoridade inquirições sobre eles, e depois de nomeados os aceitem segundo as ordenações e regimentos.

2.º Proibe-se aos contadores ou outros oficiais régios estarem presentes às sessões das câmaras dos concelhos.

#### XXXI

(27 de Julho de 1462)

Carta de D. Afonso V, dada na cidade do Pôrto em 27 de Julho de 1462, em que se contêm as respostas a dois capítulos de entre outros que lhe foram dirigidos pelos moradores e vizinhos da vila de Ponte de Lima.

Queixam-se os de Ponte de Lima no primeiro dêstes capítulos contra os muitos contos que no termo possuem certas pessoas poderosas, aos quais se acolhem muitos malfeiteiros, que neles são ampara-

dos e defendidos, sem que contra êles se possa fazer justiça. Em resposta ordena el-rei ao seu ouvidor na correição de Entre-Douro-e-Minho que mande aos que tais coutos possuem que lhe mostrem os títulos dessa posse, e, se os não mostrarem, nem alguma razão que justa seja, devasse logo êsses coutos e os faça possuir à vila.

No segundo capítulo dizem que a maior parte dos moradores da vila e termo são privilegiados por cartas de el-rei, do irmão de el-rei, e doutros, de modo que a vila não tem quem sirva, nem quem vá com presos, ou cumpra outros encargos do concelho. Pedem por isso a el-rei lhes dê maneira de se haverem a tal respeito.

A isto el-rei responde mandando guardar aqueles privilégios nos casos em que por direito e ordenação se devem guardar, e doutra forma não.

### XXXII

(18 de Agosto de 1462)

Carta em que D. Afonso V manda que por falecimento de Leonel de Lima, do seu conselho, e de Dona Filipa da Cunha, sua mulher, sejam guardadas e cumpridas quaisquer cartas, privilégios e liberdades que el-rei tenha dado ao concelho da vila de Ponte de Lima sobre as casas que o referido Leonel de Lima tem na mesma vila.

Dada em Coimbra em 18 de Agosto de 1462.

### XXXIII

(26 de Maio de 1468)

Um capítulo especial apresentado pelos procuradores de Ponte nas côrtes de Santarém de 1468, e respectiva resposta.

A carta régia com a certidão deste capítulo é datada de Santarém a 26 de Maio de 1468.

Dizem os procuradores da vila de Ponte de Lima que nesta vila e seu termo há 700 homens, e que por privilégios dalguns senhores e fidalgos são tantos dispensados de servir nos encargos do concelho, que ficarão apenas uns duzentos. Que até agora sempre tiveram maneira de lançar meia talha aos ditos privilegiados, mas agora, para o dinheiro dos procuradores que vieram às presentes côrtes, não quiseram pagar nada, tanto os da terra de Leonel de Lima, que só à sua parte quer escusar 150 a 200, que nunca com êle vieram, e lhes mandou que não pagassem, como outros.

Responde el-rei que ninguém seja escusado de semelhantes encargos e despesa, salvo se expressamente se declarar o contrário nos

privilégios assinados por el-rei e selados com o seu sêlo. Todos os mais, pôsto que tenham alvarás ou *acostamento* dalguns fidalgos ou grandes do reino, sejam pelos juizes e justiças obrigados a servir e pagar, pagando 2.000 réis de multa os juízes que isto não cumprirem.

Duarte Galvão, secretário de el-rei, a mandou fazer.

#### XXXIV

(6 de Junho de 1468)

Traslado de três capítulos gerais das côntes de Santarém de 1468, passado em Santarém a 6 de Junho do mesmo ano a requerimento de João Rodrigues, procurador de Ponte de Lima.

1.<sup>º</sup> Com respeito a dizerem os procuradores que el-rei ordenara que os resíduos fôssem demandados perante os juízes ordinários do lugar e que nenhum outro juiz nem corregedor fôsse competente para isso, responde el-rei que, embora os reis seus antecessores, logo que passava o ano e dia, ocupassem os bens do finado e os mandassem despender a seu aprazimento, êle porêm, tendo-lhe dito o bispo de Coimbra, do seu conselho, que a vontade do finado devia ser pontualmente cumprida e que as coisas por êle aplicadas para um fim não podiam sem autoridade do papa ser destinadas a outro fim, resolve mandar ao dito bispo, que estas coisas tem a seu cargo, que veja os regimentos do tempo de el-rei D. João e os seus e ordene o regimento por onde os resíduos se devem de futuro arrecadar, por forma que se guarde o que fôr de direito comum e não se oprime nem vexe o povo, e revoga e há por revogados os oficiais que agora estavam encarregados de arrecadar os resíduos e as penas para os cativos de Tânger, os quais oficiais não usem mais de seus ofícios, nem em juízo nem fora dêle possam demandar mais coisa alguma, pôsto que ao tempo da publicação dêste capítulo as demandas estejam começadas.

2.<sup>º</sup> Pedem a el-rei que dê por quites de todas as penas e culpas contra os seus mandados e ordenações aqueles que nelas hajam incorrido.

Responde el-rei que, por se haver piedosamente com o seu povo, lhe praz de o indultar de certas penas em que tenha incorrido.

O mau estado do pergaminho não permite ler quais as penas de que são absolvidos nem quais os culpados que são contemplados com a régia mercê. Fala-se dos que passavam e vendiam pão para Castela, mas não se percebe se estes são indultados se excluídos do perdão.

3.<sup>o</sup> Mais uma vez se queixam os povos contra os corregedores que os obrigam a trazer-lhes palhas e lenhas de graça.

El-rei manda que se cumpram os alvarás a tal fim concedidos, e não há por bem que o povo seja a tal constrangido.

### XXXV

(9 de Fevereiro de 1471)

Carta pela qual D. Afonso V, em virtude duma representação dos juízes, oficiais e homens bons de Ponte de Lima, proíbe a Leonel de Lima e seus filhos estarem com os vereadores do concelho quando estes fazem as suas sessões camarárias, e ordena que, se eles alguma causa quiserem requerer, vão requerer, mas saiam logo da camara «e nom estem mais aos acordos nem vereações q̄ os ditos officiaees e homēes bōs fezerem».

Estando eles presentes, os camaristas, segundo se diz na queixa, não ousavam fazer causa alguma que ao concelho dissesse respeito, por serem aqueles pessoas poderosas.

Dada em Santarém a 9 de Fevereiro de 1471.

### XXXVI

(4 de Março de 1473)

Certidão de cinco capítulos especiais apresentados nas cōrtes de Évora de 1473 pelos procuradores de Ponte, passada em Évora a 4 de Março do mesmo ano a requerimento do procurador João Alvarez. É assinada pelo bispo conde D. João Galvão, bispo de Coimbra, conde de Arganil, do conselho de el-rei, escrivão da puridade e vedor mor das suas obras.

Os capítulos são todos contra Leonel de Lima.

1.<sup>o</sup> «que toma lionel de lima jurdicām E per si tira emquirições deuasas E posto que os juizes chamem pera ello defende q̄ nom venhā a seu mandado asy como ora fez em burrall<sup>1</sup> que he de jurdicām da vila e faz della couto».

2.<sup>o</sup> «que meirinho nem port.<sup>ro</sup> nom ousa la dhir o que nunca foy amte teemos per duas sentenças gaançadas na Relaçam del Rei dom f.<sup>do</sup> E del Rei dom p.<sup>o</sup><sup>2</sup> que determinā o meirinho desta villa fazer as

---

<sup>1</sup> Hoje Beiral, a partir com S. Martinho da Gândara.

<sup>2</sup> Vid. os n.<sup>os</sup> iii e iv do presente catálogo.

execuções em terra de sam martinho omde he a dita freiguesia de burral que ora asy o dito lionell de lima faz couto».

3.<sup>º</sup> «que sojuga-os moradores desta villa com muitos omeziados q̄ traz matadores E de graues malefícios de que os juizes nō sam ousados fazer direito nem o C.<sup>or</sup> ajnda q̄ aa terra venha E os acolhe de toda a terra no castelo que ora faz».

4.<sup>º</sup> «Recebemos dele grande opresam em fazer tomadia de palha E de lenha no termo desta villa E se serue dos homēes per força contra suas voõtades penhorandoos per seus homēes que lhes comem E bebem seus penhores asy como se fosse de sua jurdiçam. Mande vosa merçee q̄ tall tomadia nom faça per sy nem per seus homēes E os direitos que em ella ha dauer mande Receber per seu moordomo sem na dita terra entrar nem teer mais soltura da q̄ tijnha seu pay E seu Irmāao alvaro Rodriguez».

Responde el-rei a êstes quatro capítulos que há por mal e desserviço seu semelhantes couças se fazerem; manda que sobre elas se tire completa informação, a qual seja enviada a el-rei por pessoa segura e certa, para dar as providências precisas.

5.<sup>º</sup> Que el-rei, por direito, não devia conceder a Leonel de Lima a mercê dêle fazer na vila um castelo seu; e isto pelas seguintes razões: 1.<sup>º</sup> Porque é contra os privilégios e liberdades que os de Ponte tem dos reis passados e que el-rei lhes confirmou; 2.<sup>º</sup> Porque tiveram demanda com Leonel de Lima sobre as casas que ele tinha na vila, e el-rei, com os da sua relação, na cidade do Pôrto, dera sentença contra os privilégios da vila e a favor de Leonel de Lima, contra direito, mandando que em vida dêle e de sua mulher pudessem ter na vila a dita morada, e por morte dêles fôsssem aos de Ponte guardados os seus privilégios; e apesar disso, e contra a dita sentença, el-rei concedeu a Leonel de Lima fazer o dito castelo; além disso já eram passados os cinco anos em que havia de ser feito. Que el-rei mande ver a mercê que fez do dito castelo, e a sentença referida, e bem assim uma sobrecarta acerca da mesma sentença e dos privilégios da vila, e, visto tudo, achará que Leonel de Lima «de tall Castello nem merçee delle nom pode gouuir». 3.<sup>º</sup> A razão porque Leonel de Lima não pode ter tal castelo nem cadeia é porque «toma os presos per força da cadeia da villa E os solta asy como sua molher fez a joham a.<sup>º</sup> E a tareyja Lopez os quaes leuou ao castello E hi lhe tirou os ferros E ora andam soltos sem se delles fazer direito nem justiça como esta prouado per equiriçã que sobrelo foy tirada pellos juizes desta villa». 4.<sup>º</sup> Porque Leonel da Lima, sem poder nem autoridade para tal, e sem que em todo o reino algum alcaide,

a não ser élle, o ousasse fazer, mandou em seu nome lançar dois pregões, um dos quais dizia assim: «Ouvide mādado do alcaide moor de pomte de lima que nō seja nēhū tam ousado de qual quer condiçā q̄ seja que tanto q̄ noute for ande polla dita villa com nēhūas armas so pena de seer preso E levado ao castelo E perder as armas e pagar a pena e aver L.<sup>ta</sup> açoutes». Que além de se arrogar tal jurisdição, que não devia, o fizera assim para «nos desonrar e enjuriar porque sabe que cada hūu de nos outros moradores na dita villa quando vem o tempo do apanhamento de nosa nouidade andamos de noute com nosos mācebos E obreiros q̄ nos trazem nosso pam E v.<sup>o</sup> E himos veer nosas adegas q̄ teemos fora das casas domde viuemos E seemdo cada hūu de nos achado nos poderiam tomar seus homēes E leuar ao dito castelo soom.<sup>16</sup> a fim de nos desonrrarẽ».

E concluem por esta forma as suas queixas: «Seja vosa merçee de tornardes a ello E nos tirar de tall sojeçam a qual nūca ouuemos nem se faz em nehū lugar desta comarca».

Em resposta manda el-rei que lhe apresentem a sentença que alegam e quaisquer outras escrituras e cousas que sobre o caso tiverem, e que Leonel de Lima venha, ou mande bastante procurador, com a doação do dito castelo e com quaisquer outras escrituras e documentos que entender apresentar em sua defesa, e, ouvidos uns e outros, mandará el-rei ministrar a cada um sua justiça.

### XXXVII

(24 de Abril de 1474)

Carta pela qual D. Afonso V nomeia meirinho da vila de Ponte de Lima e seu termo a Nuno Alvarez de Morim, criado de Dom Garcia de Castro do seu conselho, «asy e polla guissa que ho era gill paáez que o dito ofício tijnha per nossa carta e sse ora finou».

Nuno Alvarez tinha prestado juramento aos Santos Evangelhos na chancelaria de el-rei, e foi nomeado a pedido da câmara de Ponte.

Dada em Santarém a 24 de Abril de 1474.

### XXXVIII

(16 de Abril de 1478)

Certidão de quatro capítulos especiais apresentados nas cōrtes de Lisboa de 1478 por Fernão de Amorim, procurador da vila de Ponte de Lima, pâssada a requerimento do mesmo, em Lisboa, a 16 de Abril do mesmo ano.

A carta régia que contêm esta certidão começa assim: «Dom affonso per graça de deus Rey de Castella de Liam de portugall de toledo

de galiza de seuilha de Cordoua de murcia de Jaem dos algarues daaqueum e daalem maar em afriqua daljazira de gibaltar senhor de bizcaya e de molina».

1.<sup>º</sup> Dizem os pontelimenses por boca do seu deputado que a sua vila sempre foi realenga, sempre pertenceu à coroa do reino; agora porém lhes consta que certos grandes e poderosos a pediram a el-rei. Que el-rei não aceda a tal pretenção.

Responde el-rei que, se para sua segurança quiserem tirar carta em como a vila nunca será dada a nenhuma pessoa do reino, ele a mandará dar, e o príncipe seu filho a confirmará.

2.<sup>º</sup> Queixam-se de que, apesar da postura antiga e dos privilépios que tem dos reis passados e por el-rei confirmados, de não entrar na vila vinho de fora enquanto se não gastar o dos proprietários de dentro, algumas pessoas, tanto da vila como de fora, «por alguém poder e fauor que teem», metem outros vinhos de fora e os misturam com os da sua lavra; no que o povo recebe grande prejuízo, pois não vende as suas novidades no tempo que precisa, etc.

Responde el-rei que, se os oficiais e homens bons da vila julgarem que isso é proveitoso aos moradores dela, façam postura a tal respeito, e ele lhes a confirmará.

3.<sup>º</sup> Que, como a vila e a região que a cerca estão muito perto da fronteira, e se dá lugar a passarem para Castela pão e carnes, os seus habitantes sofrem com isso muita penúria e falta de mantimentos, pois os que costumam levar para fora do reino cereais e gados, «apanham quanto podem» e o levam.

Manda el-rei que se alguém tiver cartas pelas quais possa levar para fora do reino pão e carnes, lhas venha mostrar e não use delas enquanto não mandar o contrário.

4.<sup>º</sup> Os escudeiros, os moradores e procuradores de Ponte de Lima dizem a el-rei que no limite e comarca desta vila e de Viana há grande criação de éguas «as quae es ffazem grandissimo mal e destroiem assy em pñaes e milhos e coutadas que se nam podem criar booyas nem gaados e o laurador que ha de dauer duzentos alqueires de pam nom ha cento e honde poderya criar cimquenta e cem uacas e outras tantas ouelhas nom cria x x por causa das ditas egoas E o pior que dellas he sam lamçadas a sendeiros e aasnos qu nã ha hy se nã sendeiros e beestas muares». Pedem pois a el-rei que quem as quiser trazer e criar não traga mais de quatro até cinco éguas « e destas deite as mjlores quatro a cauallos castigos e nam a nemhuns asnos e os lauradores lauraram e aproproueritaram mais a terra e cryaram muitos gados que seera mais mantimento e Riqueza da terra e aueera

hy muitos cauallos que tanto ssam necesarios a estes Regnos e os escudeiros os acharam mais barato e nom desfaram tanto de suas ffazendas como desfazem quando compram os cauallos por hy auer poucos E o duque sabendo estes dapnos que se faziam em suas terras mandou pooer regra na criaçam das ditas egoas».

Manda el-rei que se não lanceem éguas algumas a bestas muares; quanto porêm a limitar o número das éguas a quem as quiser trazer, acha que não pedem bem, «por que nam he rrazam de tolher a cada hūu que traga as egoas Seg<sup>do</sup> a terra tem».

### XXXIX

(22 de Abril de 1478)

Carta pela qual D. Afonso V assegura aos moradores da vila de Ponte de Lima que serão sempre reguengos, e não dará a dita vila a nenhuma pessoa do reino.

Veja-se o 1.<sup>º</sup> capítulo do pergaminho antecedente.

Os de Ponte de Lima temiam que, se a vila fosse dada a certos grandes do reino que, segundo lhes constava, a pediam a el-rei, estes os obrigassem a muitos serviços, opressões e trabalhos «que numca teueram por searem da coroa».

Dada em Lisboa a 22 de Abril de 1478.

### XL

(5 de Janeiro de 1482)

Traslado de seis capítulos especiais apresentados a el-rei D. João II por Lopo Malheiro, procurador do concelho de Ponte de Lima.

Não se diz em que cōrtes foram apresentados, mas é de supor que fôsse nas de Évora, que acabavam de realizar-se.

A carta régia em que vem trasladados estes capítulos e suas respostas, é datada de Évora em 5 de Janeiro de 1482.

1.<sup>º</sup> «S.<sup>or</sup> vossa alteza ssabera como o duque dom afomssso em seendo comde de barcellos ouue Carta per que amtre doyro e minho pagasse taalha pera as obras de barcellos e por teer Rezom dauer estes dinheiros ordenou de çerquar o dito luguar de muros e torres o quall ha mais de xxb anos que he acabado E porem sempre pagará o dinheiro como quer que se a obra nō fezese ataa era de mill e iiiij<sup>e</sup>L anos que o duq de villaviçosa foy amtre doyro e minho e vyo o rrendimento dos dinheiros que pera as ditas obras foy paguado e achou que com aquelle dinheiro se poderom fazer taaes tres cercas e nō abastou as obras searem acabadas cō o dinheiro e suor dos po-

bres homens mas ajmda fizeram huius paaços em que vossa mercee e a S.<sup>ra</sup> R.<sup>a</sup> poderam poupar e o duque e sua molher seerem bem apousentados. E por lhe parecer a este duque dom fernando q̄ avya ajnda mester mais obra mandou desfazer huiua das melhores torres e mais primcipaaes que hi auia pera fazer nas ditas suas casas pera que mandou leuar a dita pedra e fez com ella muros que parecem mais forteza q̄ paaços.

E porque o duque seu paadre quando foy amtre doiro e minho e vyo tanto dinheiro Reçebido e tam mall despeso parece lhe como homen de booa comçencia q̄ seu paadre tijnha algum Carrego amte deus pollo quall disse q̄ nam achava outro Remedio pera a desemea-rregar senã que vossa mercee verá per esta sua carta e asy S.<sup>or</sup> es-crepueo aos outros comçelhos como ē esta faz mençā .s. a ponte de lima e seu termo e val devez nobregua Regalados penela ssouto juraz samto esteuā poderā bem dizer e amostrarsya que depois de toda a obra feita se pagará mais de douis milhões os quaaes se despmderom no q̄ aos ditos Senhores aprouue; pollo qual S.<sup>or</sup> seja vossa mercee pois por cartas asinadas veedes que a obra he acabada que nos aja vossa alteza por liures de tall paga e farnos hees S.<sup>or</sup> direito e mercee e a vossa alteza fique mandardes tornar a fazer a torre a quē a desfez aa sua custa E mandees ao dito duque Dom fernando que nom vse nē māde Constranger pera as ditas obras polla carta q̄ ouue delRei vosso padre que deus aja».

«Responde elRei que jsto como na carta do duque velho q̄ mostrā que ouues̄ desembargo delRei que o mostrē e asi a carta q̄ o duque ouue delRei seu paadre cuja alma deus aja pera esta servimtija.»

2.<sup>o</sup> Queixam-se contra o duque de Guimarães por lhes levar nas terras dèle portagem ou passagem, o que é contra os privilégios dos de Ponte de Lima.

Manda el-rei que, se apresentarem esses privilégios e lhos não guardarem, recorram a el-rei.

3.<sup>o</sup> Dizem que na vila e termo haverá 500 ou 600 lavradores, mas por causa dalguns senhores e escudeiros que fazem coutos e coutam algumas aldeias, não ficam mais de 100 lavradores para certos encargos, de modo que quando vem o Corregedor e se precisa de gente para levar presos, transportar dinheiro, ou para outro qualquer serviço não se encontra quem o faça.

Manda el-rei que vá carta ao Corregedor para prover sobre o caso, e, se achar que não tem privilégios que devam ser guardados, os faça servir e contribuir com os demais.

4.<sup>º</sup> Que na vila de Ponte se faz quinzenalmente uma feira a que vem muitos galegos comprar aquilo de que precisam e trazem a ela «C.<sup>º</sup><sup>1</sup> manteiga couros pilitaria», sendo por isso tal feira de grandes vantagens para a terra; no caminho, porém, tem Gil de Magalhães um lugar a que chamam Ponte da Barca, onde levam aos galegos portagem de quantas bestas trazem, deixando êles por isso de vir à feira<sup>2</sup>.

Manda el-rei que venha Gil de Magalhães e traga qualquer documento ou prova que tiver de como pode levar tal portagem, para ser ouvido com o procurador.

5.<sup>º</sup> Que o povo do termo de Ponte vem à vila, tanto a uma feira que ali se faz, como pela semana, e os porteiros fazem-lhe pagar portagem<sup>3</sup> do que vendem. Pedem, pois, visto que vão ao Corregimento das fontes, pontes, muros e calçadas pagar as peitas, fintas e talhas, sejam isentos de aquela portagem, como são os moradores da vila.

Diz el-rei que se tem privilégio pelo qual devem ser escusados de pagarem tal portagem, não a paguem, aliás conserve-se o que está, pois não alterará o costume antigo.

6.<sup>º</sup> Que el-rei D. Afonso V deu ao visconde Dom Leonel de Lima «as devesas com Reguengos e dereitos Reaaes da dita viila», e por que nesses reguengos estão devesas abertas «como Ressyo», quando alguma bêsta ou boi sai fora da vila, entra logo nessas devesas por assim estarem abertas «em tall maneira q̄ como acham boy ou besta ou asno ou porco logo o leuam aa corte e leuam moor coyma das devesas de que leuam coymas de pam nem de vinho». E concluem: «seja vossa merçee que mandees que as carrem ou que leuem tall coyma que pareça coyma de devasso e a devesa q̄ nom he senam Ramos e que nō pareça cousa de ssojeiçam, etc.».

Responde el-rei que vá carta ao visconde com ordem para da apresentação dela a 30 dias mandar mostrar quaisquer cartas que tiver que lhe permitam levar tais coimas.

## XLI

(7 de Janeiro de 1483)

Carta com o traslado de dois capítulos especiais ao concelho de Ponte do Lima, apresentados nas côrtes que acabavam de se fazer na vila de Santarém.

<sup>1</sup> Queijo?

<sup>2</sup> Queixa idêntica já vimos no n.<sup>º</sup> xxvii, capítulo xii.

Dada em Santarém a 7 de Janeiro de 1483.

1.º Diz o povo de Ponte de Lima que a sua vila é cabeça de almoxarifado, e sempre o contador régio teve nela casa de aluguer à custa de el-rei; agora, porém, o contador exige casa de aposentadoria à custa do concelho para nela residir todo o ano, quando é certo que ele vai e vem, e o concelho não tem tantas rendas que lhe possa pagar, e é grande opressão lançar ao povo cada ano talha para isso.

Responde el-rei que a estada do contador não é por tanto tempo que faça grande gasto nem opressão à vila. Se ele porém lá estiver sem ocupação do serviço de el-rei, não se lhe dê pousada. Fora disso déem-lha.

2.º Que el-rei nas côrtes passadas ordenara, relativamente à representação que lhe fizeram sobre os muitos coutos que no termo da vila se faziam, que o corregedor mandasse vir a si os privilégios desses coutos, e, se lhos não mostrassem, os devassasse. Ora, apesar de ser lançado pregão pela vila e termo, nem humas cartas de privilégios foram mostradas, e portanto o corregedor deu sentença em que os dava por *devassos*, como consta de escritura pública. Pedem pois a el-rei lhes confirme a sentença do corregedor.

Responde el-rei que podem usar dessa sentença até onde lhes for permitido por direito.

## XLII

(20 de Julho de 1490)

Instrumento de protestação pelo qual Dom Diogo de Castro, fidalgo da casa rial, conselheiro de el-rei e senhor da Terra de Santa Cruz<sup>1</sup>, defende para si o direito de padroado sobre a igreja do Salvador de Castelões, sita na dita Terra.

Tendo falecido na corte de Roma o abade desta freguesia Álvaro Gonçalvez, capelão do mesmo senhor D. Diogo, o Santo Padre proveu nela um tal João Afonso, clérigo de missa e beneficiado em Tôrres Vedras. Este apresentou-se a D. Diogo com um breve do papa e requereu-lhe que em virtude desse breve o mandasse empossar da dita freguesia. D. Diogo disse que, visto ter o dito João Afonso sido provido pelo Santo Padre, como filho obediente que é aos mandados apostólicos, e por esta só vez, pois que a igreja é do seu padroado, lhe dá aquela igreja, contanto que a não possa renunciar, nem *premudar*, nem fazer dela cousa alguma sem licença nem consentimento dele padroeiro.

<sup>1</sup> Na Póvoa de Lanhoso.

E para maior salvaguarda do seu direito pediu a um notário apostólico lhe desse um instrumento com o teor do dito breve em como o Santo Padre a deu por esta só vez a João Afonso e no qual breve se faz menção de que ela é de padroado de leigos.

Segue-se a cópia do breve do Papa Inocêncio VIII datado das nonas de novembro de 1483, quarto ano do seu pontificado<sup>1</sup>.

O documento, que tem a data de 20 de Julho de 1490, é lavrado em Évora, terra de D. Diogo de Castro, pelo notário apostólico Luis Manhoz (?), clérigo do bispado de Évora, sendo testemunhas Vasco Martinz Moniz, fidalgo da casa rial, e Fernão Brandão, cavaleiro.

### XLIII

(10 de Janeiro de 1491)

Carta de sentença de el-rei D. João II, na qual, julgando um agravo enviado pelo concelho de Ponte do Lima, se manda cumprir uma outra sentença do corregedor Cristovam Mendez contra Duarte da Cunha e D. Rodrigo, filhos do visconde de Vila Nova da Cerveira, da qual sentença êles não faziam caso.

No requerimento, feito a 5 de Dezembro de 1490 pelo tabelião João Pimenta, os juízes e oficiais do concelho dizem ter requerido ao corregedor que fizesse cumprir os privilégios que tinham dos reis passados, em virtude dos quais nenhum fidalgo podia residir na vila de Ponte, bem como uma carta de el-rei em que se mandava que nenhum filho do visconde morasse na vila; que o corregedor, em vista dos referidos privilégios, e carta de el-rei, e feitas as devidas inquições, julgara por sentença que os ditos fidalgos, bem como suas mulheres e famílias, não vivessem nem morassem na dita vila e seu termo sob pena de 50 justos para a chancelaria rial por cada vez que lá entrassem; e que apesar disto os ditos fidalgos Duarte da Cunha e D. Rodrigo, filhos do visconde, não pagavam a referida pena, nem acatavam os ditos privilégios e sentença, e estavam e andavam pela vila e termo, com o que eram muito agravados.

Como só agravam por lhes não ser executada a sentença do corregedor, el-rei, visto o processo com os do seu desembargo, manda que os suplicantes recorram ao corregedor, o qual execute a sua sen-

<sup>1</sup> O Papa Inocêncio VIII subiu ao trono em 1484, portanto o 4.º ano do seu pontificado é em 1488 e não 1483.

tença com as penas nela contidas ou outras maiores, se assim fôr necessário.

Dada em Évora a 10 de Janeiro de 1491.

## XLIV

(26 de Novembro de 1493)

Sentença dada em Ponte do Lima a 26 de Novembro de 1493 pelo Dr. Pedro Façanha (?) e Nuno Gonçalvez, que por especial mandado de el-rei estavam com alçada nas comarcas de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes, em um pleito entre a camara de Ponte do Lima e visconde de vila Nova da Cerveira D. Leonel de Lima.

Os juízes, oficiais e regedores da vila de Ponte, como Autores, alegam no seu requerimento terem dado certos capítulos contra D. Leonel de Lima, entre os quais um acérca das coimas que ele indevidamente levava por causa de umas devesas que tinha<sup>1</sup>, e que o visconde apresentara em sua defesa um regimento, de há vinte anos, em que se mandava que as coimas fossem feitas por homens ajuramentados, da vila, e levassem de coima 300 libras contadas a 35 por rial, «que era oyto rrs. e seys pretos», e que os ditos ajuramentados trouxessem as bêstas que apanhassem ao curral da camara, sobre o qual capítulo el-rei ainda nada tinha determinado. Que agora, porém, o visconde fazia pior do que dantes, pois mandava por seus mouros e homens e criados trazer as bestas ao castelo, indo de noite por elas, e trazendo-as de fora da coutada, segundo seus donos diziam, e lhes levavam de coima quanto lhes parecia. Pediam portanto que, enquanto a contenda se não dicidisse, se obrigasse o Réu a cumprir à risca o dito regimento e a não sair dele, pondo logo os ajuramentados que levassem para o curral da camara e não para o castelo os gados apreendidos.

O visconde contesta dizendo que nenhuma outra cousa queria fazer senão o que constasse do seu foral ou regimento, que lhe nomeassem coimeiros e dessem curral para meter os gados acoimados, e que cumprissem, enfim, o que se mandava no dito foral; que, quanto ao mais que diziam, ele não mandava fazer tais cousas, e se algum escravo seu ou outro qualquer fazia o que não devia, isso o desgostava, e, se lho dissessem, ele o castigaria por forma que o não tor-

<sup>1</sup> Vid. capítulo vi do pergaminho n.º xl.

nasse a fazer. Emfim, que emquanto a lide estava pendente, não devia ser privado da sua posse, etc.

Em vista disto, e como a questão principal sobre as cousas dêste reguengo e devesas dêle está ainda pendente, acordam os juizes em mandar que a câmara eleja dois jurados, a quem o visconde pagará, os quais sómente acoimarão as bestas e gado achados dentro do dito reguengo e quaisquer pessoas que nele acharem a cortar madeiras ou fazendo outras cousas em contrário do referido regimento, e trarão os gados para o curral do concelho (que se deve fazer se o não houver) e que o mordomo do visconde demande as coimas perante o almoxarife, não se devendo levar das bestas maior coima do que se leva do pão e vinho na vila e seu termo. Emfim, proíbe-se ao visconde mandar trazer os gados por seus homens e escravos, excepto os que pelos ditos jurados forem acoimados.

#### XLV

(26 de Maio de 1496)

D. Manuel confirma as seguintes cartas régias apresentadas pela câmara de Ponte de Lima e transcritas no presente pergaminho, no qual ocupam cinco fôlhas:

1.<sup>a</sup> D. Afonso III manda ao chantre de Tuy e alcaldes do concelho de Viana que deixem os de Ponte de Lima levar e trazer pelo rio e foz do Lima sal, pão, vinho, carnes, pescado e outras cousas que fôrem necessárias, sob pena de pagarem a el-rei 500 soldos.

Dada em Lisboa a 1 de Outubro de 1274.

2.<sup>a</sup> D. Diniz manda a Pero Soveral, meirinho de Além Douro, que não consinta que certos ricos homens, cavaleiros, meirinhos e outros, quando vão pousar a Ponte de Lima, tomem aos habitantes, à força e sem pagarem, palhas, lenhas e madeiras, destruindo-lhes as vinhas, etc.; e que, se quiserem palhas e lenhas, as comprem à sua custa.

Dada em Montemór-o-Novo a 4 de Janeiro de 1288.

3.<sup>a</sup> D. Fernando faz saber a Domingos Perez, corregedor entre Douro e Minho, que o concelho e homens bons de Ponte de Lima lhe mandaram dizer que nos muros da vila havia nove *casas torres* e que João Gil, seu almoxarife naquela comarca, lhes queria tomar e ocupar uma das ditas torres para nela guardar aquelas cousas que para el-rei recebesse no almoxarifado; no que recebiam agravo, pois, estando as torres ocupadas, e tendo as chaves delas o almoxarife ou outro qualquer, não deixariam recolher nelas *campanhas* que defendessem a vila em caso de necessidade. Manda portanto que se não

consinta que o almoçarife ou outro qualquer tome ou ocupe as ditas torres ou alguma delas.

Dada na Batalha em 19 de Maio de 1370.

4.<sup>a</sup> D. João I, queixando-se-lhe os juízes e concelho de Ponte de Lima de que alguns fidalgos e cavaleiros fazem coutos e honras em alguns lugares do termo onde nunca os houve, e coutam os lavradores desses lugares para que não paguem fintas e talhas, nem velem, nem roldem, nem sirvam nos encargos do concelho, proíbe a esses fidalgos e cavaleiros fazerem tais coutos, e se os fizerem, há-os por devassados e manda que os considerem como não feitos, e obriguem aqueles lavradores a servirem nos encargos do concelho.

Dada em Braga a 23 de Novembro de 1387.

5.<sup>a</sup> D. João I faz saber a D. Frei Álvaro Gonçalvez Camelo, marechal, meirinho-mor no Entre-Douro-e-Minho e aos outros corregedores, ouvidores, etc., que nas côrtes que fez em Évora os procuradores do concelho de Ponte lhe apresentaram certos capítulos especiais, um dos quais dizia que o dito meirinho-mor, e outros meirinhos, ouvidores e corregedores, quando ali chegavam nomeavam por sua autoridade almotaceis e escrivães, os quais prendiam os carneiros e padeiras que incorriam nas penas impostas pelo concelho e os levavam para a cadeia da correição, fazendo-os pagar grandes carceragens, etc., sendo certo que no concelho há almotaceis, oficiais, cadeias e prisões e meirinhos que as guardem. Manda pois el-rei àqueles a quem esta carta é dirigida, que, porquanto as almotacarias são dos concelhos, se não entremetam a nomear almotaceis, e que só o concelho e mais ninguém use das almotacarias enquanto as lá houver.

Dada em Évora em 14 de Fevereiro de 1387.

6.<sup>a</sup> É a carta de D. João I de 10 de Novembro 1385, de que se trata no n.<sup>o</sup> xx do presente catálogo.

7.<sup>a</sup> D. João I confirma à câmara de Ponte de Lima a ordenação que ela havia feito, e de que já usava no tempo dos reis passados, em que se proibia meter vinho de fora da vila enquanto se não vendesse o dos proprietários de dentro. Dizia a câmara que, sem embargo daquela disposição, um tal João de Alpoy, ouvidor por Fr. Álvaro Gonçalvez prior do Hospital<sup>1</sup> e meirinho-mor, encontrando-se na vila de Ponte, mandara que quem quisesse trazer vinhos de fora os trouxesse e vendesse.

<sup>1</sup> No 1.<sup>o</sup> capítulo do n.<sup>o</sup> xxvii diz-se *prior do Crato*.

Confirma-lhes além disso todos os seus bons usos e costumes que sempre tiveram.

Dada na cidade do Porto a 4 de Setembro de 1394.

8.<sup>a</sup> D. Afonso V confirma a nova postura a respeito da entrada dos vinhos na vila de Ponte feita pela câmara em virtude da resposta ao capítulo 1.<sup>º</sup> do n.<sup>º</sup> XXXVIII dêste catálogo. Apenas reduz a 5 anos a pena de 10 anos de degrêdo nela imposta, porque a não acha razoável.

Dada em Évora a 24 de Agosto de 1478.

9.<sup>a</sup> D. João II, a requerimento de Diego de Ponte, escudeiro e procurador da vila de Ponte de Lima, manda dar cópia de uma carta sua, dada em Évora a 8 de Junho de 1482, em que confirmava outra de D. Afonso V, dada em Viana a 20 de Março de 1480, e na qual este rei, a pedido do visconde de Vila Nova de Cerveira, a quem principalmente a causa interessava, proíbe que qualquer filho do visconde, casado ou solteiro, possa *viver de vivenda ou morar de morada* em alguma das terras que o visconde tem na vila e termo de Ponte, excepto seu filho D. João de Lima, herdeiro das ditas terras e da alcaidaria mó de Ponte de Lima. Aos outros filhos apenas lhes permite ir de visita a casa de seu pai, se ele os quiser ver, mas doutra maneira não.

D. João II, ao confirmar esta carta a pedido de D. João de Lima, declara que, se ao visconde aprouver que seus filhos venham a morar nas suas terras, o possam fazer, enquanto ao visconde assim aprouver.

Dada em Lisboa a 8 de Outubro de 1491.

Esta carta, que vem em último lugar, está riscada e tem à margem a nota: «Já acabou a carta». Não se estende a ela a confirmação de D. Manuel, que só abrange as oito primeiras.

O documento, cujo extracto acabo de dar, é datado de Setúbal em 16 de Maio de 1496.

## XLVI

**(11 de Abril de 1497)**

Carta de sentença a favor de concelho de Ponte de Lima e contra os filhos do visconde de Vila Nova da Cerveira, Duarte da Cunha e D. Rodrigo, que tinham pôsto embargos à confirmação, por el-rei, dos privilégios constantes das cartas n.<sup>º</sup>s 6 e 9 do pergaminho antecedente, os quais o concelho de Ponte queria que lhe fossem guardados.

Na primeira das duas citadas cartas proíbe-se residirem fidalgos na vila, e na segunda proíbe-se aos filhos do visconde, excepto João de Lima, viverem na vila e termo de Ponte de Lima.

Alegam os embargantes que seu pai requerera aquela carta de D. Afonso V para êles não viverem na vila e seu termo, porque seus filhos lhe faziam alguns agravos, e para descanso da sua velhice, mas que nunca fizera uso dela e os deixava sempre estar, e a tinha sómente para que êles mais o acatassem; — que depois houvera outra carta de D. João II para êles poderem viver na vila e termo, em suas terras, e os da vila, vindo ao conhecimento da primeira carta, requereram traslado dela, e o tiveram sempre sem dêle usarem, vivendo eles na vila, onde tinham casa e fazendas, sem ninguém se opor a isso; — que apenas el-rei D. João, desgostado dêles por um *arroydo* que fizeram, os mandou sair da vila e viver no termo dela, do que tinham suas cartas; — que viviam honestamente na vila e termo; — que a dita carta fôra requerida por seu pai, que depois a revogou por outra, e a confirmação daquela fôra requerida pela câmara «por estuça e yndustry de seu jrmão o bizcomde afym de elles nom viverem na dita villa e terras de seu pay por lhe vemderem todo e ficar todo»; — que D. Rodrigo era prior de Refojos, igreja que fica no termo de Ponte, e, pois vivia bem e era isento da jurisdição real, el-rei não o podia com direito pôr fora da vila e termo.

A sentença, porêm, manda que nenhum filho do visconde, excepto D. João, viva na vila e termo dela, nem nas terras do visconde, salvo se a êste aprouver o contrário; e que D. Rodrigo possa viver no mosteiro de Refojos honestamente «temdo comsyguo aquelles seruidores e familiares que lhe sejam necessarios pera seu recolhymemto E seruço semdo certo q̄ temdo comsyguo out<sup>a</sup> mays gemte secular saberá que lhos mamdaram premder e dhy lamçar fora».

É procurador dos embargantes o bacharel João Cotrim.

Dada em Évora a 11 de abril de 1497.

## XLVII

(30 de Março de 1498)

Traslado de cinco capítulos gerais das côrtes de Lisboa de 1498, à requerimento de João Gomez, escudeiro da casa de el-rei e procurador em côrtes pela vila de Olivença.

É feito em Lisboa em 30 de Março de 1498.

1.<sup>º</sup> Com relação ao pedido de que os escrivães e procuradores que andam com as alçadas e com os corregedores não tenham apósentadoria de graça, pois recebem grandes salários das suas escrutas e procuradorias, determina-se que daqui em diante se faça como

é pedido, mas só quanto a camas, porque as casas para pousarem devem ser de graça.

2.<sup>º</sup> Manda-se que sejam guardados os privilégios que certas cidades, vilas e lugares do reino tem de não pagarem portagem em nenhuma parte do reino. Incorre na pena de 25000 réis quem fôr contra tais privilégios.

3.<sup>º</sup> Cóncede el-rei perdão geral a todos os naturais do reino culados de passarem para Castela pão, gados, ouro, prata e quaisquer outras cousas proibidas desde os anos passados até o presente dia 8 de Março de 1498, contanto que venham tirar carta de perdão e paguem 600 réis para a piedade.

4.<sup>º</sup> Revoga-se a ordenação que proibia trazer borzeguins a quem não tivesse cavalo, podendo portanto ser doravante usados por todos livremente.

5.<sup>º</sup> Para obstar aos inconvenientes de haver muitas varas de justiça e jurisdições distintas da jurisdição ordinária, tanto em Lisboa como noutras terras do país, suprimem-se as jurisdições de bêsteiros de qualquer qualidade, de espingardeiros, monteiros, adiceiros, moedeiros, alcaldes do mar, coudéis-mores e pequenos, vedor de vasalos, etc.

(Continua).

P.<sup>o</sup> M. J. DA CUNHA BRITO.

---

### Ruínas de ruínas ou destroços igeditanos

#### III. A ermida de S. Pedro de Vila-Corça

1. Elementos dêste estudo—2. Estado presente e causa das ruínas—3. Descrição da ermida—4. Considerações arqueológicas—5. Análise do topónimo e lenda—Apêndice.

*Estudemos os cantos da nossa terra... (J. de Vasconcelos).*

#### 1

As ruínas desta curiosíssima igreja encontram-se em um sítio ermo, assombrado de altas estevas e sobreiros anosos, próximo de Monsanto da Beira Baixa. Visitei-as há bons treze anos (Novembro de 1903); em 1904, o malogrado G. Clodomiro Gameiro fez as fotografias que ilustram esta notícia<sup>1</sup>. Voltei lá ainda nesse mesmo ano e, já

---

<sup>1</sup> Fica assim corrigido o lapso de 1904 por 1903 em *O Arch. Port.*, xiv, 169. Gameiro era desenhador do Museu Etnológico Português; eu era oficial.

ao sol pôsto, visci com a máquina o campanário. Em 1905, o recentemente falecido Dr. António J. Barbosa Correia, que tinha verdadeira admiração por esta jóia antiga da sua província, remetia-me uma planta das ruínas, tirada e cotada por ele próprio. Aqui deixo à sua boa memória a comemoração dêste serviço, de que, a meu pedido, ele tam dedicadamente se incumbira, para complemento de outras notas pessoais que eu tinha.

São estes os elementos de que disponho para agora elaborar êste trabalho, com o pensamento de o fazer quanto possível condensado, mas com a consciência de que devia ser mais profundo e minucioso. A minha descrição refere-se, pois, ao estado em que encontrei a ermida em 1903 e 1904 e que, um tanto estugadamente, observei e apreciei nessas duas vezes.

## 2

Quem observa êste monumento exteriormente, logo lamenta que ele esteja situado no recôndito de uma província, em que a população é pouco densa, as extensões enormes e os centros importantes muito distanciados. Se assim não fosse, a desobstrução e reparação destas ruínas poderiam ter sido tentadas, porque a tarefa não seria excessivamente dispendiosa. Vieram abaixo os telhados, mas o esqueleto da construção conserva-se ereto, quase sem descalabro. Apenas, no interior, a folha de uma parede estava em derrocada. Os vãos das entradas e das frestas estão desguarnecidos, mas as impostas e arcadas intactas mantêm as suas sóbrias decorações; as paredes parecem esquecidas dos séculos que contam; os musgos é que atingem a espessura de florestas.

Quantas igrejas, por êsse país fora, nas quais nem cessou o culto, nem os vigamentos ficaram à chuva, ostentam do seu primitivo carácter menos do que esta, cujo abandono já não é das gerações actuais? Aqui existem apenas injúrias do tempo; salvo o devido respeito, são mais de temer... outras.

O estado de ruína da ermida de Vila-Corça pouco mais antigo é que século e meio<sup>1</sup>. No *Dicionário Geográfico* (t. xxiv, s. v. *Monsanto*) vem uma notícia, que esclarece êste ponto.

<sup>1</sup> Diz-se que uma explosão do paiol, na fortaleza de Monsanto, determinou a ruína da construção e atribui-se o sucesso às guerras do princípio do séc. xix. Sempre me pareceu pouco plausível esta explicação.

Diz o pároco de S. Mignel de Monsanto que o terramoto de 1755 produziu a ruína do retábulo da ermida e ainda assim se conservava à data do seu depoimento (1758), em consequência dos magros recursos de quem era obrigado ao seu reparo — o povo<sup>1</sup>. Pode concluir-se destas palavras que foi então o início do descalabro desta preciosa ermida. A falta de reparações no séc. XVIII e o abandono do culto, talvez ainda dentro do mesmo século, levaram este monumento ao estado em que o encontrei em 1903. Não deve ser mais idoso o bosquedo circundante.

## 3

A frontaria desta igreja é de impressionante austeridade. Mais larga que alta, toda de pedraria nua, apresenta uma empêna de pequena elevação. (Est. 1).

O portal é de volta redonda. Desenham-no os simples pés-direitos de silharia horizontal, correspondente à das fiadas estruturais de toda a parede da frente e as aduelas da curva, que é composta de dois arcos concéntricos, dos quais o subjacente ou menor parece representar o papel de arco-dobrado<sup>2</sup>. Entre as ombreiras e os semicírculos, estreitas impostas de ressalto estabelecem uma transição de carácter só ornamental. O perfil da imposta à mão esquerda é constituído por uma faixa com lavores de baixo relêvo, inferiormente à qual uma gola se estende; a imposta à direita apresenta idêntica faixa e, no lugar da gola, deixou-se um caveto com bolas para o lado do portal, *si rite recordor*. O prumo no eixo do vão marca 2<sup>m</sup>, 45.

Atentando bem no paralelismo da silharia da fachada, o portal parece não ser mais que uma abertura praticada no paramento uniforme de uma parede contínua e preexistente, uma obra feita *après-coup*. Não é decerto este um caso singular, mas o que aguça esta impressão é o tamanho do aparelho, em confronto proporcional com as dimensões modestas da fachada e do próprio portal.

Em algumas fiadas, vê-se bem a pedra estreita que serviu, por assim dizer, de fecho consecutivo ao assentamento de todos os outros silhares de grande aparelho. O peso da parede cai em-cheio sobre o

<sup>1</sup> Sobre os efeitos dêste macrossismo em Monsanto, afirma que na vila nenhum edifício, igreja ou casa padeceram ruína; apenas na cidadela caíram algumas ameias de uma torre, que tinha 70 palmos de altura.

<sup>2</sup> Não ouso chamar a esta disposição, aparentemente reintrante, mas também desataviada, arquivolta; «Le mot archivolte est l'un de ceux qui entraînent le plus d'équivoques», *Précis d'archéologie du moyen âge*, J. A. Brutails, 1908, p. 245.

arco da entrada, o que parece justificar o papel que atribuo ao arco menor<sup>1</sup>.

A certa altura da frontaria, três cachorros de forma cúbica, em alinhamento horizontal, denunciam-se como apoios robustos de vigas que sustentassem alguma alpendrada ou vestíbulo. O seu desigual compasso explica-se talvez pela dimensão desigual dos dois primeiros frechais, que para ali foram destinados.

Um espelho<sup>2</sup> de pedraria, o qual, por ser lavrado em áspido granito, não deixa de ser um trabalho adorável, ocupa o fastigio da empena. O seu contorno externo é formado por aduelas maciças em disposição circular, com as arestas cortadas por uma larga chanfradura ornamentada a baixo relêvo, o que evitaria a projecção de sombras sobre o buraco de luz. No tardoz destas aduelas, é que se engasta propriamente o monólito delgado, que, recortado em lóbulos, constitui o óculo iluminante da nave. O seu aro ou disco central é perfurado por um olhal de quatro lóbulos e o anular circunscrito é recortado em arcaria trilobada, que o traspassa em oito pontos<sup>3</sup>. Temos assim um espelho de estilo concêntrico, segundo a classificação de Lamperez y Romea. (Fig. 1).

Não encontrei os restos da cruz antefixa da frontaria; é possível que, revolvidos alguns destroços, que jazem no chão, esse emblema inesquecível aparecesse, mas não pude executar nenhum trabalho

<sup>1</sup> *Précis d'archéologie, etc.*, figs. 8 e 36. O mesmo A., na sua *Archéologie du moyen âge et ses méthodes*, contesta esta interpretação generalizada em todos os casos (p. 152 e sgs.).

<sup>2</sup> *O Archeologo Português*, xv, 177. Em um documento de 1504, diz-se: espelho, oussia (que corresponde etimologicamente a absíde), portal de pedraria, etc.

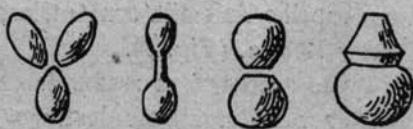
<sup>3</sup> Em uma carta sem data, mas que presumo ser de 1906, o falecido Dr. Barbosa Correia manda-me o desenho de uma chave antiga de latão com as dimensões de 0<sup>m</sup>.10 de comprido e 0<sup>m</sup>.05 de largo e encontrada junto da ermida. Pertence ao Sr. Bernardino António de Almeida, morador em Monsanto e dono da ermida de Vila-Corça. Diz a carta mais isto: «Não creio que a chave servisse para uma fechadura, pois a secção da extremidade não é circular, mas sim quadrada. Apresenta mais de notável a chave o seguinte: a parte própria para se segurar na mão reproduz um óculo ou fresta existente por cima da parte superior, da porta principal da capela. É um trabalho grosseiro e parece antes feito de um pedaço de latão com uma lima do que fundida (pelo menos nalgumas partes). Esta observação inédita é muito interessante, embora não seja rigorosamente exacta, porque o disco da chave tem só seis furos em volta de um olhal ao centro, que com êles comunica por seis raios. Estas chaves foram talvez amuletos com as virtudes das chaves de sacrário, as quais elas substituiriam industrialmente por simplificação e simbolismo.»

dessa natureza. A empêna era protegida por uma cornija rampante muito singela.

Lateralmente, a ermida teve duas entradas, mas, se bem me lembro, a do lado do Evangelho estava emparedada. A outra porta transversa é de arco semicircular, sem ornamentação alguma; a meia-espessura da parede, esse arco enquadra um tímpano liso, que se estriba em duas impostas formadas por silhares do paramento. Nas paredes laterais, as fiadas não tem a regularidade quase geométrica do assentamento, que caracteriza as da fachada. Há também, na parede desse lado, cachorros ou dentilhões cúbicos, destinados aos frechais de algum alpendre colateral, mas em nível inferior aos que assinalei na frontaria. Por baixo do beiral ou friso do telhado, espaçavam-se verdadeiros modilhões, uns lisos, outros figurados. (Fig. 2).



Fig. 1

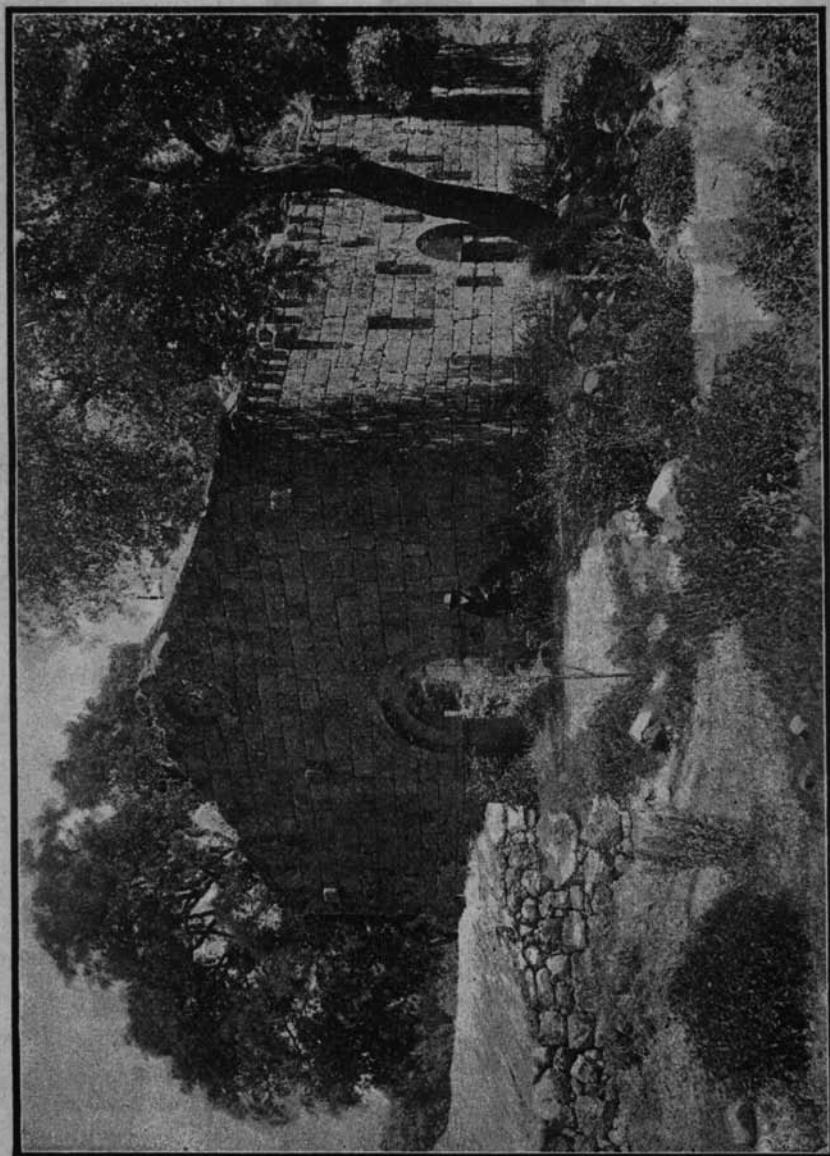


modilhões

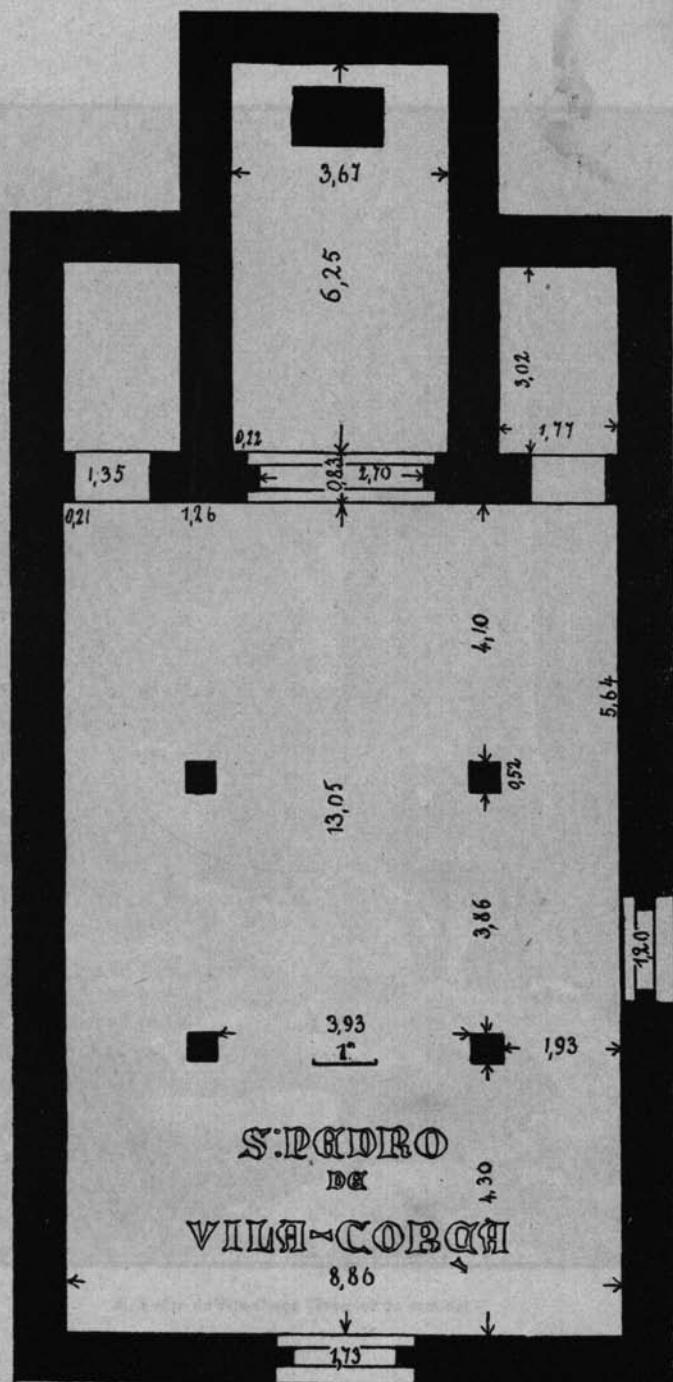
Fig. 2

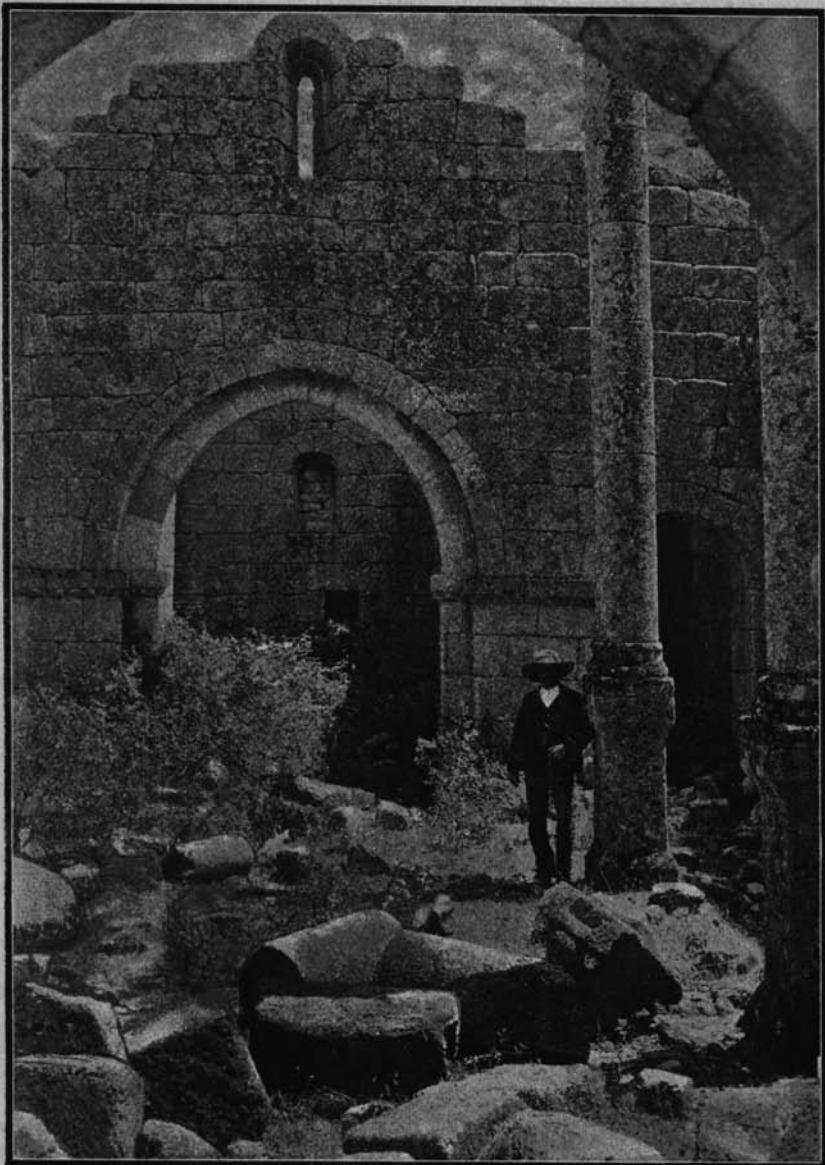
Transpunhamos a silenciosa ruína pela entrada principal. A nave da ermida era dividida por altas, esguias e cilíndricas colunas de tambores, firmadas em pedestais paralelipípedicos, cujo corpo central era reentrante por meio de chanfros. Duas de cada lado do eixo longitudinal da igreja e nos alinhamentos devidos, isto é, das ombreiras do portal às do arco cruzeiro. Estas colunas sustentavam, não arcadas, mas o vigamento aparente do telhado, tanto quanto o posso afirmar. No chão, não se viam aduelas de pedra e pelo contrário conhece-se nos capitéis o encaixe das vigas. Por isso, não formavam naves colaterais, como a planta parece indicar; na fachada não se encontra a forma concernente a esta espécie de estrutura basilical. (Est. II).

A parede do transepto assinalava-se pela sua tríplice abertura, a do arco cruzeiro e de dois arcos laterais de menor diâmetro. Aquele era constituído por dois semicírculos sobrepostos, sendo o externo e



S. Pedro de Vila-Corta [Fachada e lado meridional]





S. Pedro de Vila-Corça (Interior da ermida)

maior formado por lisas aduelas, miúdas e irregulares. A curva d'este é aparentemente semicircular, mas o arco interno e subjacente, uma espécie de arco-mestre ou dobrado, como no portal, é ligeiramente ogivo e as aduelas são de dimensão decrescente desde a do someiro até à do fecho.

As impostas são formadas por silhares de ressalto, um pouco mais estreitos que as fiadas do aparelho, e ocupam todo o intervalo dos três arcos. Só as impostas da banda do Evangelho são ornadas com bolas. Os dois arcos laterais eram da maior singeleza, sem arcos dobrados, nem impostas. Sobre o cruzeiro, uma fresta esguia e interiormente embuzinada, furava a parede, vertendo escassa luz para dentro da nave.

A base das colunas cilíndricas, grosseiramente trabalhada, parece de tipo ático. O capitell inspirava-se no jónico, mas com a maior crueza, sem arte nem sentimento. Capitel e ábaco formavam uma só peça; neste embebria-se o frechal do vigamento, como se pode ver em uma das pedras tombadas da estampa III.

Em alguns silhares do interior da ermida, viam-se as cruzes de consagração em número de sete; a fotografia deixa ver uma ao lado esquerdo do arco cruzeiro; já notei que havia algumas pedras desmoronadas e por isso podia ser maior o número daqueles emblemas<sup>1</sup>.

Penetremos nas três capelas absidais de planta rectangular, separadas da nave pela parede do cruzeiro. A central é, naturalmente, a mais espaçosa, prolongando-se bastante o seu corpo posterior; devo considerá-la a oussia ou capela-mór. Estes três compartimentos não tinham comunicação directa entre si; abriam para a nave e assim devia ser; o contrário é que seria anómalo. Só a oussia tinha luz do exterior e essa mesmo mal iluminaria o acto de culto, que aí devia celebrar-se. Uma fresta ou lumieira na parede posterior era tudo.

Dentro da absida<sup>2</sup> central, encontrei por terra duas pedras que deviam ter constituído um altar do tipo de mesa. Era primeiramente um pilar, em forma de paralelipípedo, que media 0<sup>m</sup>,40 por lado e

<sup>1</sup>; O pároco depoente de 1758 diz que esta ermida é muito antiga e foi sagrada, e J. B. de Castro (*Mappa de Portugal*, II, 157), reproduz à crença de que esta igreja foi a primeira que no mundo se erigiu a S. Pedro! Que o dissessem em Espanha...

<sup>2</sup> Julgo que não se deve hesitar em fazer grave esta palavra, ao contrário dos espanhóis. É que, em latim, só o nominativo é *absis*; em todos os outros casos, a segunda sílaba é longa; ora não é do nominativo que ela nos deriva,

0<sup>m</sup>,91 de alto. Na face superior, vê-se o sepulcro litúrgico, pequena cavidade rectangular, cujos bordos tem um rebaixo, onde devia ajustar-se o opérculo de madeira. A mesa do sacrifício era um monólito, cuja superfície zenital media 0<sup>m</sup>,90 por 1<sup>m</sup>,50 e na espessura cerca de 0<sup>m</sup>,17. Os lados eram reintrantes por meio de uma moldura em quarto de círculo côncavo. É fácil calcular que a altura total desta disposição era de 1<sup>m</sup>,08. Símbolo gravado ou em relêvo, nenhum<sup>1</sup>. (Figs. 3 e 4).

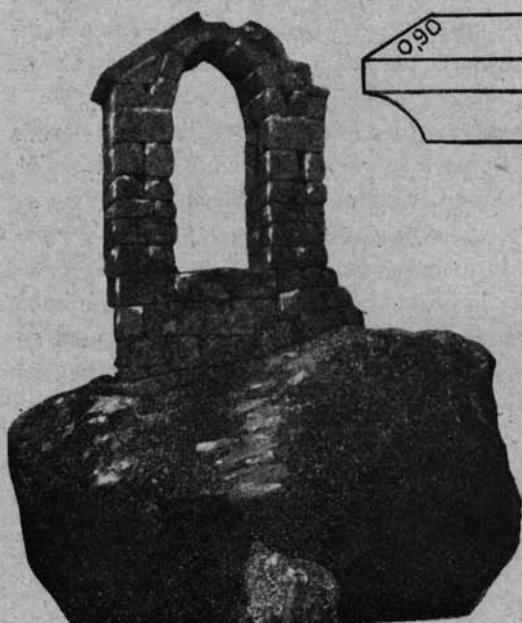


Fig. 5

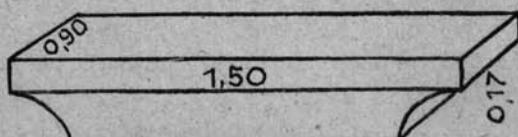


Fig. 4

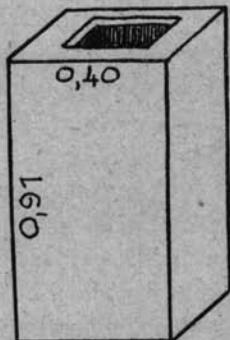


Fig. 3

O campanário da ermida erguia-se sobre um enorme penedo ou *barrôco* (termo local), situado a pouca distância. A elevação da empena recorda a da igreja de Boêlhe (séc. XII). Se este torreão encimasse a frontaria da ermida, como sucede em muitas igrejinhas românicas do norte de Portugal e, dada a disposição da colunata interna, a ilusão basilical de S. Pedro de Vila-Corça seria completa<sup>2</sup>. (Fig. 5).

<sup>1</sup> A existência irrefragável d'este altar apoia a interpretação que dei ao paralelipípedo, onde foi gravada a inscrição oncial da Gemieira (*Archeologo Português*, XIV, 39).

<sup>2</sup> De nenhuma das vezes, levei bússola para orientar a ermida com exactidão.

## 4

A feição latina e primeva desta construção sugestionou-me desde a primeira visita, que lhe fiz nos fins de 1903<sup>1</sup>. Creio bem que o estudo dela devia ser levado mais longe, de maneira que este exemplar de arquitectura cristã da idade média, o qual aliás não pode deixar de se atribuir à época românica (sécs. XI a XIII), merecesse alguma atenção das estações oficiais e artísticas.

Se considerarmos em separado alguns elementos desta construção, poderíamos cair em graves erros cronológicos; efectivamente a planta aparenta caracteres muito antigos com a existência de corpos colaterais, que as colunas estabelecem<sup>2</sup>; com a disposição da pseudo-absíde mais saliente e avantajada que a dos absidífolios laterais, como em S. João de Baños, S. Salvador de Val-de-Dios ...<sup>3</sup>. Fachadas com espelhos são caracterizadamente românicas; o arco cruzeiro de Vila-Corça anuncia já algo de transição na sua curva ogiva.

Em alguns elementos desta construção, tiveram poderoso reflexo as influências clássicas latinas, que gravitavam no território igeditanense.

Os capitéis são copiados dalguns da Idanha-a-Velha, onde há restos de uma basílica de que em breve me ocuparei. Infelizmente nenhuma inscrição comemorativa encontrei, mas julgo que posso chamar para a ermida românica de Vila-Corça a curiosidade dos competentes.

## 5

O tópico desta solitária capela deu causa à fixação neste lugar de uma lenda bastante ramificada. Contudo *Vir-a-Corça* (tal é a pro-

<sup>1</sup> Não tinha sido ainda publicada a obra monumental de Lamperez y Romea, mas C. Enlart acabava de aparecer, e não só este como outros publicistas e revistas diziam o bastante para que S. Pedro de Vila-Corça me causasse desde logo uma grande sedução. Outros estudos meus tinham porém precedência na publicação, e por isso é só, treze anos passados, que trago à luz um estudo aliás deficiente sobre esta notável ermida.

<sup>2</sup> Quem olhar as plantas da Travanca, de Lourosa, de S. Cristóvão (Coimbra), etc., é tentado a fazer um confronto imediato com a de S. Pedro de Vila-Corça, se bem que sejam aqui rectangulares as divisões absidais e os pilares sustentem, não arcadas, mas simples madeiramentos, atenta a sua fragilidade (Vid. Joaquim de Vasconcelos, *Ensaio sobre a arquitectura românica em Portugal*, n.º 47 e 82, in *Arte e Relíquias da arquitectura romano-bysantina em Portugal*, por A. Filipe Simões, est. 2.º).

<sup>3</sup> V. Lamperez y Romea, *Historia de la Arquitectura cristiana Española de la Edad Media*, pp. 46, 204 e 275.

núncia seguida) é um nome de carácter geográfico. Está por *Vila-Corça* e sabe-se como são vulgares, sobretudo no norte de Portugal, os toponímicos derivados dos antigos domínios rurais, a que o latim medieval conservou a designação de *Villa*. De *Villa* fez-se a pronúncia de *Vira*, por um fenómeno que ainda hoje vigora na dialectologia portuguesa, embora seja estranhável talvez na Beira. Mas vejamos a história pregressa da palavra.

Na Chancelaria de D. Dinis, vem uma carta de mercê para a feira anual junto da *Ermida de S. Pedro de Vila-Corça*, a instâncias do concelho de Monsanto, com a data de 20 de Setembro da era de 1346 (ano 1308). Junto em apêndice o texto dessa carta, que transcrevi no Arquivo Nacional. ¡Já não há feira, nem memória dela!

Além disto, o pároco de S. Miguel de Monsanto, a quem já me referi no princípio deste estudo, refere-se no seu depoimento a uma permuta de D. Dinis com a Sé da Guarda, sobre o senhorio de Alter

*sam pº de vila corça*

Fig. 6

do Chão e outros bens e direitos do respectivo cabido, no ano de 1292. Procurei o documento e foi-me fácil encontrar o seu registo no *Índice de ofícios & terras*

de D. Dinis. Duas vezes se lê, no códice do Arquivo Nacional, *sam pº de vila corça*, com a maior clareza, grafia que eu aqui reproduzo em fac-simile<sup>1</sup>. (Fig. 6).

Eis pois como o toponímico se conservava puro nos sécs. XIII e XIV, não havendo fundamento para agora o adulterarmos.

A lenda dos anacoretas é portanto de posterior acomodação. Mas ainda quero observar que nos toponímicos, em que o primeiro elemento é *villa*, o segundo, se é substantivo, acha-se em genitivo ou é precedido da preposição *de*; quando isto não sucede, com raríssimas exceções, este segundo elemento é um adjetivo em concordância com *villa*. É pois provável que, no toponímico *Villa-Corça*, este último vocábulo oculte algum adjetivo sem relação alguma com o conhecido *tòtem* de Sertório. Quem pois quiser seguir uma dição histórica e de pronúncia segura, terá de escrever e ler *Vila-Corça*<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Vem assim indicado no *Índice: Carta de Escambo da Sé da Guarda com Elrey pelas herdades da Ermida de S. Pedro de Villa-Corça*, na palavra *Alter do Chão*; Liv. 2.<sup>o</sup>, fl. 41. Tem a data de 20 de Agosto da era de 1330 (ano 1292).

<sup>2</sup> Na freguesia de Povolide, concelho de Viseu, há também um lugar de *Vila-Corça*, assim designado. Indicou-o o sr. Pedro de Azevedo na *Corografia* de J. M. Baptista, vol. vi, 573. Em Espanha é que há mesmíssimamente uma igreja de *S. Pedro de Villacorça*, na Estremadura, ao S. de Llerena; E. Hübner publica inscrições romanas dessa povoação no *C. I. L.*, II, 1036 e 1038.

Desta forma, a remota origem do sítio ascende ao período da pacificação romana e perpetua-se através do médio evo, resistindo, nesta região de Portugal, à ocupação muçulmana, para surgir redi-viva em um documento do séc. XIII; o que é bem mais nobilitante, mais positivo e mais histórico do que a insubstância de uma lenda vagabunda e de adaptação posterior, pelo menos, ao séc. XIV.

A antiguidade do sítio, que aliás pertence à célebre região igedi-tâica, presume-se ainda pela existência de romagens que se faziam a esta ermida de S. Pedro, na fé da cura das hérnias, pesando-se os doentes a medidas de trigo<sup>1</sup>. A feira de 11 dias, instituída por D. Dinis, não é senão uma modalidade da tradição centrípeta desta *villa* ro-mana<sup>2</sup>.

De *Villa* passou-se pois a *Vira* e fácil foi derivar para uma eti-mologia popular *Vir-a-corça*. A lenda agiológica vem comentada integralmente no depoimento paroquial de 1758, que publico em apêndice. Limito-me aqui a dizer que nela intervém uma *corça*, que vinha alimentar uma criança e que esta, crescendo, se tornou anacoreta, junto da mesma ermida de S. Pedro e recebeu o nome de Amador, em segunda vida<sup>3</sup>.

Do tugúrio de Santo Amador existia uma escavação feita na rocha, na qual se vêem umas cavidades que serviam de cantareiras; diz-se que havia ali hospitalização de romeiros e enfermos. É de supor que estes enfermos fossem os que procuravam a água da *Fonte-Santa*, no flanco do cabeçaço, água cuja eficácia nos achaques de pele está comprovada<sup>4</sup>. Esta fonte só tem curso no verão; no inverno dizem que seca.

Lisboa, Junho de 1916.

F. ALVES PEREIRA.

<sup>1</sup> De outros vestígios fala-se em *O Arch. Port.*, v. 301.

<sup>2</sup> Vejam-se *As vilas do Norte de Portugal*, por Alberto Sampaio, in *Portugalia*, I, 97. O que é raro, penso eu, é aparecerem tópicos desta espécie na re-gião central e meridional portuguesa.

<sup>3</sup> O livro *Croyances et légendes du moyen âge*, por A. Longnon et G. Bonet-Maury (Paris, 1896), traz referências a um Santo Amador, alvo de outras lendas; e, ocupando-se dos animais que fazem parte de narrações lendárias, alude ao importante papel que o veado ou a corça aí representam. O *Agiológico Lusitano* dá Santo Amador como natural de Monsanto (*op. l.* de Maury, pp. 256 e 382). Houve uma ordem religiosa hospitalar de Roca-Amador (*Rocamadour*) a que alude Viterbo (*Elucidario*, etc., II, 290). Este A. já celebra o *Hermítagio de S. Pedro de Villa-corça* (*sic*) no vol. II, 33.

<sup>4</sup> Diz-me o meu amigo de Monsanto, P.<sup>o</sup> Joaquim Vaz de Azevedo, a quem agradeço estas informações, que além da *Fonte-Santa*, situada a 300 metros da ermida, há a *Fonte da Corça*, a meia dúzia de passos, de água natural.

## APÊNDICE

## I

Liv. 3.<sup>o</sup> das Doações de D. Dinis, fl. 64 v., col. 2.<sup>a</sup>

Don Denis pla grā de deg<sup>1</sup> Reý de Port e do Algue Aqntg esta cta uirē faço sabr̄ qō Concelho de monstō mēuyou pedir por m̄ceo q̄ eu lh̄y desse hūa mha cta p̄ q̄ fezessen feira na hmida de sam P.<sup>o</sup> de Vila Corça e q̄ seeria meu suíço e pl<sup>2</sup> da tr̄a. E eu qrendo lh̄y faž ḡra e m̄ceo tenho por bē q̄ a façā h̄y e começesse affaz tēs dias añt affesta de San P.<sup>o</sup> q̄ he no mees de jūio e dure esses tēs dias e Viij<sup>3</sup> depos esa festa. E todos aqls q̄ ueerē a essa feira p Razō de uendr̄ ou de 9pr<sup>4</sup> seiā seguros da hyda e da uyda. E mādo q̄ nō seiā penhoradg nos mēs Reing por nē hūa divida en aqls tēs dias q̄ ueerē a essa feira (nem aquelles dias q̄ durar esa feira) e ē aqls tēs dias q̄ sse forē depois q̄ essa feira sair. E ponho tal encouto<sup>5</sup> q̄ q̄ qr̄ q̄<sup>6</sup> mal fež aaqles q̄ aadīa feira ueerē peitē ami sex mil p.<sup>o</sup> e sobre aqllo q̄ filhar<sup>7</sup> asseu sen.<sup>8</sup>. E todos aqls q̄ ueerē aessa feira<sup>9</sup> sas m̄chandias<sup>10</sup> paguē os dítos<sup>11</sup> q̄ deuē pagar da dīa feira. En test.<sup>o</sup> desto dei ao dīo Concelho esta cta. Dāt. en Coimbra. xx dias de Setenbro. elRey o mādou A.<sup>o</sup> m̄tiz<sup>12</sup> Aflez. E. m̄. ccc. x2uj. Anos<sup>13</sup>.

## II

**Extracto do «Diccionário Geográfico» (memórias paroquiais)**  
t. XXIV, v. Monsanto

«A quarta (ermida) é a do Apóstolo S. Pedro com o título de Vir a Corça, o qual lhe resultou de um grande milagre, que por intercessão do mesmo santo a rogos de um ermitão chamado Amador obrou Deus Nossa Senhor e por tradição é o seguinte: que vendo-se aflita uma matrona com as dores do seu parto, esquecida das obrigações de Católica chegou a proferir esta praga: que no instante que o feto saísse à luz, viesssem os demónios todos e o levassem por êsses ares; o que na realidade assim sucedeu; e espavorido o tal Ermitão com o rugido e estrondo que aqueles espíritos infernais faziam com a apreensão da criança, que já levavam pelos ares, com a maior dili-

<sup>1</sup> Deus.—<sup>2</sup> Serviço e prol.—<sup>3</sup> VIII.—<sup>4</sup> Comprar.—<sup>5</sup> Multa, penalidade.—

<sup>6</sup> Que quemquerque.—<sup>7</sup> Tomar, lançar mão.—<sup>8</sup> Senhor.—<sup>9</sup> Com.—<sup>10</sup> Mercadorias.—<sup>11</sup> Direitos.—<sup>12</sup> Afonso Martins.—<sup>13</sup> Era m. ccc. xlvi corresponde ao ano de Cristo 1308.

gência, que lhe permitiu o susto, se pôs em oração pedindo nesta ao mesmo santo lhe revelasse a causa de tam horrendo e estranho caso e certificado dela replicou ao Santo fôsse servido que por intercessão sua os tais príncipes das trevas lhe fizessem deixaçâo do dito inocente; o que com efeito se executou e vendo-se perplexo e sem meios para criar e dar sustento à mesma criança, a breves passos apareceu uma corça, fazendo oferta dos seus peitos para lhe dar o leite, sustento de que mais necessitava e com repetição desta dádiva que todos os dias fazia duas vezes de manhã e à tarde chegou a criar-se o tal menino, que com a boa educação que lhe deu o dito ermitão, gastou os dias de sua vida no exercício de anacoreta com o mesmo e por morte de ambos, pareceram uns ossos muito odoriferos, que ainda hoje existe parte dêles em um cofre com toda a decência na minha igreja<sup>1</sup> mas não há clareza, tradição ou notícia de qual dos dois seriam, e que é certo que o dito ermitão lhe pôs também o seu nome de Amador: e também ainda se conserva a gruta aonde viviam e hoje com mais recato pela diligência ou devoção do meu prelado o Ex.<sup>mo</sup> Sr. Bernardo António de Melo Osório que certo da tradição dêste milagre e das vidas de um e outro a mandou reparar com uma parede de cantaria, pondo-lhe por porta uma grade de ferro para que com menos trabalho e mais facilmente se visse o interior da mesma gruta. É muito antiga e também sagrada esta ermida e foi do Sr. rei D. Dinis com o qual fez permuta a mitra e cabido da cidade da Guarda pelo castelo de Alter dos Chãos, dando-lhe além da dita ermida várias fazendas que hoje são prazo do mesmo Cabido; o que consta de uma carta que há sobre esta troca no Arquivo da dita Sé . . .

Esta lenda parece relacionar-se com o sucesso de Simão Mago. Conta-o o *Flos Sanctorum*, em dia de S. Pedro. Este, vendo um dia Simão-o-Mago elevar-se ao ar diante da turba, fascinada por esta prova do seu poder, conseguiu, prostrando-se em oração, que as «sombras infernais» que sustinham o Mago, o deixassem e o provocador se despenhasse de grande altura (Fr. Diogo do Rosário, *História das vidas, etc.* Coimbra 1577, 2.<sup>a</sup> edição). O rapto da criança pelos diabos é a efectivação da praga rogada pela mãe, numa hora de impaciência. Mas a obra de fr. Diogo do Rosário ainda não fala

<sup>1</sup> S. Miguel de Monsanto. O pároco, autor dêste depoimento, Ayres Francisco de Proença e Sylva, diz que existe, na sua igreja, uma autentica da sagrada, gravada em gótico. Data da notícia, 20 de Maio de 1758.

de Santo Amador (1577) e J. Cardoso no *Agiológico Lusitano* (Lisboa 1657) já desenvolve a lenda de Santo Amador e seu discípulo e da guarda dos seus ossos num cofre forrado de setim<sup>1</sup>. Além disto, justifica a sua narração dizendo que ela lhe constou de um *sumário de testemunhas tirado pelo licenciado Miguel Freire Machado, prior de S. Miguel da vila de Monsanto, arcipreste nela e seu distrito a 17 de Julho de 1640 e de outros papéis e relações de pessoas fidedignas naturais dela* (Monsanto), nas quais se conserva mui fresca a tradição<sup>2</sup>. Informa ainda que Santo Amador é invocado para maleitas, trazendo os enfermos terra da sua sepultura (debaixo do altar-mór) ao pescoço e ainda para o pulgão e lagarta dos campos; e S. Pedro (a imagem milagrosa)<sup>3</sup> para quebraduras (*op. laud.* t. II, pp. 32 e 33).

A. P.

---

### Os registos de santos<sup>4</sup>

**Catálogo dos «registos» compreendidos em 4 volumes in-folio grande  
que pertenceram a Aníbal Fernandes Tomás,  
e hoje estão na posse do Museu Etnológico Português<sup>5</sup>**

#### Introdução

**Preâmbulo.—I)** Significado etnográfico dos REGISTOS de santos.—**II)** Significado artístico dos mesmos REGISTOS.

#### Preâmbulo

O povo, isolado dentro da sua acção, isto é, ao abrigo de toda a sugestão exterior e directa, manifesta nas múltiplas provas de vitalidade uma feição própria. Ao atentar nestas práticas, observam-se

<sup>1</sup> Do *Agiólogo* a extraiu o P.<sup>r</sup>º Manuel Bernardes para o seu *Pam partido em pequeninos*, que serviu de texto ao Sr. A. Tomás Pires nas suas *Investigações etnográficas* publicadas na *Revista Lusitana*, XII, 62.

<sup>2</sup> Penso que não existe o volume impresso, a que se refere uma notícia da *Encyclopédia das Famílias*, t. VIII, p. 85: *O Castelo de Monsanto*.

<sup>3</sup> A imagem existente, que é de madeira, parece dos fins do séc. XVII; é um S. Pedro litúrgicamente enluvado, sentado, na mão esquerda as chaves, na dextra o gesto de benzer à latina, na cabeça a tiara; face barbada. Em 1613, fundou-se em Monsanto uma irmandade de S. Pedro; informação do Sr. Dr. José Ferreira da Trindade, para quem o meu agradecimento.

<sup>4</sup> Estes quatro volumes foram comprados para o Museu pelo seu Director, o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, que me encarregou de estudar os *registos*, e de os catalogar. Cf. a *História do Museu*, pelo mesmo, Lisboa 1915, p. 231, nota.

caracteres originais, que são de um alto cunho de documentação a fornecer à ciência contemporânea: no campo social, religioso, histórico e da psicologia étnica, sobre a base comum da evolução histórica<sup>1</sup>.

É difícil precisar claramente em que sentido se aceitará a acepção de *povo* no estudo da etnografia. A etnologia estuda o agrupamento em globo, o aglomerado natural dos povos<sup>2</sup>, enquanto a etnografia é a parte descritiva referida ao que de individual e de tradição haja na vida desse agrupamento, trate-se de povos antigos, extintos ou dispersos<sup>3</sup>, seja de povos de hoje. Ora confinando o vocabulário ao significado restrito de classe desprivilegiada de meios de fortuna e de cultura, cair-se-ia na classificação artificial de pôr a um lado uma classe (o 3.º braço das velhas Cortes Gerais) ligada, por definição, a fórmulas tradicionais, e do outro os indivíduos que se lhe contrapõem, e que afinal ou conservam as mesmas tradições, ou apenas tem estas modificadas. E a idiosincrasia nacional tanto a representam ainda, nestes tempos, as camadas superiores como as inferiores da população de um país. Os *milagres*, os ex-votos, as promessas de toda a espécie, fazem-nas todos os crentes sem distinguir classe, e apenas o objecto oferecido ou o acto de culto difere na riqueza<sup>4</sup> e perfeição; os velhos romances, velhos *contos da carochinha*, provérbios e senten-

<sup>1</sup> As ciências, que fornecem material para o estudo de um povo, são compreendidas, mais ou menos largamente, tanto nas páginas de revistas, como nas secções de institutos científicos e museus que tem por fim o conhecimento desse povo. Vid. notícia de pormenor na *Revista Lusitana*, vol. xvi, pp. 303 e 304, texto e notas, artigo «Etnologia» do Dr. José Leite de Vasconcelos.

<sup>2</sup> Vid. Deniker, *Les races et les peuples de la terre*, 1910, p. 3.

<sup>3</sup> Nos povos extintos incluem-se os agregados nacionais da história antiga, v. g. de Grécia e Roma; a bibliografia é larga; por exemplo: *Dictionnaire des antiquités grecques et romaines*, de Daremburg & Saglio; *Dictionary of greek and roman antiquities*, de Smith (London, 1901); *Reallexicon*, de Robert Forsters; Marquardt, *Vie privée des Romains*, *Le culte chez les Romains*, *Manuel de l'antiquité romaine*; Friedlaender, *Histoire des mœurs de Rome*; Otto, *Die Sprichwörter der Römer*; Sttil, *Die Gebärden*; toda a biblioteca de estudos dos cristãos primitivos (Ruinart, *Actes*; Rossi, *Roma sotterranea*; Kraus, *Real-Encyclopädie*; Becker, *Gallus*; Allard, *Histoire des persécutions*; Péra, *Manuel d'Archéologie Chrétienne*, etc.). Disperso é o povo judaico, de que há *The Jewish Encyclopedia* (vid. por ex. *Amulet*), e especialmente em Portugal, *Os Judeus em Portugal*, de Mendes dos Remédios (Coimbra 1895), *Geschichte der Juden in Portugal*, de Kaiserling (Berlim 1867), *Memórias sobre os Judeus em Portugal*, de Ferreira Gordo, in «Memórias da Academia Rial das Ciências», iv, 2, e *Rev. Peninsular*, ii, 520 e sgs., Lisboa 1856, etc.

<sup>4</sup> Vid. *O Arch. Port.* xix, p. 152 e sgs.; *Religiões da Lusitania*, de Leite de Vasconcelos, iii, 595; *Portugalia*, ii, pp. 189 e 192 (artigo de Rocha Peixoto).

ças, lendas e anexins, superstições, tudo se rodeia na alma nacional, sem indagar de idade ou altura de classe; bruxarias mais ou menos modernizadas<sup>1</sup> continuam em muitos casos capítulos de antiga magia; as rendas de Viana e de Peniche, o velho crochê, mantas e tapetes de farrapo, e outras indústrias nacionais, ascendem em valor estético e técnico segundo as mãos que as fabricam, mas conservando caracteres típicos, de mistura com outros de importação. E se superstições se prolongam de baixo para cima, também nas classes menos rústicas ou mais cultas há curiosidades de notar, como por exemplo o entrance e recorte de pano e papel para marcas<sup>2</sup>, e certas credências como o receio do número treze<sup>3</sup>. Ratzer definiu a etnografia como sendo o estudo descriptivo dos povos para mostrar as diversas condições de civilização<sup>4</sup>; é a modalidade actual desta ciência<sup>5</sup>; e, neste caso, Povo significa o todo nacional. Por certo que há necessidade de uma aclaração; no estudo das formas tradicionais, que se vem grupando sucessivamente, o povo<sup>6</sup>, sendo o receptáculo dos velhos usos e costumes, e representando a inércia do passado contra os desequilíbrios e oscilações do presente, será o objecto principal, embora não único.

Assim quando se diz, neste sentido, *povo*, querer-se há fazer referência à parte da nação que, sem cultura ou com os mais fracos vestígios dela, entregue ao seu instinto e inteligência rude, vive fora ou longe da acção modernizante da civilização; entendendo-se no entanto que essa influência do passado se não confina aí. E duma forma geral, fictícia, mas por agora passável, podíamos dividir o *povo*, no

<sup>1</sup> Vid. diariamente anúncios dos jornais. Leite de Vasconcelos, *Ensaios Etnográficos*, III, p. 179.

<sup>2</sup> *Artes e Indústrias portuguesas*: «o Vidro e o Papel», de Sousa Viterbo, pp. 49-50; e do mesmo um artigo no *Diário de Notícias*, de 7 de Janeiro de 1897.

<sup>3</sup> A superstição do número 13 tem um carácter de adaptação nas classes elevadas, comparável ao *signo-saimão* usado nas camadas baixas. Se os Ingleses não usam o número 13 nas suas casas, cá, sem esse exagero, o número 13 traz-se em medalhas como amuleto, e não são os analfabetos que as usam, nem se misturam frequentemente com o *signo-saimão*, *figas* e *meias luas*. No Museu Etnológico há, na secção estrangeira, amuletos de «número 13», provenientes da França, Bélgica e Itália.

<sup>4</sup> *Völkerkunde*, I, 5, 6.

<sup>5</sup> *Rev. Lusitana*, XVI, p. 304, artigo «Etnologia», de J. Leite de Vasconcelos, já citado.

<sup>6</sup> Aqui, quero dizer: classe popular. É corrente, no ponto de vista histórico-social, fazer a classificação de classes altas e classes baixas; é uma formalidade que o uso consagra; passe.



S<sup>RA</sup> EUDEMIA VM

Diva nivera na freg<sup>a</sup>. de S. Pedro do  
Parada Boné de São Paulo Diocese do Porto...

(Gravura popular)

significado geral, em *povo* culto e *povo* inculto, sem atender a explicações que levariam muito longe, tam artificial fica a classificação. Mas, assim mesmo, é tolerável no ponto de vista dos estudos etnográficos.

## I

## Significado etnográfico dos registos

Culto dos Santos; peregrinações de Roma e Jerusalém; romarias e círios; significação do termo *registo*; caracteres e uso do *registo*; as imagens populares dos Santos; bibliografia. Os plebeismos dos *registos*. Comparação de factos congêneres, estrangeiros.

Entre as fórmulas rituais do cristianismo triunfante, figura o justo culto dos Santos, que aos crentes e aos homens duma nação explica a força moral do reconhecimento das virtudes humanas<sup>1</sup>. Desde os tempos apostólicos, os crentes da religião nascente no império dos Césares faziam visitas piedosas aos lugares dos martírios e das relíquias dos mártires das perseguições imperiais.

Os romeiros iam a Roma orar ante os túmulos dos mártires, *romeavam* (e de aí lhes veio o nome), e foram depois a Jerusalém visitar os Lugares Santos<sup>2</sup>. Durante as perseguições, as romarias eram secretas, e só Constantino<sup>3</sup>, reconhecido pelo édito de Milão (313) e admitido oficialmente (323) o cristianismo, permitiu livre prática ao

<sup>1</sup> «Nous avons prouvé, qu'on peut avec droit honorer les saints, pourvu qu'on outrepasse par certains bonnes prescriptions». *Système de Théologie*, Leibnitz, p. 195. Diz S. Cipriano, in *Epistola 37 ad Clerum: Omnium quidem Martyrum memoria laeta solemnitate calenda est*. Por onde se vê que as festas religiosas, em que se celebrava a comemoração dos mártires, no aniversário do martírio, não eram festas fúnebres, mas glorificadoras.

<sup>2</sup> Eusébio, no cap. xi do liv. vi da *Hist. Ecclesiastica* dá notícia das visitas dos peregrinos aos Lugares Santos, e às sepulturas e relíquias dos Mártires. Os Lugares visitados eram os que andavam ligados, não só à vida de Jesus Cristo, mas também aos passos da História Bíblica. Entre êles eram os principais: Jerusalém (Calvário e Sepulcro), Vale de Josafá (lapidação de Santo Estêvão), Monte Olivete (Oração de Jesus), Vale de Siloé (fonte onde a Virgem lavou os panos com que apresentou o Menino Jesus no Templo), Monte de Sião (onde foi enterrada a Virgem, e de onde os Judeus a quiseram tirar), Belém (nascimento de Jesus), Betânia (milagre da ressurreição de Lázaro), etc.

<sup>3</sup> Constantino serviu-se dos Cristãos contra os rivais. Protegeu-os depois da batalha histórica de ponte de Mílvio (hoje de Molle) contra Maxêncio (312). Seguiu-se, em Janeiro de 313, o édito de Milão (P.<sup>o</sup> Sixto, *Notiones archaeologiae christianaæ*, I, p. 138 e sgs.) e o de 321 que concedia aos Cristãos os privilégios dos outros cidadãos de Roma. Só após a vitória de Andrinopla, sobre Licínio (323), admitiu o Cristianismo religião do Estado.

culto dos Cristãos, mandando ele próprio destruir o templo de Vénus, no alto do Calvário. A própria mãe do Imperador foi a Jerusalém. Levantavam-se templos; em todo o império romano, as perseguições fizeram vítimas, e na África, na Ásia, como na Europa, em povoados e no deserto, elevaram-se santuários em memória dos mártires<sup>1</sup>, o que a família imperial fazia também<sup>2</sup>. A imperatriz Eudóxia<sup>3</sup> esteve também nos Lugares Santos, onde a mãe de César edificara dois templos. As festas religiosas eram locais e celebravam-se nos aniversários dos martírios.

Roma era mais perto para as nações do Ocidente, e as peregrinações foram aí mais numerosas. Os príncipes, o clero, a nobreza, concediam facilidades aos romeiros, e espalhavam albergarias pelo caminho. Com o ataque dos Mussulmanos a Jerusalém, organizaram-se as cruzadas, que não passavam de romarias militares, em que os cavaleiros tinham maiores garantias de perdão para as suas culpas e para a redenção final.

Na Idade Média, o misticismo, a opressão, a lenda árabe, ampliaram a crença dos milagres. Multiplicaram-se as romarias. A cada passo aparecia uma imagem da Virgem a uma pastorinha inocente, ou a um pescador aflito; e os locais que tocavam a imaginação popular, rochas das arribas ou lapas e furnas dos tesouros mouriscos, animavam-se com o aparecimento da Virgem, ereção de templos e a corrida de romeiros. Toda a lenda mediévica e todos os prodígios similares de eras posteriores (Vid. no *Catálogo dos Registos*, Parte I, Senhora da Rocha, 1.<sup>º</sup> quartel do séc. XIX), se sobrepuiseram e trouxeram até hoje o culto das imagens milagrosas, dos Santos curandeiros, e o uso não esquecido das romarias festivas.

Nos sécs. X a XIII a principal romaria ibérica era a de S. Tiago de Compostela, aonde, segundo o povo ainda hoje diz, quem não vai

---

<sup>1</sup> Em Lisboa ainda hoje há duas paróquias, que tem por orago os mártires Veríssimo, Máxima e Júlia, vítimas das perseguições dos Romanos. E elas mesmo tem a invocação de Santos: *Santos-o-Velho*, com a matriz no lugar da ermida sepulcral, e *Santos-o-Novo*, para onde as relíquias foram trasladadas no tempo de D. João III. Vid. no *Catálogo de Registos*, Parte I, e in *Descrição do Reino de Portugal*, de Duarte Nunes de Leão (1610), fls. 71 v.

<sup>2</sup> Constantino destruiu o cemitério do Vaticano, e mandou construir sobre o túmulo de S. Pedro (*memoria* erigida por Anacleto, 4.<sup>º</sup> Papa) uma basílica (S. Pedro do Vaticano).

<sup>3</sup> Proémio do liv. VII sobre Ezequiel e Eustáquio, de S. Jerónimo, e Sezomeno no liv. II cap. xxvi, da *Hist. Ecclesiastica*.



**A VENERANDA IMAGEM DO SENHOR DA FONTE DA VIDA,**

erecto no extinto Convento da Franqueira suburbios da Villa de Barcellos.

S. Exc. e Rev.º o Srr. Arcebispo Primaz, conceden vinte dias d'indulgencia a todos aqueles que confessados, e tendo recebido a Sagrada Communhão; visitarem esta Imagem naquelle Igreja, orando ali pelo augmento espiritual e temporal da Cristandade, prosperidade do Reino e pelas Almas do Purgatorio

(Gravura popular)



S. BENTO DA PORTA ABERTA  
Venera se na freg<sup>ª</sup> de Rio Caldo subúrbios do Gerês.

(Gravura popular)

em vida, chega depois da morte<sup>1</sup>. Mas as principais afeições iam para as imagens da Virgem, que os Reis de Portugal sempre favoreceram: Senhora de Terena ou Senhora da Boa Nova<sup>2</sup>, Senhora da Oliveira de Guimarães<sup>3</sup>, Senhora da Nazaré<sup>4</sup>, etc.

Das romarias provêm os círios, que são romarias procissionais. Não as substituíram, colocaram-se-lhes paralelamente. À parte de antigos templos elevaram-se outros, sob novos milagres (Atalaia, Cabo, Penha, Rocha<sup>5</sup>, etc.), que novas romarias provocaram. Na Extremadura radicou-se, e sobretudo na região de Lisboa, o uso dos círios, em que as irmandades, em procissão, com andores, anjos, e música, cobertas «da venerável poeira dos peregrinos<sup>6</sup>», iam de visita aos santuários. Alguns tinham o título de Rial<sup>7</sup>: «o da prata», que era o da Nazaré, e o da Senhora do Cabo de Espichel. «Além das do Alentejo são vinte e oito as Freguesias do Termo de Lisboa

<sup>1</sup> Vid. *Catálogo dos Registos*, Parte I, S. Tiago. Lá iam os romeiros, de bordão, a cabacinha no alto, largo chapéu e conchas na murça. Ainda hoje o povo chama à *via lactea a estrada de S. Tiago*, por onde as almas vão para os céus, o que se liga com a superstição apontada no texto. No romance popular a *Justiça de Deus* (*Romanceiro de Garrett*, ed. da Livraria Moderna, Lisboa 1904, I, pp. 231-232) vem um romeiro de S. Tiago assim descrito:

Ao seu bordão encostado  
Vieiras traz na esclavina  
O chapeo d'ellas cercado

e depois

*despe insignias de romeiro.*  
(Beira Alta)

Vid. *Ensaios Ethnográficos*, Leite de Vasconcelos, III, 199.

<sup>2</sup> *Cantigas de Santa Maria*, de Dom Afonso o Sábio, ed. da Real Academia de Espanha (Madrid 1889). Cantigas · CCLXXVI, · CLXXXVII, · CLXXXVIII, · CLXXXIX, · CCXIII, · CCXIV, · CCLXXV.

<sup>3</sup> *Livro de Mumadona*, escritura, a fls. 23 v, citado por Pereira Caldas in *Guimarães*, II, p. 18. *Guimarães e Santa Maria*, de Oliveira Guimarães, Abade de Tágilde, pp. 55-57; *Cidades e Villas de Portugal*, de Vilhena Barbosa, I, 197-198.

<sup>4</sup> Vid. *Catálogo dos Registos de Santos*, Parte I, s. v. Nazaré. A capela foi edificada por D. Fernando, em 1370 (*A Nazareth*, in *As praias de Portugal*, de Ramalho Ortigão, 1876, p. 99 e sgs.).

<sup>5</sup> Vid. *Catálogo dos Registos de Santos*, id., id., nos respectivos nomes.

<sup>6</sup> Diz no livro *Le Portugal à vol d'oiseau*, na tradução portuguesa a p. 24, M.<sup>me</sup> Ratazzi, numa das poucas vezes que se mostrou delicada e precisa ao referir-se a Portugal.

<sup>7</sup> Vê-se nos *registos da Senhora do Cabo*, e dá notícias o P.<sup>o</sup> António de Vasconcelos, in *Descriptio Regni Lusit.*, 536.

que com seus Círios a (Nossa Senhora do Cabo) festejão<sup>1</sup>. Havia as mesmas facilidades concedidas aos Romeiros<sup>2</sup>.

Eram estas as festas que o povo aproveitava, e hoje ainda o segue fazendo, para, à maneira clássica, satisfazer a crença e os gostos da folia. Ainda não há muito que as festas eram acompanhadas de representação de autos<sup>3</sup>, que a princípio se fizeram dentro das igrejas, no maior excesso das festas orgiáticas da Grécia às divindades da Terra e do Inferno<sup>4</sup>.

As partes essenciais das romarias são duas: arraial na véspera, e o dia das festas de igreja, com procissão e cumprimento de votos. Alguns santuários tinham adjuntas moradias e acolhidas onde se preparavam para a comunhão festiva os romeiros de maior crença, que assistiam a novenas e prazos preparatórios. Noutros, dormiam na própria igreja, de que advinham mais ou menos graves prejuízos<sup>5</sup>. A presença dos romeiros foi marcada pela posse do *registo* do Santo festejado, como antes o era pelas insígnias, e então, e hoje ainda, pelas medalhas também. A par e como derivados dos *registos* encontram-se as *verónicas* e as *medidas*<sup>6</sup>.

As irmandades mandam que se façam *registos*, que em harmonia com os recursos locais e da confraria (materiais e espirituais) são de

<sup>1</sup> *Crónica da Província da Arrábida*, Parte I, liv. I, cap. 5, p. 19.

<sup>2</sup> Uma *bula apostólica*, confirmada em 15 de Maio de 1585, condena e proíbe impedimentos em terra e no mar, feitas aos romeiros da Senhora do Cabo. No arquivo de Cezimbra existe um «rial avisos do Príncipe Regente D. João (depois VI), que profbe a exploração dos romeiros pelos vendedores, no arraial.

<sup>3</sup> Cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, II, 132-133; e *Minho Pitoresco. «Comédias»*.

<sup>4</sup> Outros destinos tinham ainda os templos da Grécia. Em Delos e Olímpia, célebres 1000 anos A. C. como os centros religiosos mais importantes da Hélada, os templos funcionavam como bancos. C. Diehl, *Excursions archéologiques en Grèce*, p. 167.

<sup>5</sup> In *Portugalia*, II, 104: «Os tremedores em Portugal no séc. XVI», de Pedro de Azevedo.

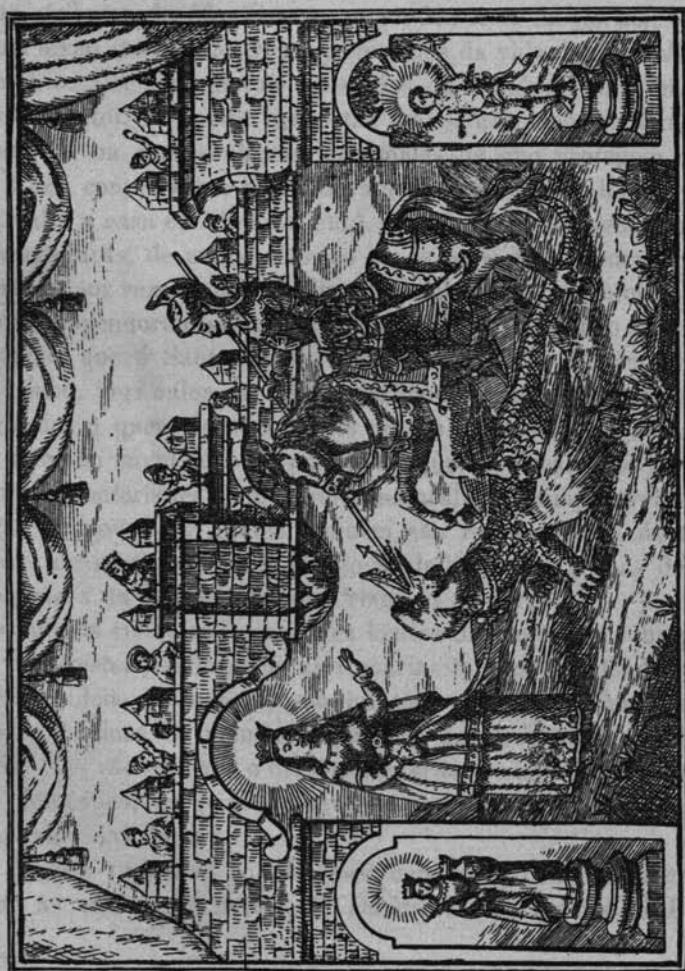
<sup>6</sup> *Verónicas* são gravuras como as dos *registos*, guardadas dentro de caixilhos de madeira ou de papelão, com ou sem vidro; as de papelão são muito enfeitadas com lantejoulas e fios prateados, e suspendem-se ao peito; as de caixilho de madeira ou de papelão com vidro são maiores e formam pequeninos oratórios. *Medidas* são fitas franjadas, com o nome ou iniciais do Santo festejado, escrito a letras negras ou douradas; ao centro tem um *registo* minúsculo, do Santo. Talvez primitivamente, para justificar a designação, representassem estas fitas alguma medida da imagem do Santo respectivo, ou fosse uma medida uniforme para as fitas.



R.

NOSSA SENHORA DAS DORES

(Gravura popular)



Coimbra.

### MILAGROSA IMAGEM DE S. JORGE M.

Que se venera na sua Capella em Eira-Pedrinha.

(Gravura popular)

papel, de cartão, de pano ou de seda. Acontece também serem os *registos* oferecidos por um devoto, (um da S.<sup>ra</sup> de *Água de Lupe* «Guadelupe»), vol. II, p. 73. Alguns tem as figuras urdidas na tela de seda. Uns são microscópicos (alguns da Senhora da Nazaré e da Rocha não vão além do tamanho duma estampilha), outros são enormes de *in-folio*. Ora são pintados, ora incolores. Representam o Santo com os seus atributos do *Flos Sanctorum* ou dos *Acta Martyrum*, ou passos da Paixão (se são de Cristo), episódios da vida da *Hist. Eccles.*, do martírio, alegorias morais (mistérios da Trindade, da Conceição, do Sacramento), alegorias concretas (os Santos com as mutilações do martírio, ou representações dos males de que protegem, v. g., Santa Luzia com os olhos numa salva na mão direita e palma na outra, S. Marçal e a casa em chamas, etc.). Envolvem as imagens nas mais ricas cercaduras, de molde clássico ou de fantasia; ou encaixam-nas em pórticos por vezes pomposíssimos, e também em retábulos de altar. Por vezes dependuram-se nas colunas e pilastres do pórtico os *ex-votos* de doenças que o Santo curou. Completam, muito freqüentemente, o quadinho, versículos da Bíblia, psalmos e orações, e informe das indulgências a quem reze na frente dessas imagens. Os Santos aparecem também envolvidos na paisagem, que, na feição mais humilde, tem uma característica dum curioso naturalismo comparável ao das cantigas do povo. Os Santos também são representados dentro de grinaldas de rosas, entremeadas de medalhões com cenas de martírio e passos da Paixão (nos de Cristo ou da Virgem).

As antigas relíquias<sup>1</sup> e rosários bentos dos romeiros sobrepõem-se o uso do *registro*. Assim como as romarias formam o calendário perpétuo da aldeia, os *registos* são bilhetes de compromisso para os crentes e páginas de memórias para os namorados. E à volta da romaria, eles vão ou para o oratório, guardar as indulgências no santuário doméstico, ou para as arcas e gavetas e paredes, ou para o ferro-velho das feiras<sup>2</sup>.

O *Registo* registava pois o dever cumprido; o nome aplicava-se também às marcas de livro (vid. *Dicionário de Cândido de Figuei-*

<sup>1</sup> No *cæmeterium majus*, catacumba de Roma, onde estava sepultado S. Pedro, ardia diante da *cathedra* do Santo uma lâmpada. Os peregrinos levavam, no regresso ao lar, óleo da lâmpada como relíquia. *Oleum de sede, ubi prius sedit Ss Petrus.*

<sup>2</sup> Diz Garrett no cap. ix das *Viagens na minha terra*: «Levei bons puchões »de orelhas de meu pai por comprar na feira de San' Lázaro, no Pôrto, em vez »de gaitinhas ou de registos de santos...».

redo), e tinham figuras de Santos. Diz Bluteau: *Alicujus Sanctus imago ou effigies*, por exemplo, *Christi resurgentis effigies* (*Vocabulário*)<sup>1</sup>.

Não se referem a *registos* de romarias. Embora o fim condiga com o nome, este veio por certo das marcas de livro com uma *Sancti imago*. Quando principiou este uso? Pode supor-se que desde a divulgação da gravura em madeira, no séc. XVI; mas em Portugal só a partir do séc. XVII<sup>2</sup> há exemplares conhecidos, e estes em nada distintos das gravuras da *literatura de cordel*<sup>3</sup>. Na revista suíça *Anzeiger für Schweizerischen Altertumskunde*, vem reproduzida uma *Präsenzzettel* (repare-se no nome expressivo) que era entregue aos romeiros da capela da Virgem, em Pflaressbach, «para recordação e prova de presença»; foi encontrado na capa dum livro de Estrasburgo, de 1505<sup>4</sup>.

A acção da figura sobre os espíritos aumenta com as recordações católicas o brilho das romarias. É a recordação palpável dum dever que se cumpriu. Mas nem só a religião popular tinha aí uma das melhores manifestações, ou a melhor, mesmo. O *folk-lore* enriquecia-se ou desenvolvia-se livremente. Da romaria vem de regresso os bandos, cantando ao desafio, cheios de sol e de pó, animados das libações. Aí se forjaram cantigas e romances<sup>5</sup>. Nas canções do povo muitas quadras se referem a santos e romarias<sup>6</sup>. Andam em várias

<sup>1</sup> *Vocabulário*, s. v. *registro*.

<sup>2</sup> V. g., volumes da *Colecção de registos*, III, 190.

<sup>3</sup> In *Portugalia*, I, 497–502 artigo do Dr. Teófilo Braga.

<sup>4</sup> Taf. XIV, n.º 4, 1900, pp. 264–65, artigo de H. Herzog.

<sup>5</sup> Diz Garrett nas *Viagens na minha terra*, fim do cap. XXX: «êste (poema «de Santa Iria) visivelmente nasceu nos arraiais, nos oragos dos campos, e por si tem vivido até agora».

<sup>6</sup> Senhora dos Remédios,  
Vinde abaixo, dai-me a mão:  
Sou romeiro novo,  
Abafo do coração.

*Rev. Lusitana*, IX, p. 246, quadra 117, do artigo «Tradições populares e linguagem de Vila Rial», por António Gomes Pereira. Lembrar «A Romeira», Garrett, *Cancioneiro*, II.

A Senhora da Abadia  
Tem uma fita no braço,  
*Quê le dêro* os anjinhos  
A 25 de Março.

*Rev. Lusitana*, XVII, p. 309, «Tradições de Santo Tirso», de Pires de Lima.



**O S<sup>o</sup> JESUS D'AGONIA**  
Que se venera na sua Egreja em Arganil  
*L. R. M. R. 1916.*

(Gravura popular)



SANTA COMBA V.M.

Que se venera na sua capela em  
Vel - Meão.

(Litografia popular)

línguas românicas provérbios semelhantes, concernentes a romarias<sup>1</sup>. Restam danças e farças populares nas romarias e festas tradicionais: dança do Rei David nas festas de S. Geraldo, em Braga; charolas e danças de Nossa Senhora do Couto, em Arcozelo da Serra, etc.<sup>2</sup>.

\*

Mas os *registos* não valem, dentro da etnografia, apenas pelo prestígio da imagem, merecem também a atenção como estampa de artistas populares. Constituem um ramo da estamparia popular. A gravura não é de invenção popular; mas, desenvolvida ela, bifurcou-se em dois braços: gravura culta e gravura rude ou rústica. No séc. XVIII e XIX os dois braços desenvolveram-se a par, e há registos rudes, de desenho primitivo, coloridos a tinta de água ou a lápis, e há-os artísticos firmados por Domingos Sequeira, Vieira Lusitano, Debrie, Bartolozzi, etc.<sup>3</sup>, nacionais e estrangeiros. É o mesmo que se dá com os santeiros e pintores de *milagres*. A gravura em madeira foi suplantada pela metálica, e mais tarde, ressuscitada a xilogravura, teve por concorrentes a fotogravura e a litografia. Este processo, simples, barato, cômodo, igualando na mão de artistas rudes o efeito bronco mais ou menos decorativo das primeiras, deminuia o uso da

<sup>1</sup> «As romarias e às bodas vão as loucas todas» (A las romarias y a las vodas van las locas todas). «Bem vai ao romeiro se lhe esquece o bordão». «Não há romeiro que diga mal do seu bordão», etc. Como das romarias nem sempre os romeiros voltam como foram, diz-se na Estremadura:

Boa romaria faz  
Quem na sua casa está em paz.

<sup>2</sup> «& a continua solemnidade com que todos os meses do anno se celebra nem todas as igrejas (o Santíssimo Sacramento), e a muita veneração & alegria com que se festejão as festas de Deos & dos Sanctos»... «Todo o anno se ouvem cantares, tangeres, & danças nas festas dos Sanctos».

Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, 1610, fls. 124.

<sup>3</sup> Para completar a série de enumerações de efeitos das romarias não se deve esquecer, além dos bons mercados de indústria rústica que eram, o pretexto que deram a obras de arte. Os *registos* artísticos estão mencionados, e a Parte II os integra na *História da Arte*. Há os azulejos do séc. XVIII com cenas populares de festejos e danças; é conhecida a ermida da Memória, na Caparica, onde em azulejos está pintada a lenda da Senhora do Cabo por obra de António Oliveira Bernardes (José Queiroz, *Cerâmica Portuguesa*, pp. 232 e 241). E entre os pintores de Portugal nestes tempos de realismo nacional pintaram cenas de romarias Alfredo Keil (que também na ópera *A Serrana* as incluiu logo no 1.º acto, com cantares ao desafio), Silva Pôrto, já falecidos, e José Malhoa. Também a gravura de medalhas tem aplicação nas romarias e festas de orago, mas em Portugal não se dá isso muito, e correm medalhas francesas de Lourdes e do Sacré Cœur, de Paris, e outras italianas, principalmente.

gravura; e na mão de artistas médios, como os litógrafos de Coimbra, ainda este processo adquire sumptuosidade, falsa mas vistosa, em detrimento da velha gravura. Hoje os *registos* são ou aproveitados de velhas chapas metálicas, ou litografados, ou, e em maior número, fotografados.

Este carácter lhe dão, à gravura popular, anónima, gravura baixa, as seguintes obras pelo menos: *Histoire de l'Imagerie populaire flamande*, de Van Heurek et Boekenogen (Bruxelas 1910), *Alte Deutsche Schwänke*, do Dr. Owiglass (de Munich), *Histoire de l'Imagerie populaire*, de Champfleury (1849), *L'imagerie populaire de Turnhout*, nos *Annales de l'Académie Royale d'Archéologie de Belgique*, vol. LXIV, 6.<sup>a</sup> série, tomo iv, pp. 305 a 332, artigo de Emile Van Heurek, e artigo de Teófilo Braga a pp. 497-512 da *Portugalia*, i.

Outro característico dos *registos* populares era a adaptação da mesma chapa a diversos santos identificáveis, para o que se não gravavam os nomes e eram manuscritos, ou se lhes aplicavam depois, o que facilmente se conhece.

\*

A proveniência de grande parte, mesmo da maior parte, trai-se, além da rudez artística e técnica, no uso de incorrecções da linguagem popular, adaptando a seu dizer, os artistas, o nome dos santos e o nome das terras dos santuários. Até em Lisboa, por exemplo nas casas da rua da Padaria e na do Rubi ao Chiado, se encontram por via de regra plebeísmos desta ordem. Estes *registos* de Lisboa não eram só para as romarias de fora da cidade; em Lisboa havia festas como as de Santo António, e das numerosas imagens das ermidas, igrejas e conventos, que não escapando ao uso do *registro*, na sua renda e significado religioso, não incluíam porém romaria.

Em apêndice faço resenha dos principais e mais curiosos plebeísmos referidos.

\*

Em Espanha continua a romaria de S. Tiago de Compostela<sup>1</sup>, e de milagre moderno é venerada a Senhora de Monserrate<sup>2</sup>. Em França tem celebriidade nacional e até mesmo internacional, o que já acon-

<sup>1</sup> «Na igreja de Sãotiago de Galliza se vê a maior alâpada de prata q nella »arde q el Rei Dô Manuel offereceu, cujo perpetuo lume se sustenta cõ renda »q el Rei mandou côprar».

Duarte Nunes de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, 1601, fls. 125 v.

<sup>2</sup> Vi um curioso *registro* espanhol de *Nuestro Señor del Consuelo*. É uma gravura em madeira do século passado. Ao centro está o Crucificado, com a Virgem



SANTO ANTONIO DOS OLIVAES.

Obtive S.º Arcebispo Bispo de Coimbra Concede 50 dias de indulgencias a que rezar um P. N. e uma A. M. G. P. Rei diante destas Sombras.

Dores J.

1858

(Litografia popular)



Lit. de Jº das Dores em Coimbra

Dover E.

### DESCIMENTO DA CRUZ.

(Litografia popular)

tece desde os tempos do templo primitivo em S. Tiago de Compostela, as festividades de Nossa Senhora de la Salette, de Lourdes (*Vierge bleue*) e de Chartres (*Vierge noire*). A Lourdes belga é o *Refúgio da Ave Maria*, junto de Namur, em uma gruta. Na Itália, a principal romaria é de Nossa Senhora do Loreto que deu lugar à indústria local de rosários, de contas montadas em fio de metal muito fino, para uso dos fiéis e dos peregrinos<sup>1</sup>; nas antigas romarias dos Abruzzos havia tabernaculinhos e bordões que os peregrinos levavam, por exemplo, a Nossa Senhora do Loreto e a Casalbordino<sup>2</sup>; é célebre também a festa popular da virgem negra de Monte Carmo, em Nápoles. No artigo de Van Heurek, já cit., «L'imagerie populaire de Turnhout», vem representadas gravuras de santos, e umas bandeirinhas triangulares de papel com cenas religiosas e de oração, que os romeiros levavam (est. n.º 22, *A nostre Dame de Misericorde pres de Marchienne-au-Pont*); Resens na *Archéologie Chrétienne* refere-se também a estas bandeirinhas, que substituíram as placas de insignias, e as medalhas de devoção, muitas destas encontradas em Sambre, Namur, Antuérpia, etc. (pp. 450 a 453 do vol. II). Da Suíça foi recordado já um exemplar de *Präsenzzettel* do séc. XVI. Na Polónia foi célebre o mosteiro e romaria da Virgem de Jasna-Gora, junto de Czestochowa; foi o ataque dêste templo fortificado, por parte dos Suecos, que levou a Polónia, dividida e anarquizada, a unir-se em massa contra os exércitos de Gustavo Adolfo<sup>3</sup> (séc. XVII). Na Grécia é venerada com uma peregrinação anual a *Theotokos* (mãe de Deus) da ilha de Tynos, onde os navios gregos são benzidos. A *Ikona*, chamada a *Milagrosa*, está em um «nicho santo» (*Aghioma*).

Dolorosa aos pés da cruz. À volta tem quatro quadrozinhos, onde se desenham grosseiramente os milagres atribuídos à imagem, acompanhados de legendas. No canto superior, esquerdo, da cruz: três figuras, uma no centro, cercada pelas outras que a ameaçam de espada em punho: UM SOLDADO A | COMETIDO DE | ENEMIGO SE | LI | BRA INVOCANDO | A S. D. M. No canto ao lado, um Padre aproxima de um doente um crucifixo, e aparece o Crucificado: UMA MUGER | MURIBUNDA CO | BRO SALVD IN | VOCANDO SU | D. M. No canto inferior direito, vêem-se três mulheres e uma menina a adorar o Crucificado: SANAN DE MV | CHAS DOLEN | CIAS INVOCAN | DO AL SANTIS | CHRISTO. No último, vê-se uma seara, e um homem de jolehos ante o Crucificado: INVOCANDO | ÁL SS. CHRISTO | SE LIBRAN LOS | TRIGOS DE LAN | GOSTA. É a expressividade dos retábulos de *milagres*, passada ao *registro*.

<sup>1</sup> *L'art rustique en Italie*, ed. da revista inglesa *Studio*, Paris 1913, p. 24.

<sup>2</sup> *Id.* ibid.

<sup>3</sup> Conheço Jasna-Gora da tradução portuguesa do romance histórico de Henrique Sienkiewicz, *O Dilúvio*, III, cap. xxxvii e sgs. *Jasna Gora* em polaco significa «montanha resplandecente».

## II

## Significado artístico dos registos

A história da arte em Portugal; seu estado presente. A Gravura portuguesa; influências estranhas; o registo artístico; elemento da história da arte. Litografia, fotogravura; e côr dos registos.

A história da actividade artística em Portugal está por fazer. A história político-social ficou em D. Afonso III onde Alexandre Herculano a deixou; mas, se no capítulo da *História da Administração Pública em Portugal*, o Sr. Gama Barros estudou uma face da vida nacional, a parte que tivemos na estética e evolução da arte nem está preparada cabalmente, nem os numerosos problemas, que a penetram, estão em via de resolver-se. Há mesmo que discutir a orientação que a escolha de elementos tem servido, tanto nas notícias parabólicas dos críticos e narradores, sobretudo dos sécs. XVIII e XIX, como no estudo contemporâneo muitas vezes; e vai sem falar nas notícias apreciativas dos cronistas.

O que de escrito se encontra, acerca da arte portuguesa, reduz-se a monografias, artigos de revistas, de autores nacionais e estranhos, e a capítulos de simples colocação nos livros de História Geral da Arte ou quando muito de «Portugal<sup>1</sup> e Espanha».

Em primeira plana de informação documental, tem de aproveitarse os Cronistas dos Reis, as *Chancelarias* e *Arquivos Riaes*, os Cronistas de mosteiros e conventos, e notícias da *Bibliotheca Lusitana*, de Barbosa Machado, da *Monarchia Lusitana*, de Fr. Manuel dos Santos, etc. Em segundo lugar vem as obras de memórias e catálogos de artistas no género de Vasari na Itália, e continuadores: *Collecção de Memórias*, de Cirilo Volkmar Machado (XVIII, impressa em 1823); *Memórias sobre os artistas de Portugal*, de António Ribeiro dos Santos, Lisboa 1814; *Regras da arte de pintura*, de Taborda (1815); *Lista de alguns artistas portugueses*, do Cardeal Patriarca (D. Fr. Francisco de S. Luís), Lisboa 1839; *Noticia de alguns pintores portugueses* e de outros que sendo estrangeiros exercearam a sua arte em Portugal, de Sousa Viterbo, Lisboa 1903, 2 vols.; *Artes industriais e indústrias portuguesas* (série), do mesmo; *Dicionário*, de Inocêncio da Silva, na rubrica *Retratos*, vol. III, etc.; e de labor estrangeiro: *Dicionário histórico de belas artes*, de Bermudez (Madrid

<sup>1</sup> V. g.: *Histoire Générale de l'Art*, de André Michel, *Le Musée d'Art*, de Münz (II), e *L'art en Espagne et Portugal*, de Dieulafoy, etc.



• Vieira inv. fecit. 1767

Emet Salvador sculps.

(Gravura artística)



(Gravura artística)

1800), e *Dictionnaire historico-artistique du Portugal*, do Conde de Raczyński (Paris 1847). A seguir e em terceiro lugar há para aproveitar algumas monografias como, por exemplo: *O pintor Nuno Gonçalves*, de José de Figueiredo (Lisboa 1909); *Cerâmica Portuguesa*, de José Queiroz (Lisboa 1907); *Olarias do Monte Sínay*, do mesmo (Lisboa 1913); *Soares dos Reis e Teixeira Lopes*, de António Arroio (Porto 1899); artigos de «Presépios», de João Barreira, na *Ilustração Portuguesa*, nos *Serões*; estudos dispersos de Joaquim de Vasconcelos, nas *Notas de Portugal*, II (presentemente em publicação *A arte religiosa em Portugal*) etc.; de Sousa Viterbo, n-O *Arch. Port.* por exemplo; de medalhistica, de Artur Lamas id.; *Estudos históricos sobre pintura* (Viseu 1897) e *Grão Vasco ou Vasco Fernandes* (Viseu 1900), de Maximiano de Aragão, etc.; *Les arts en Portugal*, de Raczyński; artigos de Ferdinand Denis em *L'Univers Pittoresque*; *A Antiga escola portuguesa de pintura*, «sobre Grão-Vasco», de Robinson, traduzido, pelo Marquês de Sousa Holstein, da *The fine arts quartenty Rewiew*, em 1868; etc., etc.

Da história da gravura apenas se conhecem relações e notícias insertas na segunda ordem de trabalhos atrás apontada. São notícias muito vagas e dispersas de Raczyński e Inocêncio que convém reunir, desde o princípio da gravura em madeira nas terras de Portugal, em livro e avulso.

O estudo da gravura tem de ir ligar-se com os esforços das primeiras imprensas do país. Que os livros manuscritos eram iluminados, segue-se o proveito nas impressões de incunábulos até a xilogravura de belas chapas dos sécs. XVI e XVII<sup>1</sup>. No séc. XVIII a gravura em metal tem o apogeu em absoluto detimento da gravura em madeira, desembaraçada esta para as formas populares e tradicionais das estampas de devoção e marca de livros, das fôlhas volantes e *literatura de cordel*, provida de imagens nas histórias de monstros, aventuras cavalheirescas, *autos* de santos, facéias e comédias, etc.<sup>2</sup>.

Notícias anteriores ao séc. XVIII há-as dispersas e recônditas. E só do reinado do Rei D. João V para diante, isto é, com a criação dos estudos históricos em Portugal, se podem haver algumas infor-

<sup>1</sup> Vid. por ex. descrição por Inocêncio) *Dic. Bibliogr.* I, p. 302) dos *Applausos Académicos da Universidade de Coimbra a El-Rei Nossa Senhor D. João IV*, com uma linda portada aberta a buril por Agostinho Floriano, impressos em Coimbra em 1641.

<sup>2</sup> Cf. Coleção de obras de «literatura de cordel», do Museu Etnológico Português.

mações com acerto; tem porém de se abstrair quase sempre das apreciações como as de Cirilo Volkmar, excessivamente metafórico e expansivo<sup>1</sup>.

O reinado de D. João V foi uma tentativa de ressurgimento que, na arte, na ciência e na literatura, definiu um estágio nacional de actividade e iniciativa por vezes felizes. Os livros da Academia Rial de História Portuguesa (1720), sob a acção do Conde da Ericeira, Caetano de Sousa, Marquês do Alegrete, e outros, no agrado e incitamento do monarca, foram de um bom trabalho de impressão e adornados de belas como numerosas gravuras. Surgiu, porém, aqui a dificuldade: como obter gravadores em número suficiente, bons, e dignos de uma obra rial em época de Rei Magnânimo? Portugueses, se os havia, eram poucos os bons e de marca inferior os mais, como se depreende do espírito de momento que levaria os académicos a aproveitar todas as garantias portuguesas, e foram apesar disso chamar os de fora; só em 1769 se abriu em Lisboa uma escola oficial de gravura, anexa à Imprensa Nacional, sob a direcção de Joaquim Carneiro da Silva, discípulo, no Brasil, de João Gomes, gravador da Moeda do Rio de Janeiro, e, em Roma, do pintor Luigi Sterni<sup>2</sup>.

D. João V mandou contratar gravadores lá fora, depois da paz de Utrecht, em 1715. Encarregou desse trabalho o Conde de Tarouca, D. João da Silva, embaixador de Portugal na Haia<sup>3</sup>. «Impressores de estampas» e «abridores de buril» se lhes chamava. Em *O Arch. Port.*, vol. xix, pp. 31 a 40, o Sr. Pedro de Azevedo publicou dez documentos das negociações de Diogo de Mendonça Corte Real em 1726, como representante do Rei na Haia, para contrato de Théodore André Harwyn (doc. iv)<sup>4</sup>, Jean Rousset (doc. vii)<sup>5</sup>, e Charles de Rochefort (doc. x); vieram mais Gabriel François Louis Debrié ou Debrerie<sup>6</sup>, Michel Le Bouteux, Antoine Quillard ou Quigliardi,

<sup>1</sup> Quem fizer o estudo histórico, evolutivo e metódico, da arte em Portugal não deve desconhecer a excelente obra de Cornelius Gurlitt, *Die deutsche Kunst des neunzehnten Jahrhunderts, ihre Ziele und Thesen* (Berlin 1899).

<sup>2</sup> *Diction. historico-artistique*, de Raczyński, pp. 39-40, in Carneiro da Silva.

<sup>3</sup> Id., id.

<sup>4</sup> Raczyński inscreve-o no nome de François Harrewyn, de Bruxelas, pp. 39 e 129.

<sup>5</sup> O mesmo A. inscreve-o em Rousseau, como o Sr. Pedro de Azevedo corrige. (*O Arch. Port.*, xix, 31). Diz que veio por 1734.

<sup>6</sup> *Diction.* de Raczyński, pp. 31 e 247. Vid. estes nomes, e os que se seguem, na Parte II do *Catálogo dos registos*, por ordem dos gravadores, etc.



Trou e del por D<sup>r</sup> Ant<sup>o</sup> de Siqueira

Gravada e Offreida

N SENHORA

DO CABO

A S. Altoz<sup>a</sup> Real + o Senhor D. João  
Príncipe do Brasil.  
por Gregorio Fran<sup>o</sup> d'Assu e Querôz.

(Gravura artística)



OS GLORIOSOS SS. MM. DE MARROCOS  
PROTECTORES DE COIMBRA

O Sr. Núrcio Ap. concede 200 dias de Indulgencia a todos os fiéis abençoados na R. e Devota Irmandade dos Ss. M. M. de Marrocos que rezarem a P. N. S. Nzel M. diante destas Estampas rogando pelas tarefas do costume.

(Gravura artística)

todos na primeira metade do século, ou seja no reinado de D. João V (1706-1750). Em Lisboa apenas se juntam a estes gravadores os portugueses Francisco Vieira (*Vieira Lusitano*), e os que, desenhistas e pintores, se animaram na compita com eles, como: Joaquim Manuel da Rocha, António Joaquim Padrão, Joaquim Carneiro da Silva<sup>1</sup>.

Este último foi o mestre do primeiro curso de gravura, já mencionado, que produziu bons artistas. Os livros da Academia de História vem cheios de belas gravuras a buril: portadas; vistas de fantasia, vinhetas alegóricas, no princípio dos capítulos; letras capitulares, muito engenhosas e bem compostas; vinhetas caudais. Os gravadores porém que mais produziram foram Debrie ou Debrié e Rochefort. Nos *Annaes da Bibliotheca Nacional* do Rio de Janeiro, vol. xxviii, 1906, vem um catálogo organizado pelo Dr. Zeferino de Meneses Brun (pp. 1 a 116), das «Estampas gravadas por Guilherme Francisco Lourenço Debrie»; a p. 7, n.º 3, refere-se a Rochefort<sup>2</sup>.

No reinado de D. José I e D. Maria I, época que vai de 1750 a 1816, a influência francesa, triunfante, foi misturada com a dos gravadores italianos que vieram a Portugal: Carpinetti fez os retratos da família rial, o *embarque dos Jesuítas*, etc., para o Marquês de Pombal; Cardini e outros, ou gravavam ou apenas forneciam desenhos, e eram muitos os artistas italianos em Lisboa; o último gravador italiano d'este período foi Bartolozzi, já em 1802.

Joaquim Carneiro da Silva desenvolveu os gravadores portugueses que competiram com os estrangeiros; a escola foi boa e numerosa, mas breve decaiu a gravura, e D. Rodrigo de Sousa Coutinho chamou Bartolozzi a Lisboa para a Oficina Régia. Este artista fundou uma escola de gravura, donde saiu o terceiro período da gravura portuguesa<sup>3</sup>.

Além das gravuras de livros, todos estes artistas, nacionais ou não, fizeram *registos* de Santos, que com o mesmo carácter dos *registos* populares, anónimos e rudes, não diferiam do valor artístico das obras dos livros; alguns *registos* eram perfeitos quadros reduzi-

<sup>1</sup> Cf. alguns nomes no *Diction.* de Raczyński, p. 40.

<sup>2</sup> O A. resolve as hesitações do nome de Débrie. Nem é Gabriel Franco Luis Debríe (Volkmar, *Colec. de Memórias*, p. 79), nem Gabriel Fr.<sup>o</sup> Luis Debríe (Id., p. 282, e *Diction.* de Raczyński, p. 39 s. v. «Carneiro da Silva», e 66 s. v. «Debrié»). Só aqui dou a informação por necessidade expositiva.

<sup>3</sup> Terceiro período: contando como primeiro aquele de que há notícia bibliográfica, e como segundo o de prova artística (séc. xviii), franco-italiano.

dos, tam belas são as gravuras em cobre e aço. Não se dá com estes *registos* a adaptação a Santos, diferentes apenas no nome; porque assim como as medalhas piedosas são cunhadas pelas irmandades ricas, também os *registos* de artistas bons são mandados abrir por motivo de boas posses. Confrarias rias mandavam coroar os *registos*, e faziam neles a declaração de os haverem mandado esculpir.

O *registro* foi uma escola prática da gravura, mais sentida, e portanto mais artística, do que a gravura de livros, cujo sentido os artistas ignoravam em absoluto, fazendo vinhetas que se repetiam de livro para livro, e cuja língua os estranhos desconheciam. Uns e outros, sobre todos Debríe e Carpinetti, Bartolozzi e seu discípulo, o português Queiroz, multiplicaram os *registos* de imagens e lendas a elas ligadas<sup>1</sup>.

Do discípulo de Joaquim Carneiro da Silva, Manuel da Silva Godinho, diz Raczyński que gravou muitas imagens de devoção; eram *registos* de Santos que este artista gravou bem a buril. Godinho, Assis e Queiroz foram os melhores gravadores portugueses de gravura em metal, possuidores ambos de um bom desenho. Assis e Queiroz gravaram juntos<sup>2</sup>.

Não se atentara ainda, na gravura artística destas imagens devotas, como um magnífico elemento subsidiário do estudo da arte de gravar, em Portugal; numerosos são os que nos restam do séc. XVIII e XIX, tanto como documentação de influência estrangeira, directa e indirecta, como da habilidade e actividade dos artistas portugueses.

A águia-forte, não aparece nenhum *registro*; de Queiroz, que gravou a águia-forte, não é conhecido nenhum *registro* neste processo; no entanto emprega também amiúde a maneira de *pontillé*, e traço e *pontillé*. Vieira Portuense<sup>3</sup> também gravou a águia-forte, mas para registos apenas fornecia desenhos, o que se dava igualmente com

<sup>1</sup> O estudo meticoloso destas lendas cristãs faz parte dum outro trabalho diferente em forma e conceito.

<sup>2</sup> Aparecem inúmeros *registos* com os nomes destes dois gravadores, associados. Vid. os nomes no *Catálogo*, parte II.

<sup>3</sup> Um *registro* é gravado sobre desenho de Vieira Lusitano: é S. Francisco de Assis, na lapa, orando ante o Crucificado, que contempla com devoção. Tem por baixo o nome do autor do desenho, muito irregular em alinhamento e letra; o gravador não se acusa, e o trabalho é duma forma tam grosseira que nem se distingue o traço do desenhador.



Mattos delin.

Cardoso Sculp.

**VERA EFFIGIES DE N. S. DO ROZARIO  
DA VILLA DO BARRREIRO**

O Em.<sup>mo</sup> R<sup>mo</sup> Inr<sup>r</sup> Card<sup>d</sup> Patriarcha concede 100 dias de Indulg<sup>a</sup>  
todas as pessoas q rezarem huma Salve Ri. diante desta Image

(Gravura artística)



C. J. F. ALBERTO

## RAINHA SANTA ISABEL

Que se venera em Ançãos

COIMBRA TYP AUXILIAR D'ESCRITORIO

(Gravura artística)

Domingos António Sequeira<sup>1</sup>. Dêste existem desenhos gravados no Pôrto, e bem, pelo artista Joaquim Raimundo da Costa, e por Queiroz. Princesas de Portugal facultavam também desenhos originais: Godinho gravou um desenho da Infanta D. Mariana, de 1799 (Nossa Senhora do Amparo dos Pecadores).

Depois a litografia veio lançar a gravura em metal num grande abatimento. A facilidade e economia de trabalho deram-lhe preferência, e os *registos* aparecem litografados: em Coimbra este processo desenvolveu-se depressa, e se houve artistas modestos, aí os houve também de algum mérito. Vieram litógrafos estrangeiros a Portugal que fizeram bons trabalhos e, pelo que toca a este estudo, bons *registos*: Lecoingt, Macphail, Maurin, Michellis, etc. Dias Costa fez boas estampas na Litografia da Imprensa Nacional, em Lisboa. Outros litógrafos bons trabalharam em Lisboa, como Sendim.

Queiroz porém ensinou até 1845, e deixou discípulos que renovaram o processo da gravura em madeira. Os derradeiros gravadores foram Pedroso, Bordalo, Nogueira da Silva e Caetano Alberto. Este último, ainda vivo, criou uma escola de gravura em 1866, e, discípulo de Nogueira da Silva, gravou muitos *registos* para Portugal e Brasil; em 1914 morreu Diogo Neto, que foi o último dos seus discípulos. Hoje, no *Occidente*, fecha o breve período da gravura em madeira no séc. XIX.

Mas os processos de gravura química e mecânica deram o golpe de morte na gravura artística, especialmente na xilogravura que depois dum grande intervalo se refaz pela terceira vez, e na boa maneira de não copiar os traçados da gravura em metal. Agora, depois das xilogravuras do *Panorama*, *Archivo Pitoresco*, *Artes e Letras*, *Ilustração Portuguesa* (de Mariano Pina), *O Occidente* (desde 1878), etc., as gravuras de *registro* como as dos livros são feitas por processos fotográficos e heliográficos, enquanto por toda a parte a litografia tende a desaparecer pelo menos do domínio da arte. «Já atingida pela popularidade da água-forte (que em Portugal porém não ocorreu), a heliogravura deu-lhe o último golpe»<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Sequeira não se desdenhava de pintar *milagres*, isto é, retábulos em que se representavam curas milagrosas ou salvações de graves perigos. Como os antigos autores dos quadros dos *doadores*, nas capelas das catedrais, também dêle se encontram quadros, què dêsses derivam, nas nossas igrejas, como, por exemplo, no Bom Jesus de Braga. Vid. in *Portugalia*, artigo completo de Rocha Peixoto, *Tabulae votivae*, II, pp. 189-192 (com figuras), e in *O Arch. Port.*, xix, p. 158.

<sup>2</sup> *Gazette des Beaux Arts*, t. xxxviii, 1888, p. 223, artigo «La Gravure» de Alfred de Lostalot.

A cõr do *registro* popular é uma cõr aplicada à mão sobre as figuras a cobrir, a lápis ou a tinta de aguarela que ensopa as imagens, campo e encaixes. A cõr dos *registos* artísticos é dada por três processos: coberto a tinta à mão, gravadas as imagens em papel colorido, ou gravadas por cromo-litografia modernamente.

Se antigamente actuava no *registro* a habilidade artística do gravador, memorando scenas de martírio e milagre, mesmo quando reproduziam imagem do natural, hoje o registo é com a fotogravura e cromolitografia simplesmente imitativa, copiando quadros e esculturas.

*Nota final.* — Muitos dos *registos* tem o nome dos Santos e as invocações em latim; também as jaculatórias e ensalmos aparecem muitas vezes nessa língua litúrgica.

---

## Catálogo

### Explicação prévia

Os *registos* que vou catalogar dispõem-se em quatro livros de *in-folio* grande.

O Catálogo dêstes *registos* divide-o, por conveniência de labor e consulta, em três partes. Qualquer delas, sendo as duas primeiras essenciais, e a restante complementar, não seria um catálogo completo, porque faltariam sempre os outros elementos de documentação. Assim as três integram-se e compreendem-se, completando-se mútuamente.

Na PARTE I fica o catálogo alfabético, remissivo, dos registos, pelo nome dos Santos, agrupados sob cada nome todos os que a él possam referir-se. Cada inscrição vai acompanhada do número do volume em caracteres latinos, e o da respectiva página em números arábicos. É a parte mais extensa, porque muitos dos *registos*, mesmo a maior parte talvez, não tem nota de autores, nem fabricantes, nem vendedores, e apenas se identificam pela imagem; é além disto infinito o número e a nomenclatura dos Santos.

A PARTE II abrange todos os autores que figuram nos *registos*, sejam desenhadores e pintores, ou gravadores, litógrafos, fotogravadores. A ordem de catalogação é a mesma da primeira parte.

A PARTE III, seguindo o mesmo critério das duas primeiras, é o catálogo das casas de fabrico e venda de *registos*, seriadas por ordem alfabética de terras declaradas.

Quando a cada nome inserto não corresponder notícia topográfica, é que ela falta no *registro*.

Compreende-se que os *registos* são feitos por gravura em madeira ou metal, quando outra cousa se não diga; por isso, os processos diferentes serão enumerados. Assim como se compreenderá que o desenho é incolor, quando não se acrescente a observação contrária.



DEVOTA IMAGEM DE NOSSA SENHORA DA GRAÇA

E DO SEU SANTÍSSIMO IMMACULADO CORAÇÃO.

*Que se venera na Igreja do Convento dos Remédios em BRAGA*

*Desenhado por E. G. Gomes - Litogr. M. J. P. M.*

(Litografia artística)

## PARTE I

## Catálogo pelo nome dos Santos

**Abbadia**<sup>1</sup>. — «Nossa Senhora da Abbadia», I, 159; «Nossa Senhora da Abbadia», I, 171; «Nossa Senhora da Abbadia», I, 174; «Nossa Senhora da Abbadia», I, 221; «Nossa Senhora da Abbadia», IV, 54.

**Adrião<sup>2</sup> (Santo)**. — «São Felix, Santa Nathalia, Santo Adrião», III, 59; «S. Adriam», III, 191.

Vid. *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, parte I, cap. 39, n.<sup>os</sup> 3 e 4. *Fundação, e antiguidades, e grandezas da cidade de Lisboa*, de Luís Marinho, 1753. Cap. xvii, do liv. IV, p. 203 «em que se conclue estarem no Mosteiro de Chelas os corpos de Santo Adrião...» com citação dos cronistas Fr. António Brandão, e Fr. Luís de Sousa.

**Affelitos**. — Vid. «Aflitos».

**Aflicção**. — «S. Jesus da Salvação e Aflicção», Lisboa, IV, 3.

**Aflitos**. — «Senhor dos Aflitos», *Santos ex(culp)s(it)*, Porto. Amarante, exemplar colorido, I, 1; «Nosso Senhor dos Aflitos», Amaran te<sup>3</sup>, *Santos ex(culp)s(it)*, Porto, I, 1; «O Senhor Jesus dos Aflitos», I, 4; «Senhor dos Affelitos», I, 6; «Senhor dos Jesus dos Aflitos», I, 18; «Nosso Senhor dos Aflitos», exemplar colorido, Santiago da Cruz<sup>4</sup>, I, 18; «Imagen de Nosso Senhor dos Aflitos», Murtinheira, freguesia de Quiaios<sup>5</sup>, I, 113; «Senhor Jesus dos Aflitos», igreja de S. Paulo, Maçãs de D. Maria<sup>6</sup>, I, 113; «Senhor Jesus dos Aflitos», dos Capuchos (Alcobaça), I, 134; «Senhor Jesus dos Aflitos», círculo da Figueira da Foz (distrito de Coimbra), 2. exemplares diferentes I, 164; «Senhor dos Aflitos», capela do Mecc<sup>7</sup>, I, 166; «Senhor Jesus dos Aflitos», exemplar colorido, II, 23; «Senhor Jesus dos Aflitos», II, 33; «Nossa Senhora dos Aflitos», freguesia de Santiago da

<sup>1</sup> ABADIA, freguesia de Bouro, concelho de Amares (Braga). O santuário fica a três quilómetros da povoação.

<sup>2</sup> Advogado contra as ruturas. Vid. *Registo*.

<sup>3</sup> Esta imagem venera-se na capela da irmandade dos Terceiros de S. Domingos, «capella rica e assedada». Vid. *Historia antiga e moderna da vila de Amarante*, por P. F. de A. C. de M., Londres, 1814.

<sup>4</sup> Santiago da Cruz, freguesia e concelho de Vila Nova de Famalicão (Braga).

<sup>5</sup> Quiaios (S. Mamede), freguesia e concelho da Figueira da Foz (Coimbra).

<sup>6</sup> Maçãs de D. Maria, freguesia e concelho de Figueiró dos Vinhos (Leiria).

<sup>7</sup> Meco, freguesia de Arazede, concelho de Montemor-o-Velho (Coimbra).

Cruz, II, 34; «Nossa Senhora dos Aflictos», 2 exemplares diferentes, Murça, vila e concelho do distrito de Vila Real, II, 52; «Senhor dos Aflictos», da freguesia de Cedovim<sup>1</sup>, II, 56; «Senhor Jesus dos Aflictos», igreja de S. Paulo, da cidade de Elvas (Alentejo, distrito de Portalegre), II, 78; «Senhor Jesus dos Aflictos», igreja das Freiras de S. Domingos, de Elvas, II, 78; «Nosso Senhor dos Aflictos», Martinheira, freguesia de Quiaios, II, 85; «Senhor Jesus dos Aflictos», II, 86; «Senhor Jesus dos Aflictos», Cabeça de Alva, freguesia de Cária, concelho de Moimenta da Beira (distrito de Viseu), II, 88; «Senhor Jesus dos Aflictos», capela da Ordem Terceira de Santo Agostinho na igreja da Graça, Lisboa (1.º bairro), III, 3; «Nossa Senhora das Dores e Senhor Jesus dos Aflictos», paroquial de Nossa Senhora da Lapa, Lisboa (4.º bairro), III, 25; «O Senhor Jesus dos Aflictos», 2 exemplares diferentes, III, 25; «Senhor Jesus dos Aflictos e Nossa Senhora das Dores», III, 25; «Senhor Jesus dos Aflictos», cidade da Figueira da Foz, III, 136; «Senhor Jesus dos Aflictos», 2 exemplares diferentes, IV, 14; «O Senhor Jesus dos Aflictos», IV, 21.

**Agonia.** — «Verdadeiro retrato de Nossa Senhora da Agonia», Viana do Castelo<sup>2</sup>, I, 25; «Retrato de Nossa Senhora da Agonia», de Viana, I, 32; «Nossa Senhora da Agonia», Lisboa e Viana do Minho, I, 36; «Senhor da Agonia», Castelo da Louzã (Coimbra), I, 138; «Retrato de Nossa Senhora da Agonia», de Viana, exemplar colorido, I, 143; «Imagen de Nossa Senhora da Agonia», Viana do Castelo, I, 143; «Nossa Senhora da Agonia», 2 exemplares diferentes, II, 62; «O Senhor da Agonia», Vouzela<sup>3</sup>, III, 4; «O Senhor Jesus da Agonia», S. Bartolomeu<sup>4</sup>, III, 26; «O Senhor Jesus da Agonia», Arganil (Coimbra), III, 108; «Senhor Jesus da Agonia», Semide<sup>5</sup>, III, 136;

<sup>1</sup> *Cedovim* (S. João Baptista de), freguesia e concelho de Vila Nova de Foz-coa (Guarda).

<sup>2</sup> A romaria da Senhora da Agonia realiza-se nos dias 23 a 25 de Agosto. No dia 20 principia uma feira que vai até o fim do mês. Diz no capítulo respetivo, p. 73, o A. da *Noticia Biográfica ... da Província do Minho*, António Lopes de Figueiredo, que «ascende a mais de 50:000 o número de romeiros que todos os anos concorrem à festividade da Senhora da Agonia». A capela construída no séc. XVIII, fica no topo da esplanada do castelo, no monte da Agonia. Vid. *Minho Pitoresco*.

<sup>3</sup> *Vouzela*, concelho do distrito de Viseu.

<sup>4</sup> O registo não dá notícia precisa da freguesia a que se refere a imagem. Será S. Bartolomeu simplesmente, ou será S. Bartolomeu de Galegos ou da Serra?

<sup>5</sup> *Semide*, freguesia e concelho de Miranda do Corvo (Coimbra).

«Senhor Jesus da Agonia e Nossa Senhora das Dores», III, 141; «O Senhor Jesus na Agonia», Bemfica<sup>1</sup>, IV, 15; «O Senhor Jesus da Agonia», Real Capela de Nossa Senhora de Monserrate, Patriarcado de Lisboa, IV, 20.

**Agonizantes.** — «Senhor Jesus dos Agonizantes», da igreja de S. Caetano, Lisboa (3.<sup>o</sup> bairro), III, 2.

**Agostinho (Santo).** — Vid. *Consolação*.

«Nossa Senhora do Monte, S. Gens e Santo Agostinho» (Altar — de), Lisboa, I, 178; «Santo Agostinho», Bispo e Doutor da Igreja, Socorro, Lisboa (1.<sup>o</sup> bairro), II, 66; «Santo Agostinho», III, 181; «Santo Agostinho» (escrito à mão), IV, 170.

Santo Agostinho, bispo de Hippo, cidade da Mauritânia, em frente da Sardenha, foi com S. Jerónimo, seu coeve, um dos mais prestigiosos Padres da Igreja, pelo seu saber e austeridade. A edição, em Antuérpia, das obras teológicas d'este bispo, tem este título: *Divi Aurelii Augustini Hippomensis Episcopi, MEDITATIONES, SOLILOQUIA, &c.* (em 1542). Era Aurelius Augustinus, ou seja Aurélio, da cidade de Augusta, na Cilícia (Anatalia). Diz o *Mappa de Portugal*, de J. Bautista de Castro, que a ordem dos Eremitas de Santo Agostinho entrou em Lisboa, em 25 de Outubro de 1147, dia em que se apoderou da mesma cidade D. Afonso Henriques. Foi instituída no Eremitério de S. Gens, na base do monte do mesmo nome, hoje conhecida por de Nossa Senhora do Monte. *Op. cit.*, p. 30-31. Cfr. *Fundação ... de Lisboa*, Luís Marinho de Azevedo. Liv. III, cap. XVI.

**Agrigento.** — Vid. *S. Matheus*.

**Água de Lupe.** — «Nossa Senhora da Água de Lupe» (interpretação popular de Nossa Senhora de Guadalupe), que se venera na sua capela no Outeirinho<sup>2</sup> (offerta d'um devoto), II, 73.

**Águeda (Santa)**<sup>3</sup>. — «Santa Águeda», III, 34; «Santa Águeda», 2 exemplares diferentes, III, 39; «Santa Águeda», Virgem Mártir, que se venera na freguesia de Souselas<sup>4</sup>, concelho de Louzada, IV, 132.

**Ajuda.** — «Nossa Senhora da Ajuda», I, 24; «Nossa Senhora da Ajuda», I, 232; «Nossa Senhora da Ajuda», II, 45; «Nossa Senhora da Juda», Vid. *Apêndice*, III, 13; «Nossa Senhora da Ajuda», Tavira (Algarve), 2 exemplares diferentes (um d'eles fotografado), III, 151;

<sup>1</sup> Venera-se no convento de «S. Domingos de bem Fica», diz o *registo* (Lisboa).

<sup>2</sup> Há no país numerosas povoações com o nome de Outeirinho, que o *registo* não especifica.

<sup>3</sup> Santa Águeda é advogada contra o mal do peito e falta de leite.

<sup>4</sup> É Sousela e não Souselas, o nome da freguesia.

«Nossa Senhora da Ajuda», IV, 54; «Nossa Senhora da Ajuda e Santos Fiéis de Deus», na sua igreja da Rua dós Caetanos, Lisboa (3.<sup>º</sup> bairro), IV, 77.

**Alberto (Santo).** — «Santo Alberto», do Convento dos Carmelitas Calçados de Lisboa, I, 62; «Santo Alberto», III, 59.

Fr. Ambrósio Mariano e P.<sup>o</sup> Fr. Gaspar de S. Pedro, por indicação mortuária de Santa Thereza, fundaram em Lisboa, no bairro da Pampulha, o primeiro convento de carmelitas descalços, com a invocação de S. Felipe, em 1 de Outubro de 1581. Depois houve mais dois conventos, para mulheres: de Santo Alberto, em 1584; de Nossa Senhora da Conceição, 1681. *Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., II, 44.

**Alcântara.** — Vid. *S. Pedro*.

**Alecrim**<sup>1</sup>. — «Nossa Senhora do Alecrim», II, 51.

**Alegria.** — «Nossa Senhora da Alegria», freguesia do Ameal do Campo<sup>2</sup>, I, 157; «Nossa Senhora da Alegria», Ameal, I, 176; «Nossa Senhora da Alegria», que se venera na sua capela em Almalaguês<sup>3</sup>, 2 exemplares diferentes, II, 67.

**Alfândegas.** — «Nossa Senhora das Alfândegas», da Conceição Velha, Lisboa (2.<sup>º</sup> bairro), I, 149.

**Alívio.** — «Milagroza Imagem de Nossa Senhora do Alívio», 4 exemplares diferentes, I, 41; «Nossa senhora do Alívio» venerada na capela do Palacete da Pena, concelho de Vieira<sup>4</sup>, I, 93; «Nossa Senhora do Alívio», Braga, I, 228; «Milagroza Imagem de Nossa Senhora do Alívio», freguesia de S. Miguel de Soutelo<sup>5</sup>, Arcebispado de Braga Primaz, IV, 106.

**Almas.** — Vid. *Resgate*.

«Nossa Senhora das Dores e Senhor Jesus das Almas», S. Miguel de Alfama, Lisboa (1.<sup>º</sup> bairro), III, 114; «S. Miguel e Almas», de S. Paulo, Lisboa (3.<sup>º</sup> bairro), III, 117; «O Senhor Jesus das Almas», IV, 4; «Exaltação da Santa Cruz das Almas», IV, 8; «Nossa Senhora

<sup>1</sup> A ermida de Nossa Senhora do Alecrim, em Lisboa foi destruída pelo terremoto de 1755. Tinha sido fundada em 1641. Pertencia à antiga freguesia da Encarnação.

<sup>2</sup> *Ameal do Campo*, ou só Ameal, é a designação regional de S. Justo do Ameal, freguesia e concelho de Coimbra, a par de S. João do Campo.

<sup>3</sup> *Almalaguês*, é pronúncia popular de Almelaguês (S. Tiago, freguesia e concelho de Coimbra).

<sup>4</sup> *Vieira*, distrito de Braga.

<sup>5</sup> *Soutelo*, freguesia e concelho de Vila Verde (Braga).

das Almas», 2 exemplares, *Santos f(ecit)*, ou *f(ez)*, num, sem assinatura no outro, IV, 97.

**Alminhas.** — «Milagrosas Alminhas da Areosa»<sup>1</sup>, freguesia da Aguada de Cima, III, 136.

É vulgar ver-se, nas fachadas lisas das casas de Lisboa, *registro* de azulejos onde se figuram as almas, que, cercadas de labaredas, imploram o fim do suplício. Cf. *Cerâmica Portuguesa*, de José Queiroz, p. 231.

**Amaro (Santo)**<sup>2</sup>. — «Santo Amaro», Abade, Assafarga<sup>3</sup>, 2 exemplares, I, 105; «Santo Amaro», Abb(ad)e, na capela dos claustros da Sé Primaz (Braga), I, 115; «Santo Amaro», venerado na Nazaré da Ribeira<sup>4</sup>, exemplar colorido, I, 119; «Santo Amaro» Abade, exemplar colorido, de Assafarga, I, 131; «Santo Amaro» Lisboa, Conceição Velha (2.º bairro), I, 187; «Santo Amaro», Cadima<sup>5</sup>, I, 197; «Santo Amaro», Assafarja, I, 205; «Santo Amaro», 6 exemplares diferentes, I, 214; «Santo Amaro», 2 exemplares diferentes, I, 215; «Santo Amaro», exemplar minúsculo, II, 62; «Santo Amaro», Abade, 2 exemplares diferentes sendo um colorido, II, 65; «Santo Amaro», exemplar minúsculo, II, 65; «Santo Amaro», exemplar minúsculo, II, 79; «Santo Amaro», Casais do Bairro, freguesia e concelho de S. Miguel de Penela<sup>6</sup> (Coimbra), II, 80; «Santo Amaro», de Rogela<sup>7</sup>, II, 83; «Santo Amaro», capela no Prazo de Santa Marinha, freguesia de Quiaios<sup>8</sup>, II, 83; «Santo Amaro», de Rogela, 2 exemplares diferentes, II, 99; «Santo Amaro», Prazo de Santa Marinha, freguesia da Quiaios, II, 100; «Santo Amaro», de Maceira, concelho de Leiria, II, 100; «Santo Amaro», Abade, III, 122; «Santo Amaro», Abade, III, 124; «Santo Amaro», na Assafarge, III, 125; «Santo Amaro», Abade, *Santos f(ecit) ou (fez)*, Pôrto, IV, 163; «Santo Amaro», Abade, monocr.<sup>9</sup>, IV, 170; «Santo Amaro», Abade, *João Thomaz da Fon(se)ca*

<sup>1</sup> Areosa, freguesia e concelho de Viana do Castelo.

<sup>2</sup> Este santo é advogado das fracturas dos membros.

<sup>3</sup> O nome da povoação é Assafarge (Nossa Senhora da Conceição, freguesia e concelho de Coimbra).

<sup>4</sup> Nazaré da Ribeira de Frades, concelho de Coimbra.

<sup>5</sup> Cadima, freguesia e concelho de Cantanhede (Coimbra).

<sup>6</sup> Penela, cabeça de concelho; duas freguesias, Santa Eufémia e S. Miguel (Coimbra).

<sup>7</sup> Rogela, freguesia de Vilarinho, concelho de Louzã.

<sup>8</sup> Quiaios, freguesia e concelho da Figueira da Foz (Coimbra).

*Fecit. R. E. Alm(eid)a Esculp(sit)*, IV, 177; «Santo Amaro», 2 exemplares litografados, um d'eles colorido, IV, 207.

**Amoras.** — «Nossa Senhora das Amoras», 2 exemplares diferentes sendo um d'eles impresso a tinta azul, I, 29.

**Amoris.** — «*Mater fons amoris*», do Real Mosteiro de Santa Joana<sup>1</sup>, I, 43.

**Amparo.** — «Nossa Senhora do Amparo dos pecadores, q[u]e se venera na Santa Sé de Évora». *A Sereníssima Infanta D. Mariana inv[entou]. e pint[ou]. em 1799. God[inh]o. sc[ulpsit]*. I, 21; «Nossa Senhora do Amparo», 2 exemplares diferentes, um venerado na Real Fundação do Menino Deus (Lisboa), e outro com o seguinte: — *Santos f[ecit]. ou f[ez]. Pôrto*, I, 28<sup>2</sup>; «Nossa Senhora do Amparo», dos Carvalhais, Pedrogam Pequeno<sup>3</sup>, II, 74; «Nossa Senhora do Amparo», Real Fundação do Menino Deus, Lisboa, III, 129; «Nossa Senhora do Amparo», vila de Mirandela (distrito de Bragança), exemplar grande, fotografado, III, 171; «Nossa Senhora do Amparo», exemplar grande fotografado, Mirandela, III, 172; «Nossa Senhora do Amparo», 2 exemplares diferentes, IV, 54; «Nossa Senhora do Amparo», IV, 55; «Nossa Senhora do Amparo», IV, 82; «Nossa Senhora do Remedio e Amparo», IV, 86; «Nossa Senhora do Amparo», IV, 88; «Nossa Senhora do Amparo», Titular e Padroeira da Paroquial Igreja de Bemfica<sup>4</sup>, IV, 99; «Nossa Senhora do Amparo», IV, 109.

Em Paredes de Coura é muito curiosa a romaria do Senhor do Amparo. Aparecem andores cheios de espelhos, e os homens, que os levam, apoiam as varas nos ombros cobertos por um lenço que é oferecido pelas mordomas, e constitui a paga do trabalho. Atrás vão as *oiradas*, que são as mordomas cobertas de oiro, delas e empresado; levam amêndoas em lenços rendilhados de três pontas, e atiram com elas ao santo. Vid. *Minho Pittoresco*, I, 123-124.

**André (Santo).** — «Santo André Apóstolo», (colorido), *Santos f[ecit]. Pôrto*, I, 12; «Santo André», Louzada<sup>5</sup>, I, 196; «Santo André Avelino», exemplar colorido, II, 64; «Santo André Avelino», III, 66.

<sup>1</sup> O mosteiro de Santa Joana, em Aveiro, era o real mosteiro de Jesus de dominicanas, do qual lançou a primeira pedra D. Afonso IV em 1462; a ela se recolheu a filha do Rei, a princesa Santa Joana, que faleceu investida do hábito de freira em voto simples, e está num túmulo, rico de valores e arte. *As cidades e Villas da Monarchia Portuguesa*, Vilhena Barbosa, I, 58.

<sup>2</sup> Na igreja da Madre de Deus, a Xabregas, em Lisboa.

<sup>3</sup> Pedrogam Pequeno, freguesia e concelho de Certã. (Castelo Branco).

<sup>4</sup> Bemfica, freguesia de Nossa Senhora do Amparo, do 3.<sup>º</sup> bairro de Lisboa.

<sup>5</sup> Lousada, vila, cabeça de concelho (Pôrto).

**Angela (Santa).** — «Santa Angela de Merici», II, 44; «Santa Angela de Merici», II, 45.

**Angústias.** — «Nossa Senhora das Angústias», Ilha do Faial, Açores, III, 85; «Nossa Senhora das Angústias e Soledade», Real Capela no Mosteiro de S. Bento<sup>1</sup>, Lisboa, IV, 85.

**Anjo (S. Rafael).** — «O Custodio do Reino», Bucelas<sup>2</sup>, I, 15; «O anjo S. Raphael», II 45; «Anjo custodio do Reino», Bucelas, III, 196.

**Anjo da Guarda.** — Sem designação, exemplar minúsculo, II, 65; sem designação, exemplar minúsculo, III, 53; «O Anjo da Guarda», 2 exemplares diferentes, III, 195; sem designação, *Omnibus dico vigilare, Sec. Marc. cap. 13, v. 37; Carvalho. f[ecit]. ou f[ez].* IV, 179.

**Anjos**<sup>3</sup>. — «Nossa Senhora dos Anjos», Lisboa, I, 177; «Nossa Senhora dos Anjos», Seminário de Brancane<sup>4</sup>, III, 20; «Nossa Senhora dos Anjos», IV, 55.

**Anna.** — «Nossa Senhora e Santa Anna», I, 32; «Santa Anna», I, 48; «Santa Anna», Sertã<sup>5</sup>, I, 156; «Senhora Santa Anna», I, 180; «Senhora Santa Anna», Elvas (cidade do distrito de Portalegre), 2 exemplares diferentes, II, 13; «Santa Anna», II, 23; «Santa Anna e Nossa Senhora», II, 45; «Nossa Senhora e Santa Anna», III, 12; «Santa Anna», III, 38; «Santa Anna», 4 exemplares diferentes, III, 41; «Santa Anna», III, 44; «Santa Anna», 2 exemplares diferentes, III, 45; «Maria, Jesus, Anna», III, 45; «Senhora Santa Anna», capela do claustro da Sé de Lisboa, III, 101; «Nossa Senhora e Santa Anna», IV, 102; «Santa Anna», 2 exemplares diferentes, IV, 135.

**Anunciação.** — Sem indicação, IV, 91.

**Antão (Santo)**<sup>6</sup>. — «Santo Antão», que se venera na freguesia de Sinde<sup>7</sup>, I, 124; «Santo Antão», Bemfeita<sup>8</sup>, I, 204; «Santo Antão»,

<sup>1</sup> O Mosteiro de S. Bento de Lisboa foi transformado no actual Palácio das Córtes. Eram célebres as festas da capela do convento, no séc. XVIII. Um manuscrito de viagens da Biblioteca Nacional (que será publicado no *O Archeólogo*), refere-se a uma função religiosa a que o A., que era estrangeiro (Perez Bayer), assistiu.

<sup>2</sup> Bucelas, freguesia e concelho de Loures (Lisboa).

<sup>3</sup> Anjos, freguesia do 2.º bairro de Lisboa.

<sup>4</sup> Brancane, concelho de Almodovar (Beja).

<sup>5</sup> Sertã, vila, cabeça de concelho (Castelo Branco).

<sup>6</sup> Santo Antão é o santo patrono dos almoocreves e porqueiros, e a sua festa realiza-se no dia 17 de Janeiro; é advogado contra as erisipelas.

<sup>7</sup> Sinde, freguesia e concelho de Tabua (Coimbra).

<sup>8</sup> Bemfeita, freguesia e concelho de Arganil (Coimbra).

Moimenta da Beira<sup>1</sup>, I, 204; «Santo Antão», Sinde, II, 3; «Santo Antão», 2 exemplares diferentes, II, 91; «S. João Baptista e Santo Antão», igreja da Correição de Santo António, Ilha de S. Jorge, exemplar grande, duplo (fotogravura), Açores, III, 175; «Santo Antão», 2 exemplares diferentes, III, 191.

**Antónia.** — «Santa Antónia», Virgem Mártir, IV, 131.

**António (Santo).** — «O milagroso Santo António», *Carv.<sup>o</sup> f[ecit]*. ou *f[ez]*. Lisboa, I, 16; «Gloriosíssimo Santo António», I, 16; «Santo António», Sertã<sup>2</sup>, I, 190; «Santo António», Figueira da Foz, I, 190; «Santo António», I, 206; «Santo António», Valdreu<sup>3</sup>, 2 exemplares diferentes, I, 212; «Santo António», 2 exemplares minúsculos, II, 62; «Santo António dos Milagres», Figueiró dos Vinhos<sup>4</sup>, II, 94; «Santo António», Penela, II, 98; «Santo António», 3 exemplares diferentes, III, 50; «Santo António», III, 51; «Sem designação», 3 exemplares diferentes, III, 53; «Santo António dos Olivais», 2 exemplares diferentes, Coimbra, III, 118; «Santo António», Real Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra), III, 118; «Santo António», Mesericórdia da Figueira da Foz, III, 118; «Santo António», Ordem terceira da Figueira da Foz, III, 119; «Santo António», Montemór-o-Velho<sup>5</sup>, III, 119; «Santo António dos Olivais», Coimbra, III, 119; «Santo António», III, 123; «Santo António de Lisboa», Real Casa de Santo António<sup>6</sup>, III, 128; «Nossa Senhora da Assunção e Santo António do Valle», III, 132; «Santo António», Tavira, 2 exemplares diferentes, III, 178; «Santo António de Cascaes», 4 exemplares diferentes, III, 180; «Santo António de Cascaes», 2 exemplares diferentes, fotogravura, III, 181; «Santo António de Lisboa», exemplar fotogravado, III, 181; «Santo António de Lisboa», igreja dos Anjos, III, 181; «Santo António», 2 exemplares diferentes, III, 198; «Santo António», 2 exemplares diferentes, IV, 163; «Santo António de Lisboa» «como na sua própria igreja», IV, 163; «Milagrosa Imagem de Santo António de Noto que se venera na Real Capela do Monserrate, às Amoreiras»<sup>7</sup>, IV, 175; «Santo António», IV, 175; sem indicação, *Manuel Le Bouteux f[ecit]*. ou *f[ez]*. 1757. IV, 175; «Santo António de Lisboa», cromolitografia,

<sup>1</sup> Moimenta da Beira, vila, cabeça de concelho (Viseu).

<sup>2</sup> Sertã, vila, cabeça de concelho (Castelo Branco).

<sup>3</sup> Valdreu, freguesia no concelho de Vila Verde (Braga).

<sup>4</sup> Figueiró dos Vinhos, cabeça de concelho (Leiria).

<sup>5</sup> Montemór-o-Velho, vila, cabeça de concelho (Coimbra).

<sup>6</sup> Lisboa, junto da Sé (1.º bairro).

<sup>7</sup> Lisboa (4.º bairro).

iv, 205; «Sétimo Centenário de Santo António», festejos populares na Praça da Figueira, a favor da creche, para os filhos das vendeiras do mesmo mercado, cromolitografia, iv, 205.

Vid. *Historia Ecclesiastica da Igreja de Lisboa*, por D. Rodrigo da Cunha, parte II, caps. XXXIII a XXXVII, pp. 133 a 146. Santo António nasceu em Lisboa no ano de 1195 (15 de Agosto), e morreu em Pádua em 13 de Junho de 1231. Vestiu o hábito de Santo Agostinho no convento de S. Vicente de Fora em Lisboa. Daqui foi para Coimbra, onde tomou o hábito seráfico de frade menor de S. Francisco. Passou à África para pregar o Evangelho, e a doença trouxe-o de volta, mas o temporal levou-o de aferrada à Sicília (1221). Daí peregrinou pela Itália, na evangelização e no ensino catedrático. Esteve no capítulo da ordem, na cidade de Assis, a que o Patriarca S. Francisco assistiu (1221); passou por Bolonha, em cujas proximidades estabeleceu a sua Tebaida, em Pádua, Florença, Veneza; passando à França esteve em Limoges, Mompilher, etc. Em Portugal notara-se pela sabedoria; em Itália, o Bispo de Forlìbico animou-o e auxiliou-o; disse Barbosa Machado, na *Bibliotheca Lusitana*, I, p. 186, que «foi António o sagrado Atlante», e em igual estilo rotundo na página a seguir: «discorreu como o sol». S. Francisco, Patriarca da ordem nomeou-o mestre de Teologia. Era «doutor na ciência», diz o mesmo, p. 187. *Bibliografia*: vid. *Bibliotheca Lusitana*, I, p. 188 a 190: vida de Santo António, acções milagrosas por que se celebrou; foi escrita em latim, português, castelhano, italiano, francês e polaco. Frade austero e erudito, deixou na sociedade rude do tempo do nosso primeiro rei larga fama de santidade. Na boca do povo anda ainda a tradição deste santo, milagreiro e, consoante passos anedóticos, «amigo das moças». A sua festa é celebrada especialmente em Lisboa, onde o folguedo popular em danças e descantes evoca os hábitos, cristianizados, das festas pagãs. É um santo casamenteiro e nesta qualidade é invocado nas cantigas do povo. Festeja-se a 13 de Junho. E se pelos folgazões é esperado, anima este dia a esperança das crianças que pela província fora armam os seus altarinhos, as suas cascatas de musgo e verdura, onde reaparecem a meio do ano algumas figurinhas de presepe. É advogado dos moleiros.

No livro *Thesouro de ceremonias* de Joam Campello de Macedo, impresso em Braga, em 1734, vem um retrato do A. e o de Santo António. Também este santo deu tema aos pintores; a lembrar: o Santo António de Murillo no Museu de Berlim, o de Rafael de Sanzio no mesmo, e em Portugal o do pintor do nosso tempo, Columbano Bordalo Pinheiro, no Museu de Arte Contemporânea, de Lisboa; sem esquecer o fresco de Goya, em Santo António da Florida, perto de Madrid.—Há por todo o nosso país imensas capelas da invocação de Santo António.

**Anunciada.** — «Nossa Senhora da Anunciada», IV, 55.

**Apelónia.** — Vid. *Apolónia*; vid. *Apêndice*.

**Apolónia (Santa).** — «Santa Apelónia», Virgem e Mártir, que se venera na igreja da Sé do Pôrto a 9 de Fevereiro, *A. dos Santos f(ecit). ou f(ez), Pôrto, I, 47*; «Santa Apolónia», que se venera na roda do Castelo, Lisboa, I, 141; «Santa Apolónia», II, 63; «Santa Apolónia», exemplar minúsculo, III, 29; «Santa Apolónia», 2 exemplares diferentes, III, 36; «Santa Apolónia», 2 exemplares diferentes, III, 40; «Santa Apolónia», na sua igreja, III, 41; «Santa Apolónia», V. M., IV, 132; «Santa Apolónia», V. M., IV, 134.

**Apparecida.** — «Nossa Senhora da Apparecida», venera-se em Lousada<sup>1</sup>, I, 26; «Nossa Senhora da Apparecida», descoberta em 1823, debaixo do adro de Nossa Senhora da Conceição, da freguesia de S. Pedro Fino do Torno, do concelho da Lousada, que se venera em 13, 14 e 15 de Agosto, I, 98.

**Apresentação.** — «Nossa Senhora da Aprezentaçam», IV, 55.

**Arnado**<sup>2</sup>. — «Senhor Jesus do Arnado», II, 86; «Senhor Jesus do Arnado», 2 exemplares diferentes, III, 87; «Senhor Jesus do Arnado», 2 exemplares diferentes, III, 91; «Senhor Jesus do Arnado», III, 105.

**Arrábida.** — «Nossa Senhora da Arrábida», (na Serra da Arrábida, junto de Setúbal), II, 28; «Nossa Senhora da Arrábida», II, 48; «Nossa Senhora da Arrábida», 2 exemplares diferentes, III, 17; «Nossa Senhora da Arrábida», 2 exemplares minúsculos, IV, 53; «Nossa Senhora da Arrábida», 2 exemplares diferentes, IV, 56; «Nossa Senhora da Arrábida», IV, 73; «Nossa Senhora da Arrábida», IV, 98; «Nossa Senhora da Arrábida», exemplar levemente retocado a cōr, IV, 103; «Nossa Senhora da Arrábida», IV, 104.

Grande parte das imagens que tem uma devoção especial, provêm, segundo a lenda religiosa, de milagres em que elas apareceram ou representaram. E isto dá-se de ordinário na religião dos pescadores, gente de imaginação sobrecarregada pelos perigos do mar, e com imagens da Virgem e de Cristo. Assim estão entre outras as imagens do Senhor Jesus dos Mareantes, de Caminha, o Senhor Jesus de Matosinhos, a Senhora da Nazaré, a Senhora do Cabo, etc.

Como nestas, é milagroso o aparecimento da imagem que se venera na Serra da Arrábida sobre Setúbal: a lenda vem do séc. XVI, e figura nela um mercador de Inglaterra, que veio negociar a Lisboa, e foi surpreendido perto da barra por formidável tempestade que lhe

<sup>1</sup> Vila de Lousada, freguesia e cabeça de concelho (Pôrto). Vid. em «Nossa Senhora dos Remédios», as capelas das sete Senhoras, irmãs; uma delas é a de Nossa Senhora da Aparecida em Lousada.

<sup>2</sup> Arnado, freguesia de Bela, concelho de Monção (Viana do Castelo).

atirou o barco para Setúbal; chamava-se Haildebrant, e tinha uma imagem, que a lenda inglesa atribuia aos frades dominicos, que a teriam levado quando S. Gregório Magno os enviou a evangelizar a velha Albion. Apegou-se à imagem, e fez-lhe voto com os companheiros. Perto de Setúbal amainou a tormenta, e quando iam agradecer-lhe, não encontraram a imagem; poseram pé em terra, e deram com os olhos na imagem no pino de um rochedo. Haildebrant fez-lhe uma ermida, em que se consagrhou ermitão. Os companheiros voltaram a Lisboa, e todos os anos faziam romaria à ermida de Nossa Senhora da Arrábida. O culto generalizou-se e de muitas terras acudiam devotos em romagem grande. Em 1542 fundou-se o Convento dos *Arrábidos*, e os primeiros que constituíram comunidade foram: fr. Francisco Pedrita, e S. Pedro de Alcântara. No séc. XIX houve festas anuais na serra e em Setúbal. Vid. notícias in *Mapa de Portugal* (p. 239, ed. 1768), de João Baptista de Castro; *Dicionário Geográfico*, de P. Luís Cardoso; *Das ordens religiosas em Portugal*..., de Pedro Diniz, etc.

**Ascensão<sup>1</sup>.**—«Nossa Senhora da Ascensão», venera-se na Catedral de Coimbra, I, 84.

A festa eclesiástica da Ascensão confunde-se com a festa popular da quinta feira da espiga, nos princípios de Maio. Consiste em passar o dia no meio do campo, onde as merendas se depõem e se comem em franca alegria. Esta festa conclui, e é o objecto essencial, pela colheita da espiga que em casa tem valor de amuleto: as searas estão cheias, a espiga está turgida, e a alegria é um hino a Demeter-Ceres, a deusa bemfeitora que ensinou a agricultura aos homens por intermédio de Triptolemo. Demeter para os gregos, como Ceres para os romanos, era a divindade da terra, por exceléncia, criada pela imaginação ante os fenómenos naturais da germinação anual. As nossas festas são correspondentes modernos dos longíquos mistérios celebrados em Eleusis, centro principal do culto de Demeter, aonde acudiam os peregrinos de Atenas. *Mithologie figurée de la Grèce*, Max Collignon, 233 e sgs.

**Assis ou Asis.**—Vid. *Francisco de Assis (S.)*

**Assumpção.**—«Nossa Senhora da Assumpção», I, 232; «Assumpção de Nossa Senhora», II, 47; «Assumpção de Nossa Senhora», III, 19; «Nossa Senhora da Assumpção e Santo António do Valle», III, 132; «Assumpção e coroação da Santíssima Virgem», *Quadro de A. Hess*, III, 151; «Assumpção da Santíssima Virgem», III, 159; «Assumpção de Nossa Senhora», IV, 56; «Assumpção de Nossa Senhora

<sup>1</sup> A festa da Ascensão é a popular *quinta feira da espiga*, nos princípios de Maio.

da Glória», IV, 57; sem designação, IV, 79; «Nossa Senhora da Assumpção dos ourives de prata», IV, 87; «Nossa Senhora da Assumpção», IV, 110.

**Ataláia ou Atalaya.** — «Nossa Senhora da Ataláia», 4 exemplares diferentes pequenos, II, 40; «Nossa Senhora da Atalaia», II, 48; «Nossa Senhora da Taláia», vid. *Apendice*, II, 53; «Nossa Senhora da Ataláia», 2 exemplares diferentes, 1 colorido, II, 60; «Nossa Senhora da Ataláia», 4 exemplares diferentes, II, 62; «Nossa Senhora da Ataláia», 2 exemplares reduzidos, 1 colorido, III, 11; «Nossa Senhora da Ataláia», III, 13; «Nossa Senhora da Ataláia», exemplar reduzido, IV, 53; «Nossa Senhora da A Taláia», 3 exemplares diferentes, mais um colorido (1 diz de Taláia), IV, 57; «Nossa Senhora de Taláia», exemplar colorido, vid. *Apendice*; *Paris, Agostoni f.*, IV, 221; «Nossa Santa da Taláia», *Paris, Agostoni f.*, IV, 221.

**Atalaya.** — Vid. *Atalaia*.

A capela de Nossa Senhora da Ataláia fica no cume do monte de Ataláia. Em frente da capela estende-se em terrapleno inclinado um campo que se chama *Arraial de Nossa Senhora*; é limitado por três cruzeiros, e o central, que enfrenta com a capela, tem na face do nascente a imagem do Crucificado, e na outra a de Nossa Senhora da Piedade; é de pedra liós e lê-se na base: *este crvzeiro mandov fazer a confraria de Lisboa, 1551*.

A esta capela vão *círios*, que tem de dar em redor dela três voltas. A imagem, segundo a lenda religiosa, apareceuu (séc. XVI) a um quilómetro ao nascente da capela, na encosta, no sítio de uma fonte, onde lhe fizeram uma capelinha. Os devotos acudiam, as oferendas eram numerosas, e foi resolvido edificar-lhe uma capela ampla; os materiais, encontravam-nos milagrosamente todas as manhãs os operários, no lugar onde a imagem tinha aparecido. Esta capela data do séc. XVII e foi reedificada no imediato. Acodem ali em romaria muitos círios.

Vid. *Narrativa histórica*, da imagem de Nossa Senhora da Atalaya ... do capelão da Ataláia, Manuel Frederico Ribeiro da Costa, 1776; e também *Mappa de Portugal*, de João Baptista de Castro, p. 239, ed. 1768.

**Atribulados.** — «Vera efígie do Menino Jesus dos Atribulados», exemplar minúsculo, II, 62; «Vera efígie do Menino Jesus dos Atribulados», igreja da Nossa Senhora do *Loureto*, Lisboa, III, 3; «O Menino Jezus dos Atribulados», igreja do Loreto, Lisboa, IV, 7; «O Verdadeiro Retrato do Menino Jesus dos Atribulados», igreja das

<sup>1</sup> *Atalaia*, freguesia de Aldeia Galega do Ribatejo (Lisboa).

Trinas do Mocambo, 2 exemplares diferentes, um deles colorido, Lisboa (4.<sup>º</sup> bairro), IV, 7.

**Aurélia (Santa).** — «Santa Aurélia Martyr», que se venera em Sobral do Monte Agraço<sup>1</sup>, I, 79.

**Auxiliadora<sup>2</sup>.** — «Nossa Senhora Auxiliadora», Porto, I, 226.

**Auxilium.** — «Auxilium Christianorum», 2 exemplares diferentes, II, 59; «Auxilium Christianorum», Nossa Senhora Apparecida, vid. *Nossa Senhora*; «Auxilium Christianorum», exemplar colorido, IV, 102.

**Ayres<sup>3</sup>.** — «Nossa Senhora de Ayres», exemplar reduzido, IV, 68.

**Azinheira.** — «Nossa Senhora da Azinheira<sup>4</sup>», IV, 89.

**Balcemão.** — «Nossa Senhora de Balcemão», da villa de Chacim<sup>5</sup> do Bispo de Miranda<sup>6</sup>, I, 35.

**Bandeira.** — «Nossa Senhora da Bandeira», que se venera em Amarante<sup>7</sup>, 2 exemplares diferentes, um deles colorido, I, 26.

**Banhos.** — «Nossa Senhora dos Banhos», que se venera na sua capela de Vilarinho do Bairro<sup>8</sup>, II, 74.

**Baracas.** — Vid. *Barracas*.

**Barachiel.** — «Rafael, Uriel, Gabriel, Micael, Sealtiel, Iehudiel, Barachiel». São os sete arcangels, IV, 180.

**Bárbara (Santa)<sup>9</sup>.** — «Santa Bárbara», I, 45; «Santa Bárbara», I, 50; «Santa Bárbara», *Carvalho f(ecit). ou f(ez)., Lisboa*, I, 50; «Santa Bárbara», 2 exemplares minúsculos, III, 30; «Santa Bárbara» (1 exemplar colorido, 3 exemplares diferentes), III, 34; «Santa Bárbara», III, 38; «Santa Bárbara», 1 exemplar colorido, 1 exemplar sem designação, III, 44; «Imagen de Santa Bárbara», IV, 135.

Santa Bárbara, advogada contra as trovoadas, e padroeira dos artilheiros, festeja-se no dia 4 de Dezembro. «Lembrar Santa Bárbara só quando trovoa» é frase tradicional aplicada aos esquecidos e desleixados, por só se rezar à santa, quando se ouve o trovão.

<sup>1</sup> Sobral de Monte Agraço, vila cabeça de concelho (distrito de Lisboa).

<sup>2</sup> Auxilium Peccatorum, a par de Auxilium Christianorum (vid. a seguir).

<sup>3</sup> Ayres, freguesia de Areias, concelho de Marvão (Portalegre).

<sup>4</sup> Azinheira dos Barros, freguesia e concelho de Grândola (Lisboa).

<sup>5</sup> Chacim é freguesia do concelho de Macedo de Cavaleiros (distrito de Bragança).

<sup>6</sup> A séde do bispado é hoje na cidade de Bragança.

<sup>7</sup> Amarante, vila, cabeça de concelho (distrito do Pôrto).

<sup>8</sup> Vilarinho do Bairro, freguesia e concelho de Anadia (distrito de Aveiro).

<sup>9</sup> Santa Bárbara é advogada contra os trovões, e padroeira dos artilheiros.

Em Mondim da Beira, Sinfães, Fafe, etc., diz-se quando fulge um relâmpago: «Santa Bárbara! S. Jerónimo!».

Uma oração de Sinfães diz:

— Tu Barbola Santa, onde vás?

— Vou arramar as trovoadas, que pelo mundo andão armadas.  
*Ensaios ethnográficos*, II. Leite de Vasconcellos, 64.

Por poder de aproximação que vai do rufdo e do relâmpago até a morte fulminante, Santa Bárbara foi padroeira dos artilheiros. Assim como era protectora dos raios, protegia em oposto os milhares de Joves tonantes que a arte da guerra criou com a invenção da artilharia.

Recentemente, na guerra da Europa, os Alemães chamavam aos possantes canhões de 42 a sua Santa Bárbara: numa festa cobriram-nos de folhagem (dos jornais).

**Barracas.** — «Nossa Senhora das Barracas», IV, 98.

**Bartholomeu (S.)<sup>1</sup>.** — «S. Bartholomeu», 2 exemplares diferentes, que se venera em Coimbra. Em um, vê-se: *José Dores f(ecit). ou f(ez). 1868, I, 102;* «S. Bartholomeu», 2 exemplares diferentes, I, 216; «S. Bartholomeu», exemplar reduzido, II, 65; «S. Bartholomeu», Senhorim, concelho de Nelas (distrito de Viseu), II, 83; «S. Bartholomeu», IV, 171; «S. Bartholomeu», IV, 172.

S. Bartolomeu é o advogado contra os tentames do demónio.

Festejado a 24 de Agosto, diz o povo que anda o diabo á solta nesse dia; lembra a alforria festiva dos escravos de Roma nas Lupercais. Ao mesmo tempo o santo é advogado contra a peste e a fome.

Na margem do Rio Tâmega, junto da ponte de Calvez, há uma capela antiga de S. Bartolomeu onde se festeja o santo em grande romaria, nos dias 23 e 24 de Agosto. Os romeiros creem que a água sulfúrica de uma fonte próxima, sendo colhida antes de lhe dar o sol, na manhã de 24, os preserva de todas as doenças, e cura as que houverem.

*Traduções populares de Portugal* de J. Leite de Vasconcellos, p. 15.

**Bazaliza ou Baziliza (Santa).** — Vid. *S. Julião*.

Santa Basilisa ou Basilissa vem citada no *Mappa de Portugal* de Bautista de Castro, II, 3.<sup>a</sup> ed., p. 84. Foi uma das nove irmãs santas, que nasceram de um parto maravilhoso, como conta a tradição, que se deu em Braga. Foi martirizada na Síxia, em 29 de Agosto ou 1 de Novembro.

---

<sup>1</sup> S. Bartolomeu é advogado contra o diabo, festeja-se a 24 de Agosto.

**Belém.** — «Nossa Senhora de Belém», freguesia da Fonte Longa<sup>1</sup>, I, 157; «Nossa Senhora de Belém»<sup>2</sup>, IV, 95.

**Benedito (S.).** — «S. Benedito de S. Francisco da Cidade, aduogado das cezoins», Lisboa (edifício da Biblioteca Nacional), II, 45; «S. Benedito de S. Francisco da Cidade, aduogado das cezoins», 2 exemplares diferentes, um colorido, Lisboa, III, 66.

Corre entre o povo num sentido anecdotico esta dição, quando referida a falta de apetite ou a pessoa de pouco alimento: «é como S. Benedito, não come nem bebe, e anda gordito». É uma forma paralela do conhecido «cavalo do inglês», magro, sem comer, mas vivo em todo o caso.

**Bento (S.).** — «S. Bento», dois registos diferentes, I, 12; «S. Bento», 2 exemplares diferentes, um d'elos tem: *Pôrto. Santos ret(ocou)*. I, 9; «S. Bento Abbade», 2 exemplares diferentes, I, 13; «S. Bento Abb(ade)», de Pedroso<sup>3</sup>, I, 108; «S. Bento», 2 exemplares diferentes, *Miguel Costa*, I, 108; «S. Bento», 2 exemplares, I, 109; «S. Bento Abb(ade)», que se venera na sua capela em Ançã<sup>4</sup>, *Dores f(ecit)*, ou *f(ez)*. 1858, I, 112; «S. Bento», que se venera na sua Ermida em Ançã, I, 112; «S. Bento», que se venera na igreja do Carmo, 2 exemplares diferentes, *Miguel Costa*, 1880. Coimbra, I, 118; «S. Bento Abb(ade), I, 120; «S. Bento», que se venera na igreja do Carmo em Coimbra, I, 120; «S. Bento», 4 exemplares diferentes, dois venerados em Coimbra (um na igreja do Carmo), outro em Ançã, e ainda outro sem designar o lugar onde é venerado, I, 126; «S. Bento Abb(ad)e», que se venera na sua capela da Mizarela<sup>5</sup>, 2 exemplares diferentes, (lê-se num d'elos: *A. Bahia 1873*), I, 127; «S. Bento» de Semide<sup>6</sup>, 2 exemplares diferentes, I, 188; «S. Bento da Porta Aberta», Rio Caldo<sup>7</sup>, I, 192; «S. Bento da Porta Aberta», I, 193; «S. Bento da Porta Aberta», Rio Caldo, I, 193; «S. Bento», Casal da Mizarella, I, 197; «S. Bento», Santo Thyrso<sup>8</sup>, 2 exemplares diferentes, I, 198; «S. Bento

<sup>1</sup> *Fonte Longa*, freguesia e concelho de Carrazeda de Ansiães (Moncorvo, distrito de Bragança).

<sup>2</sup> *Belém*, freguesia do 4.<sup>º</sup> bairro de Lisboa. No Convento dos Jerónimos, monumento do séc. XVI.

<sup>3</sup> *Pedroso*, concelho de Gaia (Pôrto).

<sup>4</sup> *Ançã*, freguesia e concelho de Cantanhede (distrito de Coimbra).

<sup>5</sup> *Mizarela*, freguesia e concelho da Guarda.

<sup>6</sup> *Semide*, freguesia e concelho de Miranda do Corvo (distrito de Coimbra).

<sup>7</sup> *Rio Caldo*, freguesia e concelho de Terras de Bouro (distrito de Braga).

<sup>8</sup> *Santo Tirso*, vila do distrito do Pôrto.

da Avé Maria», Rio Tinto<sup>1</sup>, I, 199; «S. Bento da Porta Aberta», Rio Caldo, I, 200; «S. Bento da Porta Aberta», Rio Caldo, I, 201; «S. Bento», Semide, I, 203; «S. Bento», d'Aboadela<sup>2</sup>, I, 204; «S. Bento Abb(ade)», II, 39; «S. Bento», II, 81; «S. Bento», II, 88; «S. Bento», Ançã, II, 100; «S. Bento da Porta Aberta», III, 47; «S. Bento da Porta Aberta», freguesia de Rio Caldo, Gerês, 2 exemplares diferentes, III, 61; «S. Bento», 2 exemplares diferentes, III, 116; «S. Bento», Abade, Paroquial de Vairão<sup>3</sup>, III, 122; «S. Bento», igreja do Carmo, Coimbra, III, 126; «S. Bento da Várzea», concelho de Barcelos, exemplar azul, grande, III, 177; «S. Bento», III, 199.

S. Bento «O Principe dos Patriarchas», é o título da obra monacal em dois tomos de Fr. João dos Prazeres (1683–1690), Lisboa. É festejado a 21 de Março; ao lado de Santo António, é como él casamenteiro, advogado de solteiras e viúvas.

**Bérchmans.** — «S. João Bérchmans», exemplar fotogravado, III, 177.

**Bernardo (S.).** — «Beato Bernardo de Corleonté», J. C. Silva inv(enit). ou inv(entou). G. F. Machado sculp(sit). ou sculp(iu). IV, 181.

**Bernardus (S.).** — S. Bernardus, IV, 172. Vid. *Bernardo*.

Vid. o livro *Vida y milagros del glorioso Padre y Doctor melifluo S. Bernardo*, de Fray Joseph de Almonazil, Madrid 1682. Na sacristia do antigo convento de Santa Maria de Bouro, (concelho de Amares, distrito de Braga), há uma série de quadros de azulejos de séc. XVIII, em que se figuram as lendas cristãs d'este Santo. O Sr. Manuel Monteiro referiu-se a estes quadros na *Portugalia*, II, com duas figuras p. 273.

**Boa Fé<sup>4</sup>.** — «Senhor Jesus da Boa Fé», III, 2; «Senhor Jesus da Boa Fé», IV, 17.

**Boa Hora.** — «Nossa Senhora da Boa Hora<sup>5</sup>», I, 217; «O Senhor Jesus da Boa Hora», «Real Igreja de Nossa Senhora das Portas do Ceo de Tilheiras», IV, 17.

**Boa Memoria<sup>6</sup>.** — «Nossa Senhora da Boa Memoria», IV, 58.

<sup>1</sup> Não se especifica; há pelo menos três freguesias com este nome.

<sup>2</sup> Aboadela, freguesia e concelho de Amarante (distrito de Vila Real).

<sup>3</sup> Vairão, freguesia e concelho de Vila do Conde (distrito do Pôrto).

<sup>4</sup> Boa Fé, concelho de Évora.

<sup>5</sup> Boa Hora: Convento de Agostinhos Descalços, desde 1674, em Lisboa (2.<sup>o</sup> bairro); o templo foi edificado na frontaria do carro, em honra da Senhora da Boa Hora. *Mappa de Portugal*, Bautista de Castro, III, 3.<sup>a</sup> ed., pp. 180–181.

<sup>6</sup> Há várias ermidas a esta Senhora, como à dos Afliitos e do Bom Caminho, em todos os caminhos e roteiros do país.

**Boa Morte.** — «Senhor da Boa Morte», colorido, que se venera em Ventozello, concelho do Mogadouro<sup>1</sup>. *J. Santos f(e)c(it).* 1868, I, 7; «Senhor Jesus da Boa Morte», que se venera em Setúbal: I, 17; «Imag(em) de Nossa Senhora da Boa Morte», I, 35; «Nossa Senhora da Boa Morte», que se venera em Coimbra (cidade), I, 44; «Milagroza imagem de Nossa Senhora da Boa Morte», que se venera em Louriçal<sup>2</sup>, I, 68; «Nossa Senhora da Boa Morte», que se venera em Coimbra, I, 74; «Nossa Senhora da Boa Morte», colorido, que se venera em Lorvão<sup>3</sup>, *Miguel Costa Des(enh)ou*, Coimbra, I, 86; «Nossa Senhora da Boa Morte», que se venera em Coimbra, 2 exemplares diferentes, (um exemplar tem *Clemente grav[ou]*) I, 86; «Nossa Senhora da Boa Morte», que se venera em Coimbra, *Clemente grav(ou)*. I, 86; «Nossa Senhora da Boa Morte», que se venera no Tentugal<sup>4</sup>, colorido, I, 87; «Imagen do Senhor da Boa Morte, que se venera na igreja do Souto, desde 1897», I, 111; «Nossa Senhora da Boa Morte», venera-se na freguesia de Santa Marinha d'Aroza, concelho de Guimarães, I, 148; «Senhor Jezus da Boa Morte», I, 209; «Nossa Senhora da Boa Morte», I, 222; «Nossa Senhora da Boa Morte», I, 232; «Nossa Senhora da Boa Morte», 2 exemplares diferentes, Ferreira-a-Nova<sup>5</sup>, II, 1; «Nossa Senhora da Boa Morte», Sé de Coimbra, II, 16 e 17; «Nossa Senhora da Boa Morte», II, 47; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Boa Morte», da Vila do Louriçal, II, 63; «Nossa Senhora da Boa Morte», 2 exemplares diferentes, III, 14; «Imagen de Nossa Senhora da Boa Morte», III, 16; «Nossa Senhora da Boa Morte», Tentugal, III, 73; «Nossa Senhora da Boa Morte», Ferreira-a-Nova<sup>5</sup>, III, 76; «Nossa Senhora da Boa Morte», Tentugal, III, 77; «Nossa Senhora da Boa Morte», Sé Catedral de Coimbra, III, 84; «Nossa Senhora da Boa Morte», Catedral de Coimbra, III, 96; «Nossa Senhora da Boa Morte», III, 96; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Boa Morte», Vila do Louriçal, III, 113; «Senhor do Bom Fim e da Boa Morte», Patriarcal do Pôrto<sup>6</sup>, III, 131; «Nossa Senhora da Boa Morte», 2 exem-

<sup>1</sup> Ventozelo, freguesia e concelho de Mogadouro (distrito de Bragança).

<sup>2</sup> Louriçal, freguesia e concelho do Pombal (distrito de Leiria).

<sup>3</sup> Lorvão, freguesia e concelho de Penacova (distrito de Coimbra). É célebre pelo convento de Religiosas de Cister. Vid. cap. xxi, da «Conquista, Antiguidade, e nobreza, da mui insigne, e inclita cidade de Coimbra», escritas por António Coelho Gaseco, Lisboa, 1805.

<sup>4</sup> Tentugal, freguesia e concelho de Montemor-o-Velho (distrito de Coimbra).

<sup>5</sup> Ferreira-a-Nova, freguesia e concelho da Figueira da Foz (distrito de Coimbra).

<sup>6</sup> Patriarcal (abusivo), por Catedral, ou por Paroquial (vid. *Bom Fim*, III, 68).

plares diferentes, iv, 58; «Nossa Senhora da Boa Morte», que se venera no Colégio de S. Lourenço dos Padres Agostinhos Descalços da cidade do Pôrto, iv, 103.

No Convento dos Padres da Cáridade, no logar de Buenos-Aires, Lisboa, existiu uma imagem de Jesus da Boa Morte de que se contaram maravilhas; no pedestal da cruz nasceu um feto que permanecia fresco por anos e anos, pelo que alguns devotos levavam ramos de feto para com eles tocarem a cruz e a imagem; estes ramos eram depois febríferos, *Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., II, p. 141.

**Boa Sentença.**—«Senhor Jesus da Boa Sentença», Basílica de Santa Maria Maior, Lisboa, exemplar grande, iv, 2; «Senhor Jesus da Boa Sentença», iv, 4; «Senhor Jezus da Boa Sentensa», iv, 16; «Senhor Jesus de Boa Sentença», iv, 20.

**Boa Viagem**<sup>1</sup>.—«Nossa Senhora da Boa Viagem», III, 13; «Nossa Senhora da Boa Viagem», III, 18; «Nossa Senhora da Boa Viagem», Ilha do Faial (Açores), III, 148; «Nossa Senhora da Boa Viagem», IV, 91; Nossa Senhora do Pópulo do Convento da Boa Viagem, IV, 109.

**Bom Despacho.**—«Imagen de Nossa Senhora do Bom Despacho», *Santos f(ecit) ., ou f(ez) .*, IV, 103.

**Bom Fim.**—«Senhor Jesus do Bom Fim», de Setúbal II, 35; «Senhor Jesus do Bom Fim», II, 40; «Senhor Jesus do Bom Fim», II, 46; «Senhor Jesus do Bom Fim», III, 27; «Senhor Jesus do Bom Fim de Setúbal», 3 exemplares diferentes, III, 27; «Senhor do Bom Fim e da Boa Morte», na igreja paroquial do Pôrto, III, 68; «Senhor do Bom Fim e da Boa Morte», Pôrto, III, 131; «Senhor Jesus do Bom Fim», IV, 1; «Senhor Jesus do Bom Fim», freguesia dos Anjos, Lisboa (1.<sup>º</sup> bairro), IV, 14; «Senhor Jesus do Bom Fim», IV, 15; «Senhor Jesus do Bom Fim», freguesia dos Anjos, Lisboa, IV, 18; «o Senhor Jesus do Bom Fim», IV, 18; «Senhor Jesus do Bom Fim», IV, 21; «Nossa Senhora do Bom Fim», IV, 58.

**Bom Jesus.**—«Senhor Bom Jesus do Arnado», II, 18; «Senhor Bom Jesus dos Oleiros» (protector da classe), II, 19; «Senhor Bom Jesus da Saúde», Campo das Carvalheiras de Braga, II, 34; «Senhor Bom Jesus do Monte», de Braga, 2 exemplares diferentes, II, 34;

<sup>1</sup> Diz o *Mappa de Portugal* de Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., II, a p. 145: «Nossa Senhora da Boa Viagem, venera-se do convento, de religiosos da província da Arrábida, duas léguas de Lisboa rio abaixo sobre as praias do mar, e é muito buscada da gente de Lisboa, e de todos os navegantes, que lhe fazem sua festa nas oitavas do Espírito Santo».

«Senhor Bom Jesus do Monte», II, 41; «Senhor Bom Jesus da Vida»:—Vid. *Vida*; «Senhor Bom Jesus de Matosinhos», Pôrto, II, 4; «Senhor Bom Jesus do Monte», exemplar grande, III, 5; «Senhor Bom Jesus da Cruz», Barcelos, distrito de Braga, III, 92; «Senhor Bom Jesus Milagroso», S. Mateus, Ilha do Pico (Açores), III, 93; «Imagen do Bom Jesus», III, 137,

**Bom Jesus<sup>1</sup> do Monte.**—«Milagrosa Imagem do Bom Jesus do Monte», Braga, 2 exemplares diferentes, I, 5; «Bom Jesus do Monte», Braga, 2 exemplares diferentes, I, 58; «Milagrosa Imagem do Bom Jesus do Monte», Braga (Minho), I, 58; «Bom Jesus do Monte», exemplar grande, III, 5.

**Bom Parto.**—«Nossa Senhora do Bom Parto, que se venera na capela de S. Vicente em Covilhã», IV, 91.

**Bom Sucesso<sup>2</sup>.**—«Nossa Senhora do Bom Sucesso», 2 exemplares diferentes, III, 14; «Nossa Senhora do Bom Sucesso», III, 166; «Nossa Senhora do Bom Sucesso», 2 exemplares diferentes, IV, 59.

**Bona (Santa).**—«S. Lúcio», e «Santa Bona», IV, 171.

**Bonança<sup>3</sup>.**—«Nossa Senhora da Bonança», Santos-o-Velho, Lisboa (4.<sup>º</sup> bairro), 2 exemplares diferentes, III, 20; «Nossa Senhora da Bonança», Bom Jesus de Gaya, IV, 59; «Nossa Senhora da Bonança», IV, 59; «Nossa Senhora da Bonança», exemplar colorido, IV, 86.

**Borgia.**—Vid. *Borja*.

**Borja.**—Vid. *Francisco de Borja (S.)*

**Bráz B. e M. (S.).**—«S. Braz», B. e M<sup>4</sup>. 2 exemplares, I, 8; «S. Braz B. M.», I, 10; «S. Braz», Pôrto, I, 15; «S. Braz Milagroso», 2 exemplares, um sem titulo, I, 57; «S. Braz», advogado da garganta, I, 64; «S. Braz», que se venera em Serpins<sup>5</sup>, I, 108; «S. Braz», I, 108; «S. Braz», 4 exemplares diferentes, 2 venerados em Serpins, I, 128; «S. Braz», que se venera na sua capela em Barcelinhos<sup>6</sup>, I, 131; «S. Braz», Forte de Santa Catarina<sup>7</sup>, I, 184;

<sup>1</sup> «Entre arvoredo da montanha em «os brandos rumores da floresta», o Bom Jesus «é o santuário por excelência do Minho». *O Minho Pittoresco*, t. II, pag. 47.

<sup>2</sup> *Bom Sucesso* — uma freguesia do 4.<sup>º</sup> bairro de Lisboa tem este orago.

<sup>3</sup> Esta Santa é protectora dos pescadores, que a ela recorrem nos perigos do mar.

<sup>4</sup> S. Brás é advogado contra males de garganta. Festeja-se a 2 de Fevereiro.

<sup>5</sup> Serpins, vila, na freguesia e concelho de Louzã (distrito de Coimbra).

<sup>6</sup> Barcelinhos, freguesia e concelho de Barcelos, distrito de Braga.

<sup>7</sup> Forte de Santa Catarina, Figueira da Foz. Vid. *Santa Catharina*, II, 92.

«S. Braz», Lisboa, I, 187; «S. Braz», Montemór-o-Velho, distrito de Coimbra, I, 191; «S. Braz», Mourilhe<sup>1</sup>, I, 194; «S. Braz», I, 210; «S. Braz», B. M. 2 exemplares diferentes, II, 39; «S. Braz», Serpins, II, 78; «S. Braz», lugar dos Bujos<sup>2</sup>, II, 81; «S. Braz, B. M.», Portas do Sol, Lisboa, II, 93; «S. Braz. B. M.», III, 51; «S. Braz», Portas do Sol, Lisboa, III, 53; «S. Braz», 4 exemplares diferentes, III, 59; «S. Braz», padroeiro da paroquia do Arco da Calheta, cromo<sup>3</sup>, III, 117; «S. Braz B. M.», Tentugal<sup>4</sup>, III, 119; «São Braz», Castelo de Montemór-o-Velho, III, 178; «S. Braz B. M.», 2 exemplares diferentes, IV, 165; «S. Braz B. M.», venera-se na igreja das Portas do Sol em Lisboa, IV, 165; «S. Braz B. e M.», IV, 170»; «S. Braz», *Carv.º ffecit.*, ou *f(ez.)*, IV, 177.

**Brígida (Santa).** — «Santa Brígida», 3 exemplares diferentes, I, 49.

**Brotas**<sup>5</sup>. — «Nossa Senhora das Brotas», IV, 60.

A igreja de Nossa Senhora das Brotas provém do milagre tradicional atribuído a esta Santa. É curiosa a lenda cantada pelo povo em onze estrofes, onde tem cinco versos as duas primeiras, são quadras as sete seguintes, e tem três versos as duas últimas. Diz que um lavrador perdeu uma vaca

que d'inverno mais de verão  
lhe sustentava  
a mulher e filhos sem pão.

Encontrou-a mas morta já, e começou a esfolá-la. Quando lhe havia cortado uma das mãos e semiesfolado a outra, apareceu-lhe a Virgem, e tornou-lhe a vida à vaca, dizendo que edificassem os habitantes uma capela naquele lugar, onde se deu a aparição; e ao voltar,

Achou a vaca pastando  
mais gorda e mais formosa,  
que elle d'antes a tinha ...

Vid. folha da colecção de «Silva Vieira», de Espozende: *As Brotas*, por J. Maria Soeiro de Brito.

Outro passo da tradição da mesma Virgem diz que a imagem tem menos de um palmo de altura e foi feita pelas mãos dos Anjos; estes fizeram-na da canela da mão de uma vaca que a Santa ressuscitou em

<sup>1</sup> *Mourilhe*, freguesia e concelho de Montalegre, distrito de Vila Real.

<sup>2</sup> *Bujos*, povoação da freguesia de Miranda do Corvo (Coimbra).

<sup>3</sup> *Calheta*, ilha de S. Jorge (Açores), cabeça de concelho.

<sup>4</sup> *Tentugal*, concelho de Montemór-o-Velho (distrito de Coimbra).

<sup>5</sup> *Brotas* (Águias) é uma vila do Alentejo central, concelho de Mora (distrito de Évora). Tem por orago Nossa Senhora das Brotas.

1470, a súplicas de um lavrador pobre. Tem romarias desde a Páscoa até o mês de Setembro.

*Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> edição, II, p. 145. *Corografia Portuguesa*, II, p. 439.

**Cabeça.** — «Nossa Senhora da Cabeça», Fornos de Maceira-Dão<sup>1</sup>, I, 159; «Nossa Senhora da Cabeça», de Évora, IV, 64; «Nossa Senhora da Cabeça», de Évora, IV, 91.

No Bombarral, hoje cabeça de concelho, no distrito de Leiria, há uma freguesia de S. Braz, onde o *Mappa de Portugal*, de Bautista de Castro, anuncia haver em seu tempo a devoção da *Santa Cabeça*. Diziam ser ela de um «ditoso lavrador», a qual em certos dias festivos se expunha publicamente, como remédio infalível para o gado dos arredores, «obrando o Ceo evidentes maravilhas em confirmação da virtude desta santa reliquia».

*Op. cit.*, 3.<sup>a</sup> edição, II, p. 115.

**Cabeça-Boa.** — «Senhor Jesus de Cabeça-Boa»<sup>2</sup>, que se venera em Bragança, I, 7.

**Cabo.** — «Nossa Senhora do Cabo», *Inv[entada]. e dell[ineada]. por D[oming].º Augusto de Siqueira, gravada e oferecida A S. Alteza Real o Senhor D. João Príncipe do Brazil por Gregório Fran[cis]co d'Assis, e Queiroz*, I, 21; «Nossa Senhora do Cabo», 2 exemplares diferentes, um dêles colorido, I, 39; «Senhora do Cabo», Linda-a-Velha<sup>3</sup>, II, 36; «Senhora do Cabo», Linda-a-Velha, II, 93; «Nossa Senhora do Cabo», III, 11; «Nossa Senhora do Cabo», III, 23; «Nossa Senhora do Cabo», III, 114; «Nossa Senhora do Cabo», 2 exemplares reduzidos, 2 exemplares maiores, diferentes, IV, 53; «Nossa Senhora do Cabo», IV, 60; «Nossa Senhora do Cabo», IV, 98; «Virgem Maria do Cabo, Senhora Nossa». *Ajuilar comp[õ]s. e grav[ou].*, IV, 100.

Na Biblioteca Nacional encontra-se um códice de *Memórias*, que consta do que segue: *Sobre a antiguidade das Romarias, e da Romaria ao Sítio de Nossa Senhora do Cabo* (Memória 1.<sup>a</sup>); *Do Apparecimento das Prodigiosas Imagens de Nossa Senhora da Nazareth* (Memória 2.<sup>a</sup>), e *do Cabo* (Memória 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup>), pelas muitas relações que em si tem... (Cod. Pombalino, 98).

Do culto desta Imagem da Nossa Senhora do Cabo diz: «Em todos os tempos obrou, e obra ao presente muitas maravilhas, como o testemunhão os sinaes dellas que se veem na sua Caza». (p. 50).

<sup>1</sup> *Maceira-Dão*, concelho de Mangualde.

<sup>2</sup> *Cabeça-Boa*, freguesia a poucos quilómetros de Bragança.

<sup>3</sup> *Linda-a-Velha*, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras (Lisboa).

Nas *Memórias* 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> faz-se menção do aparecimento da Virgem conforme as duas fases da lenda:—aparece em sonho ao velho de Alcabideche em 1380—; aparece a Imagem ao mesmo, e à velha da Caparica.

Na *Memória* 14.<sup>a</sup> trata o códice *Do Festejo que costumão fazer as Freguezias denominadas do Termo, ou de Lisboa* (p. 78).

A Imagem actual foi mandada fazer no ano de 1751, no 11.<sup>º</sup> Giro das Freguesias, pela Freguesia da Ferrugem que realizou a 24.<sup>a</sup> romagem (p. 141).

A p. 39 referindo-se aos Círios de Nossa Senhora do Cabo Espichel, diz o manuscrito: «sendo em termos proprios de hum tão elevado objecto, qual he, o de agradar a Deos, unico fim porque as Romarias se principiarão, concederão, e authorisarão, dizêmos, que »deste modo he a Romaria e festejo util, e pouco dispendioso».

A *Memória* 15.<sup>a</sup> Comporta os Annaes dos Giros das Freguesias (ao Cabo). A p. 89 lembra que Fr. António da Piedade escreveu:

«Além das do Alemtejo são vinte e oito as Freguezias do Termo »de Lisboa, que com os seus Cirios a festejão», quando falava da ermida de Nossa Senhora do Cabo, na *Chronica da Provincia da Arrabida*, parte I, L.<sup>º</sup> 1.<sup>º</sup> cap. 5, p. 19. Ora estas 24 freguesias administravam por sua vez o culto da Senhora do Cabo, e era à série completa destas freguesias que se chamava Giro.

Menciona as facilidades concedidas aos Romeiros por Bula Apostólica de 15 de Maio de 1585, confirmada em Ordem Real, na qual se dispõe que não tenham os Romeiros «algum impedimento em os caminhos, ou passagens de mar, ou Carreiros, Almocreves, Barqueiros, »e mais pessoas, que os servirem pelo Meirinho dos Clerigos, ou outras justiças, se impetrará outra Bulla Apostolica para sua defesa.

A p. 206, diz: «Hia antigamente ao Sítio do Cabo no Cirio do »Termo ou dos Saloios, hum Cirurgião da Caza Real, por conta do »Infantado, e levava huma Botica volante para acudir aos Romeiros »em caso de necessidade».

Informa o manuscrito que a antiguidade do templo da Senhora do Cabo vem de há cinco séculos, o que dá quase seis hoje, e festejando-se os Círios separados, desde o seu princípio até 1430, ou em Giro de freguesias desde então por diante.

A todos os templos de romarias, dispersos pelo país sobrelevavam os do Cabo e da Nazareth, «que se chamavão Reaes».

Em uma gravura do princípio oferecida a «S. A. R. o Serenissimo »Senhor Infante D. Miguel Juis da Festividate do Cirio de Bellas, »no presente anno de 1810», encimada pelo escudo real português, lê-se:

Dos nossos suspiros Sois Cabo ditoso, Amparo piedoso Na terra e no mar.	As Lusas Esp'ranças Guardai-nos viçosas, Vergônteas mimosas Do Tronco sem par.
--	---

O registo da Nossa Senhora do Cabo, a p. 23 do vol. III, desta colecção, «A S. A. R. o Serenissimo Príncipe Regente e Senhor »Nossa | D. João | Protector Perpetuo do Regio Cirio de Lisboa | »

pelos festeiros de 1810, tem esta oitava a ladear em duas quadras o brasão real:

Ao Príncipe Luso Mil bençãos envia, Da sua Fé pia Tocada de dó.	A Paz e Abundância Dos homens prezadas Mandai-lhas ligadas Em plácido nó.
--	--

**Caetano (S.).** — «S. Caetano», *Godinho f(ecit).* ou *f(ez)*. *Lisboa*, I, 9; «S. Caetano da Divina Providência», 2 exemplares diferentes, I, 63; «S. Caetano», III, 195; «S. Caetano de Thiene», III, 195; «S. Caetano», IV, 206. Vid. *Cajetanus*.

**Caetanos.** — «Senhor dos Passos dos Caetanos»<sup>1</sup>, I, 2.

**Cajetanus (S.).** — «S. Cajetanus, Cler. Reg. Fundator». *Barros f(ecit)*. ou *f(ez)*, I, 8. Vid. *Caetano*.

**Calvário.** — «Estampa do Calvário», capela-mor da igreja do Real Santuário do Senhor Bom Jesus do Monte, subúrbios de Braga, I, 122; «Imagen do Senhor Jesus do Calvário», *Parada do Pinhão*<sup>2</sup>, 2 exemplares diferentes, um colorido, I, 136; «Senhor do Calvário», 2 exemplares diferentes, vila de Gouveia (distrito da Guarda), I, 163; «O Senhor Jesus do Calvário», II, 33; «Senhor do Calvário» de Paços<sup>3</sup>, III, 143; «O Senhor Jesus do Calvário», IV, 1.

**Camillo (S.).** — «Santo Camillo», III, 60.

**Campos.** — «Nossa Senhora dos Campos», *Sendelgas*<sup>4</sup>, I, 219.

**Candeias.** — «Nossa Senhora das Candeias», *Várzea de Goes*<sup>5</sup>, I, 162.

Na *Revista Lusitana*, IX, 1906, p. 24, o Sr. P.<sup>e</sup> António Gomes Pereira, meu saudoso professor de português no Liceu do Pôrto, publicou, entre as trovas populares de Vila Real, uma que se refere a esta invocação da Virgem:

Da minha janela rezó  
A Senhora das Candeias...

O culto desta Senhora é muito vulgarizado no norte do país. A alguém que mostra poucas luzes de razão costuma-se dizer-lhe: «Valha-te Nossa Senhora das Candeias».

**Cardal.** — «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora do Cardal», que se venera na igreja do extinto convento da Vila de Pombal<sup>6</sup>. Tem

<sup>1</sup> Convento dos Caetanos, em Lisboa, hoje Conservatório de Lisboa.

<sup>2</sup> *Parada do Pinhão*, concelho de Sabrosa (Vila Real).

<sup>3</sup> Paços, há muitas povoações com este nome.

<sup>4</sup> *Sendelgas* — Freguesia de S. Martinho de Álvaro, concelho de Oleiros (Castelo Branco).

<sup>5</sup> *Várzea de Goes*, freguesia e concelho de Goes (distrito de Coimbra).

<sup>6</sup> *Vila de Pombal* (distrito de Leiria).

lugar a festividade, e entrada de um homem no forno, na sexta-feira do último domingo do mês de Julho de cada ano. I, 153; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora do Cardal», convento de Pombal, 2 exemplares diferentes, III, 113.

**Caridade.** — Vid. «Caridade e Desamparados»; «Nossa Senhora do Terço e Caridade», S. Salvador de Coimbra, II, 41; «Milagroza Imagem de Nossa Senhora da Caridade», III, 114; «Senhor Jesus dos Navegantes e Nossa Senhora da Caridade», 2 exemplares diferentes, ermida à Lapa (Lapa, freguesia do 4.<sup>º</sup> bairro de Lisboa), III, 141; «Nossa Senhora da Caridade», Vila de Viana de Caminha, IV, 13; «O Senhor Jesus dos Navegantes e a Senhora da Caridade», IV, 21; «Milagrosa Emagem de Nossa Senhora da Caridade», IV, 60.

**Caridade e (dos) Desamparados.** — «O Senhor Jezus da Caridade e dos Dezemparados», que se venera em Alcântara (Lisboa), I, 4.

**Carlos (S.).** — «S. Carlos», Santos, f(ez)., ou f(ecit)., IV, 177.

Vid. *Relação summaria da vida, morte, milagres e canonizaçām de S. Carlos Borromeu, Cardeal de Santa Praxede, Arcebispo de Milão, Protector do Reyno de Portugal*, tradução «da lingoa toscana» por Fr. Pedro Fragoso (carmelita), Lisboa, 1616.

**Carmo.** — «Nossa Senhora do Carmo», não tem designação, gravada em pano, I, 10; «Nossa Senhora do Carmo», I, 38; «Nossa Senhora do Monte do Carmo», 1 exemplar muito pequeno, I, 152; «Nossa Senhora do Carmo», I, 174; «Nossa Senhora do Carmo da Penha», Guimarães (distrito de Braga), I, 175; «Nossa Senhora do Carmo e Santa Filomena» (Viana do Minho), I, 226; «Nossa Senhora do Carmo», I, 230; «Nossa Senhora do Carmo», I, 232; «Nossa Senhora do Carmo» (e 1 exemplar minúsculo sem designação), II, 36; «Nossa Senhora do Carmo», sem designação, exemplar minúsculo, II, 41; «Nossa Senhora do Carmo», 2 exemplares diferentes, II, 53; «Nossa Senhora do Monte do Carmo», II, 68; «Nossa Senhora do Carmo», da igreja do convento do Carmo, em Tentugal (concelho de Montemor-o-Velho, distrito de Coimbra), II, 75; sem designação, 2 exemplares minúsculos, III, 11; sem designação, 2 exemplares minúsculos, III, 21; «Nossa Senhora do Carmo», III, 75; «Nossa Senhora do Carmo», Rua das Figueirinhas, exemplar grande, III, 109; «Nossa Senhora do Carmo», Ponta Delgada (Açores), III, 148; sem designação, 2 exemplares diferentes, III, 174; sem designação, exemplar pequeno, IV, 79.

**Carolus Borromoeus (S.).** — «*Vera effigies Santi Caroli Borromoei*», N. J. Baptista sculp(sit) ou sculp(iu)., IV, 174. Vid. *Carlos*.

**Carquere.** — «Nossa Senhora de Carquere»<sup>1</sup>, *Santos f(ecit)*, ou *f(ez)*, *Porto*, I, 31.

Diz a tradição, inflamada pelos frades cronistas do Reino, que foi esta imagem que concedeu ao fundador da monarquia a mercê de poder andar escorreitamente sem o defeito com que nasceu.

*Monarquia Lusitana*, Barbosa Machado. Liv. 9, cap. 6.

**Cartuxa.** — «Senhor Jesus da Cartuxa», Évora, II, 93.

**Carvalhal.** — «O Senhor Jesus de S. Pedro do Carvalhal»<sup>2</sup>, 2 exemplares diferentes, I, 6.

**Castello.** — «Nossa Senhora do Castello, Padroeira de Vila de Corruxo» (distrito de Santarém), *Godinho f(ecit)* ou *f(ez)*, I, 27; «Milagroza Imagem de Nossa Senhora do Castello», que se venera em Mangualde (distrito de Viseu), I, 140; «Nossa Senhora do Castello», Padroeira da Vila de Coruche, exemplar minúsculo, IV, 53.

**Catharina (Santa) ou Catarina.** — «Santa Catharina», V. M., I, 46; «Santa Catharina Senensis»<sup>3</sup>, II, 23; «Santa Catarina», Capela do Forte, Figueira da Foz, II, 92; «Imagen de Santa Catharina», Monte Sinai, de Lisboa, 4 exemplares diferentes (3 coloridos), III, 28; «Santa Catharina», exemplar minúsculo, III, 29; «Santa Catharina», 3 exemplares, III, 35; «Santa Catherina de Bolonha», III, 39; «Santa Catharina», III, 40; «Santa Catharina», III, 44; «Santa Catrina», 2 exemplares diferentes, III, 45; «Santa Catrina», III, 55; «Santa Catharina do Monte Sinay» (Lisboa Ocidental), 2.º Bairro, III, 155; «Santa Catharina de Sena», IV, 131; «Santa Catharina de Sena», IV, 133; «Santa Catharina», V. M., IV, 135.

**Catrina.** — Vid. *Catharina*.

**Cecilia (Santa).** — «Santa Cecilia», exemplar minúsculo, III, 29; «Santa Cecilia», III, 42; «Santa Cecilia», III, 103; «Santa Cecilia», IV, 131.

Santa Cecilia é a Euterpe cristã. Festeja-se a 22 de Novembro, e é advogada dos músicos, cantores e pastores. É curiosa a inclusão dos pastores, pelas evocações bucólicas da frauta amena, e dos cantos selvagens da montanha, «agreste avena ou frauta ruda», *Lusiadas*, I, 5. Em cidades da Itália é festejada pelos músicos com festas de arte.

<sup>1</sup> *Cárquere*, freguesia e concelho de Resende (distrito de Viseu).

<sup>2</sup> *Carvalhal*, há numerosas povoações com este nome, das quais o *registro* não especifica.

<sup>3</sup> Santa Catarina de Sena, festejada a 30 de Abril, é como S. Bartolomeu advogada contra as tentações do Diabo.

Vid. o romance de Santa Cecilia, de Atalaia, in *Revista Lusitana*, ix, 98; *Tradições populares e linguagem de Atalaia*, estudo de Monteiro do Amaral.

Advogada dos músicos, cantores e pastores, é festejada a 22 de Novembro.

**Ceo.** — «Nossa Senhora do Ceo», iv, 105.

**Chagas.** — «Senhor Jesus das Chagas», da freguesia de Santa Maria de Infias<sup>1</sup>, i, 132; «Senhor Jesus das Chagas», Misericórdia de Cezimbra<sup>2</sup>, 2 exemplares, ii, 35; «Senhor Jesus das Chagas», convento das religiosas de Viana do Alentejo (distrito de Évora), ii, 56; «As Chagas de Christo», iv, 8; «As Chagas de S. Francisco», *Godinho f(ecit) ou f(ez)*. Vid. *Francisco das Chagas (S.)*, iv, 177.

**Chrispim (S.).** — «S. Chrispim e S. Chrispiniano», M. M., i, 64; Id., ii, 39; «Nossa Senhora do Parto, S. Crispim e S. Crispiniano», iv, 72; «S. Crispim e S. Crispiniano», iv, 72.

S. Chrispim e S. Chrispiniano, mártires portugueses, são padroeiros da cidade de Lisboa. Festejam-se no dia 25 de Outubro. São também, os dois, advogados dos surradores, tapeteiros e curtidores. O padroado destes santos provém de se ter tomado Lisboa aos Mouros e entrado nela no dia da festa destes mártires, em 1147. Vid. *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, de D. Rodrigo da Cunha, parte i, fl. 63 v.

A ermida de S. Crispim e S. Crispiniano era administrada por uma grande Irmandade de sapateiros. Ficava às portas de Alfofa, a S. Mamede. *Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., iii, p. 191.

Nas «Bandeiras e Ofícios da Casa dos Vinte e Quatro» instituídas por D. João III (1539), e reformadas por D. José I (1771). S. Crispim patrocina os ofícios: cabeça: Sapateiros e Curtidores; anexos: Surradores, Obreiros. Era a *Bandeira de S. Crispim*. (De um manuscrito da Biblioteca Nacional, 653, Coleção Pombalina p. 78).

**Chrispiniano (S.).** — Vid. *Chrispim*, i, 64.

**Christina (Santa).** — «Santa Christina», i, 46.

**Christo.** — «Jesus Christo», de Guimarães (cidade do distrito de Braga), i, 166; Jesus Christo com a cruz às costas, sem designação, i, 197; «Santo Christo dos Cardaes»<sup>3</sup>, Lisboa, iii, 3; «O Senhor Santo Christo das Misericórdias», cidade de Angra do Heroísmo,

<sup>1</sup> *Infias*, freguesia e concelho de Guimarães (distrito de Braga).

<sup>2</sup> *Cezimbra*, vila e cabeça de concelho do distrito de Lisboa.

<sup>3</sup> *Cardaes*, freguesia de Brogueira, concelho de Tôrres Novas (Santarém).

Ilha Terceira (Açores), III, 4; «Senhor Santo Christo dos Milagres *Ecce Homo*», Ilha de S. Miguel, Ponta Delgada (Açores), III, 67; «Senhor Santo Christo dos Milagres», Ponta Delgada com Santa The-reza da Anunciada, III, 68; «Senhor Santo Christo», Praia do Almo-xarife, Ilha do Faial (Açores), III, 92; «Retrato da Imagem do Senhor Santo Christo», Vila da Praia da Vitória (Ilha Terceira), III, 137; «Santa Imagem de Christo», Convento do Carmo<sup>1</sup>, Lisboa (2.º bairro), III, 190; «As chagas de Christo», IV, 8.

**Christovão (S.).** — «S. Christovão», I, 213; «S. Christovão», Ponte de Lima (distrito de Viana do Castelo), I, 213; sem designação, exemplar minúsculo, III, 53; «S. Christovão», III, 191; «S. Christovão», IV, 173.

S. Cristovão é o Hércules greco-romano cristianizado, como tantas outras formas ideais ou reais, que o simbolismo pagão criou e a religião cristã santificou. Escreveu Rodrigues Cordeiro, in *As Repúblicas*, 14, «A lenda de S. Christovão»: que em certas partes do Minho, como em Barcelos, Viana, Vila do Conde, encontra-se o santo sempre agigantado, empunhando o seu bordão. As procissões, hoje impossíveis com os fios telegráficos e telefónicos, como também por evitar o ridículo do aparato deste santo, deixaram na tradição notícias alegres. S. Cristovão é advogado contra o fastio. *No Minho* de António da Costa, p. 151, fala o A. do colossal S. Cristovão de Viana, e diz que era advogado dos larápios.

Vid. *Legenda Aurea* de Voragine.

Nas festas de Braga, em honra de S. João, figurava S. Cristovão na scena do batismo, em atitude de atravessar o rio Jordão. O Santo, que é muito do agrado dos atacados de fastio, era antigamente levado num andor em procissão de *Corpus Christi*; o Município de Braga concedia certos privilégios aos lavradores da Aldeia de Ferreiros, vizinha, que levassem o andor. *Archeologia Christã*, Albano Bellino, p. 143.

**Círculo.** — «Nossa Senhora do Círculo», freguesia do Furadouro<sup>2</sup> (4-1902, Coimbra), I, 148.

**Cara (Santa)**<sup>3</sup>. — «Santa Clara», III, 31; «Santa Clara», III, 43.

**Clavér.** — Vid. *S. Pedro*.

<sup>1</sup> O Convento do Carmo foi fundado pelo Condestável D. Nuno Alvares Pe-reira, séc. XIV, que nele professou e morreu. Foi destruído pelo terramoto de 1755; na abside do templo gótico está instalado o Museu de Arqueologia da As-sociação dos Arqueólogos Portugueses. No convento modificado está um quartel.

<sup>2</sup> *Furadouro*, freguesia e concelho de Condeixa (distrito de Coimbra).

<sup>3</sup> Santa Clara é advogada contra os perigos de incendio, como S. Marçal, S. Mamede e S. Clemente. É festejada a 12 de Agosto.

**Clemente (S.)<sup>1</sup>.** — «S. Clemente» (Braga), 2 exemplares diferentes, I, 209; «Vera effigie de S. Clemente M. colocado na igreja dos PP. Congregados do Pórtico», II, 65; «S. Clemente», Lamas<sup>2</sup>, III, 178.

S. Clemente (Flavius Clemens) foi o sucessor de S. Pedro, no solio romano (séc. I). Pertencia à casa imperial dos Flavios e, foi vítima de Domiciano, seu primo, que o mandou decapitar. Vid. Kraus, *Real-Encyklopädie*, I, p. 297; e Allard, *Histoire des persécutions*, I, p. 125. No tempo de Constantino (séc. IV), ganha a liberdade de culto, os Cristãos edificaram, sobre a casa de S. Clemente, em Roma, um templo que no séc. XII, foi sobreposto por um dos mais curiosos monumentos cristãos: a *basílica de S. Clemente*, que assenta entre o Coliseu e o Palácio de Latrão. É advogado dos ferrageiros (23 de Novembro).

**Cola (Colla).** — «Nossa Senhora da Colla da Villa de Ourique»<sup>3</sup>, II, 75; «sem designação», igual à imagem antecedente, II, 75.

**Columna.** — «Senhor Jezus amarrado à columnna», I, 3.

**Comba (Santa).** — «Santa Comba V. M.», que se venera em Valle-Meão<sup>4</sup>, I, 89; «Santa Comba», III, 36; «Santa Comba», Capela de Val-Meão, III, 100; «Santa Comba, V. M. (adevogada da Asma)», IV, 132.

«Sancta Columba virgem, que vulgarmente chamão, Sancta Comba, foi natural de Coimbra. A qual segundo a tradição ... foi morta ... não longe do Mosteiro de Cellas ... Seu corpo stá na sancristia do mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade ... Sua festa se celebra a trinta & hum de Dezembro». *Descrição do Reino de Portugal*, Duarte Nunes de Leão, 1610, fl. 81 v.

Santa Comba. O *Mappa de Portugal* de João Batista de Castro, menciona pelo menos quatro santas dêste nome: uma no Minho (3.<sup>a</sup> ed., II, p. 85), duas na Beira (id. 94), uma no Alentejo (id. 105).

Nos *Serões*, vol. III, n.<sup>o</sup> 15, de 1902, o Sr. Ratil Brandão descreve comovidamente o milagre da transfiguração e a lenda medieval do martírio de Santa Comba, de Coimbra, filha de um tudesco e de mãe portuguesa. Nas circunvizinhanças de Coimbra, no local onde foi encontrada a Santa, quando perseguida pelos soldados do príncipe a quem o pai a dera por escrava, e onde suas lágrimas se convertiam em fonte cristalina, há uma capela de Santa Comba. É na Fonte Santa, e lá está uma escultura que representa o martírio da santa.

Há um poemeto do séc. XVI, em que se descreve a lenda da Santa, «*História de Santa Comba dos Valles*».

<sup>1</sup> S. Clemente é advogado dos ferrageiros, e é invocado contra o fogo. Festeja-se no dia 23 de Novembro.

<sup>2</sup> Lamas, freguesia e concelho de Miranda do Corvo (distrito de Coimbra).

<sup>3</sup> Ourique, vila do distrito de Beja.

<sup>4</sup> Val-Meão = de Meão? - Meão, concelho de Esposende ou Castro Daire.

**Compaixão.** — «Nossa Senhora da Compaixão», III, 85; «Nossa Senhora da Compaixão», Práia do Almoxarife, Ilha do Faial, exemplar grande, fotografura, III, 149; «Senhor Jesus da Compaixão», freguesia do Socorro, Lisboa (1.º bairro), IV, 14.

**Conceição<sup>1</sup>.** — «Nossa Senhora da Conceição», não tem designação, é gravada em pano, I, 10; «Nossa Senhora da Conceição», venera-se na Real Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Lisboa, I, 24; «Nossa Senhora da Conceição», I, 24; «Immaculada Conceição», I, 25; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera no colégio de S. Lourenço da cidade do Pórtico, I, 33; «Nossa Senhora da Conceição», I, 33; «Nossa Senhora da Conceição», I, 38; «Imagen da Immaculada da Conceição», do Monte Sameiro, nos subúrbios de Braga, I, 42; «Monumento da Immaculada Conceição», do Monte Sameiro, nos subúrbios de Braga, *Potte gr(a)v(ou)*, I, 42; «Nossa Senhora da Conceição», I, 53; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera na sua capela em S. Domingos, de Lisboa, *Carv(alh)o f(ecit). ou f(ez).*, I, 53; «Imagen da Immaculada Conceição», 2 exemplares diferentes, I, 56; «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Conceição», descoberta na Ribeira de Jamor, freguesia de Carnachide<sup>2</sup> em 28 de Maio de 1822, I, 56; «Immaculada Conceição», do Monte Sameiro, subúrbios de Braga, colorido, 1881, I, 67; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera na Misericórdia da Figueira, 4 exemplares diferentes, 2 coloridos, I, 69; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera na Real Capela de Nossa Senhora da Conceição de Lisboa, 2 exemplares diferentes, I, 71; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera em Condeixa-a-Nova, I, 72; «Immaculada Conceição», que se venera em Lamego, 1885, I, 75; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera na Igreja do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 1867, *Dores f(ez)*, I, 82; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera em Coimbra, 2 exemplares diferentes, I, 88; «Nossa Senhora da Conceição, da Sé Patriarcal de Lisboa (cópia da verdadeira imagem de Nossa Senhora da Conceição da Rocha)», I, 143; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera na Capela da Venerável Ordem Terceira, da Figueira da Foz, I, 143; 3 exemplares sem designação, I, 144; «Nossa Senhora da Conceição Velha», em Lisboa, I, 151; «Nossa Senhora da Conceição», venera-se em Lisboa na Real Capela da Conceição

<sup>1</sup> Esta Senhora teve culto oficial na monarquia portuguesa desde que el-rei D. João IV, pôs o reino sob a protecção dela, de acordo com as *Cortes Gerais*.

<sup>2</sup> Carnaxide, freguesia e concelho de Oeiras (distrito de Lisboa).

Velha, I, 153; «Imagen de Nossa Senhora da Conceição», Coimbra, I, 155; «Nossa Senhora da Conceição», I, 157; «Nossa Senhora da Conceição», Aldeia das Possés, freguesia do Castelo de Penalva<sup>1</sup>, I, 159; sem designação I, 160 e 162; «Immaculada Conceição», do Monte Sameiro, I, 171; «Immaculada Conceição», do Monte Sameiro, I, 218; «Immaculada Conceição», 2 exemplares diferentes, sem designação, I, 230; «Immaculada Conceição da Rocha», I, 231; «Nossa Senhora da Conceição da Rocha», 2 exemplares diferentes, I, 231; «Senhora da Conceição da Rocha», 2 exemplares diferentes, I, 231; «Nossa Senhora da Conceição», I, 232; «Nossa Senhora da Conceição», Figueira da Foz, 2 exemplares diferentes, II, 10; «Nossa Senhora da Conceição», Elvas, II, 13; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera a S. Luís, Lisboa, II, 36; sem designação, 2 exemplares minúsculos, II, 36; sem designação, 1 exemplar id., II, 40; sem designação, 2 exemplares id., II, 44; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera em S. Tiago, Lisboa, II, 46; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera em S. Francisco, II, 46; Vid. *Ponta do Caes*; «Prodigiosa Imagem de Nossa Senhora da Conceição», 2 exemplares diferentes, 1 exemplar sem designação, II, 53; sem título mas jaculatória, II, 64; «Nossa Senhora da Conceição», de Vagos, Aveiro, II, 72; sem designação, 1 exemplar minúsculo, II, 93; «Nossa Senhora da Conceição», freguesia dos Anjos, Lisboa, III, 10; «Nossa Senhora da Conceição», 2 exemplares diferentes, III, 14; «Nossa Senhora da Conceição», de Santa Cruz de Coimbra, III, 15; «Nossa Senhora da Conceição», S. Tiago, Coimbra, III, 16; «Nossa Senhora da Conceição», Mosteiro de S. Francisco, de Coimbra, III, 16; «Nossa Senhora da Conceição», do Monte Sameiro, Braga, III, 16; «Nossa Senhora da Conceição», III, 19; «Nossa Senhora da Conceição», 2 exemplares diferentes, 1 d'elos dos Anjos, Lisboa, III, 20; «Nossa Senhora da Conceição», Padroeira do Reino, III, 22; «Nossa Senhora da Conceição», que se venera em S. Tiago, Coimbra; III, 78; «Nossa Senhora da Conceição», Santa Cruz de Coimbra, e S. Tiago de Coimbra, III, 78 e 79; «Nossa Senhora da Conceição», do Rangel, III, 79; «Immaculada Conceição», Madeira, III, 81; «Nossa Senhora da Conceição», freguesia da Conceição de Lisboa, III, 129; «Nossa Senhora da Conceição», igreja das Trinas, Rato, Lisboa, III, 132; «Immaculada Conceição», Vila Franca do Campo, Ilha de S. Miguel, exemplar fotografado, III, 145;

---

<sup>1</sup> Penalva, distrito de Coimbra (Penalva de Alva), distrito de Vizeu (Penalva do Castelo). & Qual?

«Nossa Senhora da Conceição», Rangel, Coselhais<sup>1</sup>, 2 exemplares diferentes, III, 145; «Nossa Senhora da Conceição», Rangel, Coselhais, exemplar colorido (monocrómico), III, 147; «Nossa Senhora da Conceição», Santa Cruz de Coimbra, exemplar grande, fotografura, III, 150; «Immaculada Conceição», Figueira da Foz, III, 151; «Nossa Senhora da Conceição», Santa Cruz de Coimbra, III, 151; «Nossa Senhora da Conceição», 2 exemplares diferentes, III, 166; «Nossa Senhora da Conceição», freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa (4.<sup>º</sup> bairro), III, 166; «Nossa Senhora da Conceição», igreja de Santa Catarina, Lisboa (2.<sup>º</sup> bairro), exemplar colorido de azul, III; «Nossa Senhora da Conceição», da Sé Patriarcal, Lisboa, 2 exemplares diferentes, III, 169; sem designação, 2 exemplares pequenos, III, 174; «Nossa Senhora da Conceição», de Lisboa, IV, 60; «Nossa Senhora da Conceição», 4 exemplares diferentes, IV, 62; «Nossa Senhora da Conceição», da escada do Convento de Jesus, IV, 64; sem designação, 3 exemplares diferentes, IV, 81; «Nossa Senhora da Conceição», 4 exemplares diferentes, IV, 83; «Nossa Senhora da Conceição», 2 exemplares diferentes, IV, 87; «Nossa Senhora da Conceição», capela do Carvalhido, Pôrto, IV, 89; sem indicação, IV, 90; «Nossa Senhora da Conceição», IV, 91; «Nossa Senhora da Conceição», IV, 94; «Nossa Senhora da Conceição», exemplar grande, zincogravado, IV, 99; «Nossa Senhora da Conceição», 2 exemplares diferentes, IV, 108; «Nossa Senhora da Conceição», da igreja dos Religiosos de S. Pedro de Alcântara, Lisboa, IV, 109; «Nossa Senhora da Conceição», IV, 110; sem indicação, 2 exemplares diferentes, IV, 110.

Junto de Paredes de Coura, há romaria no mês de Julho à capela de Nossa Senhora da Conceição, *Minho Pitoresco*, I, p. 125.

Nas «Bandeiras e ofícios da Casa dos Vinte e Quatro», instituição de D. João III (1539), confirmado por D. José na *Nova Regulação*, de 3 de Dezembro de 1771, Nossa Senhora da Conceição, patrocinava os ofícios: Cabeça: Correeiros; Anexos: seleiros e freeiros. Era a *Bandeira de Nossa Senhora da Conceição*. (De um manuscrito da Biblioteca Nacional, cod. pombalino, 653, p. 78).

**Conceição da Corôa.** — «Nossa Senhora da Conceição da Corôa», que tem culto no hospital da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco da Cidade<sup>2</sup>, Lisboa, IV, 89.

**Conceição da Rocha.** — Vid. *Rocha*.

<sup>1</sup> *Coselhais*, concelho de Coimbra.

<sup>2</sup> Hoje é o edifício da Biblioteca Nacional, Academia de Belas Artes e Museu de Arte Contemporânea.

**Confiança.**—«Milagrosa Imagem da Nossa Senhora da Confiança», venera-se em Pedrógão Pequeno<sup>1</sup>, I, 140; «Nossa Senhora da Confiança», Pedrógão Pequeno, I, 177; «Nossa Senhora da Confiança», Pedrógão Pequeno, III, 132; «Veneranda Imagem da Nossa Senhora da Confiança», Pedrógão Pequeno, fotografura, III, 166.

**Consolação.**—«Nossa Senhora da Consolação, Santo Agostinho e Santa Mónica», que se veneram na igreja da Graça, Lisboa (1.<sup>º</sup> bairro), I, 77; «Nossa Senhora da Consolação», que se venera em Pedrógão Grande<sup>2</sup>, I, 153; «Nossa Senhora da Consolação», Pedrógão Grande, I, 180; «Senhor Jesus da Consolação», autógrafo, IV, 5; «Nossa Senhora da Consolação», de Agoalva<sup>3</sup>, IV, 65.

**Coração.**—«Nossa Senhora do Sagrado Coração», 1867, I, 89.

**Coração de Jesus.**—«Copia do painel do Sagrado Santíssimo Coração de Jesus», da cidade de Elvas (Alentejo), I, 10; «Santíssimo Coração de Jesus», que se venera na igreja de Arcosellos<sup>4</sup>, I, 11; «O Santíssimo Coração de Jesus» (Basilica fundada por D. Maria I em 1779, Estréla), I, 122; «Sagrado Coração de Jesus», Lisboa, I, 164; «O Santíssimo Coração de Jesus», I, 167; «Sagrado Coração de Jesus», Pezo<sup>5</sup>, I, 168; «Santíssimo Coração de Jesus», Lisboa, I, 233; «O Santíssimo Coração de Jesus», 3 exemplares diferentes, I, 234; «Santíssimo Coração de Jesus», exemplar colorido, II, 36; «Sagrado Coração de Jesus», Lousã, 2 exemplares diferentes, um colorido, II, 98; «Sagrado Coração de Jesus», Santa Cruz de Coimbra, III, 99; «Sagrado Coração de Jesus», Ilha de S. Jorge, fotografura, III, 137; «Copia da Imagem do Sagrado Coração de Jesus», Cidade da Horta, fotografura, exemplar grande, III, 138; «Copia fiel da Imagem do Sagrado Coração de Jesus», Praia do Almoxarife, Ilha do Faial, fotografura, exemplar grande, III, 138; «O Coração de Jesus», 3 exemplares diferentes, fotografura, III, 140; «Santíssimo Coração de Jesus», 2 exemplares diferentes, IV, 9; «O Santíssimo Coração de Jesus», Real Mosteiro do Santíssimo Sacramento de Alcântara, Lisboa (4.<sup>º</sup> bairro), IV, 11; «O Santíssimo Coração de Jesus», igreja dos Religiosos Barbados, Italianos, Lisboa, IV, 11.

<sup>1</sup> Pedrógão Pequeno, vila, freguesia do concelho da Sertã (distrito de Castelo Branco).

<sup>2</sup> Pedrógão Grande, vila e cabeça de concelho (distrito de Leiria).

<sup>3</sup> Agoalva, freguesia de Belas, concelho de Sintra.

<sup>4</sup> Arcosellos, freguesia e concelho de Moimenta da Beira (distrito de Viseu).

<sup>5</sup> Peso, uma freguesia com este nome no concelho da Covilhã, outra cabeça de concelho do distrito de Castelo Branco.

**Coração de Jesus e Maria.** — «Sem designação», 2 exemplares (*M. B. Princeps inv(enit), 1779*), I, 233; «Coração de Jesus e Maria Jozé», IV, 9.

**Coração de Maria.** — «Santissimo Immaculado Coração de Maria», venera-se em Amarante (distrito de Vila Real), I, 26; (Sem designação), I, 29; (Sem designação), I, 35; «O Coração Santissimo e Imaculado da Bemaventurada Virgem Maria», 2 exemplares diferentes, um deles tem *M. J. Lecoingt fecit*, I, 88; «Nossa Senhora do Imaculado Coração de Maria», que se festeja no último domingo de Agosto em Bèsteiros<sup>1</sup>, I, 141; «Sagrado Coração de Maria», venera-se na igreja da Conceição Velha, em Lisboa, I, 145; «Doce Coração de Maria, sêde a minha salvação (300 dias de indulgências)», I, 145; sem designação, exemplar minúsculo, I, 152; «Dulcissimo Coração de Maria», 2 exemplares diferentes, I, 233; «Santissimo Coração de Maria», 2 exemplares diferentes, I, 233; «Santissimo Coração de Maria», I, 234; «Coração de Maria» (Vila Real), II, 52; «Coração de Maria», Rio Tinto<sup>2</sup>, II, 52; «Coração de Maria», igreja Nossa Senhora da Conceição, Lisboa, IV, 61; «Santissimo Coração de Maria e Santa Quiteria», vid. *Graças*; «Imaculado Coração de Maria», cidade de Bragança, igreja de Santa Clara, IV, 91.

**Corleonte.** — Vid. *Bernardo*.

**Corôa (Nossa Senhora).** — «Nossa Senhora da Corôa», vid. *Nossa Senhora*, II, 23; «Nossa Senhora da Conceição da Corôa». Vid. *Conceição da Corôa*.

**Coroação.** — «Assumpção e Coroação da Santissima Virgem», *Quadro de Hess*, fotografura, III, 151.

**Crispim (S.).** — «Vid. *Chrispim*.

**Crispiniano (S.).** — Vid. *Chrispiniano*.

**Crucificado.** — «sem indicação», I, 4; «sem indicação», I, 11; «sem indicação», exemplares grosseiros de gravura em madeira, pequenos, 2 exemplares diferentes, I, 197; «sem indicação», I, 211; «sem indicação», III, 139; «sem indicação», 3 exemplares diferentes, IV, 5; «sem indicação», 3 exemplares diferentes, IV, 11.

**Crucifixo.** — «Veneranda Imagem do Santo Cruxifijo na forma que apareceu no primeiro Rei de Portugal em o Campo de Ourique, a

<sup>1</sup> *Bèsteiros*, há uma freguesia com este nome no concelho de Paredes (distrito do Pôrto), outra no concelho de Amares (distrito de Braga). ¿ A qual se refere o registo?

<sup>2</sup> *Rio Tinto*, como em relação à anterior, não há indicação precisa de que localidade se trata.

qual se venera na igreja do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra», II, 2.

Ao milagre se refere Camões nos 3.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup> versos da Estância XLV do Canto III dos Lusíadas:

Quando na Cruz o Filho de Maria,  
Amostrando-se a Affonso, o animava.

A lenda dêste aparecimento do Crucificado, ao rei D. Afonso Henriques, vem desde o séc. XII, numa época de fé e de necessário prestígio cristão (*Chronica Gothorum*), até a *Monarquia Lusitana*, de Brandão, parte 3.<sup>a</sup>, liv. 10.<sup>º</sup>, cap. 3.<sup>º</sup>, por todos os freis cronistas, para acabar em grande azafama nas mãos de Alexandre Herculano (*Historia de Portugal*, I, 329, e *Notas*, XVI, p. 482 a 487).

Os aparecimentos desta natureza andam muito em voga na lenda cristã, desde a cruz de Constantino com a letra *In hoc signo vinces*, resuscitada em Portugal, nos nossos cruzados de D. Manuel I, etc. São a continuidade mítica das intervenções dos deuses de Homero na luta dos homens, à volta de Tróia; no Canto XVI, da<sup>o</sup> Iliada, Apolo salva e incita Glauco de encontro aos Gregos, no Canto IX, vid. a princípio as invectivas de Agamemnon contra Zeus «bárbaro deus», que lhe tinha prometido por sinais manifestos e confirmado que voltaria à pátria, arrasados os muros de Tróia.

**Cruz.** — \* 4 cruzes diferentes na côr, que tem por baixo escrito o seguinte: 18.. Hospital de S. Lázaro, I, 118; \* 1 cruz com os seguintes dizeres: São Lázaro, advogado contra Lepra Mortifera e Mal de Pelle, I, 120; \* outra com o seguinte: 1864 Hospital de S. Lázaro, I, 120; \* outra com o seguinte: S. Lázaro advogado de Lepra Mortifera e Mal de Pelle, I, 120; «Milagrosa Imagem do Senhor Bom Jesus da Cruz», que se venera no seu Majestoso Templo no campo da Feira, em Barcellos, I, 122; «sem designação», II, 79; «Bom Jesus da Cruz», Templo no campo da Feira, Barcellos, III, 92; «Nossa Senhora do Pé da Cruz», IV, 1; Exaltação da Santa Cruz das Almas, IV, 8.

**Cruzeiro.** — «Senhor Jesus do Cruzeiro de Rio Secco»<sup>1</sup>, III, 9.

**Cupertino.** — «S. José de Cupertino», J. C. Silva inv(enit), G. F. Machado sculp(sit), IV, 181.

**Custódio (Anjo)**<sup>2</sup>. — «Anjo Custódio», que se venera em Bucelas<sup>3</sup>, Carv.<sup>º</sup> f(ecit). ou f(ez). Lisboa, I, 15; Anjo Custódio do Reino, I, 15.

\* Todas estas cruzes são cantonadas de raios.

<sup>1</sup> S. Pedro de Rio Sêco, freguesia e concelho de Almeida.

<sup>2</sup> O Anjo Custódio é S. Rafael. Vid. êste santo.

<sup>3</sup> Bucelas, freguesia e concelho de Loures (distrito de Lisboa).

**Cyro (S.).** — «S. Cyro», Médico Mártir, que se venera na Igreja das Religiosas Trinas de Nossa Senhora da Soledade do Mocambo, Lisboa (4.º bairro), II, 65; «S. Cyro Médico Mártir», IV, 172.

**Daniel (S.).** — «S. Daniel Profeta»<sup>1</sup>, IV, 173.

**Desamparados ou Desemparados.** — Vid. *Caridade*; «Senhor Jesus dos Desemparados», I, 110; «Nossa Senhora dos Desamparados», III, 20.

**Desamparo.** — «Nossa Senhora no Desamparo», igreja de Xabregas<sup>2</sup>, II, 36.

**Descimento da Cruz.** — «Descimento da Cruz», III, 92.

**Deserto.** — «S. João do Deserto», Espinhal<sup>3</sup>, II, 84.

**Despacho.** — «Nossa Senhora do Bom Despacho», do Coleginho, 2 imagens diferentes: I, 23.

**Desterro.** — «Nossa Senhora do Desterro», (98-4, Coimbra), I, 149; «Nossa Senhora do Desterro», II, 96; «Nossa Senhora do Desterro», Lisboa? III, 19; «Nossa Senhora do Desterro», Vila de Monmor-o-Velho (distrito de Coimbra), III, 110.

**Dias.** — «Milagrosa Imagem de S. Pedro Dias», Sernache<sup>4</sup>, III, 127.

**Diogo (S.).** — «S. Diogo», III, 53; «S. Diogo», IV, 177.

**Dolorosa.** — «Mater Dolorosa», I, 37; «Mater Dolorosa», 2 exemplares diferentes, II, 46.

**Dominações.** — «Nossa Senhora das Dominações», 4 exemplares diferentes, I, 24. Um deles é colorido, e outro tem a assinatura do gravador: *G. Frois f(ecit) ou f(ez)*.

**Domingos (S.).** — «S. Domingos», I, 62; «S. Domingos de Gusmão», Corrélos<sup>5</sup>, I, 196; «S. Domingos», exemplar minúsculo, II, 62; «S. Domingos em Soriano», III, 51; «S. Domingos», III, 53; «S. Domingos em Soriano», III, 57; «Prodígioza Imagem de S. Domingos em Soriano», IV, 173; «S. Domingos», exemplar colorido, IV, 176.

**Dóres.** — «Nossa Senhora das Sete Dóres», I, 23; «Nossa Senhora das Dóres», I, 32; «Nossa Senhora das Dores» (colorido), I, 36; «Nossa Senhora das Dores», I, 37; «Nossa Senhora das Dores»,

<sup>1</sup> Vid. *Livro de Daniel*, na «Bíblia» (Velho Testamento).

<sup>2</sup> Lisboa (1.º bairro.)

<sup>3</sup> Espinhal, freguesia e concelho de Penela, (distrito de Coimbra).

<sup>4</sup> Sernache, dos Alhos (freguesia e concelho de Gaya, distrito do Porto), ou do Bom Jardim (freguesia e concelho de Sertã, distrito de Castelo Branco)?

<sup>5</sup> Corrélos, concelho de Guimarães (Braga).

venera-se no Real Santuário do Bom Jesus do Monte, subúrbios de Braga. A. P. Silva Braga *gr(a)v(ou)*, I, 43.

«Nossa Senhora das Dores», I, 43; «Senhora das Dores», venerada na Ordem Terceira do Carmo do Pôrto, I, 44; «Nossa Senhora das Dores», 2 exemplares diferentes, venerada na igreja do Santíssimo Coração de Jesus, Lisboa. J. J. Santos *f(ecit)*, um em 1831 e outro em 1832, I, 54; «Nossa Senhora das Dores», venerada na sacristia da capela de S. Roque do Arsenal de Marinha, Lisboa. No dia 4 de Agosto de 1863, J. J. S. *f(e)c(it)*, I, 54; «Nossa Senhora das Dores», I, 54; «Nossa Senhora das Dores», 2 exemplares diferentes, I, 55; «Nossa Senhora das Dores», que se venera em Verdemilho<sup>1</sup>. 2 exemplares diferentes, I, 71; «Nossa Senhora das Dores», que se venera em Santo António dos Olivais, Coimbra, 2 exemplares diferentes, I, 73; «Nossa Senhora das Dores» Que se venera em Santo António dos Olivais, I, 74; «Senhor Jezus dos Remedios e Nossa Senhora das Dores», que se veneram em Celas (Coimbra), 2 exemplares diferentes, 1 colorido, I, 110; «Nossa Senhora das Dores», venerada na igreja da Conceição Velha, Lisboa, I, 138; «Nossa Senhora das Dores», venerada na Figueira da Foz, I, 139; «Nossa Senhora das Dores», que se venera na freguesia do Castelo, I, 139; «Nossa Senhora das Dores», Aveiro (colorido), I, 156; «Nossa Senhora das Dores», Celorico de Basto<sup>2</sup>, I, 172; «Nossa Senhora das Dores», Aveiro, I, 179; «Nossa Senhora das Dores», Sinfães<sup>3</sup>, I, 182; «Nossa Senhora das Dores», I, 222; «Nossa Senhora das Dores», 231; «Nossa Senhora das Dores», de Santo António dos Olivais, II, 9; «Nossa Senhora das Dores», Figueira da Foz, II, 9; «Nossa Senhora das Dores», II, 23; «Nossa Senhora das Dores», Elvas, exemplar colorido, II, 23; «Nossa Senhora das Dores», II, 32; «Nossa Senhora das Dores», II, 32; «Nossa Senhora das Dores e Resgate», freguesia de Santa Catarina, Lisboa, II, 32; «Nossa Senhora das Dores», II, 49; «Nossa Senhora das Dores», II, 62; «Nossa Senhora das Dores», igreja de Santa Justa (Lisboa), III, 11; «Nossa Senhora das Dores», 2 exemplares diferentes, III, 13; «Nossa Senhora das Dores», igreja da Graça, Lisboa, III, 15; «Nossa Senhora das Dores», de Belém, Lisboa, III, 15; Nossa Senhora das Dôres, III, 15; «Nossa Senhora das Dores», Elvas, III, 15; sem designação, III, 16; «Nossa Senhora das Dores e Senhor

<sup>1</sup> Verdemilho, freguesia de Aradas, concelho de Aveiro.

<sup>2</sup> Celorico de Basto, concelho do distrito de Braga.

<sup>3</sup> Sinfães, freguesia e cabeça de concelho do distrito de Viseu.

Jesus dos Aflitos», igreja de Nossa Senhora da Lapa, Lisboa, III, 25; «Senhor Jesus dos Aflitos, Nossa Senhora das Dores», igreja de S. Crispim, III, 25; «Nossa Senhora das Dôres», Olivais, Coimbra, 4 exemplares diferentes, III, 71; «Nossa Senhora das Dôres», igreja da Estrela, Lisboa, 2 exemplares diferentes, III, 81; «Nossa Senhora das Dôres», Santo António dos Olivais, III, 84; «Nossa Senhora das Dôres», Santo António dos Olivais, 2 exemplares diferentes, III, 111; «Nossa Senhora das Dôres e S. Jesus das Almas», S. Miguel de Alfama, Lisboa (1.<sup>o</sup> bairro), III, 114; «Nossa Senhora das Dôres», igreja de Belém, colorido, Lisboa (4.<sup>o</sup> bairro), III, 130; «Senhor Jesus da Agonia e Nossa Senhora das Dôres», III, 141; «Veneranda Imagem de Nossa Senhora das Dores», Faial, Açores, exemplar fotografado, III, 148; «Nossa Senhora das Dores», Ponte de Lima<sup>1</sup>, III, 152; «Nossa Senhora das Dores», Vale de Estevam<sup>2</sup>, III, 152; «Nossa Senhora das Dores», Rua dos Embaixadores, Belém, exemplar grande, fotografado, III, 168; «Nossa Senhora das Dores», igreja de S. Nicolau, Lisboa (2.<sup>o</sup> bairro), III, 173; «Nossa Senhora das Dores», Capela de Santo António dos Olivais, IV, 63; «Nossa Senhora das Dôres», freguesia do Socorro, Lisboa (1.<sup>o</sup> bairro), IV, 63; «Nossa Senhora das Dôres», 2 exemplares diferentes, IV, 64; «Nossa Senhora das Dôres», 4 exemplares diferentes (2 com *Ecce Mater Tua*), IV, 66; «Nossa Senhora das Dôres», convento de S. Francisco (Angra), IV, 67; «Nossa Senhora das Dôres», IV, 67; «Nossa Senhora das Dores», 2 exemplares diferentes, IV, 87; «Verdadeiro retrato de Nossa Senhora das Dores», da igreja de S. Roque, Lisboa (2.<sup>o</sup> bairro), IV, 96; «Nossa Senhora das Dores», 3 exemplares diferentes, IV, 101; «Veneranda Imagem de Nossa Senhora das Dores, Augusta Padroeira da Creação Velha do Pico», *Dias da Costa, lithogr(aph)ou.*

**Dorothea (Santa).** — «Santa Dorothea V. M.», IV, 131.

**Ecce homo.** — ECCE HOMO, I, 122; «Ecce-homo», Verdadeiro Retrato da Imagem do Senhor Santo Christo dos Milagres», Ponta Delgada (Ilha de S. Miguel, Açores), III, 67; «Ecce-homo», igreja da Misericórdia de Aveiro, 2 exemplares diferentes, III, 135; «Ecce-homo», Tavira, III, 139; «Ecce-homo», III, 141; «Ecce-homo», Ponta Delgada, IV, 13; «Verdadeiro Retrato do Senhor Ecce-homo», misericórdia de Braga, IV, 20.

<sup>1</sup> Ponte de Lima, vila do distrito de Viana do Castelo.

<sup>2</sup> Vale de Estevam, freguesia de S. Lourenço do Bairro, concelho de Anadia (Aveiro).

Na capela do Senhor Jesus dos Mareantes, na matriz de Caminha, adora-se um *Ecce-homo* de cerejeira, que segundo a tradição foi pela água em 1539, por ocasião das lutas religiosas, dentro dum arca que os marujos puxaram de Caminha. *Minho Pittoresco*, I, p. 180.

No número das imagens milagrosas (é o n.º 11 da série), dado por João Bautista de Castro, no *Mappa de Portugal*, p. 230 da edição de 1768, está um *Ecce-Homo* de grande devoção na cidade de Aveiro.

**Ecce Mater.** — «*Ecce Mater Tua*», IV, 79; «*Ecce Mater Tua*», IV, 101; «*Ecce Mater Tua*», que se venera na igreja da Casa do Espírito Santo da Congregação do Oratório, IV, 105.

**Elena (Santa).** — «*Santa Elena*», II, 23.

**Elesbão (Santo)**<sup>1</sup>. — «*Santo Elesbão e Santa Ifigenia*», II, 40.

**Elias ou Ellias**<sup>2</sup>. — «*Santo Ellias Profeta*», III, 51; «*Santo Elias Profeta*», IV, 173.

**Eliseu (Santo).** — «*Santo Eliseu*», II, 40.

**Emfermos.** — Vid. *Enfermos*.

**Emigdio (Santo).** — «*Santo Emigdio*», I, 214.

**Emília (Santa).** — «*Santa Emilia Virg(em)*», I, 45; «*Santa Emilia, Virgem*», IV, 131.

**Encarnação.** — Vid. também *Incarnação*; «*Nossa Senhora da Encarnação*», recordação da Figueira da Foz, 2 exemplares diferentes, 1 exemplar é colorido, I, 91; «*Nossa Senhora da Encarnação*», que se venera em Buarcos<sup>3</sup>, I, 91; «*Nossa Senhora da Encarnação*», que se venera na sua capela em Buarcos, 4 exemplares diferentes, I, 150; «*Nossa Senhora da Encarnação*», que se venera na sua capela em Buarcos, 2 exemplares diferentes, I, 151; «*Nossa Senhora da Encarnação*», Buarcos, 3 exemplares diferentes, II, 10; «*Nossa Senhora da Encarnação*», Buarcos, 2 exemplares diferentes, II, 93; «*Nossa Senhora da Incarnação*», 2 exemplares diferentes, II, 31; «*Nossa Senhora da Encarnação*», 2 exemplares diferentes, 1 colorido, II, 32; «*Nossa Senhora da Encarnação*», de Hombres, freguesia de S. Pedro de Alva<sup>4</sup>, II, 71; «*Nossa Senhora da Encarnação*», Buarcos, 2 exem-

<sup>1</sup> Santo Elesbão, Príncipe da Abissinia, é advogado contra os desastres no mar e contra a guerra, como S. Sebastião, S. Roque, etc.; festeja-se no dia 27 de Outubro.

<sup>2</sup> É advogado contra as estiagens. Festeja-se a 17 de Abril. No *Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro diz que foi presbítero, de Beja, martirizado em Córdova, nas perseguições dos maometanos, em 17 de Abril de 856.

<sup>3</sup> Buarcos, freguesia e concelho da Figueira da Foz (distrito de Coimbra).

<sup>4</sup> S. Pedro de Alva. — Alva, freguesia e concelho de Castro Daire (Viseu).

plares diferentes, II, 93; «Nossa Senhora da Encarnação», capela dos cônegos regrantes de Santo Agostinho, exemplar colorido, III, 15; «Nossa Senhora da Encarnação de Buarcos», III, 16; «Nossa Senhora da Encarnação», Buarcos, 2 exemplares diferentes, III, 77; «Nossa Senhora da Encarnação», 2 exemplares diferentes, III, 86; «Nossa Senhora da Encarnação», Buarcos, III, 152; «Nossa Senhora da Encarnação», IV, 87.

Nas *bandeiras, e ofícios da Casa dos Vinte e Quatro*, instituição de D. João III, confirmada por D. José em 1771 na *Nova Regulação*, de 3 de Dezembro, Nossa Senhora da Encarnação, representava e patrocinava os seguintes ofícios: carpinteiros de móveis, entalhadores, coronheiros. — Era a *Bandeira de Nossa Senhora da Encarnação*. (De um manuscrito da Biblioteca Nacional, 658, p. 78).

**Encontro.** — «O incontro da Senhora», IV, 16; «O incontro da Senhora», IV, 21.

**Enfermaria.** — «Nossa Senhora da Conceição da Enfermaria», S. Vicente de Fora, Lisboa, III, 129.

**Enfermos.** — «Nossa Senhora dos Emfermos», I, 218; «Senhor dos Enfermos», II, 56; «Nossa Senhora dos Enfermos», exemplar minúsculo, IV, 53.

Em Almargem do Bispo (freguesia e concelho de Sintra, distrito de Lisboa), há uma imagem antiga de Nossa Senhora dos Enfermos, a que se fazem boas romarias.

*Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed., II, p. 146.

**Engrácia (Santa).** — «Busto de prata de Santa Engrácia», com relíquias da mesma santa. Calçada dos Barbadinhos, Lisboa, III, 156; «Busto de prata de Santa Engrácia», com relíquias da mesma santa. Calçada dos Barbadinhos, Lisboa, III, 157.

Santa Engrácia nasceu em terras de Portugal. A caminho de Narbona, a fim de reunir-se ao espôso, encontrou em Saragoça as graves persuições de Daciano aos Cristãos. Ela censurou-o, e foi açoitada com a sua comitiva de dezoito fidalgos, os quais protestando contra o castigo da donzela, foram todos degolados e queimados. Depois coube a sua vez à Santa, a quem cortaram, de tenaz, os seios e fizeram outras barbaridades. Vid. Duarte Nunes de Leão in *Descrição do Reino de Portugal*, fls. 74-75. O cadáver enterrado misteriosamente por S. Prudêncio, bispo de Saragoça, foi descoberto em dia 13 de Março de 1329, e é nesse dia que se celebra a sua festa.

É vulgar ouvir chamar a obras morosas «obras de Santa Engrácia» porque o templo de Lisboa da sua invocação nunca se concluiu, começado no séc. XVII, e recomeçado ao depois,

**Entérro.** — «Senhor do Entérro», Figueira da Foz, II, 3.

**Escolástica<sup>1</sup>.** — «Santa Escolástica», IV, 131.

**Esperança.** — «Nossa Senhora da Esperança», que se venera em *Santa Clara (Lisboa)*, *exemplar colorido*, I, 80; «Nossa Senhora da Esperança», que se venera em Santa Clara (Lisboa), (*Dores f(ez) ou f(ecit) 1863*), I, 80; «Nossa Senhora da Esperança» (Coimbra), III, 80; «Nossa Senhora da Esperança», Santa Cruz (Coimbra), III, 93; «Nossa Senhora da Esperança», capela de Santa Clara a Nova (Coimbra), III, 112; «Nossa Senhora da Esperança», Arganil<sup>2</sup>, III, 169; «S. Jezus da Esperança», IV, 21; «Nossa Senhora da Esperança», IV, 67.

**Espirito Santo.** — «Divino Espirito Santo», capela no Vale de Santo António dos Olivais (Coimbra), (2 exemplares diferentes), I, 111; «Imagen do divino Espirito Santo», capela de Cavalar, em Lamego (Beira Alta), I, 116; «Divino Espirito Santo», Vale de Santo António dos Olivais, Coimbra; I, 122; «Divino Espirito Santo», Vale de Santo António dos Olivais (Coimbra), I, 123; «Espirito Santo», 2 exemplares diferentes, III, 8; «Espirito Santo», Valles de Santo António dos Olivais (Coimbra), III, 89; «Divino Espirito Santo», Santo António dos Olivais, III, 91; «Imagen do Divino Espirito Santo», III, 94; «Espirito Santo», «Imperio da Lapa», Ilha da Terceira, IV, 18; «O Divino Espirito Santo e Nossa Senhora dos Remedios», venerados na sua ermida ao Terreiro do Trigo (Lisboa), IV, 108.

*A cândida pombinha debuxada  
Sobre a única Phenix, Virgem pura.*

CAMÕES, *Lusiadas*, II, 11, v.<sup>o</sup> 3-4.

Em Coimbra, por ocasião da festa religiosa do Espírito Santo, no mês de Maio, há uma romaria a Santo António dos Olivais. Aqui, perto do santuário, estende-se, estrada fora, a quitanda dos vendedores de louças e curiosidades de barro. A volta para a cidade canta-se e há muitas desordens, tudo ao som rouco das campainhas de barro que se ouvem depois, dias e dias, na mão das crianças.

Na Ilha Terceira (Açores) é pitoresca a cerimónia das festas do «Senhor Espírito Santo», que vão desde o Domingo de Páscoa até o sexto Domingo depois. Cada freguesia tem uma coroa de prata, e tira à sorte quem são os sete «irmãos» que, um a um, iluminarão ao domingo, e hão de festejar e coroar. A coroa fica de ano para

<sup>1</sup> Santa Escolástica, festejada a 10 de Fevereiro, é advogada da chuva. Houve um concelho desta invocação, em Bragança. *Mapa de Portugal*, Bautista de Castro, II, 3.<sup>a</sup> ed. 37.

<sup>2</sup> Arganil, freguesia e cabeça de concelho (distrito de Coimbra).

ano em casa do último que festejou o «Senhor Espírito Santo»; assim, a casa dele a irá buscar o primeiro de cada ano, em Domingo de Ramos, com convidados a cantar. E por oito dias, a casa do irmão que *coroa* tem luminárias, lá se reza o terço e há bailados. Ao fim vai um cortejo levar a coroa à igreja. No regresso vem com luzes e filarmónica: voltam a casa e segue-se o repasto, de que faz parte essencial a sopa do Espírito Santo, de muitas carnes e tempéros. E passa a coroa para o segundo *irmão* do *Império* que assim se chama a irmandade, repetindo-se a mesma série de festas. No derradeiro domingo (Pentecostes ou do Espírito Santo) e no seguinte, cada Império dá um bodo aos pobres que comem tudo préviamente benzido. Cada pessoa, que dá esmola ao Império, fica de lembrança com uma rosquilha de alfenim, ou outra prenda. Vid. in *Serões*, IV (2.ª Série), pp. 181-182, art. «A Ilha Terceira» de Luís da Câmara Reis; e *As Ilhas de S. Miguel e Terceira*, de Paula Nogueira, p. 45 sgs. com gravuras.

**Estanislau (Santo).** — «Santo Estanislau Kostka», I, 206.

**Estevam (Santo)**<sup>1</sup>. — «Santo Estevam», IV, 174.

**Estrélia.** — «Nossa Senhora da Estrella», 2 exemplares diferentes, sendo um deles colorido, I, 21; «Nossa Senhora da Estrella», I, 226; «Nossa Senhora da Estrella», ermida na freguesia da Redinha<sup>2</sup>, II, 76; «Nossa Senhora Estrella», freguesia da Redinha, 2 exemplares diferentes, II, 77; «Imagen de Nossa Senhora da Estrella», Ribeira Grande<sup>3</sup>, exemplar grande, fotografura, III, 146; «Milagrosa Imagem do Senhor Jesus da Estrela», capela do Marquês de Angeja, Lisboa, IV, 20.

**Eufémia (Santa)**<sup>4</sup>. — «Santa Eufémia», venera-se em Ovoa, 2 exemplares diferentes, 1 colorido<sup>5</sup>, I, 79; «Idem», 3 exemplares diferentes, I, 90; «Santa Eufémia», concelho de Pinhel<sup>6</sup>, I, 146; «Santa Eufémia», S. Martinho de Seia<sup>7</sup>, I, 146; «Verdadeira Imagem de Santa

<sup>1</sup> Santo Estevam é advogado contra os desastres no mar, assim como o são: Santa Mónica, S. Gil, Santo Elesbão. Tem dia de festa a 2 de Setembro. Advoga também a causa dos tecelões que o festejam no dia 2 de Setembro.

<sup>2</sup> Redinha, freguesia e concelho de Pombal (distrito de Leiria).

<sup>3</sup> Ribeira Grande, freguesia e cabeça de concelho de Ponta-Delgada, Ilha de S. Miguel (Açores).

<sup>4</sup> Santa Eufémia era de Braga, filha de Atílio Régulo, e foi martirizada em 138. O cadáver é venerado na Sé de Orense, *Mappa de Portugal*, Bautista de Castro, II, 3.ª ed., p. 85.

<sup>5</sup> Ovoa, freguesia e concelho de Santa Comba Dão (distrito de Vizeu).

<sup>6</sup> Pinhel, cidade do distrito da Guarda.

<sup>7</sup> Seia, vila do distrito da Guarda.

Eufemia», igreja da Misericordia de Santar<sup>1</sup>, I, 147; «Milagrosa Imagem de Santa Eufemia», Coimbra, I, 147; «Santa Eufemia», Celorico da Beira, I, 180; «Santa Eufemia», Soutelo<sup>2</sup>, I, 181; «Santa Eufemia», Serra da Moita, freguesia de Mouronho<sup>3</sup>, II, 5; «Santa Eufemia», S. Pedro do Paraiso, concelho do Pôrto, II, 54; «Santa Eufemia Virgem Martir», II, 54; «Santa Eufemia», 2 exemplares diferentes, 1 colorido, II, 55; «Santa Eufemia», de Paranhos de Seia, II, 80; «Santa Eufemia», de Penedono, Lamego, II, 87; «Santa Eufemia», exemplar minúsculo, II, 93; «Santa Eufemia», III, 35; «Santa Eufemia», III, 42; «Santa Eufemia», III, 45; «Santa Eufemia», Serra da Moita, freguesia de Mouronho, III, 99; «Martyr Santa Eufemia», Sazaes<sup>4</sup> da Beira, III, 156.

**Eugenia (Santa).**—«Santa Eugenia», III, 31.

**Eulalia (Santa).**—«Santa Eulalia Virgem Martyr», 2 exemplares diferentes, II, 54; «Santa Eulalia Virgem Martyr Portugueza», IV, 135.

**Fala.**—«O Senhor Jesus da Fala», 2 exemplares, III, 2. Convento das Religiosas de Santo Alberto, Lisboa, fundado em 1584. Carmelitas descalças, Lisboa (4.<sup>º</sup> bairro).

**Família.**—Sem indicação (Sagrada Família), I, 36; «Assagrada Família Jezus, Maria, Jose», III, 9; «Assagrada Família Jezus, Maria, Joze», IV, 8.

**Fão.**—«Bom Jesus de Fão<sup>5</sup>», 1815, que se venera no seu Real Mosteiro, I, 11; o Prior de Santa Cruz mandou abrir.

**Fé.**—«Nossa Senhora da Fé», I, 232; «Senhor Jesus da Boa Fé<sup>6</sup>», 2 exemplares, um deles colorido, II, 2.

**Febres.**—«Nossa Senhora das Febres», que se venera na sua capela da freguesia do Covelo<sup>7</sup>, I, 81; «Milagrosa efigie de Nossa Senhora das Febres», que se venera no Boeiro<sup>8</sup>, 2 exemplares diferentes (*Dores fecit* ou *f(ez)*, 1 em 1853 e outro em 1860), I, 82; «Nossa Senhora das Febres», que se venera em Miro, freguesia de Frimmes<sup>9</sup>, (Coimbra 10-902), I, 145; «Nossa Senhora das Febres», Corrélos<sup>10</sup>,

<sup>1</sup> Santar, freguesia e concelho de Nelas (distrito de Viseu).

<sup>2</sup> Soutello, há várias freguesias com este nome.

<sup>3</sup> Mouronho, concelho de Tábua (distrito de Coimbra).

<sup>4</sup> Sazes, freguesia e concelho de Seia (distrito da Guarda).

<sup>5</sup> Fão, freguesia e concelho de Espozende (distrito de Braga).

<sup>6</sup> Boa Fé, freguesia e concelho de Évora.

<sup>7</sup> Covelo, freguesia e concelho de Tábua (distrito de Coimbra).

<sup>8</sup> Boeiro, concelho de Castanheira (distrito de Coimbra).

<sup>9</sup> Frimmes, freguesia e concelho de Penacova (distrito de Coimbra).

<sup>10</sup> Corrélos, freguesia de Saúde, concelho de Guimarães (Braga).

II, 96; «Virgem Nossa Senhora das Febres», na capela do Covelo de Cima<sup>1</sup>, II, 67; «Nossa Senhora das Febres», do lugar de Perrães<sup>2</sup>, II, 67; «Nossa Senhora das Febres», Corrélos, II, 96.

**Felippe.** — «S. Felippe de Neri», II, 44.

**Felix<sup>3</sup>.** — «S. Felix de Cantalicio», II, 44; «S. Felix, Santo Adrião, Santa Nathalia», III, 59.

Vid. *S. Felix*, notícia: *Grandezas de Lisboa*, Luís Marinho de Azevedo, liv. 4.<sup>º</sup>, cap. VII e IX — As relíquias d'este Santo estão no Mosteiro de Chelas. É d'este que o registo celebra o martírio, e tem a sua festa no dia 1 de Agosto. *História Eclesiástica da Igreja de Lisboa*, D. Rodrigo da Cunha, I, 57 v, cap. 29.

Um outro S. Felix foi diácono de Santarém, martirizado em Geronia no dia 18 de Março de 277, nas perseguições de Aureliano. Jaz em Paris. *Mappa de Portugal*, J. Bautista de Castro, 3.<sup>a</sup> ed. II, 98.

**Fiéis de Deus (Santos).** — «Nossa Senhora da Ajuda e Santos Fiéis de Deus», na sua igreja na Rua dos Caetanos, em Lisboa. (3.<sup>º</sup> Bairro), IV, 77.

**Fiel (S.).** — «S. Fiel Martyr», III, 48.

**Filomêna (Santa).** — «Santa Filomena Virgem e Martyr», 2 exemplares diferentes, I, 78; «Nossa Senhora do Carmo e Santa Filomena» (Viana do Minho<sup>4</sup>), I, 226; «Santa Filomena», S. Bento da Ave Maria, Pôrto, II, 58; «Maria Santissima Rainha das Virgens, e Santa Filomena Virgem e Martyr», exemplar colorido, III, 101; «Santa Filomena, Virgem e Martyr», seminário de São Fiel, bispado de Castelo Branco, IV, 133. *J. J. Santos (fecit ou fez)*.

**Fonte da Vida.** — «A Veneranda Imagem do Senhor da Fonte da Vida», 2 exemplares diferentes, grandes, Barcelos (distrito de Braga), III, 142.

**Francezinhas.** — «O Senhor Jesus das Francezinhas», que se venera em Lisboa (4.<sup>º</sup> bairro). *G. f(ecit) ou f(ez)*, I, 10.

**Francisca (Santa).** — «Santa Francisca Romana», III, 39.

**Francisco (S.).** — Sem designação, I, 10; sem designação, 4 exemplares diferentes, I, 187; sem designação, 2 exemplares diferentes, I, 204; «S. Francisco», II, 61; «S. Francisco», exemplar muito re-

<sup>1</sup> *Covelo de Cima*, freguesia de Covelos, concelho de Táboia.

<sup>2</sup> *Perrães*, freguesia de Oyã, concelho de Oliveira do Bairro (Aveiro).

<sup>3</sup> S. Felix de Valois, com festa no dia 20 de Novembro, é advogado de chapeleiros e funileiros.

<sup>4</sup> *Viana do Castelo*.

duzido, II, 62; «S. Francisco Patriarcha», III, 198; sem designação, IV, 179.

Vid. *Chagas.*

**Francisco de Assis (S.).** — «S. Francisco de Assis», *Costa f(ecit)* ou *f(ez)*, I, 64; «S. Francisco d'Assis», Figueira da Foz (distrito de Coimbra), I, 191; «S. Francisco de Assis», exemplar colorido, III, 49; «S. Francisco de Assis», III, 53; «S. Francisco de Assis», 2 exemplares diferentes, III, 55; «S. Francisco de Assis», 62; «S. Francisco de Assis», capela do Hospital da Ordem Terceira da cidade de Lisboa, III, 125; «S. Francisco de Assis», *Vieira Lusitano inventou*, IV, 164; «S. Francisco de Assis», IV, 164; «Patriarcha S. Francisco de Assiz que veneram os filhos da Terceira Ordem, da cidade de Lisboa, na capela do seu hospital na Rua Nova dos Martires», mandada fazer (a gravura) por Pedro Gomes, no dia 21 de Setembro de 1862, IV, 178; «S. Fran(cisco) de Assis», *God(inh).º f(ecit)* ou *f(ez)*, IV, 180; sem indicação, mas igual ao precedente, *God.º f.*, IV, 180.

Escreveu D. Francisco Manuel de Melo o livro impresso em Lisboa, 1647, in-8.<sup>º</sup>: *El Mayor pequeño vida, y Muerte del Serafim humano Francisco de Assis.*

É longa já a bibliografia do que se tem escrito do *poverello de Assis*.

**Francisco de Borja (S.).** — «S. Francisco de Borgia», I, 211; «S. Francisco de Borja», II, 45; «S. Francisco de Borja», III, 62; «S. Francisco de Borja» (fotogravura), III, 175.

**Francisco das Chagas (S.).** — «S. Francisco das Chagas», *J. C. V.<sup>a</sup> Nova del(ineou) e sculp(iu). Discip(ulo) de L. M. L. Vasc(once)los (Pôrto?)*, I, 66.

**Francisco de Paula (S.).** — «S. Francisco de Paula», III, 51; «S. Francisco de Paula», 2 exemplares diferentes, III, 62; «S. Francisco de Paula», III, 124; «S. Francisco de Paula», 196; «S. Fr.<sup>co</sup> de Paula» «Fundator Ordinis Minimorum», IV, 165; «S. Francisco de Paul» «Fundador Min.», IV, 176.

**Francisco de Salles (S.).** — «S. Francisco de Salles», III, 60; «S. Francisco de Salles», Príncipe e Bispo de Genebra, *Aguilar Lisboa, 1813*, IV, 166.

Há em português a obra: «Livro de ouro que contém a introdução à vida... das obras de S. Francisco de Salles». Lisboa 1765, in-4.<sup>º</sup>

**Francisco Xavier (S.).** — «S. Francisco Xavier», 2 exemplares diferentes, I, 14; «S. Francisco Xavier», I, 66; «S. Francisco Xa-

vier», 2 exemplares diferentes, I, 187; «S. Francisco Xavier», Padroeiro da India, Igreja do Socorro, Lisboa, II. 66; «S. Francisco Xavier», III, 49; «S. Francisco Xavier», III, 117; «S. Francisco Xavier», fotografura, III. 175.

S. Francisco Xavier é o Apostolo da India, nascido na Navarra, foi como Evangelizador da India pregar a religião de Cristo ao gentio do sertão malabárico. Fr. João de Lucena escreveu dêle em 1600 a *História da vida do Padre Francisco Xavier*, Lisboa. Na India tem uma adoração especial no seu templo monumental de Velha Goa; é crença local que o santo, picado com um alfinete, sangra. É advogado contra as tempestades, e festeja-se a 3 de Dezembro, no templo do Bom Jesus, de Velha Goa.

**Franciscus (Sanctus).** — «*Noster Sanctus Franciscus*», III, 52.

**Franqueira.** — «Milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Franqueira», freguesia de Pereira, Barcelos (distrito de Braga), III, 19.

**Freixo**<sup>1</sup>. — «Imagen de Nossa Senhora do Freixo», que se venera em Macedo de Cavaleiros<sup>2</sup>, I, 140.

**Fructuoso (S.).** — «S. Fructuoso M.», que se venera no Seminário Episcopal de Coimbra (2 exemplares diferentes), I, 115; «S. Fructuoso M.», no Seminário de Coimbra, III, 117.

S. Fructuoso Abade: nasceu na aldeia de Constatim nos arredores de Vila Real de Trás-os-Montes. Faz-se a sua festa aos 16 de Abril. Está enterrado na matriz da sua freguesia.

S. Fructuoso Arcebispo de Braga, antes Bispo da Igreja de Dumé, foi enterrado em «hum moesteiro que se chama, São Fructuoso, »visinho da igreja de Dumio junto com Braga» e daf trasladado para Santiago de Compostela. Celebra-se lhe a festa no die 16 de Abril. Vid. *Descripção do Reino de Portugal*, Duarte Nunes de Leão, 1610, fls. 83 v, 118 v, 119.

Vid. também na *Corografia de Portugal*, cap. II, «das freguesias »do termo da vila de Villa Real» I, 519, *Constantim*.

**Gabriel.** — «Rafael, Uriel, Gabriel, Micael, Sealtiel, Iuhdiel, Barachiel» (arcanjos) IV, 180.

S. Gabriel recorda o Mercúrio greco-romano, em mister de correio divino. É personagem alada do primeiro grau dos Anjos. In-

<sup>1</sup> Nossa Senhora do Freixo é uma invocação similar à de Nossa Senhora da Toca, da Oliveira, da Azinheira, da Lapa, da Lomba, etc. em que o nome comum tem atribuição especial de milagre, primitivamente.

<sup>2</sup> Macedo de Cavaleiros, concelho do distrito de Bragança.

terveio junto do Profeta Daniel (*Prophetia Danielis*, caput viii, 16, *Gabriel fac intelligere istum visionem e 17 a 26*) e serviu de intermediário das comunicações celestes com Zacarias (*Evangelium secundum Lucam*, i, 11, «Apparuit autem illi Angelus Domini»), e com a Virgem Maria (id. id. 28, *Ave gratia plena: Dominus tecum.*)

**Gaspar.** — «Verdadeire retrato do B(eato). P(adre). F(rei). Gaspar Bono», da Ordem dos Minimos de S. Francisco de Paula, ii, 65; «S. Gaspar de Bonos», iii, 61.

**Genoveva (Santa).** — «Santa Genoveva Princeza de Barbante», i, 48; «Santa Genoveva», iii, 104.

**Gens (S.).** — «Nossa Senhora do Monte, S. Gens, Santo Agostinho» (Altar de), Lisboa, i, 178; «Nossa Senhora do Monte, e S. Gens», Lisboa, iii, 101; «Nossa Senhora do Monte, e S. Gens», Lisboa, iii, 125; «S. Gens, Bispo de Lisboa», 2 exemplares diferentes, iii, 192.

Vid. in *Fundação, e antiguidades, e grandezas da cidade de Lisboa*, de Luís Marinho, Lisboa 1753, cap. xviii: «Das muitas Ermidas, que ha neste Reyno da invocação de S. Gens . . . que foy Bispo de Lisboa», Livro III, pag. 72.

Lisboa; vid. *História Ecclesiástica da Igreja de Lisboa*, D. Rodrigo da Cunha, I, cap. xii, pag. 27 v.

**George (S.).** — Vid. Jorge S.

**Geraldo (S.).** — «S. Geraldo», 3 exemplares diferentes, i, 184, «S. Geraldo», ii, 81.

As festas populares dêste Santo, em Braga, ligam-se com as de S. João, em Junho. Incluem danças históricas, como a de David, com o rei barbado e comitiva de pastores. S. Geraldo, nascido em Cahors (França), foi arcebispo de Braga no tempo do Conde D. Henrique. «Tende Deos feito por este seu Sancto muitos milagres, hauendo muitos annos que era Arcebisco, stando visitando »hû lugar que chamam, Bornes, em terra de Barroso, falleceo. Sua festa se celebra a cinquo de Dezembro». *Descripção do Reino de Portugal*, Duarte Nunes de Leão, fol. 119 v, 120.

O sino das horas, da torre norte da Sé de Braga, chama-se de S. Geraldo. A tradição diz que tocava quando o Arcebispo saía do Paço. (*Memórias de Braga*, de Contador de Argote, liv. vi, cap. iv. n.º 544, pag. 357).

**Geronimo.** — «O B(eato). Francisco de Geronimo», iii, 60.

**Getrude.** — Vid. Gertrudes.

(Continua).

Luís CHAVES.

## A vila e concelho de Ferreira do Zézere

(Continuação d-*O Arch. Port.*, xx, 29)

### XIII

#### Familias ilustres do concelho de Ferreira do Zézere

Sem o capítulo que vai seguir-se o estudo histórico que empreendemos ficaria sensivelmente incompleto.

Bem curiosa é de ver a evolução duma família através os séculos, as suas inevitáveis subidas e descidas, a forma como algumas decaem com a política geral do país e a forma como outras, pelo mesmo motivo, sobem vertiginosamente.

Mas, santo Deus, tal trabalho levar-nos-ia muito longe e nem para ele temos elementos. Aqui sómente pretendemos acrescentar e cerzir notas que no decurso das nossas investigações deparámos, relacionando-as a famílias várias nunca esquecendo o que, há bem quatro séculos, escrevia na sua *Miscelânea* o grande observador e crítico que foi Garcia de Rezende:

Os reis por acrescentar  
As pessoas em valia  
Por lhe serviços pagar  
Vimos a hūs o dom dar  
E a outros fidalguia:  
Já se os reis não hão mester  
Pois toma dom quem o quer  
E armas nobres também  
Toma quem armas não tem  
E dá o dom à mulher.

Começaremos pelos

#### Cotrins (Fig. 18)

Nem no *Nobiliário* de Damião de Goes, acrescentado por fr. Bartolomeu de Azevedo<sup>1</sup>, nem no *Livro de Linhagens*, do mesmo Damião de Goes<sup>2</sup>, encontramos qualquer referência a Cotrins. A sua fidalguia não chegou à pena do preclaro cronista e guarda-mór da Tôrre do Tombo.

Entretanto os nobiliários posteriores são pródigos em lhes conceder pergaminhos e até fantasiar, como veremos, a origem desta fa-

<sup>1</sup> Manuscritos 998 e 999 da Livraria da Tôrre do Tombo.

<sup>2</sup> Descrito a p. 98 do livro *O Arquivo da Tôrre do Tombo*.

mília. Mais de espaço versaremos êste assunto, depois de termos documentalmente assinalado as suas referências mais remotas.

É na *Crónica de Fernão Lopes*<sup>1</sup> que nos aparece o Cotrim mais antigo que conhecemos. Entre os partidários em Évora no ano de 1384 do mestre de Aviz figura um Martim Cotrim.

Álvaro Cotrim e Ruy Cotrim são escudeiros da casa de el-rei D. João I a 1:200 libras<sup>2</sup>.

E com efeito, numas moradias que se supõem de 1438, cujos originais se encontram na *Colecção S. Lourenço*, vol. I, fl. 25, fala-se em Álvaro Cotrim e Ruy Cotrim, como escudeiros da casa de el-rei.



Fig. 18. — Brasão dos Cotrins reproduzido do Livro de António Godinho, na Tôrre do Tombo

Na *Chancelaria de D. Duarte*, liv. I, fl. 18, encontra-se uma carta, feita por um Afonso Cotrim, em 1433<sup>3</sup>.

Em 7 de Janeiro de 1437 fez D. Duarte doação a Afonso Pires Cotrim, *noso escrivam da câmara*, dos bens duma albergaria instituída no Sardoal, com obrigação de 2 camas de roupa em uma casa por Lourenço Anes David e Clara Pires, sua mulher<sup>4</sup>.

Em 20 de Novembro de 1438 foram a Afonso Pires Cotrim, *noso vassalo e escudeyro da nossa casa, criado do mui alto poderoso el-rei meu s.º e padre (D. Duarte)* confirmados os privilégios dos seus caiseiros<sup>5</sup>.

<sup>1</sup> Edição do *Arquivo Histórico Português*, p. 301.

<sup>2</sup> *Memórias de D. João I*, t. IV, p. 219.

<sup>3</sup> Publicada no livro *Alguns documentos da Tôrre do Tombo*, p. 2.

<sup>4</sup> *Chancelaria de D. Duarte*, liv. VII, fl. 132.

<sup>5</sup> Id. de D. Afonso V, liv. XVIII, fl. 3.

A 14 de Outubro de 1441 foi nomeado escrivão da correição de Entre Tejo e Guadiana João Cotrim, sobrinho de Fernão Cotrim<sup>1</sup>.

Em 4 de Janeiro de 1443 foi nomeado Fernão Cotrim, fidalgo do infante D. Pedro, coudel de Évora por 5 anos<sup>2</sup> e, em 13 de Fevereiro de 1443 foi a Gomes Lourenço Cotrim, morador em Elvas, de mais de 70 anos concedido privilégio do vassalo.

Em 5 de Março de 1444 foi passada a *Joham Cotrim*, morador em Beja, carta de procurador<sup>3</sup>.

Em 1450 foi passada ao mesmo, ou a outrem homônimo, carta de procurador de Bragança<sup>4</sup>.

Em 8 de Abril de 1450 foi passada carta a João Cotrim, escudeiro, morador em Bragança, para continuar a exercer o logar de recebedor dos *dez reais que se arrecadam pera Cepta* em Bragança e seus arredores, lugar para que fôra nomeado por alvará do infante D. Henrique<sup>5</sup>.

Em 22 de Maio de 1448 foi confirmada a doação universal feita por Gil Martins, alcaide que foi de Olivença, e sua mulher, moradores em Lisboa, a Nuno Cotrim, escudeiro, criado do infante D. Pedro<sup>6</sup>.

Em 12 de Junho de 1451 foi passada carta de perdão a João Cotrim, morador em Leiria, por ter estado na batalha de Alfarrobeira, defendendo o infante D. Pedro contra el-rei D. Afonso V<sup>7</sup>.

Também a Diogo Cotrim, morador em Óbidos, foi passada carta de perdão, em 1451, por ter estado em Alfarrobeira<sup>8</sup>.

Em 3 de Fevereiro de 1456 foi confirmado o escudeiro João Cotrim, morador em Alenquer, como tabelião de notas em Alenquer, lugar para que tinha sido nomeado pela rainha, mulher de D. Afonso V, já falecida<sup>9</sup>.

Em 6 de Fevereiro de 1456 foi João Cotrim, escudeiro, nomeado procurador e recebedor dos direitos riais em Alenquer<sup>10</sup>.

Em 23 de Junho de 1456 foi passada carta de quitação a Diogo Cotrim, almoxarife de Óbidos<sup>11</sup>.

<sup>1</sup> *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. II, fl. 65 v.

<sup>2</sup> *Id.*, liv. XXVII, fl. 20 v.

<sup>3</sup> *Id.*, liv. XXIV, fl. 25.

<sup>4</sup> *Id.*, liv. XXXIV, fl. 48.

<sup>5</sup> *Id.*, liv. XI, fls. 31 e 38.

<sup>6</sup> Liv. IV de *Guadiana*, fl. 77 v.

<sup>7</sup> *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. XI, fl. 78 v.

<sup>8</sup> *Id.*, ibid., fl. 78 v.

<sup>9</sup> *Id.*, liv. 15, fl. 113.

<sup>10</sup> *Id.*, liv. 13, fl. 172 v.

<sup>11</sup> *Id.*, ibid., fl. 48 v.

Em 23 de Setembro de 1456 foi dada autorização a João Cotrim, escudeiro, morador em Lisboa, para poder andar em *besta muar de sella*<sup>1</sup>.

Em 18 de Dezembro de 1456 foi confirmado por D. Afonso V, Diogo Cotrim, como almoxarife de Obidos, lugar para que tinha sido nomeado pela rajinha, mulher de D. Afonso V<sup>2</sup>.

Em 21 de Novembro de 1471 foi passada carta a João Cotrim, cavaleiro, morador em Lisboa, para poder trazer consigo dois homens armados<sup>3</sup>.

Em 18 de Novembro de 1472 foi passada carta de perdão a Ruy Cotrim, criado de João de Sousa Falcão, fidalgo da casa de el-rei, que serviu na armada para a tomada de Tânger, onde ficou por algum tempo. Ele tinha praticado ferimentos na mulher de que resultou a morte, por ela lhe ser infiel<sup>4</sup>.

Em 2 de Janeiro de 1473 foi passada carta de perdão a Fernão Cotrim, filho de Afonso Pires Cotrim, que andava homisiado por ter feito certos ferimentos em Santarém<sup>5</sup>.

Em 12 de Fevereiro de 1476 foi passada carta de quitação a Álvaro Cotrim, escudeiro de el-rei D. Afonso V, que levou a el-rei de Portugal a Castela 1.778:949 riais<sup>6</sup>.

Na *Nova Malta Portuguesa* (parte III, pp. 94, 95 e 96) fala-se numa sentença, que se encontra no liv. IV de *Odiana*, fl. 109 v, que decidiu um pleito no qual era autor fr. João Coelho, comendador da Guarda, e réus Brites Annes, viúva, moradora na vila de Abrantes, por seu filho Fernão Cotrim, da qual era procurador outro seu filho, Brás Cotrim. Eram ambos filhos de Afonso Pires Cotrim que tinha sido escudeiro honrado. Nota-se que na sentença se consideram os réus pessoas poderosas. Versava a contenda sobre uma terra da comenda da Guarda e os sobrejuízes da Relação julgaram-se incompetentes para dela conhecerem.

Esta sentença tem a data de 27 de Janeiro de 1478.

Em 23 de Fevereiro de 1481 foi passada a Fernão Cotrim, morador em Santarém, carta de privilégio de fidalgo<sup>7</sup>.

---

<sup>1</sup> Chancelaria de D. Afonso V, liv. XIII, fl. 28 v.

<sup>2</sup> Id., ibid., fl. 148 v.

<sup>3</sup> Id., liv. XVII, fl. 76 v.

<sup>4</sup> Id., liv. XXIX, fl. 234.

<sup>5</sup> Id., liv. XXXIII, fl. 25 v.

<sup>6</sup> Livro de Extras, fl. 24.

<sup>7</sup> Chancelaria de D. Afonso V, liv. XXVI, fl. 115 v.

Em 23 de Dezembro de 1481 foi Álvaro Cotrim, escudeiro de el-rei D. João II, nomeado contador da casa de el-rei<sup>1</sup>.

Em 13 de Agosto de 1482 foi Nuno Cotrim, escudeiro de el-rei D. João II, nomeado tabelião para Coimbra<sup>2</sup>.

Em 23 de Dezembro de 1484 foi passada carta de legitimação de um filho do contador Álvaro Cotrim, chamado Fernando<sup>3</sup>.

Em 8 de Fevereiro de 1487 foi Ruy Cotrim nomeado escrivão de foros das sisas em a vila de Figueiró<sup>4</sup>.

Em 13 de Fevereiro de 1487 foi Ruy Cotrim, escudeiro da casa de el-rei e morador em Figueiró, nomeado escrivão das sisas da mesma vila<sup>5</sup>.

Em 25 de Julho de 1497 era Nuno Cotrim tabelião em Coimbra<sup>6</sup>.

Se passarmos para o séc. XVI, sempre respigando em diplomas, encontramos os seguintes:

Em 2 de Abril de 1501 foi João Cotrim, escudeiro, nomeado rebedor da tabola de Faro<sup>7</sup>.

Em 4 de Outubro de 1501 foi passada carta de perdão a João Cotrim, morador em Alcácer do Sal<sup>8</sup>.

Em 22 de Novembro de 1501 foi passada carta de perdão a Nuno Cotrim, escudeiro da Casa Rial, morador em Coimbra<sup>9</sup>.

Em 13 de Maio de 1504 fez D. Manuel I doação a seu moço da câmara, Fernão Cotrim, de toda a fazenda dum certo João Rodrigues, que morrera embarcado e que pertencesse à fazenda rial<sup>10</sup>.

Em 17 de Maio de 1504 foi Rui Cotrim de Castanheda, fidalgo da Casa Rial, nomeado uchão da mesma casa com 2:736 reais de sua vestiaria e 2:540 reais de foros, tendo ao seu serviço dois homens, com 300 reais<sup>11</sup>.

Conta-nos João de Barros (*Décadas*, t. II, p. 237 da primeira edição) que D. Francisco de Almeida, vice-rei da Índia, deixou em Quiloa por feitor um Fernão Cotrim e, com efeito encontramo-lo, em

<sup>1</sup> *Chancelaria de D. João II*, liv. xxii, fl. 142.

<sup>2</sup> *Id.*, liv. vi, fl. 117 v.

<sup>3</sup> *Legitimações de Leitura Nova*, liv. II, fl. 196.

<sup>4</sup> *Chancelaria de D. João II*, liv. xix, fl. 58.

<sup>5</sup> *Id.*, ibid., fl. 63 v.

<sup>6</sup> *Chancelaria de D. Manuel*, liv. xxix, fl. 90 v.

<sup>7</sup> *Id.*, liv. I, fl. 15 v.

<sup>8</sup> *Id.*, liv. xlvi, fl. 96.

<sup>9</sup> *Id.*, ibid., fl. 98.

<sup>10</sup> *Id.*, liv. xix, fl. 15 v.

<sup>11</sup> *Id.*, liv. xxiii, fl. 7.

1506, no exercício dêsse cargo e no de feitor da fortaleza de Santiago<sup>1</sup>.

De 1510 conhecemos a seguinte carta dirigida pelo cavaleiro da Casa Rial, Joam Cotrim, a el-rei:

Sôr—Joam cotrim Cavaleiro davosa casa que agora estou per uoso mandado nacidade deçafim faço saber auosa alteza em como no tempo do sôr velho destacidade, e dabedarahaman acasa homde se fazia açera remdia todlos anos deste mûdo duzentos matiçães douro afora certos syrios e os vosos oficiaees nam atêtam nysó porque açera que seagora nella faz ho remdimêto della remde pera hum homê que se chama mäsyannes sendo esta remda devosa alteza perque asy heram dos senhores que posuyam estacidade e porque eu sey que isto he seruiso devosa alteza e he voso ho remdimento disto detrimyney de escrever auosa alteza, pera que soubese isto como esta.

Item sôr ho remdimemto do çoco dos mouros que êträ avemder ho trigo remdia aos senõres desta cidade myll matiçães e vosa alteza nam foy dezenganado disto porque ho comtador tê casado huma irmãa desua molher cõ lopo bariga e pertanto nã spreveo averdade avosa alteza dizendo que ese remdimêto hera pera homeirynho e vosa alteza parecemdo lhe que hera asy lhe deu e porque sôr mepareceo que hera servyço deuosa alteza determinyney deuolo fazer a saber a certidam dysto peço auosa alteza que pois sempre meus desejos sam serujiros que se acorde demy que estou nesta çidade sem nehñ o ficio e tenho camynha molher e pois que ao presente hahy nam ha que me façã merce dum carta pera ho capitam que quallquer oficio que avagar que mo de que vosa alteza ho aa sy por bem ou se algum o ficiall for a portugall que nîgê nã syrva seu o ficio se eu nam por acerqua (*sic*) das casas que me vosa alteza deu que agora tem lopo bariga eadada mjnha he primeiro que a sua ho capitam me nam fez nêhña justiça por que as casas debaixo heram spritall e agora morem os pobres per as ruas e nam ha hy nêhñ spritall eeu e mjnha molher dizemos que queremos curar os pobres por amordeos e que nos despejase as casas como vosa alteza mandou peço avosa alteza que mande húa carta ao capitam queme meta depose de mjnhas casas asy como vosa alteza mas tinha dadas e nysto me fara mytamerce e sempre se lembrar demy feita ē Çafim aos xxbijº. (28) de junho deb.<sup>c</sup> (500) e dez anos—do que roga anososôr pera acrescëtamêto e longos dias devida de vosa alteza—*Joam cotrim*<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *Corpo Cronológico*, parte 1, m. 5, n.º 110.

<sup>2</sup> *Id.*, ibid., m. 8, doc. 17.

Em 25 de Maio de 1517 foi nomeado desembargador dos agravos o Dr. João Cotrim, corregedor do crime da corte, a fim de poder descansar<sup>1</sup>.

Em 25 de Maio de 1517 foi feita mercê ao Dr. João Cotrim, que tinha sido corregedor do crime da corte, de 20:000 reais de tença<sup>2</sup>.

Nesse mesmo ano, 1517, foi Jorge Cotrim, mōço da estribeira d'el-rei, nomeado distribuidor dos feitos em Elvas<sup>3</sup>.

Em 11 de Julho de 1520 foi Jorge Cotrim, mōço de estribeira de D. Manuel, nomeado tabelião de notas em Santarém e, em 13 de Março do ano seguinte, foi nomeado escrivão da armaria de Santarém<sup>4</sup>.

Em 20 de Março de 1521 ao Dr. João Cotrim, foi dada a tença de 12:000 reais<sup>5</sup>.

No mesmo dia e ao mesmo Dr. João Cotrim foi confirmada certa resposta, a propósito da abertura de uma rua a Cataquefarás, onde ele morava<sup>6</sup>.

Em 1 de Outubro de 1522 foi nomeado Ruy Cotrim, escudeiro, morador em Figueiró dos Vinhos, juiz das sisas, lugar que já exercia há 10 anos<sup>7</sup>.

Em 23 de Fevereiro de 1524 foi nomeado Manuel Cotrim, juiz das sisas de Figueiró dos Vinhos, lugar que seu pai, Ruy Cotrim, nélle renunciara. Tinha de mantimento uma percentagem que não podia exceder 2:000 riais por ano<sup>8</sup>.

Em 7 de Junho de 1524 foi passada ordem para se dar ao Dr. João Cotrim 12:000 riais da sua tença; tença que foi recebida pelo próprio que se assinava *Cotrinus*, em 12 de novembro de 1524<sup>9</sup>.

Em 9 de Junho de 1524 foi passado um mandado para se dar ao Dr. João Cotrim 4:000 riais, da sua vestiaria<sup>10</sup>.

Em 1530 foi o já nosso conhecido Jorge Cotrim nomeado tabelião em Santarém. Também continuava sendo escrivão da armaria da mesma cidade<sup>11</sup>.

<sup>1</sup> Chancelaria de D. Manuel, liv. x, fl. 42 v.

<sup>2</sup> Id., ibid., fl. 58 v.

<sup>3</sup> Id., liv. xliv, fl. 88 v.

<sup>4</sup> Id., liv. xxxv, fls. 90 e 103.

<sup>5</sup> Id., ibid., fl. 92.

<sup>6</sup> Id., liv. xviii, fl. 115.

<sup>7</sup> Chancelaria de D. João III, liv. xlvi, fl. 197.

<sup>8</sup> Id., liv. xlvi, fl. 133 v.

<sup>9</sup> Corpo Cronológico, parte II, M. 115, n.º 166.

<sup>10</sup> Id., ibid., M. 116, n.º 2.

<sup>11</sup> Chancelaria de D. João III, liv. xxxix, fl. 25 v.



Em 26 de Julho de 1531 foi nomeado couteiro de Évora António Cotrim, filho de Francisco Cotrim que já exercera esse lugar<sup>1</sup>.

Em 1532 foram arrendadas a Ruy Cotrim de Castanheda, fidalgo da casa de el-rei, certas marinhas<sup>2</sup>. E no mesmo ano era autorizado André Cotrim, capelão do cardial D. Henrique, a andar em mula<sup>3</sup>.

Em 15 de Abril de 1538 mandou o cardial Infante pagar a André Cotrim, seu capelão, trinta cruzados, por uma carta de marcar que lhe tinha mandado fazer<sup>4</sup>.

Em de 3 Março de 1540 foi confirmada a nomeação de Manuel Cotrim para escrivão da execução das rendas do mosteiro de Santa Cruz, nomeação feita em 1538 por D. Henrique. O agraciado era morador em Coimbra e filho de João Coelho<sup>5</sup>.

Note-se que este Manuel Cotrim fez certa denúncia à Inquisição em 1541, como consta do respectivo livro a fl. 33 e, em 27 de Julho de 1545 passaram-lhe os crúzios uma provisão de trinta alqueires de trigo por ano<sup>6</sup>.

Em 14 de Junho de 1543 foi António Cotrim nomeado couteiro das coutadas de Évora, lugar que já exercera seu pai Francisco Cotrim<sup>7</sup>.

Diogo Cotrim *que foy da mulher do governador*, figura como moço da câmara da rainha D. Catarina, com 406 riais por mês de moradia e  $\frac{3}{4}$  de cevada quando tiverem cavalo, por dia. Era moço da câmara em 1543 e está o seu registo a fl. 47 v. do M. 2, liv. 4 de Moradias.

Em 1549 foi arbitrada a André Cotrim, capelão que foi do cardial D. Afonso, a quem este deixou 20:000 riais de tença, a terça parte, como compensação<sup>8</sup>.

Em 3 de Março de 1555 foi o tabelião de Santarém Jorge Cotrim, autorizado a ser substituído por seu filho, de 23 anos, também Jorge Cotrim, por estar paralítico<sup>9</sup>.

<sup>1</sup> *Chancelaria de D. João III*, liv. ix, fl. 75.

<sup>2</sup> *Id.*, liv. xxi, fl. 128 v.

<sup>3</sup> *Id.*, liv. xviii, fl. 107 v.

<sup>4</sup> *Corpo Cronológico*, parte I, M. 61, n.º 46.

<sup>5</sup> *Chancelaria de D. João III*, liv. lv, fl. 90 v. O seu sinal público encontra-se na *Chancelaria de D. João III*, liv. xliv, fl. 113.

<sup>6</sup> *Cartório de Santa Cruz*, na Tôrre do Tombo, liv. cxii, fl. 24.

<sup>7</sup> *Chancelaria de D. João III*, liv. vi, fl. 87.

<sup>8</sup> *Id.*, liv. lxx, fl. 185 v.

<sup>9</sup> *Id.*, liv. lxiii, fl. 231.

Com efeito em 10 de Fevereiro de 1559 foi esse Jorge Cotrim nomeado tabelião de notas em Santarém, podendo constituir o seu sinal público uma gravura muito interessante<sup>1</sup>.

Em 20 de Outubro de 1558 havia sido Manuel Cotrim confirmado no lugar de escrivão das execuções das rendas da Universidade<sup>2</sup>.

Em 14 de Novembro de 1560 foi Jorge Cotrim, morador em Santarém, filho de outro Jorge Cotrim, nomeado escrivão da armaria de Santarém, ofício depois extinto em 1568<sup>3</sup>.

Em 10 de Maio de 1564 foi a António Cotrim, couteiro das coutadas de Évora e mōço de câmara de el-rei, feita mercê de doação do seu lugar, à filha que ele nomeasse<sup>4</sup>.

Em 10 de Novembro de 1564 foi feita doação a Francisco Cotrim, mōço da câmara de el-rei, do lugar de escrivão do armazém da Ribeira de Lisboa<sup>5</sup>.

Em 1569 vivia Francisco Cotrim de Magalhães na sua quinta dos Redondos, termo de Pombal, e fez uma venda ao Mosteiro de Nossa Senhora da Consolação de Figueiró dos Vinhos, cuja escritura se encontra no respectivo cartório, existente na Tôrre do Tombo, m. único, n.º 113. Em 1564 já o mesmo tinha feito outra venda, cuja escritura tem o n.º 114; dela se vê que Francisco Cotrim era casado com Iria Mascarenhas. (Parece que o abade Agostinho de Magalhães foi um dos herdeiros da quinta e talvez também Diogo Mexia de Magalhães).

Francisco Cotrim de Melo, filho de Ruy Cotrim, escudeiro fidalgo, tinha de moradia, em 1570, 1:200 riais e um alqueire de cevada<sup>6</sup>.

Em 9 de Novembro de 1577 foi Jorge Cotrim nomeado tabelião de Santarém, enquanto sua sobrinha se não casasse<sup>7</sup>.

No caderno do Promotor da Inquisição de Lisboa, n.º 14, vem a certidão de um assento de casamento feito em Évora, em 7 de Janeiro de 1579 no qual figurou uma Leonor *Quatrim*.

Em 7 de Fevereiro de 1581 foi feita mercê a Maria Cotrim, filha de Jorge Cotrim, do ofício que a seu pai tinha pertencido, de tabelião de notas em Santarém; João Cotrim irmão dela tinha morrido<sup>8</sup>.

<sup>1</sup> Chancelaria de D. Sebastião, liv. II, fl. 318 v.

<sup>2</sup> Id., liv. I, fl. 253 v.

<sup>3</sup> Id., liv. VI, fl. 249.

<sup>4</sup> Id., liv. XIV, fl. 192 v.

<sup>5</sup> Id., ibid., fl. 302.

<sup>6</sup> Moradias de 1570, código 49, XII, 24, da Biblioteca de Ajuda, fl. 95 v.

<sup>7</sup> Chancelaria de D. Sebastião, liv. XL, fl. 259 v.

<sup>8</sup> Id., liv. XLVI, fl. 166 v.

Nas *Ementas* encontramos os seguintes despachos referentes a Cotrins.

«Há moio e quatorze alqueires de trigo no dito almoxarife (*das jugadas de Santarem*) a Manuel Cotrim que lhe he devido de reditos dos dous moios de tença que lhe montou aver de dezanove de maio de 602 te fim de dezembro deles em Lixboa a tres de dezembro de 609 por D. Estevão de Faro»<sup>1</sup>.

Em 1631 foi feita a Manuel Antunes Cotrim mercê de recebedor das sisas e depositário dos bens de raiz em Dornes, lugar vago por morte de Manuel Mendes<sup>2</sup>.

«Seis mil rs. no thesoureiro da Casa a Manuel Cotrim, filho de Francisco Cotrim, que lhe montam aver de seus corregimentos des cud.<sup>ro</sup> fidalgo a que foi acrecentado de moço da camara por ter oito centos rs. de moradia por mes com o dito foro em Lixboa a dous de junho de Jbj<sup>e</sup> e tres (1603) Pello conde de Linhares. Gaspar Maldonado o fez escrever<sup>3</sup>.

Em 1 de Dezembro de 1631 foi feita mercê a Manuel Antunes Cotrim do ofício de recebedor das cisas e depositário dos bens de raiz da vila de Dornes, vago há anos por falecimento de Manuel Mendes<sup>4</sup>.

E basta de citação de mercês feitas a pessoas com este apelido do séc. xv até fins do xvi.

Se dos diplomas passamos à literatura são muito de assinalar as quintilhas heráldicas de João Rodrigues de Sá<sup>5</sup>, descrevendo as armas dos Cotrins:

De cos mais fazem tesouro  
nū escudo escaques sāo  
onde xiques nō darão  
se nō for em prata ou ouro,  
dama, rroques nem pião.  
Coeste que lugar tome  
a geraçāo, e se asome  
dos Cotryns, rresão seria  
que mayor foy na valia  
que a moeda de seu nome.

Também, entre as personagens da *Comédia Eufrosina*, de Jorge Ferreira de Vasconcelos, há um Cotrim, moço.

<sup>1</sup> *Ementas*, liv. ix, fl. 113.

<sup>2</sup> *Id.*, liv. xii, fl. 135.

<sup>3</sup> *Id.*, liv. vii, fl. 204.

<sup>4</sup> *Chancelaria de Filipe III*, liv. xxiii, fl. 375.

<sup>5</sup> *Cancioneiro de Rezende*, vol. ii, p. 373.

Não se pode dizer que ligasse grande importância às prosápias genealógicas dos Cotrins. Mas que admira isso se já nas *Inquirições* aparecem, usados pelo povo, os apelidos mais nobres?! E no séc. XVI era vulgar os escravos assinarem-se com os apelidos dos patrões facto de que há centenas de casos como, por exemplo, nas denúncias da Inquisição de Coimbra de 1541 aparece denunciando uma Catarina de Castilho, escrava preta de Diogo Castilho, mestre das obras de El-rei.

Se passamos a consultar as genealogias são deveras interessantes.

Manso de Lima, que, pela sua vizinhança alguma cousa devia saber, pois viveu na Certã, escreve<sup>1</sup>:

#### § 1.<sup>º</sup>

1. Pedro Luís Cotrim, filho de ..., viveu na vila de Figueiró dos Vinhos, onde casou com Madalena Gil da qual se fez inventário no juízo dos órfãos da mesma vila no ano de 1491, sendo juiz dos órfãos Diogo Martins e escrivão Lopo Rodrigues de Magalhães e teve:

2. Pedro Luís Cotrim, que segue.

3. Marcos Luís Cotrim, § 4.

4. Luís Dias Cotrim, § 5.

5. Inês Cotrim.

2. Pedro Luís Cotrim tinha vinte e sete anos quando se fez o inventário de sua mãe, foi escudeiro fidalgo da casa de el-rei como consta de uma procuração que fez a seu genro Simão Lopes Bolinho para ir a Castela cobrar um escravo que lhe havia fugido em 2 de Abril de 1560 na nota de Simão Silveiro. Casou com Antónia Lopes e teve:

6. Lopo Fernandes Cotrim, que segue.

7. N..., mulher de Simão Lopes Bolinho.

6. Lopo Fernandes Cotrim viveu em Figueiró e casou duas vezes: a primeira com Joana Lopes, com a qual fez uma venda às freiras da mesma vila de um alqueire de pão que haviam herdado de seus pais por escritura feita na nota de António Freire a 19 de Dezembro de 1575. Casou segunda vez com Madalena Heitor que era já viúva, em 12 de Março de 1607 em que (*ella*) fez uma venda com Pedro Luís Cotrim, seu enteado, na nota do Cristóvão de Almeida e teve de ambos os matrimónios, a saber da primeira mulher:

8. Pedro Luís Cotrim, que segue.

9. Manuel Cotrim, § 2.<sup>º</sup>

10. António Cotrim, § 3.<sup>º</sup> e do segundo matrimónio, como parece:

<sup>1</sup> Certã ennobrecida, fl. 359; modernizámos a grafia.

11. Gaspar, e 12. Simão, dos quais era tutor seu irmão Pedro Luís e andavam ausentes no ano de 1607.

8. Pedro Luís Cotrim casou com Maria Jorge.

§ 2.<sup>o</sup>

9. Manuel Cotrim viveu no Carril, termo da vila de Dornes, como consta de uma carta de venda que fez com seus irmãos na nota de Cristóvão de Almeida em 31 de Julho de 1607.

§ 3.<sup>o</sup>

10. António Cotrim viveu no Casal da Mata, termo da vila de Dornes, onde casou com Maria de Basto, como consta da venda que fez com seus irmãos Pedro Luís Cotrim e Manuel Cotrim a Francisco Curado e a sua mulher, Lourença de Fontes, por escritura feita na nota de Cristóvão de Almeida, tabelião em Figueiró, a 31 de Julho de 1607.

E por aqui se fica infelizmente Manso de Lima quanto à linha masculina dos Cotrins.

Para sabermos alguma cousa da linha feminina recorremos às suas *Genealogias*, letra U, t. I, quando trata dos Vasconcelos da Certã; escreve:

.....  
2. Filipe Mendes de Vasconcelos, filho dessa Leonor Mendes de Vasconcelos, viveu no lugar de Sernache do Bom Jardim, termo da Certã, foi proprietário do ofício de juiz dos órfãos desta vila que vendeu a Tristão de Mendoça no ano de 1530 por escritura feita nas notas de Diniz Camacho, tabelião desta vila. Casou com Inês Anes em 1529. Viveu também algum tempo em Dornes, tinha sempre 2 ginetes na estrebaria, servia-se com criados, criadas e escravos e teve:

3. António Mendes de Vasconcelos que segue.

4. Gaspar Mendes de Vasconcelos, § 6.<sup>o</sup>

5. Martim Mendes de Vasconcelos, § 12.<sup>o</sup>

6. Inocêncio Mendes de Vasconcelos.

6. Manuel Mendes de Vasconcelos, § 14.<sup>o</sup>

O n.<sup>o</sup> 3 casou com Catarina Afonso e teve:

7. Filipe Mendes de Vasconcelos que segue.

8. Maria Mendes de Vasconcelos mulher de Manuel Cotrim.

O n.<sup>o</sup> 7 casou com Ana Dias Cotrim, filha de Diogo Fernandes e de Catarina Lopes Cotrim, filha de Lopo Martins Canas Cotrim e teve:

9. Luís Cotrim de Sousa e Vasconcelos.

10. Fr. Aleixo Cotrim, religioso da ordem de Cristo, que compôs 2 livros pios e doutos (vide *Biblioteca Lusitana*, t. I, p. 86).

O n.<sup>º</sup> 9 tirou brasão com as armas dos Cotrins e Vasconcelos, justificando toda a sua ascendência até sua 3.<sup>a</sup> avó Leonor Mendes de Vaseoncelos e seu 4.<sup>º</sup> avô Jaime Cotrim no 1.<sup>º</sup> de Junho de 1623. Edificou casas nobres no lugar do Beco, pondo sobre a porta do pátio o escudo com as mesmas armas e o mesmo fez na sua sepultura na igreja paroquial do Beco, onde tem o seguinte letreiro: Sepultura de Luís Cotrim de Vasconcelos e de sua 1.<sup>a</sup> mulher Maria Caldeira e de seus filhos e herdeiros, ano de 1624. Casou com Maria Caldeira, filha de António Dias e de Margarida Vaz do lugar de Rebelas, que era irmã de Paulo Heitor de Sousa que, por tradição, dizem ser descendentes do comendador-mor Gonçalo de Sousa e teve:

12. Manuel Cotrim de Vasconcelos.

13. Francisco Cotrim de Vasconcelos.

14. O Licenciado António Cotrim s. g.

15. João Cotrim de Vasconcelos, § 3.<sup>º</sup>

16. Ana Cotrim, § 4.<sup>º</sup>

O n.<sup>º</sup> 12 foi chamado por alcunha *o rôla* e casou 2 vezes s. g.

### § 2.<sup>º</sup>

O n.<sup>º</sup> 13 casou 2 vezes: a 1.<sup>a</sup> com Catarina Temudo da Certã s. g. em 11 de Fevereiro de 1638 e a 2.<sup>a</sup> com Joana Ribeiro s. g. Illegítimo teve:

17. Manuel Cotrim de Vasconcelos que viveu em Sernache do Bom Jardim e teve um dos ofícios de prioste de Sernache.

### § 3.<sup>º</sup>

O n.<sup>º</sup> 15 casou com Maria Mendes de Vasconcelos já viúva de Paulo Heitor de Sousa (c. g.) filha do licenciado Luís Mendes de Vasconcelos e teve Maria Mendes de Vasconcelos que segue. Esta casou com Belchior Mendes e teve:

19. João Mendes de Vasconcelos.

20. Madalena Mendes de Vasconcelos, mulher de Manuel Camelo Gueifão.

O n.<sup>º</sup> 19 foi juiz dos órfãos e escrivão da câmara de Dornes e casou com Marcelina Camelo de Carvalho, filha do capitão António Camelo Gueifão e de sua mulher Maria de Carvalho e teve:

21. O P.<sup>e</sup> Leandro Camelo de Carvalho e outros falecidos.

§ 4.<sup>o</sup>

O n.<sup>o</sup> 16 casou com António Mendes e teve Manuel Cotrim de Vasconcelos que casou com Maria Mendes Cotrim, irmã de Luís Mendes Cotrim, pai do Desembargador B.<sup>ar</sup> Mendes Cotrim que foi juiz da Índia e Mina.

Vejamos outros genealogistas:

Nas *Famílias de Portugal*, por Manuel de Carvalho de Ataíde a fl. 5833 fala-se dos *Cotrins*:

Cita João Rodrigues de Sá quanto à etimologia de Cotrim que diz derivada de *quatrino*, moeda italiana; fala em Ruy Cotrim e Martim Cotrim, dois fidalgos naturais de Évora, filhos de Álvaro Mendes de Oliveira, senhor do Morgado do Oliveira. Presume que o doutor João Cotrim de Castanheda fosse filho de Ruy Cotrim, tendo também um filho chamado Ruy Cotrim, etc.

No *Nobiliário* (n.<sup>o</sup> 372) de Diogo Rangel de Macedo a fl. 340 trata dos Cotrins, cita Salvador Soares Cotrim, que é de opinião que a origem da família foi italiana e a de José Freire Monterroio, que diz ser de origem inglesa, refere como representante de Cotrins, no Beco, em 1716, Custódio de Sousa Cotrim, filho de António Cardoso Cotrim, casado com Ana Maria de Andrade.

Gonçalo Cardoso Cotrim filho de Gonçalo Cardoso Cotrim e de sua 2.<sup>a</sup> mulher Inês Monteiro casou com Ana da Cal, viúva do capitão Belchior Cotrim e filha do capitão Manuel da Cal e de Catarina Mendes.

Vejamos o que escreve Bernardo Pimenta do Avelar Portocarrero, que foi capitão-mor de Tomar, no seu *Livro das famílias nobres em Portugal*, escrito em 1719 e hoje existente manuscrito na Torre do Tombo, embora não façamos a cópia na íntegra.

Jaimes Cotrim que se entende ser fidalgo inglês, consta que fôra monteiro-mor do Infante D. Henrique teve a:

2. Martim Canas Cotrim que afirma seu descendente Salvador Soares Cotrim, sargento-mor da vila das Pias e pessoa de grande crédito e grave talento, vivera na quinta do Souto da Eireira, e teve a:

3. Lopo Martins Canas Cotrim que casou com Eyria Pires de Sousa, filha de Duarte de Sousa que era comendador do Mogadouro, o qual era filho de Gonçalo de Sousa, alcaide-mor de Tomar<sup>1</sup>; teve:

<sup>1</sup> Foi este que mandou fazer a igreja de Dornes, como consta de uma inscrição que o P.<sup>o</sup> Carvalho transcreve e que está ao pé da porta principal.

4. German Canas Cotrim (1575);
  4. Catarina Lopes Cotrim.
  4. German Canas Cotrim<sup>1</sup> viveu na quinta da Eireira e teve:
  5. António Rodrigues Cotrim;
  5. Vedasto Rodrigues Cotrim que foi clérigo (1600);
  5. Fernão Rodrigues Cotrim;
  5. Remígio Rodrigues Cotrim;
  5. Francisco Rodrigues Cotrim de que não há notícia;
  5. Lopo Rodrigues Cotrim de que há a mesma falta;
  5. António Rodrigues Cotrim foi capitão-mor de Dornes e teve:
  6. Manuel Antunes Cotrim;
  6. Jerónima Cotrim.
  6. Manuel Antunes Cotrim teve:
  7. António Cotrim de Sousa;
  7. Luzia Cotrim.
  7. António Cotrim de Sousa casou na vila de Abrantes com Maria Camela e teve:
  8. O capitão Gonçalo Cotrim;
  8. Filipe de Matos Cotrim, sargento-mor de Moura;
  8. João Saraiva de Matos;
  8. Miguel Saraiva de Matos.
  8. Gonçalo Cardoso Cotrim casou com Catarina Amada e teve:
  9. Miguel Cardoso Cotrim;
  9. Maria de Matos.
  - Casou 2.<sup>a</sup> vez com Inês Monteiro e teve mais:
  9. Gonçalo Cardoso Cotrim.
  9. Miguel Cardoso Cotrim casou com Isabel Mendes e teve:
  10. António Cardoso Cotrim.
  10. António Cardoso Cotrim teve:
  11. Custódio de Sousa Cotrim que casou com Ana de Andrade e viveu no Beco (1719).
- Até aqui a linha recta, vejamos agora as transversais.
12. Gonçalo Cardoso Cotrim filho do capitão Gonçalo Cardoso Cotrim e de Inês Monteiro casou com Ana da Cal.
  13. Filipe de Matos Cotrim casou com Maria de Almeida e teve:  
António Cotrim de Matos (que não casou);  
Filipe de Matos Cotrim (sem geração).
  - Luísa de Matos recolhida no recolhimento do Castelo, em Lisboa.

<sup>1</sup> O P.<sup>e</sup> Carvalho no tōmō 3.<sup>o</sup> da sua Corografia chama-lhe capitão-mor de Dornes, assim como a seu filho primogénito, p. 208.

14. João Saraiva de Matos teve:

Francisco Carvalho que casou na Cortigada com Margarida Mansa.

15. Miguel Cotrim (ou Saraiva) de Matos casou com Isabel Mendes e teve:

António Saraiva de Matos;

Francisco Saraiva de Matos;

Miguel Saraiva de Matos (vigário de Dornes);

Manuel Saraiva de Matos;

Úrsula Saraiva.

16. Luzia Cotrim casou com Manuel Amado e teve:

Simão Cotrim que casou com Inês de Sousa e teve:

Angelo Cotrim de Sousa que casou com Mariana Mendes.

17. Fernão Rodrigues Cotrim casou com Isabel da Silva e teve:

Manuel Cotrim que casou com Maria Mendes e teve:

Isabel Vaz Cotrim que casou com Domingos Cotrim e teve:

Pedro Vaz Cotrim;

Manuel Vaz Cotrim.

Pedro Vaz Cotrim casou em Tomar com Ana Colaça Ferreira e teve:

O Dr. Pedro Vaz Cotrim<sup>1</sup> clérigo de tantas virtudes como letras que foi ouvidor da prelazia de Tomar e uns tempos a administrou.

Sebastião Colaço Cotrim. Êste casou em Tomar com Maria Soares e teve:

Salvador Soares Cotrim sargento-mor da vila das Pias, sujeito de grande talento e singulares virtudes, um dos mais noticiosos e eruditos sujeitos da comarca de Tomar, felicíssimo, heróico e admirável poeta que com várias notícias que ajuntou fez potentes estes ramos de Cotrins de que não havia mais que uma escassa notícia<sup>2</sup>.

#### Cotrins, do Beco

Que suposto que sejam por fêmea conservaram e usaram dêste apelido:

18. Catarina Lopes Cotrim, casou com Diogo Fernandes e teve:

---

<sup>1</sup> Diz o P.<sup>o</sup> Carvalho que êste Dr. Pedro Vaz Cotrim em 1692 servindo de preiado de Tomar mandou renovar de pintura o tecto e retábulo da Capela-mor.

<sup>2</sup> No princípio do tômo 3.<sup>o</sup> da *Corografia* do P.<sup>o</sup> Carvalho vem uma Epistola aos leitores em louvor da *Corografia Portuguesa*, escrita em verso por êste Salvador Soares Cotrim.

Ana Dias Cotrim que casou com Filipe Mendes de Vasconcelos (oriundo da Certã) e teve:

19. Fr. Aleixo Cotrim, frade de virtude e letras da ordem de Cristo<sup>1</sup>;

Luis Cotrim de Sousa e Vasconcelos;

Catarina de Sousa.

19. Luís Cotrim de Sousa e Vasconcelos casou com Maria Caldeira. (Foi este o que tirou o brazão no ano 1626 e a sua sepultura com o seu brasão, a que se refere o P.<sup>e</sup> Carvalho deve existir na igreja do Beco; esta carta de brasão não se acha registada na Tórra do Tombo; talvez o tivesse sido nalgum dos livros do Cartório da nobreza, que se perderam por ocasião do terramoto de 1755) teve:

20. Manuel Cotrim de Vasconcelos, o bola de alcunha, casado duas vezes sem geração;

Francisco Cotrim de Vasconcelos;

O licenciado António Cotrim e Ana Cotrim;

João Cotrim de Vasconcelos casado com Maria Mendes de Vasconcelos.

20. Francisco Cotrim de Vasconcelos, filho 2.<sup>º</sup>, casou em Sernache, sem geração.

20. Ana Cotrim casou com António Mendes e teve:

Manuel Cotrim de Vasconcelos que casou com Maria Mendes e teve:

21. Dr. Baltasar Mendes Cotrim, juiz da Índia e Mina;

Bento José Bernardes, capitão de cavalos;

Fr. Nicolau Bernardes;

Fr. Estêvão, frade Bento;

P.<sup>e</sup> João Bernardes;

Matias Mendes de Vasconcelos que faleceu em 1719.

Filipe Neri.

D. Francisca, mulher de Francisco Guedes de Sá.

Note-se que João Rodrigues de Sá é de opinião que o apelido Cotrim se derivou da Itália, onde há uma moeda desse nome. Dizem que, em tempo de D. João I, já apareceu um Martim Cotrim, monteiro-mor do infante D. Henrique.

De Afonso Cotrim há memória nos registros de D. Duarte.

<sup>1</sup> A respeito dele diz o P.<sup>e</sup> Carvalho que escreveu um livro que intitulou «Discursos sobre as domingas da Quaresma e uns comentários sobre os Evangelhos». (T. III, p. 162, obras a que se refere também Barbosa Machado, t. I da *Biblioteca Lusitana*, p. 86).

Fernão Cotrim serviu na Índia com distinção na Companhia de D. Lourenço de Almeida<sup>1</sup>.

Passemos agora a encarar o aspecto heráldico da família Cotrim.

No *Livro do armeiro-mor*, iluminado antes de 1509, a fl. 127 v, encontra-se já o seu brasão e o mesmo acontece no livro de António Godinho, iluminado antes de 1541. Datam portanto os seus autênticos pergaminhos do princípio do séc. XVI.

A carta de brasão mais antiga a pessoas desta família que se conhece é a de António Rodrigues Cotrim. Temos dela presentes duas versões: a de Sanches de Baena que, na íntegra a transcreve<sup>2</sup>, dum manuscrito da Biblioteca de Évora e a de José de Sousa Machado<sup>3</sup> que a estrata dum seu manuscrito do séc. XVIII (1751). Concordam ambas nos seus pontos essenciais com excepção da data do mês: Baena diz ser 14 de março de 1572 e Machado di-la datada de maio. Seja porém como fôr também da íntegra de Baena se deduz que, já em 1504, a 9 de novembro, se havia passado carta de brasão a Lopo Martins Canas Cotrim, o que é bem provável pela antiguidade a que o já vimos iluminado e do extracto de José Machado consta que essa carta teve a data de 9 de novembro de 1540!

De ambas as versões se conclui que António Rodrigues Cotrim era fidalgo de cota de armas, capitão da gente de ordenança de Dornes e morador na sua quinta sita no termo da mesma vila; era filho de Rui Lopes Cotrim, neto de Lopo Martins Canas Cotrim, bisneto de João Martins Canas Cotrim, fidalgo que foi da casa do infante D. Henrique e terceiro neto de Jaime Cotrim Canas, monteiro-mor do referido infante e chefe da geração dos Cotrins.

Diga-se de passagem que na *Crónica da Guiné*, de Azurara, não há referência alguma a Cotrins.

Temos todavia dêstes brasões uma demonstração bem evidente e directa.

Ainda actualmente, no Souto da Ereira, na casa de José Nunes se encontra uma pedra com o brasão dos Cotrins esculpido, cujo desenho, do álbum do falecido artista, Alfredo Keil, seu filho, Luís, obsequiosamente nos cedeu (fig. 19).

Outro brasão de armas é o concedido a Luís Cotrim de Sousa, do qual também temos presente duas versões: a de Baena<sup>4</sup>, que pu-

<sup>1</sup> Manuscrito n.º 1:652 da Livraria da Tôrre do Tombo.

<sup>2</sup> Arquivo Heráldico-Genealógico, p. 612.

<sup>3</sup> Brasões inéditos, n.º 65.

<sup>4</sup> Arquivo Heráldico-Genealógico, p. 666.

blica a carta na íntegra e a de José de Sousa Machado<sup>1</sup>, as quais, como as anteriores, divergem na data do dia: Baena diz datar a respectiva carta de 2 de Junho de 1623 e Machado di-la datada de 6 de Junho. Dela se deduz que Luís Cotrim era filho de Filipe Mendes de Vasconcelos e de sua mulher Ana Dias Cotrim, naturais do Beco; sobrinho, por ser tio de sua mãe, de um capitão em Tânger. Foi-lhe concedido como brasão: *o escudo partido em pala, o primeiro dos Cotrins enxaquetado de azul e ouro de seis peças em faxa, e ao segundo dos Vasconcelos, de preto e três faxas reviradas e contraregradas de prata e vermelho e por diferença uma brica de azul com cadrim de ouro no meio da brica, e por timbre o dos Cotrins, três penachos com chaparia de ouro em roquete. Elmo de prata aberto, guarnecido de ouro, paquife dos metais e côres das armas.*

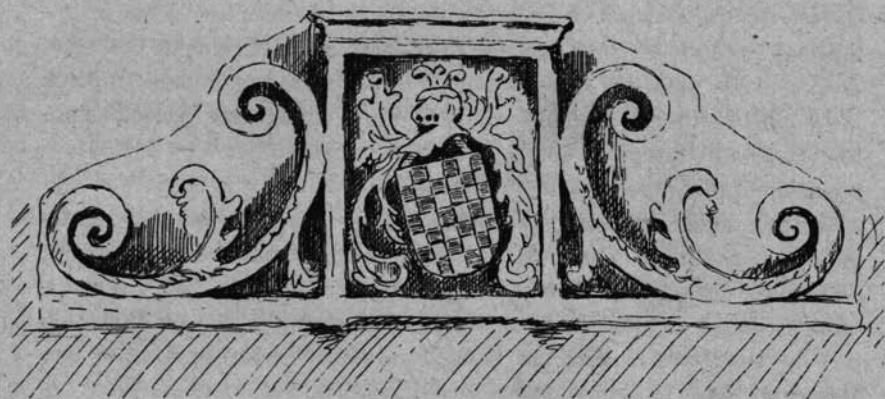


Fig. 19. — Reprodução do Brasão dos Cotrins

No decurso da presente monografia mais de uma vez nos temos referido ao agraciado. Do seu solar, quase junto à igreja paroquial do Beco ainda se podem admirar as suas linhas gerais. Lá está ainda a escada de pedra exterior, o alpendre a cobrir a entrada e os limoeiros penetrando indiscretamente pelas janelas das câmaras hoje desabitadas. O que não está porém é o brasão, que, ainda há poucos anos, vimos todo quebrado no muro de um poço proximo!...

*Sic transit gloria mundi.*

Só por meados do séc. XIX a habitação de Luís Cotrim de Sousa passou das mãos de Amâncio Cotrim para mãos estranhas à família.

<sup>1</sup> *Brasões inéditos*, n.º 331.

Não devemos passar adiante sem alguma cousa dizermos dum irmão de Luis Cotrim, aliás já referido nas genealogias atrás, Fr. Aleixo Cotrim. Irmão, segundo Manso de Lima, Portocarrero e a *Biblioteca Lusitana*<sup>1</sup>, onde se escreve o seguinte:

Natural da vila de Dornes, comarca de Tomar, filho de Filipe Mendes de Vasconcelos e de Ana Dias Cotrim. Professou a 9 de Dezembro de 1613. Foi mestre dos noviços, e pregador geral. Faleceu a 10 de Julho de 1648. Dèle faz honorífica menção António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa*, t. III, trat. 4, cap. 15.

Porém, no *Agiológio Lusitano*<sup>2</sup>, escreve-se: «Professou a religião militar de Cristo, no convento de Tomar, o P.<sup>o</sup> Aleixo Cotrim, no ano de 1613. Era sua pátria o lugar de Rebalvia, no termo de Dornes, três legoas da vila de Tomar. Foram seus pais Francisco Cotrim e Maria Mendes, pessoas principais daquele lugar, e de costumes louváveis.

Desde que entrou na Religião, começou a exercitar-se em mortificações e virtudes, sem que por isso deixasse a obrigação dos estudos; e assim saiu das escolas bom letrado. Por muitos anos ensinou latim no Seminário do Convento, de que deitou muito bons discípulos, tanto nas humanas letras, como na virtude. Era tam elevado o conceito, que naquela casa tinham da sua virtude que havia um religioso que todas as vezes que ouvia tempestade de trovões e relâmpagos se acolhia à porta da sua cela, e ali permanecia encostado, enquanto durava a trovoada, julgando-se por isento dos raios naquele asilo da virtude. Faleceu Fr. Aleixo neste dia (10 de Julho) do ano de 1648, tendo sessenta anos de idade. O referido tirámos das Memórias que da ordem temos e alcançámos, pelo cuidado do reverendíssimo P.<sup>o</sup> Fr. Ricardo de Melo, então procurador Geral da ordem e depois, seu digníssimo D. Prior Geral...»

Como se vê há divergência entre os autores quanto à filiação de Fr. Aleixo Cotrim.

A *Biblioteca Lusitana*<sup>3</sup> atribui-lhe as seguintes obras manuscritas: *Comentaria in Evangelia*, *Discursos sobre as Domingas da Quaresma*.

Outro brasão darmas é o passado a Salvador Soares Cotrim de Albergaria e Vasconcelos, ao qual só se refere Sousa Machado<sup>4</sup>. Nele se diz o agraciado natural de Tomar, morador nas Pias, filho de Sebastião Colaço Cotrim, escrivão proprietário da dita vila das

<sup>1</sup> T. IV, p. 7.

<sup>2</sup> Id., IV, p. 122.

<sup>3</sup> T. I, p. 86.

<sup>4</sup> *Brasões inéditos*, n.º 457.

Pias e de sua mulher Maria Soares; neto, pela linha paterna, de Pedro Vaz Cotrim do lugar de Rebelas, termo da vila de Dornes; e pela linha materna, neto de Salvador Soares de Albergaria, natural do concelho de Vila Chã, arcebispo de Braga, e casado em Tomar, e bisneto de Sebastião Soares de Albergaria, de Vila Chã.

Foi-lhe o brasão passado em 27 de Junho de 1686 e o escudo era em pala: na primeira Soares de Albergaria; e a segunda cortada em faxa: Cotrins e Vasconcelos. Diferença, meia brisa azul com uma estréla de prata.

Com este mesmo nome e apelidos notabilizaram-se tio e sobrinho.

O tio foi poeta: lá vem na *Corografia do P.<sup>e</sup> Carvalho* uma poesia sua a ele dedicada.

Vimo-lo como sargento-mor das Pias, vimo-lo como genealogista, citado por Portocarrero e no 1.<sup>º</sup> volume do *Tombo Histórico Genealógico*, p. 202 há referencia a um manuscrito seu, escrito em 1709: *Antiguidade e origem da muito honrada família dos Fonsecas ou Afonsicas de Mancelos.*

Também, entre os manuscritos da Biblioteca Nacional (liv. 3-21) se encontra um intitulado *Floresta de Apolo, sexta parte de Várias Rimas colhidas dos mais célebres engenhos* por Salvador Soares Cotrim. Deve ser dele autor o tio pois é do tempo de D. Pedro II, pouco posterior a 1705.

Não sabemos nem conjecturamos porém de quem são umas cartas de Salvador Soares Cotrim existentes na Biblioteca de Évora <sup>144</sup>.

D  
34

Salvador Soares Cotrim, sobrinho, chegou a ser tesoureiro geral do fisco e, no dizer do código 640 da colecção pombalina, a fl. 270, teve todos os segredos da Inquisição de Lisboa no governo do Cardeal Cunha.

A ele se refere o seguinte processo de habilitação para o Santo Ofício que vamos extractar<sup>2</sup>:

Foi-lhe feita carta em 22 de Novembro de 1741.

Este Salvador era natural de Ourém, morador em 1709 em Alcobaça.

Era filho de Gaspar Pinheiro Falcão, cavaleiro da ordem de Cristo, já defunto (cujo processo de habilitação se não encontra) natural do lugar de S. Jordão, freguesia do Beco, e de D. Margarida Josefa

<sup>1</sup> *Catálogo da Biblioteca de Évora*, vol. II, pp. 99 e 298.

<sup>2</sup> *Habilitações do Santo Ofício*, M. 2, n.<sup>o</sup> 31, Salvador.

de Abreu, também defunta, natural da Marmeira, comarca de Coimbra; neto paterno de Manuel Vaz Cotrim, natural da Madroeira, e Leonor Pinheiro, natural de S. Jordão, tudo termo de Dornes; neto materno de Diogo Nunes, da Aldeia da Cruz, termo de Ourém e de Angela Correia, natural de Lisboa.

Em 1710 tinha Salvador Cotrim 19 anos de idade; sabia ler, escrever, contar e gramática e querendo entrar para frade do mosteiro de Alcobaça, não o conseguiu por causa da sua falta de limpeza de sangue.

De Ourém, também em 1710, informava o comissário do Santo Ofício, João Teixeira de Carvalho, que o habitando era natural da quinta da Milheira, ao pé de Ourém; que Diogo Nunes, seu avô materno, andou muitos anos ausente por Castela, mudando o nome e chamando-se Diogo Vaz, por causa de um crime que dizem ter cometido há muitos anos, em casa de D. Alvaro de Abranches, casou em Tomar com Angela Correia com dispensa que ele foi buscar a Roma, por serem parentes e foram morar para a Marmeira, perto de Santa Comba Dão; depois vieram para a quinta da Guimareira e depois para a de Castanheira, ambas junto da vila das Pias; aqui nas Pias serviu de escrivão dos órfãos muitos anos e vieram depois para Ourém onde também serviu de escrivão dos órfãos; ele, Diogo Nunes, é tido, por cristão velho, mas não assim sua mulher Angela Correia que tem fama de cristã nova.

Em 1729 novamente requereu Salvador Soares Cotrim; queixou-se da demora e, atribuindo-a a falta de meios, na ocasião de requerer, alegou ser proprietário dos ofícios de escrivão do registo da torre de Belém, avaliado em 334\$000 réis, de escrivão do público e notas de Ançã, avaliado em 30\$000 réis, possue uma quinta no lugar do Juncal, termo de Pôrto de Mós, que rende mais de 100\$000 réis, uma propriedade urbana na de Martim Vaz, que rende 50\$000 réis; o sólido do posto de ajudante do número do terço auxiliar de Torres Vedras, que são 24\$000 réis por ano; na casa das carnes tem mais uma tença de 18\$000 réis.

Fez novo requerimento, quando tinha 36 anos de idade e morava na rua dos Canos, freguesia do Socorro em que declarou mais ser seu pai, capitão e escrivão proprietário do almoxarifado e direitos riais de Ourém, e além disso que seus avós maternos casaram em Lisboa em 1639; que em 1641 baptizaram um filho e que seu avô fugiu para a Marmeira por ter muitas dívidas, com medo de ser preso, mudando de nome duas vezes, uma quando foi para a Marmeira e outra quando daí veio para Ourém.

O pai do suplicante além de ser cavaleiro professo na ordem de Cristo foi capitão na guerra da restauração de Pernambuco e na da Aclamação, teve o posto de tenente de cavalos da companhia do capitão Belchior Cardoso Osório, governando-a muitos anos em Campo Maior; serviu na Índia, na jornada da Alemanha ao Palatinado; foi proprietário de escrivão do almoxarifado e direitos riais de Ourém e do de escrivão da câmara e órfãos, judicial e notas das Pias. O pai do suplicante era primo co-irmão do Dr. Fr. Pedro Vaz Cotrim, vigário da igreja das Pias, ouvidor da prelazia de Tomar, a qual governou muitos anos e teve o hábito de Cristo.

Um filho de Gaspar Pinheiro Falcão foi religioso de S. Francisco da província da Madre de Deus, de Goa.

Fr. Manuel Carvalho, vigário da igreja do Beco, certificou com efeito, em 1710, que viu um assento donde constava que a 20 de Março de 1637 foi baptizada uma criança chamada Gaspar, filha de Manuel Vaz e Leonor Pinheiro, de S. Jordão, sendo padrinhos Manuel Heitor, das Menechas e Ana Pinheiro, de S. Jordão. Assinou o assento Fr. Manuel Mendes.

Em 1741 (24 de Abril) fez-se a inquirição respectiva no Beco, aonde foi o comissário, prior de Ferreira, Francisco Dias da Silva. Foram interrogados sobre o assunto: Gaspar de Magalhães Perdigão, 72 anos natural e morador no Beco, que vive da sua fazenda, e disse não ter conhecido Manuel Vaz Cotrim e sua mulher, mas ouviu dizer serem das primeiras pessoas da freguesia; Manuel Rodrigues de 80 anos, que vive da sua fazenda e disse nada; Francisco de Basto, do Ral, 87 anos disse nada; Tomásia Caldeira, viúva de João Carvalho da Silva, contador, natural e moradora no Beco, 80 anos, disse nada; Manuel Martins, carpinteiro, morador no Beco, 88 anos, disse nada; Domingos Rodrigues da Silva, notário apostólico, morador no Beco, 70 anos, disse nada; Manuel Antunes, moleiro, 90 anos, disse nada; Manuel Gonçalves, lavrador, natural e morador em S. Jordão, 70 anos, conheceu Leonor Pinheiro; Domingas Pinheira, também de S. Jordão, 85 anos, disse nada; Maria Francisca, viúva de Manuel Cotrim, que vivia de sua fazenda, moradora no logar do Outeiro do Marco, 80 anos, disse nada; D. Maria Antónia Soares de Albergaria, viúva de Gregório Martins da Fonseca, natural da vila das Pias e moradora no Beco, 55 anos, conhece Salvador Soares Cotrim, por o ver e tratar em casa de seu tio Salvador Soares Cotrim, padrinho de baptismo do habilitando, também conheceu em casa de seu tio o pai do habilitando de quem tanto o habilitando, como seu pai, eram parentes. Até aqui a inquirição no Beco, agora no Val da Carreira.

Aqui foram interrogados: Ana Rodrigues, viúva de António Martins, lavrador, de 100 anos que quase nada disse.

Nas Pias foram interrogadas: Francisca Ribeira, solteira, natural das Menechas, 95 anos, que disse lembrar-se de Leonor Pinheiro tratar-se com sua criada; Luísa Ribeira, viúva de Filipe Mendes, trabalhador, natural das Menechas, 85 anos, disse nada; Manuel Ribeiro, morador nas Gontijas, 85 anos, pouco disse; Luís Godinho Gonçalves, mestre de campo de auxiliares, morador nas Pias, 70 anos, pouco mais ou menos, disse que o pai e avô paternos do habilitando são limpos de sangue; Maria Martins, viúva de Francisco Gomes, que vivia da sua fazenda, natural e moradora nas Pias, 90 anos; Pedro Ribeiro, das Telhadas, 92 anos.

Em 10 de Fevereiro de 1605 foi baptizada Leonor (avó paterna do habilitando), filha de Gaspar Manuel e de sua mulher Maria Pinheira, moradores em S. Jordão, sendo padrinhos, Pedro Vaz, do Beco e Maria Carrasca. Está o assento assinado por Fr. André Mendes.

Em 20 de Julho de 1693 foi baptizado Salvador, filho de Gaspar Pinheiro e de sua mulher D. Margarida, da quinta da Milheira; padrinho o reverendo cônego Manuel Pereira de Azevedo; em 20 de Janeiro de 1672 casaram-se Gaspar Pinheiro, filho de Manuel Vaz e de sua mulher, morador na Golegã com Margarida de Abreu, etc.

Do processo deduz-se que um tio materno do suplicante e diferentes pessoas dessa família eram cristãos novos.

Também encontramos o brasão dos Cotrins dado, em 1758, a Dionísio Cotrim de Sousa, natural de Lisboa<sup>1</sup>.

Seu próximo parente devia ser o bacharel Diogo Cotrim de Sousa que, em 1716, pretendeu ser oficial do Santo Ofício e cujo processo de habilitação para os lugares de letras<sup>2</sup> vamos extractar.

Declarou ser natural de Lisboa, freguesia de Santiago; filho legítimo de Luís Rodrigues Manuel, natural da freguesia de S. Nicolau e de D. Catarina Maria de Sousa, da freguesia da Madalena; neto paterno do capitão António Rodrigues Manuel, natural da freguesia de Nossa Senhora da Encarnação e de D. Francisca Cotrim de Abreu, natural da freguesia de S. Nicolau; neto materno de Francisco de Sousa, natural da freguesia da Madalena e de Catarina de Sousa, natural da freguesia de S. Bartolomeu da Charneca. O avô materno do habilitando foi livreiro na Rua Nova, e também familiar do Santo Ofício.

<sup>1</sup> Arquivo Heráldico Genealógico, p. 147.

<sup>2</sup> Leituras de Bacharéis, m. 7, doc. n.º 13.

Antes de passarmos a tratar dos *Cotrins*, do termo de Dornes à face dos respectivos registos paroquiais digamos-o que soubermos dos *Cotrins* de Azambuja e da Certã.

Os *Cotrins*, de Azambuja, em cuja família andava, em meados do séc. XVIII, o lugar de capitão-mor, parecem originários do concelho de Ferreira do Zézere. Do processo que vamos extractar consta que, em 1624, um antepassado desta família tinha vindo das Olalhas e, pela proximidade, não é forçar muito a conjectura supô-lo descendente de alguém do termo de Dornes, ou Ferreira. Com efeito do processo de José de Moura e Azevedo para o Santo Ofício (m. 36, n.º 578) consta que: ele foi casado com Felicia Josefa Cotrim de Carvalho, natural da freguesia de Nossa Senhora da Assunção da vila de Azambuja; filha de Manuel Carvalho Leitão e de D. Jacinta Carreira Cotrim, natural da freguesia de S. Nicolau, de Lisboa; neta materna de Sebastião da Silva Cotrim, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Olalhas, termo de Tomar. (Este Sebastião de Sousa Cotrim tinha off.º nos Tabacos); bisneta materna dum homem, por alcunha o Bilhas, António Rodrigues e de Maria da Silva, que depois de viúva veiu com seus filhos (Sebastião e Manuel da Silva Cotrim, cavaleiro de Cristo) para Lisboa, onde Manuel da Silva Cotrim chegou a ter uma fortuna de 40:000 cruzados, falecendo sem descendência. No processo estão também certidões donde consta ter Sebastião da Silva Cotrim sido baptizado em 9 de Novembro de 1624 e em 20 de Janeiro de 1647 foi baptizado Manuel da Silva Cotrim.

A este Manuel Carvalho Leitão Cotrim, em 1727, foi-lhe concedida carta de brasão darmas, assim como, em 1797, a José Hipólito Cotrim de Carvalho e Moura, filho de José de Moura e Azevedo<sup>1</sup>.

Vejamos os *Cotrins* da Certã que por vizinhos, talvez fôssem aparentados com os do termo de Dornes. Para isso nos serviremos dos apontamentos fornecidos pelo Sr. P.º Cândido da Silva Teixeira.

(1510 pouco mais ou menos) Filipa Cotrim (conjectura-se que viesse de Figueiró dos Vinhos) casou com João Barriga, filho de Fernão Barriga<sup>2</sup>, viveu na Certã, e teve:

Inês Godinha que foi segunda mulher de Fernão Luís cavaleiro fidalgo de el-rei D. Sebastião; filho de Fernão Luís, do Cabeçudo onde viveram<sup>3</sup> e tiveram:

<sup>1</sup> Arquivo Heráldico de Sanches de Baena.

<sup>2</sup> Vid. Gen. Barrigas da Certã.

<sup>3</sup> Vid. Gen. Luíses do Cabeçudo.

Leonor Cotrim que casou com Simão Dias filho de Diogo Dias e Maria Dias do lugar da Arnoija (freguesia do Castelo) por escritura de dote feita em 25 de Abril de 1581. Viveram no Cabeçudo e tiveram:

Francisco Cotrim casado com? e tiveram:

Maria Cotrim que casou na Certã em 16 de Novembro de 1621 com Manuel Lopes Colaço, de Sernache, onde viveram e tiveram:

António, baptizado em Sernache a 20 de Outubro de 1622.

Maria, baptizada em Sernache a 2 de Abril de 1624.

Joana, baptizada em Sernache a 6 de Fevereiro de 1634.

Vicente, baptizado em Sernache a 11 de Abril de 1639.

Sebastiana, baptizada em Sernache a 10 de Janeiro de 1641.

Catarina, baptizada em Sernache a 26 de Março de 1643.

P.<sup>o</sup> Manuel Cotrim Colaço, baptizado em Sernache a 4 de Maio de 1631.

P.<sup>o</sup> Francisco Cotrim Colaço, baptizado em Sernache a 10 de Fevereiro de 1638.

Maria Cotrim Colaço, baptizada em Sernache a 24 de Maio de 1635.

Esta casou com Manuel Pinto Milheiro, da Certã; viveram em Sernache e tiveram:

Maria de Ascensão (baptizada a 14 de Julho de 1652) que mandou construir a capela de Nossa Senhora do Desterro em Sernache. Depois viveram na Certã onde tiveram:

Fr. João de S. Diogo, Provincial dos Franciscanos e Qualificador do Santo Ofício<sup>1</sup>.

P.<sup>o</sup> Manuel Pinto Milheiro, beneficiado na Certã.

Teresa Cotrim Colaço segunda mulher de Luís Manso Ramos. (Vid. Gen. Ramos).

Alexandre Cotrim filho de Simão Dias e Leonor Cotrim atrás citados moradores no Cabeçudo, casou em Sernache em 9 de Setembro de 1615 com Maria Fernandes filha de Álvaro Fernandes e Gracia Fernandes moradores em Ventoso onde os nubentes também viveram, e morreram sem geração.

É ainda o mesmo Sr. P.<sup>o</sup> Cândido Teixeira quem nos dá notícia de, em 1571, morar na Certã um Diogo Cotrim e ainda as seguintes notícias:

Filipa Cótrim casou com Manuel de Abreu viveram no Boeiro, termo da freguesia da Certã, em fins do séc. XVI e tiveram:

<sup>1</sup> Ainda vivia em 1738.

Fr. Manuel de Abreu, duas vezes *Dom Prior da Ordem de Cristo.*

Fabiana Cotrim casou com António Mendes moradores em Sernache em 1586 tiveram:

Angela baptizada em Sernache em 1 de Abril de 1587.

Fabiana Cotrim, moradora em Sernache, passou procuração para tratarem de seus negócios a António Cotrim morador em Paio Mendes, a Luís Cotrim morador no Beco, a António Manuel do mesmo lugar e a Simão Carvalho morador da Rebavia. A procuração foi feita na Certã a 15 de Outubro de 1619.

A dita Fabiana Cotrim era já viúva de António Mendes e não sabia escrever.

Faleceu Fabiana Cotrim no Beco em 10 de Maio de 1633 já viúva. Foi seu testamenteiro seu sobrinho Francisco Cotrim.

Ana Cotrim moradora no Cabegudo em 1624.

Francisco Cotrim de Vasconcelos casou com Catarina Temuda morava em Sernache em 1640.

Morrendo-lhe a espôsa s. g. em 9 de Setembro de 1643, continuou a viver em Sernache até 1648 pelo menos. Em 1672 era escrivão do Eclesiástico na Certã.

Teve um filho natural Manuel, baptizado em Sernache a 4 de Janeiro de 1647, em Ana Gaspar, solteira, moradora em Sernache.

Joana Cotrim mulher de Francisco Monteiro faleceu em Sernache em 15 de Dezembro de 1696.

Maria Cotrim mulher de Manuel Frazão Martinho moradores na Paparia em 1699.

Manuel Cotrim de Vasconcelos, marido de Leonarda Martins, faleceu em Sernache em 19 de Dezembro de 1705.

P.º João Monteiro da Silva Cotrim, reitor e cura de S. Vicente do Troviscal (termo da Certã) habilitou-se para notário do Santo Ofício em 1767. Nasceu no Casal da Ordem, freguesia da Certã, filho do capitão dos Cavaleiros de Malta, João Monteiro Cotrim e de D. Josefa dos Santos da Silva, moradores no citado casal da Ordem; neto materno de Bento da Silva Ribeiro, natural do lugar de Priaes, freguesia do Monteiro de S. Tirso, termo da cidade do Pôrto, e de Margarida Dias, natural de Pedrógão Pequeno; neto paterno do capitão João Antunes Carvalhaes, natural do Vale de Mós, termo da vila de Oleiros e de D. Joana Cotrim natural de Sernache de Bomjardim.

Foi-lhe passada Provisão de Notário de Santo Ofício em 10 de Fevereiro de 1769.

As referências feitas a Cotrins da Certã são todas extraídas dos respectivos assentos paroquiais e vejamos agora as referências que

encontrámos nos assentos paroquiais do termo de Dornes, que até agora pudemos alcançar.

Filipe Mendes é, como se viu, apontado pelos genealogistas como pai de Luís Cotrim de Sousa. Os assentos em que dêle se fala são os seguintes:

Em 12 de Novembro de 1599 serviu êle de padrinho a um Pedro, filho de Manuel Dias e de sua mulher Maria Cotrim, servindo de madrinha Joana Monteiro, filha de Pedro Monteiro; em 2 de Fevereiro de 1600 serviu de madrinha Maria Mendes, filha de Filipe Mendes, do Beco; em 4 de Setembro do mesmo ano, 1600, faleceu-lhe uma filha e a 13 de Setembro de 1601, morria êle. Sobreviveu-lhe sua viúva Ana Dias, falecida em 2 de Fevereiro de 1619.

Vejamos os assentos referentes àquele Luís Cotrim a quem atrás nos referimos como possuidor de um brasão de armas. Em 27 de Setembro de 1598 casam Luís Cotrim e Maria Caldeira, moradores em Ribelas, sendo testemunhas Baltasar Godinho e Luís Mendes; em 9 de Fevereiro de 1599 foi baptizada Maria, filha de Luís Cotrim e de Maria Caldeira, de Ribelas, sendo padrinhos Baltasar Godinho e Feliciana Cotrim, mulher de António Mendes, de Sernache do Bomjardim; em 2 de Fevereiro de 1600 foi baptizada Maria, filha de Luís Cotrim e de Maria Caldeira, de Ribelas, sendo padrinhos Paulo Heitor e Maria Mendes, filha de Filipe Mendes, de Beco; em 20 de Maio de 1606 foi baptizado António, filho de Luís Cotrim, de Ribelas, e de Maria Caldeira, sendo padrinhos Luís Mendes, da Rebalvia e madrinha Catarina de Sousa, sua irmã; em 5 de Agosto de 1609 foi baptizado Manuel, filho de Luís Cotrim e de Maria Caldeira, de Ribelas, sendo padrinho António Manuel da Fonseca, do Beco e madrinha Margarida Vaz, mulher de Afonso Dias, de Ribelas. Finalmente, em 21 de Maio de 1624, morria com testamento, Luís Cotrim de Sousa, de Beco.

Destes assentos conjugados com a carta de brasão parece deduzir-se que entre 1609 e 1623 edificaria Luís Cotrim o seu solar no Beco, a que atrás também aludimos.

#### Camelos Gueifões

Desta família se ocupa Mânsio de Lima a fl. 245 da *Certã enobrecida*, escrevendo:

1. Gonçalo Camelo Gaifam dizem seus descendentes que foi fidalgo da casa de el-rei e natural da vila de Abrantes pelo que deve ser dos Camelos daquela vila; casou e teve:

2. Manuel Camelo Gaifam filho d'este Gonçalo Camelo vendo-se pobre por seu pai haver dissipado os seus bens com o muito fausto de casa que teve, se ausentou da vila de Abrantes e foi viver na de Dornes, casando na quinta da Eira, termo da mesma vila, com Madalena Mendes, filha de Belchior Mendes e de sua mulher Maria Mendes de Vasconcelos n.<sup>º</sup> § em título de Vasconcelos da Certã, teve:

3. Manuel Camelo Gaifam que foi clérigo, prior de Águas Belas e comissário do Santo Ofício.

4. O licenciado Joam Camelo Gaifam, formado em teologia e vigário de Pay Mendes.

5. António Camelo Gaifam que segue.

6. Luís Camelo Gaifam, § 4.<sup>º</sup>

7. Francisco Camelo Gaifam, § 5.<sup>º</sup>

8. Maria Mendes, § 6.<sup>º</sup>

9. Isabel Mendes, § 7.<sup>º</sup>

10. Mariana Mendes, mulher de Manuel Carvalho, n.<sup>º</sup> 58 capitão-mor de Dornes, n.<sup>º</sup> 58 § 10.<sup>º</sup> em título de Carvalhos.

5. António Camelo Gaifam sucedeu na casa de seu pai (Manuel Camelo) e casou no lugar do Beco, termo da mesma vila de Dornes, com Maria Carvalho, filha d'è António Carvalho e de Catarina Vaz da Silva n.<sup>º</sup> 3 § 7.<sup>º</sup> em título de Carvalhos. Foi capitão em Dornes e teve:

11. Bernardo Carvalho Gaifam que segue.

12. O Padre António Camelo, clérigo.

13. Mariana Camelo de Carvalho, § 2.<sup>º</sup>

14. Marcelina Camelo de Carvalho, mulher de José Mendes de Vasconcelos c. g. n.<sup>º</sup> § em título de Vasconcelos.

15. Veríssima Camelo de Carvalho.

16. Serafina Camelo de Carvalho.

11. Bernardo Camelo Gaifam, filho d'este António Camelo, sucedeu na casa de seu pai e foi também capitão em Dornes. Casou com sua prima Veríssima Camelo, filha de Manuel Mendes de Vasconcelos e de Isabel Caldeira n.<sup>º</sup> 47 § 6.<sup>º</sup> neste título; viveu na quinta da Eira e teve:

17. Teodósio Camelo de Carvalho que foi vigário em N. Senhora das Areias.

18. Jerónimo Camelo Gaifam que segue.

19. Iria.

20. Leonarda.

18. Jerónimo Camelo Gaifam he capitam.

§ 2.<sup>o</sup>

13. Mariana Camelo de Carvalho filha de António Camelo Gaifam viveu em Pay Mendes, termo de Dornes, casou com o licenciado Luís Gomes de Carvalho que foi grande letrado filho de e teve:

21. O Dr. Leonardo de Carvalho Gaifam que foi juiz de fora da Certã pelos anos de 1704 e faleceu solteiro s. g.

22. O Dr. Teotónio Camelo de Carvalho que segue.

23. Leandro Camelo de Carvalho, § 3.<sup>o</sup>

O Dr. Teotónio Camelo de Carvalho vive neste ano de 1738 na sua quinta de Nazareth no termo de Alvaízere. He formado e bom letrado, aconselha de graça a quem o consulta, é pessoa de boa feição, casou duas vezes: 1.<sup>a</sup> com D. Apolónia Maria de Vasconcelos e Sousa, filha de Francisco Carvalho e de sua mulher Maria Mendes, n.<sup>o</sup> 39 § 6.<sup>o</sup> em título de Carvalhos s. g. A 2.<sup>a</sup> com D. Maria Leonor Clemêncio de Almeida filha de Sebastiam de Almeida, cavaleiro da Ordem de Cristo com 50\$000 réis de tença, fidalgo da casa de S. Magestade, capitam de mar e guerra, que teve por mercê do el-rei D. Pedro II o governo da Torre do Morro e de Chaul na Índia e de Provedor do Armazém da Pólvora em Goa e faculdade de renunciar estas mercês em filho ou filha, que nele não tiveram efeito, e pertence hoje a seus filhos este direito, e de sua mulher D. Isabel Mariá do lugar dos Abades, termo de Ourém n.<sup>o</sup> § em título de e teve:

24. João.

25. António.

26. Francisco.

27. Bernardo.

28. Manuel.

29. José.

30. D. Luisa.

31. D. Teresa.

§ 3.<sup>o</sup>

23. Leandro Camelo de Carvalhó filho 3.<sup>o</sup> de Mariana Camelo viveu em Pay Mendes. Casou com Potenciana Teresa Caetana de Vasconcelos, sua prima, 2.<sup>a</sup> filha de António Mendes de Vasconcelos e de Maria Camelo de Carvalho e teve:

32. Potenciana . . . freira em Santa Clara de Figueiró onde professou no ano de 1736.

33. Juliana ... educanda no mesmo convento.

34. Mariana.

35. Gerarda.

#### § 4.<sup>º</sup>

6. Luís Camelo Gaifam filho 5.<sup>º</sup> de Manuel Camelo Gaifam viveu na quinta da Eira, casou em Leiria com Jerónima Pereira e teve:

36. Manuel Camelo Gaifam que segue.

37. O P.<sup>º</sup> Luís Camelo que viveu e morreu em Leiria.

36. Manuel Camelo Gaifam sucedeu na casa de seu pai e viveu na quinta da Eira, casou com sua parenta Gerarda Camelo de Carvalho, filha do capitão Bartolomeu de Carvalho e de sua 2.<sup>a</sup> mulher Maria Camela n.<sup>º</sup> 24, § 2.<sup>º</sup> em título de Carvalhos e teve:

38. Manuel Camelo de Carvalho Gaifam.

39. Gerarda.

40. Jacinta.

41. Estefânia.

42. Eufrásia.

38. Manuel Camelo de Carvalho Gaifam, filho dêste Manuel Camelo, casou com sua parenta Juliana Teresa, filha de José de Carvalho e de sua mulher Josefa Teresa de Carvalho n.<sup>º</sup> 29, § 3.<sup>º</sup> em título de Carvalhos fl. 260. Não teve filhos.

#### § 5.<sup>º</sup>

7. Francisco Camelo Gaifam filho 5.<sup>º</sup> de Manuel Camelo Gaifam n.<sup>º</sup> 2 § 1.<sup>º</sup> foi senhor da quinta de S. Bento em Alvaiázere onde viveu. Casou com ... e teve:

43. Manuel Camelo Gaifão que foi filho único e sucessor da casa de seu pai, viveu na sua quinta de S. Bento e faleceu s. g.

#### § 6.<sup>º</sup>

Maria Mendes, filha de Manuel Camelo Gaifam (n.<sup>º</sup> 2 § 1.<sup>º</sup>), casou com Afonso Caldeira, filho de ... e teve:

44. Manuel Camelo que foi prior em S. Pedro do Rêgo da Murta;

45. Isabel Caldeira, mulher de Manuel Mendes de Vasconcelos n.<sup>º</sup> ... § ... em título de ... e teve:

46. Veríssimo Camelo Gaifam que faleceu em Tomar s. g.

47. Veríssima Camelo, mulher do seu parente o capitão Bernardo Camelo Gaifam n.<sup>º</sup> 11 § 2.<sup>º</sup> neste título.

## § 7.

9. Isabel Mendes, filha de Manuel Camelo Gaifão n.<sup>o</sup> 2, § 1.<sup>o</sup> casou com Manuel de Alcobia, filho de ... e teve

48. Maria Camelo, mulher do capitão Bartolomeu Carvalho n.<sup>o</sup> 24, § 2.<sup>o</sup> em título de Carvalhos, fl. 260 com geração.

O que, acerca desta mesma família, nos diz outro genealogista<sup>1</sup> tem muito menos importância. Escreve:

«Manuel Camelo Gueifão, foi almoxarife de Dornes em cujo termo morou na quinta da Eyreira. Casou e teve:

2. Manuel Camelo Gueifão, prior de Águas Belas;

João Camelo Gueifão, vigário de Payo Mendes.

António Camelo Gueifão.

Francisco Camelo Gueifão.

Luís Camelo Gueifão.

Mariana Mendes, mulher de Manuel de Carvalho, capitão-mor de Dornes.

2. António Camelo Gueifão foi capitão de ordenanças em Dornes e casou com Maria Carvalho e teve:

3. Bernardo Camelo Gueifão.

3. O P.<sup>e</sup> António Camelo Gueifão.

Mariana Camelo de Carvalho, mulher do Dr. Luís Gomes de Carvalho de quem teve:

O Dr. Leonardo Camelo Gueifão.

O Dr. Theotónio Camelo de Carvalho.

Leandro Camelo de Carvalho.

Marçalina Camelo mulher de José Mendes de Vasconcelos, juiz dos órfãos em Dornes.

3. Bernardo Camelo Gueifão foi capitão da ordenança, como seu pai em Dornes. Casou com Veríssima Camelo e teve:

4. Teodósio Camelo Gueifão.

4. Jerónimo Camelo Gueifão».

Os seguintes processos que vamos extractar são muito elucidativos para a história desta família.

Em 6 de Abril de 1703 o juiz ordinário de Dornes Manuel Caldeira despachou um requerimento em que ordena se passe *alvará de correr fólha* ao Bacharel Leonardo Carvalho Gueifão; eram então es-

---

<sup>1</sup> Bernardo Pimenta de Avelar Portocarrero, *Livro das famílias nobres de Portugal*.

crivães em Dornes António Saraiva de Matos e Gregório Homem da Fonseca. No mesmo dia foi despachado outro requerimento em que pedia certidão de quando se apresentou nos auditórios de Dornes, com a sua carta de formatura, para advogar; da certidão passada pelo tabelião do público, judicial e nota, António Saraiva de Matos, consta ter sido em 11 de Julho de 1702.

Leonardo Carvalho Gueifão, Bacharel formado na faculdade de leis, tinha requerido ainda em 1702 para lhe tirarem inquirição *de genere*, declarando-se filho de Luís Gomes de Carvalho, formado em cânones pela Universidade de Coimbra e de Mariana Camelo de Carvalho, moradores em Paio Mendes; neto paterno de Manuel Carvalho e de Catarina Gomes, moradores no Pé da Serra, termo de Alvaiázere; neto materno do capitão António Camelo Gueifão e Maria Carvalha da Silva, já defuntos, moradores no Beco.

Nas Vendas do Cabaço se procedeu à inquirição de testemunhas, sendo interrogado, entre outros: Dionisio Gomes Maldonado, lavrador de Alvaiázere e André Fernandes Mascarenhas, fidalgo. Apurou-se que Leonardo Carvalho Gueifão era das melhores famílias do termo de Dornes<sup>1</sup>.

Vejamos o processo de habilitação de Manuel Camelo de Carvalho, a quem foi feita carta de familiar do Santo Ofício em 13 de Setembro de 1735<sup>2</sup>.

No requerimento declarou él ser casado com Maria Josefa Perpétua Cotrim Saraiva de Carvalho; ser filho de Manuel Camelo Gueifão da quinta da Eira, que nasceu em Leiria, e de Gerarda Camelo de Carvalho, da mesma quinta da Eira; ser neto paterno de Luís Camelo Gueifão, da mesma quinta da Eira, e de Jerónima Pereira, natural de Leiria; neto materno de Bartolomeu Carvalho, natural do Beco e de Maria Camela, da quinta da Eira. No requerimento declarou também él que sua mulher era filha de António Saraiva de Matos, da Frazoeira, e de Maria Carvalho, do Beco; era neta paterna de Miguel Saraiva de Matos, de Paio Mendes, e de Inês Mendes, da Frazoeira; era neta materna de António Mendes, de Dornes, e de Inês Carvalho, do Beco.

Em Leiria esteve um padre, Luís Camelo Gueifão, presbítero do hábito de S. Pedro, que lá morreu, e grangeou bens que herdou um seu sobrinho, o habilitando.

<sup>1</sup> *Leitura de Bachareis*, m. 5, L. n.º 20.

<sup>2</sup> *Habilitações do Santo Ofício*, m. 108, Manuel n.º 1998.

Houve em Leiria uma testemunha que disse que o Padre Luís Camelo tivera um tio em Tomar que lá era provedor.

No dia 4 de Outubro de 1734 fez-se a inquirição em Paio Mendes; foram interrogados: Luís Mendes, casado, que vive de sua fazenda em Paio Mendes, declarou que o habilitando era capitão da ordenança de Dornes, que seu avô paterno Luís Camelo fôra escrivão da camara e juiz dos órfãos do termo de Dornes, seu bisavô foi Manuel Camelo e sua bisavô Maria Mendes, que Bartolomeu Carvalho, ayô materno, fôra capitão de ordenanças de Paio Mendes, que a fortuna do habilitando seria 10:000 a 12:000 cruzados, e finalmente que ele fôra casado a primeira vez com Juliana Camelo de Carvalho, filha de José Carvalho e de sua mulher Josefa Camelo, da Frazoeira, e deste primeiro matrimónio não teve filhos; outra testemunha interrogada foi Manuel Coelho da Silva, que vive das suas fazendas, e acrescentou ao depoimento anterior que o bisavô materno se chamava Manuel de Alcobia, e avaliou a fortuna do habilitando em 6:000 ou 7:000 cruzados.

Em 5 de Outubro, ainda em Paio Mendes foram interrogados: Inácio Mendes de Brito, do Outeiro da Frazoeira, que vive de sua fazenda, o qual acrescentou aos depoimentos anteriores que o habilitando sabe ler e escrever e terá de idade 40 anos; neste mesmo dia foi interrogado Luís Mendes dos Santos, morador no Alqueidão de Paio Mendes, que vive de suas fazendas; Manuel Mendes, idem; Manuel das Neves, trabalhador, das Courelas; Manuel Mendes, do Vale de Lameiras; Manuel Lopes, das Courelas, trabalhador; João Mendes, das Courelas, louvado dos órfãos; António Mendes dos Santos, juiz ordinário em Paio Mendes, morador nas Courelas; Manuel Rodrigues Raposo.

No dia 6 foram inqueridos, no Beco: José Antunes, mercador de panos de linho, morador no Casal da Cruz, acrescentou aos depoimentos anteriores que a avó materna do habilitando era irmã da mulher de Francisco Carvalho de Vasconcelos, da Rebavia; Manuel Fernandes, o Podre de alcunha, trabalhador e morador na Rebavia; Roque de Brito, que vive de sua fazenda, do lugar do Beco; João da Silva, o Sarilho de alcunha, trabalhador, do Beco; Manuel Rodrigues, o Maduro de alcunha, trabalhador, da Rebavia.

No dia 7 foram interrogadas, no Beco: Manuel Mendes, que vive de sua fazenda, da Madroeira; Manuel Cotrim, casado, que vive de sua fazenda, morador no Outeiro do Marco, de 68 anos de idade, sabendo escrever; Domingos Antunes, trabalhador de Ventoso; Afonso Antunes, que vive de sua fazenda, morador na Crujeira, de

87 anos; António Fernandes, trabalhador, da Crujeira, de 84 anos; Francisco de Basto, que vive de sua fazenda, do Ral; Manuel Fernandes, trabalhador, do Alqueidão de Santo Amaro.

Dos assentos de baptismo deduz-se o seguinte:

Em 25 de Dezembro de 1697 foi baptizado Manuel, filho de Manuel Camelo Gueifão e de Gerarda Carvalho, sendo padrinhos Bernardo Carvalho Cotrim e Podenciana Carvalho, todos da Eira; procedeu ao baptizado o P.<sup>o</sup> António Camelo, do Beco, com licença do vigário Fr. José Mourato Roma.

Em 9 de Junho de 1673 foi baptizada Gerarda, filha de Bartolomeu Carvalho e de sua mulher Maria Camelo, moradores na Eira, sendo padrinhos Manuel Carvalho, filho de Baltasar Mendes, da Frazoeira, e Mariana Mendes, filha de Manuel Carvalho, da Eira. Procedeu ao baptizado o licenciado Manuel Camelo, prior de Águas Belas.

Em 24 de Agosto de 1645 foi baptizado Bartolomeu, filho de Manuel Carvalho, o Novo, e de Luzia Mendes, sendo padrinho Manuel Carvalho, filho de Tomás Carvalho.

Em 22 de Junho de 1732 foi o casamento do habilitando que teve dispensa em 3.<sup>º</sup> grau por uma parte, por outra 3.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup> de afinidade e 4.<sup>º</sup> de consangüinidade. O casamento efectuou-se na ermida de Jesus Maria José, da Frazoeira, e foram testemunhas: Leonardo Teotónio Camelo de Carvalho, do pé da Serra, freguesia de Alvaiázere, José Carvalho, José Saraiva, Luís de Araujo, da quinta da Figueira, Bento Coelho de Vasconcelos, o vigário do Beco, Gerardo Carvalho do Carvalhal, etc.

Em 26 de Fevereiro de 1691 na ermida de N. Senhora do Amparo, da Eira, casaram Manuel Camelo Gueifão e Gerarda Camela de Carvalho, da quinta da Eira, sendo dispensados em 2.<sup>º</sup> e 3.<sup>º</sup> grau de consangüinidade, e sendo testemunhas o licenciado Luís Gomes de Carvalho, Bartolomeu Carvalho, Berardo Camelo Gueifão, o capitão-mor Berardo Carvalho, etc.

Em 24 de Novembro de 1670 casaram, no Beco, Bartolomeu Carvalho, filho de Manuel Carvalho e de sua mulher Luzia Mendes, moradores no Beco, com Maria Camela, filha de Manuel de Alcobia e de sua mulher Isabel Mendes, moradores na quinta da Eira. Casou-os o licenciado Manuel Camelo, prior de Águas Belas.

Por causa da mulher do habilitando foram inquiridos, em Paio Mendes, em 8 de Outubro de 1734: Inácio Mendes de Brito, do Outeiro da Frazoeira, que conheceu António Saraiva de Matos, escrivão do judicial no termo de Dornes, e Maria Carvalho, do Beco, assim como Miguel Saraiva de Matos e Inês Mendes, naturais e moradores

na Frazoeira, chamando-se Miguel Saraiva, o bisavô da habilitanda; Francisco Carvalho, lavrador das Courelas; Sebastião Manso, trabalhador, de Paio Mendes; Sebastião Ferreira, que vivia de sua fazenda, da Aldeia; António de Sousa, trabalhador, das Courelas; Manuel de Sousa, idem; Manuel Dias, trabalhador, do Vale de Lameiras; António de Sousa, da Ereira; Luís Mendes, que vive de sua fazenda em Paio Mendes; Leonarda das Neves, das Courelas; Luísa Dias, do Vale de Lameiras.

No dia 10 de Outubro e na ermida de S. Sebastião do Carril foram interrogadas as testemunhas seguintes: Luis Dias, oficial de ferreror; Manuel Martins, do Carril; Ana da Cruz, do Carril, casada com Manuel Ribeiro; Manuel Fernandes, trabalhador, do Carril; Silvestre Lopes, taberneiro, do Carril; Mariana Mendes, viúva, do Carril.

No dia 11 de Outubro de 1734, na ermida de N. Senhora da Purificação, da Frazoeira, foram interrogados: João Álvares, trabalhador, de Dornes; Manuel Rodrigues, oficial de alfaiate, da Frazoeira; António de Sousa, trabalhador, do Casal da Mata; Manuel Heitor de Sousa, morador no Albardão, 60 anos; José Nunes, sapateiro, da Frazoeira; José Mendes, trabalhador, da Frazoeira.

No dia 12, no Beco, foram interrogados: Manuel Rodrigues, trabalhador, da Rebavia; João de Sousa, trabalhador, da Rebavia; Manuel Mendes Neto, sapateiro, da Rebavia; Manuel Fernandes, trabalhador, da Rebavia; Manuel Mendes, que vive de sua fazenda, na Madroeira; Manuel Fernandes, trabalhador, do Alqueidão de Santo Amaro; Manuel Cotrim, que vive de sua fazenda, morador no Outeiro do Marco, de 68 anos de idade, sabe ler e escrever; Afonso Antunes, que vive de sua fazenda, morador na Crujeira.

No dia 13, no Beco, foram interrogados ainda Francisco de Basto, que vive de sua fazenda, morador do Ral; Domingos Antunes, trabalhador, de Ventoso; Roque de Brito, que vive de sua fazenda, natural do Beco; Júlio Rodrigues, trabalhador, do Ral.

Dos assentos consta o seguinte:

Em 19 de Outubro de 1692 foi rebaptizada Maria, filha de António Saraiva e de sua mulher Maria Carvalho.

Em 15 de Novembro de 1635 foi baptizado António, filho de Miguel Saraiva de Matos e de Inês Mendes, da Frazoeira, sendo padrinhos o vigário do Beco, Manuel Mendes e Inês Mendes, mulher de António Mendes, da Rebavia.

No dia 11 de Julho de 1649 foi baptizada Maria, filha de António Mendes e de Inês Carvalha, do Beco, sendo padrinho o licenciado Estêvão Mendes e Maria Carvalha.

No dia 28 de Janeiro de 1616 o P.<sup>o</sup> Simão Fernandes Carvalho baptizou Inês, filha de Manuel Carvalho e de sua mulher Ana da Cal, moradores no Beco, sendo padrinho Gaspar Mendes, escrivão dos órfãos, e madrinha sua cunhada Maria Monteiro, todos do Beco.

Em 23 de Julho de 1646 casaram António Mendes, filho de Pedro Mendes, com Inês Carvalho, filha de Manuel Carvalho, e de Ana da Cal, sendo padrinhos o licenciado Francisco Carvalho, vigário da Ribeira de Litem, e João Mendes, etc.

#### Carvalhos, do Beco

Dêles se ocupa Manso de Lima<sup>1</sup> escrevendo:

«1. Gonçalo Carvalho, filho 4.<sup>o</sup> de Pedro Rodrigues de Carvalho e neto de Affonso Lourenço de Carvalho, senhor da terra de Caldas por mercê d'el-rei D. João I em 8 de Maio de 1423, que he anno de Cristo de 1385, fidalgo muito honrado da vila de Guimarães em tit. de Carvalhos de Guimarães, casou no lugar do Beco, termo de Dornes, com Jeronyma de Alcobia filha de<sup>2</sup> ... e teve:

2. Thomaz Carvalho que segue.
3. Antonio Carvalho, § 7.
4. Francisco Carvalho, § 10.
5. Maria Carvalho, § 16.
6. e outros de que nam temos noticia.

2. Thomaz Carvalho foi chamado o velho por differençar de seu filho. Casou 2 vezes. A 1.<sup>a</sup> com Maria da Cal filha de ... e teve.

7. O capitão Thomaz Carvalho Leitão que segue.
8. Manuel Carvalho, § 2.

A 2.<sup>a</sup> com Maria Heitor de Sousa filha de Paulo Heitor de Sousa o velho que a tradiçam diz ser descendente do comendador mor Gonçalo de Sousa e teve:

9. Jacintho Carvalho de Sousa, § 4.
10. Paschoal Carvalho que foi clérigo.
11. O licenciado Thomé Carvalho de Sousa, § 5.
12. Antonio Carvalho que morreu servindo a El-Rei.
13. Maria Carvalho sem estado.
14. Maria Carvalho que viveu no Beco sem estado.
15. Maria Carvalho que casou na Ega com Ignacio de Freitas

c. g.

<sup>1</sup> Certa enobrecida, vol. 1, fl. 259.

<sup>2</sup> Nam damos por muy certa esta ascendencia, escreveu Salvador Soares Cotrim que nos parece improvable segundo a graduação da sua descendencia.

7. O capitão Thomaz Carvalho de Leitão casou com Luzia de Medeiros filha de ... e teve:

16. O licenciado Thomaz Carvalho Leitão que segue.

17. O licenciado Fr. Manuel Carvalho Leitão vigario das Olalhas e ouvidor geral da prelazia de Thomar.

18. D. Luiza de Carvalho mulher do Dr. Manuel de Meires ou Mures Monteiro, juiz de fóra de Coimbra, corregedor de Torres Novas, auditor geral da província do Alemtejo, Dezembargador do Porto e da Casa da Suplicação e chanceller-mor da Bahia c. g. no § em tit. de Mures.

16. O licenciado Thomaz Carvalho Leitão casou com Maria Mendes Sousa filha de ...

#### § 2.<sup>o</sup>

8. Manuel Carvalho filho 2.<sup>o</sup> de Thomaz Carvalho foi chamado o Mouco e casou com Luiza Mendes filha de ... e teve:

24. O capitão Bartolomeu Carvalho que segue.

25. Luiza Mendes, § 3.

24. O capitão Bartolomeu de Carvalho casou 2 vezes: 1.<sup>a</sup> com Brites Mendes filha de Antonio Mendes e de sua mulher Ignez Mendes s. g. a 2.<sup>a</sup> com Maria Camello n.<sup>o</sup> 9 § 7 em tit. de Camellos e teve:

26. Gerarda de Carvalho que lhe sucedeu na casa e foi mulher de seu parente Manoel Camello Gaifam filho de Luiz Camello Gaifam e de ... n.<sup>o</sup> 36 § 4 em tit. de Camellos c. g.

#### § 3.<sup>o</sup>

25. Luiza Mendes filha de Manuel Carvalho n.<sup>o</sup> 8 § 2.<sup>o</sup> casou com Balthazar Mendes e teve:

27. O P.<sup>e</sup> Manuel Carvalho.

28. Fr. Balthazar Mendes de Carvalho.

29. José Carvalho que segue.

Este casou com sua prima 3.<sup>a</sup> Josepha Camello de Carvalho filha do capitão Manuel Carvalho e de Mariana Mendes Camello n.<sup>o</sup> 58 § 10 neste tit. e viveu no logar da Frazoeira, termo de Dornes e teve:

30. O P.<sup>e</sup> Manuel Carvalho Camello.

31. Josepha Camello.

32. Marianna.

33. Enfrasia.

34. Juliana Thereza mulher de seu parente Manuel Camello de Carvalho n.<sup>o</sup> 38 § 4 em tit. de Camellos s. g.

§ 4.<sup>º</sup>

9. Jacinto Carvalho de Sousa filho 3.<sup>º</sup> de Thomaz Carvalho n.<sup>º</sup> 2.<sup>º</sup>  
 § 1.<sup>º</sup> havido em sua 2.<sup>a</sup> mulher Maria Heitor de Sousa casou com  
 Maria Mendes, filha de Jorge Mendes e teve:  
 35. Marianna de Sousa, mulher de Vicente de Carvalho.  
 36. N. Casou 2.<sup>a</sup> vez com Ignes de Sousa viúva de Simão Cotrim  
 e teve:  
 37. Thomaz Carvalho de Sousa s. g.

§ 5.<sup>º</sup>

11. O licenciado Thomé Carvalho de Sousa, havido na 2.<sup>a</sup> mulher  
 de Thomaz Carvalho casou com Mariana Mendes de Vasconcellos filha  
 do Dezmembargador Affonso Mendes de Vasconcellos, provedor da co-  
 marca de Coimbra, juiz da Índia e Mina e provedor dos residuos  
 de Lisboa n.<sup>º</sup> ... § ... tit. ... e teve:

38. Thomaz Carvalho que segue.  
 39. Francisco Carvalho de Vasconcellos, § 6.<sup>º</sup>  
 38. Thomaz Carvalho casou em Penella com Marianna Ribeiro de  
 Azambuja, filha de ... e teve:  
 40. O P.<sup>e</sup> Thomaz Carvalho.

§ 6.<sup>º</sup>

39. Franeisco Carvalho de Vasconcellos foi sargento-mor da villa  
 de Dornes. Casou com Maria Mendes, filha de Antonio Mendes, sar-  
 gento-mor da mesma villa e de sua mulher Ignez Mendes e teve:

41. O P.<sup>e</sup> Mendo de Carvalho de Vasconcellos.  
 42. Filippa Carvalho de Vasconcellos mulher de seu parente Luiz  
 Mendes de Vasconcellos e de sua mulher Luiza de Sousa sendo dis-  
 pensados em 4.<sup>º</sup> grau n.<sup>º</sup> ... § ... titulo ... e teve:  
 Luiza Carvalho mulher de ...  
 43. D. Apolonia Maria de Vasconcellos e Sousa mulher de seu  
 parente em 4.<sup>º</sup> grau em que foram dispensados, o Dr. Theotonio Ca-  
 melo de Carvalho n.<sup>º</sup> 22 § 2.<sup>º</sup> em titulo de Camellos s. g.

§ 7.<sup>º</sup>

3. Antonio Carvalho filho 2.<sup>º</sup> de Gonçalo Carvalho casou com Ca-  
 tharina Vaz da Silva, filha de Pedro Vaz da Silva o rico e de sua  
 1.<sup>a</sup> mulher Maria Gaspar, que era irmã do P.<sup>e</sup> Aleixo da Silva, ins-  
 tituidor de huma capela que possui o P.<sup>e</sup> Manuel Soares de Carva-

lho, que o instituidor deixou a sua sobrinha Maria de Carvalho, mulher do capitão Antonio Camelo Gaifam e teve:

44. Simão Carvalho que segue.
45. Lourenço Carvalho, § 8.<sup>o</sup>
46. Pedro de Carvalho Alcobia.
47. Fr. Antonio, frade capucho.
48. Fr. Francisco, frade da Graça.
49. Maria de Carvalho, mulher do capitão Antonio Camelo Gai-fão n.<sup>o</sup> 5, § 1.<sup>o</sup> em titulo de Camelos. Nela nomeou seu tio o Padre Freire Aleixo da Silva a capela que instituiu, como fica dito.
50. Maria de Carvalho, mulher de Francisco de Figueiredo.
51. Joanna Baptista de Carvalho.
44. Simão Carvalho da Silva casou com Catharina Mendes de Vasconcellos filha do capitão Manoel da Cal e de Catharina Mendes de Vasconcellos n.<sup>o</sup> ... § ... em titulo ... e teve:
52. O P.<sup>e</sup> Francisco Carvalho.
53. Maria Mendes da Silva, mulher de Dionizio de Araujo Bravo, filho de Manuel de Araujo Bravo e de Izabel Marrecos de Valladares ...

#### § 8.<sup>o</sup>

45. Lourenço Carvalho casou com Brites Mendes e teve:
54. Manuel Carvalho que viveu na Frasoeira.

#### § 9.<sup>o</sup>

46. Pedro Carvalho de Alcobia ...

#### § 10.<sup>o</sup>

4. Francisco Carvalho filho 3.<sup>o</sup> de Gonçalo Carvalho, casou com Jeronyma Cotrim filha de Antonio Rodrigues Cotrim, capitão-mor da villa de Dornes, morador que foi na quinta do Souto da Eira e teve:
53. Manuel Carvalho que segue.
54. Gonçalo Carvalho, § 14.<sup>o</sup>
55. Ignez Monteiro, mulher do capitão Gonçalo Cardoso Cotrim.
56. Jeronymá Cotrim, § 15.<sup>o</sup>
57. Maria de Carvalho 1.<sup>a</sup> mulher de Antonio Dias Mendes.
53. Manuel Carvalho casou com Anna da Cal e teve:
58. Manuel Carvalho que segue.
59. O P.<sup>e</sup> Francisco Carvalho, vigario da ribeira de Litem.
60. Ignez Carvalho, § 12.<sup>o</sup>
61. Anna da Cal, § 13.<sup>o</sup>

58. Manuel Carvalho foi capitão-mor de Dornes e casou com Marianna Mendes Camello, filha de Manuel Camello Gaifam e de sua mulher Margarida Mendes de Vasconcellos e teve:

62. Berardo de Carvalho Cotrim que segue.

63. Manuel de Carvalho Camello, § 11.<sup>º</sup>

64. Potencianna, sem estado.

65. Marianna Camello de Carvalho mulher de Antonio Mendes de Vasconcellos.

66. Josepha Camella de Carvalho mulher de José Carvalho n.<sup>º</sup> 29 § 3.<sup>º</sup> neste titulo c. g.

62. Berardo de Carvalho Cotrim filho d'este Manuel Carvalho foi capitão-mor de Dornes e cavaleiro do habito de Christo; casou com D. Thereza Feliciana, natural de Ourem e irmã do thesoureiro-mor da capela real.

#### § 11.<sup>º</sup>

63. Manuel de Carvalho Camello foi capitão da ordenança e depois de auxiliares e sargento-mor de Dornes. Viveu na quinta da Eira.

#### § 12.<sup>º</sup>

60. Ignez Carvalho casou com Antonio Mendes e teve:

70. Francisco Carvalho.

71. Angela Carvalho.

72. Maria Carvalho mulher de Antonio Saraiva de Matos.

#### § 13.<sup>º</sup>

61. Anna da Cal casou com Antonio de Aleobia e teve:

73. José Carvalho que segue.

74. Antonio de Aleobia.

José Carvalho casou em Tancos com ... e teve:

75. N ... mulher do Dr. João da Matta.

#### § 14.<sup>º</sup>

54. Gonçalo Carvalho casou com Anna Ferreira no souto da Ereira e teve:

76. Francisco Carvalho que segue.

Este casou com Luiza Mendes filha do capitão Manuel da Cal e de sua mulher Catharina Mendes e teve:

77. Guilherme Carvalho.

78. Maria Caryalho.

79. Francisca Carvalho.

80. Maria José de Carvalho.

§ 15.<sup>º</sup>

56. Jéronyma Cotrim, filha de Francisco Carvalho casou com Francisco Mendes e teve:

81. Agueda Carvalho, sem estado.

§ 16.<sup>º</sup>

5. Maria de Carvalho, filha de Gonçalo de Carvalho casou com Pedro Vaz da Silva, o rico, já viuvo de Maria Gaspar como fica dito n.<sup>º</sup> 3 § 7.<sup>º</sup> neste titulo e teve:

82. O Dr. Manuel Carvalho da Silva que segue.

Este foi capitão-mor de Dornes e juiz de fora de Montemor-o-Novo, Vizeu, Lamego e provedor da comarca da Torre de Moncorvo. Casou duas vezes: a 1.<sup>a</sup> com Luiza de Carvalho filha de Gaspar Rodrigues e de Maria de Carvalho; a 2.<sup>a</sup> com D. Feliciana Leitão, irmã de D. Mariana Leitão, mulher de João de Sá e filhas ambas de Antonio Leitão e de sua mulher Feliciana de Carvalho s. g. mas da 1.<sup>a</sup> mulher teve:

83. Manuel Carvalho da Silva que segue.

84. Luís Carvalho da Silva § 17.<sup>º</sup>

85. Fr. Matens da Silva religioso da ordem de Christo.

86. D. Thereza Francisca de Carvalho que casou em Alvaiazere com Francisco Vaz de Matos e teve:

1. Luís da Silva que foi clérigo.

2. D. Bernarda mulher de João de Macedo Feio Maldonado filho de Manuel de Medeiros.

83. Manuel de Carvalho da Silva casou duas vezes a 1.<sup>a</sup> com D. Mariana Brandão filha de Manuel Mendes e de Maria Camelo; a 2.<sup>a</sup> com Sebastiana Rebelo do Toco, s. g. da 1.<sup>a</sup> mulher teve:

87. Fr. Bernardino, frade da Graça.

88. Luiza de Carvalho da Silva mulher de seu parente Manuel de Figueiredo da Silva.

§ 17.<sup>º</sup>

84. Luís Carvalho da Silva casou com Maria Mendes de Sousa filha de Manuel Heitor e teve:

89. João Carvalho que segue.

90. Mateus Carvalho da Silva que casou na India com ... filha do governador de Meliapor.

§ 18.<sup>o</sup>

1. Franciso Carvalho era desses mesmos Carvalhos . . . e teve:
2. Jeronyma de Figueiredo casada em Dornes com Francisco Cotrim de Sousa e teve:
3. Gonçalo da Cunha Manso que segue, etc. (Esta familia foi para a Cortiça).

**Sousas, do Beco**

Escreve Manso de Lima<sup>1</sup>:

«Paulo Heitor de Sousa filho de . . . foi chamado o velho e cavaleiro fidalgo da casa d'El-Rei. Dizem seus descendentes que foi descendente do comendador mór D. Gonçalo de Sousa. Jaz em sepultura propria que mandou fazer para si e seus descendentes na igreja de Santo Aleixo do logar do Beco, que está defronte da capella-mor. E teve Bartholomeu Dias que por sua vez teve Jorge Mendes. Este viveu no logar do Beco e casou com Ignes Vaz.

Bastante podemos ampliar as notícias de Manso de Lima neste ponto.

Do traslado do testamento dêste Paulo Heitor de Sousa<sup>2</sup>, feito em 20 de Agosto de 1600, se vê que foram seus pais Antão Heitor e Violante Vaz, moradores no Beco. Já a ele nos referimos e acrescentaremos agora os seguintes dados que ainda não aproveitámos:

São os seus filhos do sexo masculino: António, Paulo e Jacob e deve sua mulher mandá-los estudar. Deixa a têrça para uma capela, sendo sua primeira administradora sua mulher Maria Mendes e, quando ela faleça, seus filhos Marta, Maria e Paulo. Serviu o testador algum tempo de tabelião. Ainda tinha outro filho Manuel Heitor. Ao seu filho António Heitor deixou o seu escritório com todos os livros e papéis e, no caso dos filhos Paulo e Jacob aprenderem, deve com eles reparti-los. Maria Mendes era a segunda mulher do testador; a primeira fôra Maria Dias, da qual teve Antão Heitor e Bartolomeu Dias. O pai do testador era Antão Heitor e, por morte dêle ficou Paulo Heitor com a administração da capela de D. Aldonsa de Sousa, na igreja de Santa Cristina em Condeixa-a-Nova; desta capela fazia parte um padrão da tença e juro, entregue a Ruy Dias de Meneses, escrivão das confirmações da corte, e por isso o testador

<sup>1</sup> *Certã enobrecida*, vol. III, fl. 198.

<sup>2</sup> A fl. 110 do *Tombo das capelas* do arquivo paroquial do Beco.

determina que seu filho Antão ou António Heitor o vá requerer, porque por élle lhe fizeram mercê os reis católicos de 205000 réis em cada ano de tença e juro, pagos no almoxarifado de Tomar; entre os bens desta capela havia um olival que foi de Pedro Luís e de sua mulher Leonor Mendes, moradores em Dornes; um souto onde se chama a Portela, ao ribeiro de D. Sancha.

Foi seu primeiro sogro Bartolomeu Dias.

No testamento nomeia Paulo Heitor administrador duma capela instituída por seu avô, Lançarote Gonçalves, seu filho António Heitor e, no caso dêste a não querer, seu filho Manuel Heitor, notando-se que se António Heitor fosse clérigo, *como confio*, e tivesse filhos a não pudesse nomear neles. Note-se finalmente que o testador tinha três filhas do segundo matrimónio.

#### Alvelos, do Beco

Desta família escreve Manso de Lima<sup>1</sup>:

1. N. de Alvelos teve:
2. Simão de Alvelos.
3. Afonso Rodrigues Raposo.
4. Francisca Ribeira que segue.
5. N... mulher de Ignácio de Freitas da vila de Obidos; já viuva de Inocencia Boga da vila da Ega n.<sup>º</sup> § em titulo de ...
6. N. que teve:
- Sebastião da Silva Serrão.

Manuel da Silva, religioso da Companhia de Jesus que compõe três tomos da *Silra Concionatoria* que correm com grande aceitação.

4. Francisca Ribeira filha dêste N. de Alvelos viveu no lugar do Beco termo de Dornes onde casou com Inocencio Mendes e teve:
7. O Dr. Manuel de Alvelos Ribeiro que segue.
8. Luiza Mendes, mulher de Manuel de Carvalho o mouco n.<sup>º</sup> § em titulo c. g.
7. O Dr. Manuel de Alvelos Ribeiro, filho dessa Francisca Ribeiro, foi juiz de fora de Aveiro, ouvidor de Montemór-o-Velho e de Azeitão. Fundou com sua mulher a ermida de S. Giraldo no mesmo lugar do Beco junto às suas casas com tribuna para ela.

Casou no mesmo lugar com Isabel Monteiro filha de Amador

<sup>1</sup> *Certã enobrecida*, vol. 1, fl. 121.

Nunes e de sua mulher Maria Monteiro que era filha de Gaspar Monteiro e teve:

9. Manuel de Alvelos Ribeiro que segue; este casou no mesmo lugar do Beco com D. Maria Mendes de Sousa filha de Jorge Mendes e de Inez Vaz n.<sup>º</sup> § em titulo de Sousa do Beco, que era já viúva de Tomaz de Carvalho e depois foi mulher do capitão Lucas de Sá de Mendonça e teve:

10. Manuel que morreu menino.

11. D. Maria Antónia de Alvelos e Sousa mulher do Dr. Manuel de Mures Monteiro n.<sup>º</sup> § em titulo de Mures.

#### Aranjos, das Pias

Deles se ocupa Manso de Lima a fl. 147 do 1 vol. da *Certã enobrecida*, escrevendo:

1. Affonso Rodrigues de Araujo, filho de ... foi natural da Ponte da Barca e casou na vila das Pias com Vicencia Marques, de Vila Corte, filha de Marcos de Vila Corte e teve:

2. Damião de Araujo de Azevedo que segue.

3. Isabel de Araujo, § 2.<sup>º</sup>

2. Damião de Araujo de Azevedo viveu na mesma vila das Pias e casou no lugar da Torre, termo de Tomar, com sua parenta Ana de Araujo de Azevedo filha de Francisco de Amorim e de Isabel Ferreira n.<sup>º</sup> 8 § 2 neste tit. e teve:

4. António de Amorim de Azevedo, familiar do Santo Oficio, casou com Joana Froes de Andrade, filha de António Serrão Soares e da sua mulher Beatriz Froes de Lemos n.<sup>º</sup> § em tit. de ... com a qual foi dispensado no parentesco para casar com

5. D. Maria Froes de Azevedo e Andrade mulher de seu parente Estêvão de Araujo de Freitas n.<sup>º</sup> 9 § 2 neste tit.

6. D. Anna Maria de Araujo Froes mulher de Rodrigo de Sá Mendonça com geração n.<sup>º</sup> 18 § 2.<sup>º</sup> em tit. de Sás do Beco.

#### § 2.<sup>º</sup>

3. Isabel de Araujo filha de Affonso Rodrigues de Araujo n.<sup>º</sup> 1, casou com Pedro de Freitas.

7. Maria de Araujo filha dessa Isabel de Araujo casou com Marcos Lopes.

8. Domingos Padrão de Freitas filho desta Maria de Araujo casou em Aguas Belas com Joana Gomes Correia e teve:

9. Estêvão de Araujo de Freitas filho deste Domingos Padrão de

Freitas vive neste ano de 1730 na vila das Pias. É cavaleiro do hábito de Cristo. Casou com sua parenta D. Maria Froes de Azevedo e Andrade filha de António de Amorim e de sua mulher Joana Froes de Andrade n.<sup>o</sup> 4, § 1 neste tit. e tem:

António José de Araujo e Azevedo que segue.

Bernardo faleceu menino.

D. Mariana de Araujo e Azevedo mulher de Luiz Gonçalves Godinho filho de Manuel Godinho Gonçalves, capitão-mór da vila das Pias e de sua mulher D. Anna.

D. Joanna Ignacia da Estrela freira em Santa Iria de Tomar.

Antonio José de Araujo e Azevedo, filho deste Estevão de Araujo é imediato sucessor da casa de seu pai, sargento-mor da comarca de Tomar, vive neste ano (de 1710 ou 1730) e casou com D. Isabel, filha do capitão-mor Manuel Godinho Gonçalves e de sua mulher D. Anna.

Ao que escreveu Manso de Lima acrescentaremos:

Da *Cronica da Provincia da Piedade* por frei Francisco de Santiago, tomo 1, p. 865, consta que o padroado da capela do capitulo do convento da Anunciada, em Tomar, foi dado ao monteiro-mor das Pias, Estêvão de Araujo e Freitas, para sua sepultura e de seus descendentes em 25 de Julho de 1693. Na parede da capela da parte da epistola está o letreiro seguinte:

*Este capitulo he de Estevão de Araujo e Freitas, cavaleiro da ordem de Christo, para sua sepultura e de sua mulher D. Maria Frois de Azevedo e Andrade e descendentes, correndo a fabrica delle por conta dos religiosos, para a qual dá quatro mil réis cada anno: tem missa quotidiana, ano de 1696.*

#### Temudos, das Pias

Desta família escreve Manso de Lima<sup>4</sup>.

1. O licenciado Fernão Alvares Temudo filho de ... viveu no lugar das Menechas, termo das Pias, e casou com Isabel Antunes e teve:

2. Pantaleão Temudo que segue.

3. O P.<sup>o</sup> Manuel Alvares Temudo.

4. Fernão Alvares Temudo, § 2.<sup>o</sup>

5. D. Eufémia Temudo mulher do Dr. Estevão da Fonseca.

2. Pantaleão Temudo casou em 28 de Agosto de 1619 na vila da Cortiçada com Isabel Manso, filha de Francisco Freire da Fonseca.

---

<sup>4</sup> Certã enobrecida, vol. 3.<sup>o</sup>, fl. 214 v.

§ 2.<sup>o</sup>

4. Fernão Alvares Temudo foi cavaleiro do habito de Cristo casou tambem na vila da Cortiçada com D. Maria da Fonseca, filha de Simão da Fonseca Freire e teve:

6. Manuel da Fonseca Temudo s. g.

## Curados, das Pias

Desta familia escreve Manso de Lima<sup>1</sup>.

«Francisco Curado de Andrade Bugalho, filho de ...

Diz Salvador Soares Cotrim que foi natural da villa de Figueiró dos Vinhos e homem de auctoridade e veneranda presença. Possuiu o mesmo Salvador Soares huma chronica d'El Rey D. Diniz composta por Duarte Nunes de Leam, que foi d'este Francisco Curado e nella a fl. 121 está hua cota de letra d'este Francisco Curado na margem em que e chronista diz: *E logo lhe mandou (fala do Infante) por Fernan Rodrigues Bugalho e Lopo Esteves de Alvarenga etc.,* e na margem posta por Francisco Curado: *Curado Andrade Moutinho Bugalho, e nam villam nem judeu nem mouro pela graça de Deus,* do que bem se manifesta era Francisco de Andrade dos Curados Moutinhos de que temos falado neste titulo. Foi por sua 2.<sup>a</sup> mulher juiz dos orfãos da villa das Pias e casou 2 vezes a 1.<sup>a</sup> com ... irmã de Bento Teixeira Feyo thesoureiro mórr do reyno e filha de Marcos Rodrigues Tinoco proprietario do dito officio e teve:

193. Antonio de Carvalho Feyo que segue.

A 2.<sup>a</sup> vez casou com Brites de Figueiredo, filha de Miguel de Figueiredo, juiz dos orfãos da villa das Pias, fidalgo da casa real e filho de Ignacio Duarte de Figueiredo, 1.<sup>o</sup> juiz dos orfãos da dita villa n.<sup>o</sup> § em titulo de ... e teve:

194. Gabriel de Figueiredo.

195. Rafael de Figueiredo, § 26.<sup>o</sup>

196. Sebastiana de Figueiredo, mulher de José d'Almeida da Cunha, etc.

O n.<sup>o</sup> 195 teve:

O P.<sup>e</sup> Manuel da Silva, thesoureiro na igreja de N. Senhora das Areias, termo da villa das Pias.

(Conclue no próximo número).

ANTÓNIO BAÍÃO.

<sup>1</sup> Certa enobrecida, t. 1, fl. 401 v.

## Mosaicos romanos de Portugal<sup>1</sup>

### 4. Mosaico de Oeiras

*NO Seculo* de 26 de Janeiro de 1903 veio uma notícia de que em Oeiras, no quintal da casa de José Joaquim Petrolim, aparecera um mosaico, que o articulista supunha ser arábico. Em vista d'esta notícia fui logo a Oeiras, porque entendi, e não me equivoquei, que o mosaico era lusitano-romano, e nesse sentido veio nova notícia no mesmo jornal em data de 5 de Fevereiro. Levei na minha companhia o então Colector-Preparador, Sr. Almeida Carvalhais, que depois voltou lá, mandado por mim, com o falecido Guilherme Gameiro, Desenhador do Museu, o qual fez um esboço aguarelado de preto do mosaico, aqui reproduzido na figura adjunta.

O mosaico tinha-se descoberto em 22 de Janeiro de 1903 na Rua da Alcaçova (vulg. *da Alcácima*), à profundidade de 1<sup>m</sup>,40, e prolongava-se sob os alicerces da casa<sup>2</sup>. Era do tipo chamado *opus vermiculatum*, e policrómico (cores: branca, escura, amarelo-alaranjada, encarnada, roxa, e cinzenta) e figuravam-se nele, entre vários ornatos de fantasia, arcos, folhas, flores e um vaso.

Ao tempo do aparecimento, o Museu Etnológico estava acanhadamente instalado na sala dos Jerónimos onde primeiro estivera o Museu Agrícola<sup>3</sup>, e por isso enviei ao Presidente da Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionais o seguinte ofício:

«N.º 229.—7 de Fevereiro de 1903.—Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da Comissão Executiva do Conselho dos Monumentos Nacionaes.—Na Villa de Oeiras, Rua da Alcaçova, no quintal da casa de José Joaquim Petrolim, apareceu um mosaico romano, que tanto pelo seu merito artistico, embora o mosaico esteja em parte deteriorado, como por constituir valioso testemunho da historia dos arredores da nossa capital, que com relação á epocha de que se trata é ainda pouco conhecida, entendo que deve ser conservado: por isso chamo a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o ocorrido, e peço que com a possivel brevidade se digne tomar as providencias que julgar adequadas, para que o

<sup>1</sup> Vid. o n.º 1 no vol. VII do *Arch. Port.*, p. 313; o n.º 2 no vol. VIII, p. 243; o n.º 3 no vol. X, p. 49 (onde porém deixou de, por esquecimento, se mencionar o «número»).

<sup>2</sup> Há uma escritura da compra da casa em 1744, porém nela não se fala do mosaico.

<sup>3</sup> Vid. *Historia do Museu Etnologico*, Lisboa 1915, p. 3.

referido monumento se salve da destruição imminente a que está sujeito, e o estado o conserve *in loco*, ou o adquira para qualquer museu. Por mim, direi a V. Ex.<sup>a</sup> que por falta de espaço para convenientemente o collocar, não posso comprá-lo para o Museu a meu cargo; mas caso o extraiam, poderá elle ser por exemplo obtido para o Museu das Bellas Artes, ou para um dos varios Museus Municipaes do Reino. O que importa é salvá-lo para que não tenhamos de lamentar mais um desfalque na archeologia nacional.—*J. L. de V.*».

Como porém este ofício não tivesse solução, e por Portaria de 17 de Fevereiro de 1903 fosse concedida ao Museu a ala dos Jerónimos onde hoje está instalado,—o que permitiu que ele dispusesse de mais espaço—, tratei de negociar com o dono do mosaico a compra do mesmo. O dono pediu 240\$000 réis, e a despesa com a extracção foi orçada em 300\$000 réis. S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Ministro das Obras Públicas, por despacho de 25 de Fevereiro, que me foi comunicado na Ordem de Serviço n.<sup>º</sup> 140, de 28 do mesmo mês, autorizou a compra, e, por Portaria de 30 de Abril, autorizou que se despendesse a verba total de 540\$000 réis com a aquisição e a extracção. A isso aludem os dois ofícios meus que vou transcrever:

«N.<sup>º</sup> 244.—Para o Ex.<sup>mo</sup> Conselheiro Director Geral de Obras Publicas e Minas.—Em resposta á Ordem de Serviço n.<sup>º</sup> 140 dessa Direcção, de 28 de Fevereiro do corrente, tenho de informar V. Ex.<sup>a</sup> que depois de reiteradas instancias ficou assente como ultimo preço de cedencia do mosaico d'Oeiras, pertencente a João José Vicente<sup>1</sup>, morador na mesma villa, rua d'Alcácima, a quantia de 240\$000 réis. Esta importancia quer o proprietario que se considere como indemnização dos prejuizes causados e a causar com o arranque do mosaico e com quaequer excavações e pesquisas archeologicas que se entenda conveniente fazer dentro da sua propriedade, sita na dita rua, podendo o Museu apossar-se de todos e quaequer objectos de valor archeologico, além do mosaico, que alli appareçam, e extrahilos. Fica salvo ao proprietario o direito de pedir indemnização especial, se, em consequencia de trabalhos, se desmoronar a parede da casa de morada. Devo porem informar a V. Ex.<sup>a</sup> que a extracção do mosaico se pode fazer sem que a casa soffra na sua segurança, sendo

<sup>1</sup> [Isto é, João José Vicente Petrolim, filho de José Joaquim Petrolim (hoje falecido), de quem se fala no primeiro ofício].

as obras dirigidas com cuidado. Julgo do meu dever accrescentar que o trabalho do arranque do mosaico é demorado e meticuloso, e exige no caso presente quantias que não podem computar-se em menos de 300\$000 réis. Em 15 da Abril de 1903.—*J. L. de V.*».

«N.<sup>o</sup> 263-A.—Para o Ex.<sup>mo</sup> Conselheiro Director Geral de Obras Publicas e Minas.—Tendo sido em virtude da Portaria de 30 d'Abrial auctorizada a quantia de 540\$000 réis para compra de um mosaico romano apparecido em Oeiras, n'uma propriedade de João José Vicente, ao qual se refere o officio que tive a honra de dirigir a V. Ex.<sup>a</sup> na data de 15 de Abril de 1903, e não tendo o Museu recebido no ano economico findo aquella quantia para poder proceder ao arranque do precioso mosaico, venho pedir a V. Ex.<sup>a</sup> se digne, collaborando no elevado espirito de interesse scientifico que inspirou a portaria citada, obter que subsista a referida auctorizaçāo, ou que seja auctorizada de novo a quantia concedida especialmente ao estabelecimento que tenho a honra de dirigir, para aquelle fim determinado, quantia que não prejudique a verba do Museu. Cumpre-me informar a V. Ex.<sup>a</sup> que, em virtude d'aquella portaria, o mosaico está á disposição do Museu, tendo eu para com o dono a responsabilidade do preço. Em 30 de Julho de 1903.—*J. L. de V.*»

O Govērno não deu segunda autorização, e por isso a referida quantia de 540\$000 réis nunca chegou a ser recebida por mim, como consta d'este officio que posteriormente, e por solicitação minha, me foi dirigido do Ministério das Obras Públicas, d'onde o Museu estava dependente na ocasião das negociações:

«Ministerio do Fomento—Direcção Geral de Obras Publicas e Minas—1.<sup>a</sup> Repartição—Obras Publicas.—Serviço da Republica.—Respondendo ao officio de V. Ex.<sup>a</sup>, n.<sup>o</sup> 1:014, de 31 de dezembro proximo passado, venho comunicar-lhe que não obstante ter sido auctorizado o Museu Etnologico Portuguez, por portaria de 30 de Abril de 1903, a despender a importância de 540\$000 réis, com a aquisição de um mosaico romano em Oeiras, pertencente a João José Vicente, e não tendo sido tal importancia entregue a V. Ex.<sup>a</sup> até ao fim do ano economico de 1902-1903, caducou por este facto aquella auctorisaçāo. O officio de V. Ex.<sup>a</sup>, n.<sup>o</sup> 263-A de 30 de Julho de 1903, no qual pedia fosse novamente concedida a importancia referida, não teve seguimento, e não foi até hoje auctorizada nova verba para aquele fim.—Saude e Fraternidade.—Direcção Geral de Obras Publicas e



Mosaico de Oeiras

Minas, em 20 de Fevereiro de 1913.—Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Director do Museu Etnologico Portuguez.—O Director Geral interino, *José Maria Cordeiro de Sousa*.~

\*

Perdida a esperança de receber verba especial para a compra do mosaico, fiz o possível com o actual dono d'ele para ver se eu o obtinha por quantia menor, que pudesse sair da modesta dotação do Museu; contudo, nada consegui, porque o dono achou pouco o que ofereci. Eis uma cópia da carta que lhe escrevi em 25 de Julho de 1904:

«Não me é possível dar pelo mosaico tanto dinheiro (isto é, 240\$000 réis), aumentado ainda do que é necessário para a extracção (isto é, 300\$000 réis). Os mosaicos não são raros. No Museu tenho já estendido um muito maior que o seu, e, ainda encaixotado, outro que tem muitos metros quadrados, além de numerosos quadros com mosaicos pequenos que representam animais, etc. E tenho facilidade de extrair mosaicos que estão à minha disposição em: Mértola (dois), ao pé de Santarem, em Braga, e em Alcobaça (dois), etc. De modo que, se eu desejava adquirir o de Oeiras, era só por entender que não devia inutilizar-se mais uma antigualha romana, nem sair do país, embora, como digo, não seja rara. Dou pelo mosaico de Oeiras 60\$000 réis, e não posso dar mais. Caso não lhe convenha, rogo o favor de me informar, para eu aplicar a outra cousa a quantia que destinava a esta».

Segundo me consta, o mosaico permanece ainda *in loco*.

J. L. DE V.

### Epigrafia bragançana

No sítio chamado S. Pedro, local duma antiga igreja, de que nada resta, limite de Babe, e um quilómetro a sudeste da povoação, concelho de Bragança, encontrou Miguel Bernardo de Sousa, no acto de lavrar a terra, um sarcófago de aspecto arcaico. Sabedor do achado pela imediata comunicação que dêle me fez o ilustrado Reitor de Babe, Francisco Manuel Pires, fui examiná-lo em Setembro transacto.

Trata-se de um grosso cilindro de granito de 1<sup>m</sup>,95 de altura e pouco menos de circunferência, chanfrado a todo o comprimento, para lhe escavarem uma sepultura de forma trapezoídea, segundo a configuração do corpo humano, a parte circular mais estreita para a

Minas, em 20 de Fevereiro de 1913.—Ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Director do Museu Etnologico Portuguez.—O Director Geral interino, *José Maria Cordeiro de Sousa*.~

\*

Perdida a esperança de receber verba especial para a compra do mosaico, fiz o possível com o actual dono d'ele para ver se eu o obtinha por quantia menor, que pudesse sair da modesta dotação do Museu; contudo, nada consegui, porque o dono achou pouco o que ofereci. Eis uma cópia da carta que lhe escrevi em 25 de Julho de 1904:

«Não me é possível dar pelo mosaico tanto dinheiro (isto é, 240\$000 réis), aumentado ainda do que é necessário para a extracção (isto é, 300\$000 réis). Os mosaicos não são raros. No Museu tenho já estendido um muito maior que o seu, e, ainda encaixotado, outro que tem muitos metros quadrados, além de numerosos quadros com mosaicos pequenos que representam animais, etc. E tenho facilidade de extrair mosaicos que estão à minha disposição em: Mértola (dois), ao pé de Santarem, em Braga, e em Alcobaça (dois), etc. De modo que, se eu desejava adquirir o de Oeiras, era só por entender que não devia inutilizar-se mais uma antigualha romana, nem sair do país, embora, como digo, não seja rara. Dou pelo mosaico de Oeiras 60\$000 réis, e não posso dar mais. Caso não lhe convenha, rogo o favor de me informar, para eu aplicar a outra cousa a quantia que destinava a esta».

Segundo me consta, o mosaico permanece ainda *in loco*.

J. L. DE V.

### Epigrafia bragançana

No sítio chamado S. Pedro, local duma antiga igreja, de que nada resta, limite de Babe, e um quilómetro a sudeste da povoação, concelho de Bragança, encontrou Miguel Bernardo de Sousa, no acto de lavrar a terra, um sarcófago de aspecto arcaico. Sabedor do achado pela imediata comunicação que dêle me fez o ilustrado Reitor de Babe, Francisco Manuel Pires, fui examiná-lo em Setembro transacto.

Trata-se de um grosso cilindro de granito de 1<sup>m</sup>,95 de altura e pouco menos de circunferência, chanfrado a todo o comprimento, para lhe escavarem uma sepultura de forma trapezoídea, segundo a configuração do corpo humano, a parte circular mais estreita para a

cabeça. Felizmente, no lado oposto a esta escavação, ficou a seguinte inscrição:

IM · CAES DIVI SEVERI . . .  
 LI . . . DIVI · MARCIANTNEP  
 . . . DIVI ANT · PII PRONEPOTD . . .  
 . . . ADRIANI ABNEPOT DIVI  
 5. TRAIANI PARTHICI DIVI NERV . . .  
 ABNEPOTI · M · AVRELIO AN . . .  
 . . . FELICE · AVG · PART · MAX ·  
 . . . MAX · CER · MAX · PONTI  
 . . . TRI · P · XVII · IMP · III · COS  
 10. . . . P · P · PROCOS · M · P · X . . .

Corpo das letras em media 0<sup>m</sup>,09, excepto na última linha os da palavra PROCOS e seguintes, que são maiores. As reticências indicam espaços em que as letras foram destruídas pelos que afeiçoaram o monumento a sepultura.

Na 5.<sup>a</sup> linha a palavra PARTHICI está assim escrita por extenso e falta logo em seguido o ET que nos titulos de Caracala se liga ao DIVI NERVAE.

Na 6.<sup>a</sup> linha, está bem claro ABNEPOTI em vez de ADNEPOTI.

Na 8.<sup>a</sup> linha, lê-se CER · em vez de GER ·.

Na penúltima e última linha COS e PROCOS · estão assim mesmo, e logo adiante desta última passa a indicar a distância em passos sem fazer referência ao ponto de partida. Como esta palavra e seguintes, segundo já disse, é de maior formato de letras que as mais do letreiro, lembrei-me, dada a falta do nome da cidade àquém da qual se contavam os passos, de algum retoque, mas, por mais que examinei não achei vestígios de tal, e como está não há campo para lho intercalar por pequeno que fosse; parece-me antes mais provável que nunca se escrevesse.

Do atento exame que fiz na lápide em 21 de Setembro de 1915, e segunda vez em 7 de Fevereiro de 1916, fiquei sciente de que a cópia da inscrição atrás exarada é fiel, se bem que as partes supridas por reticências possam, em melhores condições de local e de luz, que agora deixam muito a desejar, apresentar mais algumas letras. De resto, pelo texto de titulos similares é fácil saber-se as palavras que faltam, como (FI)l(i) na primeira linha; (BRITANICO) na oitava; (MAXIMO) na nona. Falta também a indicação dos anos do consulado, mas o ano XVII do poder tribunício de Marco Aurélio António Pio e a sua tríplice saudação imperial tiveram lugar no ano quarto do seu

consulado; é pois nesta conformidade que o apontamos, e como todos estes factos coincidiram no ano cristão de 214 fica entendido que neste ano é que o cipo foi consagrado.

O todo da legenda diz: Ao *imperador Cés(ar) M(arco) Aurélio A(ntonino Pio Feliz) Aug(usto), máx(imo vencedor dos pár(ticos), máx(imo vencedor dos britânicos), máx(imo vencedor dos ger(mânicos), ponti(fice) máx(imo), xvii (vezes do) p(oder) tri(bunício), III (vezes) imp(erador), côn(sul IIII vezes) p(ai) da p(átria); filho do divi(no) Severo, neto do divi(no) Marco Ant(onino), bisneto do divi(no) Ant(o-nino) Pio, terceiro neto do divi(no) Adriano, quarto neto do divi(no) Trajano Pártico e do divi(no) Nerva. Daqui a (Braga?) x.... mil passos.*

Temos pois mais outro miliário da estrada militar romana que passava pelo distrito de Bragança, entre as duas chancelarias de Braga e Astorga. Tudo nele inculca decadênciia: as letras, pôsto que nítidas e claras, não tem o elegante traçado dos artísticos tempos de Augusto, nem as palavras guardam distância proporcionada, aparecendo separadas as que devem estar unidas e vice-versa, e a fonética dá-nos *cós(ul)*, *procós(ul)* e *cer(mânic)o* em vez de *cônsul*, *procônsul* e *germânico*.

O figurante da legenda — Marco Aurélio Antonino Pio Feliz — ou, melhor, Septimo Bassiano, como era seu verdadeiro nome, arbitrariamente mudado pelo tarimbeiro seu pai desde que se viu imperador, para dar tom genealógico à familia, ou simplesmente Caracala, como lhe chamavam por nomeada e ficou na história, é um verdadeiro monstro sanguinário. Assassinou infamemente seu irmão Geta nos próprios braços da mãe; matou cobardemente seu sogro Plautino; tentou fazer o mesmo a seu próprio pai e ascende a algumas centenas de milhares o número dos que fez matar por capricho, pelo simples prazer de ver correr sangue. Corrompeu todos os liames da pública administração, apressando assim a decadênciia das instituições e, covarde como todos os homens crueis, mas atacado da monomania do triunfo, compra-o aos inimigos para se intitular vencedor. E no entanto intitula-se na legenda por *pio*, por *pai da patria*, por *máximo vencedor dos pár(ticos, dos britânicos, dos germânicos!* No auge do estonteamento perde a noção da seriedade, a consciência da própria personalidade; e ele que era filho de um militar brutal, embora valente, quase sem genealogia, só porque o pai o crismou de Marco Aurélio, de quem não era parente nem aderente, entra a darse como neto, bisneto, terceiro e quarto neto dos ascendentes deste imperador! Decadênciia moral; inconsciência histórica.

De maneira que, da estrada militar romana de Braga a Astorga, temos os seguintes miliários que nos permitem assinalar-lhe, sem lacunas, a trajectória no terreno pertencente ao distrito de Bragança:

- 1.<sup>º</sup> O de Constancio Cloro, encontrado em Lamalonga<sup>1</sup>.
- 2.<sup>º</sup> O de Vinhais<sup>2</sup>.
- 3.<sup>º</sup> O de Soeira<sup>3</sup>.
- 4.<sup>º</sup> O de Maximiano, encontrado em Formil<sup>4</sup>.
- 5.<sup>º</sup> O de Augusto, encontrado perto do Castro de Avelãs<sup>5</sup>.
- 6.<sup>º</sup> O de Caro, encontrado em Gimonde<sup>6</sup>.
- 7.<sup>º</sup> O de Adriano, encontrado em Babe<sup>7</sup>.
- 8.<sup>º</sup> O de Caracala, encontrado perto de Babe, de que tratamos neste artigo.

9.<sup>º</sup> Mais dois encontrados adiante de Babe, mas já em termo espanhol, que brevemente saírão n-*O Archeologo Português* juntamente com o de Soeira, atrás apontado, num trabalho que fizemos sobre os *Estudos Archeologicos* do major Celestino Beça.



Havemos dito da lapidé como miliário, resta-nos considerá-la como monumento funerário. Já dissemos que o miliário foi escavado em forma trapezoidea, segundo a configuração do corpo humano e parte circular mais estreita para a cabeça. Sepulturas desta natureza escavadas em rocha firme ou em monólitos móveis são freqüentes, e no distrito de Bragança lembra-nos de os haver visto do primeiro género, isto é, escavadas em rocha firme, junto às igrejas paroquiais de: Mogadouro; Lavandeira, concelho de Carrazeda de Anciães; Malta, concelho de Macedo de Cavaleiros; Sendim da Serra, na capela de Jerusalém, concelho de Alfândega da Fé; Mairos, concelho de Chaves; e do segundo junto às igrejas: da extinta vila de Anciães; S. Julião, concelho de Bragança; S. Fins da Castanheda e Mairos, ambas no

<sup>1</sup> *O Arch. Port.*, xii, 163.

<sup>2</sup> Francisco Manuel Alves, *Memorias Archeologico-Historicas do Distrito de Bragança*, t. i, p. 356.

<sup>3</sup> Deve ser publicado brevemente n-*O Archeologo Português*.

<sup>4</sup> *O Arch. Port.*, vi, 148.

<sup>5</sup> José Henrques Pinheiro, *Estudo da estrada militar romana de Braga a Astorga*, pp. 4, 91, 104.

<sup>6</sup> *O Arch. Port.*, v, 136.

<sup>7</sup> *O Arch. Port.*, iv, 342.

concelho de Chaves. É de notar que o 5.<sup>º</sup> e 7.<sup>º</sup> miliários atrás apontados também foram posteriormente aplicados a sarcófagos.

Esta de que vamos tratando, aberta no miliário de Caracala, estava enterrada três a quatro metros distante do local da antiga igreja de S. Pedro, por forma a deixar a cabeça do defunto voltada para o poente e os pés ao nascente; tinha na base da escavação um sulco a todo o comprimento, terminado em orificio, que atravessava a pedra de um lado a outro para dar esquante às fezes do cadáver em decomposição, e era coberta por uma grande tampa de granito, lavrada, de forma abaçulada, que a tapava herméticamente. As circunstâncias de achado inequivocam que repousava ainda no primitivo local que lhe deram ao fazer a inumação. O homem que a desenterrou viu ainda nela alguns restos de ossos, que se desfizeram apenas lhe tocou.

Quando se fez a inumação? Certamente que não durante o domínio romano nem logo depois, porque só quando se perdeu de todo a noção dos miliários, o que levaria largos anos, dada a feição tradicionalista desta gente, é que o facto se podia levar a cabo; de resto, as perturbações dos Suevos, Alanos e Vândalos e depois as dos mouros não permitiam luxo de tam faustoso moimento.

Por outro lado, o canon xviii do concílio de Braga, celebrado na era de 598, diz:

«Item placuit, ut corpora defunctorum nullo modo in basilica sanctorum sepeliantur: sed si necesse est, deforis, circa murum basilicae usque adeo non abhorret»<sup>1</sup>. E ainda no século XIII se não faziam os enteramentos nas igrejas<sup>2</sup>, mas sim nos adros a elas contíguos, se bem que já então este costume era algumas vezes alterado em favor das pessoas de distinção e pouco depois se aboliu de todo. Metam pois os entendidos nesta especialidade em linha de conta os considerandos retro, o estado de pulverização dos ossos do cadáver, o resguardo em que estavam de elementos de decomposição que sobre eles pudessem actuar e digam-nos se será temerária a conjectura de levar a inumação ao século nono.

\*

Seja como fôr, aí fica a notícia do valioso achado arqueológico que acabamos de tornar conhecido. A quem competir pedimos atenção

<sup>1</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 679.

<sup>2</sup> Viterbo, *Elucidário*, s. v. «chegar».

para o monumento, incontestavelmente de muito valor, e que agora, numa rua pública de Babe, exposto à corrosão do tempo, aos pontapés e incisões dos transeúntes, em quanto seu dono não faz dêle uma masseira para dar de comer aos porcos, se vai esfarcendo pouco a pouco, visto o Museu de Bragança nada perceber destas cousas e nenhum interesse por elas mostrar.

Baçal, Fevereiro de 1916.

P.<sup>o</sup> FRANCISCO MANUEL ALVES.

### Asa de sítula

(Com um desenho de Snaavedra Machado)

Não é novo o aparecimento de uma *asa de sítula* nas páginas de *O Archeologo Português*. No vol. v pode ver-se uma do Algarve, a p. 281; vol. xv, segunda, de Cárquere, a p. 326; no vol. xix, terceira, da Roliça, no concelho de Óbidos, a p. 88<sup>1</sup>.

Esta, que apresento, foi adquirida em Extremoz, e, conforme a notícia que dela pôde obter-se, provêm de uns campos da freguesia de S. Domingos, vizinha da vila, onde aparecem, à mercê do arado, telhas de rebordo<sup>2</sup>.

A asa, de bronze, compõe-se, como se dá geralmente, de duas partes: a figura, e o anel de suspensão.

A figura é a mais perfeita da série destas asas que estão disseminadas nas colecções do Museu Etnológico Português. É de desenho correcto, e o trabalho de cinzel perfeito. Bem conservada, tem uma pátina de belo tom áureo.

A cara forte, um tipo de Bárbaro de grande bigode, está orlada de barba espessa, larga, de estilo encalamistrado em feixes radiantes. Vai da orelha direita, no extremo do raio correspondente, subir ao parietal esquerdo, mas mantém simetria com o ponto inicial da curvatura, no extremo do raio que corresponde à orelha esquerda. Desta guisa, a curva externa da barba tem a forma quase regular de uma semielipse. A linha interna enquadra bem o rosto.

<sup>1</sup> Pierre Paris, *Essai sur l'art*, II, 238; Marquardt, *La vie privée des Romains*, II, p. 309, *O Arch. Port.*, v, 281, notícia do Sr. Dr. Leite de Vasconcelos.

<sup>2</sup> Informou-me o Sr. Dr. Osório de Castro que um homem da aldeia dos Cordeiros (Extremoz) chamava às *tegulae*, de que via fragmentos, muito expressivamente *telhas de debrum*.

O supercilio é saliente. Pouco acima vê-se a orla inferior de um diadema, que se estende lateralmente bem boleado. À frente, a meio, ligam-se em ponta as hastas de duas fólias lanceoladas (hera?), que decoram os extremos do diadema, uma em cada um.

Mede 0<sup>m</sup>,63 de altura, e 0<sup>m</sup>,51 de largura máxima.

O anel de suspensão é de fuste cilíndrico, e está na parte superior gasto pelo atrito de argola ou gancho de erguer. Tem 0<sup>m</sup>,017 de alto, o que dá para dimensão total, ao alto, 0<sup>m</sup>,08.

Pesa 200 gramas.

É de notar a perfeição do trabalho. A técnica é boa, e a estética bem observada em todos os pormenores, pelo que se vê ser uma asa de apreço artístico.

¿Que indicará o diadema? ¿Serão insígnias de sacerdote oriental? É inegável a estilização oriental da figura, no aspecto assírio-caldaico da barba<sup>1</sup>. ¿Provirá de algum artifice helénico, de formas tradicionais?

«I fabbricanti dei bronzi laminati (situle, coperchi, ciiture, guaine di pugnale), ebero io mi figuro quali membri di speciale corporazioni, seguaci di tradizioni artistiche greco-orientali, sperimentati nella tecnica della martellatura e del cesello, forniti di modelli preposti per trarne figure e composizioni da eseguire seconde le richesti e di mezzi dei committenti; come é noto, riuscirono a produrre rappresentanze non prive d'efficacia e improndate talora di uno diretto naturalismo»<sup>2</sup>.



Asa de situla

<sup>1</sup> Cf. os baixos-relevos mesopotâmicos; os álbuns da op. *Die Sculpturen des Vaticanischen Museum*, Berlim 1903: v. g.: est. 1, n.<sup>o</sup> 9, p. 15 do texto 1, *Cabeça de Dácio*; ou *Juppiter Ammon*, da «Sala dos Bustos», II, p. 535, est. 70 (*Aesklepiostypus*), etc.

<sup>2</sup> Gherardo Ghirardini, in *Bullettino di Paleontologia Italiana*, (Parma), série IV, t. VII, ano XXVII (1911), p. 102.

Parece além disto que no tempo de Adriano se imitavam voluntariamente os arranjos capilares arcaicos<sup>1</sup>. ¿Será este exemplar um efeito d'este uso?

Esta máscara, evidentemente de importação, não se inclui facilmente nos dois tipos de asas, que existem no Museu, demais a mais muito rudes. O primeiro é constituído por caras de barba ponteaguda e com relêvo maior ou menor: uma de Tôrre de Ares (Tavira)<sup>2</sup>, outra do concelho de Tavira<sup>3</sup>, outra de Mértola<sup>4</sup>, outra de Cáquere (*O Arch. Port.*, xv, 326)<sup>5</sup>, outra de Tróia de Setúbal<sup>6</sup>, outra da Roliça (*O Arch. Port.*, xix, 88)<sup>7</sup>; ao todo seis. O segundo grupo é de caras redondas, quase sem relêvo, e às vezes sem indicação da barba: uma do Concelho de Silves<sup>8</sup>, duas de Tróia de Setúbal<sup>6</sup>, quatro de Lamerancha, freguesia de Pasceiros<sup>9</sup> (Tôrres Novas); sete no todo. Nem a um, nem ao segundo tipo este exemplar pertence, ambos de estilização bárbara, atribuída à península hispânica<sup>10</sup>.

LUIΣ CHAVES.

---

### Entre Tejo e Odiana

#### I

##### Na Pascoa de 1915

Datam de Fevereiro (férias do Entrudo) de 1890 as minhas relações de amizade com a estimável família dos Belos, do Alandroal, e devo-as nada menos que à influência de um deus!

Pelas vicissitudes da História, que assim como faz que os humildes se ergam por vezes do pó da estrada à região dos astros, também faz que o que algum dia era sagrado possa pouco a pouco tornar-se profano, aconteceu que o santuário de Endovelico, a que nas épocas

<sup>1</sup> «L'archaïsme capillaire des dames romaines», no *Anzeiger für schweizerische Altertumskunde*, xiii, 1911, p. 144.

<sup>2</sup> Armário n.º 30.

<sup>3</sup> Id. n.º 31.

<sup>4</sup> Id. n.º 38.

<sup>5</sup> Id. n.º 42.

<sup>6</sup> Id. n.º 63.

<sup>7</sup> Id. n.º 65.

<sup>8</sup> Id. n.º 81. Tem os olhos globulares em relêvo. Da col. de Júdice dos Santos.

<sup>9</sup> Armário dos bronzes (72).

<sup>10</sup> Pierre Paris, *op. cit.*, p. 239.

pre-romana e lusitano-romana acorriam devotos levando oferendas, se transformasse primeiramente em templo cristão, e depois em mera ruina e curral, anexos a um *monte*, ou casa de herdade. Havendo a herdade, — hoje chamada *de S. Miguel da Mota*, e pertencente ao concelho e freguesia do Alandroal —, passado à posse do Sr. Manuel Inacio Belo, eu, que desejava estudar o que restasse do santuario, fui-lhe apresentado com uma carta do Dr. Teixeira de Aragão; o Sr. Belo acolheu-me com grande cortesia, que logo se converteu em intimidade, tanto da parte d'ele, como da de seu filho o Sr. José Veladas da Silveira Belo, ao tempo estudante em Lisboa: e pude desde então, e em anos subseqüentes, proceder às investigações arqueologicas que constam das *Religiões da Lusitania*, II, 111—146, e III, 195—196. O Sr. Manuel Belo faleceu em 1908. As minhas relações continuaram, porém, como d'antes, com o Sr. José Belo, que é actualmente um dos mais considerados lavradores do concelho, a quem os Alandroalenses ha pouco investiram nas funções de presidente da comissão executiva do senado municipal, como já anteriormente, em várias ocasiões, o tinham escolhido para presidente da camara.

Não deixa o meu amigo Belo de a cada passo instar comigo para eu voltar a sua casa, visto que por todo o concelho ha, mais ou menos, assuntos arqueologicos, etnograficos, ou glotologicos que me agradem. Dispondo cronologicamente a menção das minhas visitas ao Alandroal, direi que logo nas referidas férias do Entrudo de 1890 empreendi algumas pesquisas em S. Miguel da Mota, d'onde trouxe para a Biblioteca Nacional, de que eu era um dos Conservadores, duas árulas de Endovelico e varios fragmentos de outras e de esculturas, e estudei algo da linguagem alandroalense, que foi publicado na *Rev. Lusitana*, II, 24—39. Nas férias da Páscoa do mesmo ano trouxe de S. Miguel umas duzentas lápides, que igualmente se depositaram na Biblioteca Nacional (d'aí transferidas para o Museu Etnológico), e continuei o estudo da linguagem,—vid. *Rev. Lusitana*, IV, 17—77; nas férias do Entrudo de 1891 e de 1892 prossegui as investigações filologicas, em parte ainda agora ineditas, em parte publicadas na *Rev. Lusit.*, ib., 240—246, e coligi documentos de Etnografia (*Folklore*). Com a fundação do Museu Etnológico, que me obrigou a percorrer o país noutras direcções, e a ir lá fora, interrompi durante uns anos as minhas excursões ao Alandroal, mas em Junho de 1904 explorei no concelho a anta dos Apóstolos, fiz escavações em S. Miguel da Mota, e visitei a *villa romana* da Tapada da Fonte-Soeiro; em 1905 explorei o importante cemiterio lusitano-romano da Rouca; em 1907

conclui as escavações de S. Miguel da Mota, e iniciei outras no Castelo-Velho. As minhas pastas e gavetas abundam de apontamentos e notas que respeitam à história de Alandroal, e no Museu Etnológico existem numerosos objectos, nas secções de Etnografia e de Arqueologia, provindos de lá: o que tudo devo aos Srs. Belos.

Nas férias da Páscoa do presente ano de 1915 visitei de novo o fecundo território onde o deus Endovelico espalhou bençãos durante séculos, e da visita vou aqui apresentar sumária relação.

29 de Março de 1915.—Parti de Lisboa para Evora, onde pernoitei, e mais uma vez visitei a Biblioteca e o Museu de Cenaculo, estabelecimentos científicos de que já falei noutras números do *Archeologo*.

Evora tem tantos monumentos de Arte e Arqueologia, e tantas particularidades etnográficas, que é sempre grato a quem passa no comboio quedar-se lá, por pouco tempo que seja. Logo à chegada à estação, a catedral, com as suas torres, nos atrai imponente, do alto de um morro, à esquerda da linha: e os conhecedores da história local sabem que o bairro em que o velho templo medievico se levanta foi o centro da *Ebora* lusitano-romano, e o deve também ter sido da *Elbora* visigotica. Para mim, que investigo cousas e lembranças do passado, e nelas me embrenho, as povoações prendem-me, muitas vezes, mais pelo que foram, do que pelo que são. Por isso, quando vou a Evora, ando sempre guiado pela mão de Mestre André de Resende e pela de Gabriel Pereira, meu saudoso colega e amigo: foi pensando nas *Antiguidades* de um e nos *Estudos e Documentos* do outro que, ao apear-me do comboio, segui pelo Rossio de S. Brás, rua do Paço, praça de Giraldo, até à *Ruancha*, em que está a hospedaria que me deu guarida. A palavra *Ruancha*, composta de *Rua* e *ancha*, mostra um fenômeno de erase, curioso por se manter estereotipado; ao mesmo tempo diz-nos qual a concepção que os antigos formavam da grandeza das ruas, poische a esta, que é tão estreita, chamaram *ancha* ou «ampla»! A rua, em parte do seu percurso, está ladeada de arcarias, com lojas de negócio, que tem às portas, em bancos, rimas de panos, ou ostentam artefactos etnográfico-industriais, mantas de lã, às listras, capotes de gola vulpina, alforges de cér funebre.

Na cidade obtive alguns objectos para o Museu Etnológico: sete machados prehistóricos de pedra, dos arredores; catorze, do aro de Pavia; um raro instrumento de fibrolite, da mesma data, especie de punhal, com um orificio na base—proveniente de Benavila; um frag-

mento de uma faca de silex, de uma anta de Pavia; uma tacinha arretina, tambem de Benavila; uma saquinha de seda, inquisitorial; um amuleto de ouro, e uma imagem religiosa de osso; um instrumento musical dos selvagens de Africa.

30 de Março de 1915.—À 1 hora tomei o comboio para Estremôz, e dormi na vila. Nessa tarde, em companhia do Sr. João José Tinoco, empregado do tribunal judicial da comarca, fiz algumas buscas e aquisições etnograficas, e vi em casa do rico proprietario Sr. Francisco das Dores Rosado um instrumento neolítico de notável comprimento 0<sup>m</sup>.41 e elegancia: apareceu na freguesia de Santa Maria, concelho de Estremôz, em uma terra da herdade da Terça ou da Duquesa; o Sr. Rosado teve a amabilidade de me oferecer para o Museu uma reprodução de gesso do mesmo instrumento (vid. fig. 1), e espero que ele um dia ofereça o proprio objecto, pois só em museus nacionais, da indole do Etnológico, estão a bom recato peças como esta (é uma honra para quem as dá, e uma alegria para quem as vê).

Com o Sr. Rafael dos Santos Grincho, Inspector escolar do círculo de Estremôz, visitei a Biblioteca e o Museu municipais, um e outro bastante modestos. No Museu deviam estar melhor representadas as célebres indústrias de Estremôz, de ceramica e de marmore. Os *pucaros* de Estremôz são já memorados, pelo menos, desde o sec. XVI<sup>1</sup>; do sec. XVII citei um texto (*Auto da lavradora de Ayrô*) nos meus *Ensaios Ethnograph.*, II, 7. Esta indústria continuou até hoje. Outra indústria ceramica de Estremôz muito importante foi a de faiança, já extinta ao presente, e de que só um ou outro espécime se encontra. De ambas estas indústrias trata tecnicamente o Sr. Charles Lepierre num apreciado e conhecido livro que constitue o n.<sup>o</sup> 78 do



Fig. 1



Fig. 2

<sup>1</sup> Vid. D. Carolina Michaëlis in *Bulletin Hispanique*, VII, 150.

*Boletim do trabalho industrial*<sup>1</sup>. Avoenga da indústria marmorea de Estremôz pode em certo modo considerar-se a que produziu os numerosos ex-votos ou *donaria* do templo de Endovelico: estes *donaria*, se não são rigorosamente feitos de marmore de Estremôz, são feitos de marmore da mesma região<sup>2</sup>.

A benevolência e ilustração do Sr. Grincho devi a posse de uma moeda antiga, e de uma colher de buxo, lavrada por um pastor com admirável perfeição,—objectos que vieram para o Museu. Da colher (concha do açúcar) dou na fig. 2 um desenho (de Saavedra Machado)<sup>3</sup>. Já n-*O Arch. Port.*, xvi, 288, nota, e xix, 390, falei de colhéres semelhantes, e de outros objectos da mesma especie, fabricados quer tambem de pau, quer de osso, chifre ou cortiça, por pastores. Se alguém se lembrasse de educar em escolas especiais a ingénita habilidade manual d'estes bucólicos artistas, que passam a vida ao pé das azinheiras contemplando as flores do chão e as estrelas do céu para as entalharem com o canivete em utensílios caseiros, poderiam sem dúvida expor-se à venda em bazares e feiras produtos graciosos dos ovelheiros e boieiros do Alentejo, em substituição de muita bonecada sensabor que para cá vem de fóra, e que quasi sempre em nada condiz com os nossos proprios costumes; todavia, talvez que a arte, ao transformar-se assim em indústria, perdesse algo da sua espontaneidade e carácter!

Na tarde de 31 segui para Vila Viçosa, onde o Sr. José Belo e seu primo Dr. José Vicente Ferreira me esperavam, e todos três nos dirigimos para o Alandroal, cujo castelo pouco depois se nos mostrava negrejando ao longe, sobranceiro à brancura do casario que o avizinha.

<sup>1</sup> Este *Boletim* deve-se à patriótica iniciativa da Repartição do Trabalho Industrial, no Ministerio do Fomento, antigo das Obras Públicas, da qual é Chefe actual o Sr. Oliveira Simões, ilustrado oficial do Exercito, e académico.

<sup>2</sup> Vid. *Religiões da Lusitania*, II, 139.

<sup>3</sup> O desenho está planificado, mas deve entender-se que o cabo é curvo. Este está ornamentado pelo lado da frente, em  $\frac{4}{5}$ , pouco mais ou menos, da sua extensão.—A ornamentação consiste em combinação simétrica de folhas estilizadas e borlas, dispostas em volta de três aberturas, uma em cima, foliforme, outra ao meio, como janela de arco de volta redonda, outra em baixo, losângica. As duas folhas, ou melhor, volutas, que ficam sotopostas à abertura central, viram-se uma para a outra, e formam uma especie de coração.—Além dos lavores e dos vazios, podemos tambem notar os recortes laterais do cabo, que o dividem em quatro partes de desigual tamanho, mas muito harmónicas entre si.

Da vila se lembra Camões quando faz que Paulo da Gama, ao descrever ao «regedor» da India os estandartes em que estavam pintadas as *guerreiras obras* dos nossos maiores, lhe diga de um dos valentes da guerra com Castela no tempo de D. João I:

Na mesma guerra vê que presas ganha  
Est'outro capitão de pouca gente;  
Commendadores vence e o gado apanha  
Que levavão roubado ousadamente.  
Outra vez vê que a lança em sangue banha  
D'estes, só por livrar com amor ardente  
O preso amigo —preso por leal—:  
Pero Rodriguez he do Landroal<sup>1</sup>.

Em homenagem a *Pero Rodriguez*, ou *Rodrigues*, se publicou há anos no Alandroal um jornal político do mesmo nome: foi seu redactor o Rev.<sup>o</sup> Manuel Esteves, polemista talentoso, mas endiabrado.

1 e 2 de Abril de 1915.—Estes dois dias empreguei-os em buscas arqueologico-ethnograficas, e em colheita de poesia popular.

O Sr. José Belo tinha-me guardado em casa um fragmento de lápide romana de marmore, em que se lêem as letras que transcrevo ao lado,—fragmento aparecido na sua quinta das Freitas: a inscrição pertence à classe das funerarias, mas infelizmente pouco mais posso dizer a seu respeito do que isto, porque só é clara a fórmula final, .. *t(ib)e t(erra) l(evis)*; a 1.<sup>a</sup> linha fará parte d'um nome de tribu; o comêço da 2.<sup>a</sup> é a terminação de um nome em dativo; as abreviaturas seguintes significarão *p(at)er* *p(onendum)* *c(uravit)*, ou cousa semelhante. Não deixa porém de ter importância este fragmento lapidar, porque constitue mais um documento da influência que os Romanos exerceram na localidade.



O mais antigo monumento androalense da época portuguesa, e o mais notável, é sem dúvida o castelo, que, fundado em 1262 por um Mestre de Avis, como consta de uma inscrição, conserva ainda a muralha com alguns cubelos e ameias, e a torre de menagem. Deve entender-se que foi aqui dentro o primitivo Alandroal. O recinto não

<sup>1</sup> *Lusiadas*, VIII, 33 (ed. de Epiphanio Dias). —Acérca de *Landroal* e da formação da palavra vid. o que escrevi nas *Lições de Philologia Portuguesa*, Lisboa 1911, p. 474-475. Esta forma é ainda correntíssima na bôca do povo do concelho, a par de *Alandroal*.

abrange muito espaço, contudo encerra a igreja matriz, a *casa das almas* (de uma irmandade religiosa), dois edifícios particulares, um cemiterio antigo, e um quintal.

Com o correr dos anos, a população desenvolveu-se e expandiu-se por fóra das muralhas.

Do castelo, e do burgo que assim se formou à sombra e sob a protecção d'ele, nasceu a vila, algumas de cujas casas estão encostadas à muralha, o que a fará conservar. O castelo liga-se com o resto da vila por duas portas ogivais, uma rasgada ao Nascente, outra ao Poente.

Visto que estou falando de edificações, direi que na praça ha uma fonte monumental, de que jorra abundante ágoa por seis bicas, cada uma com sua carranca. Esta fonte, a que já em 1635 a *Relação do bispo de Elvas*, fl., 32, chama «notável», tem um brasão de armas do sec. XVIII, o qual estava encimado de uma coroa real, que mãos sacrilegas, levadas de injustificavel furor iconoclastico, mutilaram cruelmente em 1910. Às bicas dá o povo nomes, que porém variam na tradição: *bica de Santo Antonio, de S. João, de S. Pedro, do Rei, das Feiticeiras, dos Namorados*; na das Feiticeiras não só ha repugnancia em beber, mas em recolher ágoa; a dos namorados é a que deita menos, e por isso a preferem as môças, que ai conversam mais tempo com os seus rapazes enquanto as cantarinhas se enchem. A posição da fonte, de um lado acompanhada de olaias, que na Primavera alegram tudo com o brilho de suas flores vermelhas, e do outro ao pé de um freixo taludo, que enobrece o lugar com o peso de seus anos, contribue para que a Musa popular, inspirando-se em patrióticos sentimentos, diga:

Bonita cidade é Elvas,  
Que tem Badajoz de fronte:  
Mais bonito é Landroal,  
Que tem seis bicas na fonte.

A vila do Landroal,  
De pequena, mete graça:  
Tem uma fonte no meio  
Q' dá de beber a quem passa<sup>1</sup>.

Que pena, que no encanto trazido à fonte pela arte, pela poesia e pela Natureza, ponha uma nodoa atroz a quebradura da coroa! Ha pessoas de imprudente pensar, para não dizer de apagado intelecto, que entendem que com o derruir violentamente um monumento an-

<sup>1</sup> Esta cantiga, conquanto aplicada ao Alandroal, tem variantes por todo o país, aplicadas a várias terras. O mesmo acontece com muitas outras de carácter local, para não dizer talvez com a maxima ou quasi totalidade d'elas.

tigo, por modesto que pareça, derruem de vez o passado, e que com isso imprimem maior força a uma instituição vigente: como se no passado não estivesse a gestação do futuro, e não fosse por mero acto do espírito, resultante de elaboração longa, que se aceitam as ideias radicais! Provavelmente, para honra da vila, uma futura câmara mandará reparar o monumento, pois não será com a restauração da fonte do Alandroal que a política portuguesa perigará.

**3 de Abril de 1915.**—Acompanhado do Sr. Belo e de outro seu primo, o Dr. Antonio Vitorino, fui a Bencatel e Vila Viçosa, terras ambas elas arqueologicamente muito minhas conhecidas<sup>1</sup>. Em Bencatel colhi vários artefactos etnográficos (copeiro, caixa de cortiça), e três bons machados neolíticos. Em Vila Viçosa o Sr. Antonio Pereira da Nóbrega, a quem o Museu Etnológico já devia a posse de alguns importantes objectos arqueológicos<sup>2</sup>, brindou-me com duas cunhas prehistóricas, de bronze, provenientes de Idanha a Nova, onde tem propriedades; além disso, visitei o monetário do Sr. Coronel Antonio Augusto Garcia, e a coleção cerâmica de seu filho o Sr. Tenente Antonio Elias Garcia, que me ofereceu um painel de madeira, que representa a Senhora da Conceição, de relevo, e oito machados de pedra dos arredores de Elvas, e me facilitou a compra que fiz de algumas ferragens antigas em casa de um negociante (quatro espelhos de porta, artísticos, um espelho de ferro, também artístico, de móvel, um par de estribos, um estribo avulso, um freio, uma tesoura artística de cortar o murrão às velas, uma faixa de tirar objectos caídos em poços).

**4 de Abril de 1915.**—Neste dia, que era Domingo de Páscoa, proporcionou-me o Sr. Belo e sua Ex.<sup>ma</sup> esposa, a Sr.<sup>a</sup> D. Mariana de Sousa Rosado Belo, uma útil e agradável excursão à aldeia do Rosário. Saímos do Alandroal, depois do meio-dia, e tomámos a estrada municipal, aos pedaços ladeada de eucaliptos e de oliveiras floridas. De uma e outra banda avistam-se montes, que com sua cal branca vivificam a paisagem, de si muito nua.

Parámos em alguns, à procura de objectos que pudessem servir para o Museu. Já noutros meus trabalhos me tenho referido à limpeza e arranjo do interior das casas alentejanas: na sala de entrada vê-se sempre uma mesa enfeitada com bugigangas artísticas; das pa-

<sup>1</sup> Vid.: *Religiões*, III, 256-257; e *O Arch. Port.*, III, 129 sgs.

<sup>2</sup> Vid. o meu livro *De Campolide a Melrose*, Lisboa 1915, p. 27.

redes pendem quadros ou espelhos; a cozinha é um museu de Etnografia: faiança colorida (geralmente de fábrica coimbrã), estendida com o *arame* num friso ou *cimalha*, que umas vezes faz parte do *pano* da chaminé, outras está fronteiro a ela; a *cantareira* (ou conjunto de louça comum, disposta por tamanhos no *poial* dos cantaros, e detrás d'estes)<sup>1</sup>; a *estanheira*; o *copeiro* recortado; a *garfeira*; uma mesinha baixa para a comida; bancos de troncos de árvores (chamados *cavalos* ou *burros*); *tropécos* de cortiça no chão para as crianças se sentarem ao lume. Este alinhamento físico está de acordo com o carácter dos Alentejanos, de ordinario pautados e sinceros no que dizem e fazem<sup>2</sup>. Uma cantiga popular sintetiza perfeitamente as duas qualidades a que me refiro:

Nas terras do Alentejo  
É tudo tam asseado!  
As casas e os corações  
Sempre tudo anda lavado!<sup>3</sup>.

Após termos passado à vista do Cabeço do Mouro, que fica à direita da estrada, e sobresai a todos os outros cabeços que o avizinharam, chegámos à Aldeia Nova do Curralinho, *terminus* da nossa excursão, porque aí está o *Rosario*, isto é, a igreja da Senhora do Rosario. A aldeia era primitivamente uma herdade, chamada *dos Curralinhos*. O dono vendeu talhões em parte da mesma, e neles se levantaram casas ou *montes*, mais de uma duzia, que alvejam a pouca distância uns dos outros, cada um geralmente com seu *quinchoso* ou seu *hortejó*<sup>4</sup>. Um dos *montes* denomina-se *do Seculo*, por ter sido construído no primeiro ano do sec. xx. Ao conjunto dos *montes* chamou o povo, pouco a pouco, *Aldeia Nova dos Curralinhos*, a qual tomou como orago a Senhora do Rosario, cujo templo já existia. Temos aqui um dos modos como se formam as povoações do Sul, e como lhes vem a denominação. A palavra *Nova* significa «recente», «formado de fresco». Assim deve ter-se também criado o nome do Montemor-o-Novo; depois de criado êste, o outro Montemor, na Beira, passou a ser o *Velho*.

Como na ocasião da nossa visita um amigo do Sr. Belo me disse que na herdade das Bôlhas, que jaz a uns 200 metros, e à vista,

<sup>1</sup> Note-se a acepção que aqui tem a palavra *cantareira*.

<sup>2</sup> Cf. *Rev. Lusitana*, III, 220.

<sup>3</sup> A. Tomás Pires, *Cantos popul.*, t. IV, p. 326, n.º 9731.

<sup>4</sup> O *hortejó* é maior que o *quinchoso*.

da igreja do Rosario, junto da estrada, à direita de quem vai do Alandroal, tinha aparecido uma sepultura antiga, corri logo lá com o meu companheiro, e eis o que observei. Num alto havia efectivamente uma sepultura, que fôra aberta na rocha (xisto): de forma sub-rectangular, com os topos na direcção de E.-O.; nem os topos nem os lados eram bem aprumados, por causa da dureza da rocha, mas pode dizer-se que a sepultura obedecia à forma rectangular. Quando ela apareceu, os camponios violaram-na, e acharam carvões, vasilhas de barro, e uma haste de ferro angular. Esta obtive-a de um d'eles, e as vasilhas, feitas cacos, estavam dispersas no entulho, cá fora, onde apanhei pedaços que permitem restaurar algumas: eram pucaros e pratos romanos, de fabrico semelhante a outros que colhi em Sousel em 1914. Mandei limpar completamente a sepultura, e extraí uns 60 a 80 litros de terra negra com carvões miudos, e nela outros pedaços de carvão maiores. A sepultura estava tapada com uma lage, também de xisto, a qual mede  $1^m,18 \times 0^m,87$  (largura maior)  $\times 0^m,08$ . Depois de limpa a sepultura, medi-a, e obtive estas dimensões: comprimento  $1^m,16$ ; largura  $0^m,39$  a  $0^m,40$ ; profundidade  $0^m,67$ .—Do que fica dito conclui-se que na sepultura se praticára o rito de incineração. A haste de ferro parece-se com as que, postas de través, serviam para amparar as tampas das sepulturas<sup>1</sup>. É provável que na mesma propriedade haja outras sepulturas, e valerá a pena fazer escavações.

Na povoação obtive alguns objectos etnográficos (caixa de cortiça com ornatos, *cornas* e *polvorinho* bordados, *cacheirinha*, *roca*, *pintura* ou *pintadeira*, de pau, ornada de uma estrela de seis raios), e uma fivelha lusitana de bronze, achada nas margens do Guadiana (herdade de S. Ildefonso, concelho do Alandroal).

Para terminar o que tinha de dizer da excursão ao Rosario, referirei que é lá costume cortar aos ramos bento que vem da igreja, depois da procissão do domingo de Ramos, pernadinhas de alecrim que metem crucialmente num tubo de cana; das cruzes assim formadas penduram umas nas paredes exteriores das casas, por cima e ao lado das portas de entrada, e outras espalam-nas nas searas. Vi no Rosario varios exemplos, por isso que o domingo de Ramos tinha passado pouco antes, e informei-me de que o mesmo costume existe noutras terras do concelho do Alandroal. À virtude profilática do *ramo bento*<sup>2</sup> junta-se aqui a que provém da forma de cruz: o

<sup>1</sup> Vid. *Religiões*, III, 378, e os lugares lá citados.

<sup>2</sup> Cf. *Tradições pop. de Portugal*, Porto 1882, p. 64.

colocar-se a crûz ao pé da porta depende de ser esta a entrada natural dos espiritos maus, que o alecrim tem por fim evitar; a cruz posta nas searas é tambem para as proteger de influências nefastas.

5 e 6 de Abril de 1915.—Descansei, fiz algumas buscas e observações etnograficas na vila, e estive na feira de S. Bento e na capela da Senhora da Consolação.

Objectos obtidos: um machado prehistoricó de fibrolite; outro machado de pedra, de ao pé de Portel, oferecido pelo Sr. Gregorio dos Santos Carreto, dos Montes Agudos (Alandroal); um colunelo de marmore, e moedas de cobre do sec. IV, tudo proveniente do local do mosaico lusitano-romano de Santa Vitoria do Ameixial, e oferecido pelo Sr. Dr. Afonso de Amorim, médico municipal no Alandroal; várias *pintadeiras dos bôlos* (tambem chamadas *fôrmas dos bôlos* e *pinturas*), uma d'elas feita de um badalo de chocalho, outra constituída por quatro argolas feitas de uma só peça (oferta da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Mariana Belo)<sup>1</sup>, varios *ganchos da meia*, de diferentes fôrmas e substâncias (botinha *bordada*, de buxo; botinha com um sino-saimão de cada lado, contornado de pontos, ou «cinco chagas»; gancho feito de «osso» de peixe, *bordado*; gancho formado de muitas peças feitas de um único pedaço de madeira, como a *pintura* de que falei acima: o último foi oferecido pela Sr.<sup>a</sup> D. Mariana Belo); *ferramenta* de um *esparragueiro* (individuo que apanha espargos nos campos e os vende pelas portas); rosario de bolotas novas de azinho, que serve no Entrudo (oferta do Rev. Manuel Esteves); imagem de S. José, de pau, feita por um curioso; ferragens oferecidas pelo Sr. Joaquim José Alfereis (*candeio* de lagar, freio antigo, coleiras de cão, uma d'elas provida de *facas* e *bicos* para o animal se defender dos lobos, que d'antes abundavam por estes sítios)<sup>2</sup>; *latão* (caixa ou marmita cordiforme, de lata, com dois compartimentos, um para carne, outro para peixe); três colhêros de bronze, antigas; pia de ágoa benta, de faiança antiga; açucareiro da mesma substância (falta a tampa); copo de corno, antigo; *ralar* de lata (para ralar pão, batatas, etc.); *cacheiro*, de azinho; roca de fiar<sup>3</sup>; duas fôrmas de lata, para bolos; amuleto de caroço de

<sup>1</sup> Tem ornatos, que se imprimem na massa dos bôlos antes de estes irem ao fôrno.

<sup>2</sup> A tais coleiras chamam *armas de cão de gado*.

<sup>3</sup> Eis os nomes das diversas partes da roca no Alandroal (noutras terras de Portugal os nomes variam): *carapulo* (de «alandro»), o extremo superior; *rocais*

tamara; denario de Trajano, oferecido pelo Sr. João Cisneiros; várias moedas portuguesas de prata; várias moedas portuguesas de cobre, dos secs. XVIII e XIX, oferecidas pelo Sr. Joaquim Diogo Morte; uma colhér de pau, ornamentada, com a data de «1910»; cabaça de Lourenço Marques, também ornamentada; livro com ex-libris externo; outro com ex-libris de Correia da Serra (carimbo); *Constitutiones* de Santo Agostinho, Lisboa 1700; livro com carimbo da Livraria de Xabregas; *Constituições* arquiepiscopais de Évora.

Alguns dos objectos de que falei obtive-os na feira de S. Bento, que, como todas, dá azo a que se colham muitas informações de Etnografia. No dia da feira vem muita gente à vila. Apenas rompe a manhã, começam a ondear pelas ruas rebanhos de gado lanígero, divididos em companhias, cada uma d'elas comandada por um pastor, de *cacheira* em punho, o qual berra e assobia; passam boiadas loiras, levando os bois ao pescoço grandes chocalhos ou *mangas*, que estrugem tudo, com som pausado, como de sinos que dobrassem a defuntos; encorpados Alentejanos, de chapéu à beirão na cabeça, pálidos, seguem atrás, ou a cavalo, com a manta de lã na garupa e uma *bengala* pendente no braço por uma correia, ou a pé, de capote traçado no ombro, e *bordão* na mão calosa. A feira tem dois momentos: um até o meio dia,—é a feira dos bois; outro, de tarde,—feira geral de quinquilharias e cerâmica. Vêem-se barracas de lona, com vinho e comidas; estendais de objectos de lata, manufacturados em Vila Viçosa, entre os quais não faltam os que servem para o fabrico de bôlos, de que os Alentejanos são muito guloses,—latinhas ou *fôrmas*, e taboleiros; loiça do Rêondo, ou *loiça tóscia*, de numerosos feitios, *baranhões*, *planganas*, *tegelas de fogo*,



Fig. 3

(de cana), a parte principal da roca, onde se coloca o linho (usa-se o plural, por serem dois); *cabo* (de «alandro»), a extremidade inferior; *rôlhas* (de cortiça), os discos que dilatam os rocais. Incidentemente direi que a parte do fuso em que se torce o fio tem o nome de *maíga*; à extremidade ou disco inferior (a que noutras partes do Sul chamam *cossaíro*) não ouvi aqui dar nome.

*ferrados, bicados, cangirões; faiança de Coimbra, ou loiça ratinha, travéssas pintadas de flores e aves, seladeiras, pratos de puxar ou rasos, pratos de sopa ou côvos.* A feira faz-se em um terreiro vistoso, onde se ergue a ermida de S. Bento, precedida de um *adro* ou «alpendre», e toda ela muito enfeitada e fresca,—rosas nos altares, e vasos com flores de cizirão e ramos de tremoceiros à entrada da capela-mor.

Na adjunta gravura (fig. 3) representa, segundo uma fotografia, um *ajuda* de pastor alentejano, de alfôrje ao ombro, *cajado* na mão direita, chapeu de pano, de aba larga (ou *abeirão*), *cafões, jaqueta e cinta*.

No Alandroal, como noutras localidades alentejanas, o vinho guarda-se em talhas de barro, de 1<sup>m</sup>,46 de altura e 0<sup>m</sup>,54 de diâmetro na bôca; são *empezgadas* por dentro com pez negro, e tem às vezes no bôjo o nome do fabricante, a data do fabrico, ou um simbolo mágico-religioso («sino-saimão dobrado» com uma cruz ao centro), como se vê na fig. 4<sup>1</sup>. O protótipo destas talhas está nos dolios romanos.

A capela da Senhora da Consolação, caiada e alegre, fica num arrabalde da vila, e chama a atenção de quem passa, quer, por estar entre campos, quer, e muito especialmente, pela linda ogiva da sua porta principal. Na capela-mor se sepultou o seu fundador<sup>2</sup>,—nada menos que Diogo Lopes de Sequeira, 3.<sup>º</sup> governador da Índia, de quem cantou o Poeta:

Tambem Sequeira, as ondas Erythreas  
Dividindo, abrirá novo caminho  
Pera ti, grande Imperio, que te arreas  
De seres de Candace e Sabá ninho.  
Maçuá com cisternas de agoa cheas  
Verá e o porto Arquico ali vizinho,  
E fará descobrir remotas ilhas,  
Que dão ao mundo novas maravilhas<sup>3</sup>.

Esta glória portuguesa jaz numa campa rasa, sem brasão, e apenas com um epitáfio, de letra gotica, insculpido em toda a volta da pedra. A pedra é rectangular, e a inscrição deixa livre ao meio um es-

<sup>1</sup> No Museu de Castelo-Branco ha uma talha analoga em que se lê (letra gotica) *de myll xxxv (=1525) anos. Não tem porém simbolo nenhum.*

<sup>2</sup> Vid. *Relação do bispado de Elvas* pelo D<sup>r</sup>. Gonçalves de Moraes, Lisboa 1635, fls. 33.

<sup>3</sup> *Lusíadas*, x, 52.

paço muito grande, como se aí houvesse de se insculpir um brasão, que não chegou a insculpir-se. Con quanto eu já por vezes tivesse estado na capela, nunca havia copiado a inscrição, e por isso a copiei, e aqui a reproduzo. A minha cópia está exacta, e por isso difere um pouco da que vem n-*O Arch. Port.*, II, 139 (*Memorias parochiaes*), e em Teixeira de Aragão, *Moedas de Portugal*, III (1880), 120. Eis-la:  
*Aquy iaz d.<sup>o</sup> lopez desyqueyra do conselho delrei no so . fôr he <sup>1</sup>feu almotacelmor he <sup>1</sup>capitã mor q foy daimdaa <sup>2</sup> f<sup>o</sup> de lopo vaz de seq̄ he <sup>1</sup>dedona seziliademenezes faleceo de lx . iiii . anos naerademil v<sup>e</sup> trinta anos a xiii dias domes deoitubro <sup>3</sup>.*

Não ha no Alandroal nenhum largo ou rua que tenha o nome do heroi. De certo valeria a pena que ele figurasse ao menos ao pé de algum dos que se lêem nas esquinas. Nisto de bâtizar as ruas e as praças cometem-se muitos abusos e bajulações. Eu por mim entendo que os nomes devem ser sempre de pessoas verdadeiramente notaveis, e já falecidas, e além d'issso escritos em português, porque não raro neles, sem excluir os de Lisboa, formigam erros de gramatica ou de ortografia. Tambem entendo que não devem mudar-sé, senão em circunstâncias especiais, os nomes antigos; dêem-se nomes novos, em geral, só a ruas novas!

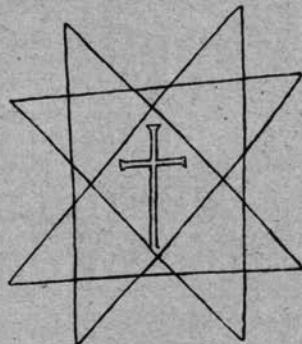


Fig. 4

7 de Abril de 1915.—O dia foi empregado por inteiro numa excursão a Terena. Acompanhou-me o Sr. Belo, e o seu amigo o Sr. José Coelho Paiva, administrador do concelho do Alandroal, o qual muito nos obsequiou em Terena, sua residência.

Parte do tempo seguimos por estrada macadame, e outra por entre azinhais, e entre searas de trigo, que verdejavam. Logo adiante do Alandroal detivemo-nos um instante na herdade da *Fonte Santa*, denominação que evoca antigos cultos: cf. *Arch. Port.*, X, 343. De-

<sup>1</sup> = e, ortografia antiga.

<sup>2</sup> = India = India. Engano do lapicida.

<sup>3</sup> Há aqui formas curiosas da linguagem do sec. XVI, a que Aragão não atendeu: *Syqueyra* (a par de *Seq̄*), *almotacel*, *Sezilia* (= Cezilia, como ainda hoje diz o povo), *oitubro*. Algumas das letras formam nexos (d com e, h com e). Nem a todas as palavras se seguem pontos.

pois de atravessarmos o rio Luçafece, que na ocasião levava muita ágoa, e onde o nosso trem se ia atolando<sup>1</sup>, chegámos à igreja acastelada da Senhora da Boa Nova: vid. a descrição d'ela no citado volume d-*O Arch. Port.*, p. 338 sgs. (artigo de Câmara Manuel).

Na capela-mor, do lado do Evangelho está embutida uma lápide com inscrição romana, que tem sido várias vezes copiada, umas com, outras sem exactidão<sup>2</sup>. Também eu a copiei, e creio que com fidelidade: vid. aqui em baixo. A primeira palavra, *Sitnia*, está por *Sitonia*,

S I T N I A Q F  
V I C T O R I N A  
I X · V I S V Q : S I T  
O N I I I Q V I I S I R I S  
P A T R I S · S V I E N  
D O V E L I C O P · C

como se vê do gentilicio do pai, que é *Sitonius*. O cognome d'este é *IHQVIISIRIS* = *Equestris*. Trata-se aqui de um sonho de Quinto Sítonio, em virtude do qual a filha consagrou um monumento ao deus Endovelico. Deve entender-se que o devoto, vendo-se aflito numa doença ou noutro caso grave, recorreu ao deus, e este o ouviu, e lhe inspirou em sonhos o que devia fazer<sup>3</sup>. A lápide foi evidentemente

<sup>1</sup> *N-O Arch. Port.*, x, 342, n. 1, disse eu, ao citar uns versos de Afonso o Sabio (sec. XIII) respeitantes à região onde passa o Luçafece, que foi pena que o rei não declarasse o nome do rio, pois poderíamos assim conhecer alguma forma antiga d'ele. O meu desejo é satisfeito por um documento latino contemporâneo, o foral de Terena (1262), existente na Torre do Tombo (*Livro dos foraes-velhos*, fls. 146 v): aí se lê duas vezes *udialuiavez*, palavra que corresponde a *udialui-cuez* (o manuscrito tem *a* por *ci*), e que decomponho em *udi Aluicivez*; o primeiro elemento, que corresponde a *odi-* em *Odiana*, é de origem árabe, e significa «rio»; no nosso caso está empregado como vocabulo da lingoa comum (até talvez *Aluicivez* possa também decompor-se em *Al-uicivez*, sendo *al* o artigo árabe). De *Aluicivez*, por apócope usual do *a-*, redução normal de *ui* a *u*, etc., passou-se para *Lucefece*, como se lê no foral de 1514, que existe no arquivo da Câmara do Alandroal: *rribeira* (e *rrebeira*) de *Lucefece*; a mesma forma se lê na *Relação do bispado de Elvas*, fl. 32. Actualmente, embora se escreva *Lucefece*, o povo pronuncia *Luçaféce*.—Do que fica dito a cima, vê-se que o árabe, pelo menos em parte, era ainda entendido naquela região do Alentejo por 1262.

<sup>2</sup> Podem estabelecer-se três aforismos no estudo da Epigrafia: rara será a inscrição romana que não dê um ensinamento; que não contenha uma dificuldade de leitura ou de interpretação; e que logo à primeira seja bem copiada!

<sup>3</sup> Vid. o que escrevi a este propósito nas *Religiões*, n. 142 (capítulo de Endovelico).

para ali levada de S. Miguel da Mota. Na parede exterior da Boa-Nova existia outra, que por diligências do Sr. Prior, o Rev.<sup>o</sup> Isidoro Henriques Ferreira Duque, e da Junta de Paróquia de Terena, pertence hoje ao Museu Etnológico.

Juntos com estes ex-votos antigos, que estão por acaso aqui, há outros modernos, consagrados à Senhora da Boa-Nova: painéis, figuras de cera e gargantilhas. Muitos dos painéis são de fôlha (lata), e foram pintados por um José da Quinta, pintor do Redondo, falecido há anos. Da Senhora da Boa-Nova canta o povo muitas cantigas, como:

Senhora da Boa Nova  
Tem (u)ma cruz numa ladeira,  
A igreja numa cova,  
E mais abaixo a ribeira.

Senhora da Boa Nova,  
Quero-lhe pidir com tempo,  
No dia da sua festa  
Não chova nem faça vento.

A primeira é rigorosamente exacta na descrição. A segunda funda-se na mesma concepção mental que levou Quinto Sitonio a fazer uma promessa a Endovelico; em um intervalo de dezoito a vinte séculos, que tantos são os que medeiam entre a época de Endovelico e a (actual) da Senhora da Boa-Nova, o espírito do povo não mudou!

Terena dista pouco da Boa-Nova. Esta povoação foi vila, séde de um senhorio, de um condado e de um marquesado. Hoje vegeta em grande decadência. Na extremidade setentrional avultam ainda os restos de um castelo, que, em antigas eras, como outros da fronteira, arreganhou os dentes à Hespanha. A casa da câmara serve de hospital. De frente, no meio da praça, ergue-se um pelourinho, com fuste de xisto, mas com base e capitel de marmore, que creio que foram adaptados de outra obra para esta; em cima do capitel pousa uma esfera armilar. Na igreja vêem-se várias campas rasas, com inscrições, de 1557, 1604, etc., e entre elas uma, sem dúvida do sec XVI, em que se lê esta mal metrificada quintilha:

AQUI JAZ ALV.<sup>o</sup> GLZ BARAO  
DEBAIXO DESTA PEDRA FRIA,  
O QUAL NUMQUA PERDOOU A LADRAO.  
POR SUA ALMA HUA AVE-MARIA  
PEDE A TODO FIEL CRISTIANO.

Vê-se que dorme nela um chalaceador, que nem depois de morto quis que se estancasse a sua veia faceta. Há por todo o Portugal muitas inscrições fúnebres neste gosto. Com elas existem outras que, conquanto não fossem destinadas a fazer rir, produzem esse efeito,

por serem compostas por pessoas de infima instrução, que aí deixaram provas de insciência<sup>1</sup>.

Com o auxílio dos Srs. Belo, Coelho e Prior Ferreira Duque, obtive em Terena os seguintes objectos para o Museu Etnológico: cinco machados neolíticos, dos arredores; várias moedas de cobre, e uma de prata, portuguesas, —oferta do Sr. Antonio José Amaral; uma fosforeira cordiforme de cortiça, três *pintadeiras* ornamentadas, quatro fusos (alguns d'elos com cossoiros artísticos), uma colhér de chifre com enfeites lineares, uma caixinha de madeira com «bordados», e um «anexim» formado de bolotas para andar pendurado na corrente do relogio<sup>2</sup>, — tudo isto obra de ganadeiros.

8 de Abril de 1915.—Destinei o dia no Alandroal a visitas, e a encaixotar os objectos que coligira.

9 de Abril de 1915.—Parti de madrugada para Lisboa.

## II

### Pascoa de 1916

Por convite do meu amigo José Veladas da Silveira Belo, voltei ao Alandroal nas férias pascoais de 1916. De Lisboa até lá segui o mesmo itinerario de 1915. Depois a distribuição do tempo foi semelhante em parte à do da excursão anterior, em parte foi diversa.

13 de Abril de 1916.—Em Evora a minha estada durou apenas umas horas, porque, por ser dia de feira, não encontrei quartô comodo em que ficasse. Adquiri os seguintes objectos para o Museu Etnológico: treze instrumentos prehistóricos de pedra polida; duas arrecadiñas de ouro, muito antigas, uma d'elas com lavores espiralí-

<sup>1</sup> Em 1883 copiei num cemiterio do Norte um epitafio moderno, um tanto comico, e escrevi nessa ocasião o seguinte num caderno que conservo inedito: «Ninguem ainda, que eu saiba, se deu ao trabalho de escrever sobre literatura funeraria em Portugal: os epitafios, os necrologios e as cartas de enterramento preservavam-se realmente a curiosissimas considerações». Por uma informação particular que me deram em Setembro de 1914 sei que há agora uma pessoa do Minho que se dedica a recolher elementos para o estudo da referida literatura; oxalá apareça em breve a lume o trabalho respectivo.—Na secção etnográfica do Museu Etnológico guardam-se algumas cartas de enterramento.

<sup>2</sup> Além da significação antiga de «proverbio», a palavra *anexim* tem nesta região do Alentejo as de 1) aleunha, e 2) berloque, gancho da meia, pendente de relogio etc. «Este ganadouro é muito bom para anexins», isto é, sabe fazer essas cousas muito bem. Na segunda acepção dizem em Extremoz *denguice*.

formes; um anel romano de ouro, da Igrejinha, região d'onde ha no Museu Etnologico bastantes objectos da mesma epoca; uma moeda arabica, tambem de ouro; duas moedas de prata de D. João III; três molduras com *registos* (imagens de santos); três *balões* de iluminação; um *cramoeiro* ou *caramoeiro*, rête de pescar peixe nas *riveiras* alentejanas (boga, pardelha, bordalo, etc.), fabricada em Evora<sup>1</sup>. — À noite parti para Estremôz.

14 de Abril de 1916.—Fiz algumas observações e buscas.

Na igreja de S. Francisco existe um curioso sarcofago de pedra do sec. xv, com esculturas: vid. fig. 5. De uma inscrição do sec. xviii,

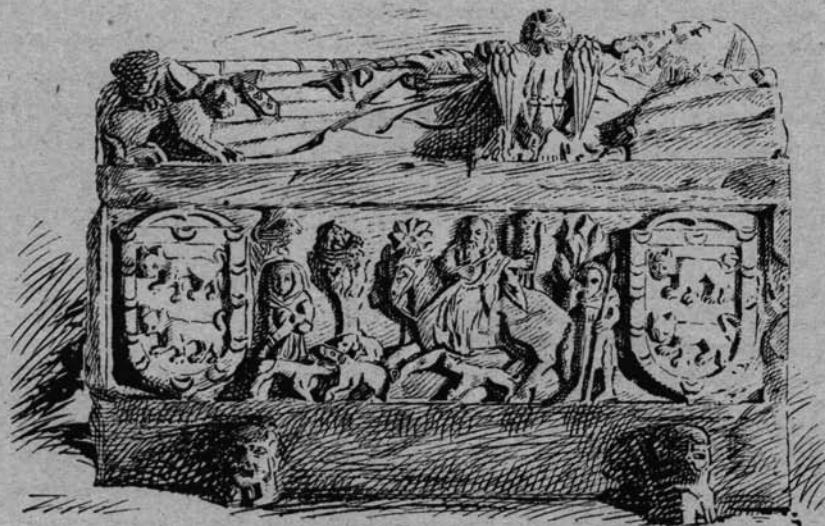


Fig. 5

gravada junto d'ele na parede, consta que ali se sepultara VASQVO ESTEVEΣ D GATVS, instituidor de uma capela no convento em 1401. A parte anterior do sarcofago representa, entre dois brasões da familia dos Gatos, uma caçada num bosque (como noutros tumulos medievais, por exemplo num do mosteiro de S. João de Tarouca, ora no Museu de Lamego): cavaleiro com um falcão na mão esquerda,

<sup>1</sup> É de forma conica, e consta de: aro de arame (base do cone) com a respectiva péga; *bôlsa*, ou rête propriamente dita; e *bábulia* (valvula), ou pêso de chumbo, no vertice do cone. Usa-se por todo o distrito.—A palavra *cramoeiro* está por *canaroeiro*: esta deriva de *camarão*, visto que o aparelho tambem serve para a pesca de camarões (cf. Baldaque da Silva, *Estado das pescas em Portugal*, Lisboa 1908, p. 488); a palavra depois generalizou-se.

e acompanhado de dois peões, um encostado a uma lança, e no acto de tocar buzina, o outro com uma especie de barril levado ao tiracolo; aves pousadas em árvores; um porco perseguido por três cães, dois dos quais o filam. A parte posterior, como está encostada à parede, não se sabe se é lisa ou não. Os topos são lisos. Na tampa vê-se insculpido um guerreiro deitado de costas, de cabeça monstruosa, descoberto, de barba e bigode, o qual guerreiro segura com as duas mãos sobre o abdomen uma espada de bainha ornamentada e punho cruciforme, que tem figurado um gato na maça (alusão ao nome); de cada lado do guerreiro havia um anjo que o turibulava com a dextra, ao mesmo tempo que com a outra mão pegava na naveta, mas falta já o da direita. O tumulo pousa em dois quadrupedes, de que só se avistam as cabeças e as patas; por baixo d'elles estão ainda outras cabeças.— Na scena de caça figurada na parte anterior do sarcófago (scena dupla: *falcoaria* e *montaria*) temos um dos mais queridos divertimentos dos fidalgos de outros tempos:

Aprovada antigamente  
Foi, e muito de louvar,  
A ocupação do caçar,  
E da mais antiga gente  
Havida por singular.  
He o mais contrário officio  
Que teñ a ociosidade,

Mãe de todo o bruto vicio:  
Por este limpo exercicio  
Se reserva a castidade.  
Este dos grandes senhores  
Foi sempre muito estimado;  
E he grande parte do estado  
Ter monteiros, caçadores,  
Como officio que he prezado!.

Tambem Severim de Faria nos seus *Discursos varios* consagra um à exposição das condições com que ele entende que seja louvável o exercício da caça<sup>2</sup>. Não se poderá falar de caçadas antigas sem se citar o que d'elas diz com tanta erudição a Senhora D. Carolina Michaëlis na *Rev. Lusitana*, XIII, 149 sgs. Vid. a este proposito mais o seguinte: *Provas da Hist. Genealog.* II, 507 (Lourenço de Cáceres), e os meus *Textos Archaicos*, 2.<sup>a</sup> ed., p. 54 sgs., bem como as obras lá citadas.

Noutras sepulturas da mesma igreja de S. Francisco de Estremoz colhi, em epitafios, varias expressões dignas de nota, como *Jorze*, *Barbora*, *manistradores* (= administradores), *Ignes Mouzinha*<sup>3</sup>, todas

<sup>1</sup> Camões, Auto de *Filodema*, act. I, sc. 8 (na ed. do V. de Jurumenha, t. IV, pp. 344-345).

<sup>2</sup> Ed. de Évora, 1624 (a 1.<sup>a</sup>), fls. 136 ss.

<sup>3</sup> Na nossa lingua familiar é costume em certos casos dar a um nome originalmente masculino forma feminina, quando se refere a mulheres. Esta *Mouzinha* deve ser parenta chegada de um *Mouzinho*. Cf.: *Isabel Pinheira*, seq. XVI, no

elas da linguagem popular.— O Senhor dos Passos, que tem nesta igreja uma capela especial, é muito venerado dos fieis que aí depositam ex-votos de várias classes, como: 1) *milagres de cera* (cabeças, pernas, braços, etc.); 2) *ramos de flores artificiais*; 3) *tranças de cabelo*; 4) *retabulos* (latão e madeira) com pinturas que representam curas maravilhosas operadas por Cristo (em todas as pinturas figura ele na sua tradicional e tragica posição, com um joelho fincado em terra, e o pesado madeiro da cruz ao ombro).

Uma das notabilidades de Estremôz, a par com muitas outras de que não posso aqui falar, é, no que toca á Etnografia, o *tanque*, amplo e rico de ágoa, no Largo do Rossio de S. Brás. Tem ao centro uma fonte de quatro bicas (carrancas) encimada de um pedestal em que pousa uma imaginosa estátua do Tempo: figura de velho, alada e barbada, cabeça calva adiante e com abundante cabelo caído sobre as fontes e na nuca; está envolta num manto, e empunha na dextra a característica *falx*, com que Saturno presidia aos campos e ceifava as vidas dos homens. Na base da fonte lê-se a seguinte quadra, que serve de comentário à figura (uma e outra talvez do sec. XVIII):

Corre o tempo velozmente:  
Nós tambem, da mesma sorte,  
Correndo vamos para a morte,  
Como as aguas da corrente,

quadra que no seu conceito se assemelha a outros letreiros fontanários que publiquei n-*O Archeologo*, II, 249<sup>1</sup>. O povo, que tudo observa a seu modo (isto é, dentro do circuito de ideias em que vegeta), e que tudo sem mercê caustica, denomina *gadanha* a *falx*, por ser analoga à que se usa para segar o feno, e que assim se chama na linguagem do Alentejo: do nome do instrumento deduziu o da estátua, e o mesmo nome lhe serviu *ipso facto* para alcunhar a vila. Logo, o personagem que avulta no meio do tanque, e domina as ágoas em torno, ficou sendo o *Gadanha* (por *o da Gadanha*), e Estremôz perifrasticamente *a terra do Gadanha!* Estas pitorescas metonimias ganharam terreno,

*Archivo Hist. Port.*, II, 22 e 104; *Theresa Machada*, sec. XVII, que li numa sepultura em Cela (Coimbra); e sei de muitos outros, *Moirôa*, *Padra*, *Bota*, *Falcoa*, *Draga*, *Pacheca*, *Perestrella*, *Simoa*, *Cardosa*, etc., que tenho colhido em documentos ou no lexico popular. Quanto à idade-média, vid. Godoy Alcântara, *Apellidos Castellanos*, Madrid 1871, p. 68.

<sup>1</sup> À foice e asas do Tempo (em geral) se referem também às vezes os poetas classicos: cf., por exemplo, *Poesias de Almeno*, t. II, Lisboa 1815, p. 91.

e até por longe inspiraram cantigas como (transcrevo-as tais quais as ouvi):

Quando a Estremôz cheguei,  
Ao lago me fui lavar:  
Cinco sentidos que tinha  
Ao Gadanha os fui entregar.

Mandei uma carta ao Gadanha,  
Com sobreescrito doirado:  
Ó amor, tu já tens fama  
De ser o meu namorado!

Adeus, amigo Gadanha,  
Que stás no lago d'Estremôz:  
Deixa-te estar, que estás bem,  
E bem haja quem te lá pôs!

Não ha acontecimento palpítante, monumento singular, abalo do fôro íntimo, que escape à veia poetica do povo, ou ela haja de se expandir em melancolicos arroubos liricos, ou de se desatar em risadas, como aqu<sup>1</sup>.

Em Estremôz obtive para o museu os seguintes objectos: sete machados de pedra polida, prehistoricos, que me fôram oferecidos pelo benemerito Inspector escolar o Sr. Rafael dos Santos Grincho, a quem já me referi na precedente noticia (são dos concelhos de Estremôz, Borba e Alandroal); dois amuletos semilunares de prata e uma moeda do sec. XVII, tambem de prata, por oferta do Sr. Constantino José Pavía, ourives; um «grave» (moeda) de D. Fernando e uma moeda de «10 reis» do sec. XVIII, por oferta do Sr. Emídio Viana, negociante; e obtive mais os seguintes objectos, por compra: cinco machados de pedra, prehistoricos; três moedas de prata do sec. XVIII; um vaso de faiança com a cruz de Malta (que pertenceu à botica do antigo convento das «Maltesas» de Estremôz); um registo com versos; um gancho da meia, de barro de Estremôz, pintado e envernizado<sup>2</sup>; um exemplar de encadernação antiga; uma caixa, à moda de capa de livro, destinada a conter um.

15 de Abril de 1916.—Pela manhã andei pela vila, pois Estremôz tem sempre muito que ver; além d'isso era dia de mercado,

<sup>1</sup> Segundo informações que me deu o Sr. Diogo de Sande, a estátua do Gadanha, com a respectiva fonte e versos, esteve primeiramente no tanque da cércea do convento dos frades da Congregação do Oratorio de Estremôz, e foi dada em 1852 à Camara Municipal por José Rodrigues Tucha para ser colocada onde agora está. A data de «1852», que se lê na fonte, indica a época da colocação do monumento dentro do lago.

<sup>2</sup> É do mesmo tipo a que se refere Luís Chaves, *Os barristas de Estremôz*, Lisboa 1916, p. 12.

e tive occasião de coligir varios vocabulos populares, relativos a objectos de uso. De tarde parti para o Alandroal, por Vila Viçosa; aqui me encontrei com o Sr. José Belo, em cuja casa eu ia hospedar-me, e com o Sr. Tenente Antonio Elias Garcia.

Em Vila Viçosa o Sr. Antonio Pereira da Nóbrega brindou-me com um machado de pedra, aparecido no castelo; e por compra obtive numa casa particular: um agulheiro grande e antigo, de «pau de fóra»; uma faca de marfim antiga, de cortar papel; um instrumento de fazer *penas* de escrever, de quando ainda não se usavam as de aço; um pucaro de barro vermelho, achado num poço de Vila Viçosa, e que suponho ser produto de uma antiga fábrica de Estremoz; um sinete metalico com o nome de uma vila alentejana; uma tegela e um prato romanos, de barro, cada um d'elos com um *graffito*, que diz *FYR(ius)*.

16 de Abril de 1916.—Passei o dia no Alandroal. Como era *Domingo de Ramos*, assisti ao fim da missa. Muitas pessoas saíam da igreja com mòlhadas de alecrim bento para d'ele fazerem cruzes destinadas a proteger de influências nefastas as casas e as searas,—costume a que aludi na parte 1.<sup>a</sup> d'este artigo, quando falei do Rosario. Vê-se quão entranhadas estão ainda as superstições na alma popular. A propria gente do Sul, que passa por mais livre d'elas, as mantém vivissimas, por vezes, como aqui.

O resto do dia apliquei-o a descanso.

17 de Abril de 1916.—Voltei a Vila Viçosa, onde, com o auxilio do Sr. Tenente Garcia, obtive mais estes objectos: quinze machados neolíticos; dois vasinhos de barro da mesma época; três optimos vasos de vidro romanos; um instrumento de ferro da mesma época, vindo de Cabeço de Vide; um jôgo antigo de pesos de bronze portugueses; uma forma metalica antiga, de fazer rebuçados; uma telha de barro antiga, com desenhos curvilíneos; um par de estribos de ferro antigos. O mesmo Sr. Tenente, que não é só amador de coussas antigas, mas conhece bastante certos ramos da Arqueologia nacional, e por isso gosta de favorecer o Museu Etnológico, ofereceu-me para este várias miudezas literarias, e entre elas um quadro impresso em que se compararam medidas antigas como as do sistema métrico decimal. Do Sr. Raul de Albúquerque do Amaral Cardoso, amigo do Sr. Tenente, recebi a dadiça de uma imagem de pedra, que representa a Senhora da Conceição, e que é espécime curioso, embora tóscico, de escultura popular antiga.

18 de Abril de 1916.—Como, por indicação do meu amigo P.<sup>o</sup> Manuel Esteves, eu soubesse aqui em Lisboa que nas *Herdades*, nome por que são conhecidas as de Alcalate & Amarelo, situadas na freguesia do Rosario, concelho do Alandroal, havia aparecido uma inscrição romana e várias sepulturas, dirigi-me ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. Conde de Valenças, filho da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Condessa de Valenças, dona do terreno, e pedi autorização para aqui fazer escavações arqueológicas: os ilustres titulares concederam-m'a imediatamente, e com toda a amabilidade; em virtude d'ela comecei os meus trabalhos no dia indicado. As *Herdades* ficam a 1 hora e meia do Alandroal, caminhando-se de trem. Na jornada e no trabalho gastei pois o dia inteiro.—Em artigo separado publicarei o relatorio das escavações.

19 de Abril de 1916.—Andei pelo campo, em companhia do meu amigo José Belo, e tomei muitas notas etnográficas acerca da casa popular alentejana para juntar às que eu já possuía, colhidas noutras ocasiões. O interior da casa alentejana distingue-se por três qualidades: arranjo, limpeza e arte. Não só não falta aí nada do que pode ser útil e comodo (o Alentejano dá grande aprêço à sua comodidade, e faz elle muito bem, tanto mais que torna partícipes d'ela os amigos!), mas tudo está sempre muito asseado, e os objectos de uso são freqüentemente artísticos ou estão dispostos com simetria. Na habitação de um camponês, aonde entrei, vi, por exemplo, num armario da louça os pratos encostados à parede, com um renque de garrafas adiante, dispostas por tamanhos, e junto da beira quatro tegelas emborcadas, tambem em fila, com limões pousados no fundo, os mais maduros ao centro, os menos nos extremos; a candeia pendia da parede, encostada a um papel triangular e recortado, que evitava que se manchasse a cal com o azeite.

Na herdade de S. Miguel da Mota, onde esteve o santuario do deus Endovelico, tinham, havia tempo, os trabalhadores do Sr. Belo descoberto uma sepultura, e nela dois vasinhos de barro (pasta grosseira) de tipo prehistórico, os quais o mesmo meu amigo me guardou e ofereceu. Fui com ele ver o local. Éste fica ao meio da encosta do outeiro de S. Miguel, do lado do Poente, a distância de uns 600 metros do monte e do local do santuário. Segundo as informações que colhi, a sepultura era uma cista. Efectivamente havia lá várias lousas: duas, de 1<sup>m</sup>,03 × 0<sup>m</sup>,42 (*maximum*) × 0<sup>m</sup>,04, e 1<sup>m</sup>,14 × 0<sup>m</sup>,42 × 0<sup>m</sup>,05, que formariam os lados maiores; outra, de 1<sup>m</sup>,26 × 0<sup>m</sup>,78 × 0<sup>m</sup>,03, que serviria de tampa; e algumas lousas pequenas que andavam soltas e partidas pelo chão, e formariam os topos; o

fundo da cista formava-o o chão natural. Descontando as abas ou *entregas* da tampa, isto é, a parte que sobressaia às paredes, o comprimento da sepultura regulava por 1 metro: não cabia pois nela um cadáver (de adulto) estendido; o que aí se enterrou, teria sido posto dobrado, como nas cistas algarvias do 1.<sup>º</sup> período da época do bronze<sup>1</sup>, ao qual a de S. Miguel da Mota certamente também pertencia. No local não existe lousa nativa; existe porém a distância de 1 quilometro, e d'áviria a que serviu para a construção da sepultura.—Mandei fazer escavações no próprio sítio em que me disseram que existia esta: não encontrei absolutamente nada, nem ossadas, nem qualquer resto de espolio.

A herdade de S. Miguel da Mota já era notável por causa do santuário de Endovelico; a essa notabilidade grande acresce agora outra, embora mais modesta, advinda do achado da sepultura prehistórica. O indivíduo que jazeu enterrado na sepultura foi provavelmente um dos adoradores do velho deus, que, como eu suponho<sup>2</sup>, o era do outeiro hoje chamado de «S. Miguel». Este outeiro forma um cone que avulta ao longe: ao Sul e ao Poente fica separado de outros outeiros e montanhas por vales em que correm respectivamente o Lucefece e um regato anônimo; ao Nascente e ao Norte estendem-se planícies largas. Assim separado das demais elevações, adquire aspecto um tanto singular, que concorreria para lhe dar o carácter sagrado de que gozou durante séculos. Num dos cabeços que o confrontam pelo Poente há uma esplanada, a *Tapada de Alva*, onde, ao que me contam, se divisam vestígios de paredes, e aparecem cacos de tejolo grosso romano e de tegulas. Vê-se que aquelas solidões, onde agora só crescem azinheiras e trigo, e há um único *monte* ou casa de herdade que as domina, foram mais povoadas em tempos idos do que no presente.

**20 de Abril de 1916.**—Continuei as escavações do cemiterio romano de Alcalate. Nos intervalos ouvi um cantador recitar poesias populares que me deram assunto para um artigo que dias depois escrevi, e se publicou em Elvas num opusculo intitulado «*Cantigas quadradas*».

**21 de Abril de 1916.**—Estive adoentado, e choveu: por isso não saí do Alandroal, onde porém obtive alguns objectos: uma moeda

<sup>1</sup> Santos Rocha, *Idade do cobre*, Figueira 1911, pp. 66, 70, etc.

<sup>2</sup> *Religiões da Lusitania*, II, 145.

de bronze do imperador romano *Philippus Senior*, achada nos arredores do Alandroal; um denario de *Antoninus*, achado *ibidem*, e oferecido pelo Sr. Elias da Silva Carvalho; um cachimbo de pau, zoomórfico, oferecido pelo Sr. José Coelho Paiva, de Terena; um *copeiro de almofariz*, ou descanso para este e para a mão, com uma gavetinha em que se guardam miudezas (sementes, etc.), — mais ou menos artístico<sup>4</sup>; um *canudo* de madeira, com enfeites, para soprar ao lume; uma *beliscadeira*, que se empregava no fabrico de bôlos; um almofariz pequeno de bronze; e, por dadiya da Ex.<sup>ma</sup> Senhora D. Mariana Belo, um *descanso* artístico de ferro-de-engomar.

22 de Abril de 1916.—Novo passeio a Vila-Viçosa, em companhia do Sr. D.<sup>or</sup> Antonio Vitorino de Carvalho. Visitei com o Sr. Tenente Garcia o panteão ducal. Os tumulos são pela maior parte uniformes, pois foram feitos ao mesmo tempo, muito depois do falecimento dos duques aí sepultados<sup>2</sup>. Num deles lê-se: DOM ▪ JAIMES ▪ III ▪ DVQVE ▪ E BRAGANÇA ▪<sup>3</sup>. Tão modesta inscrição para tão famoso duque! A palavra *Jaimes*, nesta forma, é corrente em textos dos sécs. XV, XVI e XVII, e corresponde a *Saint-Jaimes*, *Saint-Jaymes*, do Sul da França. Em Obidos dizem também *Jaimes*, mas suponho que aí o *-s* não provém da antiga desinência do nominativo, mas se acrescentou modernamente por analogia com outros nomes acabados em *s*, quer da língua corrente, quer apenas da popular, como *Gomes*, *Metildes*, etc.

Por dadiya do Sr. Antonio Francisco Cuba, mestre-ferreiro, obtive para o Museu uma coleira de cão, feita de ferro, e um punhal antigo. A coleira servia para o cão se defender melhor do lobo, quando lutava com ele<sup>4</sup>. Noutra loja de ferreiro comprei: uma *torradeira* cordiforme, um *descanso* artístico de espôto, um *descanso* de ferro-de-engomar, ornamentado de um coração e de uma estrela de seis raios: três belos espécimes de arte popular, devidos à habilidade de Joaquim An-

<sup>1</sup> A palavra *copeiro* aplica-se propriamente a um descanso de copos: vid. *Historia do Museu Etnologico*, Lisboa 1915, p. 207; mas generalizou-se, aplicando-se a objectos congêneres. O mesmo aconteceu com *camaroeiro*: vid. supra, p. 169, nota.

<sup>2</sup> Cf. o que diz Pinho Leal, *Portugal ant. e mod.*, XI, 1150, e P.<sup>o</sup> Rocha Espanca, *Compendio de Villa-Viçosa*, Redondo 1892, p. 338.

<sup>3</sup> Acérca de D. Jaime (1478–1532) vid P.<sup>o</sup> Espanca, *Compendio de Villa-Viçosa*, pp. 154 e 161.

<sup>4</sup> Nas regiões onde ha lobos com abundância, tais coleiras ainda hoje tem emprêgo, por exemplo nos montes do Ponsul (Beira-Baixa).

tónio da Silva Carvalho, homem de uns cincuenta anos, que na ocasião em que entrei na sua forja lidava afogueado, de avental de carneira, boina na cabeça, e em mangas de camisa, batendo com força o ferro na bigorna. Quem diria que em tão rude e modesta oficina, entre as chispas que o martelo fazia saltar, e o ruido abafado e monótono do fole, velava uma alma sensível, que concebia a eterna beleza, e à concepção sabia dar fórmula aprimorada! — Obtive em Vila Viçosa mais estes objectos: um gancho-de-meia, de latão, com feitio de relha de arado, feito pelo referido Silva Carvalho, e oferecido por ele; e por compra: um vaso antigo de latão; três pesos de ferro, dos secs. XVIII e XIX; um pêso de bronze, de forma de caixa, com a data de «1855»; um garfo de ferro antigo, muito grande, semelhante aos que hoje se usam para tirar da panela carne, peixe, ou couve.

23 de Abril de 1916, dia de Pascoa. — Não saí da vila, e ocupei-me copiando três inscrições do castelo, que aqui reproduzo. Estas inscrições, com outras que ainda não copiei, vem já em várias obras, por exemplo na *Relação do bispado de Elvas* do D.<sup>or</sup> Gonçalves de Novais, Lisboa 1635, fls. 31 v-32, porém sem inteira exactidão<sup>1</sup>. São escritas em letra uncial misturada com letra romana.

1) Internamente, na parede da casa chamada «do consistório»:

ERA : DE : MIL : E : CCC : E : XXXUI : AN<sup>2</sup>  
 XXIII : DIAS : ANDA (cruz) DOS : DE : FEUEREIRO  
 FEZ : ESTE : CASTELO : DON : LOURENCO AFONSO :  
 MAESTRE : DAUIS : A : ONRA : E : A SERVIÇO : DE : DEUS  
 E : DE : SANTA : MARIA : SA : MADRE : E : DA SA ORDEN : E :  
 DO : MUI : NOBRE : SENOR : DON : DENIS : REI : DE :  
 PORTUGAL : E : DO : ALGARUE : REINANTE : EN :  
 AQVEL : TENPO : E A DEFENDEMENTO : DOSE  
 US : REINOS : SALUA (ornato) TOR : MUNDI : SALUA : ME :

Isto é: «Era de mil e trezentos e 36 anos<sup>2</sup>, 24 dias andados de Fevereiro<sup>3</sup>, fez este castelo Don Lourenço<sup>4</sup> Afonso, maestre d'Avis,

<sup>1</sup> Cf. também *O Arch. Port.*, II, 137.

<sup>2</sup> = ano de 1300, de Cristo.

<sup>3</sup> Isto é: 24 de Fevereiro. Acérea da expressão *dias andados* vid. João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronolog. e críticas*, II, 59 sgs.

<sup>4</sup> Na inscrição falta a cedilha.

»a onra e a serviço de Deus e de Santa Maria sa madre<sup>4</sup>, e da sa  
»orden e do mui nobre sen(h)or Don Denis, rei de Portugal e do Al-  
»garve, reinante en aquel<sup>2</sup> tempo, e a defendemento<sup>3</sup> do' seus<sup>4</sup> reinos.  
»*Salvator mundi, salva me.*

2) À entrada da torre do relojio (letra analoga):

QVANDÔ	:	QVISERES	:	FAZE						
R	:	ALGUA	:	COUSA	:	CATA	:	OQUE		
TE	:	EN	:	DEPOIS	:	UERA	:	EQUEN	:	DET
I	:	FIAR	:	NONO	:	ENGANES	:	LEALDADE		
UEENCE	:	TODALAS	:	COUSAS <sup>5</sup>						

Isto é: «Quando quiseres fazer algúia<sup>5</sup> cousa, cata<sup>6</sup> o que te en<sup>7</sup>  
»depois vêrá<sup>8</sup>; e quem de ti fiar, nono<sup>9</sup> enganes: lealdade vence to-  
»da'las couisas». Os nossos antigos eram muito sentenciosos no seu  
»dizer; aqui temos um bom exemplo d'isso.

3) À entrada da porta do castelo, do lado da estrada (letra ana-  
loga à das antecedentes):

LEGALI	:	BI	:	IL	:	ILLALLA	:	DEOS	:		
E	:	E	DEOS	:	SERA	:	POR	:	QUEN	:	EL
FOR	:	ESE	:	UENCERA	:	EU	:	MOURO	:	C	
ALUO	:	FOI	:	MAESTRE	:	DE	FAZER	:	EST <sup>10</sup>		
<sup>9</sup> CASTELO : DE LANDROAL <sup>10</sup>											

Isto é: «Legali bi il illallá. || Deos é, e Deos será: || por quen

<sup>1</sup> «sua mãe». Tanto aqui, como na frase seguinte, *sa* é pronome possessivo átono feminino.

<sup>2</sup> *aquel* é também forma antiga.

<sup>3</sup> Em *defendemento* = *defende-mento*, de *defender*, a vogal de derivação é *e*, como em galego (*frolemento*, *tangemento*, *descorramento*, etc.), e não *i*, como em português moderno, onde provém de analogia com o *i* da 3.<sup>a</sup> conjugação (*ferimento*,  *fingimento*, etc.).

<sup>4</sup> No texto está, como pus, *poseus*: por causa da passagem para a linha seguinte, escapou um *s* ao lapicida.

<sup>5</sup> No texto sem til.

<sup>6</sup> «procura».

<sup>7</sup> «d'isso».

<sup>8</sup> No texto sem til. Significa «virá», «acontecerá».

<sup>9</sup> = *no'no* = *nô no*. Assim se diz ainda hoje, sem claro nasalamento, na língua popular do Norte e da Beira (propriamente: *nu'no*). Cf. *nomais* (= *no'mais* = *nô mais*) nos *Lusiadas*, x, 145.

<sup>10</sup> A pedra está quebrada, e já o estava quando gravaram a inscrição. A 5.<sup>a</sup> linha acha-se deteriorada, e não se lê bem o que fica depois de *CASTELO*, mas parece-me que as letras são de *LANDROAL*.

»el for, es(s)e vencerá<sup>1</sup>. Eu Mouro Calvo foi<sup>2</sup> maestre de fazer<sup>3</sup> este castelo de Landroal».

A primeira frase é uma sentença arabica, visto que o mestre da obra era Maometano: tem notavel o estar transcrita em letras portuguesas, e creio ser isto entre nós caso unico por ora<sup>4</sup>.

24 de Abril de 1914.—Continuei as excavações em Alcalate, e tive ocasião de falar com o segundo cantador a que aludo no meu opusculo *Cantigas «quadradas»*.

25 de Abril de 1916.—Foi dia de feira no Alandroal (*S. Bento*: cf. supra, p. 162), e não saí da vila: ocupei-me em ir à feira, em coordenar as minhas notas, etc.

26 de Abril de 1916.—Parti com o meu amigo Belo para a quinta de S. Pedro, que fica ao pé de Campo-Maior. Manhã quieta, com a imobilidade que caracteriza o Alentejo: só o trem se mexe, rodando ao longo de campos de trigo *em borracha*<sup>5</sup>, e de azinheiras que formam florestas verde-escuras. O nosso caminho era por Vila Viçosa, que atravessámos, bem como a imensa Tapada ducal, que se compõe de duas herdades pegadas: ha nela azinheiras, sobreiras, oliveiras e pinheiros; tem várias ruas, uma d'elas central, com um portão e um guarda em cada um dos extremos: por esta rua seguimos.

Ao deixarmos a Tapada, encontrámos à esquerda uma *alufeira*, que, ao que ouvi, cria bom peixe,—carpas e *eirós*. Continuámos, ora, como pouco antes, através de vicejantes *trigueiras* e *cevadeiras*<sup>6</sup>, ora por entre eucaliptos. De tempos a tempos passava por nós um *carro de canudo*, com toldo azul e *faixa* (orla) branca, ou avistavamos à beira da estrada um *monte*, de alta chaminé, por cujas *gregas* (respi-

<sup>1</sup> Prosa rimada.

<sup>2</sup> «fui». Não só *foi* é a 1.<sup>a</sup> pessoa do preterito no Cancioneiro de D. Denis e outros textos medievais, mas ainda hoje na linguagem popular do Norte e da Beira.

<sup>3</sup> *foi maestre de fazer este castelo*, isto é, «dirigi a construção d'este castelo».

<sup>4</sup> Consultando o meu colega universitario, e ilustre arabista, D.<sup>or</sup> David Lopes, ele notou-me que a sentença *le galibi il ill' Alla* era a devisa dos reis de Granada: لا غالب إلا الله = *la galib illa Allah*, isto é, «não vencedor, senão Deus»: Vives, *Monedas de las dinastias arábigo-españ.*, pp. LXXXV e 371-379, 381-383, 469.—Acrecentarei que o elemento *il*, que não entra na devisa do rei granadino, talvez seja devido a erro do lapicida, por causa do comêço de *ill(a)*.

<sup>5</sup> Isto é, «antes de espigar».

<sup>6</sup> Respectivamente campos de trigo e de cevada.

radouros) o fumo saía, desenrolando-se no espaço. À direita, numa baixa, espalhava-se, erma e esquecida, a aldeia da Terrugem; os habitantes merecem aos povos vizinhos conceito de «lapantanas», e o proprio orago não escapa à satira mordaz do vulgo:

S. António da Terruge',  
Feito de pau de azinho<sup>1</sup>,

Tem mais força no canelo<sup>2</sup>  
Que um barrasco<sup>3</sup> no focinho.

Quando o santo é d'esta laia, que fará a gente! Todavia as satiras da mesma especie nem sempre correspondem à realidade: são quasi sempre meros divertimentos poeticos.

Pelas 10 horas almoçámos vergilianamente numa *barreira*, na margem do ribeiro da Nora, à sombra de uma faia, onde o sol incidia, dando às folhas moveidas aspectos de prata. A ti' Ana, que ia por acaso connosco, já sexagenaria, e de grenhas nevadas, mas apesar d'isso orgulhosa de um longo cordão de ouro que lhe caía em dobras pelo peito a baixo, animou o acto com engracadas e apropriadas cantigas, que proferiu ao desdobrar o farnel. Aqui reproduzo uma:

Salsa verde na parede,  
Qualquer raminho<sup>4</sup> tempra<sup>5</sup>:

Vale mais um amor de fora  
Que quatro ou cinco da terra!

Mal tinhamos acabado de comer, apareceu-nos na estrada um porqueiro, que andava por ali com o seu *alfeire*<sup>6</sup>. Interrogado acerca

<sup>1</sup> Noutras partes invoca-se S. Gonçalo:

S. Gonçalo de Amarante,  
Feito de pau de amieiro,

vid. *Historia do Museu Etnologico*, Lisboa 1915, p. 62.—Na Galiza invoca-se S. Tiago: vid. *Revista Lusitana*, VII, 226.

<sup>2</sup> Canelo «ferradura já gasta».

<sup>3</sup> Por *verraco*.

<sup>4</sup> Isto é: «qualquer raminho d'ela».

<sup>5</sup> O sentido d'estes versos é: para dar tempôro à comida, basta um raminho de salsa, da que se cria pelas paredes.—Oferece-se-nos aqui um exemplo do que os gramaticos chamam *anacoluto*, pois o primeiro verso não se liga sintaticamente com o segundo: tendo-se enunciado em primeiro lugar a idea mais geral (*salsa*), passou-se de modo brusco à enunciação da idea especial (*raminho*). Analogo anacoluto temos numa cantiga que ouvi em Almeirim, e que começa:

Os rapazes de Alpiacha (Alpiarça),  
O melhor é o meu amor,

isto é «o melhor d'eles», o que corresponde a «dos rapazes .. o melhor é».

<sup>6</sup> *Alfeire* é um rebanho em que as fêmeas (porcas, ovelhas, cabras, vacas) andam desacompanhadas das crias; mas com as fêmeas podem andar os machos.

de cantigas populares, recitou duas, alusivas uma à topografia do sítio, e outra ao seu mester (ironica):

Adeus, «monte» da Vieira,	Assobi à <i>gambonêra</i> <sup>2</sup>
Mais abaixo fica a Nora <sup>1</sup> :	A colhêr uma <i>gambôa</i> <sup>3</sup> ;
Meu amor é bandoleiro,	Quem tem amores <i>porquêros</i> ,
Adeus que eu vou-me embora.	A lençós finos se assoa!

Passava de meio-dia quando atravessámos Vila-Boim. A rua principal, no comêço, só tem casas do lado direito; depois ha-as dos dois lados. As chaminés, singelas, estão em renques à frente dos telhados: vistas obliquamente, e de longe, parecem constituir um unico muro. Se mais de uma vez falo em chaminés, é que neste apendiculo das casas temos um dos caracteres da arquitectura meridional<sup>4</sup>. Para lá de Vila-Boim fica a Horta-de-Elvas, lugarejo de pouca importância: à entrada via-se uma *cocha* ou «choça», feita de palha de trigo, e sobranceira à estrada,—especie de telheiro ou alpendre para arrumo de aprestos de lavoura. Um pouco adiante bebiamos ágoa, e lavavamo-nos da poeira, no tanque da Senhora da Piedade, já perto de Elvas; a igreja, situada entre olaias, que na ocasião estavam floridas, é santuario formoso e de grande devação: só *casas de milagres* conta três, afora os quadros, muletas, fundas, tranças de cabelo, habitos, e figuras de cera e de prata que pejam a sacristia.

Em Elvas tínhamos o gôsto de encontrar o D.<sup>or</sup> Ernesto Leite de Vasconcelos, que ia esperar-nos para nos receber na sua quinta de S. Pedro. O Dr. Vasconcelos, apesar da igualdade dos nossos apelidos, não é, que eu saiba, meu parente: mas nem por isso prezo menos a sua amizade. Depois de exercer com brilho a advocacia no Porto, foi director da Colonia Agricola de Vila-Fernando, a que deu o esplendor que toda a gente conhece; hoje dedica-se à lavoura, como simples particular. Em Elvas demorámo-nos pouco, pois eu tencionava voltar lá, como voltei: só fiz rapida visita ao Museu Municipal e Biblioteca, em companhia do estimável jornalista, o Sr. Tôrres de Carvalho, que dirige interinamente êsses dois institutos, e com quem eu mantinha cordiais relações literarias havia bastantes anos.

<sup>1</sup> Outro «monte», perto de um ribeiro do mesmo nome.

<sup>2</sup> = *gamboneira*. O mesmo que *gamboeira* (variedade de marneleiro: vid. Pereira Coutinho, *Flora de Portugal*, Lisboa 1913, p. 289).

<sup>3</sup> «marmelos».

<sup>4</sup> Vid. *Historia do Museu Etnologico*, pp. 56, 206 e 378 (estampas).

De Elvas para Campo-Maior é quasi sempre uma solidão; monotónos trigais, e nem sempre árvores. Na herdade do Freixo, por onde passámos obtive para o Museu Etnológico alguns machados de pedra polida, aparecidos por aqueles sítios. Após a travessia do Caia, em ponte, deixámos Campo-Maior à direita, que sobressaía com suas igrejas e castelo, e chegámos a S. Pedro, termo da nossa viagem.

Logo à entrada da quinta constituem outros tantos atractivos para os olhos a grandiosidade do palácio, os jardins que o rodeiam, os tanques onde a água cai graciosamente da boca de figuras de mármore, as ruas de buxo fresco e espesso que a pouca distância se divisam. Como em tão aprazível local devia repousar bem um viajante cansado,—e susceptível de dormir! Na quinta nos acolheram com toda a amabilidade a Ex.<sup>ma</sup> Senhora Viscondessa de Rio Xêvora, esposa do D.<sup>or</sup> Vasconcelos (e parenta de José Belo), e o Sr. D. João de Portugal, pai da Senhora Viscondessa, e meu velho amigo, que muito estimei abraçar.

Casualmente no dia da nossa chegada se estava tosquiando gado (ovelhas e carneiros): tive pois ensejo de colhêr mais algumas informações acerca de um ornato de que falei na *Historia do Museu Etnológico*, pp. 218–219, e que consiste em desenhos lineares feitos com uma tesoura, no pescoço e ancas do gado muar, por *tosquiadores* de profissão. O *tosquiador* que trabalhava em S. Pedro era de Vila-Boim, e traçou na minha presença, num papel, um dos desenhos de que usa, e a que chamou *bordado* (vid. fig. 6): consta de *bigodes*, e estes de *silvas*; os *bigodes* são ornatos angulares maiores, as *silvas* os traços que estão dentro. Tais denominações tem origem claramente metafórica. A título de comparação, aqui publico (figs. 7 e 8) outros desenhos que uma vez copiei na estação de Vila-Viçosa, o qual ouvi de modo geral denominar *rameado* e *enrameado*. —Aos enfeites de toda a ordem (coiro colorido, franjas, chapas metálicas, etc.) de que se revestem os arreios juntam-se estes, executados no próprio corpo dos animais. Cf. *Ensaios Ethnographicos*, IV, 344, onde comparei os desenhos d'estes enrameados com os que os homens prehistóricos gravavam em chapões de lousa (coincidências meramente fortuitas)<sup>1</sup>. Os *tosquiadores*, que são quem faz isto, andam de terra em terra, na Primavera e no Outono, e levam 200 réis por cada animal que tosquiaram.

<sup>1</sup> Ultimamente tratou do assunto, de modo geral, o Sr. E. Frankowski in *Memorias de la Socied. Española de Hist. natural*, x (1916), 270 ss., onde também fala dos costumes portugueses.

27 de Abril de 1916.—Voltei a Elvas, ido da quinta de S. Pedro. Quando a gente se aproxima da cidade, e olha as casas apinhadas num alto, muito brancas, vem-lhe à mente a ideia de um punhado de bolos de amendoas,—tanto mais que na terra a indústria da doçaria goza de certa fama.

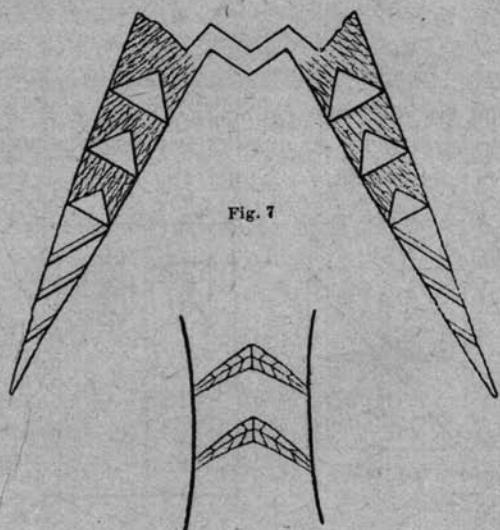


Fig. 7

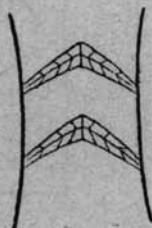


Fig. 6

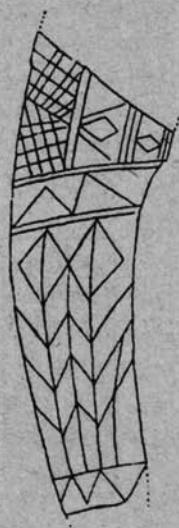


Fig. 8

As ruas que conduzem lá cima são ingremes, estreitas e tortuosas, como de praça forte; nas mais antigas ha casas de janelas proximas do chão, providas de altas grades salientes, como nas povoações do Sul de Hespanha. Tambem, à semelhança de Hespanha, e do Oriente, se vêem cortinas nas portas da rua. O edificio em que se vende o peixe, situado na Praça, com um alpendre à frente, chamado propriamente a *casinha do peixe*, tem três portas, e em cada uma d'elas dois postigos defendidos por grades de ferro d'este tipo: fig. 9. Por todo o Alentejo encontro grades, ou *cruzetas*, que protegem os postigos das portas nas casas particulares, mas são de tipos diversos (figs. 10 e 10-A); às vezes, em lugar da roseta, está um quadrado com um espigão, ou simplesmente um espigão estendido para diante. Em Elvas a *cruzeta* apresenta pelo lado de dentro da casa uma rede de arame, que evita que por ali passe um braço, entre ou saia um gato, etc.

Ninguem exigirá de mim que eu descreva Elvas, embora de ordinario haja bastante que dizer de qualquer terra que se visita. Apenas para aqui vou copiando alguns apontamentos soltos que tomei na minha carteira.

Fiz nova visita ao Museu, e um tanto mais de vagar do que no dia anterior. O Museu está instalado junto da Biblioteca municipal, no antigo Colegio dos Jesuítas: compõe-se de uma galeria, onde figuram os objectos miúdos ou os mais importantes, e de um jardim, onde se guardam pedras volumosas, como túmulos, cabeceiras de sepulturas, etc. Foi fundado em 1880 por esforços do meu chorado amigo *Antonio Tomás Pires*, que encontrou todo o apoio na dedicação do Sr. Comendador Eusébio Nunes, ao tempo Presidente da Camara. Tantas vezes em público tenho falado de Pires<sup>1</sup>, que não julgo necessário neste lugar fazer mais do que invocar a sua memória, sempre grata a todos os que estudam a Etnografia nacional, em

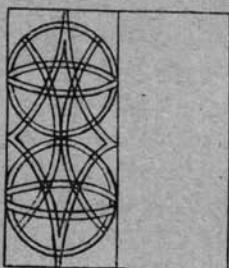


Fig. 9

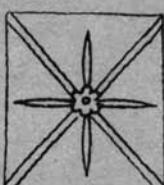


Fig. 10-A

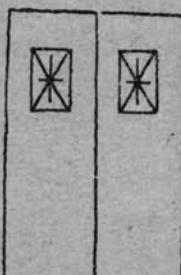


Fig. 10

cujo campo deixou trabalhos literários de imorredouro valor. No Mu-seu elvense ha: antiguidades pre-romanas, romanas e arábicas, achadas em Portugal; antiguidades portuguesas; artefactos etnográficos do Alentejo; e cousas coloniais. Das colecções, tais como existiam em 1901, publicou Pires um catálogo, com gravuras, no *Arch. Port.*, vi, 209–236. De então para cá elas tem aumentado. Na fig. 11 represento um notável crescente de barro, n.º 519 do Inventário manuscrito, a respeito do qual diz este que apareceu na Coutada, concelho de Arronches, entre fragmentos de mosaicos romanos; é análogo ao que publiquei no *Historia do Museu Etnologico*, p. 357<sup>2</sup>. Outro ob-

<sup>1</sup> Vid.: *Ensaios Ethnographicos*, i, 329–334; ii, 341–344; iii, 362–365; iv, 45–49, 61–75, 162–170, 425; *Revista Lusitana*, xvi, 347–349; e o opúsculo que se intitula *Antonio Tomás Pires*, publicado em Elvas em 1913 por alguns amigos e admiradores, pp. 15–18.

<sup>2</sup> O inventário explica que este objecto tem «a configuração das cabeceiras que ainda hoje os Africanos trazem suspensas do cachaço». Se pelo tamanho o crescente do Museu de Elvas podia receber aquela interpretação, a mesma não se coaduna com a pequenez dos objectos iguais que o Museu Etnologico possue (*Historia do Museu*, pp. 183–184 e nota 1). Cabeceira de barro (simbolica) será antes a que publiquei no meu livro *De Campolide a Melrose*, p. 145, fig. 71.

jecto digno de menção é a arma prehistórica de silex que reproduzo na fig. 12: a notabilidade provém-lhe do tamanho (comprimento 0<sup>m</sup>,025). Entre as lapides romanas chamou a minha atenção uma, que me disseram apareceu em Campo Maior, na qual, a par de letras dispostas artificiosamente, ha ornatos esculturais que lembram os dos chavões e das colhéres que hoje fazem os pastores alentejanos. De épocas posteriores tem o Museu: uma inscrição arábica, que apareceu no castelo; curiosidades militares, louças, azulejos, e figuras de barro; um jugo elvense (modelo), que tem gravado na frente um «sino-sai-mão dobrado»; esculturas pastoris; moedas; etc.

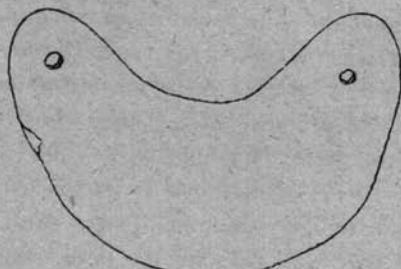


Fig. 11 —  $\frac{1}{3}$  do tamanho natural

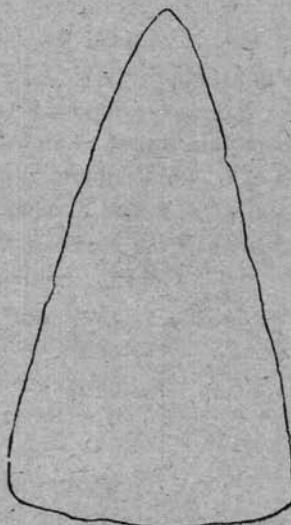


Fig. 12 —  $\frac{1}{3}$  do tamanho natural

Ha pouco falei da indústria da doçaria: as *ameixas de Elvas* são célebres em todo o país. Algo de Etnografia e Arte anda anexo a esta indústria: quando as ameixas se colocam nas caixas em que hão-de ser exportadas, cobrem-se de uns papelinhos recortados, a que chamam *rosas*; além d'isso entre elas metem-se franjas, tambem de papel, de várias cores, a que chamam *periquitos*. Para se fazerem as *rosas* traça-se o «risco» com tinta em um papel; depois o «risco» passa-se com lapis (por transparência) para um papel fino que se recorta à tesoura. Obtem-se assim desenhos de diferentes tipos, como se vê em varios exemplares que adquiri para o Museu Etnológico, por intermedio do Sr. José Guilherme da Silva Carvalho, empregado da Biblioteca de Elvas.

A par com as *rosas* de papel obtive para o Museu mais os seguintes objectos: dois *espelhos* de porta, de ferro, antigos, e artísticos;

um *registro* da «Senhora da Nazaré, de Elvas», de 1850; um belo par de *pintadeiras* de buxo, inteiriças, feitas por um pastor do Alandroal<sup>1</sup>, e que me foram dadas por intermedio da Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Viscondeessa de Rio Xêvora; três exemplares de amostras de *rendas de duas agulhas*, que me ofereceu a Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Emilia Pires, irmã de Antonio Tomás Pires; duas figurinhas de barro, de presepio, que parece serão da antiga fábrica de Extremôz; outra figurinha, de igual substância, mas de outra fábrica (mulher de barrete, e que leva um cesto com queijos ou doces cobertos por uma toalha); cinco denários da República romana.

28 de Abril de 1916.—Destinei a mor parte do dia a visitar Campo Maior<sup>2</sup>.

Nas casas ha algumas sacadas artisticas, de ferro forjado, que mereciam detido exame de um especialista (a propósito, notarei que, para o conhecimento da arte do ferro entre nós, pode servir de auxílio o magnifico e recente livro dos Srs. Stapley & Byne, intitulado *Rejeria of the Spanish Renaissance*, Nova-York 1914). Como em Elvas, tambem em Campo Maior, nas portas do rés-do-chão e das janelas, se vêem cortinas que se movem em varões de ferro: denominam-se *corrediças*. Outra curiosidade etnografica, embora não rara no Alentejo, consiste em terem por vezes os *veladores* das candeiros cunho mitologico: já no Museu de Belem recolhi um de lata, que representa Neptuno<sup>3</sup>; em Campo Maior vi outro que



Fig. 13

representava a Fama, figurada com asas, no acto de tocar trombeta. Estas lembranças classicas tem origem moderna. Aos que se dedicam ao estudo da história da ceramica portuguesa indico um pote em que se vê gravada a data de «1804» e a palavra «Vieyra», postas quando o barro ainda estava fresco (*Vieyra* entenda-se que designa o oleiro); o referido pote vi-o numa casa particular.

A vila não abunda de monumentos: entre os poucos que possue, o castelo chama a atenção dos forasteiros, já por causa do panorama que nos põe diante dos olhos, — o vasto *campo* que deu o nome à provação —, já por que guarnecido de poucos soldados, resistiu heróicamente durante onze dias, em Março de 1811, ao cerco com que 4:000 Franceses o apertaram (como consta de uma lapide que a

<sup>1</sup> As *pintadeiras* chamam em Elvas *chavões*. Cf. *Rev. Lus.*, xi, 77-78.

<sup>2</sup> Acérea da vila vid. a *Memoria historica* de Fr. João Mariano, Elvas 1912.

<sup>3</sup> Vid. *Historia do Museu*, Lisboa 1915, p. 207 (*mancebo*).

Comissão do Centenario da Guerra Peninsular mandou colocar num dos muros); o castelo vai caindo em ruinas pouco a pouco, todavia conserva-se nele, do lado da estrada, uma janela manuelina (fig. 13), que os *Camponeses*<sup>1</sup> não devem deixar acabar de todo, ameaçada como está pelas pedradas do rapaz.

Da vila e arredores se lembram estas cantigas que ouvi lá:

Ó belo Campo-Maior,  
Distrito de Portalegre,  
No dia que te não vejo  
Já não posso andar alegre.

A Senhora da Saúde<sup>2</sup>  
Stá no meio dos olivais,  
Stá guardando a azeitona,  
Não na comam os pardais.

A primeira é analoga a uma muito conhecida no Norte,

Ó Vila-Real alegre,  
Província de Tras-os-Montes,

No dia em que te não vejo,  
Meus olhos são duas fontes<sup>3</sup>,

só variam os versos 2.<sup>º</sup> e 4.<sup>º</sup>, por causa da aplicação de cada quadra a sua localidade e região (isto mostra como as cantigas populares se transmitem e modificam). A segunda tem cunho verdadeiramente alentejano, pelo menos no sentimento com que é recitada, visto ser a azeitona uma das riquezas da província<sup>4</sup>.

Na visita de Campo-Maior acompanhou-me o Sr. Mauro Alves (amigo do Dr. Ernesto Leite de Vasconcelos), e com o seu auxílio obtive os seguintes objectos para o Museu Etnológico: um machado neolítico; um machado da época do bronze; dois *veladores* de ferro, artísticos; um *ferro* de marcar gado (cavalos, mulas, bois); um peso de ferro, antigo, com um número; um *fecho* de porta; dois *espelhos* de porta artísticos; uma *cruzeta* de postigo, como as de que falei quando me referi a Elvas; uma *roca* de sacada (especie de esfera armilar, de ferro, que serve de adornar as sacadas, fixa num espigão em cada um dos angulos exteriores); bilhetes de visita antigos; um *anel de corvina* (isto é, anel de prata com um pedaço de osso de corvina encastoadinho nele). Este último objecto é um amuleto muito usado, para evitar dores de olhos: a razão provém, como penso, da analogia que o povo estabelece entre o globo ocular e a figura do osso de peixe que sobressai na «cabeça» do anel. A analogia (falsa) é uma das grandes fontes das operações e receitas mágicas.

<sup>1</sup> Assim se chama popularmente aos habitantes de Campo-Maior.

<sup>2</sup> Santuário perto de Campo-Maior.

<sup>3</sup> Publiquei-a nos *Ditados topicos de Portugal*, Barcelos 1882, § 64.

<sup>4</sup> Todavía ha cantigas paralelas, que por brevidade não transcrevo.

29 de Abril de 1916.—Desejando eu ver Ouguela, que não fica muito longe da quinta de S. Pedro, o Dr. Vasconcelos apresentou-me ao Sr. Ismael Antonio da Costa, 1.<sup>º</sup> Cabo da Guarda Fiscal, e com ele passei parte do dia em excursões arqueológico-ethnográficas.

Ouguela<sup>1</sup> ocupa um outeiro, de declives pouco suaves de subir; no sopé, pelo Norte, corre o rio Barlongo, que entra no rio Xêvora<sup>2</sup>; para além dos dois rios, ao cabo de extensos azinhais, aparece o horizonte hespanhol orlado de montes, e num pináculo o castelo de Albuquerque, com a vila do mesmo nome a alvejar-lhe numa baixa, ao lado.

Na encosta por onde subi para Ouguela ha uma *Fonte Santa*, em que parei: tem um arco, e na parte exterior d'este um azulejo do sec. XVIII, no qual se figura a Virgem coroada, e um personagem de calção e em cabelo, de joelhos diante d'ela; por baixo, numa fita, lê-se: SE QUEREIS SAUDE, VINDE A MIM, FONTE DE GRAÇA. Este dizer funda-se em que a Virgem recebêra a invocação de *Senhora da Graça*. Actualmente não se liga à fonte nenhuma superstição ou devoção especial; apenas vai lá toda a gente buscar ágoa, por a supor possuidora de virtudes medicinais. Mas deve ter recebido culto outr'ora. Misturando o sagrado com o profano, ou antes, interpretando um pelo outro, cantam os Ouguelenses a seguinte cantiga:

A agoa da Fonte Santa

Quem na bebe'tá doente:

De lá bebe o meu amor,

E goza saude encelente<sup>3</sup>.

Tanto em Ouguela como por longe chamam «cidade» a esta povoação, e dizem que d'antes o foi, apesar de nunca haver passado de vila, hoje extinta. Outra cantiga o afirma tambem, ao mesmo tempo

<sup>1</sup> A palavra *Ouguela* talvez provenha de *Agoela* (deminutivo de *agoa*); cf., quanto à fonética, o verbo *ougar* <> *agoar*.

<sup>2</sup> Assim ouvi pronunciar, com ê. Exs. que colhi em Ouguela: «vô lavar a Xêbra»; «Xêbra vai cheia de agoa»; «tal é a cheia que Xêbra leva!»; «ai que funda vai a Xêbra!», «moro ao pé de Xêbra». A par ouvi Xêbora. Na *Chorografia* de Baptista, t. I, p. 145, vem Xevéra e Xevora (sem acento). Na *Relação do Bispado de Elvas*, fl. 21 v, vem Sevora. Dos exemplos citados vê-se que o nome do rio ora é, ora não é, precedido de artigo, e que, por acabar em *a*, o fazem feminino, como outros que mencionei nas *Lições de Philologia*, Lisboa 1911, p. 330, nota 1, a que posso juntar a *Ocrêza* (afluente do Tejo), e a *Liria* (afluente da *Ocrêza*). — O rio Xêvora nasce na Hespanha, e depois de correr algum tempo no nosso país perto de Ouguela, torna a entrar no vizinho reino, onde desagua no Guadiana: cf. Baptista, *loco citato*. Em hespanhol escreve-se *Gévora*; a pronúncia com «b», em Ouguela, pode resultar de valer «b» o *v* espanhol.

<sup>3</sup> O e é de mais, para o metro; assim ouvi porém.

que ministra indicações topográficas muito conformes, como já vimos, com a realidade:

Bela cidade d'Óguela  
Dá vistas à Lapagueira<sup>1</sup>:

Mal empregada cidade  
Star em tão alta ladeira!

Tal denominação provém, quanto a mim, de concepção popular moderna, e não de ter aqui tido na idade-média a palavra *cidade* o sentido que Viterbo lhe atribue no *Elucidario*, s. v., § III. Vulgarmente o povo designa como «cidades» certas ruínas e localidades antigas, revestindo-as até de lendas, por exemplo: *cidade da Malha* (Torres Novas), *cidade de Alenquer*, *cidade de Nagosa* (Tua); e por antonomasia *Cidade* (Melgaço), palavra que corresponde a «castro».

A «cidade» de Ouguela compõe-se de duas partes: *castelo*, e *arrabalde*. O *castelo*, inteiramente desmantelado, e reduzido a uns panos de muralhas e a uns torreões, abrange dentro de si a igreja, o cemiterio, e uns casebres. Faz dó entrar lá, tanto é o estrago! A igreja está ao desamparo; o cemiterio assemelha-se a um monturo; as casas miseraveis nem parece pertencerem ao Alentejo. O autor d-*Os Salões* tem no cemiterio um singelo tumulo de marmore, feição de casa com telhado de duas ágoas, encimado de uma cruz na frente; uma inscrição gravada no tumulo diz laconicamente: *Aqui jaz Carlos Ramiro Coutinho || treceiro (sic) barão de Barcelinhos || e primeiro visconde || de Oguella ||*. O *arrabalde*, não obstante as suas ruas ladeirentas, constitue a parte melhor da povoação, que, ainda assim, é muitíssimo modesta. A parte de Ouguela abrangida pelo recinto do castelo chamam *Lá dentro* ou *Cá dentro*, conforme a posição de quem fala; à exterior ou arrabalde chamam *Lá* (ou *Cá*) *fóra*<sup>2</sup>.

No que toca aos meus estudos, tomei nota de algumas superstições e costumes. Quem tem sezões vai com um punhado de sal à margem

<sup>1</sup> Nome de herdade. *Lapagueira* derivará de *lapa*, com o sufixo *-ag-*, (*-eg-*, *-ig*) de *pedr-ag-oso*, *pedr-eg-ulho*, *pedr-eg-al*, *Pedr-eg(u)-eira*: isto é, *Lap-ag(u)-eira*.

<sup>2</sup> É curiosa esta incerteza de expressão. Claro está que quando começou a dizer-se, por exemplo, *Alentejo = Além (do) Tejo*, os Alentejanos não podiam de, nominar assim a sua terra, visto que viviam nela; o mesmo aconteceu com *Trás-os-Montes*. Depois perdeu-se a consciência de que *Além-Tejo* e *Trás-os-Montes* eram frases flutuantes, e elas tornaram-se nomes proprios. Os do Alentejo deviam denominar a respectiva região *Aquém do Tejo*, e os Trasmontanos a sua *Aquém dos Montes*; d'aquelle não conheço porém vestígios, d'esta sim (vid. *Revista Lusitana*, II, 100). Como mais usados, predominaram *Além-Tejo* e *Trás-os-Montes*. Quanto a Ouguela, *Lá (Cá) dentro* e *Lá (Cá) fóra* estão ainda na fase consciente, e talvez assim fiquem sempre, por se aplicarem a um local destituído de importância.

de um rio ou à beira de um poço, antes de nascer o sol, e sem olhar para trás, nem falar com ninguem, atira-o para lá, de costas, por cima do ombro, depois de dizer em hespanhol umas palavras; a primeira pessoa que depois passar por ali apanha as sezões<sup>1</sup>. De uma pessoa que é brava de natureza diz-se «que nasceu na mancha» (mato)<sup>2</sup>. Ouvi dar correntemente o nome de *alcagota* a uma prateleira, de uns 0<sup>m</sup>,40 de largura, em que se colocam pratos a pino, encostados à parede. Numa casa vi um *velador* de fôlha de ferro que representa um homem com uma vara na mão, ao qual o povo chama «o rei das ágoas», denominação correspondente à figura de Neptuno de que acima falei. Entre várias canções populares que coligi ha esta:

Oguela, por ser Oguela,  
Tambem é terra de pão,

Tambem ha<sup>3</sup> moças bonitas  
Kelaras<sup>4</sup> com o carvão,

onde o poeta anonimo deu, como se costuma dizer, uma no cravo, outra na ferradura, pois ao mesmo tempo que elogia a fecundidade do solo, satiriza a fealdade das mulheres. Não acho porém que as mulheres d'aqui sejam inferiores, em dotes fisicos, às de outras regiões do Alentejo; as povoações vizinhas é que escolheram Ouguela como alvo de zombaria: nos *Cantos populares* de A. T. Pires, t. IV, p. 355-356, dedicam-se-lhe outras cantigas, igualmente mordazes.

Para o Museu Etnologico obtive: um *galo* de ferro, que constitua o catavento do antigo pelourinho de Ouguela, e que estava desprezado em casa de um aldeão; um *velador* da mesma substância, e tambem antigo; uma terrina de faiança, com tampa; quatro machados prehistoricos de pedra polida.

Depois de ter percorrido Ouguela, dispus-me para ir com o meu companheiro à ermida da Senhora da Enxára, porque me haviam

<sup>1</sup> Nesta superstição observam-se vários ritos que são comuns a muitas operações mágicas, como o momento da operação (antes do sol nado), o local (beira de ágoa), o não se olhar para trás, o emprêgo de sal, o arremesso de costas, o ensalmo, e a transferencia da doença. Não é aqui o lugar de desenvolver o assunto.

<sup>2</sup> «Chama-se *mancha* a uma porção de terreno formado de umbrias e corgas, ordinariamente coberto de mato, basto e crescido, onde a caça costuma acolher-se.» A. de Melo Breyner in *A Tradição* (Serpa), II, 23. Em hespanhol tambem ha *mancha* com sentidos vizinhos d'este: vid. *Dicc. de la Academia*; foi este vocabulo que deu a denominação à região que se tornou célebre com D. Quixote.— A origem está numa metáfora oposta à que motivou o português *clareira* e o francês *clairière* ou *clarière*.

<sup>3</sup> Embora em português antigo *ha* signifique «tem», creio que aqui está por *ha lá*.

<sup>4</sup> = *claras*.

dito que existia lá uma pedra maravilhosa, isto é, dotada de certas virtudes sobrenaturais. Atravessámos o Xêvora em um barquinho de fundo chato, como se usa na localidade, e eis-nos na margem esquerda do rio. A excursão foi muito rápida, porque era já tarde, e eu tinha de voltar para S. Pedro. A ermida ergue-se solitaria em meio de campos, com largo portico à frente. Onde hoje ha terras cultivadas, houve outr'ora um matagal, que outra cousa não significa a palavra *Enxára*, do árabe *ech-cha'-râ*, «çarça». A um canto de um compartimento interior da ermida encontrei de facto a pedra; por ser escuro o compartimento, e eu não dispor de muito tempo, não a pude examinar bem, mas vi que era informe, e que teria de comprido uns 7 decímetros, e de largo metade. Conta-se que Nossa Senhora aparecera uma vez, ali perto, em cima d'esta pedra, e nela deixara o vestigio dos seus «pèzinhos»: a pedra estava dentro de um charco, em meio de um silvado (isto é, numa *enxara!*). Quando o ano vai sêco, o povo tira a pedra da ermida e leva-a numa padiola em procissão debaixo de pálio, com um padre, ao pé do rio, e atira-a à ágoa, deixando-a lá permanecer até que chova. Às vezes com a pedra leva-se também a própria imagem da Senhora, que após o arremesso da pedra volta para o templo. Logo que chove, torna o povo a conduzir a pedra em procissão. Isto acontecia principalmente outr'ora; hoje a superstição acha-se em decadência<sup>1</sup>. Colhi diversas cantigas alusivas à Senhora; aqui transcrevo três como amostra, por serem muito típicas:

A senhora da Enxára  
Tem na<sup>2</sup> ermida nos matos:  
Por causa dos mexericos  
Se desmangkan nos<sup>3</sup> contratos!

A Senhora da Enxára  
Tem janelas p'ra ribeira:  
Quando vou a visitá-la,  
Stou cansada da ladeira!

A Senhora da Enxára  
Tem uma pedra amarela,  
Aonde vão os passarinhos  
A passar a Primavera<sup>4</sup>.

Por indicação do Sr. Ismael da Costa adquiri num «monte» próximo da Senhora da Enxára um pedaço de tabula romana marmorea,

<sup>1</sup> Acérca da superstição da pedra com que se provoca a chuva (*lapis malialis* dos Romanos) vid. *Tradições populares de Portugal*, Porto 1882, pp. 56-57; podia aqui juntar muitas notas comparativas, porém não me demorarei agora com isso, por falta de tempo. Acérca das pégadas vid. *Religiões da Lusitania*, I, 381-382; depois da publicação d'esta obra tenho também coligido muitas mais notas comparativas.

<sup>2</sup> «a».

<sup>3</sup> «os».

<sup>4</sup> Cf. também a *Relação do bispado de Elvas*, fls. 21-21 v.

de 0<sup>m</sup>,43 × 0<sup>m</sup>,47 × 0<sup>m</sup>,05, em que se lê «XVIII». Apareceu na tampa da Pombinha, ao pé de Ouguela, na ocasião em que se lavrava a terra; foi o arado que a descobriu.

30 de Abril de 1916.—Regresso de S. Pedro ao Alandroal, pelo mesmo caminho da ida. Jornada de umas nove horas, em trem.

1 de Maio de 1916.—Estive no Alandroal. Encaixotei parte dos objectos que tinha adquirido, fiz algumas visitas, e descansei um pouco.

2 de Maio de 1916.—Por convite do Sr. João Rosado Perdigão, rico lavrador do concelho do Redondo, e padrinho de José Belo, fui com este meu amigo à herdade da Ribeira, onde aquele Sr. habita. Partimos do Alandroal às 11 da manhã. Apesar de caminharmos umas três horas, só encontrámos no nosso percurso a aldeia de Bencatel e o «monte» da Argolía. Como o Alentejo é deserto! A herdade da Ribeira fica nas abas da Serra de Ossa; chama-se assim, porque passa por ela uma *riveira* (antonomasia). Tanto se diz «Herdade da Ribeira», como «Monte da Ribeira»; *monte* originariamente quer dizer aqui, como algures, «casa de herdade». À entrada da Ribeira há um bosque de azinheiras novas. Ao atravessá-lo, lembrei-me do *sanctum Buradonis ilicetum* de Marcial (IV, 55), pois talvez nos Lusitanos, nossos antepassados, a azinheira também recebesse culto religioso, como nos Celtíberos, visto ser árvore tão vulgar e tão importante<sup>4</sup>.

Quis a sorte que no dia da chegada à Ribeira uns trabalhadores descobrissem no sítio do Colmeal, ao pé do «ribeiro» do Poço, umas ruínas antigas. O Sr. Rosado ficou muito contente com isso, por causa da agradável surpresa que ia causar-me. Fui logo lá com ele e com o Sr. Belo. As ruínas eram romanas. Havia no local pedras aparelhadas (soltas), e um cano de chumbo, disposto entre argamassa; em volta apareciam pedaços de tegulas e de telha curva. A argamassa era formada de cal e seixos rolados, especie de *opus Signinum* grosseiro. O cano (*fistula*) era de secção triangular, estreito, e de muitos metros de comprido; em parte da sua extensão ligava-se a uma chapa

---

<sup>4</sup> Acérea do curioso passo de Marcial vid. A. Schulten nos *Neue Jahrbücher f. d. klass. Altertum*, XXXI, 473.

grande, igualmente de chumbo, cuja superfície externa continha certo número de saliências, que seriam destinadas a fixar melhor a argamassa.

Depois de vistas estas ruinas, seguimos para a vizinha herdade da Silveira Grande, onde havia uma anta de granito, aberta para o Nascente, a qual constava de camara (sete esteios), de parte do corredor (três esteios), e de uns vestígios de mamôa; faltavam as coberturas. A exploração é muito facil, e um dia a farei, pois o Sr. Rosado teve a amabilidade de me dizer que esperava que eu voltasse aos seus sítios.

O resto da tarde consagrámo-lo da visita à anta da Candieira, principal motivo da minha excursão ao concelho do Redondo. Esta anta é notável porque um dos esteios da câmara tem um orifício. Conquanto existam fóra de Portugal numerosas antas com orifícios análogos, esta é unica em Portugal, pelo menos de entre as conhecidas. Como as antas serviam de sepulturas aos homens prehistóricos, supõe-se com razão que os orifícios se relacionavam com a crença na passagem das almas dos mortos por eles, para comunicarem com o mundo dos vivos. Teria o orifício da anta da Candieira destino igual? Já discuti isto nas *Religiões da Lusitania*, I, 318-323, onde, de mais a mais, citei a bibliografia respectiva à anta até 1897. Ultimamente o arqueólogo alemão Wilke ponderou que o orifício estava próximo do bordo superior do esteio, ao passo que os orifícios costumam ser no meio ou na metade inferior<sup>1</sup>: a razão invocada tem valor, mas o orifício da nossa anta é bastante regular, oval, pôido, posto com simetria no esteio que faz frente à porta, isto é, no esteio do Poente, porque a entrada da anta dá para o Nascente, como a da Silveira Grande; pareceu-me, ao contrário de que pensa Cartailhac<sup>2</sup>, ter aspecto de antiguidade. Ao lado do orifício, por dentro, vê-se uma escavação irregular, que não atravessa a pedra: seria por aí que começaram a fazer o orifício, mas, como ficava pequeno, e pouco simétrico, recomeçaram o trabalho, abrindo o orifício actual. Se viesse a descobrir-se no nosso país mais alguma anta com orifício, o problema ficaria resolvido de vez. A anta da Candieira ergue-se num sobreiral, à vista, e ao Nascente, dos negrumes da Serra de Ossa, e proximo da Aldeia da Serra: embora já lhe falte o corredor, e só restem tenues vestígios de mamôa, a camara está muito bem conservada, com seus sete

<sup>1</sup> *Sudwesteuropäische Megalithkultur*, Wurzburg 1912, p. 17, n. 6.

<sup>2</sup> Apud *Religiões*, I, 322.

esteios, e cobertura ou chapéu. O povo, falando d'ela, diz: «É uma anta. Chama-se a *Casa da Moura*.» Quando eu explorar a anta da Silveira Grande, explorarei tambem esta.

3 de Maio de 1916.—Fui à vila do Redondo em companhia dos Srs. Rosado e Belo. Aí juntou-se-nos o Sr. Antonio Fernandes da Silva Festas, genro do Sr. Rosado, e o Sr. Piteira; com eles visitei a vila, e o Museu municipal. Não era a primeira vez que eu percorria o Redondo; já por duas vezes, em anos anteriores, eu lá tinha estado, para adquirir, como adquiri, umas lápides lusitano-romanas.

O museu podia ser muito importante, não só porque a região abunda de particularidades etnograficas, mas porque aparecem por ali com freqüencia antiguidades prehistoriccas e romanas; contudo é pobre, pois tem apenas: amostras de produtos agrarios (cereais, azeite, etc.); amostras de lãs, e de diferentes fases do preparo; amostras de rochas; armas gentilicas; uma *corna* lavrada (arte pastoril), e um frasco encanastrado; alguma ceramica antiga e moderna (no Redondo ha fábricas de louça); moedas portuguesas e romanas; um vaso romano de barro; quatro machados de pedra prehistoriccos e uma goiva da mesma substância e epoca. Tudo muito mal arrumado.

No Redondo obtive para o Museu Etnologico os seguintes objec-  
tos: um machado neolítico, aparecido dentro da vila, e oferecido pelo Sr. Silva Festas; um *mealheiro* de cortiça com «bordados», oferecido pela Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Inacia Coelho Perdigão Festas; nove especimes de louça infantil, que comprei numa das fábricas. Na herdade da Ribeira obtive: um belissimo machado de pedra polida, achado na herdade do Congeito (Alandroal), oferecido pelo Sr. João Rosado Perdigão, que m'o tinha guardado; um pedaço do cano de chumbo romano de que falei acima<sup>4</sup>, e a chapa que o acompanhava, — ofertas do mesmo Sr.; uma *costura* artistica, oferecida pela Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Maria Joana Coelho Perdigão, espôsa do Sr. Rosado; outro machado de pedra, que comprei a um aldeão; um anel moderno, que comprei a uma rapariga. Nas vizinhanças da herdade adquiri: um prato de faiança antigo, um vaso, e um *gancho de meia* artistico.

Ao anoitecer, partimos da Ribeira para o Alandroal, onde chegámos às 10 horas da noite.

---

<sup>4</sup> Este pedaço de cano ainda não veio para o Museu, mas virá em breve.

4 de Maio de 1916.—Encaixotei o resto dos objectos obtidos para o Museu Etnologico, e à noite parti para Estremoz, onde pernoitei.

5 de Maio de 1916.—Passei o dia em Estremoz, onde obteve para o Museu o seguinte: um livro de 1812, com ex-libris externo, que diz: *I. M. da Penha; Do sitio de Lisboa* por Luis Mendez de Vasconcelos, Lisboa 1608; *Officia Ecclesiae Eborensis*, Evora 1752; *Hist. das antiguid. de Evora*, 1.<sup>a</sup> parte, por Amado Patrício, Evora 1739; um ms. de Soror Mariana do Rosario; *Estatutos da Congregação dos Clerigos do Oratorio de N. S.<sup>a</sup> da Assumção de Extremoz*, ms. dos começos do sec. XVIII; *Nova arte de viola* por Manoel da Paixão Ribeiro, Coimbra 1789; *Carta de privilegio de pedidor para os meninos orfãos do Collegio de Jesus da cidade de Lisboa*, 1779; um passa-ponte de transito, de 1850, com as armas reais, e sêlo impresso de «40» reis; varios versos manuscritos; varios impressos de carácter politico, religioso e literario; anuncios antigos (papeis soltos); amostras de papel da primeira metade do sec. XIX em que se lê NICOLÒ POLLERI E FIGLJ—ALMASSO.

6 de Maio de 1916.—Parti de manhã para Lisboa.

Como ha pessoas que às vezes deitam mau olhado ao Museu Etnologico, supondo que as excursões que em nome d'ele se fazem são para divertimento, aqui tem mais uma amostra de como se passa o tempo. *Nulla dies sine linea*. E isto que digo a meu respeito, digo-o tambem a respeito dos meus empregados. Quando algum de nós sai de Lisboa, é sempre para trabalhar. Nem de outro modo se comprehende que o Museu progrida como progride constantemente.

J. L. DE V.

### Antiquitvs

#### I

##### As Grutas de Cascais

Existe, em um recanto da linda vila de Cascais, uma venerável antigualha, que teima em se deixar esquecer dos seus naturais donos e que, por isso, tem permanecido miserandamente conspurcada. Afora aqueles, desejo que me ouçam os que devem ter ouvidos para estas

cousas do passado, as quais são elos da nossa história e factores da nossa educação.

É muito pequena a minha voz e muito insignificante o meu nome, para este ousio de publicidade, mas é tam necessário este apelo, que animosamente venho ao tablado jornalístico para agitar uma causa que, por ser pacífica, não deixa de ser muito patriótica.

\*

A antigualha, a que vou referir-me, é constituída por umas grutas, que existem na vila de Cascais e já tiveram o seu dia de festa em 28 de Setembro de 1880, quando foram expressamente visitadas por nada menos que um Congresso de notabilidades científicas. Realizou-se naquele ano, em Lisboa, o *Congrès International d'Anthropologie et Archéologie Préhistorique*, cujos membros ilustres foram trazidos ao nosso país pela mão do grande geólogo português Carlos Ribeiro.

Essas grutas, que, a bem dizer, formam uma só caverna com várias entradas, são conhecidas pela designação de *Furnas do Poço-Velho* e ocupam a base duma escarpa de rocha cretácea, que se ergue a curta distância da margem direita da ribeira de Cascais, em um recinto murado, pertencente ao município. A sua notoriedade não tem merecido aos amigos de Cascais admissão nas variadas colecções de bilhetes postais ilustrados, mas ela vive bem mais honrosamente nas bibliotecas de todo o mundo culto, onde quer que se guarde um exemplar do *Compte-Rendu* daquele notável congresso. Efectivamente nesta publicação, encontra-se uma foto-litografia, em que a gruta do Poço-Velho é representada no seu triplice aspecto de vista geral, de planta e de secção. E, em obra portuguesa, pode ver uma xilo-gravura dessa estância prehistórica, quem compulsar o vol. I, pp. 42 e 43 das *Religiões da Lusitânia*, do dr. J. Leite de Vasconcelos.

Aos sábios daquele congresso ofereceu el-rei D. Luís, na cidadela de Cascais, um baile, enquanto a baía se polvilhava de luzes, muitas das quais desenhavam os contornos dos navios de guerra franceses, que tinham vindo solenizar o acontecimento. A Lisboa regressaram, alta madrugada, os congressistas, embarcando no *África*, que a Cascais os conduzira, já na véspera, para a visita das grutas e de Sintra.

Carlos Ribeiro honrava o seu país, empolgando os sábios com o fruto do seu grande e sugestivo labor, que, só no tocante às furnas de Cascais, enchia, no Museu da Comissão Geológica, a Jesus, quatro altos armários. Ainda hoje esse magnífico espólio prehistórico ali

se admira e não sou eu quem o vai adjectivar com descolorido qualificativo; é E. Cartailhac, um dos eminentes paleoetnólogos que ali

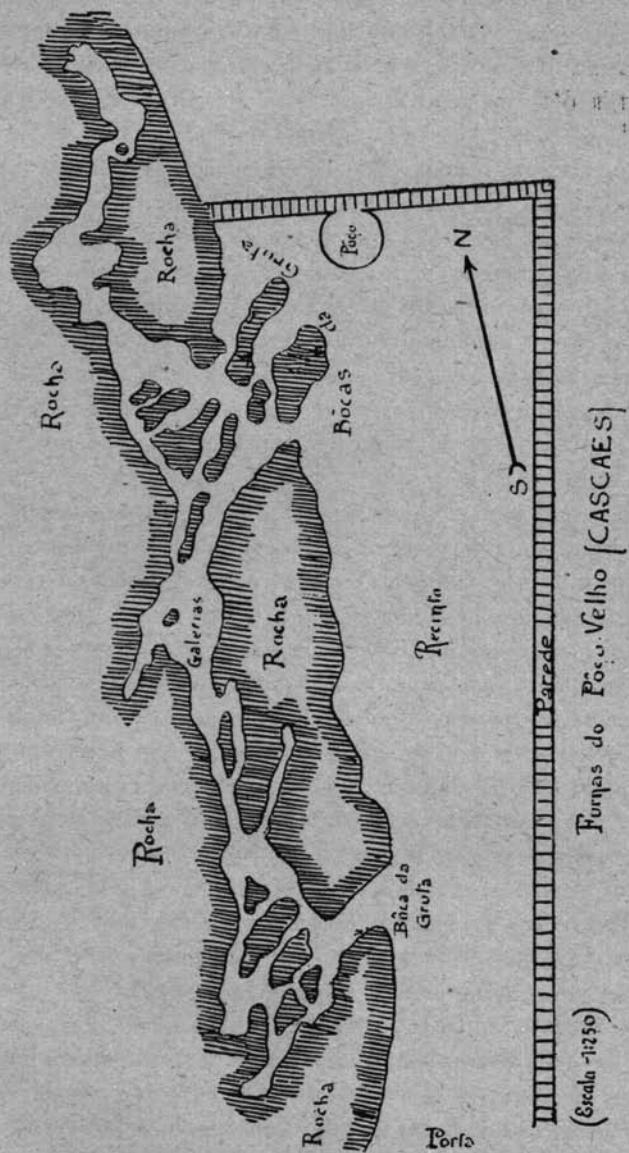


Fig. 1

estiveram, o qual, na sua obra *Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*, o distingue com a denominação de *très remarquable*.

Ora eu, que há muito alimentava o desejo de tomar conhecimento com as furnas do Poço-Velho, procurei em um dos dias do passado

mês de Agosto o ensejo de as ver. Transpus uma singela porta de madeira, ao fim de uma rua sem outra saída, para os lados de trás do jardim chamado agora da República. Encontrei-me dentro de um recinto quadrilongo, vedado por muro para a banda da ribeira e no topo, em frente da entrada. A elevada escarpa da rocha constitui a face esquerda dêste espaço, e é na base que se abrem as bôcas da *Gruta do Poço-Velho*. Ainda lá existe êste poço<sup>1</sup>. (Fig. 1).

É muito desigual o solo dêste recinto; não seria difícil regularizá-lo. Pareceu-me, pela heteróclita acumulação de cousas, que o município de Cascais relegara, para aquele aliás notável lugar, a arrecadação de inutilizados veículos e outros artigos da limpeza e rega da vila. Sem custo, descubri as entradas da famosa gruta. A primeira, què a menor distância da entrada se me patenteava, achava-se obstruída por velhas barricas de cimento e uma aglomeração de tábuas e chapas de ferro; não pude transpor esta desconcertante barricada. As outras bôcas da gruta ocupam o extremo do quadrilátero do mesmo lado. São três e quâsi contiguas, mas uma só me permitiria fácil ingresso, por ser mais ampla e encontrar-se desobstruída.

Aqui porêm recuei, irresistivelmente enojado. Os modestos empregados municipais, que freqüentam êste recinto, conspurcam cotidianamente o pavimento desta entrada da gruta com a mais despreocupada *aisance!* Não há paixão arqueológica, que resista a esta prova! Decerto, não é para estes humildes trabalhadores, que nós devemos dogmatizar que os recessos escuros das furnas do Poço-Velho foram um vasto ossuário do fim da época neolítica e que hoje, em toda a parte, ele seria alvo da mais carinhosa veneração por parte da municipalidade ou do governo do país, que tivesse a dita de as possuir no âmbito das suas fronteiras.

Todos os variados e típicos objectos, como os ossos que Carlos Ribeiro colheu na sua exploração, preliminar da reunião do Congresso, encontram-se classificados e expostos no Museu a que já me referi; do seu exame pode aquilatar-se a singular importância, que esta gruta funerária adquiriu na antiga civilização, que a utilizou. Este culto piedoso devia ser bem compreendido por nós todos, que somos pródigos de exibições fúnebres em honra dos mortos do nosso tempo. É certo que já lá vão, à distância de alguns milhares de anos, estes nossos protoparentes, mas, à parte o valor geral etnográfico dos monumen-

---

<sup>1</sup> É interessante notar que na vila de Cascais há também o tópico de *Poço Novo*.

tos desta ordem, os filhos de Cascais<sup>1</sup> deviam sentir um grande respeito por estes autênticos legados dos povos que, por estes mesmos siios, viveram a sua existência rude, não tão rude porém, nem asselvajada, que, no seu estado social, não tivessem a consagração de uma sentimentalidade, ainda hoje pressentida nos instrumentos do seu ritualismo fúnebre.

\*

Sem embargo da universal celebridade desta caverna, uma indiferença contumaz tem pairado sobre a sua existência.

Já em 1895, o sr. dr. José Leite de Vasconcelos, visitando estas furnas e, tendo-as encontrado abandonadas e votadas ao desprezo, oficiou ao então Presidente da Câmara de Cascais, recordando a sua importância e sugerindo a conveniência de serem resguardadas com um gradeamento e assinaladas com um dístico, onde se lesse *Grutas Prehistóricas de Cascais*, para servirem de instrutiva digressão aos visitantes (*Archeologo Português*, vol. I p. 250).

Em 1896, o *Século* referia-se ao estado de imundice, em que se achavam as grutas do Poço-Velho. A sua voz foi ouvida. O Presidente da Câmara Municipal, Jaime A. da Costa Pinto, respondeu àquele jornal, informando-o de que fôra autorizada a limpeza e a grade de resguardo, para se evitarem vandalismos e torpezas (*Archeologo Português*, vol. II p. 112). Colocou-se o gradeamento? Ignoro-o; não vi geito dele em Agosto de 1915.

\*

O estado actual desta famosa gruta prehistórica não pode ser mais vilipendioso. Rodeá-la de respeito e defendê-la do monturo seria orgulho patriótico.

Julgo poder o município de Cascais conservar o recinto, que descrevi, em estado de limpeza, ainda que o destinasse também à guarda das viaturas de rega.

Um alto letreiro, como sugeriu o sr. dr. J. Leite de Vasconcelos, colocado ali, chamaria, mesmo a distância, a atenção dos viajantes ilustrados; um sinal ou taboleta, erguidos na guarda da ponte nova, indicariam ao traseunte o caminho do Poço-Velho. Às pessoas, que ali se dirigissem, seria distribuída uma concisa notícia da gruta, com

---

<sup>1</sup> Os habitantes de Cascais designam-se por *cascaenses*, mas a gente dos arredores alcunha-os de *cascarejos*.

uma planta adjunta, ou um postal ilustrado gratuito, e um guarda permanente poderia, a trôeo de uma pequena cotisação de entrada, acompanhar os visitantes através dos corredores subterrâneos da gruta, munindo-se de uma lanterna ...

O processo não tem novidade.

\*

! No povo há a crença de que as grutas do Poço-Velho tem saída para o mar, pelas alturas do farol da Guia! É o misterioso que, mais ou menos, acompanha estas cavidades, cuja origem é puramente natural, mas que o homem prehistórico aproveitou para seu uso, ou em vida ou para depois da morte. Nada é mais inexacto, pois, do que esta lenda. Perfeitamente estudadas, as furnas do Poço-Velho formam uma caverna pouco profunda, mas diversamente ramificada, e sem comunicação com ponto algum da costa.

A zincogravura, que ilustra este meu apêlo, é calcada sobre uma das figuras que acompanham o volume já referido do *Compte-Rendu*. Apenas a adaptei aos leitores de agora.

\*

Sem pretensão a conceituoso, direi todavia que o respeito dos monumentos antigos é o primacial índice do estado de civilização de um povo; quem não venera o passado é indigno do presente e nem o comprehende, nem o assimila. A instrução é uma fieção pura, quando dela não resulta, como efeito lógico, o respeito do passado ainda o mais longínquo, como este que as grutas de Cascais representam. Por isso, se no meu brado há o intuito de ver divulgada entre nós a importância, que aos vestígios da antiguidade é devida, há também o pundonor patriótico de quem deseja o seu país honrado em tudo perante o estrangeiro.

Que a Câmara de Cascais ou a entidade oficial, a quem o assunto possa incumbir, ouçam o meu apêlo e todo o mérito da causa lhes pertencerá.

## II

### No lugar de Pau Gordo (Cascais)

Das deambulações arqueológicas, a que destino alguns vagares, qualquer que seja a região do país em que me encontre, tenho sempre colhido esta ilação filosófica e educativa: o distante passado da terra portuguesa, aquele passado, cujas crónicas vão ler-se nos armários

dos museus da antiguidade, é um campo de actividade, que ocuparia ainda um bom número de trabalhadores, se não fosse a nacional preguiça. Nessas ocasiões, penso como é díplice e ambígua esta frase de carimbo: a *falta de trabalho*; frase que se pôde e deve aplicar a todas as classes sociais. Para a tornar, porém, precisa e completa, o melhor método é o usado em epigrafia, que é um ramo importantsíssimo da ciência da antiguidade, e não se pense que eu agora o invoque descabidamente, pois que a frase até já tem foros de lapidar.

Não divago pois do *Antiquitus*. Rápidamente; em tecnologia epigráfica, chama-se «restituição» o preenchimento de palavras subentendidas ou mutiladas de uma epígrafe ou título, a decifração das suas abreviaturas, a sua leitura completa enfim; esses elementos não expressos indicam-se grifados entre parêntesis. Ora da referida frase, que considero incompleta, poderemos fazer duas restituições e cada uma delas teria sentido diverso e aplicação a diversas circunstâncias.

Assim:

- 1.<sup>a</sup> Falta (*de vontade*) de trabalho.
- 2.<sup>a</sup> Falta (*de matéria*) de trabalho.

A primeira restituição é, em Portugal, quase sempre a mais segura e deve por isso ser a preferida nesta epigrafia de nova espécie. No caso das minhas pesquisas, aliás modestas, sobre o que o nosso país foi *antiquitus*, essa é a filosofia que, no regresso, quase sempre trago para casa. Vestígios da antiguidade, há-os ainda, que farte, por esse Portugal fora: encontram-se onde menos às vezes se esperam; do que há língua é de «vontade» de inquirir pacientemente as vozes do povo dos campos, de procurar os vestígios ainda existentes à superfície do solo, de pesquisar os restos que a terra ainda encobre dos antigos habitadores das mesmas regiões que nós hoje possuímos.

\*

¡No aro de Cascais quanto se tem perdido! Hoje porém não é lícito que se continue neste desdém pelas cousas do passado, não só pelas que possuem o encanto da forma, senão também pelas que, de aspecto rude e mutilado, são muitas vezes as bases serenas da História.

O geólogo paleoetnólogo Carlos Ribeiro e o antropologista Paula e Oliveira palmilharam os cabeços e barrancos desta região de Entre-Cascais e Sintra, na tarefa generosa de estudarem os vestígios dos seus mais remotos habitadores; Paula e Oliveira, se bem me recordo, fez algures referências a estas excursões e, se a morte o não colhe, decerto conheceríamos hoje todos os resultados do seu pertinaz esforço; por vezes quem percorre pontos da mesma região,

surpreende, nas informações dos habitantes, a memória da passagem daqueles estrénuos pesquisadores.

Não é para confrontar o meu com o labor destes mestres que eu os agora recordo; eles trabalhavam *ex professo*, roborados com a sua alta competência, eu limito-me ao que posso, a simples notas de curioso, sinceras sim, mas irremediavelmente ligeiras.

Assim mesmo, penso que alguma utilidade haverá no que destino sem pretenciosismo aos leitores do *Diário de Notícias*.

\*

Em amiga, mas interessada conversa com um velho çaloio, no exercício do que julgo poder chamar-se «exploração verbal», soubera eu da existência de um sítio chamado *As Antas*, próximo do lugar de *Pau-Gordo*. *Antas* é, em português, sinónimo de *dolmens* e não há quem hoje não saiba que o dolmen é um monumento megalítico<sup>1</sup>, sepulcral, de povos prehistóricos. Dirigindo-me ao ponto indicado, nada já encontrei; o que, se me entristeceu, não me trouxe surpresa; mas notem os meus leitores como a toponímia prestou aqui o bom serviço de conservar a memória de um ou mais monumentos prehistóricos, que foram destruídos. O facto não é raro.

Mas a visita a este sítio não foi inútil, debaixo do aspecto que me interessava.

Inquirindo por obras dos *Mouros*, única maneira de me fazer compreender, porque para o camponês de todo o Portugal, os mouros são a síntese étnica de toda a antiguidade, quer se trate de épocas prehistóricas, quer dos próprios tempos medievais, soube da existência de uma excavação em rocha, que era nem mais nem menos do que uma *sepultura rupestre* (assim me tem parecido poderem chamar-se estas cavidades, feitas sobre a rocha nativa).

A sua forma trapezóide indicava-me que era mediélica e a abundância de cerâmica nos campos vizinhos convencia-me de que fizera parte de uma necrópole ou se encostaria a alguma construção, provavelmente eclesiástica.

Grosseiramente medida a palmo (são convenientes mais rígidas medidas) deu, feita a equiparação, 1<sup>m</sup>,80 para o comprimento, 0<sup>m</sup>,39 e 0<sup>m</sup>,33 para as larguras, na cabeceira e nos pés. Ouvi dar ao local o nome de *As Abrizes* e tenho comigo a nota de que Paula e Oliveira

<sup>1</sup> Megalítico quer dizer, formado de *megálitos* ou grandes pedras; *megálito* e não *megalito*, diz-se.

explorou um cemitério no sítio que diz chamar-se *Zabrides*, a 1 quilómetro para SE de Bicésse; trata-se evidentemente do mesmo ponto.

Ressalvando o meu respeito pela opinião daquele antropologista, parece-me que cemitério e sepultura são da idade média e não romanos. Quanto a mim, a forma da sepultura tem grande significação e a presença de fragmentos de telhas (*tegulae et imbrices*) não obsta à sua capitulação medieval.

Mais duas excavações na rocha, uma circular com 0<sup>m</sup>.42 de diâmetro, outra irregular, com escoadouro ambas, e eis o que da necrópole cristã de *As Abrizes* resta à superfície do solo.

Mas a magna surpresa da excursão não chegara ainda.

### III

#### Alma no lugar de Pau Gordo (Cascais)

Do exame destas antiguidades retirava-me eu com os meus valiosos companheiros<sup>1</sup>, quando a boa estréla arqueológica me atraiu curiosamente dentro do pátio de uma pobre casa, que me ficava no caminho. Lobriga uma pedra, cuja tonalidade clara se destacava do pardo enegrecido das construções locais, por ser excepcionalmente de natureza calcárea. Se há lugar de misero e rude aspecto nas proximidades de Cascais, é este de *Pau-Gordo*. É rara a cal, como nos logarejos do norte e do centro do país, ou está denegrida pela vetustez e pelo abandono; as habitações mal acentuam a sua própria colocação no meio da sombra, que inunda uniformemente os caminhos e as paredes dos campos, os cunhais e as ombreiras das portas, os telhados e as terras chupadas pelo estio.

Dentro desse pátio e ao lado da porta da habitação, um monumento interessantíssimo nos esperava. Era uma tampa de sepultura romana, de uma forma conhecida na archeologia estremenha, a forma de baú, por vezes de barril. Há uma bela coleção desse tipo no Museu Etnológico Português, em Belém. Estes curiosos monumentos, que datam da época lusitano-romana, emergem do solo, abrigando a urna ou poço cinerário e umas vezes são anepígrafos, outras tem o seu epitáfio, ora no dorso ora em um tópo. É de saber que ainda são aproveitados em alguns cemitérios rurais dos arredores de Lisboa; por exemplo em S. João das Lampas, em S. Miguel de Odrinhas (c.

<sup>1</sup> Os Ex.<sup>mos</sup> Srs Maximiano Apolinário e Vito Manuel de Barros e Vasconcelos turaram o autor destas linhas nesta e em outras digressões; consignado fica o meu reconhecimento sincero pela óptima companhia.

de Sintra); quem passar na estrada desta vila à Ericeira, pode ver um, junto do pórtico da ermida da Terrugem, à laia de banco.

A campa romana de *Pau-Gordo* estava invertida e, na sua face zenital, achava-se uma escavação, que fôra adaptada a pia ou bebedouro de animais. Mede 0<sup>m</sup>,93 de comprimento e 0<sup>m</sup>,50 de largura e altura.

A sua dona é uma octogenária interdita, que me anatematizou pela violação, inegávelmente anti-constitucional, do seu pátio. ¿Para que fim poderia alguém interessar-se por aquele calhau, que ela, desde criança, ali via à porta da sua casa e naquele tam útil, como inofensivo préstimo? ¿Viriam estes desconhecidos apossar-se à bruta do logradouro dos seus galináceos? ¡Gente má da justiça! . . . pensaria a desasisada criatura. Nem retorqui à Sr.<sup>a</sup> Leonor Maria. Entre o mulherio curioso que ali acorreu, pasmei de ver uma rapariga, que não era analfabeta; facilmente lhe fiz compreender o que era aquela pedra. Para que a minha emoção fôsse mais intensa com este descobrimento, a tampa cupiforme mostrava uma inscrição latina (fig. 2) em um dos topos. O facto não era novo, mas não se fica impassível perante um monumento desta natureza. Não tenho aqui meio de verificar se a inscrição está inédita<sup>4</sup>; eu encontrei-a por mero e feliz acaso. Aqui tem os leitores um esboço do tópo da campa quâsi bimilenária, pois que o classicismo dos caracteres denuncia o séc. I da nossa era:

Desfazendo as abreviaturas pelo processo que a sciêncie epigráfica preceitua, chega-se ao seguinte resultado:



Fig. 2

M(*arcus*) CLODIVS

M(*arci clodii*) F(*ilius*) CL(*audia tribu*)

AVIT[VS]

AN(*norum*) XXV H(*ic*) S(*itus*) [E(*st*)]

Em português corresponde a isto:

*Marco Clódio Avito*

*filho de Marco Clódio, da tribu Cláudia, com 25 anos de idade, está aqui sepultado.*

<sup>4</sup> A instância minha, o verificou o Sr. Dr. Leite de Vasconcelos; a lápide funerária de *Pau-Gordo* está inédita! é pois em primeira mão, que a publica o *Diário de Notícias* e aqui lha dedica o casual inventor d'este monumento lusitano-romano.

As inscrições romanas de natureza funerária são geralmente menos importantes, porque é mediocre ou nulo o subsídio, que à história geral fornecem; mas, para a história particular de uma região, tem relativo merecimento, atendendo a que indigitam a amplitude das influências romanas; em Portugal, por exemplo, a freqüência de inscrições no sul demonstra que a cultura romana atingiu aí maior intensidade do que no norte.

\*

Sem pretender assumir catedrático senho, mas só com o intuito de divulgar úteis conhecimentos e despertar em algum leitor o gôsto por êstes estudos, acrescentarei que não é fantasia ou modo de ver pessoal a decifração dêste epítafio; é consequência das regras epigráficas que, neste caso especial, tem a mais comezinha aplicação; a leitura desta inscrição é, por assim dizer, um exercício de principiante. A restituição de uma epígrafe romana incompleta de certa extensão e amplitude, essa é que só é possível a consumados epigrafistas, possuidores de profundos conhecimentos da história, da jurisprudência, da organização e da vida pública e particular dos romanos.

Permitam-me pois que, em quatro palavras, eu desenvolva o mecanismo epigráfico, à custa do qual este título funerário se lê com a maior facilidade e segurança.

\*

A simples leitura das três linhas da inscrição logo nos indica que ela é tumular, visto como termina pela fórmula H. S. E., que significa *hic situs ou sepultus est*, quando se trata, como aqui, de um varão.

As inscrições desta espécie contêm, na sua técnica mais simples, o nome do defunto, a sua idade e, por vezes, a consagração aos Manes ou o nome da pessoa, parente, amigo ou apaniguado, que erigiu e dedicou o monumento à memória do defunto. Começarei pelo nome exarado neste letreiro.

Os nomes romanos não tinham uma disposição caprichosa, mas o seu mecanismo obedecia a regras inalteráveis, exemplificadas, no caso presente, de modo muito claro. Compunham se de três elementos fundamentais; *prenome, nome e cognome*. O primeiro designava-se pela simples inicial, porque, como era restrito o seu número, a mesma letra representava sempre a mesma palavra; neste título lá está o M, que significa *Marcus*. O segundo terminava geralmente em *ius* e era característico de cada família ou *gens* romana; chamava-se

por isso gentilício e sempre se escrevia por extenso; lá está CLO-DIVS. O cognome, que também caracterizava o ramo de uma família, era igualmente escrito *in extenso*; é o AVIT[VS] da nossa inscrição<sup>1</sup>. Temos, pois, *Marcus Clodius Avitus*, nome completo e individual do defunto, cujas cinzas se guardaram... em *Pau Gordo*.

Mas nas inscrições desta classe, além do que acabamos de ver, juntava-se sempre a sua filiação e muitas vezes o nome da tribo romana, a que o cidadão pertencera; e estas duas indicações tinham um lugar preciso, isto é, colocavam-se entre o nome e o cognome; é este preceito epigráfico que nos habilita a interpretar seguramente a segunda linha do epitáfio composta quase só de abreviaturas.

Se assim não fosse, cada epígrafe romana era uma charada, onde cada qual podia dar largas à sua erudita fantasia. Temos, pois, no princípio da linha M. F., que quer dizer *Marci filius*, filho de Marco; mas como o nome gentilício do filho era, segundo a regra, o mesmo do pai, devemos ler: *Marci Clodii filius*; o cognome do filho é que seria diferente do do pai.

Em seguida à filiação, colocava-se o nome da tribo; esta regra autoriza-nos a decifrar as duas letras ou dígama CL, isolado, pelos pontos de separação, do *Avitus* final. Ora as denominações das tribus, em que se dividia o povo romano até certa época, são conhecidas pelos tratadistas, e é, por exemplo, em Cagnat que se pode ver que a abreviatura CL pode corresponder a duas, à tribo *Claudia* ou à tribo *Clustumina*.

Qualquer que seja a interpretação preferida e segundo informação que obtive de um amigo, visto não me achar ao alcance dos livros, a epígrafe de *Pau Gordo* tem, na Península Ibérica, a primazia da referência a qualquer destas tribus, o que lhe dá subido valor. Quem o havia de dizer?! Em *Pau Gordo!*...

Passemos à terceira linha da inscrição. Depois destas indicações individuais, nos epitáfios funerários consignava-se a idade, em que se dera a morte do incinerado; é o que significam as letras AN.XXV, que dizem: 25 anos de idade.

\*

Aqui tem os leitores do *Diário de Notícias* uma singela explicação do modo por que se interpreta uma epígrafe funerária romana,

<sup>1</sup> Em epigrafia, incluem-se em colchetes as letras que qualquer mutilação da pedra fez desaparecer; aqui não se vê: VS.

quando ela é simples. Oxalá eu consiga interessar, por esta forma, nestas noções da antiguidade, algum leitor, porque isso contribuirá naturalmente para o descobrimento ou notícia de monumentos análogos.

## IV

## Entre Alvide e Abuxarda (Cascais)

A NO. de Abuxarda, lugarejo que é atravessado pela estrada de Sintra, a pouca distância de Cascais, há umas cumeadas extensas, às quais parece que chamam vulgarmente *As Meroeiras*; declino, porém, a exacção fonológica do topónimo, porque julguei ouvir algumas vezes *Mendroeiras* e *Mendoeiras*. É duro o meu ouvido para certas subtilezas de dialecto çaloio. *Abuxarda* ou *Abujarda* já me era conhecida, com esta última forma, dos escritos de Paula e Oliveira, mas os sítios das *Meroeiras* e *Sancidreiras* foram-me denunciados em Cascais, como abundantes em tejolos antigos à superfície do solo. É um característico indício de populações extintas de épocas históricas; por isso eu ia visitá-lo. Logo na *Abuxarda*, um rancho feminino, que em um tanque da estrada lavava, sabedor dos nossos propósitos (nossos, porque o excursionista não era um só, mas os três que já mencionei em passada crónica), informou-nos prontamente que havia lá cousas do tempo dos mouros... os tais *mouros* que o leitor já conhece.

Inedita foi a informação que uma das mulherzinhas nos deu, de que, alguns anos atrás, já lá tinham sido feitas pesquisas pelo sr. Visconde de Coruche. E muito curiosa foi ainda uma resposta que ouvi a uma boa velhota do lugar.

Interrogando-a eu acerca do resultado das pesquisas feitas pelos trabalhadores do sr. Visconde e desejando especialmente saber se teriam aparecido «pedras com letras», isto é, inscrições romanas ou mediélicas, a preciosa velhinha esclareceu prontamente, como se o caso fôsse da véspera:

— Isso queriam êles! Mas não encontraram...

Para esta simples gente, que crê arreigadamente nos tesouros oculados de tempos idos, uma «pedra com letras» devia ser fatalmente a chave do problema, que ali trouxera o sr. Visconde de Coruche, não de algum problema arqueológico que êste culto espírito concebesse, mas do interesseiro e mercantil que na Abuxarda lhe era atribuído e se cifrava em descobrir alguma arca, trasbordante de riquezas. «Isso queriam êles!» Este era, para a velha çaloia, o fim secreto da exploração. «As «letras» diriam a quantos cônados de distância e de profundidade se encontrava escondido o tesouro da mourama?»

Ouvidas as necessárias indicações, lá fomos bater às *Meroeiras*, donde se goza um soberbo panorama. Na encosta S. deve ter existido uma velha necrópole, porque ainda lá se vêem duas sepulturas de lajes, quase destruídas, mas orientadas de leste-oeste. Esta circunstância e a exposição da encosta deixam-me presumir que são medievais estes restos. Em todo o caso, no alto, encontrei, e lá o deixei, um pequeno triturador prehistórico de grés<sup>1</sup>; note-se que o sub-solo é uma rocha calcária, de que emerge longa crista na direcção leste-oeste, com a inclinação aproximadamente de 45 graus. Portanto, aquele utensílio foi levado para o sítio. Seguimos depois para SO. por terras cultivadas e atingimos logo os campos, onde abundam, à superfície do solo, tejolos quebrados. Este ponto, a que chamam *Sanc-dreiras*, era o que em Cascais me haviam, de facto, indicado. Na verdade, aqui deve ter estacionado uma população de época histórica, romana ou provavelmente da alta idade-média. Os restos, que encontrámos, consistiam em cerâmica de construção, principalmente: fragmentos de telha semicilíndrica (*imbrex*) em maior quantidade que a plana de rebordos (*tégula*); um pedaço de tejolo munido de duas saíncias laterais; um exemplar de estuque antigo e o resto da boca de um grande vaso de barro.

Por informação, soube que também aparece uma espécie de betonilha com pequenas pedras, mas não pude inferir se se tratava de formigão (espécie de pavimento) ou de mosaico.

Tudo isto era bastante interessante para reclamar algumas sondagens em toda a área arqueológica, que me pareceu ocupar alguns hectares de terra. A charrua todos os anos se encarrega de trazer à superfície restos das antigas construções, que existiram neste sítio, há já bastantes séculos. Infrutífero labor! Ela continuará ainda por longos anos a sua devastação, sem que neste país se avivente o amor pelo estudo do passado! Quando esse sentimento se infiltrar nas populações e nos governos, então poder-se há dizer que a nação se tornou progressiva. Um dos sintomas é esse!

\*

A providencial velha da *Abuxarda* dera-me também uma informação, que me aguçou verdadeiramente a curiosidade. Em casa de um tal José Mocho, de Alyide, guardava-se uma pedra com lavo-

<sup>1</sup> Chamam-se *trituradores* certas pedras, em que se praticou uma leve escavação, destinada a triturar sementes ou frutos com o auxílio de outra pedra menor, a que se dá o nome de *mão*.

res, que ela não me soube bem explicar fôra transportada; dêstes sítios.

Em outro dia, eu só pude verificar que era exacta a notícia. *Alvide* é outro lugar, que fica a pequena distância dos sítios, por onde tenho trazido o leitor e que uma estrada de cerca de três quilómetros liga a Cascais. Em um casal, um tanto afastado do lugar, é a residência de José Martins, o Mocho. Dentro do pátio e ao lado da porta da habitação, um banco de pedra é sustentado, de um dos lados, por um belo capitel de calcáreo, propositadamente ali conservado há muitos anos. Aqui o tem os meus leitores. (Fig. 3). Não é obra romana; nem a forma, nem o trabalho da pedra autorizam semelhante classificação. Suponho não errar, atribuindo-o ao estilo românico e derivando-o dos capitéis chamados cúbicos, por serem a pe-



Fig. 3



Fig. 4

netração de uma esfera num cubo colocado superiormente. A parte decorativa ou simbólica dêste curioso exemplar parece representar uma coroa formada por dois toros circulares, onde ingénuamente se gravaram fôlhas ou pequenos frutos, um tanto estilizados e convencionais. Uma fita dupla enrola-se nos dois toros, que suponho troncos ou ramos constitutivos da coroa. Pelas suas pequenas dimensões, pareceu-me que poderia ter feito parte de um altar medieval, o que o tornaria muito mais interessante do que se fôsse rigorosamente arquitectónico. Os restos existentes à superfície do solo tem carácter mais antigo que o capitel, mas não é absurdo supor que a população, que ali deixou ruinas, se perpetuou durante alguns séculos no mesmo lugar. Na entrada de um campo, vi também um trôco de colossal coluna cilíndrica e ao lado do caminho um fragmento de pilastra; lá ficaram. É evidente que houve, naquele lugar, um povoado com seus monumentos, que parece ter perdurado pelo menos desde a alta idade-média até a época, em que na arquitectura dominava o estilo românico.

No *paito* (pronúncia local de *pátio*) de José Mocho ainda se guardava outra curiosa peça arquitectónica, cuja proveniência fiquei ignorando, mas devia ser diversa da que tenho até agora assinalado. E quanto à sua antiguidade, também há uma grande diferença, porque parece tratar-se de um fecho de abóbada do séc. XVI. (Fig. 4).

E com isto ponho ponto, porque nada mais encontrei, embora me constasse existirem ainda outras cantarias de *Sancidreiras*, topónimo que talvez possa conferir-se com os *Sancidrões* do norte, originariamente *Sanctus Cyprianus*.

## V

## Estação prehistórica do Estoril

Creio que não farci temerária suposição em dizer que os audazes iniciadores da transformação das termas do Estoril, justificadamente mais preocupados com o futuro do que com o passado, jamais pensaram que nos mesmos terrenos, onde em breve se ostentarão soberbas instalações próprias para atrair revoadas de excursionistas às lindas praias de Portugal, também estacionaram, há muitos milénios, grupos humanos, que lascavam a pederneira e a quartzite, mas não sabiam ainda polir a pedra, nem cozer a argila, aos quais ainda outros porém sucederam ali, que já adornavam, com traços harmónicamente combinados, a sua rude cerâmica e empunhavam o machado de diorite, quase tam afiado e cortante como o de aço dos nossos dias.

Pois uma casualidade daquelas que são sómente meias casualidades, por serem preconcebidas buscadas, permitiu-me descobrir, a cerca de 40 metros para NO, da residência do antigo proprietário do parque do Estoril, o sítio preciso de uma estação pré-histórica, que haveria fornecido à museografia nacional magnífico espólio das mais antigas eras, se pudesse ter sido explorada a fundo, mas que ainda assim não foi de todo estéril.

A semi-casualidade do descobrimento está em que não ouso chamar mero acaso ao aparecer de vestígios humanos em locais, que vou observar, movido de uma suspeita a que a experiência dá alguns fundamentos. As grandes deslocações e desnivelamentos de terras dão muitas vezes ensejo a que se descubram antigualhas, que permaneceram longo tempo soterradas e desconhecidas.

Foi assim que, no passado verão, quando eu esperava, em clara manhã de Agosto, a hora de abrir o balneário do Estoril e vagueava curioso pelos desaterros, que se estavam fazendo a pouca distância,

comecei de ver pelo solo, ora uma lasea de silex talhado, ora um caco de primitiva cerâmica e de pensar, consequentemente, que talvez uma boa estréla me tivesse guiado os passos a algum local de origens prehistóricas, mais ou menos definidas, mas ignotas.

Assim foi!

Um partido de trabalhadores desmontava então os terrenos daquele mesmo sítio, para rebaixar o solo em cerca de 3 metros. A ocasião era magnífica e eu não devia perder tempo.

Obtida a licença preliminar da emprêsa, à qual consigno aqui a homenagem do meu agradecimento e, depois das algumas boas palavras, valorizadas por uma relativamente farta distribuição de cigarros, em câmbio de achados, consegui que os trabalhadores me guardassem e apresentassem os mais insignificantes objectos préhistóricos, que, no desbancar do saibro, lhes iam surgindo debaixo da ferramenta.

Realizei abundante colheita em poucos dias e mais avultada teria sido se, por ocasião da minha primeira visita, o local não estivesse já atacado pelos alviões inexoráveis. Parte da camada arqueológica, que era superficial e de pouca espessura, tinha já sido invadida com irremediável perda dos restos, que ella continha da indústria pré-histórica.

Ainda assim, muito se salvou e muito vale para as ciências paleontológicas o que salvo ficou.

\*

Não são os leitores d'este jornal pessoas folgadas de tempo, para se prenderem com as minuciosas descrições de slices lascados e machados de pedra, que fazem as delícias dos préistorianos. Sei-o bem e, consequentemente, será muito pela rama a minha inventariação, mas suficientemente explícita para demonstrar que, no mesmíssimo local onde uma emprêsa vai criar uma maravilhosa estância, que conjugue no mais imprevisto conjunto a arte e a natureza, já tristes do período mais remoto da humanidade existiram, deixando a sua indústria lítica curiosos produtos, que hoje consideramos altamente dignos de estudo para o conhecimento do homem antigo, dos seus hábitos, dos seus interesses, tal como ele existiu *antiquitus* nas mesmas regiões, que hoje são também nossas.

É o que será objecto do próximo parágrafo destas ementas, com que modestamente desejo concorrer para a divulgação do nosso passado longínquo.

## VI

**Estação prehistórica do Estoril**

Não há hoje quem ignore as noções elementares do passado da humanidade. Mas convém, nesta notícia, recordar que o fundo dessas noções foi adquirido em laboriosas pesquisas, realizadas nos sedimentos que, em determinados pontos, sucessivas camadas de populações aí acumularam durante incontáveis séculos. Os vestígios dos mais insignificantes artefactos desses nossos milenários predecessores constituem, nas colecções e museus, a documentação palpável dos diferentes períodos do desenvolvimento humano.

Em consequência disso, sabemos que o emprêgo evolutivo da *pedra*, do *bronze* e do *ferro*, como matérias primas industriais, caracteriza a sucessão dos tempos. Tem transições lentas estas fases gerais da civilização, tem intensidades diversas de região para região, e, no mesmo ponto, não são sempre produzidas pela filiação de umas nas outras; mas a sua ordem relativa é inalterável. A duração de cada uma é, além disto, susceptível de divisões e sub-divisões, que não traduzem apenas uma conveniência dos métodos científicos, mas correspondem a sedimentos realmente existentes nos locais de permanência do homem.

O uso da pedra, como instrumento de trabalho, constituiu seguramente o mais longo e penoso período da evolução humana. Teve duas fases, caracterizadas a primeira pela pedra simplesmente *lascada*, a segunda pela *polida*; desta evolucionou-se para o emprêgo do bronze através de uma fase de transição, em que o cobre nativo foi adoptado para muitos dos mesteres, a que a pedra anteriormente ocorrera, sem que contudo esta desaparecesse, como aliás os artefactos lascados não tinham também desaparecido. É que, de uns períodos para outros, as passagens são graduais, qualquer que seja a época que se considere. Isto pode dizer-se como generalização, pois que cada local arqueológico pode ter uma história sua própria.

E afora o uso da pedra, o nosso raciocínio nos diz que as armas e a ferramenta dos períodos iniciais da civilização deviam utilizar também substâncias destrutivas, a madeira em especial, como ainda em nossos dias praticam os povos selvagens.

Temos pois em síntese: época *paleolítica* (pedra lascada), época *neolítica* (pedra polida), fundamentais estas; e *calcolítica* ou de cobre e pedra, como transição para o bronze. São estas três as que nos interessam agora, perante os restos que se me depararam em Santo António do Estoril.

Ainda nos é útil saber que a incomensurável época paleolítica teve variadas fases de desenvolvimento, as quais, em consequência da toponímia das estações e grutas da França, país onde primeiro se estudou este assunto, se distinguem, por ordem de cronologia relativa, com os títulos de *Chelles*, *St. Acheul* (paleolítico inferior), *Moustier* (paleolítico médio), *Aurignac*, *Solutré* e *Madeleine* (paleolítico superior).

Como a prehistória nacional está ainda no seu período de formação, os investigadores portugueses tem adoptado aqueles pontos de referência para a classificação tipológica dos vestígios encontrados, até que as pesquisas permitam organizar o quadro da indústria paleolítica em Portugal<sup>1</sup>.

\*

Estes compassos de abertura eram convenientes para o que vou dizer da Estação Prehistórica de Estoril.

Como os vestígios do homem préhistórico desta estação surgiam em completa mistura, sem indicação alguma que permitisse classificar os depósitos por ordem de antiguidade, o único método adoptável para inventariar esses vestígios é o de os agrupar tecnicamente, de acordo com as noções gerais de arqueologia.

I. *Indústria paleolítica*. Alguns dos utensílios préhistóricos, que podem atribuir-se ao trabalho característico desta época, são notáveis. Arredemos por enquanto a melindrosa questão cronológica e vamos apenas à morfologia dos achados. Podem considerar-se, como pertencentes a esta fase industrial do homem primitivo do Estoril, os seguintes artefactos:

1. Cinquenta e sete utensílios de silex (vulgo pederneira), cuja forma oscila entre as das figs. 5, 6, 7 e 8. Esta série é caracterizada por uma pequena saliência, que ocupa a base do utensílio, isto é, a face conchoidal ( $ch=k$ , pelo étimo grego) do silex; esse relevo, que ora é de contorno horizontal em arco de pouco raio, ora é acumulado, algumas vezes de perfil adunco e espesso, outras de ponta penetrante, lembra freqüentemente um *bico de pássaro*. Tem retoque lamelar.

A proporção, com que esta curiosa série de instrumentos está representada para com a totalidade dos silices trabalhados, é uma circunstância que não pode deixar de ser notada.

<sup>1</sup> Falo tam sómente em indústria, porque no Estoril só objectos desta categoria apareceram. Vestígios osteológicos humanos não levantei nenhum. A paleoetnologia abrange uns e outros. Excluo o que não é concernente ao homem.

Há, no comêço do paleolítico superior, uma categoria de utensílios, a que pertencem genéricamente alguns dos sílices desta série, são os chamados *grattoirs carénés* e particularmente à *museau*. Mas a minha colecção é sobretudo determinada pelas saliências aguçadas e, por esse lado, se singulariza. Em consequência disto, não me deido a chamar à série mais abundante *grattoirs*, porque o *bico de pássaro* fende, rasga, mas não é justo dizer-se que raspa.

A um menor número d'estes sílices cabe acertadamente a nomenclatura de *perçoirs*, mas desejo destacar d'estes utensílios um, que sou tentado a considerar como modelo de técnica intencional. A sua extremidade activa é talhada helicoidalmente, quase como uma verruga, e o resto do artefacto é tóscio, não se tendo preocupado com essa parte o engenhoso artífice (Fig. 8).

Destaco ainda o lindo exemplar da fig. 9, porque, de um lado, tem o *bico de pássaro*, cuja utilização ignoro, e, do outro, apresenta



Fig. 5

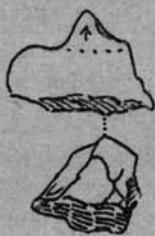


Fig. 6

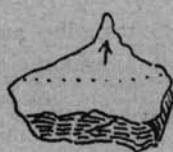


Fig. 7



Fig. 8

um *racloir* em arco de círculo; é, pois, um instrumento duplo. Entre estes sílices, encontram-se verdadeiros exemplares de museu<sup>1</sup>. Não sorriam os leitores, porque o homem, para chegar à *linotype* ou à *T. S. F.*, teve de transitar por estes penosos estádios da sua luta contra uma Natureza reservada e cheia de leis misteriosas.

2. Esta segunda série abrange sílices que representam uma reduzida variedade de instrumentos, em cuja tipologia julgo interessarem menos os leitores d'este jornal. Compõe-se ela de 42 exemplares. Como, em cada uma das fases do paleolítico, há formas características e intencionais, direi que muitos sílices d'este grupo são meras las-

<sup>1</sup> Toda a colecção prehistórica do Estoril está exposta no Museu do Edifício do Carmo.

cas utilizadas momentâneamente para um fim eventual. A sua aplicação deixou os vestígios correspondentes. É bem retocado o da fig. 10.

3. Há nas estações da idade da pedra um grupo de objectos, que se destacam muito dos fragmentos de silex aproveitados ou não. São os *percutores*, denominação que bem claramente indica o seu destino. Com êles percutia e talhava o homem prehistórico os calhaus siliciosos para separar as lascas, que depois retocava mais finamente por diferentes meios. Mas os mais toscos utensílios do paleolítico inferior eram decerto todos modelados por um percursor de ocasião. Na estação do Estoril, de três exemplares de silex, só um está perfeitamente conservado. É um típico esferóide, cuja superfície rugosa e triturada documenta logo o trabalho que desempenhou, durante muito tempo.

No artigo seguinte ocupar-me hei dos artefactos, que se podem atribuir às épocas neo- e calcolítica.

## VII

### Estação prehistórica do Estoril

II. *Indústria neo- e calcolítica*<sup>1</sup>. As épocas correspondentes aos tipos industriais desta espécie afirmam-se, nos achados do Estoril, por vários utensílios que sumariamente enumero:

1. Três instrumentos de pedra lascada, com forma intencional e característica. Dois, de silex, são constituídos por delgadas mas largas lâminas, retocadas marginalmente. A sua forma é a de uma elipse, à qual se substituisse a acentuada curva de um dos polos por uma linha de convexidade apenas perceptível. Reconheço-os das estações calcolíticas de S. Mamede de Óbidos e Pragança, cujos espólios se guardam no Museu Etnológico.

O terceiro poderá tipologicamente classificar-se como *racloir*; o bordo activo é de perfil menos convexo que o oposto, mas enquanto

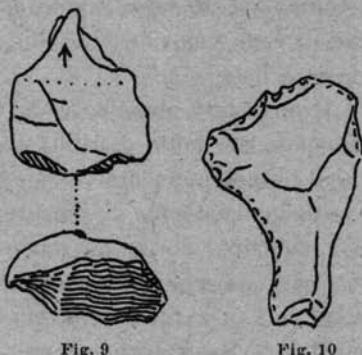


Fig. 9

Fig. 10

<sup>1</sup> Os autores aplicam a esta última fase, considerada como a derradeira do neolítico, as denominações de cuprolítica, eneolítica e cometálica. O termo que adopto, tem o mérito de não ser híbrido e ser exacto; deve-se ao Sr. Dr. J. Leite de Vasconcelos.

aquele é retocado em fino zigue-zague, este é liso, espesso e chato. Poderá discutir-se a época a que pertence. Só o gume tem o retoque lamelar e é por isso que o não atribuo à indústria típica da fase paleolítica de *Moustier*, onde aliás não ficaria mal pelo seu contorno geral. Este utensílio é de um silex, de aspecto particular, cônico do arredondado e baço.

Um quarto utensílio é um fragmento mediano de faca microlítica de silex, um tanto mordida nos bordos, em resultado do seu uso.

2. Evidentemente coetâneos desta civilização, devem considerar-se os instrumentos de diorite polida, que a tempo cheguei de salvar, companheiros de muitos outros que foram dispersos com os entulhos e, quiçá, para sempre se perderam! São nove, entre inteiros e fragmentados. Os tipos reduzem-se a quatro: machado, goiva, enxó e martelo<sup>1</sup>. Estes objectos que tecnicamente recebem esta denominação, atendendo ao seu provável emprego, são muito conhecidos das populações rurais do centro e sul do país com os nomes genéricos de *pedras de raio*, *coriscos*, etc. Povos selvagens muito primitivos há que ainda empregam, principalmente como armas, estas pedras, a que dão formas idênticas às préhistóricas; para isso ajustam-nas a um cabo de madeira, onde as fixam por meio de resinas e ligaduras. É uma sobrevivência elucidativa, de que eu me valia nas excursões arqueológicas para convencer, do antigo préstimo das *pedras de raio*, os bons dos campónios.

3. Afara estes belos exemplares, recolheram-se numerosos calhaus rolados com nítidos vestígios de uso. É vulgar o seu emprego na época, a que me estou reportando; mas não nomearei, de entre os que a minha coleção conta, senão um seixo oblongo de grés, liso nas faces maiores e rugoso em toda a periferia, em consequência do seu emprego como martelo ou mão detriturador; para melhor preensão, tem ao centro de cada uma daquelas faces, uma pequena depressão artificial.

De tipo idêntico, mas sem as covinhas, há outro de contorno circular, liso nas faces planas e áspido na faixa periférica. Estes utensílios não serviriam só para preparar alimentos, mas para triturarem substâncias corantes, úteis à tatuagem e à tinturaria, e rochas para a coesão das pastas cerâmicas. O caso é que o seu uso persistiu longo tempo.

Merece também menção um fragmento de mó primitiva, tal como

---

<sup>1</sup> Dir-se há: um estôjo de carpinteiro préhistórico!

ainda usam povos atrasados para obterem farinha ou triturarem sementes. São de granito, quartzite e grés.

4. Dos achados pertencentes ao período mais recente da ocupação, há ainda a cerâmica doméstica, que é característica. Muitos dos seus produtos são de superfície uniformemente lisa, mas outros são adornados por traços incisos, cujo estilo é bem conhecido pelo dos vasos das célebres covas artificiais de Palmela e de outras estâncias prehistóricas. Os desenhos correspondentes constam exclusivamente de linhas rectas, combinadas com pontuações em alguma olaria de outras procedências; a curva, como elemento decorativo, apareceu mais tarde, se com acerto penso.

E não deixava de ter rude beleza esta singela ornamentação, sobre tudo quando o traço inciso fosse realçado de massa branca embutida a fresco na gravura de barro. Note-se que esta cerâmica, embora produzisse recipientes de avantajada capacidade, não era, como a dos nossos dias, fabricada à roda ou torno, mas manufacturada ou moldada por pedaços de argila mole, a que se adicionava alguma areia ou rocha triturada e talvez caules de gramíneas, finalmente retraçados ou já carbonizados.

Exemplifico os desenhos com o bordo de um vaso (fig. 11).

No museu Etnológico (Belém), que é o estabelecimento em que mais vasta e variada se exibe a série de olaria prehistórica, não existem fragmentos pertencentes a vasos de tam grandes dimensões, como deviam ter sido os que se exumaram no Estoril. Infelizmente, estes são insuficientes para a reconstituição completa de um só exemplar. São também dignos de observação os pedaços de bordos, mais pela sua abundância, do que pela variedade de formas.



Fig. 11

E aqui tem os leitores dêste grande cotidiano, feito a rapidíssimos traços, o inventário genérico das minhas colheitas na destruída *Estação prehistórica do Estoril*<sup>1</sup>; resta-me agora comprovar a sua importância e significação.

Em uma das salas do Museu do Carmo dispus metódicamente todos os objectos.

<sup>1</sup> Não se ajusta à índole do *Diário de Notícias* o estudo técnico de todo o espólio do Estoril. Tentá-lo hei nas páginas de uma revista da especialidade, porque no meu modesto sentir, a morfologia particular dos sílices desta estação merece que os investigadores lhes dediquem alguns momentos de observação.

## VIII

## Estação prehistórica do Estoril

Propondo-me apresentar concisas reflexões sobre os achados do Estoril, a primeira cousa que reconheço, é que fui insuficiente na minha descrição; mas a tanto obriga a necessidade de não ultrapassar os limites restritíssimos, que a crise do papel impõe a quem escreve.

O que notabiliza a estação prehistórica do Estoril, de que infelizmente já nem o local resta, é a solidariedade e coexistência de exemplares de tipo industrial paleolítico e de objectos do período calcolítico; ora se aquele corresponde à mais arcaica actividade humana, estes pertencem à mais recente fase do incomensurável lapso de tempo, em que o uso da pedra vigorou. De uma a outra época, interpõe-se um espaço de séculos incontáveis e um período inteiro da evolução humana, a que se dá o nome de época neolítica, ou da pedra polida. Parece pois, que a associação d'estes objectos não se podia dar no mesmo depósito.

Parto da suposição de que nenhum técnico deixará de reconhecer a tipologia do trabalho paleolítico, ou da pedra lascada, na série de *grattoirs* e *perçoirs*, que primeiro descrevi e a característica feição dos instrumentos de pedra polida e da cerâmica do Estoril.

Mas preciso mais uma vez acentuar que a mistura d'estes restos, *in loco*, era completa e a espessura da camada arqueológica era diminuta ( $0^m,40$  a  $0^m,50$ ). Como êles se encontravam, tanto nas zonas superficiais, como nas fundas, creio que pode ser posta de parte a hipótese, aliás normal, de que o emprêgo d'estes utensílios fosse sucessivo, isto é, de que duas populações ali se sucedessem e sobrepondessem os seus respectivos detritos.

O aspecto uniforme dos sílices de uma e outra indústria também favorece este critério, porque não se distinguem diferentes graus de pátina entre o espólio lítico do Estoril.

O problema, que emerge d'estes factos, é do mais elevado interesse arqueológico e creio que, em Portugal se apresenta em primeira mão. Comé é que, mediando, segundo as ideias correntes e as escavações o demonstram, entre a época paleolítica e a calcolítica, um transcurso de tempo de longuissima duração, nada menos que toda a época neolítica, podemos encontrar, associados na mesma estação e em comprovada contemporaneidade, os materiais paleolíticos e calcolíticos que a largos traços descrevi nos dois artigos anteriores?

É preciso reconhecer que é melindroso o problema e que a insu-

ficiência de cotejos nacionais aconselha a maior reserva. Seja qual for a explicação do facto arqueológico que pretendi caracterizar, o que me parece que posso concluir, é que, em Portugal, durante uma época marcada pelo uso da cerâmica ornamentada de estilo rectilíneo, pelo do machado polido e de alguns artefactos cípricos, que aliás, na estação do Estoril, por impossibilidade de uma exploração cuidada, podem ter-se perdido, ainda se talhava o silex com uma técnica que, na França, é solidária do princípio do paleolítico superior e que aí evoluíu ainda por largos períodos de tempo.

Esta é a evidência palpável dos factos.

Na estação paleolítica do *Casal do Monte*, concelho de Loures, descoberta em 1909 pelo Sr. Joaquim Fontes, quintanista da Escola Médica e cultor já muito autorizado do paleolítico português, tem sido colhidos pequenos instrumentos de quartzite e silex talhados que, sem nenhuma sombra de dúvida, devem ser também individualizados como *grattoirs carénés* e à museau. Isto portanto em Portugal.

\*

Se a sucessão das grandes épocas de prehistória e das suas subdivisões não estivesse comprovada, de maneira incontestável, pelos depósitos das cavernas e não pudesse examinar-se, nas prateleiras das colecções e nos tratados de prehistória, com flagrante realidade, a série industrial, que corresponde a cada estrato de sedimentos, então o aparecimento de uma estação como a do Estoril, viria causar uma confusão perturbante na paleoetnologia de um país. Mas, seguros da realidade de uma evolução, cujo carácter fundamental consiste no predomínio de determinados artefactos, em cada fase do desenvolvimento, e na sua substituição gradual, de época para época, nós podemos aventar quaisquer hipóteses, mais ou menos plausíveis para casos como aquele de que me ocupo, sem receio de abalar a verdade cronológica, sólidamente estabelecida.

E assim é que, para explicar o aparente paradoxo do Estoril, é-nos lícito recorrer a uma persistência local de tipos arcaicos, através dos tempos e ao lado da sucessão ou evolução de outros, ou à sua revivescência trazida por qualquer onda de novas populações, mal definidas ainda.

Confesso que a primeira hipótese me sorri menos, porque, para admitir a persistência dos tipos aludidos, desde o paleolítico até o calcolítico, era preciso que os encontrássemos ainda adoptados no neolítico e julgo não se dar esse caso. A reaparição ou revivescência é pois, a hipótese que me parece mais compatível com as indicações

da paleoetnologia nacional, embora a causa desse fenômeno permaneça obscura.

Apenas no espólio de S. Mamede, de Óbidos (Museu Etnológico Português, pavimento II, armário n.º 6), pude encontrar um belo *grattoir à museau* de silex e a estação de S. Mamede é típica da época calcolítica.

Os paleoetnólogos italianos é que assinalam os resultados de pesquisas feitas nas proximidades de Ancona, resultados que parecem ter toda a analogia com os do Estoril. Nos depósitos de cabanas das aldeias eneolíticas de Fabriano e Arceviese, apareceram sílices com a mesma técnica dos que, em França, dizem, são atribuídos à fase de *Moustier*, isto é, à época paleolítica-média<sup>1</sup>.

No Estoril, a analogia dá-se com produtos da fase de *Aurignac*, que corresponde, em todo o caso, ao início do paleolítico superior.

Dito isto, vou expor sécamente a ossatura destes, já de si concisos, comentários à *Estação prehistórica do Estoril*.

Ela é pois, fundamentalmente caracterizada pela *associação* de *dois grupos* de artefactos prehistóricos, pertencentes a estados da evolução industrial do homem, muito afastados normalmente um do outro.

Essa *associação* no lugar, a qual corresponde à contemporaneidade no tempo, prova-se: a) pelas condições do descobrimento; b) pela uniformidade da pátina; c) pelas indicações da prehistória comparada em Portugal (S. Mamede e Casal do Monte) e na Itália (Fabriano, Arceviese).

Os *dois grupos* de artefactos são: 1) Sílices talhados como os do paleolítico; 2) Produtos característicos da época calcolítica.

1. A referência ao paleolítico funda-se na analogia técnica e morfológica com uma estação portuguesa, já definida como paleolítica, e com estações francesas da fase paleolítica de *Aurignac*.

2. Não a analogia, mas a perfeita identidade dos tipos do Estoril com outros de proveniência caracterizadamente calcólítica do país, como S. Mamede, Palmela, etc., são consequências indiscutíveis dos confrontos.

\*

A minha peroração aos quatro parágrafos, que a *Estação Prehistórica do Estoril* já motivou, conterá as conclusões a que cheguei.

<sup>1</sup> A comunicação do *Compte-rendu* do Congresso de Genebra em 1912, em que obtive esta referência, foi-me apontada pelo sr. Joaquim Fontes, autor de não poucas monografias sobre o paleolítico português. Por brevidade, omito as citações, em que provaria o parentesco de alguns tipos do Estoril e do Casal do Monte com os da fase francesa de *Aurignac*.

Assim as defino substancialmente:

— Que, em Portugal, no período calcolítico (transição final da época neolítica), ainda estavam em vigor algumas formas correntes do próprio paleolítico português e do francês;

— Que este facto pode ser paralelo ao que se deu também na Itália;

— Que não se encontra, porém, em Portugal, na época intermédia, a neolítica, o encadeamento necessário e lógico destes tipos;

— Que a *Estação* do Estoril não só se caracteriza por esse facto curioso, mas ainda se destaca das suas coevas pelo grande predomínio dos mesmos tipos, absolutamente raros ou desconhecidos nas outras;

— Que a hipótese emergente seria a de um hiato étnico ou industrial e do reaparecimento das necessidades próprias das populações quaternárias entre as do fim do neolítico; o que pressupõe ancestral selvagismo<sup>1</sup> nas tribus que, já no último período da época da pedra polida (calcolítico), vieram habitar a embocadura do Tejo, fossem donde fôssem.

O futuro porém o dirá.

## IX

### **Antigo cruzeiro derrubado**

Regressemos do Estoril a Cascais.

A arqueologia nem sempre malbarata o seu tempo, quando troca a comodidade das estradas pela aspereza dos caminhos e veredas. Façamos pois isso.

Um pouco para nordeste de Cascais, arredonda-se uma árida eminência, a que chamam o «Alto da Castelhana». À margem dum caminho que ainda a atravessa, uma cruz de pedra lavrada abria outrora os seus braços evocadores a quem, das cumeadas dos Estoris, descessasse à vila.

Durante mais de dois séculos não padeceu ruína o singelo cruzeiro. Mas há alguns anos, uma hora má e desapiedada souou também para este padrão de antiga candura. Então os seus braços ruíram desarticulados; o seu fuste destroncou-se do pedestal imóvel. Ninguém

<sup>1</sup> Os Tasmanienses, selvagens oceânicos, extintos no séc. xix, ainda usavam *grattoirs carénés*, bem caracterizados. Claramente aqui não houve continuidade (*Congrès de Genève*; 1912).

até agora estendeu ao inofensivo monumento a mão reparadora da insensatez perpetrada. Jazem ainda esquecidos, no chão crestado do cabeçaço. Mas para os cuidados do epigrafista, lá ficou intacto o plinto cúbico, que dois ou três degraus lisos ainda suportam. Assim diz a inscrição, que abrange duas faces contiguas do dado. (Figs. 12 e 13).



Fig. 12



Fig. 13

É curiosa a data. Geralmente no séc. XVII o milénio suprimia-se; todavia aqui, por espírito de simetria, teriam querido abrir, na última linha da epígrafe, quatro caracteres, em correspondência com os das linhas superiores, e então era necessário fugir à rotina,

especificando por extenso a data do cruzeiro. Mas o gravador ou quadratário, fôsse por equívoco, fôsse por tardia advertência, fez metátese com os dois primeiros algarismos, inscrevendo 6180 onde só deveria estar 1680, ou simplesmente 680, à maneira do século.

Foi isto o que, segundo penso, causou embaraço à leitura que se apresenta no *Boletim da Associação dos Arqueólogos*, do Carmo (t. x, n.º 4, p. 174). Interpretou-se afi a última linha assim transcrita 61XO, como significando (ano) «61 de Cristo». Houve lapso em acreditar que era X o algarismo arábico que lá está, e daí resultou manifesta incongruência na antiguidade atribuída a este cruzeiro.

Note-se a grafia de EMTEMSÃO (intenção) e QEM (quem).

No fragmento, que pertenceu à cabeceira da cruz, subsiste o dístico tradicional:

INRI

Na sua singeleza não deixa de ser, pois, uma curiosidade epigráfica esta legenda seiscentística.

E a súplica ingénua, que o letreiro ciciava ao transeunte, não era merecedora da irritação escura que pretendeu sufocá-la. Salve-se, ao menos, o interesse arqueológico do bi-secular monumento com esta notícia.

X

#### A ermida de Nossa Senhora de Pôrto Seguro

No trecho mais declivoso de uma rua de Cascais, a do Visconde da Luz, num ponto que, em tempo, pertencia apenas ao alfoz da vila, encontra-se uma ermidinha, de vulgar aspecto, sobre cuja entrada, porém, um letreiro de mármore conta o que lhe deu origem. Louvável

lembrança a de conservar, através de transformações inevitáveis nos edifícios, estes pedaços de história escrita pelos próprios contemporâneos!

Para vê-la, entra-se um pequeno recinto ou adro, comum à ermida e a uma casa, que lhe é mística, a dos antigos patronos da fundação. Uma cancela de ferro isola convenientemente, da via pública, o conjunto dos dois edifícios.

A epígrafe, em português, restringe-se a dez linhas de densas maiúsculas, com letras enlaçadas, sobrepostas e abreviaturas; e é um característico produto do fim do séc. XVII, onde, flagrantemente, se reflectem certos aspectos da vida social da época; o que proporciona a esse pequeno monumento razoável interesse etnográfico.

A mendicidade voluntária, estabelecida outrora à altura de instituição religiosa, com o intuito de contrapor uma apertada penúria, austeramente mantida em frios cenóbios, à farta abastança dos mosteiros monumentais e dominadores, documenta-se nesta legenda da ermidinha de Nossa Senhora de Pôrto Seguro, em dizeres de uma desprevenida simplicidade.

Eis a cópia, que cuidadosamente tracei. (Fig. 14).

Farei o seu desenvolvimento, conservando a ortografia do original: *Este Hospicio mandou fazer | Pascoal Dias e sua m(ulh)er M(ar)ia da Costa naturais | de Oeiras e o derão de esmola aos religiosos | capuchos da sancta crux da cer- ra | de Sintra p(ara) nele se recolherem quando | vierem a esmola a esta vila co | m obriguasão de uma missa que lhe | dirão to das as segundas feiras | por ele e sua mo- lher e seus desen | dentes foi feito na era de 1691. |*

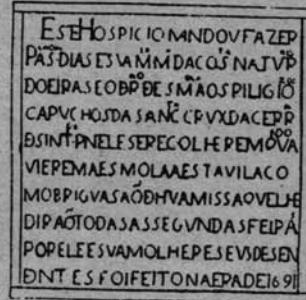


Fig. 14

Mesmo para o período seiscentístico, há certamente nestas palavras algumas incongruências ortográficas; mas, ao menos, não se incide ainda na condenável grafia de *Cintra*, introduzida por certas predileções mitológicas, que fizeram o seu tempo entre os eruditos, antes de apeadas as questões de etimologia toponímica para o terreno chão e firme dos documentos históricos, sob a tutela de uma ciência nova — a filologia.

*Sintra* é a única maneira autorizada e genuína de escrever o nome da linda vila, sem lhe sacrificar os respeitáveis pergaminhos, pois que, desde o seu foral, que é do séc. XII, por esses tempos fora até o séc. XVI e XVII, ela tem visto, na sua ortografia, um S inicial, tal

como lho exibem os escritores, os documentos... e as paredes, como nesta lápide.

Arquive-se pois, mais uma vez, a clássica grafia de *Sintra*, ainda quase ao cair do século de seiscentos.

\*

Não está inédito este letreiro; a conhecida obra do Sr. Pedro Lourenço de Seixas Borges Barruncho (Lisboa 1873), denominada *Apontamentos para a história da vila e concelho de Cascais*, traz uma referência ao «Hospital dos padres capuchos arrábidos da serra de Sintra», e, nesse capítulo, vem a leitura da lápide comemorativa da fundação do hospício, mas não vem o *fac-simile*, e esse é que eu procurei obter com a maior fidelidade, como indispensável documentação paleográfica para estes casos.

A quem se deve o conservar-se ainda esta lápide curiosa, di-lo uma tabela de pedra embutida na mesma frontaria; daí consta que a ermida da Senhora de Pôrto Seguro foi restaurada, em 1871, pelo Sr. Francisco Marques Lial Pancada, natural de Cascais.

\*

É o interior da capela adornado de primorosos azulejos, até meia altura das paredes laterais. Este artístico revestimento, pintado só a azul, forma, de cada lado, três painéis desiguais, repartidos por colunas ricas de cariatides e volutas ornamentais, onde se prende uma exuberância de festões e grinaldas de gracioso desenho.

Do lado da epístola, dois quadros da mesma dimensão representam, o primeiro a Assunção da Virgem Maria e o imediato a sua coroação, efectuada pela SS. Trindade. O terceiro painel, mais estreito que os outros, exibe uma paisagem iluminada pela lua simbólica. Estas três composições são realçadas por legendas de versículos.

Da banda do Evangelho, o primeiro quadro representa a padroeira da ermida, Nossa Senhora de Pôrto Seguro, em glória sobre um nau, dentro da qual navegam S. Francisco de Assis e Santo António de Lisboa. O espaço contíguo não tem painel; abre-se aí a tribuna dos patronos da capela; o derradeiro quadro, simétricamente ao da lua, ostenta uma paisagem em que o sol flameja.

É de crer que estes bons azulejos monócromicos não afastem muito a sua antiguidade da fundação do hospício em 1691.

São merecedoras do maior encômio as pessoas que conservam

carinhosamente, com o meticoloso asseio que eu verifiquei, esta capelazinha bi-secular.

É clara a relação entre o onomástico desta ermida «Pôrto Seguro», e a situação marítima de Cascais.

*Post-scriptum.*

Um leitor do *Diário de Notícias*, honrando-me com a sua atenção para o *Antiquitus*, propõe, debaixo do pseudónimo «Graco», a leitura 690 (1690) para a data do cruzeiro derrubado do Alto da Castelhana, explicando que as duas siglas intermédias se podem ler à romana, por constituirem o ordinal IX. Desta forma, teríamos na pedra uma escrita mixta, parte arábica, parte romana. Recordarei que eu li a data 1680, por inversão de 6180, inexplicável.

Em primeiro lugar, permita-me o ilustre contraditor que lhe diga que, para a antiguidade do monumento, a hipótese chega ao mesmo resultado ao qual eu cheguei, isto é, ao séc. XVII. Mas o motivo por que, acima de qualquer outro, tenho suma dificuldade em admitir tal leitura, é o de que a terceira sigla da data, tal como está nítidamente gravada na pedra, é o algarismo arábico 8, de forma angulosa e traço contínuo, mas não um X romano.

O exame directo do monumento acabaria de convencer «Graco», a quem agradeço a cortês contradita.

Por isso, vou achando, ainda 1680, a melhor leitura.

## XI

### Nova estação paleolítica

Se fosse perdoável que, nesta quadra de ansiosas cogitações, alguém pretendesse tratar, com alegre desenfado, qualquer assunto, mormente aquele que, pela fama da sua gravidade, mais conviesse desassombrar dela, eu sentir-me-ia tentado a escolher para o presente número do *Antiquitus* um título picante, tal como este: *De como uma lavadeira é pessoa muito suficiente para assinalar uma estação paleolítica;* e, depois, glosaria o tema com a mesma veia desenfastiada, que a epígrafe prometia.

Não decorrem, porém, fagueiros os dias para facécias, e, nesse entendimento, direi muito singelamente que a estação prehistórica, de que vou dar notícia, foi-me denunciada por uma colheita de pedras, da qual eu incumbira, inteiramente à ventura, a minha lavadeira, casada, moradora em Almargem do Bispo, freguesia situada poucas léguas a NO. de Lisboa.

Foi em Agosto de 1912, que preguntei a esta genuína saloia pelo casual aparecimento de «pederneiras» nas fazendas, que o marido amanhava.

Em boa hora arqueológica o fiz.

Nesse mesmo mês e ano, presenteava-me a Sr.<sup>a</sup> Maria «Selibéria» (Silvéria), não sem mal contida ironia, com um lenço de ramagem, muito atado e reatado, a estalar do peso das pedras, que mal lá cabiam dentro. Sumáriamente examinadas, pasmou a Sr.<sup>a</sup> Maria de eu lhe dizer que muitas delas tinham sido afeiçoadas por uma raça de gente antiga, que por ali passara. Suponho que não me acreditou.

\*

Depois de dois longos anos contados, pude visitar pessoalmente o local e verificar o descobrimento da lavadeira.

Em outubro de 1914, por uma bela manhã, transportei-me a Caneças, calcorreando em seguida a estradinha, que leva a Almargem do Bispo, até a ribeira e povoação de Alveijar.

A meio de uma encosta, voltada para o sol que já aquecia, uma casita quadrada, pedaço de cal viva que scintilava sobre o barro queimado das terras sem pão, foi-me indicada como a habitação da Sr.<sup>a</sup> Maria «Selibéria».

Ela própria me serviu de guia na pesquisa de mais «pederneiras». Descemos à ponte que eu transpusera minutos antes. As pedras do supracitado lenço haviam sido colhidas no próprio leito da ribeira, a jusante da ponte e em um campo marginal, a que chamam a «terra da Ponte», a montante desta.

Efectivamente foi à superfície do solo, neste ponto, que eu recolhi o maior número de exemplares líticos; eram já raros na terra fronteira. Percorri também os pendores e cabeços circundantes, que saíram absolutamente estéreis. E no leito da ribeira nenhuma peça tam pouco lobriguei, conquanto eu deva prestar fé às declarações, inteiramente plausíveis, da Sr.<sup>a</sup> «Selibéria».

Desta maneira, ficava a estação prehistórica circunscrita a um terrén baixo, um metro só menos do que a própria ribeira, que o cortava.

Tive ensejo de examinar aí o subsolo, em duas valas de drenagem, e de verificar que ele não continha restos alguns de indústria humana, nem sequer aluvões.

A estação era portanto superficial e, como o terreno, muito fértil, era constantemente revolvido pela charrua, a dispersão e a fragmen-

tação dos materiais líticos atingiam o grau máximo, o que aliás a colheita petrológica exuberantemente testemunhava.

Das terras marginais ao leito da ribeira os silices desciam naturalmente, e é talvez por isso que tem alguns o aspecto rolado.

É tempo de versar a natureza e antiguidades dos vestígios encontrados. Fica para outra.

## XII

### Estação paleolítica de Alveijar

Os silices e quartzites talhados da estação de Alveijar, freguesia de Almargem, correspondem seguramente à indústria paleolítica; nenhum indicio encontrei que me induzisse a caracterização diversa. O grupo humano, que ali estacionou até certo período do pleistoceno, não foi substituído, nos tempos prehistóricos, por nenhum outro de mais



Fig. 15



Fig. 16



Fig. 17

adiantada cultura; ali sucumbiu, ou dali para todo o sempre emigrou. Em seu lugar, assentaram-se fatidicamente depois o silêncio e o olvido.

Monumentos de pedra não os construía esta gente. Mas equivalente, em torno dos rescaldos fumegantes da sua derradeira refeição naquela estância, ficaram juncando o solo os utensílios líticos do seu uso, testemunhos mudos da sua existência durante intermináveis séculos.

«Como e quando se quebrou esse grande silêncio? Só no séc. XX de uma era histórica, pelo acaso da atenção estimulada de uma modesta lavadeira!»

Antes disso, porém, já os amanhos agrícolas iam com insistente fatalidade, triturando, transformando, disseminando os últimos produtos da indústria desses bandos pleistocénicos, e, é em virtude desta causa, que não só a colheita agora arquivada é pobre e incompleta, embora homogénea, senão que a proporção dos exemplares classificáveis para com os amorfós, quer por serem rebotalhos industriais, quer por serem fragmentos de verdadeiros utensílios, é consideravelmente fraca.

Possuo sítices ou quartzites talhados desta estação, nos quais infelizmente parece ter-se perdido ou adulterado o cortorno do utensílio, de modo tal que, só tendo em consideração a zona média do exemplar ou o seu vulto, se pode presumir o tipo a que pertenceu.

São raras as peças completas, mas o espólio já inventariado é suficiente para marcar a fase da indústria paleolítica, que a estação de Alveijar atingiu. A pátina é que é magnífica em todos os exemplares, que são na sua maior parte de silex acastanhado e até avermelhado. Os de quartzite não destoam desta coloração.

Se, pois, algumas peças são, pelas circunstâncias alegadas, de caracterização hesitante, colectivamente julgo poder filiar tudo no pa-



Fig. 18

leolítico «antigo», «médio», e «1.<sup>a</sup> fase de superior»; designações que, desde os achados do Estoril, não são matéria nova para os leitores do «Antiquitus».

Daquele, é bom exemplar o fragmento terminal de um amigdalóide, «coup-de-poing» ou «faz tudo» (Dr. Leite de Vasconcelos), bastante curioso na série portuguesa, porque tem fraca espessura, bordos retocados, sem se terem tornado rectilíneos; tipo de «St. Acheul», todavia grosseiro. Relativamente porém, aos nossos produtos desta classe, é um exemplar delicado. (Fig. 15).

Do paleolítico «médio» há alguns «grattoirs» de linda pátina, mas de conservação mais ou menos defeituosa nos retoques dos bordos.

Em especial, menciono e figuro d'este período uma «ponta» de quartzite. (Fig. 16).

Peça tipica e perfeita é um «grattoir caréné», de silex<sup>1</sup>, de pe-

<sup>1</sup> Esta denominação é a técnica, se bem que de problemática analogia. Tais peças lembram, melhor que a quilha ou a proa de um navio, a pata de um sólipede.

quenas dimensões, indicador da 1.<sup>a</sup> fase do paleolítico superior (Aurignac); retoque lamelar, pouco abrupto, aspecto maciço. (Fig. 17).

Por último, sílices, que podem agrupar-se nos tipos de «perçoirs» (um represento), de «lames utilisées, et à encoche», etc., e que não podem ter neste jornal a descrição minuciosa que aliás mereciam. (Fig. 18).

Aqui tem os aturadores do «Antiquitus» como é possível inscrever, nos registos nominais da preistoria portuguesa, o nome da Sr.<sup>a</sup> Maria «Selibéria», legítima descobridora de uma estação paleolítica no alfoz de Lisboa.

No *Diário de Notícias* de 18 de Outubro, depois do meu primeiro artigo, o Sr. Dr. Joaquim Fontes publicou uma carta sobre o mesmo assunto.

Tirado dos *Diários de Notícias* de 17 do ix, 4 e 25 do xi, 23 do xii, de 1915; 18 do i, 3 do iii, 2 do iv, 14 do vi, 3 e 21 do viii, 25 do ix e 29 do xii, de 1916.

(Continua).

FÉLIX ALVES PEREIRA.

### O primeiro «Presépio» de Lisboa conhecido (Séc. XVII)

O presépio corresponde à *crèche* francesa da Provença, e, em especial, de Marselha<sup>1</sup>. Quanto à significação, diz Bluteau: «Presépio vale o mesmo que *Estribaria de animaes domesticos ...*»<sup>2</sup>. O oratório, em que foi encerrada toda a figuração das personagens bíblicas do nascimento de Cristo, toma o nome de uma parte do cenário, cuja importância porém é capital, por formar o centro do conjunto enscenado — a *estrebaria* de Bethlêm.

Que os presépios provenham da prática medieval da Natividade nas igrejas, com a adoração feita ao vivo por personagens, ataviadas como de mister fôra, não há dúvida. O próprio espírito de folganza, embora envolta em misticismo como os velhos mistérios dos pagãos, ficou impresso nas figuras, dadas aos mais profanos actos de todos os dias. As danças do povo, pelas naves dos templos na véspera do Natal, transmitiram a alegria festiva, menos religiosa, aos grupos de dançarinos, tocadores, dos presépios. As romarias com os peregrinos festivais, as promessas e transporte de oferendas, os pendentes à beira da estrada, os músicos, os vendedores de guloseimas,

<sup>1</sup> Ch. de Danilowicz, *L'Art rustique français: Art provençal*, Nancy, cap. xiv. Elzéard Rougier, *Petite Histoire des Santoun*, Marselha 1912.

<sup>2</sup> Raphael Bluteau, *Vocabulario*, s. v. «Presépio».

etc., tipos característicos<sup>1</sup> que se mantiveram no presépio, fixaíma regras. Por isso os presépios tem um carácter mixto de lado pagão, e fundo de crença e prece cristãs.

Quem terá tomado a iniciativa de substituir as figuras vivas por outras artificiais, que evitassem as licenças e sustivessem a adoração do Natal, não se sabe ao certo.

Marchetti, na *Explication des usages et coutumes des Marseillois* (1683), atribui a novidade ao poverello de Assis, o bondoso S. Francisco: te-lo-ia feito em uma estrebaria, com figurantes formados por bonecos de palha. Sem dúvida, num período de fé reinante, triunfante, pregador ele em pleno séc. XIII, e reformador de crenças, ter-se-ia desgostado com as liberdades da Natividade, a dentro dos templos. Mas fosse ele ou não, o persuasivo asceta do vale da Porciúncula, cerca de Assis, é-lhe concedida a iniciativa.

Um manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa, que transcrevo abaixo, refere-se ao primeiro presépio da capital, no primeiro quarto do séc. XVII. Do séc. XIII em diante, os conventos franciscanos mantiveram o uso do presépio, que passou da congregação do Oratório a todos os conventos, templos e casas particulares, até a profusão do séc. XVIII.

«No mosteiro de Religiozas do Salvador de Lx.<sup>a</sup> | da ordem Dominicana teue principio o primeiro | Prezepio q̄ se fes nesta Corte e cidade de Lx.<sup>a</sup> e foi | o cazo q̄ foi reuelado a h̄ua religioza de | uirtude do mesmo mosteiro q̄ era gosto q̄ se fizesse | e assim se fes e costumauão todos os annos em dia | de Natal hirem os parocos da Cidade celebrar | rem ali a missa ao santo nascimento de Christo | em louuor e onra do mesmo Senhor com q̄ hia | muita gente auitalo e assistir e despois das | outauas hija a hirmandade dos clérigos | pobres cantarle huma missa todos os annos | ao mesmo mosteiro a festigar o sagrado nacemento | de deos e algumas uezes hauia sermão este | costume durou emte o anno de 1624 q̄ ali hião | a dita hirmandade e dahi por diente não forão fazer mais | a tal missa e festa consta isto do liuro da fundacam | do mosteiro q̄ fes a M<sup>e</sup> Maria Bauptista Prioresa q̄ | foi Capitulo 11. e folhas 101 cuio liuro esta no | cartorio do mesmo mosteiro».

(Ms. da Biblioteca Nacional de Lisboa, Cod. 14 (A. 21-4), fl. 39).

Luís CHAVES.

<sup>1</sup> Na Provença deu-se o mesmo caso com o *ravi* (pastor de braços no ar, espartado), o *tambourinaire*, *amoulaître*, ... Vid. *santoun*, em Ch. de Danilowicz. *L'Art rustique français: Art provençal*.

### Antiguidades de Tomar

Entre vários objectos que em 1915 se adquiriram para o Museu Etnológico, do espólio de Possidónio da Silva, há uma asa de sítula, de bronze<sup>1</sup>, que vai representada na fig. 1, e junto da qual o referido arqueólogo pusera um papelinho com a seguinte indicação: «P. da S., n.º 53, Nabancia, Romano»: provém, pois, da mesma localidade de que provém as antigualhas de que falei n-*O Arch. Port.*, xix, 146 sgs., e pertence à espécie de asas de que falei *ibidem*, p. 88, a não ser que a presente, além da simplicidade artística, apresenta o aspecto de cabeça de cavalo, e está um tanto deteriorada.

Com a asa de sítula vinha um *pondus* de barro<sup>2</sup>, que represento na fig. 2: tem forma de tronco de pirâmide, e um orifício que o atravessa no topo, de lado a lado, vendo-se numa das faces um ornato ou marca de forma de X, e na oposta um ornato ou marca de forma de estrela de sete ou oito raios (um dos raios, se o é, não está nítido). As marcas foram feitas antes da cozedura, mas avivadas depois. Este *pondus* não trazia indicação de proveniência, mas atribuo-o também às ruínas da chamada «Nabancia», já por vir com a *asa de sítula*, já, e principalmente, porque o ornato estrelado é igual ao do peso tomarense que publiquei no citado volume d-*O Arch. Port.*, 148, fig. 2.



Fig. 1

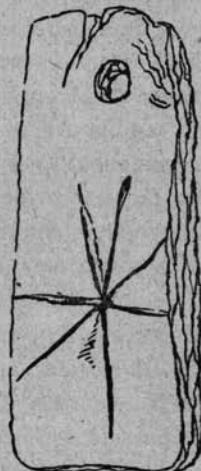


Fig. 2

J. L. DE V.

### Visitas de estudo

#### I

##### O Museu de Mafra

No convento que D. João V, com a sua louvável megalomania artística de soberano rico, mandou edificar na vila extremenha de

<sup>1</sup> Número de entrada, 6:129.

<sup>2</sup> Número de entrada, 6:131.

Mafra, foi instalado um museu, que as preciosidades existentes bem e curiosamente forneceram. Num folheto de treze páginas, o Sr. José Queiroz, dirigente dos trabalhos da instalação museográfica, deu conta da forma por que dispôs as peças do mostruário, inaugurado em Maio de 1911<sup>1</sup>.

Antes desta exposição pública, determinada pelo Ministério das Finanças, por decreto de Dezembro de 1910, havia já um verdadeiro museu de arte ornamental na *Casa da Fazenda*, junto da sacristia<sup>2</sup>; nela se arrecadavam em cinco salas, metidos em armários envidraçados, banquetas, —peças de cerimónia do lavapés—, jarros, etc., de latão, estanho, relicários, turíbulos, navetas, custódias, sacras, alfaias religiosas, estofo, etc. de Génova, Nápoles, Milão e França.

Neste convento que tem o nome de *Real Basílica e Convento de Nossa Senhora e Santo António*, mandou D. João V reservar para si, família rial e comitiva, uma parte que constituía o palácio. Era no pavimento nobre. Chegou a ocupar mais tarde três linhas de salas; e a fachada principal do convento, torreão a torreão, compreendidos ambos eles, constituía uma delas. Foi nesta parte, extensa galeria de onze salas, com 190 metros, que o *Museu de Mafra* ficou instalado. À seguir, sucedem-se as salas e quartos da Casa Rial, até um salão fradesco ladeado de celas, uma das quais está como a teria deixado um frade saído recentemente.

Na 1.<sup>a</sup> sala (A), em armários, mesas, e estantes, estão objectos de baixela e iluminação.

De latão (*chrysocalo*): candeeiros, castiçais, lampões, palmatórias, perfumadores, tocheiros, etc.; de estanho: galheteiros, colheres, pratos; de louça: barro comum, e faiança com a marca de MAFRA — F.<sup>RA</sup> — ou — FR.<sup>A</sup>

Na 2.<sup>a</sup> sala (B): Pano do tipo de Arrás, que representa, segundo a legenda, ALEXANDER | THALESTRIM · AMA | SONUNM · REGI | NAM · RECIPIT | ; mobiliário do séc. XVIII de embutidos e «conchoidal», mesas, consolas, cadeiras.

Na 3.<sup>a</sup> sala (C): sála de estilo do *Império*, em mobiliário e faiança.

Na 4.<sup>a</sup> sala (D): paramentos ricos de bordado, das cinco cores do rito, sem pedras preciosas, conforme a regra dos Arrábidos, que

<sup>1</sup> José Queiroz, *Museu de Mafra*: Inauguração, Maio de 1911. Imprensa de Libâno da Silva, de Lisboa.

<sup>2</sup> No Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, de 1882, tomo III, da 2.<sup>a</sup> série, n.º 11, pp. 166-169, em artigo de Joaquim da Conceição Gomes, vem informações a conferir.

deviam admirar o próprio rei, e serviram ou existiam, no dia 22 de Outubro de 1730, na festa da sagrada da basílica: dalmáticas, capas, casulas, porteiras, etc.; há também relicários, custódias, estantes de círio para cantochão, etc., com obra de talha e relêvo de cinzel.

Na 5.<sup>a</sup> sala (E): esta sala tem 25 peças de banqueta de bronze; a cruz tem um baixo-relevo, que representa a «Ceia de Cristo».

Na 6.<sup>a</sup> sala (F), que é a sala dos modelos: modelos muitos curiosos e perfeitos de capitóis, de retábulos da igreja, e das estátuas; foram executados de madeira, barro e gesso. Estas obras de estatuária rica são posteriores<sup>1</sup> à sagrada da basílica, e vão de 1730 a 1732.

Na 7.<sup>a</sup> sala (G): está o badalo do sino grande do carrilhão, que pesa 800 arrobas, e para o qual o badalo pesa 280 quilos; um frontal de couro relevado e colorido; modelo de madeira do precioso crúcifixo de mármore da arquivolta do retábulo do altar-mor, o qual mede 3<sup>m</sup>, 30.

Na 8.<sup>a</sup> sala (H): paramentos, tapeçaria da Pérsia, de Arraiolos, panos de Arrás, rendas, bordados, louça da Índia, dois esquentadores da velha fábrica do Rato, duas bilhas de louça de Estremoz, um pote de louça moderna com os dizeres de —NIZA | OFFERECE AO MUSEU | DE | MAFRA | .

Na 9.<sup>a</sup> sala (I): sala de pintura e escultura antigas: quadros pelas paredes; um presépio colorido, que representa a estrebaria do Natal, com a Família Sagrada, um pastor e uma pastora; estatuetas de frades, cinco maiores, dez menores, santos, de madeira.

Na 10.<sup>a</sup> sala (J), de pintura moderna: de P. Mattei (Nápoles, 1859), *D. Estephania em Nápoles*, de E. Vaushier, *D. Pedro II, Imp.º do Brasil* (1890), de José Queiroz (1891), Luciano Freire (1892), Carlos Reis (1893), Alves Cardoso (1901), A. Mello, etc.

Na 11.<sup>a</sup> sala (K), aguarela, desenho e gravura: aguarelas de D. Carlos (1887-1894), de D. Fernando, Casanova, Hans Novack (Madeira, Dezembro de 1892), Henri Calmels, Beaulieu (Lisbonne); carvão de Teodoro da Mota; gravuras, etc.

\*

Nas salas do Paço Rial, já fora do Museu propriamente dito, mas expostas ao público, e a seguir às da galeria que o formam, há também valores a apreciar.

<sup>1</sup> *Boletim cit.*, id. Os baixos-relevos dos altares são de mármore português, e as estátuas, pelo menos em parte, são de mármore de Carrara.

- 1) *Sala de visitas*: grande espelho de Veneza, dois jogos de sofás e cadeiras com embutidos de madrepérola em feitio de flores, e com dourados; retrato de D. Fernando, por Miguel Luppi, 1875; o de D. Maria II.
- 2) D. Pedro V a cavalo, de H. Petit, 1855.
- 3) *Jarra manuelina* de Rafael Bordalo Pinheiro, datada das Caldas, em Fevereiro de 1892, com a legenda, no bôjo enorme, POR MINHA PÁTRIA, azul, de guarnições amarelas; com um medalhão do Infante D. Henrique; com as caravelas da Índia, etc.
- 4) Quadro de Lorenzo Decechi, *Adamastor (navio) da Livorno a Lisboa, 4 de Agosto* de 1897.
- 5) Tinteiro de bronze de P. J. Mêne, 1847, com dois cães.

\*

Das onze salas da galeria do Museu quatro tem pinturas no teto, que figuram as expedições e descobrimentos da Índia e América; Cyrilo Volkmar Machado (1796-1806), Francisco Vieira Lusitano, Domingos António de Oliveira Goes, as executaram; eram as «salas das descobertas». As salas ao lado destas tinham frescos mitológicos e alegóricos, pelo teto e paredes. As «salas das descobertas» tiveram nas paredes quadros de Domingos Sequeira (*Almeida derrota o Cutialle em Panane*), Cyrillo (*Albuquerque fortifica Cochim*), Foschini (*Vasco da Gama desembarca em Calecut*), B. Callisto (*D. João de Castro triunfa de Juzar-Kan*), Taborda (*Ant.º da Silveira fez levantar o cerco de Diu*), Vieira Portuense (*Duarte Pacheco defende o passo de Cambalan*). D. João VI, forçado a sair para o Brasil, levou-os consigo, como a muitas outras preciosidades, que por lá ficaram.

Os marmores, para instalação do Museu, foram limpos, e as pinturas ou salas restauradas, bem como alguns quadros<sup>1</sup>.

Maio, 1916.

<sup>1</sup> Podem ver-se notícias de Mafra, além das obras já mencionadas, nos *Aportamentos acerca da biographia do notável architecto da Barreira Real, Palacio e Convento da villa de Mafra*, do Visconde de Sanches de Baena, Lisboa 1881; *Breve notícia dos nomes dos artistas mais celebres que trabalharam no edifício de Mafra, desde a criação do monumento até aos nossos dias*, artigo de J. Conceição Gomes, no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses*, 2.ª série, 1886, t. v, n.º 1, pp. 12-13, e n.º 2, pp. 17-20; *O convento de Mafra*, de Cardoso Gonçalves, n.º XIII dos «Annaes da Academia de Estudos Livres», Lisboa 1906; Perez Bayer, *Notícias das primeiras viagens em terras de Portugal, «Mafra»*, séc. XVIII, que vai ser publicado no *Arch. Port.*, Raczyński, *Les Arts en Portugal*, p. 336, etc.

## II

## O Museu de S. Nicolau

Na igreja paroquial de S. Nicolau, em Lisboa, foi instalado um Museu de alfaias religiosas, que abriu ao público em Outubro de 1915. No andar superior do edifício encostado ao templo, do lado do Poente, em duas salas, e nas escadas que vão do pavimento inferior, estende-se o mostruário desse museu. Com as alfaias, estão expostos todos os objectos necessários ao culto: banquetas, custódias, píxides, turíbulos, navetas, sacras e missais, relicários, etc. Todo este termo provém de alguns dos conventos extintos, e pertence à irmandade do Santíssimo Sacramento de S. Nicolau.

O templo, antes do terramoto de 1755, era rico de imagens, bordados e ourivesaria<sup>1</sup>. A catástrofe destruiu-o, salvando-se apenas uma sacristia do lado do Evangelho, onde ainda hoje se conservam as duas únicas imagens, que ficaram ilessas. Os metais fundiram no incêndio, que se sucedeu ao terramoto; e dêles foram feitos muitos dos objectos de prata expostos, alguns de bom trabalho, logo após a destruição, quando se principiou «a tratar dos vivos», e o «génio geométrico» do Marquês de Pombal ergueu a cidade nova a régua e esquadro<sup>2</sup>. A alfaia perdeu-se, e de outros conventos e templos, em vida política do Marquês, como depois dos conventos extintos, foram peças de diferentes «jogos», e «jogos» inteiros, suprir e enriquecer a perda<sup>3</sup>.

Em armários, encostados à parede<sup>4</sup>, estão dispostos desde a entrada os objectos, avulsos ou colecionados em série, que seguem, e são de fabrico ou em estilo do séc. XVIII.

a) *Bordados*: Paramento negro de damasco, bordado a ouro e prata, proveniente do convento de Santa Maria de Xabregas: de se-

<sup>1</sup> Tinha um «móvel preciosíssimo». J. Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed., 1870, vol. III, p. 229.

<sup>2</sup> J. Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, ed. de 1870, III, 227 e sgs.; D. Rodrigo da Cunha, *História do Bispado de Lisboa*, parte II, cap. 54.

<sup>3</sup> Vilhena Barbosa informa que a reedição terminou poucos anos antes de él escrever a obra de *As Cidades e Villas*, 1860; o tecto foi pintado por António Manuel da Fonseca, professor da Academia das Belas Artes; cf. *op. cit.*, vol. II, p. 36. Vid. Raczyński, *Dictionnaire des arts en Portugal*, s. v. «Fonseca»; Picotas Falcão, *O Municipio de Lisboa e as casas da sua camara*, Lisboa 1902, p. 104.

<sup>4</sup> Os armários foram feitos por projecto riscado pelo arquitecto, Sr. Norte Júnior.

tim branco bordado a ouro e matiz, com capa de asperges, policerómico, do convento de Nossa Senhora do Carmo; paramento de missa cantada, de lhama rósea, bordado, do convento dos Paulistas; paramento completo negro, de damasco, bordado a ouro, de mesmo; panos de púlpito, de lhama dourada, do convento de Alcobaça; paramento branco de setim, bordado a ouro de relêvo alto, do convento da Estrelinha; pálio e umbela, de lhama e ouro, de Xabregas, comprado ao Estado, em papel moeda, por 600\$000 réis; paramento completo de missa cantada, de lhama dourada, semeada de rosas e conchas, do convento dos Loios (sete capas)<sup>1</sup>; alvas de rendas de França<sup>2</sup>; pálio de damasco e ouro, da Irmandade do Santíssimo de S. Nicolau; paramento verde, de seda estampada a ouro; outro vermelho, de damasco e ouro, do «Padrão da Bemposta», criado no tempo de D. João V para a alfaia da Bemposta, provindo do convento da Graça, com sete capas; outro, de missa cantada, vermelho, fabricado em Braga; frontal de lhama dourada, bordado a matiz e ouro, com as siglas dos Padres Jesuítas (I H S), de S. Nicolau; véu branco de custódia, bordado a matiz, ouro e lantejoulas; paramento roxo, o primeiro que a Irmandade mandou fazer depois do terramoto; pavilhão de píxide; paramento de D. João V, de lhama e dourados; panos da Índia, do tipo dos «bordados a papel», etc.

b) Metal: Salva de cobre prateado, do séc. XVIII, que foi do convento de Nossa Senhora dos Remédios, a Alfama; cálices lisos, caldeirinha, turíbulo de prata, da Irmandade; seis relicários de cobre cinzelado, com quatro anjos ao lado do ediculô, decoração, de «conchoidal», e grinaldas; bandeja de lavabo da *Fabrica de S. Nicolau de Lx.*<sup>a</sup>; salva de prata, a primeira que a Irmandade mandou fazer depois do terramoto, de cinzelado alto, levantado por trás na lâmina delgada; cruz de prata da capela da Terra Santa, do convento de S. Francisco da Cidade, com incrustações de madrepérola; sacras de prata com molduras de madeira aberta, com flores, scenas da Paixão, em placas de madrepérola; crux com as imagens de S. Francisco e os Evangelistas, esculturais, cinzeladas, com a legenda: HE DA IRMANDADE DO SS.<sup>MO</sup> DE S. NICOLÁO; píxide, báculo, de bronze

<sup>1</sup> Estes bordados da Estrelinha foram feitos na antiga fábrica Ramires, de Lisboa. Em setim nacional, para restauro recente, aplicaram-se os bordados ainda bem conservados, e de cores vivas; só as espigas, que neles se vêem, são novas nos bordados.

<sup>2</sup> Foram oferecidas estas alvas pelo Sr. António Rafael, que foi mesário da Irmandade.

cinzelado; custódia grande, de prata, com figuras douradas, ou não, base triangular, festões decorativos, proveniente de Santo António dos Capuchos; relicário de cobre dourado, que tem a data de 19 de Março de 1739, de Roma, e tem relíquia do S. Nicolau; salva de latão, elíptica, de relevos, com figuras em um palanque ao redor de uma árvore; outra *Offerecida a S.<sup>to</sup> Eloy por diferentes devotos ourives em 1 de Dezembro, de 1877, Lisboa*, do Hospício de Santo Elói<sup>1</sup>, dos ourives; custódia de prata dourada, de bom trabalho decorativo, da Irmandade; dois relicários de latão e vidro; porta-paz de prata, de bom cinzel, do séc. XVIII, da Estrelinha; castiçais de bronze; candelária de pontifical, etc.

c) *Madeira*: Crucifixo da «adoração da cruz», na Sexta-feira Santa; cofre de talha dourada, de uso na Sexta-feira Santa; relicário de talha prateada, proveniente do convento do Carmo; doze castiçais de pau santo, da Semana Santa, que pertencem à Irmandade; relicário de talha, do convento de Nossa Senhora da Esperança; quatro estatuetas, de talha dourada, dos Apóstolos, vindo do convento de Nossa Senhora da Encarnação, de Rilhafoles; mais seis, dos Apóstolos, duas portanto repetidas, da Irmandade de S. Nicolau; nas escadas, um grande candeeiro de trevas, de pau ferro, entalhado, que tem a data de AN · DN · M · DCCC · VIII; etc.

c) *Louça*: Três jarras para flores, piramidais, de forma truncada, base menor por baixo, a superior cheia de orifícios para segurar as flores, adornadas de festões de estilo francês, e na frente as armas conjugadas da Misericórdia e de Portugal (provêm do convento de S. Vicente); jarrões da Índia e da China, brancos e dourados; jarras da Índia, cilíndricas, côr de rosa e douradas; jarrões, bojudos, de largo bocal, azuis floridos; lavabo da Fábrica do Rato, colorido de azul e amarelo e rôxo (côr de vinho), da Irmandade, etc.

d) *Livros*: *Estatutos | da pia, e devota Congregação | da | Cidade | Instituida na igreja paroquial de S. Nicolao | desta cidade de Lisboa | publicados | pelo provedor, e mais irmãos | congregados, | a qual debaixo do patrocínio do mesmo Santo | offerecem, e dirigem | Aos RR. Parocos | da Monarquia Lusitana, | Lisboa, na officina de Francisco Luiz Aveiro, Impressor da Congregação Camararia da Santa Igreja de Lisboa— M · DCC · L |.*

Missal romano, da *Tipus Sacrae Congregationis de Propaganda Fide, Anno M · DCC · XIV*; com desenhos e gravuras de Cyrus Farus,

<sup>1</sup> J. Bautista de Castro, *Mapa de Portugal*, 1870, vol. III, p. 140.

C. Bloemaert, Hieronymus Frezza (Roma 1708), etc., proveniente do convento dos Paulistas;

*Canon missae pontificalis, Romae, Ex Typographia Vaticana apud Joannem Mariam Salosoni, M · DCC · XXV.*

e) *Quadros*: Um quadro alegórico com a legenda **VMBRAM HABVIT LEX FVTVR · RVM BONORVM**, e um pastor, «Santo Agostinho»; «Ecce Homo», «cabeça de Cristo», — pintados em tábua; «A Apresentação no Templo», «Virgem do Rosário»; «Virgem com o Menino», — pintados em cobre, o segundo de bom valor; «Adoração dos Pastores», curioso exemplar de pintura em pedra; «Aparição de Cristo» a uma freira, de tela; baixo relêvo de cobre, que figura a «reunião no Cenáculo».

f) *Escultura*: «Presépio» de marfim, com as scenas dispostas por andares, no primeiro o «Natal», no segundo a *Fonte da Vida*, Anjos, dois Evangelistas (?), a Santíssima Trindade, onde o Filho é simbolizado pelo *Bom Pastor*; está dentro de uma redoma; outro «presépio», curioso pela minúcia de realismo, com muitas pedras, árvores, caracóis sobre elas, um pastor em adoração ao Menino que está sentado: resguarda-o uma redoma, e pertence à Irmandade.

g) *Móveis*: Cadeiras de encôsto decorado de pinturas floridas, no estilo usado no tempo de D. João V; uma cadeirinha para transporte de doentes para o hospital, nas escadas; etc.

h) Na sacristia do Evangelho mostram-se ainda: um relicário dado por D. João V aos frades do convento de Rilhafoles, que tem ao centro o retrato de S. Vicente de Paula, de magnífico trabalho de pintura; uma credência de mármore do convento da Boa Hora, comprada pela Irmandade; e as duas imagens que escaparam ao terramoto e ao incêndio: de S. Nicolau e de Nossa Senhora da Soledade da Roca.

i) No baptistério é curioso o relicário cheio de relíquias, imagens de escultura de madeira, barro, e marfim, de pintura em cobre, baixos-relevos, numa profusão de minúsculas obras de arte; a capela, chamada «da Terra Santa», pertenceu ao Hospício franciscano do mesmo nome, junto do convento de S. Francisco da Cidade<sup>1</sup>.

\*

Todos os objectos expostos no Museu, hoje pertença da Irmandade do Santíssimo de S. Nicolau, foram colocados e postos em ca-

<sup>1</sup> J. Bautista de Castro, *Mappa de Portugal*, 3.<sup>a</sup> ed., 1870, vol. II pp. 222 e 223.

dastro pelo Sr. Augusto Anselmo, e uma lápide de mármore, presa na parede da sala grande do Museu, evoca, em letreiro de caracteres dourados, a data da abertura e o nome do organizador. A êste cavaleiro agradeço as informações que me deu durante a minha visita, e a boa vontade com que me atendeu.

Maio de 1916.

### III

#### O Mosteiro da Serra de Ossa

A Serra de Ossa desenvolve a sua linha média na direcção de NO-SE, aproximadamente. Em um rechego da quebrada meridional, em frente da vila do Redondo, a meio da frondosa mata de freixos, alandros e pinheiros, aconchega-se o convento franciscano<sup>1</sup> da Ordem dos Eremitas de S. Paulo. Lugar propriamente adequado à meditação, cheio do silêncio do arvoredo sombrio, e das águas abundantes, fica a meia encosta, entre a *Serra* de S. Gens, coroada de uma ermida do santo, que o onomástico indica, acolhida outrora pelos peregrinos<sup>2</sup>, e a *Serra* ou Monte Virgem, que é o ponto culminante da elevada Serra de Ossa<sup>3</sup>, com a cota de 649.

O templo faz corpo com o edifício do mosteiro. A fachada avança o paramento sobre ele, e ao ângulo exterior, esquerdo, forma a torre, quadrada, de quatro sineiras, que não ultrapassa muito o telhado. A entrada, por um portal simples, é recuada; forma-lhe o pavimento do côro um espaçoso vestíbulo, aonde se sobe por meia dúzia de degraus corridos.

Nesta quadra, à esquerda, lê-se uma inscrição em português, extensa, aberta em lápide de mármore de Estremoz, cuja forma é rectangular, colocada horizontalmente, com os dois ângulos superiores chanfrados por curvas simétricas, que deixam apenas ao centro o terço médio do lado, à maneira de sanefa; em baixo, como orla, tem

<sup>1</sup> Bluteau, no *Vocabulario Portuguez*, s.v. «Serra de Ossa», t. vii, p. 610, afirma que os frades d'este mosteiro são da regra de Santo Agostinho. A inscrição do mosteiro (vid. adiante) diz na 9.<sup>a</sup> linha: DA NOSSA ORDEM DE S. FRANCISCO.

<sup>2</sup> P.<sup>o</sup> Luís Cardoso, *Diccionario Geographico*, 1751, t. II, p. 402, s.v. «Canal».

<sup>3</sup> Cf. a *Carta Geologica de Portugal*, de Nery Delgado e Paul Choffat, 1899. No alto do Monte Virgem está o marco geodésico. Para os lados de Sousel a estes marcos chamam *pirongas*; na Serra dos Caixeiros há um d'estes marcos, e tomou por isso no onomástico local o nome de *Serra da Pironga*. *Serra* equivale a *monte*, para evitar confusão, onde *monte* é casal.

unha faixa saliente rectangular, interrompida em curva, ao centro, para carga de duas palmas em aspa.

A leitura da inscrição, a que suprime as letras, inclusas, é a seguinte, em dezassete linhas correspondentes às do texto:

NA ERA DE i798 EM O PRIMEIRO DIA DE SETEMB-  
RO NO VIGESSIMO TERCEIRO ANNO DO PONTIFICA-  
DO DO S[ANTISSI].<sup>mo</sup> PIO 6.<sup>o</sup> EM O VIGESSIMO PRIMEIRO ANNO DO REINADO  
DA R[AINHA] DE PORTUGAL.<sup>o</sup> D. M[ARII].<sup>a</sup> PRIM[ER]O<sup>a</sup> N[OSSS].<sup>a</sup> S[ENHOR].<sup>a</sup>, GOVERN[ANDO].<sup>o</sup> ESTA MONARC-  
HA SEU FILHO O P[RINCIPE]. DO BR[AZ][I].<sup>o</sup> O SNR. D. IOAO, PELA MOLESTIA DA D[IT].<sup>a</sup> SNR.<sup>a</sup> SE-  
NDO ARC[E]B[IS]P[O].<sup>o</sup> METROPOLITANO D'EVORA O EX.<sup>mo</sup> D. IOAQ[UI].<sup>mo</sup> X[AVIE].<sup>a</sup> BOTELHO DELMA DA  
CAZA DOS CONDES DE S. MIGUEL, VEJO SAGRAR A IGR[EJ].<sup>a</sup> DESTE MOSTEIRO DA SERRA D'OSSA CA-  
BEÇA DA ORDEM DE S. PAVLO PRI[M]EI[R].<sup>o</sup> EREMITA P[O].<sup>a</sup> COMMISSÃO, E EMPEDIM[EN]T.<sup>o</sup> DO D[IT].<sup>o</sup> METROPOLITANO O  
EX.<sup>mo</sup> D. FR. MANOEL DO CENACLO VILLAS BOAS, BISPO DE BEJA DA CONGREGAÇÃO DA N[OSSSI].<sup>a</sup> ORDEM DE S. FR[ANCIS]C[O].<sup>o</sup>  
SENDO REITOR GERAL DA ORDEM O RV.<sup>o</sup> P. PREGADOR IVEBILADO FR. MANOEL DE S. CAETANO DAMAZIO, ELE-  
ITO E CONFIRMADO EM<sup>o</sup> REITOR GERAL NESTE MOSTEIRO, AOS TRES MESES DO SEU GERALADO, CVIV MO-  
STEIRO FOI FUNDADO EM O ANNO DE CHRISTO DE 315, E REEDIFICADO EM i182, i400, E i578: O DITTO EX.  
M.<sup>o</sup> BISPO DE BEJA CONCEDE A QUEM VISITAR ESTA BAZILICA NO DIA ANNIVERSARIO DA REFERIDA  
SAGRADO QVARENTA DIAS DE INDVLGENCIA: O EX.<sup>mo</sup> ARCEBISPO DE DAMIATA NVNCIO APOS-  
TOLICO CONCEDE NO MENCIONADO DIA MAIS CEM DIAS DE INDVLGENCIA, ORANDO PELA EXALTA-  
ÇÃO DA FE CATHOLICA, ESTV[PE]FA[C]ÃO DAS HEREZIAS, SAVDE DE SVA SANTIDADE, PAZ, DA GLO-  
RIA, E AVGMENTO DA NOSSA MONARCHIA: TVDO NA FORMA DO COSTVME

O edifício devia estar muito arruinado, para sofrer tam grande reedificação que se não distinguem vestígios claros das primeiras fábricas. As últimas obras conventuais tiveram lugar, como se depreende da lápide transcrita, nos fins do séc. XVIII, e foi sagrado o templo no dia 1 de Setembro de 1798. As antecedentes tinham sido em 1578, e, se medeiam dois séculos, muita mudança ou muita ruína o edifício sofreu, porque hoje desde todo o pormenor externo da mole imensa de uma arquitectura rasa e árida, até o interior com revestimentos cerâmicos, esculturas de barro, tanques, vasos e elementos esculturais de mármore, tudo é harmônico; e não faz lembrar uma reedição, mas antes uma fundação, do séc. XVIII.

Bluteau, no *Vocabulario Portuguez*, na voz «Serra de Ossa», menciona as quatro datas de obras no mosteiro, e só a terceira não condiz com a da lápide, pois dando-a esta para 1400, em números redondos, ele precisa-a, resta saber se com justificação, em 1434, o que dá um *differendum* de 34 anos.

O templo tem uma só nave, de abóbada de berço, pintada de frescos que a humidade e o abandono vão levando. Embora rudes, de

<sup>1</sup> EX-M.<sup>o</sup> é abreviatura e passagem de linha de EXCELENTISSIMO, ou seja = EX.<sup>mo</sup>, como na 6.<sup>a</sup> linha e na 9.<sup>a</sup>

desenho grosseiro e tintas tam ordinárias como de má gama, era curioso conservá-los, pela apreciação da escala que êsse género de pintura teve por toda a região, desde o concelho de Sousel, pelo menos, por Estremoz, até ali. Abaixo voltarei a êste assunto. De cada lado tem a nave dois altares, sob arcos de cintra. O altar-mor tinha um retábulo, pintado como a abóbada, e era guarnecido de bom mármore. Os entre-arcos, a arquitrave, todos os espaços livres são garnecidos de azulejo historizado, do tipo do séc. XVIII, pintura azul em campo branco, provida de legendas.

Entre os arcos, as figuras dos azulejos, em duas alturas, são as dos quatro Evangelistas: à esquerda, S. Lucas com o touro, e S. Mateus com o anjo alegórico; à direita, S. Marcos e o leão, e S. João com a águia. Fora disso, à direita, ANTONIUS IM MONTE SANCTI PAVLI, e CHRISTI MARTYRIA PORTAT; à esquerda, DRAGONEM FERIT IN DESERTO, e INTER SPINAS QVIESCIT. São passos do agiólgio dos santos eremitas.

No altar-mor, ao lado dos degraus, no espelho da plataforma, há duas lápides laudatórias: a da esquerda, de M[ANV].<sup>EL</sup> POVZADA ZVZARTE, COMMEMDADOR DE ORDEM DE CHIRISTO, DE MONFORTE; a da direita, de GASPAR ZVZARTE, ALCAIDE MOR DE AVIS E SETVVAL, COMMEMDADOR DE AZEITAM, CAPITAO MOR DA ARMADA QVE D. JOÃO II MANDOV A FAZER VMA FORTALEZA NA COSTA DA BARBARIA, PADROEIROS DA CAPELLA DE S. PAULO, 12 DE 9<sup>bro</sup> DE 1632.

No claustro de baixo há vestígios de grande escultura de barro do séc. XVIII. Aos cantos estão rasgados dois nichos em cada um, de 3 metros de comprido, pouco mais ou menos, no cimo tallados em arco abatido, apenas separados por uma faixa de parede nos ângulos. No espaço fundo vêem-se os torsos pintados dos corpos das estátuas de eremitas, que povoavam os nichos. Nenhuma destas estátuas, aproximadamente do tamanho natural, e de barro, está ainda completa; alguma com cabeça tem-na escalavrada. Um dos nichos representava o deserto, com uma palmeira num montículo de pedras, e dois leões; dois eremitas ajoelhavam em oração. No que resta, estes oito nichos ainda evidenciam um carácter precioso de limitação artística da escultura setecentista, na profusão, no tamanho, no estilo, na adaptação religiosa, na expansibilidade, etc.

«Há trinta anos ... no Bussaco ... as capellas de Via dolorosa »continham ainda inteiras e pintadas de vivas cores as figuras tradicionais dos passos do Salvador ... Passavam porém os annos ... »No interior das capellas arruinadas jazem em confusa desordem »os membros mutilados e dispersos das figuras ...». Assim falou Fe-

lippe Simões, de estátuas similares do Bussaco<sup>1</sup>, que param no mesmo estado das do mosteiro dos Paulistas.

Também Albrecht Haupt menciona riquezas desta escultura no convento de Alcobaça, que, com o de Santa Cruz de Coimbra, mas mais activamente, foi o gérme ou a génesis da escultura do barro (XVII-XVIII)<sup>2</sup>.

Ao meio do *viridarium* do claustro está um grande tanque de mármore, de aparelho boleado, característico do estilo então usado.

Na escadaria interior para o piso de cima, o rodapé de azulejos continua-se desde o primeiro degrau, com as mesmas representações de milagres e actos da vida dos Santos eremitas e passos da vida de Cristo. Seguem-se os letreiros para cada quadro, que figura ao natural, com personagens, povoados ou desertos, a scena da evocação. Em alguns, sendo religioso o carácter comum das representações neste revestimento artístico, aparecem de fugida costumes populares de bailados, indumentária, caça, mas como simples pormenor adstrito ao painel, a completar-lhe o significado: como por exemplo no quadro *VENI AD ME OMNES QUI LABORATIS*, que é uma catequese. Há as tentações de Santo António, um *PAVLVS EREMITARVM MAGISTER*<sup>3</sup>. Para a esquerda e para a direita, em infinda sucessão de salas, o rodapé apenas se interrompe nos vãos. Na ala voltada a Nascente, para onde se passa pelo claustro superior aberto, há uma galeria enorme, ladeada de celas; de um e outro lado tem trinta e três painéis de azulejo, em rodapé, separados por pilastras na mesma pintura, e metidos em molduras ricas de flores e frutos, com as legendas de versículos da Bíblia, ou dela tirados, em escudos (*cartouches*) que se imiscuem na decoração de *rocaille* das molduras. São deste teor as legendas: *HOSSANNA FILII BIVIO | BENEDETV[S] QUI VE | NIT IN NOMEN DOMINI; ou AVE REX IVA AEORVM; ou CRVCI FIGATVR; ou A PREHENDIT PILATVS SESVM ET FLAGELAVIT; ou APPARVIT EIANG- | OEVS CENFORTEM SEY | M. | etc.* Ao fundo um terraço quadrado, cheio de azulejos, dá para a mata, uma porta para cada lado, bancos à roda, uma grande vasea em forma de concha, que recebe água

<sup>1</sup> Filipe Simões, *Escriptos diversos*: «A fonte fria do Bussaco», Coimbra 1888, pp. 197-198.

<sup>2</sup> Albrecht Haupt, nos *Serões*, 2.ª série, vol. v, 1907: «A Renascença em Portugal», pp. 38 a 40. Cf. Raczyński, *Les Arts en Portugal*, p. 438.

<sup>3</sup> Um sino da igreja dos Paulistas, em Lisboa, tem uma inscrição com esta mesma legenda. (*Boletim da Associação dos Archeólogos Portugueses*, n.º 1, t. XII, 5.ª série, 1910, p. 42, artigo de I. J. de Ascensão Valdez).

de um mascarão, um busto em cima de cada arco em que cada parede do recinto finda.

Pelo claustro há ferros forjados de suspensão de lampeões, prismáticos, terminados em cabeça de cobra ou javardo; guarnições helicoidais; ferros de janelas, grades, esferas enroladas de sacada, esquadretes, etc.

No dia da *espiga*, quinta-feira da Ascensão, faz-se dos arredores uma romaria ao mosteiro de Ossa. Ali se junta muito povo, que dança e canta pela nave do templo, nos claustros, nas salas, por toda a parte onde à sombra possa dançar e cantar e tocar harmonium.

Fóra andam à venda os cravos de papel, que em toda a festa alentejana, romaria ou feira, são obrigados. Perderam a feição primitiva de cravos de papel de cores, para se transformarem em flores complicadas de penas coloridas de verde, vermelho, de estrélas de fio prateado, aves de papel colorido poisadas nelas,—e, hoje como sempre, tem a quadra no papelinho, que se enrola no pé. Como em Lisboa, na Praça da Figueira, pelos festejos populares de Santo António, S. João e S. Pedro, também os cravos cederam o lugar a outras flores como o amor-perfeito de pano ou papel.

Três exemplos, em que, como se vê, há sempre menção das flores:

Foi de noite que êste cravo  
Ao luar eu fui colhêr,  
Foi também à luz da lua,  
Que teus olhos pude ver.

Costumado a ver ingratas  
Já não creio em tuas juras,  
Mas se o raminho m'aceitas  
Irei dos céus às alturas.

Agora mesmo êste cravo  
Comprei p'ra te oferecer,  
Aceita-o é a promessa  
De te amar até morrer.

Na descida da serra, para o concelho de Estremoz, encontra-se um edifício fradesco, à beira do caminho, que logo lembra o mosteiro deixado. Foi efectivamente pertença dos frades paulistas. Conta João Baptista de Castro<sup>1</sup>, que os anacoretas de S. Marcos, estabelecidos pela Serra de Ossa no séc. III, se reuniram em cenóbio no século imediato por proposta de um deles, chamado Lázaro. Como precisavam de claustro, erigiram o primeiro mosteiro da Ordem, que foi a primeira edificação no local onde está hoje a quarta; foi isto por 315, segundo Bluteau<sup>2</sup>, e a inscrição que transcrevi, que é a biografia do

<sup>1</sup> J. Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, 1870, vol. II, pp. 68-69.

<sup>2</sup> Bluteau, *Vocabulario Portuguez*, in loc. cit.

mosteiro. Os frades acudiram, e a casa não teria sido grande. Houve logo urgência de um segundo convento. Em um valezinho, no sopé do monte de S. Gens, que chamaram Vale de Lázaro, em homenagem ao anacoreta que deu origem à ordem, edificaram outra casa, em 321, com a invocação de Santo Antão. Foi reedificada em 1372, e serviu de casa de noviciado da Ordem. D. João IV mandou-a destruir e fez outra, a actual<sup>1</sup>, no mesmo sítio da antiga conhecido já pelo nome de Val de Infante; passou a servir de hospício<sup>2</sup>. O edifício está em parte arruinado, e em parte aproveitado em moradia e *villa fructuária*, o que corresponde ao *monte*. A capela era adornada de frescos como a do convento da Serra; sem teto, que era de abóbada de berço, a água da chuva e o sol dão cabo do que resta, onde se divisam ainda figuras com legendas, hirtas, angulosas, que formavam o retábulo do altar-mor; serve de curral. É outro lugar a examinar ou a contar na área dessa escola sertaneja de pintura rude e anacrónica.

Abaixo, meio caminho para Extremoz, fica a velha povoação do Canal, em terras da Casa de Bragança. Foi concelho, e tem erguido o seu emblema no *pelourinho* de granito, da região do Redondo; é rude, um simples monólito cilíndrico a segurar uma esfera de diâmetro igual, que constitui estudo à parte.

Junho de 1916.

Luís CHAVES.

### Pinturas parietais em capelas mediévicas

#### (Estudo do Alto-Minho, XXII)

##### I.—A capela de D. João Domingues, nos Arcos de Valdevez

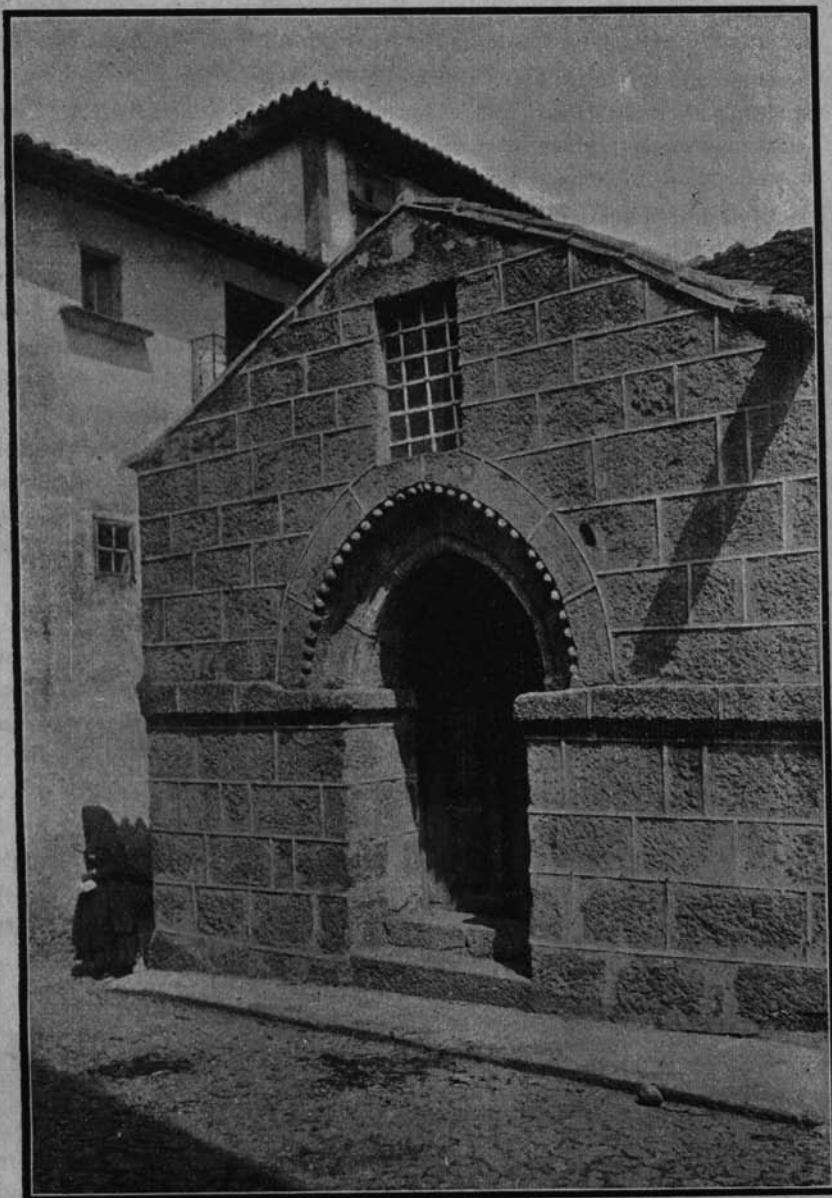
1. A sua arquitectura.—2. As campas.—3. Os frescos.—4. A antiguidade da construção.—5. A instituição da capela.—6. A dinastia dos administradores.—7. O primitivo lugar dos Arquos.

#### 1

A vila dos Arcos de Valdevez é uma povoação cujos edifícios não vão além do séc. XVII; nesta centúria, as chamas vingativas de um incêndio, lançado pela soldadesca do general espanhol D. Baltasar Pantoja em um dia fatal de Agosto de 1662, lamberam e destruíram

<sup>1</sup> P.<sup>o</sup> Luís Cardoso, *Diccionario Geographico*, in loc. cit.

<sup>2</sup> Id., id.



Capela de D. João Domingues — Arcos de Valdevez

as suas rudimentares construções. Anterior às ruínas, que então se amontoaram, apenas uma ermida de possante silharia se conservava de pé e existe ainda no meio da vila de hoje, abrindo para o poente o seu profundo pórtico ogival (vid. a estampa).

Na rude catadura dessa entrada, à qual uma arquivolta de contas, como um diadema de pérolas de granito, mal lhe arranca um sorriso de ornamentação, reside todo o interesse externo da antiga capela de D. João Domingues, opulento abade de uma freguesia que é representante directa de um extinto mosteiro beneditino, fundado nas brenhas de Valdevez pelos princípios do séc. XIV. Capela da Praça é ainda o seu apelido, quando já não existe no seu local praça alguma, mas apenas estreitas ruas que lhe prejudicam a perspectiva.

Sobre esse portal severo, a mania incorrigível da modernização rasgou a úlcera de uma janela rectangular, a pretexto da mais estúpida das conveniências em uma construção medieval religiosa, a da maior claridade interior. A capela está há muito profanada; era o seu orago Nossa Senhora da Conceição<sup>1</sup>.

## 2

No verão de 1901, constando-me que a antiga capela ia ser salhada, visitei-a no intuito de ler os epitáfios das campas, que ocupavam o pavimento. São seis as pedras tumulares que encontrei e em que estão gravados letreiros, dois deles realçados de brasões.

Mas por virtude da corrosão ou desgaste do granito e de sedimentos antigos, da sua leitura resultam deficiências. No canto superior do corpo da ermida e do lado da epistola, encontra-se um moimento de pedra anepígrafo, que suponho ser o sarcófago em que repousam os ossos do fundador e instituidor da capela, D. João Domingues, abade de Sabadim.

As campas brasonadas são as seguintes: figs. 1 e 2.

<sup>1</sup> Segundo informação do meu bom amigo, P.<sup>o</sup> José Pereira Rodrigues da Silva, a suspensão do culto neste pequeno templo deu-se por ocasião de uma visita pastoral, que, tendo notado a carência de paramentos, prohibiu ali a celebração da missa. Esta situação já subsistia pelo menos na primeira ou segunda década do séc. XIX. Contudo os enterramentos de infantes continuaram a fazer-se dentro da capela, todas as vezes que não havia sepulturas na matriz de S. Salvador. Ainda se conserva, guardada em um armário, a imagem da padroeira e consta-mo ser ela uma defeituosa escultura de madeira.

As outras inscrições, só mais incompletas ainda, aqui as posso dar, em consequência da sua deterioração.

A.....
S D.....
CASAO..
.....

3

.....
CASOA ..
DONA V.^
E S E V S
E .. . . .

4

S.....DN
ADANE ..
ABR.....
DOA.....
ER

5

S . DERO <sup>o</sup>
BRITO
BRAIMDAO

6

- 3.—Δ(*qui jaz?*) .... SDE ..... CAS(s)ÃO ....
- 4.—..... CAS(s)OA DONA V(*iuva*) E SEUS E(*rdeiros*) ....
- 5.—S(*epultura*) .... DNADANE(?) .... ABR(*eu*) ... DOA .... ER(*deiros?*)
- 6.—S(*epultura*) DE RO(*drig*)O DE BRÍTO BRAMDÃO ....



Fig. 1

3

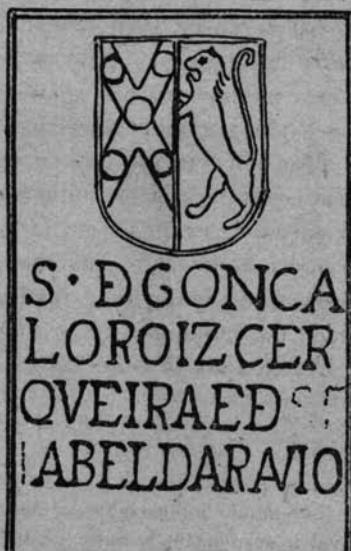


Fig. 2

Antes de mais, devo completar a enumeração dos restos do passado existentes na capela de D. João Domingues. Nas paredes internas do edifício aderem ainda, por pedaços, camadas de estuque

antigo; num ponto e em uma das mais profundas crostas vê-se a cabeça de um bispo, desenhada *a fresco*, com traços negros e vermelhos e reveladora de muita antiguidade. Mais tarde outras pinturas idênticas se descobriram, que ocupavam também as paredes internas da ermida, tanto de um lado como de outro, não faltando legendas com caracteres de alemão minúsculo, o que as data do séc. XV-XVI (J. P. Ribeiro).

À data em que escrevo, ignoro o estado em que se encontra o interior da velha ermida; sei apenas que, depois de ter sido armazém, é estação do Corpo de Bombeiros.

## 4

Como o exame dos documentos relativos a este pequeno, mas interessante monumento mediévico, nos subministra base bastante concreta para definir a sua antiguidade, torna-se inútil qualquer dissertação de natureza arqueológica neste sentido.

A capela de D. João Domingues data do período de transição do XIV para o XV séc.; a *manda* ou testamento d'este dom abade de Sabadim tem a data de 5 de Janeiro de 1410 (D. João I), e nesse documento dispõe o instituidor que o seu corpo seja enterrado na *sua capela dos arcos* (de val) *de vez*, que aí construirá e *no moimento*, que lá estava<sup>1</sup>.

Foi esta cláusula que me fez presumir que o túmulo monolítico, a que acima me referi, fosse o *moimento* do instituidor.

Isto é o essencial para o problema arqueológico, que seria o de datar a construção; ela é assim alguns anos anterior a 1410<sup>2</sup>, talvez fins do séc. XIV.

<sup>1</sup> O lugar dos *Areos* junto ao rio *de Vez* só foi feito vila por carta de 4 de Julho de 1518 (D. Manuel), continuando a pertencer à freguesia de Guilhafonxe. As notícias do texto foram por mim extractadas de um manuscrito existente no cartório da igreja de Sabadim. Aí se continha um traslado do Tombo da capela, o qual vinha a ser a descrição ou registo dos bens desta instituição. O seu original, ou talvez cópia, também fazia parte de um processo que correu sob a alçada do desembargador Tomé Pinheiro da Veiga, cuja sentença traz a data de 22 de Agosto de 1625. Era administrador da capela Francisco de Sousa. A provisão real respectiva é datada de 4 de Outubro de 1619.

Ao Rev.<sup>mo</sup> Sr. D. Abade de Sabadim, António Baptista da Costa Rebêlo, sou devedor da permissão, que facilmente obtive, para compulsar o referido manuscrito.

<sup>2</sup> O Sr. Dr. L. Figueiredo da Guerra que tem podido compulsar cartórios do Alto-Minho, precisa o ano de 1372 para a construção (D. Fernando). (*Distrito de Viana* de 1900, n.º 49).

Um documento desta espécie e desta época contém indicações de algum interesse etnográfico, além do histórico local, e por isso vou ocupar-me delas. A instituição da capela da Praça foi de três capelães a quem incumbia cantarem todos os dias três missas, uma pela alma dos reis e duas pela do instituidor, como lhes fosse determinado por ele próprio, ou por João Lourenço Bubal, cavaleiro, aio do infante D. Dinis, ou por D. João do Mato, prior de S. Martinho do Crasto, com sessenta libras cada um para seu mantimento, dez para a cera, e um *ochavo*<sup>1</sup> de trigo para hóstias. À segurança destas *soldadas*, deixava D. João Domingues grande cópia de casais, herdares, uma *quintã*, devesas, soutos, *chousas*, vinhas e *bacelos*, quer no território de Valdevez, quer no de Ponte de Lima, permitindo aos testamenteiros que emprazassem as terras a leigos e lavradores, de boa fama, mas não a fidalgos, nem poderosos e nunca em mais de três vidas. Entre outros legados, a um criado *créguo* (clérigo?), filho de Lourenço Martins Crégua, deixava uma quinta no termo de *Morilhões* (Morilhões de hoje); a João Soares, seu criado também, duas varas de *valemsina*, e a Famgil três camisas de *valemcina* e a outro *senhas capas de valemsina*<sup>2</sup>.

A referida *manda* era excessivamente minuciosa no regime religioso da capela; e como certas prescrições dão ideia dos costumes e preocupações dos nossos maiores, vou referir-me a elas. Já é por si digna de registo uma instituição puramente cultural, tam importante como esta, que mantinha adstritos a uma pequena ermida, aliás situada a considerável distância da matriz paroquial (Guilhafonxe), nada menos que três clérigos, com obrigação de missa diária cantada, e tam sólidamente estabelecida que perdurou desde o princípio do séc. xv até o fim do xviii, pelo menos.

Mas dispunha ainda o citado testamento que, se os bens da capela renderem tanto que pudessem manter quatro capelães, assim se cumprisse, ficando o que fosse justo para mantimento e vestido do administrador.

Não havendo porém para quatro capelães, nem para três, então apartar-se-ia a quinta parte do que a capela rendesse até a quantia de 20:000 riais, de que o administrador haveria de quinto 4:000 riais.

<sup>1</sup> Oitava parte. Viterbo regista só o feminino.

<sup>2</sup> *Valencina*—pano fino de lã que se fabricava no reino de Valença, em Espanha (Viterbo, *Elucidario*).

É daí para cima até a quantia de 100:000, haveria por cada 10:000 riais, mil. «Em maneira que de cem mil haverá doze mil riais e o mais que ficar se despenderá em missas e no que o dito compromisso declara», etc.

Estas curiosas disposições revelam a complicada economia desta antiga capela e o espírito acautelado do seu instituidor.

## 6

O Tombo trasladado nos autos supracitados foi feito e ajuramentado por um administrador da capela, *João Alvarez Cassam*, morador no lugar dos *Arquos*, onde estava situada a capela, perante Gonçalo Anes do Hospital (talvez freire de Malta), lavrando-se o respectivo auto a 18 de Junho de 1498 (D. Manuel) nos *Arquos de Vez*, que era no julgado de Valdevez, por alvará de Diogo Borges, juiz dos resíduos, capelas, hospitais e gafarias, deferindo o juramento Álvaro Anes da Tôrre, juiz ordinário do mesmo julgado, e servindo de testemunhas: Bastiam Gonçalves; Ruy, mouro de João Alvarez e Lopo Fernandez, filho de Fernam Rodrigues do Souto. Subscreve o auto o tabelião de el-rei no dito julgado Fernam Anes.

João Álvares Cação era o primeiro sucessor de D. João Domingues, como administrador da capela que fôra situada por *Joham Dominguez, abade de Sabadim*, conforme as expressões de um documento de 1502.

Este mesmo Cação, que morava no próprio lugar dos Arcos<sup>1</sup>, nomeou o seu sucessor em testamento e diz o documento, donde extraio esta notícia, que ele o fezera jazendo doente em cama para se finar. O administrador nomeado era *Gonçaleannes Caçam*, seu filho maior, mas estava testado que, se este falecesse sem filho, a capela passaria a outro filho e de *huū en outro atee que viesse a quem ou-uesse f.<sup>o</sup>*

Dos autos infere-se que, depois de João Álvares (1498) e Gonçalo Eannes (1502), que morreu sem filhos, o sucessor foi Vicente Álvares Cação, o qual era fama ser seu irmão; seguiu-se o filho

<sup>1</sup> Capela dos Arcos é como se exprime a carta de confirmação, que se encontra no liv. I de Além Douro, fl. 47, com referência ao liv. IV, fl. 120 v., de D. Manuel, em data de 22 de Março de 1502. A supradita carta era requerida por Gonçalo Eannes e o traslado do testamento de D. João Domingues era feito por Pedro Annes, tabelião público do julgado de Valdevez, na data de 12 Fevereiro de 1502. No lugar dos Arcos, feito vila, erigiu-se mais uma nova freguesia (*Arch. Port.*, x, 216).

deste Gaspar Cação; depois a neta Ana Cação e por fim o bisneto Francisco de Sousa, cuja provisão data de 4 de Outubro de 1619.

Mas em um grosso códice, que pertence ao cartório da freguesia de Nossa Senhora do Vale<sup>1</sup>, encontram-se referências à *Capela da Praça* e dêle transcrevo a seguinte série de administradores, realmente notável em uma instituição aparentemente modesta, como foi a desta capela de carácter eclesiástico sim, mas não monástico.

*Lista dos administradores da Capela:*

- 1410 — D. João Domingués, abade de Sabadim.
- 1480 — João Álvares *Casson*.
- 1502 — Gonçalo Anes *Casson*.
- 1523 — Vicente Álvares *Casson*.
- 1524 — Sebastião *Casson*.
- 1580 — Gaspar *Casson*.
- 1617 — Francisco de Sousa.
- 1620 — Anna *Casson*.
- 1640 — Isabel Ferias.
- 1650 — António de Caldas.
- 1670 — Francisco de Sousa Lobato.
- 1731 — D. Leonor, mulher de Inácio Postrella (Perestelo?)
- 1780 — Francisco Manuel Postrella (*sic*)<sup>2</sup>.

Das personagens até agora nomeadas, algumas teriam tido sepultura na capela de D. João Domingues?

Só a 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> campa pertencem a representantes do apelido Cação, que tomou a forma popular *Caçoa* ao referir-se a uma dona, mas não se pode asseverar, à face das minhas cópias, que êsses dois epítáfios pertençam a algum dos cinco membros dessa dinastia bi-secular de administradores até a sua última vergôntea, que foi Ana Cação. Por desventura, não pude ler a data em nenhuma das tampas sepulcrais<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> Tenho-me referido a esta antiga paróquia do concelho dos Arcos de Valdevez no *Arch. Port.*, vii, 81; viii, 201; e x, 246.

<sup>2</sup> Acrescenta o seguinte esclarecimento: Ana Casson neta de Gaspar Casson e Francisco de Sousa seu bisneto. D onde concluo que houve inversão na lista com estes dois nomes, o que aliás se verifica nas fontes de que me servi.

<sup>3</sup> O apelido *Cação* pertence à aristocracia alto-minhota, segundo me informa o Sr. Cunha Brandão, ilustre linhagista do Alto-Minho e distinto sócio da Associação dos Arqueólogos.

O que seria o lugar dos *Arquos de Vez*, mais tarde elevado à categoria de vila, infere-se da primeira verba do aludido Tombo, sob o título *Bens da Capella*: Umas casas novas e térreas, com suas *alpendradas* que o Visconde (de Vila Nova de Cerveira) *corregera* e onde ninguém morava, a não ser quando se alugavam por ocasião da feira do *Ladario*<sup>1</sup>, com quatro portais, etc.; outra casa no cabo da rua, contra o *aguiam*, colmada, que é erma, etc.; outras duas *boticas* com suas portas, ambas com seus alpendres telhados... ermas, excepto na ocasião da referida feira; atrás delas um pardieiro; outra *botica* à porta da capela com seu portal... telhada; em redor da capela, seis *boticas*; uma cabaninha nas costas da capela...; outra casa colmaça, em que mora o dito João Álvares (o referido testamenteiro de D. João Domingues e administrador da capela) com nove varas por cinco e meia, pela qual pagava 70 réis, quando estava aforada; contra o *aguiam* entestava com a casa de Jerónimo Fernandes dos *Arquos* e contra o *vendaval* com uma corte de porcos, a qual era da capela e pelo nascente partia de longe com a rua que ia para a feira, etc.

O que acima fica extratado indica suficientemente que, ainda no fim do séc. xv, a futura vila manuelina não passava de um agrupamento miserável de casas e *boticas* alpendradas em redor da ermida de D. João Domingues, ermas na roda do ano, excepto por ocasião da célebre feira do *Ladario*<sup>2</sup>, em uma das quais, tam modesta que era *colmaça*, residia o primeiro administrador João Álvares Cação.

Estes antigos volumes com tombamentos de propriedades são muitas vezes manancial abundante de factos e cousas do passado, manancial que os historiadores e cronistas desprezaram e omitiram por se lhes afigurar insignificante.

## II.—Capela de S. Simão, em Campos de Lima

No concelho dos Arcos de Valdevez, freguesia de Paçô, junto do rio Lima e dentro da quinta de Campos de Lima, existem as ruínas

<sup>1</sup> Ainda hoje subsiste na vila o sítio do *Trasladario*. E *ladário* é lá usado apelativamente como sinónimo de altercação ruindosa, clamor continuado em altas vozes, rálho estrepitoso, descompostura ferina (vid. Viterbo, *Elucidario*, etc., s. v. *Ladario*).

<sup>2</sup> Na Tôrre do Tombo há notícias desta festa medieval e de privilégios concedidos aos homisiados e outros que a ela concorressem.

de uma antiga ermida, cujo orago foi S. Simão. Os estuques tem bastantes vestígios de pintura. Na parede da esquerda há figuras de santos; inferiormente corria a data em alemão minúsculo; dela só se vê isto: Fig. 3.

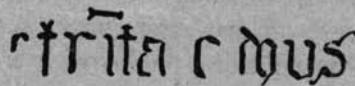


Fig. 3

Mas julgo possível, teóricamente, restabelecer o ano de (14)32.

Na parede do fundo há restos de um calvário a fresco, onde se distingue Jesus crucificado.

Ao lado da cruz papal, um pontífice com tiara e um livro aberto,

que a mão direita sustenta. Outro santo segura um livro fechado e está descalço; parecendo ler-se: *Sam Simon*. Fig. 4.



Fig. 4

Na mesma parede, vê-se uma Senhora da Piedade, com o corpo

de Jesus sobre os joelhos e uma faixa em redor do nimbo, onde se lê em caracteres pintados a preto de alemão minúsculo:

[vi]dete si est dol[or], etc.

Não tenho nota do ano em que visitei casualmente esta curiosa ruína, mas presumo que foi em 1909; ignoro também o estado em que possam ainda estar êsses interessantíssimos frescos, bem dignos de melhor sorte..

A fachada da capela é coroada por um campanário com uma só sineira e empêna aguda.

Novembro de 1916.

F. ALVES PEREIRA.

### Conimbriga

A camada pre-romana da cidade

(Notas de uma exploração de dez dias em Condeixa-a-Velha)

Conimbriga, o *opidum* mais importante do distrito de Coimbra, bem conhecido pelos seus mosaicos, mármores, barros e metais, recolhidos em diversas explorações e guardados no Museu do Instituto,

era, até há pouco, um livro cerrado para tudo o que não fosse arqueologia clássica. Descubrou-se completamente a camada pre-romana da cidade, como se não existisse, apesar dos machados de pedra que frequentemente se encontravam mostrarem que a ocupação humana daquele ponto se perdia no fundo das idades. Nem mesmo a Santos Rocha, conhecedor como poucos da região, ocorreu a possibilidade do encontro de uma civilização idêntica à que descobrira em Santa Olaia, sob os alicerces da grande povoação que os romanos haviam dominado e engrandecido.

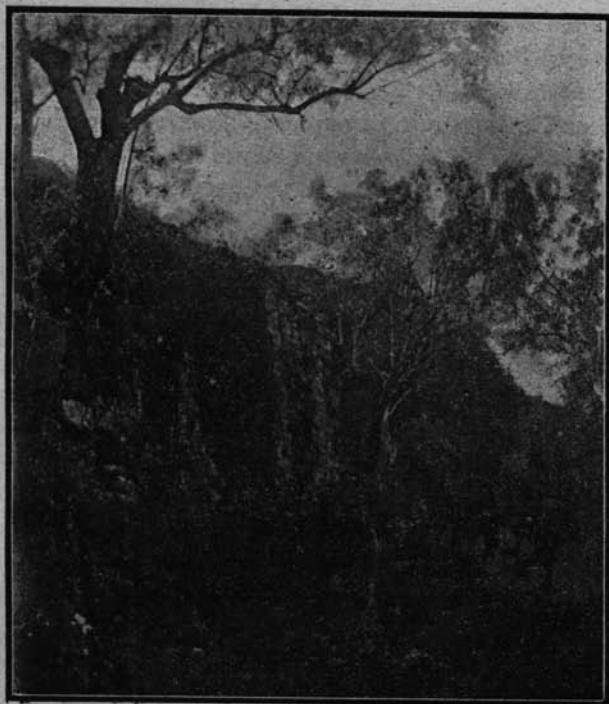


Fig. 1

Numa das inúmeras excursões que fiz a Condeixa-a-Velha, quando estudante de Coimbra, ao percorrer um dia a base da muralha virada a NO., num ponto sobranceiro à fonte e às últimas casas da povoação, notei que debaixo do muro,—ali em parte esborrado no alicerce, deixando um arco por onde esbarroavam as terras do interior,—aparecia uma camada de terra anegrada, fortemente mesclada de caços, carvões e ossos, os quais, examinados, me deixaram a impressão de que pertenciam à civilização que eu pouco antes havia estu-

dado em Santa Olaia, numa porção de terreno deixada intacta por Santos Rocha.

Passava-se isto em fins de 1909, e logo então recolhi boa porção de fragmentos de cerâmica, que trouxe para Coimbra, indo seguidamente compará-los com os exemplares expostos no Museu Municipal da Figueira da Foz. Perante a sua completa semelhança, nenhuma dúvida me restava de que havia encontrado os restos materiais da civilização dos habitantes do castro, à época da conquista romana. Infelizmente, não podia realizar nenhuma exploração em grande; limitei-me, por isso, a dar parte de tudo ao Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, reservando-me fazer o mesmo ao Dr. Santos Rocha. Este, porém, morreu sem eu lhe ter podido falar em tal assunto.

Em Abril de 1912, de 17 a 26, realizei, finalmente, por incumbência do Museu Etnológico, uma exploração no local onde a camada arqueológica aparecia do lado externo da muralha (Fig. 1) numa extensão de mais de 15 metros, em lugar, portanto, onde tinha a absoluta certeza de não trabalhar em vão. Mas a situação perigosa desse lugar, sob um muro, alto nesse ponto de uns 6 metros ou mais, e que apenas se sustentava pela coesão do material, obrigou-me a iniciar os trabalhos no interior, onde, logo a 1<sup>m</sup>,60 abaixo do terreno actual, apareceu a zona pre-romana, que a seguir se verificou tinha uns 3 metros de espessura, alcançando terreno virgem e acompanhando o declive deste, tal como era nos tempos anteriores à construção da muralha. A camada, perfeitamente intacta, igual e unida, apresentava em grande, o que eu vira primitivamente do lado de fora do muro, com os mesmos cacos, os mesmos ossos e carvões. Simplesmente, agora, a extração dos objectos podia fazer-se com método, e o metal mostrava-se com mais abundância.

Nenhumas indicações estratigráficas se puderam aproveitar. A camada, ou pertencia ao fundo de uma habitação térrea, ou ao seu quintal, ou, finalmente, poderia não ser mais que o resto de um vazadouro situado em ponto que a muralha romana depois circuitou, impedindo assim que os materiais e os rebotalhos se escapassesem para a encosta. A segunda hipótese parece-me plausível, atendendo à quantidade de carvões entremeados na massa e ao encontro de objectos de certo valor. Nenhumas lareiras indicavam locais de cozinha; nem sequer apareceram fundamentos de divisões caseiras. Uma única fiada de pedra sóltia lembrou, vagamente, um alicerce. Limitar-me hei, portanto, a descrever os achados e a compará-los com os das estações congêneres, tentando depois marcar na cronologia préhistórica o verdadeiro lugar que êles devem ocupar.

Deixando pois as notas topográficas e estratigráficas, entremos na descrição dos objectos encontrados, que poderão dividir-se, para o estudo, em duas classes: metálicos (cobre e bronze, ferro e ouro) e não metálicos (cerâmica, osso, pedra, restos de cozinha).

#### Objectos metálicos

**DE FERRO.** — Todos os ferros que apareceram na camada são informes e pouco apresentam de notável. Constam de:

Uma cavilha com 0<sup>m</sup>,05 de comprido, de secção quadrada e cabeça cónica, em botão.

Metade superior doutra cavilha igual.

Parte de um prego fino.

Pedaço de ferro, que parece o punho de uma espada, dobrada, semelhante às aparecidas na necrópole de Alcácer do Sal.

Uma haste cilíndrica, indeterminável quanto à sua utilização.

Dois fragmentos de fôlhas de facas.

Cabo de uma faca, com 0<sup>m</sup>,07 de comprido, atravessado por uma cavilha cilíndrica, de bronze, muito fina, comprida 0<sup>m</sup>,11, medida esta que vem, por conseguinte, marcar a espessura do cabo, quando completo.

**DE COBRE E BRONZE.** — Incluo numa só categoria os objectos dos dois metais, porque não me é possível mandar analisar todos; muitos deles devem, porém, ser de cobre, pois aparecem amolgados e dobrados, mas não quebrados, o que teria acontecido se fossem de bronze puro. Os mais notáveis de entre eles são as fibulas, que deixo para descrição final. Encontraram-se:

Uma argola de 0<sup>m</sup>,04 de diâmetro, com secção losangular (espessura vertical 0<sup>m</sup>,004, e horizontal 0<sup>m</sup>,003), igual às que aparecem em Pragança, etc. Esta, porém, notabiliza-se, porque fecha por sobreposição dos dois extremos aguçados da barra de metal com que a fizeram.

Uma argolinha de toro circular, carregada de excrescências triangulares, que talvez tivesse feito parte da ornamentação de uma fibula grande.

Uma agulha grossa e longa, partida na ponta. A cabeça é larga e lanceolada, e o orificio circular. Tem de comprido actual 0<sup>m</sup>,09 e de espessura 0<sup>m</sup>,03. (Fig. 2).

Um alfinete cónico, alongado, comprido 0<sup>m</sup>,065, tendo a cabeça formada por uma ligeira dobra da própria haste.

Fragmentos de mais dois alfinetes do mesmo tipo, com secção circular.



Fig. 2

Uma haste laminada, com 0<sup>m</sup>,15 de comprimento, circular num dos extremos, à maneira de cabeça, alargando depois em losango até ao centro, e, por fim estreitando de novo; largura da cabeça 0<sup>m</sup>,015, do centro 0<sup>m</sup>,013, da base 0<sup>m</sup>,007; espessura geral 0<sup>m</sup>,002, na base 0<sup>m</sup>,005. O aspecto geral do objecto faz lembrar o de certos ídolos etruscos e gauleses, na sua mais rudimentar expressão antropomórfica; mas a ausência dos riscos que acompanham essas figuras, acentuando as feições, faz antes inclinar o nosso julgamento para um campo muito diverso. O objecto em questão poderá ser uma tecla de um desses rudimentares pianos de mão que os selvagens africanos conservam, e que na Conímbriga da idade do ferro seriam também usados pelos habitantes.



Fig. 3

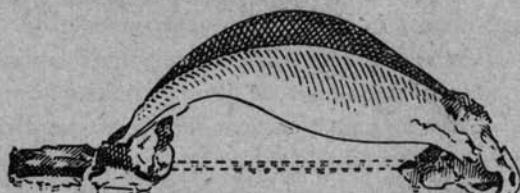


Fig. 4

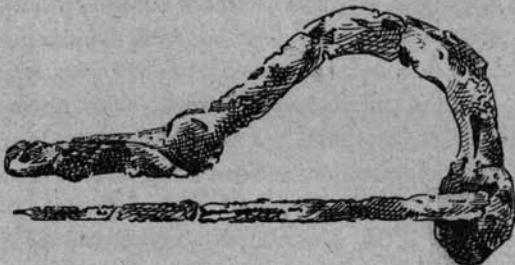


Fig. 5

Fusilhão e mola bilateral sobre charneira, de uma fivela pequena, incompleta. Mede de comprimento 0<sup>m</sup>,024 (fig 3).

#### FÍBULAS:

a) Fíbula de largo arco laminado, semi-circular, terminando, de um lado, em longo pé perpendicular ao arco, e do outro num prolongamento de lámina, rebatida em gancho sobre o extra-dorso. A mola do fusilhão (desaparecido) enrola-se nesse gancho, numa só volta, singelamente. A goteira do descanso acompanha o pé em todo o comprimento. Está incompleta por falta do alfinete e encontra-se partida em três pedaços. Comprimento 0<sup>m</sup>,065; do pé 0<sup>m</sup>,022; largura da fólia do arco 0<sup>m</sup>,02. (Fig. 4).

b) Fragmento do arco de uma fibula do tipo da anterior, com 0<sup>m</sup>,025 de comprimento e 0<sup>m</sup>,015 de largura.

c) Fibula de arco levantado, mais que semi-circular, do feito da primeira descrita, mas com o arco apenas formado por uma fita estreita que chegando à cabeça se enrola sobre si mesma e depois bilateralmente, formando assim a mola do fusilhão. Descanso do pé, bastante comprido. Está completa, embora partida em cinco bocados. (Fig. 5).

Comprimento 0<sup>m</sup>,065; do pé 0<sup>m</sup>,025; largura do dorso 0<sup>m</sup>,01.

d) Fibula de arco levantado, formada por uma simples haste metálica dobrada em semi-círculo, no arco, transformada em mola, com enrolamento bilateral de uma só volta e seguindo em alfinete até um descanso hoje desaparecido, mas que, provavelmente, era curto. Está incompleta. (Fig. 6).

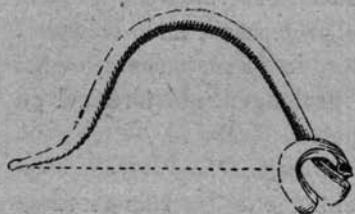


Fig. 6

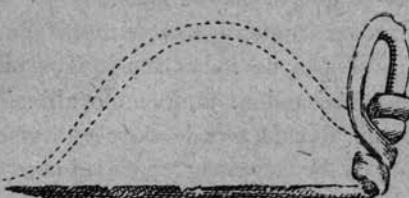


Fig. 8



Fig. 7



Fig. 9

Comprimento 0<sup>m</sup>,04; espessura da haste 0<sup>m</sup>,003.

e) Fibula de arco em dorso de camelo, — tipo clássico da Cer-tosa —, com enrolamento unilateral na mola, formada de uma fita de secção rectangular. Incompleta, só com arco e a mola. (Fig. 7)

Comprimento 0<sup>m</sup>,03; espessura 0<sup>m</sup>,002.

f) Fragmentos de uma fibula do tipo da anterior, com mola de enrolamento unilateral e de pé curto.

g) Fusilhão e mola de uma fibula do tipo das anteriores, com o arco (desaparecido) enrolado na cabeça em aselha. Desta espécie de laçada partia o alfinete. (Fig. 8).

Comprimento 0<sup>m</sup>,055; do fusilhão 0<sup>m</sup>,025.

h) Fragmento do arco de uma fibula.

Comprimento 0<sup>m</sup>,03; largura 0<sup>m</sup>,012; espessura 0<sup>m</sup>,003.

i) Fibula pequenina e delicada, de arco quase em trapézio, com mola enrolada bilateralmente, prolongada em alfinete. A mesma haste sustenta o pé, que termina numa volutazinha, dobra em arco, volteia em mola e segue ate morrer em alfinete, como quase todas as fibulas anteriormente descritas, que sao fabricadas duma só tira de metal.

Esta fibula apresenta, como nota invulgar, uma barrazinha de metal atravessada no interior da mola, que, saindo dela, acompanha em ondulações de cobra o corpo da fibula. Este feitio, que em fibulas estrangeiras se encontra no próprio arco, aplica-se aqui num simples motivo ornamental, quase independente do corpo do objecto. Acha-se, infelizmente, partida em sete pedaços, mas pode-se facilmente reconstituir e desenhar. Tem de comprimento 0<sup>m</sup>,03; de largura no arco, 0<sup>m</sup>,003. (Fig. 9).

Da descrição de todas estas fibulas e fragmentos de fibulas infere-se que, de modo geral, elas são de dimensões variáveis, que têm o arco raramente semi-circular puro (de preferência mais elevado), que os pés de todas são longos ou curtos, indeferentemente, e que em quase todas, também, o alfinete é o prolongamento terminal da mesma fita de metal que constitui o corpo da fibula.

¿Onde encontrar, para ajudar a sua classificação em relação à cronologia<sup>1</sup>, fibulas semelhantes, apresentando as mesmas formas e caracteres, na arqueologia pátria ou na estrangeira?

No trabalho mais completo que em Portugal se escreveu sobre fibulas<sup>2</sup>, o Sr. Dr. José Fortes não reproduz nenhuma fibula do tipo das agora descritas de Conimbriga. A p. 16 do seu trabalho até, quando expõe a nomenclatura das partes componentes da fibula, afirma que a mola espiraliforme é inseparável da bilateralismo da mesma. Ora em muitas fibulas de Condeixa a mola em espiral é-o apenas unilateralmente. Além disso, a mesma espiral aparece com uma ou duas voltas apenas, singelamente.

<sup>1</sup> Recentemente, no n.º 6 (Junho de 1913) da *Revue Anthropologique*, A. de Mortillet apresentou uma «Classification des fibules d'après leur ressort», na qual as fibulas de Condeixa-a-Velha podem ocupar o lugar do n.º IV do tipo I: *Fibules à ressort à boudin lateral*. Estas fibulas são feitas de uma só peça, como as de Conimbriga.

Cumpre-me a propósito dizer que neste assunto de fibulas adopto quase toda a terminologia preconizada pelo Sr. Dr. José Fortes a p. 16 do tomo II de *Portugalia*, embora ao que Mortillet chama *cabeça* chame *pé*, e vice-versa (*Revue Anthropologique*, Jun 1913, p. 189).

<sup>2</sup> «As fibulas do noroeste da península», in *Portugalia*, tomo II, p. 15 sgs.

Cartailhac e Pierre Paris<sup>1</sup> também nenhuma fibula deste tipo referem. Outros especialistas consultados nada acrescentaram.

As fibulas dos tipos *La Tène* apresentam diferenças sensíveis destas, tanto nas molas como nos pés<sup>2</sup>. Pelo comprimento dos pés e mola unilateral ainda as nossas fibulas lembram mais as de Hallstatt<sup>3</sup>.

Nem mesmo, em minha opinião, as origens dos objectos arqueológicos da península se devem procurar só no centro e no norte da Europa. Está-nos também naturalmente indicado receber influências e artefactos por via dos povos meridionais, navegadores ou guerreiros, da bacia do Mediterrâneo.

Na arqueologia italiana encontrámos com certa abundância exemplares semelhantes aos das nossas fibulas, pertencentes a épocas que condizem com aquela a que podemos atribuir a camada de terra onde se fizeram as explorações de Conímbriga. Certos tipos da primeira idade do ferro, na Itália (Vila Nova, Certosa, período etrusco arcaico), foram os que melhores indicações forneceram.

Consultando-se com cuidado a obra monumental de Montelius<sup>4</sup> pode seguir-se com segurança o desenvolvimento morfológico das fibulas italianas; ver como houve tipos que evolucionaram, outros que desapareceram para renascer mais tarde, e outros ainda que luziram esporádica e pouco duradouramente, para logo se perderem de uso.

As fibulas com mola unilateral, arco fino e descanso curto, vem já da idade do bronze. Encontrámo-las depois com o mesmo carácter e também com o descanso comprido e mola simples ou dupla, unilateral, em Vila Nova, Novilara, Vetulonia, Chiusi, Orvieto, Perugia, Terni, Vulci, etc.<sup>5</sup>, de ouro, de prata e de bronze. Os séculos do seu aparecimento vão desde o X ao IV, a. C.

<sup>1</sup> *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive*, vol. II, p. 263 sgs.

<sup>2</sup> *Zeitschrift für Ethnologie*, 1911, p. 664, e sgs.

*La Tène, un oppidum Helvète*, por Victor Gros, pl. x, e outras.

<sup>3</sup> Forrers, *Reallexikon, Hallstallezeit*, Tafel 84, nº 3.

<sup>4</sup> Ed. Freih, *Das Grabfeld von Hallstatt in Obösterreich*, Wien 1868, em Tafel, XIV, 1.

<sup>5</sup> *La civilization primitive en Italie*, vols. I e II e Atlas.

<sup>6</sup> Ver no livro citado, de Montelius, referências a:

*Vila Nova* (Itália Setentrional), pl. 84 e 85: fibulas do tipo Conímbriga com o dorso largo ou estreito, indiferentemente: da 1.<sup>a</sup> idade do ferro; séc. X a. C.

*Novilara* (Pesara, Itália Central). Pl. 44 e 148: fibulas *ad arco di violino*;

¿Como chegaram estes tipos à Lusitânia e se espalharam pelas suas diferentes regiões? Para responder a esta pregunta seria necessário que em Portugal abundassem as monografias arqueológicas e as estações da idade do ferro, já estudadas. Será portanto bastante conjectural qualquer afirmação que aqui deixar notada, porque este estudo é, por enquanto, quase isolado e, portanto, forçosamente incompleto.

Santos Rocha quando estudou as fibulas de Santa Olaia<sup>1</sup> e do Castro não procurou descobrir a origem das fibulas aparecidas nessas estações: limitou-se a afirmar que pertenciam ao tipo *La Tène I*, ou seja, ao primeiro período da 2.<sup>a</sup> idade do ferro.

A idade atribuída às fibulas de Santa Olaia não pode sofrer ataques; que elas, porém, derivem de modelos franceses é assunto que se pode discutir.

Nas fibulas apresentadas como de tipo ibérico, no *Manual* de Déchelette<sup>2</sup>, a charneira parece indispensável. ¿Se-lo há de facto para a época do ferro portuguesa?

As fibulas do Castro, Santa Olaia e, agora, as de Conímbriga, dizem que não.

¿Mas qual a verdadeira origem das fibulas de Conímbriga?

A página 692 do seu *Manual*, Déchelette escreve as seguintes palavras, que talvez possamos aplicar para ajudar a resolver uma questão que é naturalmente espinhosa.

«Les modèles industriels de la Grande Grèce et de la Campanie ont dû se répandre dans la colonie d'Emporium. De là, ils ont gagné l'hinterland ibérique où les ateliers indigènes les ont imités».

séc. x-viii a. C. Aquelas que tem o descanso longo são mais recentes. (Pl. 144, fig. 8; pl. 148, fig. 16).

*Vetulonia* (Tomba di Val di Campo). Idem: pl. 183, pl. 192 (séc. ix).

*Chiusi*. Id.: pl. 227 (mais recente).

*Orvieto*. Id.: pl. 240 (tipos anteriores ao séc. iii, a. C.).

*Perugia*. (Província de). Pl. 250 (séc. ix-vi, a. C.).

*Terni*. Pl. 253 (séc. vi, a. C.?).

*Vulci* (Prov. de Roma). Pl. 263.

Examinar também as fibulas etruscas, nos livros: *Intorno agli scavi archeologici fatti del Sig. A. Arnoaldi Veli*, Bologna 1877, tav. xi e xii; *L'art étrusque*, Paris 1889, «Fibules Bolonaises», p. 83, fig. 73-81, de Jules Martha; *Antiche Abitazioni di Bologna*, Bologna 1907, de Antonio Zannoni, na tav. xvi, etc.

<sup>1</sup> «Estações pre-romanas da idade do ferro, nas vizinhanças da Figueira», *Portugalia*, t. II.

<sup>2</sup> Joseph Déchelette, *Manuel d'Archéologie Préhistorique, Celtique et Gallo-Romaine*, t. II, Paris 1913, p. 1102.

Santa Olaia fica perto do mar. Conímbriga a umas cinco léguas dêle, apenas. ¿Porque não viriam as fibulas por lá, como, segundo Santos Rocha, a cerâmica veio também em certo período?

**DE OURO.**—Deixando as fibulas, matéria que pela pouca abundância de material que sobre elas existe será por muito tempo ainda bastante nebulosa para nós, vamos entrar na descrição da única jóia aparecida durante esta primeira exploração da camada pre-romana de Conímbriga. Essa jóia é uma placazinha circular, de bronze, coberta com uma capa muito fina de ouro. Tem de diâmetro 0<sup>m</sup>,039.

A chapa de ouro está lavrada de desenhos: sete circunferências, contendo cada qual quatro círculos concêntricos, dispostas seis delas em volta de uma central, entre pontos que salpicam regularmente o resto do campo. Toda a ornamentação se obteve aplicando um molde sobre a fólya de ouro e batendo esta. (Fig. 10).

Em Portugal já se encontrou outro objecto semelhante, que Santos Rocha descreveu<sup>1</sup> como: «uma finíssima fólya de ouro, pesando apenas 1<sup>s</sup>,2, com forma discóide, tendo o diâmetro de 0<sup>m</sup>,036; foi rebatida sobre um molde, que produziu os ornatos em relevo que nela se vêem»; a sua ornamentação faz lembrar, afiança o Dr. Santos Rocha, a de certas jóias de Micenas. Deixando, depois, tam remotas paragens, acaba por notar que num túmulo gaulês, de Magny-Lambert, apareceu também um pequeno disco de fólya de ouro estampada, semelhante (A. Bertrand, *Archéologie celtique et gauloise*, p. 325).

Efectivamente em Micenas, nos túmulos, tem-se encontrado bastantes placas de ouro ornadas de círculos, espirais, etc.<sup>2</sup>. Existe até entre elas uma de disposição idêntica à nossa; as suas rodelas são porém um tanto maiores. Mas isso não deve, a meu ver, influenciar demasiado a nossa apreciação, pois que os círculos concêntricos aparecem com abundância nas idades do ferro e do bronze, por toda a Europa.

Quanto aos pontos que ornamentam a placa de Conímbriga podemos comparar-lhe os que embelezam a superfície de uma caçoula de ouro aparecida em terreno da gare de Zurich, e que já foi descrita

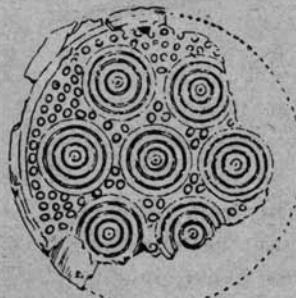


Fig. 10

<sup>1</sup> «Estudo sobre um artefacto pre-romano de ouro descoberto no Algarve», a pp. 64-67 do *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, n.º 2.

<sup>2</sup> R. Forrers—*Reallexikon*, pp. 530 e 531.

por mais que uma vez<sup>1</sup>. Foi atribuída à época de Hallstatt. Entre nós apareceu já uma caçoula de prata com a mesma forma, mas de menores dimensões<sup>2</sup>.

A mesma ornamentação de pontos, círculos e espirais, marcados com molde, se encontra em objectos de ouro de Chipre (período micénico)<sup>3</sup>, de Rodes (Kameiros), do séc. VII, a. C.<sup>4</sup>, e da antiga Etrúria (séc. III, a. C.)<sup>5</sup>. Na Itália, em especial, encontra-se um tipo de ornamentação semelhante ao da nossa placa, por exemplo em caldeiras de bronze de Novilara (pl. 150, fig. 16, da obra de Montelius) e de Corneto (pl. 281, fig. 26), várias vezes reproduzidos já.

As arrecadas de Laundos teem a parte triangular inferior igualmente cheia de pontos, obtidos pelo mesmo processo que os da jóia de Condeixa<sup>6</sup>; foram pelo seu autor atribuídas a tempos posteriores ao séc. V, a. C.

Nós concluiremos apenas que, dada a pureza do extraído em que se encontrou a chapa de ouro, devemos marcar-lhe igualmente a época de La Tène (1.º período) para época de fabrico.

CERAMICA.—A cerâmica de Conímbriga não difere da encontrada em Santa Olaia; podemos distinguir entre ela:

1.º Um tipo de louça grosseira, trabalhada com roda, esfregada e polida, em geral coberta por uma bela patina castanho-afogueada. Vasos grossos e finos. Alguns cacos são tam imperfeitos que chegam a parecer apenas trabalhados à mão.

2.º Um tipo de louça cinzenta, algumas vezes bastante escúra, que Santos Rocha classificou de *buchero*. Aparece com abundância.

3.º Um tipo de louça vermelha, pintado exteriormente; menos vulgar que o antecedente.

<sup>1</sup> *Musée N. S. à Zurich*. XV<sup>me</sup> Rapport Annuel, 1906, p. 53, e «Heft 1º, 1907» do *Anzeiger für Schw. Altertumskunde*, p. 1 a 7, artigo do Dr. J. Heierli, «Die goldene Schlüssel von Zürich».

<sup>2</sup> *O Archeologo Português*, xv, 84-86.

<sup>3</sup> F. H. Marshall, *Catalogue of the Jewellery Greek, Etruscan and Roman in British Museum*, London 1911, plate I.

<sup>4</sup> Idem, plate XII.

<sup>5</sup> Idem, plate XLIV.

<sup>6</sup> Ricardo Severo, «Arrecadas de ouro do Castro de Laundos», in *Portugalia*, t. II, pp. 403-412.

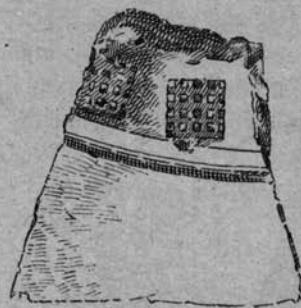
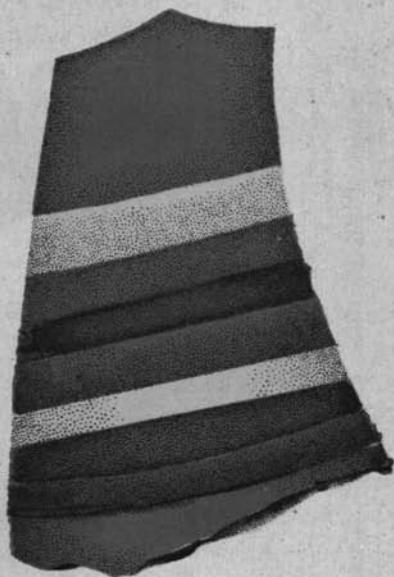


Fig. 11



*Fig. 12*

A ornamentação da louça do primeiro tipo é quase nula, e, quando se mostra, parece resultado das compressões de tecidos sobre a pasta fresca. Um dos cacos d'este tipo de barro estava marcado com um carimbo quadrangular, quadriculado, tal como alguns fragmentos cerâmicos do Castro de Chibanes<sup>1</sup>. (Fig. 11).

A ornamentação da louça cinzenta obtinha-se, como a da actual de Estremoz, esfregando com uma pedra à superficie dos vasos; a da louça vermelha é pintura às faixas como a de Santa Olaia, Crasto e Lisboa (claustro da Sé)<sup>2</sup>. As cores que aparecem são apenas a vermelha, negra, amarela, branca e castanha (fig. 12).



Fig. 13

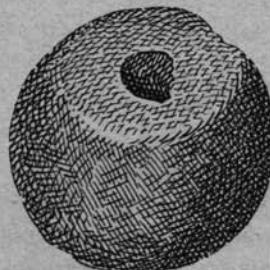


Fig. 14

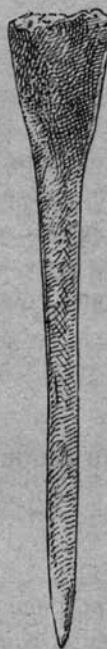


Fig. 15



Fig. 16

Formas conjecturais de vasos é difícil apresentar, dada a sua fragmentação. O mais curioso pedaço de vasilha que eu encontrei foi meio cone (fig. 13), provido de uma asa; era provavelmente uma lâmpada, destinada a estar suspensa.

Abundavam os pratos, ou taças-pratos.

<sup>1</sup> Marques da Costa, *Estações préhistóricas dos arredores de Setúbal*, p. 114.  
*Lisboa préhistórica*, III, p. 6.

De louça, ainda, tenho a mencionar um cossorio (fig. 14), grosso, em forma de barril, alto 0<sup>m</sup>,028, com o diâmetro de 0<sup>m</sup>,032, e' uma conta oblonga, comprida 0<sup>m</sup>,04, larga 0<sup>m</sup>,02, pintada de vermelho. Em Santa Olaia encontraram-se iguais<sup>1</sup>.

**Ossos.**—Os objectos de osso encontrados durante a exploração foram os seguintes: dois furadores de base triangular (fig. 15), um completo, comprido 0<sup>m</sup>,085, outro partido, que media apenas 0<sup>m</sup>,08; um alfinete incompleto, lavrado com cuidado e arte na parte que resta; outro alfinete de cabeça lavrada; mais alguns troços de outros utensílios da mesma natureza; uma agulha completa (fig. 16), comprida 0<sup>m</sup>,09, mas partida em dois pedaços.

**RESTOS DE COZINHA.**—Abundantes no local, em especial, os ossos de suínos e caprinos.

Apareceram também algumas conchas, furadas, provavelmente antigas pertenças de colares.

Além d'estes objectos aparecem no terreno várias pedras vulgares, percutores, afiadeiras, moletas, etc., juntamente com alguns pedaços de machados de pedra, que abundam em toda a área de Conímbriga.

Não seria das cousas de menos interesse o descobrir, depois da Conímbriga romana e do ferro, a do bronze e a neolítica.

VERGÍLIO CORREIA.

### Une œnochoé en bronze rencontrée à Rio-Maior<sup>2</sup>

(Planches I-III)

C'est au cours d'une excursion à Rio-Maior, d'ailleurs très fructueuse, que j'ai eu la bonne fortune de trouver le beau vase en bronze, l'œnochoé, dont il est question dans la présente notice. Cet objet, unique en Portugal, a été acheté à un forgeron qui était sur le point de le mettre au creuset; il appartient aujourd'hui au Musée Ethnologique Portugais.

D'après les renseignements que j'ai pu obtenir il a été trouvé à quelques mètres de profondeur, en faisant une excavation pour cons-

<sup>1</sup> Estações citadas, p. 347.

<sup>2</sup> Reproduit des *Arquivos da Universidade de Lisboa*, vol. III, Lisboa 1906, p. 207, avec auctorisation de M. le Recteur de la Université.

truire un four à chaux, à Cova do Pinhão, au pied de la Serra de Bócas, près des origines de la rivière nommée Rio Maior. Cette pièce est très bien conservée; ce n'est que sous l'anse au point où le goulot se joint à la panse, qu'il y a un trou, fait postérieurement, de dehors en dedans (fig. 2. Planche II); il manque aussi un morceau de la tête de l'un des aigles de l'anse (fig. 6. Planche III). La forme générale est celle d'une jarre assez élégante (fig. 1, Planche I et fig. 2, Planche II). Le pied est formé par un tronc de cône peu élevé, surmonté par la panse, qui est ample, mais pas trop large, et terminée par un goulot, gracieux et élancé, qui s'élargit un peu en haut. La hauteur totale est de 0<sup>m</sup>.18.

Le goulot et le pied du vase sont garnis d'une série de cercles qui se superposent deux à deux. Comme on le voit, il est bien sobre en ornements. On ne peut pas en dire de même pour l'anse. Celle-ci représente un lion sautant, dont les pattes postérieures, étendues, sont continuées par une spatule (fig. 4. Planche III). La queue s'allonge le long du corps, pour le rendre plus facile à saisir. La tête s'élève altière, d'entre les deux membres antérieurs, posés sur les cours de deux aigles<sup>1</sup> (fig. 6, Planche III) qui s'étirent et s'accrochent par le bec à l'ouverture de l'œnochoé. Une petite languette métallique, destinée à faciliter la prise, sort d'entre les deux pattes antérieures. Cette anse est très harmonieuse de formes et de proportions, malgré les figures un peu rudes du lion et des aigles. C'est une œuvre d'art remarquable.

Il est difficile de préciser la date de cet exemplaire, parce qu'en Portugal les éléments de comparaison manquent presque complètement. La forme de jarre, qui apparaît déjà à Mycènes et à Chypre<sup>2</sup>, est d'ailleurs commune à l'âge du fer.

DÉCHELETTE, dans son *Manuel d'Archéologie Préhistorique, Celte et Gallo-Romaine*, représente trois œnochoés qu'il attribue à la seconde phase hallstationne et qu'il considère comme prototype du modèle de la Tène<sup>3</sup>, elles ont des formes analogues à celles du vase dont il s'agit dans le présent article, la forme de jarre. L'une d'elles provient de Vilsigen, au sud du Danube, près de Sigmaringen. La

<sup>1</sup> Comme nous l'avons dit, une des têtes d'aigle n'existe plus, mais on doit supposer qu'elle devait être pareille à celle qui reste.

<sup>2</sup> Schliemann, *Mycènes*, Paris 1878, p. 312, fig. 341, et p. 325, fig. 353.  
René Dussaud, *Les civilisations préhelléniques dans le bassin de la Mer Egée*. 2<sup>e</sup> édition, Paris 1914, p. 245, fig. 176.

<sup>3</sup> Loc. cit. Vol. II, p. 787.

deuxième que DÉCHELETTE figure et que je reproduis ici (fig. 1) a été trouvée par P. DELATTRE dans la nécropole de St. Louis à Carthage<sup>1</sup>. La troisième provient du tombeau d'Agnel à Pertuis (Vaucluse) et a été décrite et étudiée par COTTE<sup>2</sup>. Le bec de ces vases est trilobé; dans celui de Rio-Maior le goulot se termine par un léger élargissement à sa partie supérieure. C'est là la seule différence qu'on remarque dans la forme de ce vase. Par contre les anses en sont très différentes. Tandis que dans les œnochoés présentées par DÉCHELETTE, l'anse se termine près du goulot par une partie plus large garnie d'ornements géométriques, dans celle de Rio Maior, cette partie se joint au goulot en s'élargissant en demi-cercle, sous la forme de deux têtes d'aigles qui l'embrassent (fig. 6, Planche III). Cette forme d'anse apparaît, mais non complètement différenciée à l'époque de HALLSTATT (fig. 2), et est plus commune dans celle de La Tène.



Fig. 1

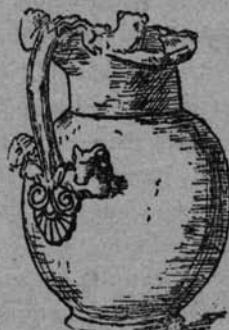


Fig. 2



Fig. 3

L'œnochoé de l'époque de La Tène a cependant le bec relevé. La forme de jarre, avec ce bec (fig. 3) apparaît au sud de l'Allemagne, en Autriche et en Bohème, et le type de la fig. 4 non seulement au sud de l'Allemagne, mais en Suisse, en France et en Belgique<sup>3</sup>.

Comme le montrent les figures 3, 4, et 5, et les fig. 3, 4, 5 et 6, de la planche III), il y a de grandes analogies entre les anses de

<sup>1</sup> *Musées et Collections Archéologiques d'Algérie et de la Tunisie — Musée Lavigerie et Saint Louis*, Paris 1900. Planche XXIX, p. 200 et suiv.

<sup>2</sup> «Découverte d'une œnochoé dans un tumulus de Provence», *L'homme préhistorique*, 1909, pp. 204 et 257. Vidé aussi J. Déchelette, *Les récentes découvertes en France* (1908-1909) *Prähistorische Zeitschrift*, 1910, p. 210, fig. 7.

<sup>3</sup> *Loc. cit.* Vol. II, p. 785, fig. 307.

ces exemplaires mais dans aucun de ceux-là l'anse n'est formée par le corps d'un animal. DÉCHELETTTE, parlant des oenochoés de cette époque, dit: «quelques-uns des exemplaires les plus anciens présentent une ornementation particulièrement soignée: leur anse affecte parfois la forme d'une figure humaine; des animaux (panthères, biches, bisons, etc.) décorent, soit sa plaque d'attache, soit sa fourche terminale<sup>1</sup>». Celui de Caix (Somme<sup>2</sup>) est un bon exemplaire de ce type.

Dans l'oenochoé de Rio-Maior, la figure humaine est remplacée par un lion. MARTHA fait allusion à ces vases, dans l'*Art Étrusque*; voici ce qu'il en dit: «Dans le courant de sixième siècle, quand les progrès de l'hellénisme dégagent peu à peu l'Étrurie de la tutelle phénico-carthaginoise et que l'industrie grecque commence à exercer sur l'industrie naissante des Étrusques cette action qui a été si féconde, le système d'ornementation au moyen d'appendices n'est pas abandonné, mais se modifie et se perfectionne. Les ouvriers étrusques subissent à leur insu l'influence de l'art grec. Or s'il y a une chose qui caractérise les œuvres helléniques, c'est la logique. Le goût grec n'est pas l'ennemi des ornements servant à quelque chose: tout ce qui n'est que décor, tout ce qui n'a pas une raison d'être organique dans l'ensemble d'un temple, d'une statue, d'un poème, d'un discours ou d'un vase, tout cela doit être impitoyablement proscribt. Instruits par les modèles que la Grèce leur apporte, les Étrusques en viennent à appliquer, d'une manière inconsciente et simplement par esprit d'imitation, des principes d'ordre, de convenance et d'harmonie. Leur métallurgie surtout s'en inspire. Elle ne renonce pas à toutes ses figures de lions, de griffons, de panthères, qu'elle doit à l'art oriental, et qu'elle conservera indéfiniment, mais au lieu de les placer au hasard, comme des appendices superflus qu'on pourrait sans inconvénient rétirer, elle s'ingénie à leur attribuer un rôle utile. Les vases qu'elle fabrique ayant des anses soudées dont les points d'attache se trouvent sur la panse et aux lèvres du récipient, il importe que de part et d'autre la tige de ces anses s'écrase en s'épanouissant pour offrir à la prise de la soudure une surface suffisante. Dès lors quoi de plus naturel que de donner à cet écrasement nécessaire une forme décorative? Quoi de plus naturel aussi que d'y placer ces figures qu'auparavant on ne savait où mettre et que l'on disposait au hasard?

<sup>1</sup> Loc. cit. Vol. II, p. 1431.

<sup>2</sup> C. Boullanger, «La trouvaille Gauloise de Caix» (Somme) *L'homme Préhistorique*, 1909 Paris, p. 321 et suiv., fig. 98.

De là un type d'anse dont on a de nombreux exemplaires dans les tombes contemporaines de la fin du sixième siècle et qui consiste — d'une part, sur la panse, — en une palmette entre deux lions accroupis, ou entre deux têtes de serpents, — d'autre part, sur le col — en un demicerle, avec une tête de lion en relief au milieu et à chaque extrémité une panthère ou un bœuf accroupi. Ainsi placées, ces figures ont une raison d'être: sans elles l'anse aurait un aspect lourd et disgracieux. Elles dissimulent les prolongements des attaches et les artifices nécessaires de la soudure. Dans les siècles qui suivent,



Fig. 4

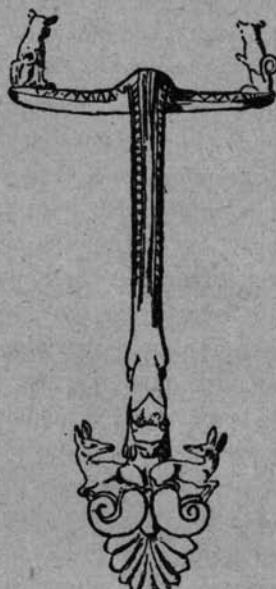


Fig. 5

la métallurgie étrusque continue à appliquer le même principe de décoration rationnelle. Seulement elle varie ses motifs et tout en conservant les palmettes orientales, les lions les griffons, etc., s'ingénier à les combiner avec des formes empruntées à la Grèce. Ce qui domine dans l'art grec étant la figure humaine, les Étrusques introduisent des personnages dans la composition de leurs anses. Au lieu d'une tige plus au moins arrondie qui, ornée qu'elle soit, a toujours quelque chose d'un peu sec, ils placent sur le côté du vase une figure d'homme ou de femme, généralement nue, cambrée en arrière et arc-boutée d'une part sur la panse, et d'autre sur le col<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Jules Martha, *L'art Étrusque*, Paris 1889, p. 519 et suiv.

L'analogie est frappante entre cette description et l'œnochoé de Rio-Maior. Mais, quoique ce vase obéisse par ses lignes générales aux formes classiques de la Grèce et de l'Étrurie, il a cependant des caractéristiques spéciales: le goulot ne se termine pas par un bec, ce qui n'a pas lieu d'ordinaire dans les œnochoés de l'âge du fer, et le corps de l'anse est un animal<sup>1</sup>.

En examinant ce vase, on voit tout de suite que l'artiste a été aussi influencé par le classicisme grec sans toutefois reproduire aveuglément les modèles orientaux; il a plutôt fait une œuvre influencée par les arts de la Grèce mais possédant un individualisme indubitable. P. Paris dit que les Ibères n'imitaient pas aveuglément les modèles qui leur venaient de ces pays, mais que ces influences ont éveillé le sentiment du beau parmi les peuples qui habitaient alors la Péninsule<sup>2</sup>. C'est ce qu'on observe dans l'œnochoé de Rio-Maior. L'anse ainsi que la forme du vase ont obéit aux données classiques, mais il n'est pas possible de le confondre avec un vase provenant de la Grèce ou de l'Étrurie. Ce n'est pas un produit d'importation, mais bien d'art indigène. Les motifs ornementaux de l'anse sont d'origine orientale. Le lion, les aigles et la spatule avec un nombre impair de rayons, sont des motifs d'art oriental, que les influences helléniques ont introduits dans le reste de l'Europe.

L'anse est représentée en quatre positions dans les fig. 3, 4, 5 et 6 de la Planche III. Le lion, vu de profil (fig. 3 de la Planche III), est élégant, bien lancé et, malgré le rude schématisme de ses traits, nous rappelle une figure chaldéenne. Cette influence de l'art chaldéen se manifeste dans d'autres œuvres artistiques de la Péninsule. La célèbre *Vicha Balazote* et quelques sculptures du Cerro de los Santos et du Llano de Consolación le montrent clairement. La façon dont la crinière du lion est représentée est celle dont les artistes chaldéens se servaient pour sculpter les cheveux, crinières, etc.: de profonds sillons longitudinaux croisés par d'autres sillons perpendiculaires. Les yeux ouverts, sont oblongs et énormes. On remarque aussi dans l'aigle cette manière de représenter les yeux (fig. 6. Planche III). Le corps élégant et effilé montre bien l'influence de cet art.

<sup>1</sup> Il y a cependant des vases étrusques dont le corps de l'anse obéit à ce type. Voir Oscar Montelius, *La civilisation primitive en Italie depuis l'introduction des métaux. Italie Centrale*. Stockholm 1895.

<sup>2</sup> *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive (et du Portugal)*. Paris 1903, vol. II, p. 305.

Le taureau en bronze de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne est comparable à cette pièce archéologique (fig. 6). P. Paris en dit: «bien que le style soit très nettement archaïque, il y a dans cette œuvre une franchise d'observation et une rigueur de facture qui sont une révélation. Sans doute il ne faut pas analyser les formes en détail; il serait trop aisément de critiquer le dessin et la place de l'œil, les

plis parallèles du cuir sur le cou, l'anatomie de ce qui reste des pattes de devant, les stries régulières qui cerclent le ventre; rien de cela n'est bien conforme à la nature. D'autre part la pointe d'un outil dur est venue aviver avec sécheresse les contours de l'œil, les angles



Fig. 6

des fanons plissés, détailler en traits rudes et cassants la musculature des pattes ou du ventre. Mais, malgré ces défauts, le bronze est vivant; la part faite aux conventions, on sent un art sincère et robuste, fait d'originale naïveté»<sup>1</sup>.

Il est curieux de remarquer combien les traits généraux du bronze de la Bibliothèque de Lisbonne s'adapteraient à ceux du lion de l'œnochoé de Rio-Maior. Comme dans celui-là, malgré la rudesse de quelques traits, il y a dans le lion et dans l'aigle une vie intense qui ne pouvaient leur avoir été imprimée que par un artiste bien au-dessus de ses émules, comme le dit P. Paris à propos du taureau.

## \*

L'époque à laquelle on peut rapporter le vase dont il est question ici, est peut-être celle de La Tène, car, comme nous l'avons déjà dit, il n'y a pas en Portugal des éléments permettant d'établir une classification rigoureuse. La forme de jarre apparaît à l'époque de Hallstatt et à celle de La Tène, quoique les traits plus ressemblants à ceux de l'œnochoé de Rio-Maior soient, selon Déchelette, de la deuxième phase de Hallstatt. En Étrurie, selon Martha, c'est vers la fin du VI<sup>e</sup> siècle avant J. C. qu'apparaissent des œnochoés avec une anse du type de celle de Rio-Maior, et l'époque de La Tène commence 500 ans avant J. C.

<sup>1</sup> *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive (et du Portugal)*, vol. II, p. 223.



Fig. 1



Fig. 2

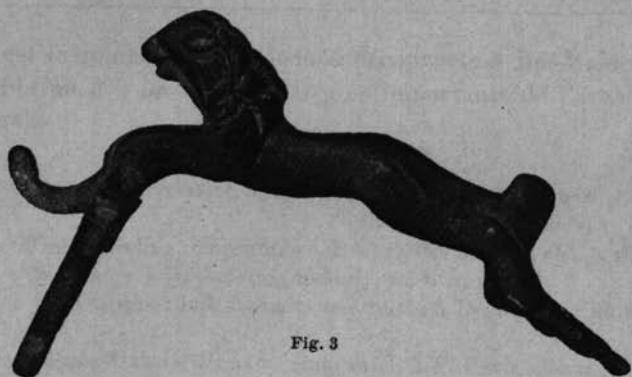


Fig. 3



Fig. 4



Fig. 5

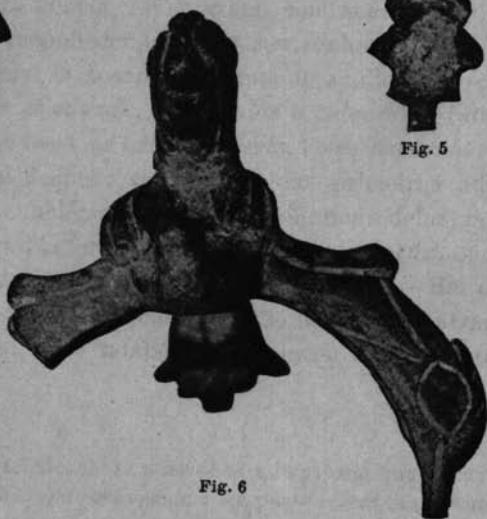


Fig. 6

Telle est la remarquable cenochoé découverte à Rio-Maior et qui nous semble un des documents les plus importants de l'archéologie du Portugal.

#### Note sur les figures

Fig. 1—D'après P. Delattre, empruntée à Déchelette, *Manuel, etc.*, t. II, p. 787.

Fig. 2—D'après Helbig, empruntée à Déchelette, *Manuel, etc.*, t. II, p. 785.

Fig. 3—Empruntée à Déchelette, *Manuel, etc.*, t. II, p. 1430.

Fig. 4 et 5—D'après Lindenschmit, empruntée à Déchelette, *Manuel, etc.*, t. II, p. 1067.

Fig. 6—D'après Gabriel Pereira, empruntée à P. Paris, *Essai sur l'art et l'industrie de l'Espagne primitive (et du Portugal)*, t. II, p. 233.

J. FONTES.

#### Nótulas numismáticas

##### I

###### Torneses de Zamora, de D. Fernando de Portugal

O aleivoso e covarde fratricídio perpetrado por Henrique de Trastamara contra Pedro I de Castela, em 23 de Março de 1369, não pôs termo às lutas sangrentas feridas entre os partidários dos dois irmãos, muito embora o filho de Afonso XI e de Leonor de Guzman, após o seu infame atentado, tivesse sido proclamado rei de Castela com o nome de Henrique II.

Muitos fidalgos e cavaleiros de Galiza e Castela, que lhe não quiseram prestar obediência, levantaram, com suas gentes, voz por el-rei de Portugal, reconhecendo-o por seu senhor, e dando-lhe menagem de suas terras. O nosso D. Fernando acolheu-os *de maneira honrosa e de grande gasalhado, e nas vilas e cidades de Castela, que tomaram voz por ele, usou de todo o poderio, como seu senhor natural*, no dizer de Fernão Lopes; sendo uma das primeiras afirmações da sua soberania a cunhagem de moedas nalgumas delas, merecendo as de Zamora especial referência pela singular distinção, que D. Fernando a esta cidade dispensou, intitulando-se nelas — Rei de Portugal e de Zamora —<sup>1</sup> distinção com que não honrou as outras cidades de Galiza e Castela, onde também estabeleceu oficinas monetárias.

<sup>1</sup> Anticipando los señales de la possession a la vitoria que las avia de producir. Faria e Sousa: *Europa portuguesa*, t. III, parte IV, cap. XI (citado por Araújo, t. I, p. 191).

Segundo Fernão Lopes mandou D. Fernando cunhar em Zamora «moedas de ouro e prata e graves e barbudas» (*Chronica do Senhor Rei D. Fernando*, cap. xxviii) depreendendo-se do que diz no cap. lvi, ao referir-se às mudanças de preços dalgumas moedas, feitas por este monarca, que também lá foram cunhados os *pilartes* e os *fortes*<sup>1</sup>.

À actualidade porém só chegaram, ou pelo menos eu só conheço dessas moedas as seguintes de Bolhão: *Rial* e *Meio Rial* (?)<sup>2</sup>, *Barbuda* e *Meia Barbuda*, *Tornês* e *Meio Tornês de Cruz*.

Serão estas últimas o objecto desta nota.

\*

Na minha colecção existem as seguintes moedas:

1.—Anverso.—**FER...S \* REX \* PORTVGALI \* ZAMORE:**, dentro de coroa circular, limitada por circunferências perladas. No campo o escudo das quinas, de cada lado do qual um florão, encimado pela letra c.

Reverso.—**: DOMINVS \* MICHI \* AIVTOR \* ET...S—PICIAM \*** INIMICOS \* MEOS \* E, em duas coroas concéntricas, limitadas por circunferências perladas. No campo a cruz equilátera.

*Bolhão*. Diâmetro: 26 milímetros. Peso: 1,5 grama<sup>3</sup>.

Falta-lhe um bocado; de resto muito bem conservada.

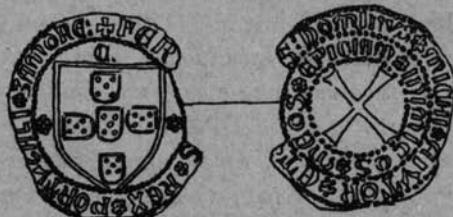


Fig. 1

2.—Anverso.—**FERNANDVS \* REX \* PORTVGALI \* ZAMORE \*,** dentro de coroa circular, limitada por circunferências perladas. No

<sup>1</sup> ... mandou el-rei fazer outro maior abaixamento a saber ... que não valesse mais ... o grave quatorze dinheiros, o *pilar* sete e os *fortes* dez soldos, e assim corregeu as outras moedas de Samora ... que eram de tal nome como estas.

<sup>2</sup> Nota A.

<sup>3</sup> Completa devia pesar próximo 1,80 grama.

campo o escudo das quinas acostado por ç—A, e encimado por um florão.

**Reverso.** — + DOMINVS \* MICH\* AIVTOR \* ET EGO DIS — PI, CIAM \* INIMICOS \* MEOS \* E, em duas coroas circulares concéntricas, limitadas por circunferências perladas. No campo cruz equilátera.

**Bolhão.** Diâmetro: 27 milímetros. Peso: 2,95 gramas.

Em bello estado de conservação.



Fig. 2

3.—Como a antecedente, mas as palavras das legendas tanto do anverso como do reverso separadas por :.

**Bolhão.** Diâmetro: 24,5 milímetros. Peso 2,13 gramas.

Um pouco cerceada; mediocre conservação.

4.—Anverso. — ♫ FERNANDVS : REX : PORTV :, dentro de coroa circular, limitada por circunferências perladas. No campo o escudo das quinas, encimado por c.

**Reverso.** — ♫ DOMINVS : MICH\* AIVTOR, dentro de coroa circular, limitada por circunferências perladas. No campo a cruz equilátera; à direita um ponto.

**Bolhão.** Diâmetro: 20 milímetros. Peso: 1,20 gramas.

Optimamente conservada.

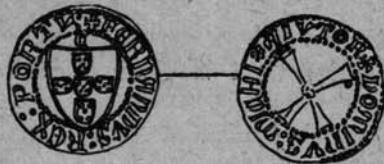


Fig. 3

As moedas n.<sup>o</sup>s 1, 3 e 4 foram adquiridas, em diferentes datas, em Lisboa: as duas primeiras no antigo *Bazar Católico*, actual *Casa Liquidadora* de D. Guilhermina de Jesus, e a terceira na casa *Godinho & Falcão*. A n.<sup>o</sup> 2 foi encontrada, em 1904, por José Alves, ao tempo soldado da guarda fiscal, por acaso, e no cascalho que forma o vau da Bombeira, no Guadiana, cinco quilómetros à jusante

de Mértola, fora de água, mas em sitio que esta cobre na preamar. Não havia, ou José Alves não viu alguma outra moeda no local<sup>1</sup>.

A moeda n.<sup>o</sup> 1 — *Tornês* — creio que é inédita e desconhecida, pois nem a tenho visto figurar nas colecções, que tenho examinado, nem li ainda a sua descrição nos catálogos<sup>2</sup>, que tenho compulsado, salvo se a ela se quere referir E. C. n.<sup>o</sup> 53<sup>3</sup>.

As moedas n.<sup>os</sup> 2 e 3 — *Torneses* também — com pequenas diferenças encontram-se em bastantes colecções, apesar de algumas delas serem classificadas como *inéditas* e *ínicas*: H. T. n.<sup>o</sup> 443; E. C. n.<sup>o</sup> 52; R. n.<sup>o</sup> 48; C. C. n.<sup>o</sup> 37; S. e V. n.<sup>o</sup> 42; J. M. n.<sup>o</sup> 82 e J. S. n.<sup>o</sup> 137<sup>3</sup>.

O — *Meio tornês* — n.<sup>o</sup> 4 com leves diferenças aparece em E. C. n.<sup>o</sup> 54; M. n.<sup>o</sup> 57; B. L. n.<sup>o</sup> 59; R. n.<sup>o</sup> 51; C. C. n.<sup>o</sup> 40; S. e V. n.<sup>o</sup> 45; J. M. n.<sup>o</sup> 89 e L. n.<sup>o</sup> 63.

Como se vê da descrição e desenhos, as três moedas n.<sup>os</sup> 1 e 2 e 3, são variantes do mesmo tipo, distinguindo-se a *segunda* da *terceira*, apenas, pelos sinais, que separam as palavras das legendas, e *ambas elas* da *primeira* por terem o escudo das quinas acostado por ç — a, e *nesta* o escudo ser encimado por c.

A moeda n.<sup>o</sup> 4 — *Meio tornês* — pertence à série da variante — *Tornês* — representada pelo n.<sup>o</sup> 1, sendo-me desconhecido o *Meio tornês* da série das variedades *Torneses* n.<sup>os</sup> 2 e 3.

O *Meio tornês*, de Zamora, vem desenhado em Aragão, est. vi, n.<sup>o</sup> 44, e descrito com o mesmo número a p. 184 do vol. I, com a nota de que pertencia à colecção Lamas, em cujo catálogo efectivamente figura com o n.<sup>o</sup> 63, concordando o desenho e a descrição de Aragão com a descrição e desenho da moeda n.<sup>o</sup> 4.

O *Tornês*, de Zamora, Aragão, est. vi, n.<sup>o</sup> 40, é descrito, vol. I, p. 184, assim:

40. ♫ FERNANDVS : REX : PORTVGALI : CAMO. Escudo com as quinas, por cima uma roseta, à esquerda ç e à direita a (çamora).

<sup>1</sup> Informações de meu irmão Augusto de Vargas, residente em Mértola, a quem foi oferecida, e que a seu turno com ela me presenteou.

<sup>2</sup> Nota B.

<sup>3</sup> Já depois de composta esta notícia foi-me comunicado pelo meu colega Couvreur que na sua colecção monetária, herdada dos seus maiores, uma das mais notáveis de Portugal pela variedade e escolha dos exemplares, que várias vezes foi citada por Teixeira de Aragão, e que ele afincadamente trabalha em aumentar, foi-me comunicado, repito, que na aludida colecção existe um tornês de Zamora de D. Fernando, com a legenda do reverso: DOMINVS MICHI AVTOR, etc.

Reverso.—O mesmo do anterior<sup>1</sup>.

De moedas, dizendo-as iguais ou semelhantes a esta, dão conta os seguintes catálogos de moedas portuguesas:

M. — 47 — *Tornês*, Aragão n.º 40;

L. — 61 — *Tornês*, Aragão n.º 40;

R. — 48 — *Tornês fr. à ÇAMORA*. Ar., pl. n.º 40, variété. . . le revers finissant MEOS . . .;

B. L. — 55 — Um exemplar de *tornês* de ÇA(mora). Aragão n.º 40;

B. — 111 — *Tornês*. — À esquerda do escudo vestígios de —c— e à direita —a— distinto (çamora), legenda cerceada; exemplar semelhante a A. n.º 40.

A descrição de *Tornês* de Zamora, dada por Aragão, contrasta com as das moedas n.ºs 1, 2 e 3. As legendas do reverso são completamente diferentes, pois ao passo que na moeda de Aragão ela é: SI DOMINVS MICHI AIVTOR NON TIMEBO QUID FACIAT MICHI, nas minhas está: DOMINVS MICHI AIVTOR ET EGO DISPICIAM INIMICOS MEOS. Parece por isso haver dois tipos, perfeitamente distintos, de *Torneses* de Zamora — um, com duas variantes, descritas atrás nos n.ºs 1 e 2 e 3 existentes na minha coleção, e representado em mais sete coleções — outro, o descrito por Aragão, cuja existência parece ser abonada nos catálogos de mais cinco coleções, o que não é exacto, todavia, porque as legendas dos reversos dos *Torneses* — M. n.º 47, L. n.º 61 e B. L. n.º 48 são iguais às dos meus<sup>2</sup>; e a de B. n.º 48 também evidentemente o é, visto que termina em MEOS, palavra final das legendas dos n.ºs 1, 2 e 3, e que se não encontra na legenda do *Tornês* de Aragão.

A descrição do *Tornês* B. n.º 111, não fornece os elementos necessários para dela se poder concluir que a legenda do reverso é SI DOMINVS, etc., e não DOMINVS MICHI, etc. Em primeiro lugar deduz-se da sua leitura que a moeda está em mau estado de conservação, e que a legenda — qual? — a do anverso, ou a do reverso ou ambas? — está cercada; e em segundo lugar não se afirma nela que a moeda seja igual a Aragão n.º 40, mas que é semelhante, devendo notar-se que em M. n.º 47, L. n.º 61, R. n.º 48 e B. L. n.º 55, como se viu, se cita também Aragão n.º 40, e no entanto está provado que

<sup>1</sup> ✕ SI § DOMINVS § MICHI § AIVTOR § NON § TIM — EBO § QVID § FACIAT § MICHI. Em dois círculos, tendo no centro uma cruz; em baixo à direita um ponto. — [M. F. DE V.]

<sup>2</sup> Nota C.

as suas legendas não são SI DOMINVS, etc., mas sim iguais às das minhas moedas n.<sup>os</sup> 1, 2 e 3, o que faz nascer a dúvida acerca de qual seja na realidade a legenda do reverso de B. n.<sup>o</sup> 111.

Além disso, sem a mínima intenção de ser menos primoroso para com o seu autor, que não tenho a honra de conhecer, ignorando até se é vivo ou morto, e não pondo em dúvida a sua competência no assunto, não se pode todavia ocultar que, no catálogo B., há classificações de moedas tam evidentemente inadmissíveis que, em vista delas, parece arriscado ter absoluta confiança nas suas indicações<sup>1</sup>.

Resta portanto como abonatória da existência do *Tornês* de Zamora, de D. Fernando, com a legenda SI DOMINVS, etc. apenas a descrição de Teixeira de Aragão já tantas vezes citada.

¿E haverá realmente moeda a que quadre tal descrição?

Estando em todas as moedas de D. Fernando, de Zamora, conhecidas, ou pelo menos em todas as que conheço, com exceção do *Meio rial*, que para mim é suspeita<sup>2</sup>, estampada mais ou menos completa, a legenda: DOMINVS MICHI AIVTOR ET EGO DISPICIAM INIMICOS MEOS: — *Real*, Aragão n.<sup>o</sup> 10 = J. S. n.<sup>o</sup> 45; — *Barbuda*, Aragão n.<sup>o</sup> 18 = L. n.<sup>o</sup> 43; — *Meia-barbuda*, Aragão n.<sup>o</sup> 22 = B. L. n.<sup>o</sup> 32, e nos *Torneses* e *Meios torneses* atrás citados, não só não tem fácil explicação que *num único* exemplar conhecido de tal série, essa legenda fosse substituída por outra, mas faz nascer a suspeita de que a sua transcrição foi infiel.

Há mais porém. Em H. T. é descrito com o n.<sup>o</sup> 443 um *Tornês de cruz*, de Zamora, *único* exemplar que figurava em 1867 na coleção de el-rei D. Luís, cuja legenda do reverso é DOMINVS MICHI AIVTOR, etc., e em Aragão n.<sup>o</sup> 40 é também descrito um *único* exemplar da mesma moeda, mas com a legenda SI DOMINVS MICHI, etc. Sabendo-se que a fonte documental mais valiosa da *Descrição das moedas portuguesas* foi o medalheiro de el-rei D. Luís, que primitivamente pertenceu, na sua quase totalidade, a Teixeira de Aragão, e que este nella sua segunda obra reproduziu todos os tipos de moedas, e ainda as variantes mais salientes desses tipos, descritos em H. T., devemos concluir que—ou em 1867 existia na coleção rial um *Tornês*, que da mesma tinha desaparecido em Janeiro de 1874, hipótese pueril, e insuficiente para explicar a sua omissão na *Descrição*, etc., visto que

---

<sup>1</sup> Nota D.

<sup>2</sup> Nota A.

Teixeira de Aragão aí se refere e descreve moedas, de que tinha conhecimento só pela sua descrição, e ele não poderia ignorar o que tinha escrito em 1867,—ou Aragão não considerou H. T. n.<sup>o</sup> 443 e Aragão n.<sup>o</sup> 40, como tipos diferentes, nem mesmo como variantes do mesmo tipo de moeda, o que é inadmissível, dada a diferença bem vincada, que os distingue,—ou, o que parece certo, que H. T. n.<sup>o</sup> 443 e Aragão n.<sup>o</sup> 40 são uma e a mesma moeda, resultando a diversidade das legendas de lapso, erro ou equívoco na sua descrição.

Resta portanto averiguar qual das duas descrições não está exacta, e qual a origem do engano e sua explicação.

O catálogo da colecção numismática de el-rei D. Luís, patente na exposição de Paris de 1867 foi, com certeza, elaborado tendo à vista os exemplares das moedas, cuja descrição foi copiada directamente delas — prova-o exuberantemente o facto de ser limitadíssimo o número de moedas desenhadas—; pelo contrário a descrição das moedas que figuram na *Descrição das moedas portuguesas*, deve ter sido feita em presença dos desenhos, ou estampas respectivas,—leva-me a esta convicção: não só a circunstância de nela não haver uma única moeda deserita, que não esteja desenhada, e ser mais fácil descrever uma moeda à face do desenho, do que da peça metálica, mas ainda e principalmente porque na Imprensa Nacional de Lisboa, existem as pedras, onde estão gravadas as moedas, que tinham de ser estudadas e descritas no vol. IV da *Descrição*, etc., e é bem sabido que Teixeira de Aragão não chegou a dar forma escrita à matéria que nele se propunha tratar. Ora se efectivamente, como parece, foram êstes os sistemas de trabalho, seguidos por Teixeira de Aragão na elaboração do catálogo de 1867, e na *Descrição*, etc., há o máximo grau de probabilidade de que o erro ou engano se tenha dado na *última*, porque nela intervieram *três* pessoas—desenhador, gravador e escritor, isto é, *três* causas de erro, ao passo que na do primeiro só *duas* trabalharam—*duas* causas de erro portanto.

E o exame da est. VI da *Descrição*, etc., leva a crer que o erro foi cometido pelo desenhador ou gravador, que tendo de desenhar *três* moedas, das quais *duas* tinham os reversos iguais, querendo poupar-se a trabalho e evitar repetições, se limitou a desenhar *dois* reversos apenas, colocando o desenho do reverso comum entre os dos anversos dos *Torneses* n.<sup>os</sup> 39—Lisboa e 40—Zamora, quando o devia ter pôsto entre os dos anversos dos n.<sup>os</sup> 40—Zamora e 41—Miranda. Do erro do desenhador ou gravador devia resultar fatalmente o erro na descrição do *Tornês* de Zamora, feita à face da estampa.

Deve pois estar exacta a descrição H. T. n.º 443, e errada a de Aragão n.º 40.

Desta resumida discussão parece-me que se conclui que a legenda **SI DOMINVS MICHI AIVTOR**, etc. se não lê em nenhum exemplar conhecido dos *Torneses* de Zamora ou, não querendo ser tam categórico: que a existência dessa legenda em tal série de moedas não está indubitável e irrecusavelmente abonada pela sua leitura em qualquer moeda conhecida.

\*

Resumindo, parece poder afirmar-se que:

Há apenas um tipo de *Torneses* de Zamora que tem as seguintes características:

Anverso.—**FERNANDVS REX PORTVGALI ZAMORE**; escudo das quinas; letra ou letras monetárias.

Reverso.—**DOMINVS MICHI AIVTOR ET EGO DISPICIAM INIMICOS MEOS**; cruz equilátera.

Este tipo desdobra-se em duas variantes, diferenciadas por uma ter a letra C, encimando o escudo, e na outra ser o mesmo escudo acostado por C—A.

Da primeira variante existem *Meios torneses*, e da segunda, de que também provavelmente foram batidos, não conheço exemplar algum.

O período, durante o qual foram cunhadas as moedas de Zamora, não foi de longa duração, pois só pode ter começado depois de Março de 1369, posteriormente à morte de Pedro I de Castela, e deve ter findado antes das pazes de Alcoutim, ajustadas entre D. Fernando e Henrique II, em Março de 1371, pazes que tinham sido precedidas pela entrega, por pretesia, de Zamora aos Castelhanos. E o seu curso legal também pouco durou, visto que no cap. 34 das *Cortes de Lisboa*<sup>1</sup> (1371) se pedia: «Que os Almoxarifes e Cambadores rreeçbam a todo o tempo a moeda feita em Çamora, que se mandou depois recolher . . .», ao que el-rei respondeu: «. . . que a moeda que mandaamos que sse fizesse em Çamora . . . que vallesse por todo o nosso Senhorio, e que depois que a terra foy de la mandaamos que nom vallesse e aquelles que a tynham, que a dessem aos nossos Cambadores ataa certo termho . . .», o que prova que a determinação de não valerem tais moedas devia ser, provavelmente, do princípio

<sup>1</sup> Transcrito em Aragão, t. I, p. 318.

dêsse mesmo ano de 1371, senão anterior. E daí a raridade das moedas de Zamora, não obstante no mesmo capítulo das *Córtex* se dizer que a moeda dos *dytos luguares* (Zamora, Corunha e Tuy) era *muya*. O que realmente é notável é ter sido encontrado nas proximidades de Serpa um exemplar da moeda, que Aragão descreve com o n.º 10, e que actualmente faz parte da coleção Mira, com o n.º 23 do catálogo, e ter sido também achado no sul do país, com *toda a probabilidade*, o outro exemplar conhecido da mesma moeda, que pertenceu a Júdice dos Santos —natural do Algarve, onde residiu grande parte da sua vida, em cuja coleção figurava ainda um *Tornês*— e finalmente o meu *Tornês* n.º 2 ter aparecido nas margens do Guadiana, entre Mértola e Alcoutim, em regiões tam afastadas do centro donde deve ter irradiado a sua circulação. ¿Formariam algumas destas moedas parte do pecúlio de alguém do séquito de D. João Afonso Telo, o velho Conde de Barcelos, plenipotenciário português no ajustamento das pazes de Alcoutim, quando elas já não corriam legalmente, mas ainda não tinham sido todas recolhidas?

As letras c e ç—a, estampadas nas moedas de Zamora, são interpretadas pelos numismatas como representativas do nome desta cidade, e significando que nela foram cunhadas. Parece indubitável a primeira interpretação, o que me parece porém que não pode ser admitido, sem reserva, é que tais moedas fossem cunhadas *exclusivamente* em Zamora, pois muito embora Fernão Lopes (cap. xxviii) diga terminantemente que D. Fernando *mandou fazer moeda de seus signaes . . . em Samora . . . e poz nella seus thezoureiros e officiaes . . .* o que claramente demonstra que lá se cunhou moeda, não é menos certo que nas moedas, que tem as letras monetárias m e m—I, e atribuídas a Miranda<sup>1</sup>, povoação fronteiriça aos territórios de Zamora, se lê a legenda do reverso DOMINVS MICHI AIVTOR, etc., igual às desta última cidade, o que faz nascer a suspeita da possibilidade de em Miranda se terem batido também moedas com as letras c e ç—a destinadas a terem curso nas terras de Castela<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Depois de composta na imprensa esta notícia, publicou o sábio Director desta Revista, no *Diário de Notícias*, n.º 18:300, de 17 de Outubro de 1916, um interessante estudo, em que produz as razões, que o levaram à convicção de que as moedas de D. Fernando, com as letras monetárias m e mi, foram cunhadas em Milmanda, e não em Miranda.

<sup>2</sup> Esta legenda aparece nas moedas de D. Pedro I e ainda nas de Henrique II de Castela, contemporâneos de D. Fernando.

Muito teria desejado não terminar esta nótula sem afirmar alguma cousa de novo relativamente — ao peso legal dos *Torneses e Meios torneses* de Zamora,— à liga primitiva da chapa metálica, e do abaixamento da lei da prata, que nela entrava,— e finalmente ao seu valor inicial, e variações que sofreu posteriormente; mas nem do estudo das minhas moedas se pode deduzir algo aproveitável, nem da leitura dos autores, que delas tratam, colhi qualquer informação ou elemento que fosse desconhecido a Teixeira de Aragão, que aliás muito pouco ou quase nada, e isso mesmo muito inseguramente, diz sobre a matéria.

A questão fica pois no mesmo grau de incerteza, em que a deixou este insigne numismata.

#### Collecções de moedas cunhadas

Aragão.—*Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, por A. C. Teixeira de Aragão. (1874).

B.—*Catálogo da colecção numismática de Joaquim Gomes de Sousa Braga*, por Augusto de Sousa Lobo. (1906).

B. L.—*Inventário das moedas portuguesas da Biblioteca Nacional de Lisboa*, por J. Leite de Vasconcelos. (1911).

C. C.—*Collection Cyro Augusto de Carvalho, monnaies et médailles portugaises*, por J. Schulman. (1905).

E. C.—*Catálogo da colecção das moedas e medalhas portuguesas e outras pertencentes a Eduardo Luis Ferreira do Carmo*, por P. A. D. (Dr. Pedro Augusto Dias). (1877).

H. T.—*Description des monnaies, médailles et autres objects d'art concernant l'histoire portugaise du travail*, por A. C. Teixeira de Aragão. (1867).

J. M.—*Collection du feu le Dr Jules Meili—... Monnaies continentales... de Portugal*, por J. Schulman. (1910).

J. S.—*Collection Joaquim José Júdice dos Santos—... Monnaies et médailles du Portugal*, por J. Schulman. (1906).

L.—*Catálogo... das moedas portuguesas... da colecção que foi organizada por José Lamas*. (1903).

M.—*Catálogo da colecção numismática de Francisco Inácio de Mira*. (1898).

R.—*Collection de Mr. Álvaro de Araújo Ramos—Monnaies du Portugal...—por J. Schulman*. (1909).

S. e V.—*Collections de Mr. Joaquim de Freitas da Silva, et Mr. le Dr. M. V. Calmon Viana—Monnaies et médailles du Portugal*, por J. Schulman. (1911).

## Notas

## A

A p. 185 do vol. I de Aragão lê-se:

49. **FERNANDVS \* REX \* PORTVGA.** Escudo entre duas ordens de arcos, ornado em cima e aos lados por três estrélas, em baixo o.

Reverso. — **DOMINVS \* REX \* AIVTOR \* ET.** No campo F, coroado; à esquerda ç, e à dírcita A (camora); por baixo da última letra um sinal oculto. Pesa 30 grãos. *Meio tornês* do n.º 10, B. (Inédito).



Fig. 4

Parece-me esta moeda suspeita pelas seguintes razões:

—não é do tipo do n.º 10, com o qual só tem de comum o ter o F, coroado, acostado por ç—A: o n.º 10 tem as quinas em cruz, e ela um escudo, com cinco pontos em aspa;

—a legenda do reverso é bárbara, tendo a palavra *michi*, substituída por *rex*;

—o desenho do anverso é singular tendo vagas semelhanças com o dos *espaldins* de Afonso V;

—os escudos de todas as moedas de D. Fernando são cordiformes, e o desta não o é; a substituição das quinas por pontos em aspa, no escudo, só se vê numa moeda de D. João I, Aragão n.º 32;

—finalmente a forma da letra das legendas não parece da época.

## B

Em E. C. depois de, com o n.º 52, se descrever um *Tornês* de Zamora lê-se:

53.—Outro exemplar com diferença no cunho.

= B. (Muito rara).

## C

Meu caro Vargas

O meu *Tornês* de Çamora não está nítido e não sei onde tenho a minha lente, pois que a mudança de casa tudo me confundiu e perturbou. Mas vamos ao caso.

No anverso. — **FERDINANDUS REX PORTVGALI ÇAMORE.**

No reverso. (*um crôquis do reverso do Tornês*).

Olha na legenda externa está **DOMINUS MICHI AJUTOR ET EGO DIS-**

Na interna: **PICIAM INIMICOS MEOS**, e mais um espacinho que deve ter duas letras é uma marcazinha que à vista desarmada não sei o que é.

Teu velho am.º obg.<sup>mo</sup>

FRANCISCO IGNÁCIO DE MIRA.

Beja, 26-8-905.

(Extraído de carta existente em meu poder).

... Sr.

A legenda do *Tornês* n.º 61 do catálogo é a seguinte: **FEDNDVS (REX) PO(RT)V-GALI ZAMOR.**

Reverso.—**Dominvs ... Vtor ... d** (2.º círculo) **ISPICIAM \* INIAM \* INIMIC :**

Pelas interrupções nas legendas já V. ... comprehendeu que a moeda está gasta, contudo, para o fim que V. ... tinha em vista, creio que será suficiente o que se lê.

Esta legenda é pois do mesmo género da do *Tornês* descrito na *Histoire du travail* com o n.º 443 e diferente da do n.º 40 do livro de Aragão.

Junqueira, 22 de Agosto de 1905.

ARTHUR LAMAS

(Extraído de carta a mim dirigida e existente em meu poder).

O meu respeitável e particular amigo Dr. José Leite de Vasconcelos informa-me de que a legenda do reverso do *Tornês* de Zamora da colecção numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa é: **Dominvs Michi AIVTOR**, etc. Tratando-se de um inventário, e não de um catálogo descriptivo, deu-se nele apenas a indicação necessária para caracterizar a moeda.

Fica pois provado pelo incontrastável testemunho dos coordenadores dos catálogos Mira, Lamas e Biblioteca Nacional de Lisboa, que as legendas dos reversos dos *Torneses*, de Zamora, de D. Fernando, que neles figuram, dizem: **Dominvs Michi AIVTOR**, etc.; exactamente como as dos descritos com os n.º 1, 2 e 3 da minha colecção.

## D

### «D. Affonso Henriques

2—a (?) ... **NRICVS** ... ao centro a cruz cantonada pelas letras **E. N. R.**...

R.—Busto do Rei coroado, à esquerda. —Moeda atribuída a este reinado, *inédita*, que se pode considerar um verdadeiro mytho da numismática portuguesa—  
B. c. 4. (Vid. gr.).

É efectivamente um mito de numismática portuguesa ... porque o mais ligero exame da gravura mostra que não é portuguesa. É uma moeda de Henrique II de Castela e não é inédita.

### «D. Fernando

112 (?)—**FERNANDVS** ... no campo um—**r**—ornamentado, à esquerda uma estrela de seis raios e à direita um—**c**, por cima uma coroa. R.—... **ET : FEC** ... no campo os mesmos sinais do anverso.—Moeda inédita, de valor inestimável como subsídio histórico. A. E.—c. 4 (Vid. gr.).

Nem é moeda, inédita, nem tem valor algum como subsídio para a história portuguesa. É uma moeda comum dos reis católicos, de Hespanha, Fernando e Isabel.

## «Persia

3978. Duas moedas, variantes entre si por um florão à direita da legenda central de uma face. *¿2 Chahi cada uma?* — AR. (vid. gr.).

3979. Dois exemplares em tudo iguais aos anteriores. — AR. c. 2.

3980. Dois exemplares, tipo diferente dos anteriores. — AR. (vid. gr.).

3981. Duas moedas quadradas, semelhantes entre si. *¿1 chahi cada uma?* — AR. (vid. gr.)»

O mais perfundário exame das gravuras destas moedas, mostra que não são persas, mas muçulmanas: as n.<sup>o</sup> 3978 e 3979, se efectivamente são iguais entre si, de Abd Arrahmān III, as n.<sup>o</sup> 3980 de Hixem II Califas de Cordova e as n.<sup>o</sup> 3981, anónimas do tempo dos Almohades.

Bastam estes extractos do catálogo Sousa Braga para, justificar, parece-me, a pouca confiança que se pode ter nas suas indicações.

## E

O êrro suposto no texto, cometido pelo desenhador ou gravador das estampas de Aragão, não seria caso esporádico; no desenho duma das moedas desse mesmo rei D. Fernando perpetrara ele outro, sobremaneira agravado. Com o n.<sup>o</sup> 10 descreve Aragão, e figura com o mesmo número na est. vi, uma moeda, que diz pertencer à coleção de Júdice dos Santos; pois em J. S. n.<sup>o</sup> 45, depois da descrição dessa moeda lê-se: Le graveur des planches de l'ouvrage d'Aragão a commis une erreur, il a fait graver le n. 10, comme étant l'exemplaire de Mr. Júdice dos Santos, tandis que c'est bien le revers du n. 10, mais le droit du n. 5.

Deve porém notar-se que o êrro foi apenas cometido no desenho; a transcrição da legenda está certa.

## II

## Moedas portuguesas coloniais — Série «Brasil».

As minhas relações com J. Meili tiveram começo em meados de mil oitocentos e noventa e sete. Este emérito coleccionador de moedas portuguesas e brasileiras, e notável numismata andava por esse tempo empenhado na publicação da sua monumental obra o *Meio circulante do Brasil*, que tamanha influência devia ter nos estudos da numismática em Portugal, dando-lhes uma nova orientação. Até essa época os coleccionadores portugueses contentavam-se em ver figurar nos seus medalheiros as moedas *tipos*, abrindo exceção apenas em favor de alguma *variante* desses tipos, dos quais marcadamente se diferenciasse. Meili porém coleccionou, estudou, deu conta e descreveu nos seus trabalhos todos os *tipos*, *variantes* e *variedades* de moedas brasileiras, de que teve conhecimento, caracterizando-as pelas mais pequeninas diferenças, que o seu espírito observador desobriu em minuciosíssimo exame — datas, tamanho e forma das letras das legendas, dos desenhos dos ornatos e sua disposição,

diâmetros e pesos, etc., tudo emfim, eram para ele, e muito justificadamente, elementos de diferenciação. O seu método fez escola e hoje é o adoptado geralmente pelos colecionadores portugueses.

Com a publicação dos seus trabalhos numismáticos, dados à estampa em luxuosas edições, não visava Meili a qualquer espécie de lucros materiais: pelo contrário, distribuia-os com mão larga não só pelos colecionadores de moedas, que conhecia pessoalmente, mas ainda por aqueles que lhe eram indicados pelas pessoas das suas relações.

Foi por indicação e intermédio do nosso comum amigo Dr. Adriano Cavalheiro que Meili me ofereceu o seu livro — *Sammlung von Julius Meili. Die Münzen der Colonie Brasilien 1645 bis 1822* —, gentileza que por carta agradeci, e que foi o inicio das nossas relações.

Posteriormente brindou-me com exemplares de todos os seus livros e separatas de revistas que sobre numismática publicou antes e depois dessa data, distingindo-me ainda com a oferta de um exemplar da medalha comemorativa do centenário da descoberta do Brasil, por ele mandada cunhar<sup>1</sup>. Eu, não como retribuição dos favores e atenções recebidas, mas como homenagem de alta consideração, ofereci-lhe a meu turno, além de algumas moedas, mais ou menos interessantes, uns exemplares de *variedades de contos para contar*, que ele não possuía, e que eu indirectamente soube, ignorando Meili completamente esta indiscrição dum amigo comum, faltarem na sua colecção de *Jetons*.

Creio que será grato aos numismatas ter conhecimento das duas seguintes cartas inéditas que, entre outras, me dirigiu J. Meili, nas quais se refere à medalha Cabralina e aos *contos*, que lhe enviei. Por banais que sejam, são sempre interessantes, para o conhecimento da psicologia dum morto ilustre, estes documentos íntimos, escritos despreocupadamente ao correr da pena, sem que pela mente do seu autor perpassasse a ideia de que ainda em qualquer tempo vinhão a ver à luz da publicidade.

Zurich 20 de Abril de 1900.

... Sür. Manoel F. de Vargas — Lisboa

Tive o gosto de receber as suas estimadas cartas de 20 de Janeiro e 11 do corrente e sinceramente agradeço as bondosas expressões que usou a respeito da medalha Cabralina e do meo artigo no *Archeólogo Português* onde já por mais vezes tenho tido o prazer de encontrar artigos interessantes seus concernentes

<sup>1</sup> *Arch. Port.*, vol. v, 4, p. 120.

à numismatica Portuguesa. Seria muito para desejar que outros Collecionadores tambem contribuissem para elucidar uns tantos pontos que ainda carecem de melhor explicação.

V.... dignou-se offerecer-me uns jetons Portugueses, variantes dos meus, que, se elles realmente não lhe fazem falta, os aceitarei com especial prazer e ficando-lhe muito grato pela dadiva. Se assim lhe agradar poderá entregá-los ao nosso commun amigo o Sûr. Manoel Joaquim de Campos, rua da Paz n.º 21, que terá proximamente occasião de m'os remetter.

Dedicado ás suas ordens sou com muita estima e consideração

De V. . . .

am.º att.º V.º & obg.º

*Jul Meili*

Zurich 27 de Junho de 1900.

... Sûr. Manoel F. de Vargas—Lisboa

A presente é para informar-lhe que já recebi os Jettons Portuguezes que me remetteo por intermedio do Sûr. Manuel Joaquim de Campos e que teve a amabilidade de oferecer-me. Esses exemplares são variantes interessantes que eu muito aprecio e cuja offerta vivamente lhe agradeço. Da Inglaterra acabo de receber uma variante do meu n.º 35<sup>1</sup> e de esperar que outras variantes venham a ser conhecidas.

Aqui estou ás suas ordens pelo que puder ser-lhe útil ou agradável e assigne-me

De V. . . .

Amigo att.º V.º & ob.º

*Jul Meili*

Em fins de 1897, ofereceu-me Meili o seu *Das Brasilianische Geldwesen*.— I. Theil.— *Die Münzen der Colonie Brasilien, 1645 bis 1822*, publicado nesse ano, vindo o exemplar acompanhado do seguinte «Pedido. Aos Senhores Coleccionadores tomo a liberdade de dirigir o pedido de comunicar-me quaesquer Variantes aqui não mencionadas, que elles tenham nas suas colecções, para oportunamente poder publicalas n'um Supplemento. Julio Meili.— Zürich, Julho de 1897».

Não como estendal de raridades, mas como prova do alto preço em que tinha a obra e o seu autor, apressei-me a satisfazer o pedido de Meili, enviando-lhe uma nota das moedas do Brasil, colónia, existentes na minha colecção, que me parecia não figuravam no *Meio circulante do Brasil*. Respondeu-me imediatamente com a seguinte carta, que transcrevo integralmente, onde está fielmente fotografado Júlio Meili, como numismata: lhano, afável e animador para com

<sup>1</sup> Arch. Port., vol. v, 4, p. 60. [M. F. de V.]

os seus confrades, não mordido pela inveja de ver em mãos alheias moedas que ele não possuisse, mas, pelo contrário, empenhado em as tornar conhecidas, fazendo-lhes referência nos seus trabalhos. São muito interessantes os processos, que me indica, acerca do modo de obter boas cópias das moedas, e é curiosíssimo como não se esquecia do mais insignificante pormenor para as alcançar perfeitas, chegando a ponto de me mandar da Suíça, pelo correio, um pau de lacre especial, para a hipótese de eu preferir enviar-lhe os décalques das moedas nesta substância.

Zurich 25 de Novembre de 1897.

... S<sup>r</sup>. Manuel F. de Vargas  
Sub-Director da Comp.<sup>a</sup> Real dos Caminhos de Ferro Portugueses  
Estação do Rocio Lisboa

... Sūr.

Venho agradecer-lhe as interessantes comunicações que se dignou fazer-me por sua estimada carta de 19 do corrente remettendo-me uma lista daquellas variedades de moedas não descriptas no meu catalogo que se achão na sua coleccão. A julgar por esta lista a sua collecção deve ser bastante adiantada e em todo o caso não pode ser tão pobre como V. . . . modestamente quer fazer crer.— É com prazer que tomo nota das Variantes indicadas, para oportunamente publicá-las n'un supplemento e estimaria particularmente obter copias das 9 moedas indicadas na lista junta. Infelizmente lá não sabem fazer as copias em gesso como devem ser feitas para a reproduçāo photographica. Portanto eu queria pedir-lhe o obsequio de remetter-me emprestado as 9 moedas para cá para as poder aqui tomar as copias em gesso, ou, no caso de V. . . . não querer correr o risco da remessa pelo correio (direi que eu já recebi centenas de remessas pelo correio e ainda nunca aconteceu nada) de ter a bondade de tomar lá copias em lacre ou papelão e de m'as remetter dentro de uma caixinha bem acondicionadas, ou, finalmente de mandar photographalas ahi mesmo em tamanho natural, anverso e reverso, remettendo-me depois as respectivas photographias. Preferivel serião ainda copias galvanoplasticas como as sabem fazer perfeitamente na Caza da moeda d'ali, mas esta não costuma fazer este trabalho para particulares—talvez ella o faça para V. . . ., como ella já o fez para mim fornecendo-me as copias mencionadas a fls. 57-58 da série Escudos cunhados em Lisboa<sup>1</sup>.— Parz o caso de V. . . . querer ter o trabalho de tomar as copias em lacre, eu lhe remetto disto uma amostra de boa qualidade.

Pedindo desculpa pelo encocomodo que lhe estou causando e agradecendo de antemão o serviço que vae render-me, sou com toda a estima e consideração.

De V...

---

Att.o V. or & C. o

Jul. Meili

**Casa de Meili Diethelm & Cº.**

<sup>1</sup> Julius Meili, *Das Brasilianische Geldwesen*, I. Theil. [M. F. de V.]

A carta que antecede vinha acompanhada da seguinte:

**Lista das Variantes da Colecção do ... Sñr. Manuel F. de Vargas  
em Lisboa das quais desejava obter cópia**

Número	Valor	Metal	Tipo Catálogo Meili	Data	
a	2000	<b>A</b>	<b>16</b> • 1699 •	1699	<b>D. Pedro II</b> egual ao n.º 63 mas sem pontos nem antes nem depois da data e <b>PORT • G •</b>
e	160	<b>R</b>	<b>50</b> 17-48	17-49	<b>D. João V</b> letra R.
j	150	"	<b>63</b> • 1752 •	• 1754 •	<b>D. José I</b> carimbado com cinco pontos em cruz dentro do escudo.
l	"	"	<b>71</b> • 1754 •	• 1755 •	letra R.
r	640	"	<b>23</b> 17-94	17-93	<b>D. Maria I (Vidva)</b> letra R.
w	<b>XL</b>	<b>Æ</b>	<b>53</b> *1809*	*1814*	<b>D. João VI como Regente</b> letra B coroa com diadema de pérolas.
x	<b>XX</b>	"	<b>57</b> • 1812 •	• 1815 •	letra B coroa com diadema de pérolas e <b>PORT • ET • BRAS • P • REGENS.</b>
y	<b>X</b>	"	<b>59</b> • 1816 •	• 1815 •	letra B coroa com diadema de pérolas e <b>E • BRASILÆ • P • REGENS.</b>
z	160	<b>R</b>	<b>6</b> 1818	1820	letra R com <b>REX •</b>

Peco-lhe de informar-me se a forma do escudo da sua barrinha do ano de 1813 de Sabará é igual ao meu n.º 61, 62 ou 63 de João Regente — supponho que seja igual ao n.º 62.

Zurich 25 de novembro de 1897.

Jul. Meili.

Pôsto que me não fôssem desconhecidos os processos de tirar cópias de moedas, que Meili me indicava na carta atrás transcrita, preferi enviar-lhe, como era natural, os originais dos meus exemplares, que ele desejava examinar. Acusando a recepção enviou-me a seguinte carta:

Zurich 19 de Marco de 1898.

... Sr. Manuel F. de Vargas

Sub-Diretor da Comp.<sup>a</sup> Real dos Caminhos de Ferro Portug.

## Estação do Rocio

Lisboa

... SÜF.

Tive a satisfação de receber o seu est.<sup>o</sup> favor de 26 do passado como tambem as 9 moedas que teve a bondade de remetter-me por intermedio do Sñr. Adriano Cavalheiro para eu poder tomar copia das mesmas.

Hontem n'uma caixinha com o valor declarado de frs. 500 (maximo permittido) lhe devolvo directamente as mesmas suas moedas e cumpro o grato dever de apresentar-lhe os meus sinceros agradecimentos pelo obsequio que me fez. Estas moedas serão mencionadas quando eu tiver occasião de publicar um supplemento.— O correio cá remette os pacotes com valor declarado e destinados a Portugal por via de Hamburgo, o que naturalmente causa ás vezes demora — espero porem que lhe chegará ás mãos intacto.

Como verá chamei a sua attenção sobre as suas duas moedas X 1815, que parece ser B, sendo porem R e XL 1814 que supponho pertencer á moeda chenchem!

Sou com muita estima e consideração

De V. . . .

Att.<sup>o</sup> V.<sup>or</sup> & C.<sup>o</sup> Obrigado

Jul. Meili

Conclui-se do *Pedido*, largamente espalhado, que acompanhava os exemplares do *Meio circulante do Brasil*, e da correspondência comigo havida, que era desejo e intenção de Meili publicar um suplemento à sua obra, no qual desse conta de todas as variedades de moedas brasileiras, a que nela se não fazia referência. A morte, porém, não lhe consentiu realizar o seu intento. O suplemento ao *Das Brasilianische Geldwesen* não chegou a publicar-se, e ignoro o destino dos elementos que necessariamente Meili teria reunido para a sua elaboração, que devem ser muito valiosos, e lastimável será que se não levante o edifício, para cuja obra tantos, e com tanto trabalho, devem ter carreado materiais.

Bem sei que falta o arquitecto que devia dar forma e executar a traça; mas os materiais devem existir, e sôbre os seus possuidores impende o indeclinável dever de os tornar conhecidos na esperança de que alguém aproveitando-os, se possa abalançar a realizar o que era intento do mestre levar a cabo. E é por assim pensar que publico esta *Nótula*, que à falta de outros tem o merecimento de nela ficarem arquivadas quatro cartas inéditas de Meili, não só como

<sup>1</sup> Efectivamente a moeda de X de 1815 é de R e não de B; a XL de 1814 é moeda chenchem.—[M. E. DE V.]

preito de homenagem à memória de um homem tam respeitável para mim, e que com a sua amizade me honrou, mas ainda como apêlo, convite e incitamento a todos os confrades a enveredarem pelo caminho que trilhei, tornando conhecidos todos os tipos, variantes e variedades de moedas brasileiras, da série colonial portuguesa, existentes nas suas colecções, e que não constem do *Das Brasilianische Geldwesen*.—I. Theil.

Os trabalhos elementares de muitos integram-se em obras monumentais.

#### Moedas da série «Brasil Colónia»

Da colecção de M. F. de V. que não figuram no *Das Brasilianische Geldwesen*. I. Theil, de Jules Meili.

#### D. Pedro II

Baía.—1.<sup>a</sup> Emissão—1695—Coroa larga

1. Anverso.—PETRS · II · DG · PORT · REX · E · BRAS · D.—Escudo coroado das armas portuguesas acostado—à esquerda, pelo valor . 320 · escrito de cima para baixo—à direita por dois florões iguais dispostos verticalmente entre dois pontos e separados por outro. Aos lados da coroa a data dividida 16-95.

Reverso.—SVBQ—SIGN.—NATA—STAB.—Legenda interrompida pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual assenta a esfera armilar.—AR. Pataca.

[Meili  $\frac{5}{16-95}$ , mas PETRVS, e os pontos maiores.

Baía—2.<sup>a</sup> Emissão—1695 a 1698—Coroa mais pequena

2. Anverso.—PETRVS · II · DG · P · REX · BD · —Escudo coroado das armas portuguesas.

Reverso.—Esfera sobre a cruz de Cristo, cantonada por florões.—AR. Vintém.

[Meili 14, mas à direita e à esquerda do escudo um ponto].

Rio de Janeiro—1699 e 1700

3. Anverso.—PETRVS · II · DG · PORTVGAL · REX ♂—Escudo coroado das armas portuguesas acostado—à esquerda pelo valor . 4000 · , escrito de cima para baixo—à direita por três florões, dispostos verticalmente, e entre dois pontos.

Reverso.—ET · BRASILIAE · DOMINVS · ANNO ♂ 1700 · —Em epíclode de quatro lóbulos a cruz de S. Jorge.—AR. Quatro mil réis.

[Meili  $\frac{15}{\diamond 1700}$ , mas REX ..].

4.—Como o antecedente; mas: DG sem ponto depois do G, e as outras palavras das legendas tanto do anverso como do reverso separadas por ··; os florões entre ··; superiormente ao valor ·· e inferiormente um ponto; a data ·· 1699 ··—*N. Quatro mil réis.*

[Meili  $\frac{15}{\diamond 1700}$ . mas adiante do DG um ponto; as palavras das legendas separadas por pontos; o valor 4000 e os florões entre pontos; e a data  $\diamond 1700$  ··; a data 1699 deste tipo falta em Meili].

5. Como o n.<sup>o</sup> 3, mas PORTVG · REX ? e sem o valor entre pontos.—*N. Quatro mil réis.*

[Meili 60  $\frac{15}{\diamond 1700}$ , isto é, data · 1700 ·, entre pontos].

6. Como o n.<sup>o</sup> 4, mas entre dois florões consecutivos um ponto.—*N. Quatro mil réis.*

[Meili 60  $\frac{15}{\diamond 1700}$ , isto é, data · 1700 · sem florão, e os florões não são separados por pontos].

7. Anverso.—PETRVS·II·PORT · G · REX · —O escudo coroado das armas portuguesas, acostado—à esquerda pelo valor ·2000·, escrito verticalmente de cima para baixo—à direita por três florões, entre dois ·, tudo disposto verticalmente.

Reverso.—ET · BRASILIAE · DOMINVS · ANNO 1699—Em epicelóide de quatro lóbulos e cruz de S. Jorge.—*N. Dois mil réis.*

[Meili  $\frac{16}{1699}$ ; mas PORTVG, e todas as palavras do anverso separadas por · e a data 1699 entre dois pontos].

8. Anverso.—PETRVS · II · DG · PORT · REX · ET · BR · DN · —Escudo coroado das armas portuguesas acostado—à esquerda pelo valor · 160 ·, escrito de cima para baixo—à direita por dois florões, dispostos verticalmente, e entre dois pontos. Aos lados da coroa a data dividida 16-99.

Reverso.—SVBQ—SIGN.—NATA—STAR.—A esfera sobre a cruz de Cristo.—*R. Meia Pataca.*

[Meili  $\frac{20}{16-99}$ , mas o princípio e o fim da legenda do anverso mais próximo da coroa e o ponto sobre o Q mais afastado do seu eixo vertical].

Pernanbuco—1700 a 1702

9. Anverso.—PETRVS · II · DG · PORT · REX · ET · BRAS · D—Escudo coroado das armas portuguesas acostado—à esquerda pelo valor · 640 ·, escrito de cima para baixo—à direita por um florão, entre dois mais pequenos, dispostos verticalmente, tendo superior e inferiormente um ponto. Aos lados da coroa a data dividida 17-00.

Reverso.—SVBQ—SIGN.—NATA—STAB.—A esfera, sobre a cruz de Cristo, tendo no centro P.—AE. *Duas Patacas.*

[Meili 23 17-00, mas BRAS · D ·, com um ponto após o D; sem ponto inferiormente ao valor, e ao grupo de florões].

Pôrto—1693 a 1699

10. Anverso.—PETRVS · II · D · G · PORTVG · R · D · AETHIOP—Escudo coroado das armas portuguesas, de cada lado do qual um ponto.

Reverso.—MODERATO ♂ SPLENDEAT ♂ VSV · 1697.—Em epicielóide de quatro lóbulos, em cada um dos quais um P, o valor XX, entre os quais um florão.—AE. *Vintém.*

[Meili 94 29 1694 ·, isto é, data 1697; mas escudo não acostado por pontos].

11.—Igual ao n.º 10, mas sem ter o escudo acostado por pontos; no reverso contramarca:—AE. *Vintém.*



[Meili 30 1699 ·, mas contramarca diferente].

12.—Igual ao n.º 11, mas a data · 1697 ·; no reverso contramarca,—AE. *Vintém.*



[Meili 99 30 1699 ·, isto é, · 1697 ·, mas contramarca diferente].

13. Anverso.—PETRVS · II · D · G · PORTVG · R · D · AETHIOP.—Escudo coroado das armas portuguesas.

Reverso.—MODERATO ♂ SPLENDEAT ♂ VSV · 1694 ·.—Em epicielóide de quatro lóbulos, em cada um dos quais um P; o valor X.—AE. *Dez réis.*

[Meili 104 31 1697 ·, isto é, data 1694, mas AETHIOP sem ponto depois do P].

#### D. João V

Baía—1.º tipo—1729 a 1733—Letra monetária B.

14. Anverso.—JOANNES · V · D · G · P · ET · BRASIL · REX, começando na parte direita da coroa, e terminando no lado esquerdo da mesma, e acompanhada inferiormente por circuito perlado; o valor X

entre dois florões, coroado, debajo: a data obliterated pela contramarcia do escudo das armas portuguesas.

Reverso.—PECVNIA. TOTVM—CIRCVMIT. ORBEM, a esfera armilar, em cujo centro B, interrompendo a legenda.—Æ. *Dez réis.*

[A data desta moeda parece dever ser 1729 ou 1730, únicos anos apontados por Meili em que na legenda do reverso o U de *pecunia* está escrito V; e sendo assim falta em Meili  $\frac{45}{1732}$  (163 e 164), onde só aparecem contramarcados os X réis de 1731 e 1732].

Baía — 2.<sup>o</sup> tipo — 1747 e 1748 — Letra monetária B.

15.—Como o n.<sup>o</sup> 14; mas coroa diferente, sem contramarcia, e a data . 1748 . —Æ. *Dez réis.*

[Meili 169 .  $\frac{45}{1732}$  . , isto é, . 1747 . faltando a data 1748].

16.—Como o n.<sup>o</sup> 15, mas carimbado no anverso com o escudo das armas portuguesas—Æ. *Dez réis.*

[Meili 169 .  $\frac{45}{1732}$  . , isto é, a data . 1747 . falta por isso esta data, e deste tipo não tem exemplar algum carimbado.]

Rio de Janeiro — 1748 e 1750 — Letra monetária R.

17. Anverso.—JOANNES · V · D · G · P · REX · ET · BRAS · D · —Escudo coroado das armas portuguesas acostado—à esquerda por . 160 . escrito de cima para baixo—à direita por dois florões iguais, dispostos verticalmente, entre dois pontos, e entre eles um ponto; aos lados da coroa a data dividida 17—49.

Reverso.—SVBQ—SIGN.—NATA—STAB; legenda interrompida pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual a esfera armilar, em cujo centro R.—AR. *Meia Pataca.*

[Meili  $\frac{50}{17-48}$ , falta a data 1749 e não tem ponto entre os florões].

Lisboa — 1749 — Moedas especiais para o Maranhão.

18. Anverso.—IOANNES · V · D · G · PORT · REX · ET · BRAS · D · —Escudo coroado das armas portuguesas acostado—à esquerda por . 640 . , escrito de cima para baixo—à direita por três florões iguais, de cinco folhas, dispostos verticalmente, todos entre dois pontos, e separados por um ponto uns dos outros; aos lados da coroa a data 17—49, dividida.

Reverso.—SVBQ—SIGN.—NATA—STAB., legenda interrompida pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual a esfera armilar.—AR. *Duas Patacas.*

[Meili  $\frac{54}{17-49}$ , mas os florões são desiguais; o do centro, maior, tem cinco fôlhas, e os dos lados, mais pequenos, tem só quatro].

19.—Como o n.<sup>o</sup> 18, mas IOANNES, isto é, o A sem travessão.—  
*A. Duas Patacas.*

[Meili  $\frac{54}{17-49}$ , alem das diferenças apontadas no número antecedente, o A de IOANNES tem travessão].

#### D. JOSÉ I

Lisboa e Rio de Janeiro—1751 a 1758—Sem letra monetária.

20. Anverso.—JOSEPHUS · I · D · G · PORTUG · REX · —Escudo coroado das armas portuguesas acostado—à esquerda pelo valor · 4000 · escrito verticalmente de cima para baixo—à direita por três florões entre dois pontos.

Reverso.—ET · BRASILIAE · DOMINVS · ANNO · 1774 · —Em epíclide de quatro lóbulos a cruz de S. Jorge.—A. *Quatro mil réis.*

[Meili 134  $\frac{11}{1751}$ , isto é, data · 1771 ·, dêste tipo e variedade não tem a data 1774].

21.—Como o n.<sup>o</sup> 20, mas a data · 1776 ·.—A. *Quatro mil réis.*

[Meili 133  $\frac{11}{1751}$ , isto é, data · 1776 ·, mas DOMINUS].

22.—Como o n.<sup>o</sup> 20, mas JOSEPHUS · e REX ~, e coroa com diadema de pérolas, e a data · 1752 ·.—A. *Quatro mil réis.*

[Meili 141  $\frac{12}{1753}$ , a data 1752, mas coroa sem diadema de pérolas].

23.—Como o n.<sup>o</sup> 22, mas a data · 1753 ·.—A. *Quatro mil réis.*

[Meili 142  $\frac{12}{1753}$ , a data 1753, mas coroa sem diadema de pérolas].

24. Anverso.—IOSEPHUS · I · D · G · PORTUG · REX ~—Escudo coroado das armas portuguesas acostado—à esquerda pelo valor · 2000 · escrito verticalmente de cima para baixo; à direita por três florões entre dois pontos.

Reverso.—ET · BRASILIAE · DOMINUS · ANNO · 1752 · —Em epíclide de quatro lóbulos a cruz de S. Jorge, sem ponto no centro.—A. *Dois mil réis.*

[Meili  $\frac{13}{1752}$ , mas a cruz tem ponto no centro].

25. Anverso.—Como o n.<sup>o</sup> 24, mas o valor 4000 · e DOMINUS e a data 1764.—A. *Quatro mil réis.*

[Meili  $\frac{17}{1763}$ , dêste tipo falta a data 1764].

26.—Como o n.<sup>o</sup> 24, mas os florões não estão entre pontos, e DOMINUS e a data 1777.—A. *Dois mil réis.*

[Meili  $\frac{18}{1774}$ , dêste tipo falta a data 1777 e tem DOMINVS].

Baía—1761 a 1777—Letra monetária B.

27. Anverso.—**JOSEPHUS · I · D · G · P · ET · BRASIL · REX**, começando no lado direito da coroa e terminando no lado esquerdo da mesma, e acompanhada inferiormente por circuito perlado; o valor XL, coroado e entre dois florões, e as letras separadas por outro florão, inferiormente a data  $\ddot{\pm} 1762 \ddot{\pm}$ , contramarcado com o escudo das armas portuguesas. A coroa:



Reverso.—**PECVNIA TOTUM—CIRCUMIT ORBEM**, a esfera armilar, em cujo centro B, interrompendo a legenda.—**Æ. Quarenta réis.**

[Meili 173  $\frac{30}{\ddot{\pm} 1762 \ddot{\pm}}$ , mas a coroa diferente].

28. Semelhante ao antecedente, mas o valor V entre florões; e a data 1764.—**Æ. Cinco réis.**

[Meili  $\frac{33}{1763}$  falta dêste tipo a data 1764].

29. Igual ao antecedente menos na data que é 1767.—**Æ. Cinco réis.**

[Meili  $\frac{33}{1763}$  falta dêste tipo a data 1767].

Lisboa—1752 a 1760—Sem letra monetária.

30. Anverso.—**IOSEPHUS · I · D · G · P · ET · BRASILLÆ · REX**, começando no lado direito da coroa, e terminando no lado esquerdo da mesma, e acompanhada inferiormente por circuito perlado; o valor XL entre dois florões, e as letras separadas por outro florão; inferiormente a data 1753 entre dois florões, contramarcado—escudo das armas portuguesas.

Reverso.—**PECVNIA TOTVM—CIRCVMIT ORBEM**; a esfera armilar interrompendo a legenda.—**Æ. Quarenta réis.**

[Meili 186  $\frac{37}{\ddot{\pm} 1753 \ddot{\pm}}$ , mas a data não está entre florões].

31. Semelhante ao antecedente, mas o valor XX, entre florões e as letras separadas por um florão, e a data . 1752 ., entre dois pontos, e a coroa com diadema de pérolas.—**AR. Vintém.**

[Meili  $\frac{38}{1753}$  só tem carimbado com o escudo das armas portuguesas a data 1753].

**Moedas especiais para Minas com a inicial J.**

Rio — 1752 a 1760 — Letra monetária B.

32. Anverso.—No campo J coroado, entre dois florões, acostado à esquerda pelo valor · 150 ·, escrito verticalmente de cima para baixo, e à direita por três florões iguais, entre dois pontos, tudo disposto verticalmente; inferiormente a data · 1758 ·, carimbo:



Reverso.—SVBQ—SIGN.—NATA—STAB.—Sobre a cruz de Cristo, cujos braços, interrompem a legenda, a esfera armilar, em cujo centro B.—AR. *Cento e cinquenta réis.*

[Meili 251 · 1752 ·<sup>63</sup>, isto é data 1758, mas o carimbo é o escudo das armas portuguesas; o carimbo acima não figura em moeda alguma, e era desconhecido de Meili].

**Moedas especiais para Minas com a inicial J.**

Rio de Janeiro — 1754 a 1764 — Letra monetária R.

33. Anverso.—Semelhante ao antecedente, mas o valor · 600 · e a data · 1755 ·, e no centro da esfera R.—AR. *Seiscentos réis.*

[Meili 263 · 1764 ·<sup>66</sup>, isto é, a data 1755, mas contramarcado com o escudo das armas portuguesas; sem contramarca falta esta data].

34. Semelhante ao antecedente, mas o valor · 300 ·, e SVB.Q—AR. *Trezentos réis.*

[Meili · 1755 ·<sup>70</sup>, mas contramarcado com o escudo das armas portuguesas; sem contramarca falta esta data].

35. Semelhante ao n.º 33 mas o valor · 150 ·, e a data · 1754 ·, o 1 do valor e o da data inferiormente forquilhados.—AR. *Cento e cinquenta réis.*

[Meili · 1754 ·<sup>71</sup>, o 1 do valor e o da data não são forquilhados].

36. Como o antecedente, mas a data · 1755 ·.—AR. *Cento e cinquenta réis.*

[Meili · 1754 ·<sup>71</sup>, a data 1755 falta em Meili].

**D. Maria I e D. Pedro III**

Lisboa — 1777 a 1786 — Sem letra monetária

37. Anverso.—MARIA · I · ET · PETRUS · III · D · G · PORTUG · REGES — O escudo coroado das armas portuguesas, acostado — à esquerda

pelo valor .4000., escrito verticalmente de cima para baixo — à direita por três florões entre dois pontos, tudo disposto verticalmente.

Reverso.—ET · BRAS · LI · E · DOMINI · ANNO · ☲ · 1781 · ☲ · —Em epíclóide de quatro lóbulos a cruz de S. Jorge.—*N. Quatro mil réis.*

[Meili  $\frac{9}{1786}$ , falta dêste tipo a data 1781].

38. Anverso.—MARIA · I · E · PETRUS · III · D · G · REGES · E · BRAS · D · — O escudo coroadado das armas portuguesas acostado — à esquerda pelo valor .320 ., escrito de cima para baixo — à direita dois florões entre pontos, tudo disposto verticalmente. Aos lados da coroa a data 17-79 dividida.

Reverso.—SVBQ — SIGN — NATA — STAB. — Legenda interrompida pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual assenta a esfera armilar.—*A. Pataca.*

[Meili 53  $\frac{13}{17-79}$  mas SUBQ sem ponto por cima do Q].

39. Semelhante ao antecedente mas a data 1778, o valor .160 . e ao lado direito do escudo três florões iguais entre pontos.—*A.R. Meia Pataca.*

[Meili 60  $\frac{14}{17-79}$ , a data 1778, mas SUBQ sem ponto por cima do Q].

40. Igual ao antecedente, mas a data 1784.—*A.R. Meia Pataca.*

[Meili 65  $\frac{14}{17-79}$ , a data 1784, mas SUBQ sem ponto por cima do Q].

Lisboa—1778 a 1786—Sem letra monetária.

41. Anverso.—MARIA · I · E · PETRUS · III · D · G · P · E · BRASIL · REGES, começando no lado direito da coroa e terminando no esquerdo, acompanhada inferiormente por circuito perlado; o valor XX, entre dois florões, e as letras separadas por um florão; superiormente a coroa rial, inferiormente a data .1781.; carimbado com



Reverso.—PECUNIA · TOTUM — CIRCUMIT · ORBEM — A esfera armilar cortando a legenda.—*E. Vintém.*

[Meili 88  $\frac{17}{1778}$ , a data 1781 mas carimbo diferente].

#### D. Maria I—Viúva

Lisboa, Rio de Janeiro e Baía—1787 a 1805—Sem letra monetária.

42. Anverso.—MARIA · I · D · G · PORTUG · REGINA — Escudo coroadado das armas portuguesas, acostado — à esquerda pelo valor .4000 .,

escrito verticalmente de cima para baixo — à direita três florões iguais entre dois pontos, tudo disposto verticalmente.

Reverso. — ET · BRASILIE · DOMINI · ANNO · ☈ · 1792 · ☈ · — Em epiciclóide de quatro lóbulos a cruz de S. Jorge. — *A. Quatro mil réis.*

[Meili  $\frac{6}{1804}$ , mas REGINA · ; DONINA · , e a data · 1804 · , e os florões maiores].

Lisboa — 1787 a 1805 — Sem letra monetária

43. Anverso. — MARIA · I · D · G · PORT · REGINA · ET · BRAS · D · — O escudo coroado das armas portuguesas acostado — à esquerda pelo valor 160, escrito verticalmente de cima para baixo — à direita três florões iguais dispostos verticalmente; aos lados da coroa a data 71-90, dividida.

Reverso. — SUBQ — SIGN. — NATA — STAB. — Legenda cortada pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual a esfera armilar. — *A. Meia Pataca.*

[Meili 78  $\frac{11}{17-97}$ , a data 1790 mas SUBQ].

44. — Semelhante, mas o valor · 80 · , e os florões *dois* e entre dois pontos, e a data 1788. — *A. Quatro Vintens.*

[Meili 83  $\frac{12}{17-87}$ , a data 1790, e SUBQ — SIGN — NATA — STAB, sem pontos].

Lisboa — 1786 a 1799 — Sem letra monetária

45. Anverso. — MARIA · I · D · G · P · ET · BRASILIE · REGINA, começando no lado direito da coroa, e terminando no lado esquerdo da mesma, e acompanhada inferiormente por circuito granulado; o valor XL, coroado, entre dois florões, e as letras separadas por outro florão; inferiormente a data ☈ 1786 ☈ .

Reverso. — PECUNIA · TOTUM — CIRCUMIT · ORBEM — a esfera armilar interrompendo a legenda. — *A. e Bronze. — Dois Vintens.*

[Meili 87  $\frac{13}{\diamond 1787 \diamond}$ , a data 1786, mas só de *A.*].

Rio de Janeiro — 1789 a 1802 — Letra monetária R

46. Anverso. — MARIA · I · D · G · PORT · REGINA · ET · BRAS · D · — O escudo coroado das armas portuguesas acostado — à esquerda pelo valor · 640 · , escrito verticalmente de cima para baixo; — à direita por três florões iguais entre pontos, tudo disposto verticalmente; aos lados da coroa a data 17-93, dividida.

Reverso. — SUBQ — SIGN. — NATA — STAB., legenda cortada pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual a esfera armilar tendo ao centro R. — *A. Duas Patacas.*

[Meili  $\frac{23}{17-94}$ , deste tipo não tem variedade alguma com a data 1793].

Baía—1799 a 1805—Letra monetária B.

47.—Idêntica à antecedente, mas a data 1803 e sobre a esfera B.—AR. *Duas Patacas*.

[Meili 143  $\frac{26}{16-03}$ , a data 1803, mas SUBQ · — SIGN · ].

#### D. João, Príncipe Regente

Lisboa—1802 a 1805—Sem letra monetária

48. Anverso.—JOANNES · D · G · P · E · BRASILIÆ · P · REGENS, começando à direita da coroa e terminando à esquerda da mesma acompanhada inferiormente por circuito granulado; no campo: o valor XL, corado, as letras deste entre dois florões, e separadas por outro florão; inferiormente a data ♢1802♦, contramarca de 20 do império brasileiro.

Reverso.—PECUNIA · TOTUM—CIRCUMIT · ORBEM, no campo a esfera armilar cortando a legenda—AE. *Dois vintêns*.

[Meili 92  $\frac{2}{\diamond 1803 \diamond}$ , data 1803, mas desta variedade só contramarcado com o escudo das armas portuguesas, e com  $\frac{M}{X}$ , do Maranhão].

49. Semelhante ao antecedente, mas o valor XX e a data 1803., contramarca de 10 do império brasileiro—AE. *Vintém*.

[Meili 99  $\frac{3}{1802}$ , a data 1802, mas sem carimbo].

Rio de Janeiro—1809 a 1819—Letra monetária R.

50. Anverso.—JOANNES · D · G · PORT · P · REGENS · ET · BRAS · D ·, o escudo, corado das armas portuguesas, acostado—à esquerda pelo valor · 960 ·, escrito verticalmente de cima para baixo—à direita três florões iguais, entre dois pontos, tudo disposto verticalmente, a data 18-15, dividida pela coroa; contramarca G P corado.

Reverso.—SUBQ—SIGN.—NATA—STAB, legenda cortada pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual a esfera armilar, com R no centro.—AR. *Tres Patacas*.

[Meili 129  $\frac{11}{18-17}$ , a data 1815, mas sem a contramarca G P].

51. Como o antecedente mas a data 1817, e o diâmetro 41 milímetros.—AR *Tres Patacas*.

[Meili 131  $\frac{11}{18-17}$ , a data 1817, mas o diâmetro 43 milímetros].

52. Anverso.—Semelhante ao n.º 50, mas o valor · 640 · e a data

18-13 contramarcado no anverso e no reverso com o escudo das armas portuguesas.—*R. Duas Patacas.*

[Meili 136  $\frac{12}{18-15}$ , a data 1813, mas sem contramarca].

53. Como o n.<sup>o</sup> 51, mas a data 18-16, contramarcado no reverso, com uma esfera armilar.—*R. Três Patacas.*

[Meili 149  $\frac{19}{18-16}$ , a data 1813, falta com a data 1816 carimbado com a esfera].

Baía—1805 a 1818—Letra monetária B.

54. Como o n.<sup>o</sup> 53, mas a data 18-14 e na esfera a letra B, contramarcada com pequena esfera e sobre ela G P coroado.—*R. Três Patacas.*

[Meili 190  $\frac{45}{18-10}$ , mas a data 1816 e sem contramarca].

55. Anverso.—JOANNES · D · G · P · ET · BRAS · P · REGENS ·, começando à direita da coroa, e terminando à esquerda da mesma, acompanhada inferiormente de circuito granulado; no campo o valor XL, coroado, entre florões, e as letras separadas por outro florão, inferiormente a data ♢1816♢, coroa com diadema de pérolas.

Reverso.—PECUNIA · TOTUM — CIRCUMIT · ORBEM legenda interrompida pela esfera armilar, em cujo centro B.—Æ. Dois vintêns.

[Meili 203  $\frac{51}{1816}$ , mas a data 1814, entre pontos, não tendo variedade alguma deste tipo, e de qualquer data, com a era entre florões].

56. Como o antecedente mas o valor XX e a data 1815, e PORT · ET · —Æ. Vintém.

[Meili 216  $\frac{57}{1815}$ , a data 1815, mas P · E · BRASILE · ].

**Barras de ouro em circulação, como dinheiro corrente  
nos distritos mineiros**

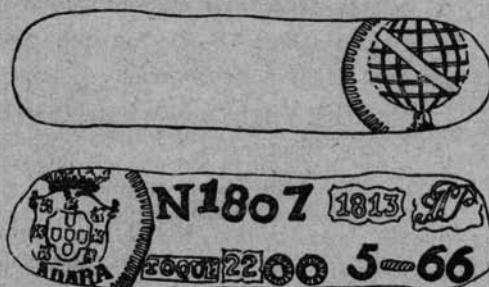
Minas Gerais

57. Anverso.—Na extremidade esquerda: escudo coroado das armas portuguesas, inferiormente (s)BARA (o s obliterado), em círculo de circunferência tracejada; em duas linhas: na superior N 1807, 1813 e JPP; na inferior TOQUE 22—duas rosetas—5-66.

Reverso.—Completamente liso; na extremidade direita, correspondendo ao escudo das armas portuguesas do anverso, a esfera armilar em círculo de circunferência tracejada.

Barrinha de ouro de 5 oitavas e 66 grãos, do toque de 22 quilates e dois grãos, cunhada em 1813, em Sabará, Minas Gerais, com o n.<sup>o</sup> 1:807.

Esta barrinha de ouro é *única*, como aliás óbviamente o são todas as suas congéneres.



Pesos hespanhóis contramarcados para circularem no Brasil  
com o valor de 960 réis

58.—Pêso espanhol de Carlos IV, data 1797, contramarca: anverso dentro de círculo, de circunferência tracejada, o escudo oval coroado das armas portuguesas, em coroa de louro aberta; inferiormente 960;—reverso a esfora armilar.

[Meili 71, mas a data 1796].

59.—Como o antecedente, mas a data 1793.

[Meili 71, mas a data 1796].

#### D. João VI

Rio de Janeiro—1818 a 1822—Letra monetária R

60. Anverso.—JOANNES · VI · D · G · PORT · BRAS · ET · ALG · REX, começando à direita da coroa rial, e terminando à esquerda da mesma em coroa de louro, encimada pela coroa rial, e em três linhas 960—1821 e  $\text{R} \diamond$ .

Reverso.—SUBQ—SIGN.—NATA—STAB., legenda cortada pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual o escudo das armas do reino unido, diâmetro 41 milímetros.—R. Três Patacas.

[Meili 64  $\frac{3}{1819}$ , a data 1821, mas o diâmetro 39<sup>mm</sup>.5.]

61.—Semelhante ao antecedente, mas a A de BRAS sem travessão, o valor 320, a data 1820, e a letra monetária · R ·, entre dois pontos; e SUBQ—R. Pataca.

[Meili 74  $\frac{5}{1820}$ , a data 1820, mas SUBQ.]

62.—Semelhante ao n.º 61, mas o valor 160, a data 1820.—R. Meia Pataca.

[Meili  $\frac{6}{1818}$ , falta dêste tipo a data 1820.]

63. Anverso.—JOANNES · VI · D · G · PORT · BRAS · ET · ALG · REX ·, legenda começando à direita da coroa e terminando à esquerda, acompanhada inferiormente por circuito granulado; no campo o valor XX entre dois florões, e as letras separadas por outro florão; superiormente a coroa rial, com a cruz, que a encima, radiada, e inferiormente em duas linhas · 1821 · e · R ·.

Reverso.—PECUNIA · TOTUM—CIRCUMIT · ORBEM, legenda interrompida pelas armas do reino unido.—Æ. *Vintém*.

[Meili 104 <sup>13</sup><sub>1819</sub>, a data 1821, mas a cruz da coroa não radiada].

64.—Semelhante, mas o valor X entre dois florões, a data · 1818 ·, a cruz da coroa rial não é radiada.—Æ. *Dez réis*.

[Meili 114 <sup>13</sup><sub>1818</sub>, mas a data 1818 não está entre dois pontos e a coroa não tem diadema de pérolas.]

#### Baía—1820 e 1821—Letra monetária B

65. Anverso.—JOANNES · VI · D · G · PORT · BRAS · ET · ALG · REX ·, começando à direita da coroa rial e terminando à esquerda da mesma; em coroa de louro, encimada pela coroa rial, e em três linhas 960—1820 e ♂ B ♂.

Reverso.—SUBQ—SIGN.—NATA—STAB., legenda cortada pelos braços da cruz de Cristo, sobre a qual o escudo das armas do reino unido.—R. *Três Patacas*.

[Meili <sup>20</sup><sub>1820</sub>, a data 1820, mas BARS; dêste tipo e desta data falta exemplar com BRAS ·].

66.—Semelhante ao antecedente, mas o valor 640 e a data 1821 e ♂ B ♂ e contramarcada tanto no anverso como no reverso com o escudo das armas portuguesas.—R. *Duas Patacas*.

[Meili <sup>22</sup><sub>1821</sub>, a data 1821, mas não tem contramarca alguma].

#### Baía—1820 a 1823—Letra monetária B

67. Anverso.—JOANNES · VI · D · G · PORT · BRAS · ET · ALG · REX ·, legenda começando à direita de coroa rial e terminando à esquerda da mesma acompanhada inferiormente por circuito granulado; sob a coroa rial, e em três linhas: o valor LXXX tendo as letras separadas por florões; a data 1820, entre dois florões, e B também entre dois florões. Contramarca de 20 do império brasileiro.

Reverso.—PECUNIA · TOTUM—CIRCUMIT · ORBEM ·, legenda interrompida pelas armas do reino unido.—Æ. *Quatro vintens*.

[Meili 140 <sup>26</sup><sub>♂ 1821 ♂</sub>, a data 1820, mas sem contramarca].

68. Semelhante ao antecedente mas o valor XL, contramarca no anverso de 20 do império brasileiro.—Æ. *Dois vintêns.*

[Meili  $\frac{29}{\diamond 1820 \diamond}$ , a data 1820 mas sem contramarca alguma.

### III

#### Moedas de Moçambique com carimbo

Em boa hora, quando ao dar conta dos dizeres do *Dicionário Universal de Moedas...* recopilado por \*\*\*, e dos de Fr. José Mariano Veloso na *Relação das Moedas dos países estrangeiros*, acerca do carimbo MR, posto na província de Moçambique nas moedas de ouro de 4\$000 réis, 2\$000 réis e 1\$000 réis do Brasil e *Cruzados Novos*<sup>1</sup> do reino, eu terminei por perguntar se tais moedas existiriam (Archeólogo Português vol. XX, p. 27, publicado em Junho do corrente ano de 1916), pois logo datada de 7 de Julho recebi uma carta do Sr. Dr. José António de Azevedo Borralho, entendido numismata e possuidor de uma das mais notáveis colecções de moedas portuguesas, em que me dizia que no seu medalheiro existiam algumas moedas com este carimbo, levando<sup>2</sup> a amabilidade a ponto de me enviar os decalques de um *Cruzado Novo* de 1750, e de 150 réis da Índia de 1780, onde ele nitidamente está estampado.

Como o assunto era interessantíssimo solicitei de S. Ex.<sup>a</sup>, devidamente autorizado pelo ilustre director desta Revista, o favor de redigir uma notícia, para nela ser publicada, dando conta das moedas com o carimbo MR, existentes na sua colecção, pedido que gentilmente foi deferido, escrevendo o Sr. Dr. Borralho o substancioso artigo, que adiante vai ser lido, onde a matéria é tratada com larguesa, provando o seu autor documentalmente que, além das moedas de ouro do Brasil e dos *Cruzados Novos* do continente, existem, com a marca MR, outras de ouro, prata, cobre e calaim de Portugal e suas colónias — Índia e Brasil — e ainda estrangeiras, as quais todas correram em Moçambique, donde lógicamente se conclui que tal carimbo é indubitavelmente português. Sendo esta conclusão até certo ponto confirmada

<sup>1</sup> Contrariamente ao que eu supunha Arch. Port. vol. XX p. 26 êstes *Cruzados Novos* são os de prata, e não os de ouro, nem tam pouco os *Cruzadinhos*.

<sup>2</sup> O meu bom amigo Dr. Artur Lamas informou-me que também na colecção de seu defunto pai existia uma moeda espanhola com o carimbo MR, como se vê na p. 189 do respectivo catálogo.

por constar que, durante o governo de Baltasar Pereira do Lago—1765 a 1779— se contramarcaram com M (seria MR?) várias moedas de prata e cobre<sup>1</sup>; e por a carta régia de 15 de Abril de 1785 determinar que as *patacas* espanholas, quer fossem ou não carimbadas, se não admitissem por mais de 1\$600 réis fracos cada uma<sup>2</sup>.

Argumentos ainda reforçados pelo facto de haver nas moedas do Sr. Dr. Borralho *uma* com o carimbo da coroa real, e *outra* com GP, coroado, carimbos ambos êles genuinamente portugueses.

Devem portanto ser completamente postas de banda as imaginosas interpretações que do carimbo MR, gravado em diversas moedas espanholas, Schulmam propõe nalguns catálogos por él organizados.

Se fica pois bem a claro que o carimbo MR é português e mandado pôr para fixar o valor de diferentes moedas, nacionais e estrangeiras, circulando na província de Moçambique, outro tanto se não pode dizer acerca da lei, ou ordem do governador que o mandou aplicar; que significação tinha, e qual a época em que foi gravado nas moedas. É possível que no arquivo do ministério das Colónias existam documentos que esclareçam estas questões, que o Sr. Dr. Borralho trata, com a sua comprovada competência, mas acerca das quais só pôde apresentar hipóteses, aliás sagazmente formuladas.

Por último o Sr. Dr. Borralho dá conta das moedas portuguesas, que possue, carimbadas com MR; sendo em ouro: *quatro* da Índia; — em prata: *nove* do continente, e *uma* da Índia; — em cobre *oito* do continente, *duas* do Brasil, e *duas* da Índia; — em calaim: *uma* da Índia. É uma formosíssima série que creio inédita, que vem rasgar novos horizontes aos colecionadores, e fornecer elementos vários para o estudo de um assunto interessante da numismática portuguesa.

[M. F. DE V.]

#### Contramarca MR

Tendo últimamente aparecido algumas moedas com a contramarca MR e não tendo eu conhecimento dela, pois que nem nos catálogos de moedas portuguesas, que possuo tanto dos leilões feitos em Portugal como em Amsterdam, a vi mencionada, tratei de indagar da sua existência e autenticidade, e fui informado de que no Dicionário universal das moedas, pesos e medidas publicado em Lisboa no ano de 1793

<sup>1</sup> Teixeira de Aragão—*Desc. das moed.*, etc. tómo III, p. 436, não indicando todavia a fonte em que bebeu tal informação.

<sup>2</sup> Teixeira de Aragão *ob. cit.*, tómo III, p. 437.

por um anónimo, se fazia menção dela<sup>4</sup>. Adquiri o mesmo dicionário, e nele, a fls. 192, quando trata das moedas de Portugal e em especial das que correram em Moçambique, está mencionada a referida contramareca; por sinal que o autor do dicionário não foi muito rigoroso, como devia ter sido, na indicação dela, pois a descreve da seguinte forma—MR—quando a devia reproduzir como ela é—MR.

Naturalmente nunca a viu nas moedas, o que parece verosímil vista a advertência, que faz no fim da notícia, declarando que ela foi feita em virtude de informações de pessoa que assistiu alguns anos em Moçambique.

Não foi só neste ponto que a notícia foi deficiente: há um outro que também julgo importante e que nem o informador nem o autor do dicionário mencionaram, e vem a ser, que tal contramareca não foi só aplicada às moedas ali apontadas, mas a mais algumas outras de ouro, prata, cobre e calaim, tanto do Reino como do Brasil e Índia, inclusive nos S.-Thomés de 12 xerafins.

Nestas circunstâncias pareceu-nos conveniente ir um pouco mais além, desenvolvendo quanto possível nesta aridez do campo de investigação, desprovido de todos os elementos de estudo e tendo sómente em vista as moedas que possuímos e os diminutos apontamentos do dicionário citado, que ainda assim veio levantar o espesso nevoeiro, que obscurecia esta contramareca.

Que ela existiu não pode haver dúvida, não só porque a encontramos gravada nas moedas, mas pela referência já citada.

As nossas moedas, diferentes das ali mencionadas, demonstram, como já disse, que ela foi aplicada mais amplamente, não podendo deixar de tornar saliente o facto de que todas essas moedas são autênticas e verdadeiras.

Também não deve fazer dúvida a discordância da contramareca MR em lugar de M.R pelas razões já dadas.

É certo que tendo ouvido o distinto numismata Roberto A. Shore sobre o assunto, este nos informou de que em três catálogos de venda de moedas estrangeiras, que tiveram lugar em Amsterdam sob a direcção de J. Schulman (que eu não possuo porque só coleciono moedas portuguesas), já havia aparecido esta contramareca.

No primeiro catálogo: de 1 de Setembro de 1904, da colecção

---

<sup>4</sup> É o dicionário a que atrás me referi.—[M. F. DE V.]

White King—imposto em uma piastra do México de 1763 de Fernando VI sob n.º 1978 sendo atribuído a MONTSERRAT.

No segundo catálogo: de Júdice dos Santos, de 5 de Junho de 1906—imposto em um duro para o México de 1743 de Filipe V, sob n.º 3833, classificado como de NICARÁGUA.

No terceiro catálogo: de Ciscar de Montalin, de 15 de Junho de 1910—imposto em um peso de Lima de 1764 de Fernando VI, sob n.º 560, classificado como imposto pelo revolucionário mexicano José Maria Morelos (1812-1813) por ter o seu monograma.

O facto da incerteza em que Schulman está da proveniência da aplicação da contramarca deve ceder a afirmativa do Dicionário citado, e se segundo este ela foi aplicada aos sequins de Veneza, dos quais vi um, não há repugnância em admitir que fosse também aplicada às moedas indicadas por Schulman, cujas datas são muito anteriores àquela em que se supõe que ela teve aplicação em Moçambique.

Por outro lado, se formos consultar a aplicação doutras contramarcas posteriores como as relativas a Moçambique, lá veremos que a contramarca PM, com a coroa por cima, foi aplicada a um tâler de Maria Teresa de 1780, e com respeito aos Açores a contramarca de G. P., com a coroa por cima, o foi às moedas de Filipe V e VI de Espanha com datas de 1722-1732, 1745 e 1758, moedas estas que também tinham curso em Moçambique.

Do que deixamos dito é evidente que Schulman neste ponto não acertou em nenhuma das suas suposições, e que antes devemos ter como verdadeira a afirmativa do dicionário citado.

Também possuímos uma tanga de cobre de D. Miguel I, por sinal com duas contramarcas de MR uma no anverso e outra no reverso, que até certo ponto contraria a suposição de que elas foram impostas no reinado de D. Maria I; mas, examinando bem a moeda, vemos que ela foi um recunho doutra que parece ser do reinado de D. José I ou de D. Maria I, que teria sido contramarcada neste último reinado, e que o recunho não obliterou as contramarcas que estão próximas das orlas tanto do anverso como do reverso e fora do escudo e das palmas do recunho.

Nem pode ter outra explicação essa imposição, pois não consta que no reinado de D. Miguel I se usasse tal contramarca.

A tudo isto acresce o facto de que a Schulman, com quanto muito entendido em numismática, também lhe não podemos atribuir e ligar uma confiança absoluta, e sirva de exemplo o facto que se dá no catálogo de venda da coleção de Julius Meili no n.º 1410, que ele denomina Pardau de S. Tomé de efígie e atribui ao reinado de

D. Afonso VI., quando é evidente que ele é do reinado de D. João V; parte da sua legenda que ainda se lê não deixa a mais pequena dúvida a esse respeito; porque dizendo ela SVRP, que Schulman traduz na descrição da moeda por SVRE, não pode ter outra tradução que não seja: s a última letra da palavra JOANNES, o—v—quinto, o—R—REX—e o—P—PORTVGALIF, como se lê em grande parte das suas moedas da Índia.

Por último, não podemos deixar de notar o facto de Schulman no último catálogo apontado dizer que a contramarca foi imposta em 1812 ou 1813, quando é certo que o dicionário que foi publicado em 1793 já dá notícia da sua existência.

De tudo o que acabamos de dizer não duvidamos concluir que tal contramarca, na sua maior parte aplicada a moedas portuguesas, não pode deixar de ser considerada como empregada em Moçambique, e o seu fim o aumentar o valor das moedas em que era aplicada, dizendo mesmo o dicionário qual é esse aumento.

Estabelecida e conhecida a existência e fim da contramarca bem como o local onde foi imposta, únicas conclusões a que pudemos chegar com todos os visos de verdade, restava-nos examinar os três seguintes pontos para alcançarmos o nosso fim a saber:

- 1.º Em virtude de que lei ou ordem do governador da província foi aplicada esta contramarca?
- 2.º Que significação tinha este monograma?
- 3.º Em que data foi ele gravado nas moedas?

#### 1.º

Quanto ao primeiro ponto não é fácil emitir opinião nem o autor do dicionário nos esclarece devidamente, pois se limita a dizer «cuja marca lhe mandou pôr o governador» sem mais nenhum esclarecimento.

É realmente para lastimar que seja tam deficiente tudo quanto diz respeito à numismática do nosso país e principalmente à da Índia; pode dizer-se que sómente depois da publicação da obra de Aragão se conseguiu lançar alguma luz sobre esta matéria, por isso que os anteriores escritores que tratavam dela se resumiam a fazer imperfeitos catálogos das moedas, que possuíam, sem entrarem ou se ocuparem da origem e legalidade da sua cunhagem.

Nesse tempo e quando existiam pessoas como as que informaram o autor do dicionário, estou certo de que com um pouco de boa vontade se conseguiria chegar ao conhecimento de quem emanava a ordem

da imposição, da data em que tinha sido ordenada; e se foi só por alvedrio do governador ou devidamente autorizado para isso pelo Governo ou por alguma disposição legal que ele o fazia: mas agora como saber isso passados tantos anos?

Aceitemos pois aquela afirmativa até que pessoa mais competente, e que melhores informações obtenha, esclareça este ponto.

### 2.<sup>º</sup>

Quanto ao segundo ponto, isto é, que significação tinha aquele monograma, também não é possível emitir opinião nenhuma pelas razões já ditas: já ouvimos a alguém atribuir-lhe a significação de Maria Regina supondo que ele terá sido gravado neste reinado.

Talvez não seja muito destituída de fundamento esta significação, porque como abaixo diremos, quando tratarmos do ano em que seria posta, não repugna, repetimos, que fosse nesse reinado que dela se usou.

### 3.<sup>º</sup>

Pelo que respeita ao terceiro ponto, isto é, em que data foi ela posta, e quando começou e acabou, é fora de dúvida que foi anteriormente a 1793, por isso que já nesse ano se declarava a sua existência. Do exame das moedas que possuímos e das apontadas nos catálogos de Schulman as que tem a data mais aproximada da acima dita são os 20 bazarucos de 1777, de D. José I, e os 150 reis de 1780, de D. Maria I e D. Pedro III, ambas para a Índia, todas as outras com datas, que temos, são muito anteriores e nada esclarecem para o que desejamos saber.

Não tendo nós nem constando-nos que haja contramarca imposta em moedas cuja data seja superior a 1780, poderemos concluir com algum fundamento que neste ano, ou em 1781 ou 1782, ela acabou, aliás era de supor que aparecessem moedas de datas posteriores com ela, como aparecem com datas anteriores.

Ora se soubéssemos a significação do monograma MR e se efectivamente ele quisesse dizer — Maria Regina —, tendo começado este reinado em 24 de Fevereiro de 1777, poderia daí concluir-se que ele começou a usar-se em qualquer dos primeiros anos do reinado, posteriormente a 1780, a não supormos que dele se fizesse uso em mais de um ano; mas no *mare magnum* das incertezas em que navegamos como chegar a uma conclusão definitiva? Meras conjecturas como temos repetido.

Em todo o caso aqui deixamos estas nossas impressões, como incentivo para novos estudos.

Relação das moedas que possuímos:

**Reino**

*A*

**D. Manuel I**

Vintem.

**D. Afonso VI**

Meio tostão.

**D. João V**

400 réis de 1750 (fig. 1).



Fig. 1

200 réis de 1749, tendo ainda a contramarca de GP, coroado (fig. 2).



Fig. 2

Seis vintens sem data.

Três vintens sem data.

Seis vintens sem data tendo mais a contramarca do escudo.

**D. José I**

200 réis de 1767.

Três vintens sem data.

*A*

**D. Pedro II**

III réis de 1677.

**D. João V**

v réis de 1736.

v réis de 1738 (fig. 3).



Fig. 3

**D. José I**

x réis de 1752.

x réis de 1763.

III réis de 1776.

**D. Maria I e D. Pedro III**

x réis de 1778 tendo mais a contramarca da coroa pequena (fig. 4).



Fig. 4

**Brasil****D. João V**

xx réis de 1730.

xx réis de 1735.

**Índia***A/***D. José I**

S. Tomé de 12 xerafins de 1762 (fig. 5).



Fig. 5

- S. Tomé de 12 xerafins de 1765.  
 S. Tomé de 12 xerafins de 1770.  
 S. Tomé de 12 xerafins de 1771.

R

**D. Maria I e D. Pedro III**

150 réis de 1780 (fig. 6).



Fig. 6

E

**D. José I**

Meia tanga sem data.

**D. Miguel I**

Tanga recunhada com contramarca no anverso e reverso.

PL

**D. José I**

20 bazaruecos de 1777.

JOSÉ ANTÓNIO D'AZEVEDO BORRALHO.

IV

Vária

## 1.—Ainda Uma Macuta de prata para Angola

Ao que disse a pp. 27 e 28 do vol. xx do *Arch. Port.*, devido à informação do Sr. J. A. de Moraes Lôbo, empregado de obras públicas, que nos primeiros anos d'este século viveu em Loanda, em comissão de serviço público, posso acrescentar o seguinte: Que nos fins do século passado, ou princípios d'este, segundo foi afirmado ao mesmo senhor por pessoa de toda a seriedade, um hábil artista de Loanda abrira os cunhos para *Uma Macuta de prata* e batera alguns exemplares — muito poucos — executando todos os trabalhos com tal perfeição que seria impossível distinguir as moedas contrafeitas das verdadeiras . . . se existissem; e finalmente que uns dois ou três desses exemplares tinham sido vendidos por altos preços.

¿Será exacta a informação dada ao Sr. Moraes Lôbo, que aliás partiu de pessoa séria e digna de crédito? ¿E algum exemplar de *Uma Macuta de prata*, que figure em qualquer coleção será porven-

tura proveniente desta emissão de Loanda? ou pelo contrário haverá algum exemplar desta moeda que tenha todas as características de autenticidade?

## 2.—Meio espadim de D. Afonso V

Existem nas colecções umas pequenas moedas, do tipo geral dos *espadias* de D. Afonso V, mas de modulo mais pequeno, e de menor peso, acerca de cuja classificação não estão de pleno acordo os numismatas.

São raríssimas estas moedas; delas só tenho conhecimento—de um exemplar, que pertenceu a António Dionísio Mendonça Bonicho, de Loulé, descrito por Aragão: no catálogo da colecção de el-rei D. Luís, que figurou na exposição de Paris de 1867, e posteriormente na *Descrição das moedas portuguesas*, vol. I, p. 228, com o n.º 16 com algumas diferenças nas legendas e no peso indicado (mas indubitavelmente o mesmo, pois Aragão diz não conhecer outro exemplar) e desenhado na est. XI com o mesmo número; descrição e desenho copiados no *Dicionário de Numismática Portuguesa*, de José do Amaral B. Toro, p. 195—de outro exemplar descrito com o n.º 92 no catálogo da colecção Ciro Augusto de Carvalho—e finalmente de outro, figurando com o n.º 161 no catálogo da colecção de Júlio Meili.

A estes há a acrescentar ainda um, existente na minha colecção:

Anverso.—+ ALFONSVS : — DEI : GALIE : E —, dentro de coroa circular, limitada por circunferências lineares. No campo epicíclóide de quatro lóbulos, formados por arcos duplos, cantonados por pontos, e cortada por uma espada, que interrompe a legenda superior e inferiormente, e que é segurada, pela lâmina, por uma mão, que fortemente a aperta; à esquerda A.

Reverso.—ADIVTORIVM : NOSTRV : I : , em coroa circular, limitada por circunferências lineares. No campo, sobre a cruz de Avis, o escudo das armas do reino.

B., muito rico em prata.—Diâmetro 19 milímetros.—Peso 17 grãos.

À flor do cunho.



Fig. 5

São dignos de nota: a substituição da palavra *Gracie* (*Gratiae*) por *Galie*, sílabas finais de Portugalie; e no escudo haver dois castelos,

cantonando os dois ângulos superiores da cruz formada pelas quinas, faltando os dois correspondentes aos ângulos inferiores da mesma cruz.

Esta moeda foi adquirida em Lisboa, informando-me o vendedor de que tinha sido encontrada em Évora.

Nenhuma das moedas de Bonicho, de Ciro de Carvalho, e de Meili, que designarei respectivamente pelos n.<sup>os</sup> 1, 2 e 3, tem as legendas dos reversos completas, por obliteração, e estas assim como as dos anversos são diferentes das da minha, a que chamarei n.<sup>º</sup> 4. Assim; as legendas do anverso: do n.<sup>º</sup> 1 é ALFONSVS (Q)VINTI; a do n.<sup>º</sup> 2 ALFONSVS QVINTI; a do n.<sup>º</sup> 3 ALFONSI QVINTI REG; ao passo que na minha, por evidente equívoco é ALFONSVS DEI GALIE, em vez de ALFONSVS DEI GRACIE. As legendas do reverso do n.<sup>º</sup> 1 é: (REGIS) PORTVGALIE D; a do n.<sup>º</sup> 2: (REGIS) PORTVGALIE ET; a do n.<sup>º</sup> 3: IS (continuação da legenda do anverso) PORTVGALIE ET AL; e a de minha ADIVTORIVM NOSTRVM.

Da comparação das legendas das quatro moedas, deriva a sua disposição em dois grupos: um constituído pelos n.<sup>os</sup> 1, 2 e 3, e outro pelo n.<sup>º</sup> 4, perfeitamente diferenciados, que podemos considerar como variantes do mesmo tipo, dividindo-se ainda o primeiro em três variedades.

Os seus caracteres gerais impõem a sua classificação na série dos *espadias*.

Teixeira de Aragão, não podendo atribuir a grande diferença entre o peso do n.<sup>º</sup> 1 e o dos *espadias* nem a cerceio nem a falsificação, pela pequenez do cunho suspeitou que ele seria um *ensaio* para meios *espadias*, ou a redução do *espadiim*; Amaral Toro considera-o *meio espadiim*; e Schulman coordenador dos catálogos—Ciro de Carvalho, e Meili—chama *petit espadiim*, a cada um dos n.<sup>os</sup> 2 e 3.

A hipótese destas moedas serem *ensaios*, tem de ser posta de parte, por ser inadmissível que se tivessem aberto—pelo menos—quatro cunhos diferentes para *proras*; e não tendo nenhum dos caracteres de *tentos* ou *contos*, é racional, visto haver quatro exemplares conhecidos, admitir que os n.<sup>os</sup> 1, 2, 3 e 4 são realmente *moedas*, que tiveram curso em Portugal.

E, sendo assim, comparando os seus pesos—15 grãos o do n.<sup>º</sup> 1, e 17 o do n.<sup>º</sup> 4 (os do n.<sup>º</sup> 2 e 3 são desconhecidos) com os dos *espadias* 38<sup>1/2</sup>, 39 e 40 grãos (Aragão, p. 227) e os de três exemplares da minha colecção 31, 27 e 26 grãos, estando o primeiro à flor do cunho, conclui-se com segurança, me parecê, que estas moedas—fracção do *espadiim* deviam valer *meio espadiim*; e o seu valor seria portanto igual a *dois raias*.

## 3.—Meio tostão de D. João IV, com ano marcado—1640

A p. 105 do vol. I da *Descrição*, etc., ao dar notícia de alguns colecionadores, e ao referir-se a Francisco Ignácio de Mira, distinto advogado de Beja, e fanático colecionador de moedas, das quais conseguiu formar uma das melhores colecções do nosso país, nas três séries—ibérica, romana e portuguesa, diz Teixeira de Aragão que aquele meu íntimo amigo possuía um *meio tostão* de D. João IV, com o ano marcado de 1640. E muito embora na nota 5 de p. 18 do vol. II dissesse:

«... documento comprovativo n.º 100, o qual prova tambem a impossibilidade de haver moeda de D. João IV com o anno de 1640, devendo-se considerar o *meio tostão*, visto pelo nosso amigo o Sr. «Dr. Mirabeau em poder de um collector de Beja, uma contrafaçao, erro, ou antes, que sendo o anno de 1642, a ultima letra, por mal cunhada, figure uma cifra», o facto é que a primeira asserção, correu mundo, tendo sido admitida por alguns numismatas, que estudaram ou se referiram a moedas de D. João IV!.

No entanto é completa e absolutamente inexacta como Aragão previu, apesar de não ter acertado com a explicação do caso. Na colecção Mira, que foi começada por seu tio o P.º José Ignácio de Mira, prior da freguesia do Salvador de Beja, homem ilustrado, e muito dado ao estudo de antigualhas, principalmente da sua terra, que eu conheci e com quem mantive relações, não existe nem nunca existiu tal moeda com tal data. O que existe, o que o Dr. Mira me mostrou e eu vi foi um *meio tostão* de D. João IV, de 1642, carimbado, e em que a contramarcia foi aplicada de modo que, sobreposta ao algarismo das unidades da data, lhe destruiu a parte inferior, deixando apenas visível a parte superior—curva—mas de forma que se reconhece perfeitamente pertencer a um 2 e não a um 0.

Isto é confirmado pelo catálogo da citada colecção, elaborado e publicado pelo próprio Dr. Mira, em 1898, para acompanhar a colecção das suas moedas, que figurou na exposição numismática, que a Casa Liquidadora—Antigo Bazar Católico—a suas expensas realizou por ocasião das festas, celebradas em Lisboa, do centenário da descoberta do Caminho Marítimo da Índia.

Desfaça-se pois a lenda da existência de moedas cunhadas no primeiro mês do reinado de D. João IV.

<sup>1</sup> Arch. Port., xv, 113 e 114.

**4.—Data em que as armas portuguesas foram suprimidas  
do escudo rial nas moedas espanholas**

Apesar de Portugal ter proclamado a sua independência em 1640, e de gloriosamente a ter sustentado e assegurado com lutas, que se espalharam por largo período de anos, as armas do reino continuaram a fazer parte do escudo rial de Espanha, estampado nas moedas desta nação.

Por me parecer interessante conhecer-se a data em que foi decretado que deixassem de figurar no escudo espanhol as armas portuguesas, publicam-se em seguida dois documentos do — *Archivo General Central. Libros de actas y providencias del Gobierno de la Sala de Señores Alcaldes de Casa y Corte*, tomo III, fol. 125, transcritos no Apêndice X, pp. 382-383 das *Obras* de A. Canovas del Castillo, *Estudios del Reinado de Felipe V*, que a fixam em Julho de 1685. Como é bem sabido, as pazess entre Portugal e Espanha, pondo termo à guerra da restauração, foram celebradas em 1668.

«Señor mio: De orden del Consejo remito a V. S. I. la copia inclusa del Decreto de S. M., que ha bajado á él para que en lo que mira á esta corte y en las provisiones de la Sala, se sirva V. S. I. mandar dar cumplimiento, y á mi muchas ocasiones de su servicio, que executaré con segura voluntad. Guarde Dios á V. S. I. muchos años como deseo.

Madrid y Julio 18 de 1685. — Ilmo. Sr.: B. L. M. de V. S. I. — El marqués de Castellon. — Ilmo. Sr. D. Antonio Ronquillo».

«S. M. 15 de Julio de 1685.

El Consejo: Para que se quiten del escudo Real las armas que tocan al Reyno de Portugal, y que á este fin se den por el Consejo las ordenes necesarias.

Estando resuelto que para que los portugueses no tengan motivo de reparo ni queja se quiten del escudo de mis armas la de aquella Corona, y no se pongan en la nueva moneda segoviana que se está labrando, y que se prevenga á las Chancillerias y Audiencias de estos Reynos que en los instrumentos publicos no se nombre el titulo de Rey de Portugal, mando se repitan las ordenes para la observancia, y que lo mismo se execute en las impresiones que se seguieren, así en esta Corte, como en las demás partes del Reyno. — Madrid 15 de Julio de 1685. — Yo el Rey. — Al señor Presiednte del Consejo».

### 5.—Moedas de Mértola

*Moedas muçulmanas cunhadas em Mértola* — No capítulo que trata das casas de moeda portuguesas, *Descrição*, etc., vol. I, p. 51, diz Teixeira de Aragão não constar que os muçulmanos tivessem tido casa de moeda na parte da Lusitânia e Galiza, que actualmente pertence a Portugal.

Efectivamente, no tempo em que Aragão publicou a sua obra, não era conhecida, a não ser por algum arabista, a existência de qualquer casa monetária muçulmana nesta parte da península ibérica.

Hoje porém, conhecem-se moedas muçulmanas indubitavelmente cunhadas, em Mértola, como claramente o mostra a sua ceca, além doutros indicadores nelas inscritos.

Vives descreve três *quirates* e um *meio quirate*<sup>1</sup> destas moedas, que são extremamente raras, e foram batidas em 540 e 541 da Hégira, por Abu Alcaceme Alimedé ibn Al-Hoçaine ibn Caci o primeiro que no Algarve, à frente dos Muridas, se revoltou contra os Almorávides, dando início às guerras civis, que desvastaram e anarquizaram a península durante um largo período, que só terminou, mais aparente que realmente, anos depois da invasão dos Almohades. Estes sucessos e as suas desastrosas consequências para o domínio dos sectários do Alcorão, hábilmente aproveitados por Afonso Henriques, permitiram-lhe alargar as fronteiras do seu pequeno condado, alicerçando a nacionalidade portuguesa em sólidos fundamentos. Tem por isso estas moedas, além da sua importância numismática, inestimável valor histórico para nós, os portugueses.

Pena é que nenhum exemplar, que eu saiba, figure nas nossas colecções.



Dada a fraca homeogeneidade do domínio político dos muçulmanos na Espanha, que bastas vezes se traduzia em rebeldias e revoltas, os governadores das províncias e dos castelos, cujos pruridos da independência se manifestavam quase sempre pela cunhagem de moeda própria, é muito provável que também se tivessem batido moedas em Silves, Santa Maria e Mértola, e possivelmente noutras cidades, na primeira metade do séc. V da Hégira, isto é, no período, que decorre desde o desabar do império dos Omíadas até o completo domí-

<sup>1</sup> Vives, *Monedas de las dinastías arábigo-españolas*, p. 319, n.º 1915 a 1918. Pode ver-se a reprodução de um destes quirates em Alexandre Herculano, *História de Portugal*, 7.ª edição, t. II, p. 206.

nio de Alandalús pelos Almorávides. Não são porém conhecidas, que eu saiba moedas de tais cecas.

Mas basta a suspeita da possibilidade da sua existência para se deverem recolher todas as moedas muçulmanas que apareçam e para aconselhar os seus possuidores que não as saibam decifrar, a facultá-las ao exame dos entendidos, por ser fácil que no seu estudo se apurem dados interessantíssimos para iluminar a história de Portugal, por que, como diz o venerando académico D. F. Codera<sup>1</sup> «... en las monedas »de esta época de nuestra historia, tan poco conocida, difícilmente se »encontrará una población que no pueda recoger datos ignorados de »todos sus historiadores ... leyendo ... el nombre de *algun rey*, de »*algun principe de la familia*, ó de *algun alto empleado*, desconocido »hasta hoy ... quizás, con el tiempo otros puedan leer alguna página »del libro misterioso, y leyendo y publicando unos unas, otros otras, »nuestros sucesores poderán saber, si no toda nuestra historia, algo »más de lo que nosotros podemos saber».

Lisboa, 1916.

MANUEL F. DE VARGAS.

---

### Notas epigráficas

#### 1. Dois monumentos sepulcrais romanos do Alentejo

(Desenhos de Saavedra Machado)

##### I

No *Arch. Port.*, xix, 397, e nota 1, disse eu que havia obtido do Sr. Ricardo O'Neill, para o Museu Etnológico, uma ara romana, funerária, que estava na herdade da Defesa dos Barros<sup>2</sup>, onde eu a vira em 1914 por indicação do Rev.<sup>do</sup> Prior do Ervedal.

Aqui a represento na fig. 1 (frente) e fig. 1-A (lado esquerdo). É de mármore, e mede de altura 0<sup>m</sup>,94, de largura em cima 0<sup>m</sup>,50, ao centro 0<sup>m</sup>,43, de espessura em cima 0<sup>m</sup>,23, ao centro 0<sup>m</sup>,21. Na parte superior tem uma excavação rectangular, que mede 0<sup>m</sup>,42 × 0<sup>m</sup>,17 × 0<sup>m</sup>,07.

Como se mostra do desenho, uma das faces principais da ara apresenta uma inscrição, que consta de duas partes: uma d'elas, de oito linhas, gravadas dentro de uma moldura; e a outra, de uma

---

<sup>1</sup> *Títulos honoríficos y nombres propios en las monedas arabigo-españolas.*

<sup>2</sup> Freguesia de Figueira dos Barros, concelho de Avis.

linha, gravada fora e em cima. A moldura em que está gravada a parte maior da inscrição fica dentro de outra, que tem a forma de portada, com vêrga e soleira ornamentadas, e cujos lados são formados de duplas pilastras coríntias (mas na da esquerda do observador já destruídos os capitéis). A 1.<sup>a</sup> palavra da 2.<sup>a</sup> linha da inscrição pode estar por *Gal*, e ser pois abreviatura de *Gallia*, mas na mesma linha há um indubitável *G*, que tem outra fórmula; além disso o C de CAL é igual ao da 7.<sup>a</sup> linha; por isso fica incerto o *nomen* (*Calidia*, ou outro). O cognome *Hegesistrate* corresponde ao feminino de 'Hynastrateς, e



Fig. 1



Fig. 1-A

creio que é a primeira vez que aparece, pelo menos não o encontro, nem no *Onomasticon* de De Vit, nem no *Wb. der griech. Eigennam.* de Pape. A tradução é: «Sagração aos deuses Manes. Cal. Hejesistrata, ou Hegesistrata, de 17 anos (está aqui sepultada). Seja-te leve a terra. Caio Alexandre, pai (da morta, mandou fazer este monumento)».

Na face esquerda da ara vê-se uma pomba que está debicando nos frutos de uma árvore desfolhada: será um emblema da alma do morto, que disfruta os gozos do Paraíso; cf. *Religiões*, III, 386 e 445–446. A ideia, puramente pagã, de que a pomba simbolizava a alma humana<sup>1</sup>,

<sup>1</sup> Aos exemplos que já dei nas *Religiões*, III, 446, n. 1, outros se podem juntar: Wiedemann, *Die Toten im Glauben der Aegypter*, Leipzig 1910, p. 17.

perdurou entre os Cristãos: cf. P. Syxto, *Notiones Archaeologiae Christianae*, II, II (1910), 8 sgs., onde se publicam figuras semelhantes. Quando Franquilla, abade de Cela Nova (Galiza), falava, entrava-lhe e saía-lhe pela boca uma pomba<sup>1</sup>. Ou de origem pagã, ou de origem cristã, há uma lenda na Irlanda em que três mortos tomam a forma de três pombas brancas<sup>2</sup>.

A ara recebeu no Museu o número de entrada 5:297.

## II

No citado volume do *Archeologo*, p. 393, referi-me a outra ara romana que obtive no Alentejo, e me fôra dada pelo Sr. Manuel Fernandes. Represento-a na fig. 2. É de mármore, e mede de altura 0<sup>m</sup>,52, de largura máxima (em cima) 0<sup>m</sup>,22, e de espessura no centro 0<sup>m</sup>,097.

Numa das suas faces principais há uma inscrição que diz:

*Maximus, Severi filius, an(norum) 21, h(ie)s(itus) e(st). S(it) t(ibi) t(erra) l(evis). P(ater) m(iser- rimus?) f(aciendum) c(uravit).*

O F, tanto na linha 4.<sup>a</sup>, como na 6.<sup>a</sup>, não tem corte.

Para a aquisição d'este monumento contribuiu o Sr. José Francisco Bugalho, da Fronteira, que me apresentou ao Sr. Fernandes. Apareceu no «monte» de S. Francisco, concelho de Fronteira; por aí descobre o arado de vez em quando moedas, e, ao que me dizem, mosaicos.—O monumento recebeu no Museu o número de entrada 5:299.

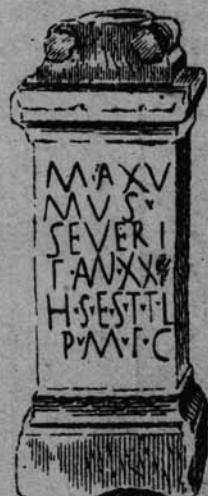


Fig. 2

### 2. O deus igeditano «Revelanganitaecus»

No *Boletin de la Academia de la Historia*, LXIV, 311, insere o Sr. R.<sup>o</sup> Fidel Fita um artigo em que, referindo-se ao deus igeditano *Revelanganitaecus* ou *Revelanganidaeigus*, cujas inscrições publiquei nas *Religiões*, II, 323, e III, 210, analisa assim os respectivos nomes (em dativo): *Reve Langanidaeigui*, e *R[eve] Langanitaeco*. Cada

<sup>1</sup> D. Rodrigo da Cunha, *Catalogo dos bispos do Porto*, 1623, parte I, p. 581.

<sup>2</sup> *Revue Celtique*, XXXV, 210.

palavra fica pois decomposta em dois elementos, e o autor vê no primeiro o dativo *Rere* de outro nome divino que aparece numa pedra galega cuja inscrição deu a lume no mesmo *Boletin*, LVIII, 513. Esta decomposição é porém incompreensível, pois dizendo o Sr. Fita no *Boletin*, LVIII, 513 e 514, que *Rere*, na pedra galega, é o dativo de *Reva*, nome feminino («la diosa *Reva* ou *Reua*»), como é que na inscrição igeditana faz concordar com essa palavra outra no masculino, visto que o suposto *Langanitaeco* termina em *-aeco*?

O Sr. Fidel Fita não hesita, no *Boletin*, LVIII, 514, em comparar a *Rere* galega com o latim *rivus* e o francês *rivière*, quando é evidente que estas palavras nada tem com aquela: em *rivus* o *i* é longo, ao passo que em *Rere* temos *e*; o francês *rivière* vem de *riparia*, que deriva de *rīpa*.

Pena é que a grande erudição, que o Sr. Fidel Fita realmente possue, não se submeta sempre às exigências do método glotológico.

J. L. DE V.

### Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses

(Continuação d'O Arch. Port., XIX, 12)

Mais insculturas se acham dentro de um prédio culto, com olival, pertencente à família Castro, ali residente; o prédio fica fronteiro à capela da família Serpa, do outro lado do caminho ou rua. A fraga em que estão gravadas as insculturas é plana e está toda de nível com o solo adjacente. Demos começo à nossa descrição principiando pela maior das quatro fossas. É uma escavação de forma rectangular, de 4 metros de comprimento, 2<sup>m</sup>,45 de largura e 0<sup>m</sup>,37 de altura. Falta-lhe uma das paredes maiores, a da frente, que foi destruída; é, porém, fácil reconstituir-la pelos vestígios que deixou na superfície da fraga. A fossa tinha deste lado um bueiro para escoamento pelo sulco que se vê cavado do lado de fora da parede que falta. O sulco começava já no interior da fossa, em cujo pavimento se notam vestígios dele, atravessava depois a parede da fossa e seguia em declive pela superfície da pedra fora até a extremidade desta. Neste ponto está partido, porque o restante da fraga foi estilhaçada. O sulco tem de comprimento 0<sup>m</sup>,30, de largura 0<sup>m</sup>,06 e altura 0<sup>m</sup>,04.

A pia imediata à antecedente, e que lhe fica mais próxima, é uma pequena cavidade, de forma quadrada, e tem tanto no comprimento como na largura 0<sup>m</sup>,23 e de altura 0<sup>m</sup>,15. Está completa, em bom

estado e não tem bueiro para escoão. A terceira pia, a maior das duas que nos ficam à esquerda, está incompleta; destruíram-lhe a parede da frente, uma das laterais toda e uma pequena parte da terceira parede. Pode constituir-se de novo pelos vestígios que ficaram na pedra. Tem de comprimento 3 metros, de largura aproximadamente 2 metros e de altura 0<sup>m</sup>,34. A quarta e última pia está, como a antecedente, incompleta; tem toda a parede da frente destruída, mas pode reconstituir-se pelos vestígios que ficaram. Tem de altura 0<sup>m</sup>,60, de largura 0<sup>m</sup>,54 e de altura 0<sup>m</sup>,15. Não se pode verificar com certeza se estas duas últimas fossas tinham ou não bueiro para escoamento; parece, porém, que não tinham. O que não existe é comunicação entre as diferentes fossas, quer por bueiros ou orifícios, quer por canal ou sulco.

#### Pombal do Serpa

Na extremidade sul do Freixo há um enorme e alto morro de granito, que descai em encosta mais ou menos inclinada para todos os lados. É acessível. Na coroa do morro, que é quase plana, está construído um pombal, pertencente ao Sr. A. de Serpa, morador em



Fig. 10 — 1.<sup>º</sup> grupo — Pombal do Serpa

uma casa próxima. A sudeste do pombal está uma grande fraga de granito, com a face toda plana, muito ladeirenta e escorregadia. Na superfície desta pedra acham-se gravadas as insculturas. O sulco, que se acha cavado na parte mais elevada da fraga e que atravessa esta de uma extremidade a outra, dá escoante para os dois lados. (Figs. 10, 11, 12 e 13).

Ao fundo, na extremidade da pedra e no ponto em que esta se acha em contacto com o solo adjacente, há um recorte rectangular.

Não é fácil imaginar o que isto seja, nem que préstimo pudesse ter: não é escada nem tam pouco fossa. As cavidades abertas na superfície da pedra, na disposição que mostram as nossas gravuras, umas tem a forma quase oval, outras, as maiores, são circulares; mas estas últimas são mais largas na abertura e mais estreitas no fundo.

Como a inclinação da pedra é toda de poente para nascente, para onde tem um declive muito forte, talvez o sulco, que está cavado quase ao cimo da laje, tivesse por fim abrigar as cavidades que lhe ficam inferiores, das infiltrações do terreno superior ao sulco. Não lhe descubro outro préstimo.

3.º grupo



4.º grupo

Sulco

Fig. 11 — Pombal do Serpa — F = fossa

As covinhas estão marcadas com papeis brancos e pretos

As covinhas do Pombal do Serpa estão dispostas *grosso modo* em 5 grupos: o primeiro grupo tem as covas dispostas em duas fiadas, em linha recta, o segundo, terceiro e quarto grupos apresentam uma particular disposição. O segundo e terceiro seguem-se descrevendo uma curva, com tendência para a espiral; no quarto grupo as covinhas estão dispostas em espiral; no quinto grupo não há disposição especial.

No primeiro grupo há 25 covinhas, ovalares, cujas dimensões, são iguais, medindo 10 centímetros de comprimento, por 5 centime-

etros de largura e 5 centímetros de profundidade. Assentam na escorregadaria do penedo, que desce do alto da fraga para o caminho. Ao cimo há um pequeno sulco em semicírculo cujas extremidades estão apagadas.

No segundo grupo há a notar: uma fossa quadrangular, grande, com a parede anterior aberta, tendo ao lado abertos rasgos para manejo de porta ou adufa; desta parte um sulco vertical que cai numa fossa quadrangular mais pequena que pertence ao quarto grupo.

Da fossa para cá, no alto do penedo há um sulco, que sobe na primeira porção e em seguida desce para a extremidade do frágão. Este sulco é cortado por outro mais pequeno que o cruza na parte mais elevada.



Fig. 12 — 3.<sup>º</sup> grupo

As covas dispõem-se aos lados e no próprio leito do sulco, umas após outras, algumas, poucas, irregularmente espalhadas. Do lado de lá da fossa, as covas seguem a linha geral das covas do lado de cá, continuando-se, depois, de um rebaixo no penedo com as do terceiro grupo.

As covas do terceiro grupo continuam a linha curva das do segundo grupo. Além da fiada regular há outras covas irregularmente dispostas, como bem se pode apreciar nas gravuras.

O quarto grupo é composto de covinhas mais pequenas que as dos outros grupos dispostas em espiral. Por baixo da fossa grande do segundo grupo há uma pia quadrangular toda vedada, e que tem

na parte superior um sulco que corre ao longo do frágão descrevendo uma curva e vem cair na parte mais declive.

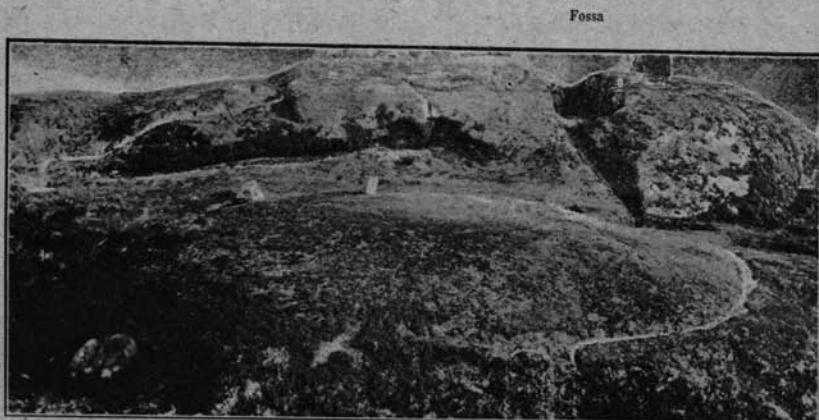


Fig. 13 — Pombal do Serpa — Vista de frente — 4.º grupo.

Há nos 5 grupos 250 covinhas de dimensões variáveis, umas ovalares, de fundo estreito, afuniladas, outras redondas cilíndricas, outras redondas e cónicas, outras, poucas, quadrangulares.

#### Inscrições lapidares

A meio da povoação do Freixo encontra-se uma ara romana com inscrição, que está servindo de pedestal a uma alta cruz de pedra, erguida a meio da rua, perto da igreja. É uma lápide de granito, de forma octogonal mas primitivamente quadrangular, emoldurada, de 0<sup>m</sup>,70 de altura, 0<sup>m</sup>,35 de largura central e 0<sup>m</sup>,32 de espessura. Era primitivamente quadrangular, mas, para lhe darem a nova forma que agora tem, cortaram-lhe de alto a baixo as quatro esquinas, e com esta amputação cortaram-lhe algumas letras da inscrição.

Na 1.<sup>a</sup> linha falta a letra final, um I e metade da letra V que a precede.

Na 2.<sup>a</sup> linha, a primeira letra, que é um O, está reduzida a metade, e da letra final, que era um S, apenas subsiste visível na pedra uma ténue parte da extremidade inferior da letra.

Na 3.<sup>a</sup> e última linha foi amputada a primeira letra, um L. Desta letra ainda existe visível a extremidade da haste horizontal que escapou ao corte.

Reproduzimos o texto desta inscrição tal qual se acha atualmente.

MS I O V  
O M V S  
L M

Feita a restituição das letras amputadas, dá a seguinte leitura.

MS I O V I  
O M V S  
L M

A leitura das duas primeiras letras M S tem suscitado dúvidas. Em virtude de leves defeitos que se notam na superfície da pedra, parece que estas letras formam sigla de ligação e parece também que existiu um traço horizontal a meia altura das duas primeiras hastas da letra M, ligando-as entre si. A ser isto exato, nesse caso em vez das duas letras simples M S, teríamos as siglas ligadas da seguinte forma, MS. É esta a única dúvida que suscita a leitura da epígrafe.

Não me julgo com competência para resolver a questão; no entanto direi que, depois de ter examinado por várias vezes esta pedra, hesitante entre uma e outra hipótese, me parece afinal que tal ligação não existe. Esta observação fiz eu em tempo ao meu falecido amigo Martins Sarmento, expondo-lhe as razões em que me fundava, mas o distinto arqueólogo não as aceitou<sup>1</sup>.

A poucos passos do local onde se acha esta lápide estava um marco miliário, já mutilado na extremidade superior; conservava apenas a parte final da inscrição, que era do teor seguinte:

I N V I C T O  
A V G . P M  
T R I . P . P . P .

O que falta para completar a inscrição perdera-a na mutilação sofrida.

Teve um fim desastrado, o malaventurado marco. Um dia que ali conduzi o meu amigo José Leite da Vasconcelos para lhe mostrar esta e outras antigualhas, fomos dar com ele entre as mãos duns desalmados pedreiros, que o tinham partido em bocados e lhe estavam aplicando com fúria de canibais as derradeiras marteladas sacrilegas: das letras, poucos e raros vestígios já restavam.

---

<sup>1</sup> Esta ara foi removida para o Museu Etnológico de Belém.

Mais bem sorteada foi uma ara romana que estava um pouco além do malogrado marco, à borda dum poço: levou-a Martins Sarmento para o seu museu de Guimarães, e lá se acha agora felizmente ao abrigo das injúrias dos selvagens. É interessante esta lápide, que na sua epígrafe nos revela o nome dos habitantes da extinta briga do Freixo. Eis o seu contexto:

G E N I O  
L O N C O B R I  
C E N C I A V M  
A N I V S  
V. S. A. L.M.

Em cada uma das duas primeiras linhas desta inscrição falta a primeira letra: na primeira linha um G, na segunda um L. Vão indicadas em traço pontuado. A restituição é de F. Martins Sarmento.

#### Construções

Na extremidade sul do Freixo estão ainda de pé parte dos muros de dois pequenos edifícios construídos de pedra miúda e cimento; são conhecidos pelo nome de *capela dos mouros*. (Fig. 14). Eram

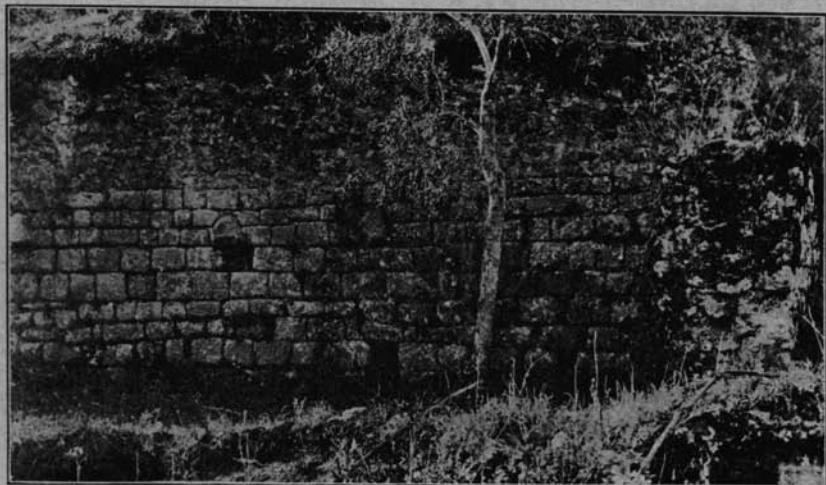


Fig. 14 — Restos de edifícios — Capela dos Mouros

abobadados. Ao pé vêem-se restos duma outra parede, e no leito do caminho vicinal, que passa ao lado destas ruínas, vêem-se vestígios dos alicerces duma pequena casa quadrada.

Extracto das *Memórias Paroquiais* de 1758:

#### **Freguesia de Santa Maria**

«Esta a Parochia desta freguezia dentro do lugar do Freixo que algum dia foi cidade de Mouros....». (T. xvi, fl. 1104).

«Não tem privilegios dignos de memoria e antigamente foi este lugar do Freixo cidade de Mouros, não se acordam os annos, só por certeza de que foi habitada de Mouros existe ainda ao fundo do dito lugar parte de huma Mesquita que mostra hauer sido caza dos seus falsos Deuses pellas ruinas que testificam sua grandeza, e no mesmo sitio tem aparecido varios trastes dos mouros enterrados em caixões de pedra labrada; e ainda aparecem destas cousas, porem de pouco valor e deterioradas da terra como são loussas e Talhas; e na conferencia deste lugar aparecem em portas alicerces de muros com que algum tempo foi murada». (T. xvi, fl. 1107).

*Nota.*— Dentro do prédio frondeiro à capela dos Mouros apareceram há anos algumas sepulturas revestidas de pedra lavrada. Vi algumas dessas pedras. Disse-me um homem que assistira à descoberta destas sepulturas que dentro delas só se tinham encontrado alguns púcaros ou vasos de barro. As sepulturas eram quadrilongas e para inumação.

No ano de 1900 apareceu enterrado um machado de pedra polida e juntamente algumas poucas contas de ribeirite. Levou tudo para Lisboa o José Leite de Vasconcelos.

No mesmo local apareceu, alguns anos depois, uma pequenina figura de bronze, enterrada, representando o deus Cupido. Deu-a o Manuel ao José Leite de Vasconcelos.

#### **Sepulturas**

Estatística das sepulturas com formas do corpo humano, cavadas nas fragas e penedos de granito, de que tenho notícia:

#### **Freguesia do Freixo**

Uma nos penedos da Rebéla; uma outra no sitio do Outeiro; uma outra no sitio da campa, no prédio rústico denominado a Venda; cinco outras (grupo) no mesmo prédio da Venda, dentro de uma corte de gado, abertas na fraga de granito que serve de pavimento à dita corte; duas ao lado sudoeste da casa de Agostinho de Serpa, no terreiro onde ele tem actualmente um canil. Desfê-las quando mandou construir o canil. Havia mais algumas perto destas últimas, que desfizeram há muitos anos.

#### **Freguesia de Tuias**

Duas sepulturas na bouça denominada a Campieira, sita ao lado noroeste da igreja paroquial e a curta distância desta.

**Freguesia de Vila Boa de Quires**

Uma sepultura perto do monte do Crasto. Uma outra ao pé da antecedente, mas que eu não vi.

**Freguesia de Sôbre-Tâmega**

Duas sepulturas no monte das Campas perto das caldas de Canaveses.

**Freguesia de Santo Isidoro**

Uma sepultura sítia entre a Portela e a Livração. Destruída há poucos anos.

**Freguesia de S. João da Folhada**

Seis sepulturas no sítio de Igreja Velha, perto do castro da Moura (grupo). Ao lado da igreja paroquial, no adro, não sei quantas.

**Freguesia de Taboado**

Uma sepultura no lugar de S. Mamede; uma outra no Outeiro, perto de Santa Maria; duas ao pé da poça de Marradouros. Consta que há mais alguns soterrados perto da torre de Nuvões, no sítio chamado as Campas.

**Freguesia de Soalhães**

Duas sepulturas um pouco acima do lugar do Poço; neste mesmo sítio dizem-me que há mais algumas ao pé daquelas, mas que estão soterradas. Uma outra também perto do lugar do Poço, desfeita há poucos anos. Duas no lugar de Miraz. Há mais algumas nos seguintes sítios: nos penedos de S. Francisco, no sítio da Lavra; no monte de Pinhão e imediações; e, finalmente, na estrada de Soalhães para Campelo. Asseverou-me há muitos anos pessoa idosa que no adro da igreja de Soalhães havia uma porção destas sepulturas, cavadas em um morro de granito, que o último abade prelado mandou desfazer para alargar e aformosear o adro. O último abade prelado de Soalhães foi José Maria Vieira Tovar e Albuquerque, irmão do visconde de Molelos.

Uma sepultura mais no monte das Coriscadas.

**Torres ou habitações fortificadas****Freguesia de Várzea de Ovelha**

Existiu numa torre no lugar da Pedra da Légua. Já nada existe. Parece que era solarenga. Não sei a que família pertenceu. A propriedade onde esteve a torre pertence actualmente a António Monteiro Borges de Araújo, ali residente. Aparecem ali cacos de tégulas e louça de barro, etc.

Existiu outra nesta freguesia, chamada a torre de Gouveia. Ainda restam vestígios dos seus alicerces. Era construída na coroa plana dum grande penedo, inacessível. Para subir à coroa do penedo é preciso empregar uma escada portátil. Em cima do penedo, onde esteve a torre, está actualmente um *canastro* ou *espigueiro* onde um lavrador do sítio recolhe espigas de milho. Não sei de que família era solar. Era, como se vê da posição que ocupa, uma torre de defesa.

Nos terrenos adjacentes a uma e outra destas duas torres aparecem cacos de louça de barro, tijolo e fragmentos de telha com rebordo, telha romana.

As duas torres eram de forma quadrada.

#### Freguesia de Taboado

Havia uma torre de cantaria quadrada e com ameias em perfeito estado de conservação, no lugar da *Pena*, chamada a *torre da Pena*. Conheci-a quando estava completa. Está edificada sobre um grande penedo, do qual toma toda a face superior. É quadrada, de alvenaria assente em fiadas regulares e sucessivas, e coroada de ameias. Tinha uma só porta de entrada do lado do nascente. Tinha janelas. O penedo é inacessível sem o auxílio duma escada volante, que se encosta ao penedo para atingir a porta de entrada da torre. Pertenceu aos Condes de Vila-Pouca, que a venderam aí por 1870 e tantos. O novo possuidor da torre apeou parte dela pára empregar a pedra noutra construção, numa cozinha, me disseram (!), — o bruto! —

Na quinta de Nuvões, desta freguesia, há outra torre, quadrada, igual na arquitectura à antecedente, com janelas, ameias e terraço no cimo. Está assente em terreno chão e não sobre um penedo. Parece-me edificação de data mais recente que a da Pena, e presumo que não remonta a data anterior a 1500. Contiguas estão duas casas de habitação, uma antiga, baixa e pequena, talvez coeva da torre; a outra (com as paredes apenas levantadas, pois não concluiu de todo), de data mais recente (1800 e tantos). Esta torre é solarenga, solar dos senhores de Nuvões, Correias Sousas Montenegros. Pertence actualmente aos Montenegros, da casa de S. Tiago da referida freguesia.

Uma e outra destas torres tem quinta anexa, a de Nuvões vinculada e a da Pena creio que também era vínculo<sup>1</sup>.

(Nuvões — Diogo de Barros comendatário, etc).

---

<sup>1</sup> As gravuras destas torres veem no artigo anterior.

### Freguesia de S. João da Folhada

No lugar do Vinhal houve uma torre, da qual restam apenas vestígios; estava assente em cima dum enórmee penedo, de grande altura e inacessível por todos os lados. Era, como se vê, uma torre de defesa. Chamava-se a torre do Vinhal, solar duma antiga, nobre e poderosa família do mesmo apelido, da qual descendem casas da principal nobreza de Portugal e Espanha. Eram ricos-homens, e aparecem desempenhando elevados cargos no reinado de D. Dinis e subsequentes. A última senhora desta torre e do vínculo que lhe anava anexo foi Branca Anes do Vinhar, que, por não ter sucessão, legou o vínculo, a torre e todos os seus haveres a seu parente D. João Martins de Soalhães, primeiro abade Prelado da igreja de Soalhães, Bispo de Lisboa e depois Arcebispo de Braga, onde morreu e onde jaz. Passou depois a posse desta torre e vínculo no ano de 1304, em que foi instituído o vínculo de Soalhães para Vasques Anes de Soalhães, filho natural (legitimado por carta régia) do dito D. João Martins de Soalhães, ascendente dos Marqueses de Ponte de Lima e Condes de Penela. Em 1504 D. João de Vasconcelos, 1.<sup>º</sup> conde de Penela, vende, com autorização régia, a torre e vínculo do Vinhal a seus parentes Francisco Anes de Campos e mulher D. Iria Nogueira de Castro, senhores da quinta de Quintã, em Soalhães. Hoje possui a torre e quinta do Vinhar, por carta de compra, o Conde de Leiria, descendente também, por sua avó paterna, de Francisco Anes de Campos e de sua mulher D. Iria Nogueira (de Castro).

### Freguesia de Soalhães

No lugar de Cadimes existem vestígios da torre solarenga, chamada a torre de Cadimes. A torre e prédio anexo pertenciam a D. João Martins de Soalhães, Arcebispo de Braga, do qual falámos atrás. Deixou-a vinculada a seu filho Vasques Anes de Soalhães, de quem já falámos também. A torre é com certeza anterior ao ano de 1300, porque nessa data já há notícia dela; mas ignoro a data certa da sua construção. Andava na posse dos Marqueses de Ponte de Lima, descendentes e sucessores do instituidor do vínculo. Há muitos anos que os Marqueses alienaram este vínculo.

No lugar de Telhe um paço e há também o Paço de Vila Pouca.

### Freguesia de Vila Boa de Quires

No sítio denominado a Tôrre, na margem direita do riacho Lajes, existem tenuíssimos vestígios da torre de Porto Carreiro. Estava

assente na coroa plana dum rochedo de granito, de uns quatro a cinco metros de altura e inacessível. Do lado do sul estabelecerá uma rampa que dá acesso para a coroa do plano superior do rochedo, e a uma das extremidades desse plano está a ermida da invocação de Nossa Senhora das Dores, já em comêço de ruínas. A coroa do rochedo poderá ter, aproximadamente, oito a dez metros de comprimento por outros tantos de largura. Encostada ao rochedo está uma casa de habitação, não muito antiga, pertencente a um lavrador do sítio, à entrada da qual vi tombadas no chão pedaços de fustes de colunas de granito e capitéis emmoldurados de construções mais antigas e luxuosas. Actualmente, o eirado, em cima do qual se firmava a nobre torre solarenga, está convertido em eira, na qual o lavrador, dono do prédio contíguo, seca vulgarmente as suas espigas de milho. *Habent sua fata.* A torre datava do séc. XII, e atribui-se a sua fundação a D. Reimão Garcia de Pôrto Carreiro, um dos companheiros do Conde D. Henrique, que lhe fez doação da terra de Pôrto Carreiro. Era o solar desta ilustre e poderosa família, da qual descendem casas da maior nobreza de Portugal e Espanha, incluindo a última imperatriz de França, mulher de Napoleão III.

#### **Freguesia do Freixo**

No lugar de Covas creio que houve uma torre no sítio que ainda actualmente conserva esse nome.

#### **Freguesia de Vila Boa do Bispo**

No monte chamado a Tapada das Cabras, perto da ermida onde foi martirizado o Bispo do Pôrto D. Cisnando, há umas sepulturas revestidas de lajes de granito.

(Dentro da igreja do mosteiro e cláustro estavam as sepulturas da família de Mousinho Viegas, de dois priores e da família Geraldes).

Há ainda os Paços do Pombal.

(No monte da Cabreira, 1902, sepulturas luso-romanas).

#### **Freguesia de Paços de Gaiolo**

Nesta freguesia há um paço que parece ter sido do primeiro senhor desta freguesia.

#### **Freguesia de S. Nicolau de Canaveses**

Na Rua de Canaveses está o Paço de D. Mafalda de Sabóia, mulher de D. Afonso Henriques e que deixou como albergaria.

**Freguesia de Santa Eulália de Constança**

Nesta freguesia o Paço de Soutelo de D. Mafalda.

**Freguesia de Carvalhosa**

Um Paço de D. Mafalda.

**MANUEL DE VASCONCELOS.**

**Sobre alguns objectos protohistóricos e lusitano-romanos,  
especialmente de Alpiarça e Silvã**

Das idades dos metais e da civilização lusitano-romana poucos documentos tenho reúnido no incipiente Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Pôrto. Nem a índole da coleção arqueológica que estou organizando, —e que é principalmente de prehistória—, nem a insignificância das dotações daquele gabinete, permitem se alargue o âmbito das aquisições e das pesquisas no que respeita a materiais dessas épocas, aliás de tam grande interesse.

A idade do bronze suponho poder atribuir alguns objectos de cerâmica e bronze de Tanchoal (Alpiarça), embora com a reserva indicada pelo facto das condições de jazida serem imprecisas, e do reconhecimento *in situ* não ter sido efectuado oportunamente e acompanhado das necessárias precauções e pesquisas.

Esses objectos foram recolhidos há bastantes anos por trabalhadores rurais que plantavam vinha e que os encontraram quase todos a cerca de 1<sup>m</sup>,20 de profundidade. Ofereceu-mos amavelmente, há dois anos, o Sr. Carlos Relvas, proprietário dos terrenos em que se fez a descoberta. São braceletes de bronze e vasos de cerâmica, e parece que tanto uns como outros foram recolhidos em mais do que um ponto do terreno. Infelizmente não me foi possível alcançar outras indicações sobre a disposição dos objectos, natureza e declive do local, existência ou ausência de sepulturas, de vestígios de habitações, etc.

Os braceletes são abertos, de secção quadrangular, e a sua análise foi obsequiosamente feita pelo Sr. Dr. José Pereira Salgado, 1.<sup>º</sup> assistente de química da Faculdade. Não diferem consideravelmente, na forma, de alguns exemplares de El Argar, Fuente Alamo, Caldero de Mojácar, e outras estações protolíticas ibéricas<sup>1</sup>. São

<sup>1</sup> Enrique y Luis Siret, *Las primeras edades del metal en el sudeste de España*, Barcelona 1890.

**Freguesia de Santa Eulália de Constança**

Nesta freguesia o Paço de Soutelo de D. Mafalda.

**Freguesia de Carvalhosa**

Um Paço de D. Mafalda.

**MANUEL DE VASCONCELOS.**

**Sobre alguns objectos protohistóricos e lusitano-romanos,  
especialmente de Alpiarça e Silvã**

Das idades dos metais e da civilização lusitano-romana poucos documentos tenho reúnido no incipiente Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Pôrto. Nem a índole da coleção arqueológica que estou organizando, —e que é principalmente de prehistória—, nem a insignificância das dotações daquele gabinete, permitem se alargue o âmbito das aquisições e das pesquisas no que respeita a materiais dessas épocas, aliás de tam grande interesse.

A idade do bronze suponho poder atribuir alguns objectos de cerâmica e bronze de Tanchoal (Alpiarça), embora com a reserva indicada pelo facto das condições de jazida serem imprecisas, e do reconhecimento *in situ* não ter sido efectuado oportunamente e acompanhado das necessárias precauções e pesquisas.

Esses objectos foram recolhidos há bastantes anos por trabalhadores rurais que plantavam vinha e que os encontraram quase todos a cerca de 1<sup>m</sup>,20 de profundidade. Ofereceu-mos amavelmente, há dois anos, o Sr. Carlos Relvas, proprietário dos terrenos em que se fez a descoberta. São braceletes de bronze e vasos de cerâmica, e parece que tanto uns como outros foram recolhidos em mais do que um ponto do terreno. Infelizmente não me foi possível alcançar outras indicações sobre a disposição dos objectos, natureza e declive do local, existência ou ausência de sepulturas, de vestígios de habitações, etc.

Os braceletes são abertos, de secção quadrangular, e a sua análise foi obsequiosamente feita pelo Sr. Dr. José Pereira Salgado, 1.<sup>º</sup> assistente de química da Faculdade. Não diferem consideravelmente, na forma, de alguns exemplares de El Argar, Fuente Alamo, Caldero de Mojácar, e outras estações protolíticas ibéricas<sup>1</sup>. São

<sup>1</sup> Enrique y Luis Siret, *Las primeras edades del metal en el sudeste de España*, Barcelona 1890.

muito numerosos, tendo sido alguns deles trocados, com o Museu Etnológico Português, por objectos paleolíticos dos arredores de Lisboa. Com os braceletes me foram remetidos pequenos fragmentos de ossos, decerto ossos longos, que se reduziam facilmente a pó, não havendo despropósito em admitir a hipótese de terem sido restos de incineração. Mas estavam êsses fragmentos dentro algum dos vasos, ou enterrados directamente na terra?

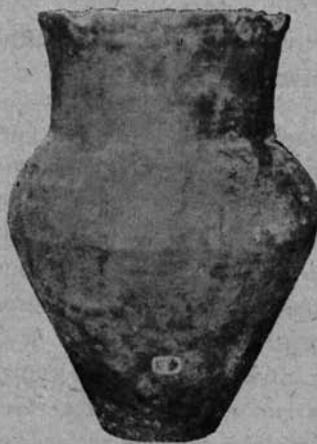


Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4

A cerâmica acha-se representada por oito vasos, um dos quais reduzido apenas a um fragmento, e dois outros por nós reconstituídos depois mais ou menos completamente. É cerâmica grosseira escura, mal cozida, trabalhada à mão sem a intervenção de roda de oleiro.

O vaso maior (fig. 1) tem de altura  $0^m,355$ , de maior diâmetro  $0^m,27$ , e de diâmetro da boca  $0^m,215$ . É assimétrico, de paredes gros-

sas, sem ornato algum, feito de duas peças ligadas no bôjo. O pescoço, cilíndrico, com a altura aproximada de 0<sup>m</sup>,1, evolue num bôjo que a breve trecho se retrai para a base, chata.

Um outro vaso (fig. 2) teve de ser reconstituído sobre fragmentos, porque se quebrou no transporte de Alpiarça para Viseu, onde eu me encontrava e donde o levei para o Porto. O diâmetro superior é de 0<sup>m</sup>,17, o da base de 0<sup>m</sup>,08, e o maior do bôjo 0<sup>m</sup>,215. A altura total é de 0<sup>m</sup>,24. Não tem ornatos e a cerâmica é bastante escura.

Um vaso (fig. 3), caliciforme, sem ornatos, de altura 0<sup>m</sup>,17, diâmetro superior 0<sup>m</sup>,231, e diâmetro inferior 0<sup>m</sup>,15, compõe-se dum taça assente sobre um pé, cilindro-cônico, ôco. É dumha forma semelhante ao vaso caliciforme de Abydos (Egipto) representado por Déchelette, ao lado de vasos de El Argar e do minoano primitivo<sup>1</sup>.



Fig. 5



Fig. 6

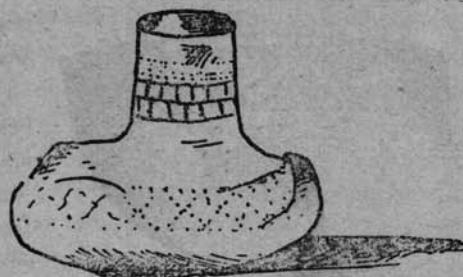


Fig. 7

Os vasos caliciformes de Zapata, Fuente Alamo e El Argar<sup>2</sup> são geralmente mais esguios e mais estreitados na parte que liga a taça ao pé.

Um pequenino vaso (fig. 4), liso, semi-esferóide, de paredes grossas, sem pé nem colar, com 0<sup>m</sup>,07 de diâmetro de boca e 0<sup>m</sup>,06 de altura, é o que se encontra em melhor estado de conservação.

Dois *biberons* (figs. 5 e 6) apresentam formas diferentes, e um deles é incompleto. Deste último vêem-se apenas o fundo, um gargalo lateral, quase horizontal, e parte da parede lateral que parece corresponder a uma boca larga. O outro tem o fundo globuloso, a boca larga, um só gargalo lateral, ascendente. Mede 0<sup>m</sup>,08 de altura e 0<sup>m</sup>,1 de diâmetro da boca. Não encontrei vasos semelhantes

<sup>1</sup> Déchelette, *Manuel de Archéologie Préhistorique, Celtique et Gallo-romaine*, II, 1<sup>a</sup> partie (Age du Bronze), Paris 1910, p. 82.

<sup>2</sup> E. y L. Siret, *op. cit.*

nas estações ibéricas descritas por Siret, nem nas descritas por Estácio da Veiga<sup>1</sup>, Leite de Vasconcelos<sup>2</sup>, José Fortes<sup>3</sup>, etc. Também êstes *biberons* se não confundem, na forma, com os seis exemplares da 4.<sup>a</sup> idade do bronze da Europa central, representados por Déchelette<sup>4</sup>. Mas devem corresponder ao tipo que o grande arqueólogo francês descreve de fundo globular, larga abertura *evasée* e com um gargalo lateral, e que figura no Museu de Lausanne<sup>5</sup>. O *ascos* ou *guttus*, no género dos descritos por A. de Ridder<sup>6</sup>, não se confunde com o nosso tipo, como também se não confundem com él os vasos em forma de garrafa, com um bocal mamilar (na expressão árabe *buzzula*, mama), que tem sido encontrados em França e outros pontos<sup>7</sup>.

Ainda um outro vaso (fig. 7), em parte restaurado, e que apresenta alguns ornatos pontuados no bocal e no bójo (os primeiros formam quadriláteros em séries sucessivas, os outros formam losangos alternados com losangos lisos), ¿seria também um *biberon* ou um *ascos*? A figura mostra bem que num dos lados do bójo não é natural que estivesse implantada a *buzzula* ou o bocal lateral. Mas do outro lado, o que resta do vaso não exclui essa hipótese. A boca, cilíndrica, tem

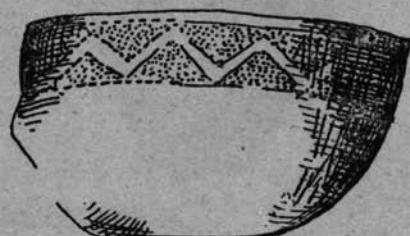


Fig. 8

losangos alternados com losangos lisos), ¿seria também um *biberon* ou um *ascos*? A figura mostra bem que num dos lados do bójo não é natural que estivesse implantada a *buzzula* ou o bocal lateral. Mas do outro lado, o que resta do vaso não exclui essa hipótese. A boca, cilíndrica, tem

de altura 0<sup>m</sup>,037 e de largura 0<sup>m</sup>,035, e todo o vaso 0<sup>m</sup>,095 de altura e 0<sup>m</sup>,07 (?) de maior diâmetro transversal.

O fragmento de louça ornamentada (fig. 8) pertenceria talvez a uma grande tijela, com o diâmetro aproximado de 0<sup>m</sup>,31; a ornamentação consiste numa faixa formada por um filete largo em linha

<sup>1</sup> *Antiguidades monumentais do Algarve*, Lisboa 1886-1891.

<sup>2</sup> «Estudos sôbre a época do bronze em Portugal», in *Arch. Port.*, 1906 e 1908, vols. xi e xiii. Também nas *Religiões da Lusitania*, vol. i, 1897, p. 407 sgs., o Sr. Prof. Leite de Vasconcelos estuda a idade do bronze (e do cobre) entre nós.

<sup>3</sup> «A sepultura da quinta da Água Branca», in *Portugalia*, t. II, fasc. 2.<sup>o</sup>

<sup>4</sup> *Op. cit.*, p. 388.

<sup>5</sup> *Album Musée Lausanne*, pl. xxxviii, figs. 1, 9 e 36 (cit. Déchelette).

<sup>6</sup> *Les Antiquités Chypriotes* (collection de Clercq), Paris 1908.

<sup>7</sup> Há dois vasos dêstes no Museu Etnológico Português (Costa Ferreira, «Sôbre uns vasos antigos», in *Arch. Port.*, vol. xix, p. 1).

quebrada entre dois pontuados, e com os espaços preenchidos por linhas pontuadas feitas a rolete, e no bordo zonas pontuadas alternadas com zonas lisas.

A arqueologia da idade do bronze em Portugal, graças às investigações anteriormente citadas, saiu já da escuridão densa que a envolvia e vai-se revelando de certa riqueza documental, mesmo excluindo-se da época micénica, como pretende Déchelette<sup>1</sup>, algumas estações a que Martins Sarmento atribuiu essa cronologia. Entretanto, como conscientemente indica o Sr. Leite de Vasconcelos<sup>2</sup>, ainda é cedo para se sistematizarem e seriarem numa classificação rigorosa as aquisições feitas.

Os restos descobertos em Tanchoal (Alpiarça) seriam de sepulturas isoladas, duma necrópole, ou duma povoação? A presença de ossos, o estado de conservação de grande parte da cerâmica, a própria natureza de alguns recipientes não bastam, porém, para se preferir as primeiras hipóteses. Infelizmente faltaram as investigações *in situ*. Mas por serem de bronze todos os objectos metálicos achados, pela presença dum vaso caliciforme e dos *biberons*, pela imperfeição e aspecto grosseiro da cerâmica, é natural inclinarmo-nos a crer que se trate de restos do último período da idade do bronze. É claro que nenhuma das razões expostas é categórica e concludente por si só. Mas o seu conjunto tem alguma importância. O que parece certo é tratar-se de objectos pre-romanos.

A cerca de 1 quilómetro do local em que se encontraram os objectos acima descritos, visitei um *oppidum* de contornos perfeitamente aparentes, a que pessoas das circumvizinhanças chamam o «castelo» e em cujas proximidades se tem descoberto ânforas, moedas romanas, etc.

Outros documentos das idades dos metais e da civilização lusitano-romana recolhi no Museu em início: consistem principalmente em fragmentos de cerâmica, *molae manuariae*, *pondera* de barro e de pedra, etc., e provêm da estação pre-romana de Sabroso, e das cidades e castros de Guifões (Bouças), Bagunte (Póvoa do Varzim), Citânia de Briteiros, Monte Córdova (Santo Tirso), Monte dos Mouros (Perre, Viana do Minho), Vermoim (Famalicão), e Santa Luzia (Viana do Minho) e de uma estação arqueológica de Silvã (Sátão) da qual julgo dar a primeira notícia.

<sup>1</sup> *Op. cit.*, p. 79.

<sup>2</sup> «Estudos sobre a época do bronze, etc.», *op. cit.*

A cerâmica de Guifões, a melhor representada, exibe exemplares: de louça arretina, com alguns fragmentos ornamentados; de louça negra fumegada, de excelente fabrico; de louças pintadas de vermelho, lisas; de cerâmica de barro claro, de cozedura perfeita; de louça negra, de pasta mal cuidada; e de cerâmica grosseira de barros diversamente coloridos. Compreende bordos, fundos, asas, bojos, al-

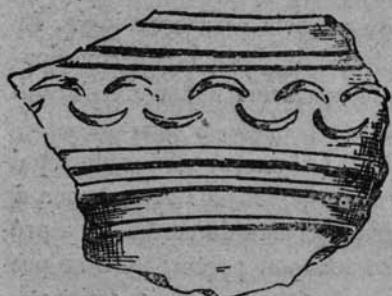


Fig. 9

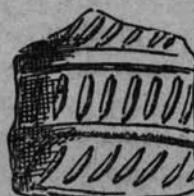


Fig. 10

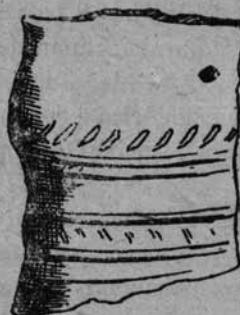


Fig. 10-A

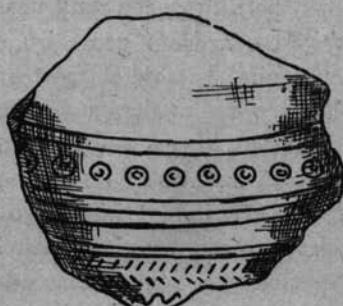


Fig. 11

guns duma grande espessura como de ânforas ou de *dolia*. Aparecem também fragmentos de *tegulae*, *imbrices*, *lateres*, e um pequeno *pondus*, perfurado, de tear. Todos estes objectos, como 5 *molae manuariae*, uma das quais subquadrangular, provêm de explorações feitas em Guifões<sup>1</sup> por conta da Faculdade.

Da Cítânia de Briteiros, Bagunte e Santa Luzia, há apenas a mencionar alguns fragmentos de vasos ornamentados, com decoração incisa nas pastas, e sulcos circundantes (respectivamente figs. 9, 10, 10-A e 11).

<sup>1</sup> Sobre este castro escreveram Martins Sarmento, Leite de Vasconcelos e outros algumas notas no *Archeologo Português* e na *Portugalia* (vid. por exemplo *Arch. Port.*, 1901, p. 30, e 1898, p. 270).

A estação da Silvã (Sátão), cuja existência me foi acusada pelo Sr. tenente-coronel Francisco Cardoso Borges, forneceu fragmentos de *tegulae*, *imbrices* e *lateres* e dois pesos, um de barro, tipo vulgar, com duas perfurações e um ornato na cabeça, consistindo em traços cruzados em forma de estréla, e outro (fig. 12), enorme, de pedra, prismático, apresentando uma larga perfuração, perto da cabeça e numa das faces um ornato (vid. figura). Tem de altura 0<sup>m</sup>,235, largura 0<sup>m</sup>,17 e espessura na base 0<sup>n</sup>,085, pesando 5<sup>kg</sup>,235.

Além desses documentos, o Sr. F. C. Borges pôs últimamente à minha disposição uma pedra de ara e alguns capitéis, que com várias moedas de imperadores romanos (entre êles Maximiliano), já cedidas há tempos a colecionadores, foram encontrados na mesma estação. Esta foi visitada pelo Sr. Dr. Aarão de Lacerda, que dela dará proximamente uma notícia mais explícita.

A exploração metódica do terreno seria talvez proveitosa. É de notar que a tradição — segundo creio — indicava neste local a existência dum povoação muito antiga.

Porto, Setembro de 1916.

ANTÓNIO AUGUSTO MENDES CORREIA.



Fig. 12

### Sur un moule pour fauilles de bronze provenant du Casal de Rocanes<sup>1</sup>

(Planche I)

Il est impossible de faire en Portugal une étude bien rigoureuse de l'âge du bronze. Bien que les objets de cette époque soient nombreux, ils ne peuvent donner que de faibles renseignements aux archéologues parce qu'on les a trouvés épars.

<sup>1</sup> Reproduit du *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, t. VIII, Lisbonne, avec autorisation de la direction.

Les stations ou cimetières de l'âge du bronze explorés entre nous, étant en petit nombre, je crois utile de publier la présente note concernant cette partie de l'archéologie de notre pays.

Un des problèmes non encore tout à fait résolus était celui de la fonte indigène du bronze. Différents faits la faisaient prévoir, mais on n'avait pas encore trouvé assez d'éléments pour l'élucider complètement. La possibilité métallurgique du bronze en Portugal est indiscutable car il existe chez nous des mines d'étain et de cuivre. E. CARTAILHAC s'en est déjà occupé en 1886<sup>1</sup>, ESTÁCIO DA VEIGA l'a mentionnée au vol. IV des *Antiguidades Monumentais do Algarve*<sup>2</sup>, ainsi que le Dr. LEITE DE VASCONCELOS dans les *Religiões*<sup>3</sup>. L'importance des gîtes de ces métaux dans la Péninsule était bien connue par les anciens, qui venaient les y chercher<sup>4</sup>.

Il y a des matériaux qui démontrent l'exploitation des mines de cuivre (pour celles d'étain les éléments manquent). L'apparition de marteaux en pierre avec un sillon circulaire à leur partie moyenne, dans les mines de cuivre<sup>5</sup>, prouve cette exploitation depuis le commencement de l'époque des métaux<sup>6</sup>. Un autre fait nous portait à admettre l'existence de la fonte chez nous, à une époque aussi éloignée. C'était l'apparition d'un grand nombre de haches en bronze, présentant des bavures dues à la juxtaposition incomplète des deux parties du moule et des boutons de coulée, sans vestiges d'usage. C'est ce qu'on remarque sur le bel exemplaire représenté (fig. 1) provenant de Paredes de Coura, et qui a été étudié, ainsi que d'autres, par le Dr. Alves Pereira<sup>7</sup>. Cette pièce mesure 0<sup>m</sup>,245 de lon-

<sup>1</sup> Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal, Paris 1886, p. 201 et suiv.

<sup>2</sup> Lisboa 1891, p. 167.

<sup>3</sup> *Religiões da Lusitânia*, vol. I, Lisboa 1897, p. 77. A propos du nombre de gîtes de cuivre et d'étain du Portugal, vid. «Jazigos de minerais», Manoel Roldan, in *Notas sobre Portugal*, Lisboa 1908, vol. I, pp. 235 et 242.

<sup>4</sup> Cartailhac, *Les âges préhistoriques*, etc., p. 206 et suiv.

<sup>5</sup> E. A. Pereira da Costa, «Notícia dalguns martelos de pedra e outros objetos que foram descobertos em trabalhos antigos da mina de cobre de Rui Gomes no Alentejo», in *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, Lisboa 1868. Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, vol. I, p. 74, note 3.

<sup>6</sup> J. Déchelette, *Manuel d'Archéologie préhistorique, celtique et gallo-romaine*, Paris 1908, vol. I, p. 531. Il y a un de ces exemplaires au Musée du Service Géologique du Portugal, qui a été offert par A. Girard. Il provient de Sotiel, Coronada, Calañas, province de Huelva.

<sup>7</sup> Machados de duplo anel, in *O Arch. Port.*, Lisboa 1903, vol. VIII, p. 132.

gueur et est déposée au Musée Ethnologique Portugais (armoire 11, II étage). Ces cachettes de fondeurs et ces trésors de marchands étaient un argument bien important en faveur de l'hypothèse de la métallurgie préhistorique du bronze.



Fig. 1



Fig. 2

Le problème était ainsi posé jusqu'en 1910, lorsqu'un autre fait est venu étayer cette supposition. C'est une offre au Musée Ethnologique de deux haches en bronze de type vulgaire, aplatis, mais présentant des bavures et la surface rugueuse, certainement due à l'imperfection du moule (fig. 2 et 3) qui a du être de pierre et dont les saillies ont laissé la trace. Un échantillon en granit, provenant de la même région que ces exemplaires, est placé à côté de ceux-ci (armoire 10, II étage) au Musée Ethnologique. Ce granit est à gros grain (fig. 4), ce qui nous fait penser à une industrie locale.

Ces haches, dont la longueur est respectivement de 0<sup>m</sup>,158 et 0<sup>m</sup>,073, ont été récoltées à Boa Vista (paroisse de Rapa, Celorico da Beira) et sont citées par le Dr. Leite de Vasconcelos dans un de ses travaux<sup>1</sup>.

L'éminent géologue PAUL CHOUFFAT a trouvé en 1915, près de Cacém, le premier moule connu en Portugal. Il a été rencontré à 300<sup>m</sup> à N. O. du Casal de Rocanes qui est situé au sud ouest de la station du chemin de fer de Cacém. C'était ce qui manquait pour que nous puissions affirmer l'existence de la métallurgie préhistorique du bronze en Portugal; l'objet que nous allons décrire est donc précieux au point de vue de notre archéologie.



Fig. 3



Fig. 4

C'est une pierre (planche 1) quadrangulaire, de grès très fin, présentant dans une de ses faces le moule d'une faucille. Cette face est très polie pour mieux s'adapter à une autre pierre qui devait fermer le moule. La partie par où l'on devait couler le métal est cassée. Un sillon produit plus tard a abîmé un peu l'exemplaire. Le grès près du moule, est rougeâtre par suite de l'action de la chaleur. Il mesure 0<sup>m</sup>,205 de long 0<sup>m</sup>,155 de large et 0<sup>m</sup>,080 d'épaisseur. Les faucilles qui sortaient de ce moule étaient d'un type vulgaire en Portugal. Elles étaient de petites dimensions (0<sup>m</sup>,160 de long 0<sup>m</sup>,050 de large et 0<sup>m</sup>,003 d'épaisseur), peu recourbées et les lames portaient deux nervures se terminant près de la pointe. Elles avaient à la base deux grands boutons et deux fortes languettes de métal qui devaient

<sup>1</sup> *Historia do Museu Etnologico Português*, Lisboa 1916, p. 180.

servir à rendre l'émanchement<sup>1</sup> plus solide, et qui correspondent aux deux orifices et aux deux sillons transversaux profonds qu'on voit sur le moule. Ce type de fauilles est le plus vulgaire en France et en Suisse<sup>2</sup>, quoique, en général, les exemplaires de ces pays soient un peu plus recourbés. Le Musée Ethnologique possède, à la section étrangère, quatre fauilles de Brios (Jura) et une du lac Leman<sup>3</sup>, dans lesquelles ce caractère est bien net.

En Portugal, le nombre de fauilles récoltées jusqu'ici est bien réduit. Le Musée Ethnologique n'en possède que très peu dans ses riches collections, tandis qu'elles abondent en France. Le nombre de fauilles découvertes en France jusqu'à 1910 s'élève à 438, selon une statistique publiée par DÉCHELETTE<sup>4</sup>. Ce savant archéologue relie ce fait à l'occupation ligurienne, parce que la fauille est apparue fréquemment dans le territoire où les linguistes ont reconnue plusieurs traces de cette occupation en territoire français, tandis qu'elle est beaucoup plus rare dans d'autres régions de la France<sup>5</sup>. Les liguriens s'adonnaient beaucoup à l'agriculture. ISSEL<sup>6</sup> relève ce fait qui est confirmé par les curieuses figures rupestres, parmi lesquelles abondent les bœufs, dont quelques-uns sont attelés à la charrue que des hommes conduisent; une fauille y est aussi figurée<sup>7</sup>.



FIG. 5

<sup>1</sup> Déchelette, *Manuel d'Archéologie*, Paris 1910. Vol. II. *Age du bronze*, p. 268.

<sup>2</sup> Ibid., ibid., p. 173, fig. 49 et p. 237. Robert Munro, *Les stations lacustres d'Europe aux âges de la pierre et du bronze*, trad. franç. Paris 1908, planche 13, fig. 20.

<sup>3</sup> La localité n'est pas indiquée. Chantre a publié aussi un exemplaire du Jura (Larnaëd), qui ressemble beaucoup aux exemplaires portugais. *De l'origine orientale de la métallurgie*, Lyon 1879, planche IV, fig. 4.

<sup>4</sup> Loc. cit., vol. II, p. 14.

<sup>5</sup> Loc. cit., vol. II, p. 14 et suiv.

<sup>6</sup> Arturo Issel, *Liguria preistorica*, Gênes 1908.

<sup>7</sup> Ibid., ibid., p. 505, fig. 170; p. 520, figs. 224, 225, 226, 227, etc. La fauille est représentée à la p. 501. Celle-ci et quelque-unes des autres gravures avaient été déjà publiées. Vid. Léon Clugnet, *Sculptures préhistoriques situées sur les bords des lacs des Merveilles (au sud-est du col de Tende, Italie)*, in *Matériaux pour l'histoire primitive et naturelle de l'homme*, Toulouse 1877, vol. XII, p. 379, planches III et VI.

Des quatres fauilles du Musée Ethnologique il n'y en qu'une a, de Mértola, dont une figure ait été publiée<sup>1</sup>. Les fauilles qui se trouvent dans l'armoire 3 du II étage sont de petites dimensions. Elles ne présentent pas de boutons et n'ont pas non plus de languettes métalliques près de la base. L'une de faces est plate, tandis que l'autre a quatre nervures qui se terminent à environ deux centimètres de la base. Il y a une fauille inédite du *Castelo de Pragança* (armoire 19, II étage) qui ressemble beaucoup à celle de la fig. 5. Elle a de plus deux orifices, l'un à la languette métallique, l'autre tout près de celle-ci. Celle de la fig. 5 (armoire 5, II étage) est de S. Tiago de Cacém a été découverte dans la propriété de la Várzea (paroisse de Santa Cruz). Elle diffère de celles qui sortaient du moule du Casal de Rocanes, dont les nervures longitudinales d'une des faces n'atteignent pas la base, tandis que la languette est plus petite. L'autre face est plate, comme on le voit dans tous les exemplaires portugais.

DÉCHELETTE dit que ce dernier caractère existe<sup>2</sup> dans presque toutes les fauilles, ce qui nous fait croire qu'au moule du Casal de Rocanes il ne manque qu'une pierre plate qui s'adapterait à l'autre pour le fermer.

On a trouvé des moules de fauilles dans différents pays. GROSS en a publié un de la Suisse<sup>3</sup>. MONTELLIUS en représente un autre dans son ouvrage monumental *La civilisation primitive des métaux en Italie depuis l'introduction des métaux*<sup>4</sup>.

On ne connaît qu'un seul moule de France, quoique les fauilles y soient nombreuses; il provient de la station lacustre de Conjoux (lac du Bourget).

Je ne veux pas terminer cette notice sans remercier mon maître, M. le Prof. LEITE DE VASCONCELOS d'avoir mis à ma disposition, pour les étudier et les photographier, les exemplaires du Musée Ethnologique. Je remercie également M. le Prof. PAUL CHOUFFAT, car c'est à son amitié que je dois l'honneur de publier ce document si important pour l'archéologie portugaise. M. CHOUFFAT a offert ce précieux exemplaire au Musée Ethnologique Portugais.

J. FONTES.

---

<sup>1</sup> J. Leite de Vasconcelos, *História do Museu Etnológico Português*, Lisboa 1916, p. 359, fig. 31.

<sup>2</sup> *Loc. cit.*, vol. II, p. 269.

<sup>3</sup> *Les proto-hévêtes ou les premiers colons sur les bords des lacs de Bièvre et Neuchâtel*, Paris 1883, planche XXIX, n° 12, p. 57.

<sup>4</sup> 1<sup>re</sup> partie, *Italie Septentrionale*, Stockholm 1895, série A, planche 29, n° 12.



Moule pour fauilles de bronze

## Miscelânia Arqueológica

### I

#### 1. Achados arqueológicos na Damaia (arredores de Lisboa)

«Devem estar lembrados os leitores do *Diário de Notícias* de que, pelos fins de Setembro, aqui noticiámos o aparecimento na Damaia de alguns objectos prehistóricos, tais como machados de pedra polida, facas de silex, etc., chamando a atenção dos estudiosos para o acontecimento.

Acaba de visitar o local um sócio da Associação dos Arqueólogos do Carmo, que dá as seguintes informações:

Efectivamente, num sítio daquela localidade, ao qual chamam Nodel, e dentro da Vila Machado, pertencente ao sr. João Pereira Machado, um dos membros mais cotados da colónia luso-brasileira, residente em Lisboa, ao ser surribada uma terra exposta ao quadrante do sul, e principalmente quando a escavação teve de ser levada mais funda, para se abrir um cabouco, começaram a aparecer alguns objectos, que despertaram a atenção do pessoal ocupado neste serviço. Primeiro foi o que se chama vulgarmente «pedra de raio»; depois foram lascas de silex, cacos grosseiros, ossos, etc.

O proprietário da «vila», para quem a importância destes achados não é segredo, mercê da sua muita ilustração, fez recolher convenientemente os diversos objectos, que a terra ocultava, e mandou suspender ali os trabalhos.

Graças a estes cuidados, as antigualhas puderam ser examinadas e vão fazer parte das colecções do Museu da Associação, ao Carmo, porque o sr. João Pereira Machado, que espontaneamente lhas ofereceu, pertence ao número dos que entendem que é nos museus que elas se valorizam e são verdadeiramente úteis à ciência. Este generoso critério é digno de maior aplauso.

Não foi possível averiguar bem a origem daquele depósito arqueológico, situado à profundidade de 5 metros, aproximadamente, da superfície de solo. Mas o aparecimento de alguns grandes calhaus de basalto em posição aprumada, ao nível mesmo dos achados, sugere a ideia dum depósito funerário da época neolítica. Não é, porém, absurdo supor que se trate também de restos revolvidos dum lugar ou fundo de habitação.

Entre as peças arqueológicas, avultam dois óptimos machados de pedra polida (as tais «pedras de raio»), um deles do tipo das enxós, além dum exemplar menos bem conservado e fragmentos

de outros. Também se encontraram esferóides de pedra, primitivamente calhaus rolados, mais ou menos contundidos, em partes, como consequência do seu uso como percutores das oficinas líticas. De silex ou pedreiro, entre muitas lascas provenientes do desbaste dos núcleos daquela rocha, recolheram-se faquinhas fragmentadas, raspadores, etc.

No capítulo da cerâmica, apenas foi visto, de mais notável, um caco com ornamentação constante dum estreito filete em relevo, obliquamente tracejado; o resto é constituído por numerosos fragmentos lisos de pasta grosseira, sendo ainda dignos de menção dois bordos de vasos, curiosamente munidos de mamilos de preensão. Deve também mencionar-se um pequeno e delgado fragmento de pingente de grés, com orifício característico. Dentes de ruminantes, defesas de javali, e ossos, ao parecer humanos, igualmente foram exumados, mas estes últimos restos em estado de grande decomposição.

Tudo leva a crer que houve, em data muito recuada, profundo remeximento dos depósitos. Um pouco mais à superfície do solo, de mistura com a terra, colheram-se fragmentos cerâmicos mais recentes, que os préhistóricos e dois pedaços de vidro, que, pelo seu estado de alteração, parecem datar da época romana. Mais difícil de classificar é uma pequena peça de bronze, com rudimento de aselha.

É provável que, se os trabalhos de cava prosseguirem, mais alguns vestígios de civilizações passadas venham a surgir do sub-solo.

Em vários sítios da área da Damaia (ou talvez melhor de «A da Maia»), foram já assinalados bastantes vestígios da indústria paleolítica e por isso tem importância descobrirem-se agora restos da época neolítica subsequente.

O sr. João Pereira Machado prestou, pois, às ciências arqueológicas duplo serviço: 1.º evitando, pela sua ilustração e zelo, o desaparecimento de objectos préhistóricos, casualmente encontrados; 2.º oferecendo a um museu esses mesmos objectos, o que constitui a melhor forma de os facultar aos estudiosos».

(Do *Diário de Notícias*, de 14 de Outubro de 1915).

## 2. Museu de Bragança

«Por decreto, ontem publicado na folha oficial, é criado na cidade de Bragança um museu Regional de Obras de Arte, peças arqueológicas e numismática.

Este museu é composto por grande número de objectos de prata, cadeiras de coiro, cadeiras de estofo de alto espaldar de estilos dife-

rentes, bufetes, quadros (retratos de bispos), paramentos, imagens em madeira, camas antigas e outros objectos, que se acham no edifício do paço episcopal da mesma cidade e de objectos arqueológicos e numismática, que compõe o museu da câmara municipal, também da mesma cidade, que o oferece ao museu agora criado.

O pessoal do museu é constituído por:

1 director-conservador, com a gratificação de 160\$
1 guarda, com ..... 150\$

É fixada em 90\$ a verba para material e despesas de instalação do mesmo museu.

É nomeado para o cargo de director-conservador, Álvaro Carneiro, proposto pelo presidente do conselho de arte e arqueologia da 3.<sup>a</sup> circunscrição.

(Do *Diário de Notícias*, de 5 de Dezembro de 1915).

\*

O antigo Museu municipal de Bragança, a que se alude na notícia transcrita acima, e de que o Museu actualmente criado serve de desenvolvimento, por isso que é regional, e abrigará também obras propriamente artísticas, data já de 1896: vid. *O Arch. Port.*, III, 48 sgs., IV, 153 e 253, etc. Para a sua existência muito havia concorrido o ilustre Oficial do Exército, Sr. Albino Pereira Lopo, como consta dos citados volumes d-*O Arqueólogo*, e de numerosos artigos aqui publicados por ele.

### 3. P.<sup>r</sup> Francisco de Matos Galamba

«Alcácer do Sal, 12.—Com 71 anos de idade faleceu, nesta vila, quase repentinamente, no dia 11 do corrente, pelas duas horas, o Rev.<sup>do</sup> P.<sup>r</sup> Francisco de Matos Galamba, natural de Aldeia Nova de S. Bento, concelho de Serpa.

Há perto de 40 anos que se encontrava neste concelho, tendo paroquiado antes as freguesias do Torrão e S. Romão, vindo depois a ocupar o lugar de escrivão e capelão da Santa Casa da Misericórdia desta vila.

Durante este longo tempo deu sobejas provas da sua vasta e profunda inteligência, não só na sua missão de padre, mas também no desempenho do lugar de professor oficial, devendo-se à sua iniciativa a adopção, na escola daqui, do método João de Deus. Escreveu na imprensa, e ocupou o lugar de presidente da câmara municipal, de

que foi o último na monarquia, e um dos que mais concorreram para a criação do museu municipal, que aqui existe.

Era um apaixonado da música, e era devido à sua protecção que há muitos anos se sustentava a Sociedade Filarmónica «Progresso Alcacerense», que ultimamente, em homenagem de gratidão ao seu protector, resolveu tomar o nome de Sociedade Filarmónica de «Matos Galamba».

Dotado de espírito liberal, soube conquistar as simpatias de todos, contando em cada habitante um verdadeiro amigo.

O seu funeral realizou-se ontem, pelas 17 horas, encorporando-se no cortejo a câmara municipal, autoridades administrativas e judiciais, representantes da filarmónica «Amizade Visconde de Alcácer» e as principais pessoas desta vila, fechando o cortejo a filarmónica «Matos Galamba».

O caixão ia coberto com a bandeira da Sociedade «Matos Galamba».

A chave do caixão foi entregue ao cidadão Joaquim Correia Baptista, digníssimo secretário da câmara municipal, por ser um dos seus maiores amigos».

(Do *Diário de Notícias*, de 16 de Fevereiro de 1913).

\*

Galamba escreveu n-*O Archeologo Português* um artigo arqueológico numismático: vid. vol. III, 266 sgs.; e a élé há referências no mesmo periódico, I, 80, IV, 111, e XIX, 301, a propósito do Museu de Alcácer, de que se fala na notícia transcrita acima.

#### 4. Monumentos nacionais

«O *Diário do Governo* de amanhã publica uma portaria, mandando que os três conselhos de arte e arqueologia, por intermédio das suas comissões de monumentos, procedam à revisão do inventário dos monumentos nacionais das respectivas circunscrições, devendo enviar ao ministério da instrução os resultados dos seus estudos.

Mostra também a conveniência de cada monumento se tornar objecto de investigações de carácter histórico, arqueológico ou artístico, segundo a sua índole, e de descrições tão minuciosas quanto possível, acompanhadas dos gráficos e fotografias que se considerem convenientes».

(Do *Diário de Notícias*, de 7 de Dezembro de 1913).

### 5. Associação dos Arqueólogos Portugueses

«Reuniu-se, ante-ontem, a secção de Arqueologia Lisbonense desta associação, sob a presidência do sr. José Queiroz.

Foi aprovada, em princípio, a proposta do sr. D. José Pessanha sobre a inadiável inventariação dos monumentos e sub-monumentos artísticos e arqueológicos da capital. Resolveu-se para a execução de tal trabalho dividir a cidade em tantas áreas quantos os sócios, encarregando-se cada um de formular uma lista de todos os edifícios, monumentos, minúcias arquitectónicas, lápides, registos de azulejos, inscrições, etc., que se incluïrem na área que lhe couber.

Seguidamente esboçou-se a ideia de se propor a aposição de placas artísticas nos monumentos da cidade, não só com o fim de os assinalar como de os defender de constantes vandalismos, como colocação de cartazes, anúncios, etc.

Passou-se depois à elaboração definitiva do programa da exposição olisiponense que deve realizar-se em Novembro futuro, o qual ficou assim constituído:

Exposição olisiponense comemorativa do 50.<sup>º</sup> aniversário da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

#### 1.<sup>º</sup> grupo

##### Cerâmica

Produtos das antigas olarias de Lisboa e seu termo.

#### 2.<sup>º</sup> grupo

Plantas, perspectivas e vistas panorâmicas da cidade.

#### 3.<sup>º</sup> grupo

Bibliografia lisbonense:

- a) monografias e panegíricos;
- b) roteiros;
- c) folhinhas e calendários;
- d) mapas e folhetos divisionários das paróquias;
- e) crónicas e memórias acerca de edifícios civis e religiosos da cidade.

#### 4.<sup>º</sup> grupo

##### Vária

Documentos diversos que importem à etnografia e a etnologia de Lisboa».

(Do *Diário de Notícias*, de 20 de Abril de 1913).

**6. Museu «de Machado de Castro»**

«Outubro, 11.—No antigo paço episcopal foi inaugurado hoje o Museu de Arte «de Machado de Castro», organizado e instalado sob a sábia direcção do grande mestre Sr. António Augusto Gonçalves.

O edifício é amplo e já de si digno de aprêço pela sua antiguidade e situação, pois domina um famoso panorama sobre a cidade e rio Mondego.

A entrada hoje foi por convites, encontrando-se ali, entre outras pessoas, os Srs. governador civil, presidente da camara e alguns vereadores, professores da Universidade, do liceu e outros institutos, representantes da imprensa, etc.

O museu é riquíssimo na sua especialidade, principalmente nas secções de cerâmica e Renascença do séc. XVI.

Idade medieval. No res-do-chão, do lado sul, encontram-se túmulos, fragmentos arquitectónicos e magníficos exemplares de estatuária de pedra. Ha ali abundância de capitóis românicos, colunas, brasões, inscrições, campas, imagens, baixos e altos relevos, o vulto imponente dum cavaleiro equipado para combate, o empunha a clava com o seu escudo sobre o ginete, etc.

Existe ali uma pequena pedra com legenda funerária referente a Severiano, que morreu aos 4 anos de idade em 541. É a mais antiga inscrição que ali há e foi descoberta próximo da igreja de Condeixa-a-Velha.

A sala de Renascença é, como dizemos acima, a mais rica, pois ali aparecem objectos com todo o brilho artístico.

Grandes figuras de barro cozido que representa a «Ceia pascal»; lápide comemorativa da reconstrução da ponte de Coimbra por Manuel; um belo Christo que se supõe ser do séc. XV; pequenos tapetes persicos do séc. XVI que ornam as paredes; busto de mármore branco de Bento XIV; outros tapetes persicos de maiores dimensões; tapetes designados de Arraiolos; esculturas de madeira; grande variedade de retábulos de madeira e pedra; umas magníficas figuras de presépio; um vaso de barro vermelho, que o Sr. Joaquim de Vasconcellos diz ser a peça cerâmica datada mais antiga da península, pois data de 1538; pratos de latão, indústria flamenga; placas de devoção, de bronze dourado, caixas de rapé, móveis antigos, etc.

Objectos curiosos de barro esmaltado, azulejos e faianças; azulejos mudegares do princípio do séc. XVI, talvez oriundos das fábricas de Sevilha; alguns padrões arábicos, outros de Renascença e góticos; produtos cerâmicos da fábrica de Costa Briosso, antecessor de

Vandeli; peças de porcelana oriental, objectos de vidrado; mobiliário civil e curiosidades, utensílios domésticos e instrumentos musicais; vários crucifixos, pequenos cofres, entre êles, um muito curioso do séc. xv.

Obras de talha, mobilia e estatuária religiosa, alfaia, lâmpadas, quadros de pintura, livros de côro monumentais, de folhas de pergaminho, leques, excelentes encadernações, capelas, etc.

Uma colecção de retratos e baús tauxiados existem na sala XI.

Na sala V (res-do-chão) encontram-se cinco grandes estátuas de calcáreo, representativas da Justiça, do Direito Canónico, da Teologia, do Direito Romano, da Medicina e da Matemática.

Colecção de pesos e medidas dos reinados de D. Manuel e D. Sebastião, espelhos metálicos, fechaduras e ferregens antigas.

Há ainda para ver alguns cônches de gala que serviram aos bispos desta diocese.

Como se vê, o museu é precioso e digno de ser visitado».

(Do *Diário de Notícias*, de 18 de Outubro de 1915).

#### 7. Museu Instrumental em Lisboa

«Acérca desta benemérita iniciativa do Sr. Michel'Angelo Lambertini, à qual mais de uma vez nos temos referido, com o devido encarecimento e a propósito do «catálogo sumário» do primeiro núcleo do mesmo museu, reproduzimos com muito prazer, da «Arte musical», de 15 de Março corrente, o seguinte artigo:

Com o título do «Primeiro núcleo de um Museu Instrumental em Lisboa» acaba de ser publicado um catálogo, coordenado pelo director desta revista e no qual se descrevem os objectos por ele reunidos até hoje, com vista à criação de um museu público inteiramente consagrado às cousas musicais e especialmente à história dos instrumentos de música.

O volume comporta, nas suas 147 páginas, a descrição, acompanhada de abundantes notas históricas e ornada de gravuras elucidativas, das peças organográficas, livros, estampas, etc., com que se pode desde já contar para a criação de um pequeno, mas interessante Museu, cujo primeiro fundo seria facilmente melhorado e completado com várias peças pertencentes ao Estado, que andam dispersas em locais impróprios, com a aquisição do Museu «de Keil», em que, há tempo, se pensa, e finalmente com dádivas e depósitos de particulares, que tem sido prometidos ao organizador.

Reunidos todos esses elementos, é certo que o museu de Lisboa conseguiria ter, com dispêndio insignificante, o que só ao cabo de

muitos anos e com sacrifício de importantes somas, se pôde reunir nos grandes museus de Bruxelas, Paris, Londres, Colónia, etc.

Como se pode apreciar pelo catálogo, já estão em poder do iniciador desta artística fundação os seguintes objectos:

174 Instrumentos musicos, antigos e modernos.

547 Acessórios de instrumentos.

650 Obras literárias e musicais.

109 Peças iconográficas.

O que constitui uma contribuição valiosíssima para o empreendimento, dado que, tanto em instrumentos musicos como em livros e estampas, figuram algumas verdadeiras preciosidades de arte, de suma raridade e valor.

Este importante volume, a que a «Editora» deu aspecto extremamente artístico, vai ser oferecido a todos os que concorrerem com ofertas e depósitos para este primeiro núcleo do Museu, e em geral a todos os que se interessam pela realização prática desta iniciativa».

(Do *Diário de Notícias*, de 18 de Março de 1915).

#### **8. Monumentos nacionais**

«Sobre este importante assunto, pelo Ministério do Interior foi expedida a seguinte circular aos governadores civis:

«Tendo a Comissão dos Monumentos Nacionais feito chegar ao conhecimento dêste Ministério a freqüente execução de obras em monumentos considerados nacionais sem seu prévio conhecimento, em detrimento da lei e da boa razão: por esta direcção geral se chama a atenção de V. Ex.<sup>a</sup> para o assunto, a fim de providenciar que para a execução de quaisquer obras nos aludidos monumentos, erectors nos domínios do distrito a seu cargo, os respectivos projectos sejam préviamente enviados à Comissão dos Monumentos Nacionais da 1.<sup>a</sup> Circunscrição, a cuja aprovação tem de ser submetidos.

Pelo rigoroso cumprimento destas instruções V. Ex.<sup>a</sup> tornará responsáveis as autoridades suas subordinadas, às quais e a V. Ex.<sup>a</sup> fica competindo a fiscalização dêste serviço, nenhuma obra nos aludidos monumentos permitindo sem a apresentação, por parte de quem a promover, do respectivo projecto devidamente aprovado por aquela comissão».

(Do *Diário de Notícias*, de 12 de Abril de 1914).

#### **9. Museu de Marinha**

«O museu de marinha, instalado na Escola Naval, e que entre as suas valiosas colecções possui modelos das naus portuguesas que

navegaram na esquadra do almirante inglês Nelson, acaba de ser enriquecido com algumas figuras proas de navios antigos, que se encontravam guardadas nos depósitos do arsenal na Azinheira há muitos anos.

Se não são artísticos modelos, são exemplares de obra de talha das oficinas nacionais e quase todos recordam factos históricos dos serviços da nossa armada.

Consta a coleção dos seguintes bustos, de madeira, a maioria dos quais, porém, necessita de reparações:

*Vasco da Gama, Bartolomeu Dias, Estefânia, Mindelo, S. Bento, Santo António, Estevão de Ataíde, Infante D. João, Martinho de Melo, Albuquerque, Ninfia, Venus, D. Henrique, e outros, sendo os mais antigos dos fins do séc. XVI.*

A direcção da Escola Naval pertence a iniciativa deste bom serviço. Este procedimento de guardar memórias do passado para na educação dos novos se manterem tradições da arma a que pertencem é largamente adoptado, e com vantagens, nas escolas navais da Holanda, França e Inglaterra.

História marítima gloriosa não nos falta, oxalá que tivéssemos de novo boa armada e bons navios, para a guerra, e para comércio, e outra vez em próspero estado a marinha nacional!».

(Do *Diário de Notícias*, de 18 de Março de 1915).

#### 10. Monumentos nacionais

«A repartição de instrução artística vai expedir uma circular aos conselhos de arte e arqueologia das 3 circunscrições, sobre a conveniência de serem nomeados vogais auxiliares daqueles conselhos os indivíduos de reconhecido mérito, comprovada solicitude na conservação e valorização dos monumentos nacionais. O sr. Ministro de Instrução espera que, com a realização desta medida, os monumentos do nosso país, que nem sempre tem sido respeitados, se possa pôr um dique aos vandalismos que os tem atingido. Pela organização dos serviços artísticos e arqueológicos da República, muito próxima das leis francesa e italiana, os nossos monumentos encontram-se hoje muito mais bem cuidados e defendidos do que noutros tempos, e a vigilância, por parte das autoridades competentes, no que se refere à exportação de obras de arte e arqueologia, já tem dado excelentes resultados».

(Do *Diário de Notícias*, de 16 de Setembro de 1914).

**11. Joaquim Conceição Gomes**

«Mafra, 13.—Vítima duma lesão cardíaca, faleceu o sr. Joaquim Conceição Gomes, antigo empregado nesta vila, onde, por muitos anos, exerceu com superior inteligência e dedicado zélo o cargo de conservador da Real Basílica. Era um fanático com tudo quanto dizia respeito ao grandioso monumento, que ele, nos seus escritos, elevava sempre até onde podia ir a sua admiração».

O falecido Conceição Gomes era muito erudito. Deve-se a ele a publicação dum excelente livrinho, que está na quinta edição, intitulado *Descrição minuciosa do monumento de Mafra*. Era sócio da Associação dos arquitectos e arqueólogos civis portugueses e do Instituto de Coimbra.

Exerceu diferentes cargos civis e últimamente o de substituto do juiz de direito».

(D-O Século, de 14 de Junho de 1900).

**12. Museus**

«Vem no *Diário do Governo* de hoje o decreto que autoriza o Governo a admitir nos museus nacionais e regionais, sem encargo especial para o Estado e na qualidade de pessoal agregado (conservadores, restauradores ou preparadores), as pessoas que tal requeiram, sob informação e proposta favoráveis dos directores dos estabelecimentos».

(Do *Diário de Notícias*, de 30 de Dezembro de 1914).

**13. Museu em Évora**

«O *Diário* de hoje publica o decreto que eria na cidade de Évora um Museu regional de obras de arte e peças arqueológicas. Anexo ao mesmo Museu é organizada na Sé de Évora uma secção de arte sacra, constituida pelo tesouro dessa igreja com todos as obras de ourivezaria, paramentos e indumentária de que se compõe actualmente.

O mesmo decreto nomeia director interino do museu o Sr. António Joaquim Lopes da Silva; conservador da secção sacra, o Sr. Joaquim José Freire de Faria e Silva; e guarda, o Sr. Luís Maria da Silva Ferreira».

(*Diário de Notícias*, de 24 de Fevereiro de 1915).

#### 14. O Museu de Castelo Branco

«Mais duma vez o *Diário de Notícias* se tem referido a este museu e à conveniência de, sem demora, serem ali instalados os objectos existentes no Paço Episcopal e que lhe são destinados, porque da demora só podem resultar inconvenientes.

De novo insistimos no assunto, reproduzindo os seguintes documentos que lhes dizem respeito:

Telegrama do Sr. Ministro da Justiça ao sr. governador civil daquele distrito, em 11 do corrente mês:

«Se v. ex.<sup>a</sup> certifica achar-se feita instalação do museu, cessou motivo remoção de objectos para o museu de Machado de Castro.—(a) *Fernando de Almeida*, secretário».

Telegrama do sr. governador civil deste distrito ao sr. ministro da justiça, em 12 do corrente:

«Certifico v. ex.<sup>a</sup> que o museu está instalado e será aberto ao público logo que sejam lá instalados objectos de arte antiga do Paço Episcopal. Também garanto a v. ex.<sup>a</sup> que o museu desta cidade é digno de nota, principalmente pela sua importante coleção arqueológica. Objectos referidos serão transferidos para lá um dos primeiros, dias logo que feitos indispensáveis reparos de instalação.—(a) *Francisco de Almeida*».

Eis a relação dos objectos de que tratam os dois telegramas acima:

4 pinturas em tábua, que representam S. Pedro, Santo António, a deposição do túmulo, e a Anunciação; 1 pequena coroa de prata dourada; 3 sacras de altar, de pau preto com aplicações de metal; 3 castiçais de casquinha, pequenos; 4 livros litúrgicos com capas de arabescos a ferro; 2 cômodas incompletas; 8 cadeiras de tipos diferentes; 4 pedaços de tapeçarias antigas e alguns fragmentos avulso de ceraduras.

Devemos acrescentar que as reparações mencionadas no último período do telegrama do sr. governador civil, já foram feitas pela câmara municipal, e estão concluídas desde há muitos meses».

(Do *Diário de Notícias*, de 19 de Novembro de 1911).

O Museu Municipal de Castelo Branco, fundado pelo nosso ilustre colaborador F. Távares Proença Júnior, que tem estudado desveladamente a arqueologia do distrito, e ali depositou importan-tíssimos objectos, é um dos mais notáveis do nosso país, no que toca

a epigrafia romana, e a aderêços pre-romanos de prata (braceletes, fibulas), — tudo coligido pelo Sr. Tavares Proença. O *Archeologo* já se tem referido por vezes a este Museu.

#### 15. Castelo da Serra de Arga (Minho)

«No mais alto de seu cume nos afirmaram pastores que havia vestígios de *Castelo antigo* para a parte de Ponte de Lima, porque só por este lado é que a Serra pode ser circunvalada, por ser terra chã, como sabem os que a tem visto, e examinado toda, como nós».

(P.<sup>o</sup> Franciseo do Nascimento Silveira, *Mapa breve da Lusitânia antiga*, t. I (e único), Lisboa 1804, p. 11).

#### 16. Museu arqueológico do Infante D. Henrique, em Faro

«Recomendar a visita d'este precioso museu aos viajantes que, cada vez mais numerosos, visitam o belo Algarve, mormente na ocasião actual, em que o preço da viagem em combóio é reduzido, o mesmo é que prestar-lhes um sincero serviço. O museu encerra numa disposição tam perfeita, que dispensa incômodos e dispendiosos cicerones, abundantes monumentos das civilizações luso-romana, luso-árabe e judaica, e das idades préhistóricas.

Fundado em Março de 1894 pela ilustrada câmara de Faro, que o estabeleceu em três excelentes salas dos paços do concelho, em tam curto prazo d'este instituto chegou a um grau de riqueza, na quantidade e valor histórico dos seus monumentos, que nenhum dos seus congéneres do país tem alcançado em dezenas de anos.

Este resultado sem precedentes deve-se à devotada dedicação e espírito fino e eminentemente organizador do sábio fundador do museu, Sr. conselheiro monsenhor Pereira Bôto, ex-vice-reitor do seminário de Faro, e actual cônego da Sé de Lisboa.

Inaugurado o museu no dito mês e ano, apenas com alguns monumentos, para solenizar perpétua e útilmente o patriótico centenário henriquino, de tal modo conseguiu S. Ex.<sup>a</sup> interessar e cativar o espírito culto do Algarve por aquela fundação tam honrosa para esta província, que de toda a parte começaram a afluir ali monumentos oferecidos uns, outros depositados.

Assim correspondeu e continua correspondendo o Sr. conselheiro Bôto às ilustradas vistas da camara que o nomeou conservador do museu, não só em atenção à devotada iniciativa de S. Ex.<sup>a</sup>, mas também em respeito à sua vastíssima erudição e competência, já re-

conhecidas e laureadas pela inclusão do seu nome como membro das primeiras associações científicas do país e algumas estrangeiras.

Basta dizer-se que o Sr. Bôto tem interpretado com rara sagacidade inscrições hebraicas e árabes, porque nas respectivas línguas e em muitas outras é versado.

Prova brilhantíssima e inconcussa do cultíssimo talento do Sr. Bôto e do museu, que lhe deve o ser, é o *Glossário crítico das principais monumentos do museu arqueológico Infante D. Henrique*, que acaba de sair à luz pela pena diamantina de S. Ex.<sup>a</sup>

Nesta obra, que é também um monumento de ciência e de literatura, porque é escrita em elegante e puro português, vêem-se os documentos da fundação do museu e o plano admiravelmente concebido de sua sólida organização.

Precedendo a enumeração, criticamente apresentada dos monumentos, com clareza tal que atrai ao interesse por eles os espíritos ainda mesmo medianamente cultos, há um capítulo preliminar intitulado *O que podem valer os fragmentos em assuntos de arqueologia* que, só por si, faz a reputação altamente científica do autor, e patenteia o entranhado amor que ele consagra aos nobres estudos arqueológicos e ao museu que de tam pura dedicação nasceu.

Este amor foi comunicativo a todo o Algarve, que preza realmente o seu belo e rico museu arqueológico, o qual, não obstante ter a sua sede naquela província, é um monumento nacional e até europeu, porque se acha já profunda e fraternalmente relacionado com instituições congêneres nacionais e estrangeiras.

Tais são as boas razões por que dissemos que, recomendando aos visitantes do Algarve o museu Infante D. Henrique, cremos prestar bom serviço ao público».

(*O Século*, de 15 de Junho de 1900).

\*

Este Museu foi desmantelado algum tempo depois do falecimento do cônego Bôto (vid. *Diário de Notícias* de 4, 11 e 13 de Janeiro de 1914, e *O Heraldo* (Faro) de 22 de Novembro de 1915); mas ultimamente consta-me que está sendo reorganizado, o que é de toda a conveniência.

#### 17. Antiguidades de Penalva do Castelo

«Penalva do Castelo, 29.—Como complemento à notícia que publicámos com a epigrafe «Sepulturas préhistóricas?» temos de acres-

centar que o sr. António Domingos dos Santos, preparador e conservador do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, auxiliado pelo sr. Carlos Marinho da Cruz, administrador d'este concelho, e João Patrício de Albuquerque e Castro, examinou todos os objectos de que tratava aquela notícia. As sepulturas encontradas no sítio de S. Martinho, onde nada apareceu de valor, são de dois tipos, umas com ombros, outras sem eles; umas abertas em chisto, outras em granito. De cada tipo foi uma para o Museu, sendo cortadas a pico nas rochas, o que deu muito trabalho e despesa. Na arca (dolmen) do Penedo do Com, apareceram doze pontas de seta, sendo dez de silex e duas de cristal de rocha, muito bem feitas e de diferentes cores, sendo algumas transparentes; um machado de pedra polida; ossos, carvão e fragmentos de vasos de barro, e entre estes alguns lavrados. No Castro da Serra dos Mouros ou da Paramena, encontraram-se fragmentos de vasos de barro muito antigos. O sr. João Patrício de Albuquerque e Castro ofereceu ao Museu um «pondus», peso, feito de pedras de diversas cores, muito curioso; dois machados de pedra polida da época neolítica, um ósso petrificado, uma mó romana e parte doutra, diferentes fragmentos de «tégulas», telha romana, e parte dum «pondus» de barro. Todos estes objectos foram encontrados dentro do adro da freguesia de Esmolfe».

(Do *Século*, de 1 de Junho de 1911).

#### **18. Tesouro de moedas romanas**

«O Academico Fr. Affonso da Madre de Deus Guerreiro comunicou huma medalha do emperador Theodosio; das que se achárão na Herdade da Ribeira, freguesia de S. Romão, termo da villa de Montemór o Novo».

(Das Actas da Academia da História Portuguesa, Sessão de 3 de Agosto de 1725).

#### **19. Uma colecção notável**

«Em um dos últimos dias, o ilustre pintor sr. Vitorino Ribeiro convidou-nos gentilmente a visitar em sua casa o museu por él organizado, com grande número de exemplares e documentos, relativos às campanhas da Guerra Peninsular. Mal imaginávamos nós as agradáveis e intensas impressões que a importante colecção ia sugerir no nosso espírito.

O distintíssimo artista, há cerca de quarenta anos, que se lançou febrilmente ao trabalho fatigante e dispendiosíssimo de reunir os ra-

ros exemplares dessa coleção, que é das mais originais e ricas que conhecemos. O que especialmente diz respeito à Guerra Peninsular, surpreende e deixa deveras maravilhado o espectador.

Começamos o nosso exame pelos desenhos, que são numerosos, e alguns deles de factura cuidada e grande delicadeza de traços. Recordam episódios de batalhas, aspectos de acampamentos, vistas de povoações arrasadas pelos incêndios; grupos de soldados, fardados à moda da época, e há também uma série de retratos das individualidades que mais se salientaram pelos seus feitos de armas. Tivemos ocasião de ver, entre outros, o retrato de Manuel Mousinho, a lápis, adornado com as fivelas da Ordem Inglesa, correspondentes às batalhas de Ciudad Rodrigo e Fontes de Onoro, que ele pelejou bravamente. Vários outros desenhos representam as milícias da Maia, bailios, um projecto para as insígnias da Torre e Espada, e os Voluntários Reais do Comércio, vulgarmente conhecidos no tempo pela designação de «Papagaios», por predominarem nos seus fardamentos as cores verde e amarela. Há ainda muitos outros desenhos, sendo alguns deles assinados por João Baptista Ribeiro, merecendo especial referência os que representam a vila de Amarante depois do incêndio, o castelo da Foz, a Serra do Pilar e o Seminário em construção.

As gravuras são também numerosas e de alto valor. As que mais nos impressionaram, pela sua originalidade e perfeição, foram as que representam a campanha do Vimeiro, a tomada de Badajoz, uma que simboliza o Douro chorando e a cidade do Porto acorrentada à sua desventura, após a catástrofe da Ponte das Barcas; os retratos de Beresford, do Duque da Dalmácia graciosa figura colorida, tendo dentro do capacete a imagem do Senhor de Matozinhos e em uma das mãos uma almofolia.

Há ainda uma gravura, que representa D. João VI, e muitas outras a que nos é absolutamente impossível fazer especial referência. Vimos entre elas uma água-forte de Bartolozzi, que figura a apoteose do duque de Wellington.

A coleção do pintor sr. Vitorino Ribeiro tem centenares de gravuras desta natureza, e, não poucas, de altíssimo valor, pela sua raridade e feição artística.

Há também uma variedade infinita de caricaturas e desenhos simbólicos. Pela sala, graciosamente dispostas, viam-se fardas bordadas a ouro, de oficiais de diversas patentes, espadas de formatos os mais variados, indicam proveniência inglesa, francesa ou portuguesa; espingardas, balas, condecorações, capacetes dragonas, cinturões, um candieiro de campaaha, de ferro forjado, talins, escorvadões, saca-

trapos, esporas, chapas de talabardos, bandas com borlas de prata, em forma de cabaça, patronas, pistolas francesas, etc.

O Sr. Vitorino Ribeiro não se esqueceu de recolher alguns recibos de contribuições como para mostrar que já nesse tempo o povo era cruelmente esmagado pelo peso dos impostos. É também muito curiosa a sua colecção de leis militares, proclamações, ordens de serviço, planos de campanha e ainda a bibliografia da guerra.

Dispúnhamo-nos a sair, surpreendidos com o que acabavamos de ver, quando algumas peças de cerâmica nos atraíram a atenção. Elogiamos os exemplares mais belos, e o Sr. Vitorino Ribeiro, percebendo a nossa curiosidade, abriu-nos um rico armário de pau preto com tremidos, dentro do qual se acumulava uma infinidade de jarras, de gomis, de pratos, de canecas, de formas e de coloridos variadíssimos. Era toda a olaria do norte, largamente representada, em peças das fábricas do Porto, vendo-se faianças do Cavaquinho, do Carvalhinho, da Fábrica Rial, de Santo António do Vale da Piedade, da Fervença, do Candal, de Miragaia, havendo ainda um ou outro exemplar de faiança inglesa, de Herculano, de Sévres, etc.

As salas encontram-se adornadas sóbriamente, com mobiliário antigo e quadros do ilustre artista, vendo-se uma linda arca de pau preto, de tremidos, com ferragens da Suécia, um tremó do Império, com aplicações metálicas formosíssimas, credências douradas, e outras peças de que não pudemos tomar nota.

O pintor chamou ainda a nossa atenção para uma estante, onde se encontrava uma valiosa colecção de encadernações de 1600 a 1854: protegiam, algumas delas manuscritos de grande valor. Admirámos também diversas esculturas de Manuel Pereira e Machado de Castro, sendo digno de ver-se um Cristo, de *kaolino*.

Não tivemos tempo de observar demoradamente a colecção relativa a 1820, bem como os manuscritos, registos e gravuras de lendas portuguesas.

Sabemos que o Sr. Vitorino Ribeiro tem sido visitado muitas vezes por estrangeiros que insistentemente lhe pedem para vender algumas peças da sua colecção magnífica, o que ele tem recusado.

A câmara do Pôrto prestava um bom serviço ao público ilustrado e estudioso, adquirindo para o museu municipal o que está certamente em riscos de ir parar um dia lá fora.

Ao apertar a mão do paciente colecionador de tantas cousas belas, ouvimos que ele murmurava esta frase desalentadora: «O que ainda na vida tem algum interesse e algum valor é a arte e a amizade». Mas o artista não tinha razão absolutamente. Só a Arte con-

segue vencer as inconstâncias do tempo, e a amizade é, infelizmente, no coração do homem, como o bruxelear efémero de uma luz que se apaga».

(Do *Primeiro de Janeiro* de 25 de Setembro de 1909).

## 20. Antiguidades dos arredores da Nazaré

### a) De S. Gião.

Junto da ermida de S. Gião, havia ruínas de edifícios antigos no séc. XVII: «algumas pessoas me quiseraõ affirmar que neste sitio houve húa povoação grande, persuadindo-se a isso de algumas letras, que viraõ, e acháraõ em pedras grandes, que pareciaõ ser do tempo dos Romanos».

(Brito Alão, *Antiguidades da Nazareth*, Lisboa 1681, p. 184-185).

### b) Da Senhora da Piedade

«... Por detraz daquella ermida, que apparece, que he da invocação de Nossa Senhora da Piedade, vi debaixo da terra feitas casas com repartimentos, e portaes, que deviaõ ser desses tempos» [do tempo dos Mouros, isto é, de tempos remotos].

(Id., *ibid.*, p. 186-187).

## 21. Sarcófago do século XVIII

«Para ampliação das prisões do Aljube [na cidade do Pôrto] e instalação das repartições da polícia judiciária, vai ser adaptada a parte nascente de parte do convento de Santa Clara, junto à vetusta igreja, que é um monumento nacional.

As obras começaram, e hoje, no vão de uma escada, nos claustros foi encontrado um sarcófago de granito, tendo na tampa esta inscrição: «Para aqvi se trasladarão os ossos da V. M. Lviza de S. J. cinto em 3 de agosto de 1759».

Na presença do respectivo capelão e dos Srs. Dr. Rómulo de Oliveira e Luís Neves, inspector e sub-inspector de polícia, foi aberto o sarcófago, verificando-se que tinha um ataúde de madeira, não havendo já vestígios da ossada, apenas cinzas.

Foi tudo removido para a sacristia da igreja.

Dizem que ainda há ali uma outra sepultura, que vai ser removida».

(Do *Diário de Notícias*, de 29 de Abril de 1914; correspondência do Pôrto, de 28).

**22. Museu regional de Viseu**

«Por decreto de 16 de Março de 1916 foi criado em Viseu um museu regional, denominado «de Grão Vasco», e destinado a conter obras de arte e peças arqueológicas. De núcleo servem-lhe os quadros da Sé de Viseu e o tesouro do cabido da mesma Sé».

(*Diário do Governo*, de 16 de Março de 1916).

**23. Sepultura de tejolo, romana, aparecida em Braga**

«Braga, 15.—Em S. Pedro de Messines, num campo pertencente à casa do Conde de S. Martinho, foi encontrada, numas escavações, uma sepultura de tejolo, romana».

(*O Século*, de 16 de Março de 1910).

**24. A «Cava de Viriato»**

«A Repartição de Instrução Artística pediu providências à comissão executiva da câmara municipal de Viseu, quanto à conservação da *Cava de Viriato*, classificada monumento nacional daquela cidade, por quanto é urgente fazer a demarcação de terrenos da *Cava*, a fim de evitar a indevida apropriação dos terrenos pelos proprietários dos campos circunjacentes».

(Do *Diário de Notícias*, de 29 de Janeiro de 1916).

**25. A porta do «Boeirinho»**

«A *Folha de Trancoso*, de 24 do corrente, que comenta desfavoravelmente a deliberação do senado municipal daquele concelho, pois entende que a antiquíssima porta do «Boeirinho» não pode nem deve ser demolida, como pelo senado foi proposto ao Ministério da Guerra, entrevistou o Sr. Antero de Figueiredo, ali de passagem, e que muito sensatamente também se pronunciou adverso à pretendida demolição.

Dessa entrevista reproduzimos os seguintes períodos:

— Portanto, V. Ex.<sup>a</sup> é de opinião que nunca se deviam ter demolido as portas e as torres que faziam parte das nossas muralhas?

— Evidentemente. Estes monumentos são documentos preciosos e gloriosos que ninguém tem direito de destruir. São um comum património sagrado, que os novos devem receber e honrar. Não pertencem às edilidades, mas à Pátria. Pequena amostra dão da sua cultura os povos que desrespeitam a antiguidade, e que não sabem amar as suas nobres tradições.

— De modo que a abertura projectada é um novo atentado, não é verdade?

— Sobre o ponto de vista arqueológico, e ainda estético, não há dúvida que é um crime de lesa-história e de lesa-arte. Demais, essa pequenina porta, é um documento único no conjunto das defesas desta antiquíssima vila.

— Único?

— Sim. De portas, cubelos, cortinas de muralha, ainda há af, felizmente, vários espécimes, em volta da secular vigia albarra; mas escusas portas de recurso, só existe o «Boeirinho».

— Então condena a resolução do senado?

— É claro. Nenhum arqueólogo, nem nenhum artista, pode deixar de a condenar hoje que, por toda a parte, recresce o apêgo à tradição. Sobre isto não pode haver duas opiniões. Mas, repito, como eu ignoro as razões económicas locais, que possam influir nas resoluções do senado, permita-me que suspenda a minha opinião sobre este assunto, até melhor esclarecimento, tanto mais que me sinto tam agradecido às gentilezas dos tracoenses que, de maneira nenhuma, quero dizer em público nada que possa melindrar quem fôr».

(*Diário de Notícias*, de 23 de Setembro de 1916).

#### **26. Museu de arte e arqueologia em Chaves**

Segundo se lê n—*O Flaviense*, de 16 de Julho de 1916, pensa-se em se formar em Chaves um museu de arte e arqueologia. Há já para isso uma comissão organizadora local, e trata do assunto em Lisboa o Sr. Dr. João Barreira, Flaviense, Professor da Academia das Belas Artes, e escritor ilustre.

Pela minha parte, aplaudo com satisfação esta ideia, tanto mais que talvez, embora indirectamente, eu contribuisse um pouco para ela com a minha estada em Chaves em 1915.

#### **27. Antiguidades de Tróia de Setúbal**

No *Catálogo dos objectos particulares collocados na Exposição filantropica, 1851*, Lisboa, Imprensa Nacional, s. d. (mas deve ser do mesmo ano), lê-se, em o n.º 397, a seguinte lista de *Objectos encontrados nas ruínas de Cetobriga* (i. é, de Tróia de Setúbal) e pertencentes à respectiva Sociedade Arqueológica:

«Panella de barro.

Amphora dito de feitio conico.

Tigela dito.

Tigela dito com restos de comida, parecendo ser sopa.

Fundo de amphora com residuo bituminoso.

Dito de panella com residuos de carne e ossos.

Vaso lacrimatorio de barro.

Telha chata.

Fragmento de parede pintada a estuque.

Dito de uma substancia mineral clara e transparente.

Dito de verde.

Dito dito.

Dito de obra signina».

(*Obra cit.*, p. 33).

Alguns dêstes objectos estão hoje no Museu Etnológico Português, para onde, a meu pedido, vieram da Academia de Belas Artes.

#### 28. Trigo romano

No mesmo catálogo, n.º 593, p. 49, lê-se:

«Trigo achado numas ruinas encontradas sob o solo do Rocio, por occasião de se calçar o centro d'elle. Deve por conseguinte ser anterior ao terremoto de 1755, isto é, ter quasi um século. Pertence ao Sr. A. M. Gomes».

Este trigo deve ser da mesma origem daquele que se falou no *Arch. Port.*, v, p. 283, encontrado no Largo de S. Domingos, junto do Rocio, em 1898, com lápides romanas.

#### 29. Antas dos arredores de Elvas

Na herdade da *Torre das Arcas*, freguesia de S. Lourenço das Vinhas, concelho de Elvas, há uma anta que em 17 de Junho de 1904 vi de passagem, em companhia do meu prezado amigo o etnógrafo António Pires: consta de câmara, com a tampa caída para dentro; muitos esteios conservados, e outros por terra; resta grande parte da mâmoa, mas falta a galeria.

Pela herdade aparecem muitos fragmentos de tégulas romanas e de vasilhas grossas.

Consta-me que Possidónio da Silva explorou a anta; creio porém que a exploração não passaria da entrada, porque a câmara está muito obstruída por causa da queda da tampa e da dos esteios.

Na mesma herdade houve outra anta, que foi destruída há muito tempo.

O nome de *Arcas* significa certamente «dólmens»: vid. *Religiões*, I, 254. No Sul conheço vários locais chamados *Torres*, onde aparecem antiguidades de várias épocas.

### 30. Novos Museus

«O museu de arte que vai estabelecer-se em Mafra inaugura-se por ocasião do próximo congresso de turismo, em Maio.

Também até ao congresso se organizará o museu de moedas na Casa da Moeda».

(*Diário de Notícias*, de 14 de Março de 1911).

### 31. Academia de Belas Artes de Lisboa

#### O seu museu vai ser enriquecido com os quadros de Guerra Junqueiro

«O ilustre poeta e nosso representante na Suíça, Sr. Guerra Junqueiro, acaba de ceder à Academia de Belas Artes de Lisboa toda a sua soberba colecção de quadros, com excepção de tres Grecos e um tríptico que se atribui a Parbus.

Essa colecção compreende 17 obras primas, entre as quais avultam um primitivo italiano da escola Giotti, um tríptico da escola portuguesa do século XVI e vários outros da escola flamenga e holandesa do século XVII».

(*Diário de Notícias*, de 20 de Março de 1911).

### 32. Aníbal Fernandes Tomás

«Acaba de extinguir-se uma singular individualidade. Aníbal Fernandes Tomás, um dos mais ilustres bibliófilos portugueses, talvez o maior «devoto dos livros», que havia hoje em Portugal, morreu ontem. De cultura excepcional, e paciência monástica, deviam ficar-lhe bem a estamenha, a corda e o ripanço de frade bento. Era um dêstes espíritos que, como os velhos monumentos, criam a *patine* dourada dos séculos. Tinha o delírio do passado; embebia-se na volúpia do anacronismo. Na grande cadeira de couro da livraria, sentava-se com êle a felicidade. Deixou tudo, abdicou de tudo,—para entregar-se à paz suprema da sua leitura, à delicia beneditina dos seus manuscritos, à poeira conventual da sua biblioteca. Amorável convívio dos livros, mais humano e mais puro que o dos homens! Feliz aquele que, como Fernandes Tomás, leva apenas consigo, na hora extrema, a máqua de não ter folheado mais um códice ou de não ter investigado mais uma genealogia...».

(*A Luta*, de 18 de Março de 1911).

J. L. DE V.

## II

**1. Ossadas humanas que apareceram nas obras do posto da Mouraria**

«No antigo convento da Guia está, como se sabe, instalado o posto policial da Mouraria, criado já no regime republicano, e que tam bons serviços tem prestado à população de aquele bairro.

Há tempo começaram ali as obras para instalação definitiva do posto, obras que estão quase concluídas, tendo o cabo Guerra, comandante do mesmo posto, inaugurado ontem o seu novo gabinete, esperando-se que até ao fim do ano os cabos se instalem no compartimento que lhes é destinado.

O atual dormitório dos guardas fica para calabouço, estando ainda em construção o novo dormitório.

Nas escavações a que o pessoal das obras públicas tem procedido neste local, tem encontrado centenas de ossadas humanas, algumas bastante carcomidas, parecendo que os enterramentos ali datam de muitos séculos. Ignora-se o motivo por que ali se enterravam tanta indíviduos, dizendo uns que, passando por ali a antiga muralha da cidade, que ligava ao actual Arco do Marquês de Alegrete, nas lutas com as hostes sarracenas, morreram ali muitos combatentes que em seguida enterravam no próprio local da batalha. Outros atribuem as inumações aos religiosos internados no antigo convento da Guia.

As ossadas tem sido transportadas em barricas para o Alto de S. João».

(*O Século*, de 28 de Dezembro de 1914).

**2. «The Society for nautical research» e a Liga Naval Portuguesa**

«Esta importante colectividade inglesa, de que é presidente H. R. H. o vice-almirante Príncipe Luís de Battemberg, oficiou à Liga Naval Portuguesa, pedindo-lhe que torne conhecidos do nosso país os objectivos que presidiram à sua fundação.

A sociedade tem por fim animar as investigações históricas relativas à construção e armamento dos navios, e a tudo o mais que diga respeito ao uso do mar em todas as épocas e lugares.

Tem por órgão «The Mariner's Mirror», título de um guia marítimo que apareceu na Holanda em 1584, e foi logo em seguida traduzido para inglês. Este jornal publica-se desde Janeiro de 1911, com o apoio e um subsídio do Almirantado.

A sociedade propõe-se ainda publicar uma Encyclopédia Náutica, completa».

(*O Século*).

**8. Um prédio reedificado — Vai ser o início da remodelação da velha praça**

«Dos arquitectos que tem passado pela vereação de Lisboa nem um só, que nos lembre, deixou ainda de propor uma remodelação para o Rossio, quer alterando o pavimento central, de forma que permitisse o trânsito em rasgadas e amplas artérias, quer ampliando passeios laterais, que permitam a construção de largos «terrasses», modificando-se até a velha arborização frondosa e pitoresca.

Todos êsses projectos de transformação arquitectónica da mais freqüentada praça de Lisboa, do seu verdadeiro coração, ainda não lograram entrar no domínio da realidade. O Rossio continua, no seu aspecto geral, a ser um largo inestético, visto que todas as suas primitivas belezas estão hoje sobrepujadas pela sujidade, velhice e outros males que estragam as cousas mais belas, quando não são convenientemente tratadas. O próprio arvoredo, atingindo proporções gigantescas, desfeia o outrora majestoso quadrilátero. Nenhuma das suas faces nos oferece um aspecto arquitectónico digno duma cidade, ainda mesmo quando se olha a magnífica fachada do teatro Nacional, escondida por detrás da imensa floresta de ramos e de verdura. Nas restantes nem é bom falar. As frentes da casaria são carrancudas, babadas, escorrendo «linchus» dos beirais e patenteando nas mansardas o estendal da rua semi-suja.

E o que não pode transformar a iniciativa oficial, vai fazê-lo agora, sem dúvida, a iniciativa particular. O Rossio, que, pela transformação dos estabelecimentos parecia um mendigo que ia trocando os estripiados chinelos por botas de verniz, alarga a sua «toilette». Um prédio inteiro se modifica, apresentando-se aos olhares curiosos dos transeuntes, com um ar de civilização que nos encanta. Esse prédio, que vai ser o inicio da futura transformação do Rossio em praça digna duma capital, pertence à lendária associação de S. Bartolomeu, grémio da colónia alemã, que dizem datar das cruzadas e ter, portanto, assistido, à conquista da cidade. Essa associação é dirigida por um «comité» à frente do qual se encontra o Sr. Hans Wimmer. Havia muito que os administradores dessa corporação, que mantêm o culto católico numa capela da igreja de S. Julião e o culto protestante na capela das Necessidades, projectavam transformar a sua propriedade e, se há mais tempo o não fizeram foi porque a isso se opunham contratos a longo prazo. Assim, porém, logo que puderam meteram mãos à obra e a notícia da transformação circulou, receberam logo uma proposta para aluguer do prédio inteiro. Essa proposta foi apresentada pelo Sr. Wiessman, antigo gerente do Hotel Central, que ali se

propunha instalar um hotel para abrigo dos caixeiros viajantes que acodem a Portugal. A proposta foi aceita e, por último, escolhido o projecto do arquitecto alemão de Dresden, Sr. Schillingue Graebner, que, tendo sido chamado, aqui o elaborou, em conformidade com a linha sóbria e majestosa da praça pombalina.

O tapume dessa obra começou a ser apreendido, causando a fachada do prédio reedificado a mais agradável impressão».

(*Diário de Notícias*, de 7 de Junho de 1914).

#### 4. No Mercado da Praça da Figueira

«O mercado da Praça da Figueira, devido aos esforços empregados pela respectiva direcção, os Srs. D. Pedro de Melo Magalhães (Santár), Conde de Azaruinha, e Dr. Francisco da Silveira Viana, acaba de receber um melhoramento importante.

Do lado da rua do Amparo e a curta distância da entrada principal, há cerca de dois anos que vinham fazendo-se umas grandes escavações, a fim de se arranjarem umas novas retretes.

Esses trabalhos foram morosos porque aparecia sempre muita água, que era permanentemente esgotada por duas bombas a vapor.

O trabalho foi dirigido pelo arquitecto Sr. Norte Júnior, que muito bem soube traduzir a ideia do Sr. D. Pedro Magalhães (Santár).

Como se sabe, onde presentemente existe o primeiro mercado de Lisboa, ou seja o da Figueira, houve um hospital que foi destruído pelo terramoto de 1755.

Pois nas escavações foram agora encontrados ferros de cama, tijelas de cobre enfiadas umas nas outras, etc.,

Foram feitos dois túneis, um que vai ao centro do Mercado, onde existe um poço, e outro até a canalização para o cano geral, numa extensão completa de 70 metros».

(*Diário de Notícias*, de 3 de Janeiro de 1915).

PEDRO A. DE AZEVEDO

~

### III

#### Instrumentos prehistóricos da África Portuguesa

(Aditamento ao artigo d-*O Arch. Port.*, xviii, 174)

O Sr. Chester W. Washburne, do Geologial Survey, U. S. A., ofereceu ao Museu do Serviço Geológico de Portugal um raspador de silex achado à superfície do terreno que se eleva ao sul da embocadura do rio Dande. Dezembro de 1914.

P. CHOFFAT,

## Bibliografia

### Portugal lá fora

— No *Monthly Numismatic Circular*, de Janeiro de 1913, col. 32, publicou o Sr. H. T. Grogan um artigo intitulado «Indo-Portuguese Numismatics: the silver issues of Goa,— cross of Christ type». Cf. *O Arch. Port.*, xvi, 267, e xix, 187.

— *L'homme préhistorique*, VIII-3.<sup>º</sup>, contém um artigo do Sr. Tavares Proença Júnior, *Sur les instruments portugais en pierre polie*, com desenhos.

— *Bulletin Hispanique*, t. xv, n.<sup>º</sup> 1; *L'archéologie en Espagne et en Portugal*, por Pierre Paris.

J. L. DE V.

## Necrologia

### 1. Pereira Caldas

Apêndice a—*O Arch. Port.*, ix, 133-134:

À lista dos opúsculos publicados por Pereira Caldas juntam-se mais estes, que obtive há anos num alfarrabista:

*Programma das conferencias familiares do professor Pereira-Caldas na Sociedade Democrática Recreativa de Braga sobre mon. archeolog. em geral e a architetura christã nas provincias boreaes em particular*, Braga 1872, 14 pp.;

*Indiculô dos objectos d'exame na conferencia archeologica da Cittania de Briteiros entre Braga e Guimarães, prefixada para 8 d'Abri de 1877*, Braga 1877 (sem o nome do autor; mas é evidentemente de Pereira Caldas);

*Braga, Campo das Carvalheiras*. Inscrição de um marco miliário.—Fôlha volante, s. l. n. d.

*Braga, Campo das Carvalheiras*. Inscrição de outro marco miliário.—Fôlha volante, s. l. n. d.

Estes opúsculos pertencem hoje ao Museu Etnológico.

### 2. Nunes da Glória

«*Lagos*, 4.—Na freguesia de Bensafrim, dêste concelho, faleceu ontem<sup>1</sup> o pároco da mesma freguesia, Sr. P.<sup>o</sup> António José Nunes da Glória, de 74 anos, natural de Portimão».

(*Diário de Notícias*, de 6 de Março de 1916).

<sup>1</sup> 3 de Março de 1916.

O P.<sup>e</sup> Nunes da Glória pertence ao grupo dos beneméritos da Arqueologia nacional: a ele se referem com louvor Estácio da Veiga e Santos Rocha, nas obras arqueológicas que escreveram a respeito do Algarve. Nunes da Glória auxiliou-os muito, já em pesquisas, já dando-lhes objectos. Pela minha parte, também alguns obséquios me prestou nas minhas excursões a Bensafrim. Era pessoa muito ilustrada e de aptidões artísticas, e que, ao que me consta, recebeu no fim da vida muito pago de conterrâneos que não chegaram a compreender o alto valor intelectual e moral do pároco que tinham. Lembro-me de que uma vez, indo eu a Bensafrim com um Inglês, encontrámos Nunes da Glória a pintar ou encarnar uma imagem na sacristia da sua igreja. O Inglês, ao saber dos méritos do prior algarvio, perguntou-me, muito admirado, porque é que Nunes da Glória não era bispo. Como se para ser bispo fosse preciso ser Nunes da Glória!

J. L. DE V.

# VOLUME XXI

## ÍNDICE ANALÍTICO

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Vid. *Pergaminhos*.

### AGRICULTURA:

Remédio supersticioso: 30.

Cruz nas searas: 162.

Talbas de barro com sino-saimão: 164.

Vid. *Registros, Etnografia*.

### AGULHA:

De *Conimbriga* (cobre): 255.

De *Conimbriga* (osso): 264.

### ALFAIAS:

Religiosas: vid. *Museu de Mafra, de S. Nicolau, de Castelo Branco*.

### ALFINETE:

De *Conimbriga* (cobre): 255.

### ALTAR:

Românico: 23.

Vid. *Alfaias*.

### ANTAS:

Anta e mamoa: 193.

Anta da Candeeira: 193.

Toponímico antigo: 202.

Area (*sic?*) do Penedo do Com: 356.

Antas dos arredores de Elvas: 362.

Vid. *Relatório*.

**ANTIGUIDADES E NOTÍCIAS LOCAIS:****Alentejo:**

- Alandroal (vária): 157 e sgs., 172 e sgs., 177 e sgs.  
 Bencatel (vária): 159.  
 Borba (machados): 172.  
 Brotas, concelho de Mora (lenda): 168.  
 Campo Maior (vária): 186.  
 Defesa dos Barros (herdade da), concelho de Avis (ara romana): 316.  
 S. Domingos, concelho de Estremoz (asa de sítula): 150.  
 Elvas (museu, etnografia): 183.  
*Entre Tejo e Odiana* (vária): 162.  
 Estremoz (vária): 155, 162, 169 e sgs.  
 S. Francisco («monte» de), concelho da Fronteira (ara romana): 318.  
 Mértola (moedas muçulmanas): 315.  
 Ouguela (vária): 188.  
 Redondo (ruínas romanas e antas): 192 e 193; (Mosteiro da Serra de Ossa): 239; (hospício arruinado): 244.  
 Ribeira (herdade da), concelho de Montemor-o-Novo (moedas romanas): 356.  
 Terena (igreja acastelada etc.): 166.  
 Tôrre das Arcas, concelho de Elvas (antas): 362.  
 Vila Viçosa (vária): 159, 173 e sgs.

**Algarve:**

- Faro (Museu): 354.

**Beira:**

- Castelo Branco (museu): 353.  
 Coimbra (museu): 348.  
 Condeixa-a-Velha (camada pre-romana): 252.  
 Idanha-a-Nova (cunha de bronze): 159.  
 Penalva do Castelo (sepulturas, anta): 355 e 356.  
 Trancoso (poterna da muralha): 360.  
 Vila Corça (S. Pedro de), concelho de Idanha-a-Nova (capela românica, lenda, etc.): 18.  
 Viseu (museu, a Cava): 360.

**Entre Douro e Minho:**

- Arcos de Valdevez (capela antiga, frescos, etc.): 244; (capela de S. Simão): 251.  
 Barcelos (construções do séc. xv): 8.  
 Braga (sepulturas): 360.  
 Guifões, concelho de Bouça (castro): 336.  
 Marco de Canaveses (insculturas, lápides, etc.): 319.  
 Ponte da Barca (portagem): 10.  
 Ponte do Lima (pergaminhos): 1; (Castelo da Serra de Arga): 354.  
 Pórtico (coleção da guerra peninsular): 357; (sarcófago): 359.

**Estremadura:**

- Alveijar, concelho de Sintra (estaçao paleolítica): 226.  
 Arrábida (lenda), Setúbal: 58.  
 Bombarral (cabeça milagrosa): 69.  
 Casal de Rocanes, concelho de Sintra (molde da época do bronze): 337.  
 Cascais (gruta, etc.): 195; (cruzeiro): 221; (ermida azulejada): 222.  
 Damaia, concelho de Oeiras (achados neolíticos): 343.  
 Estoril, concelho de Cascais (estaçao prehistórica): 210, 212, 215.  
 Ferreira de Zêzere (monografia): 95.  
 Lisboa (presépio do séc. xvii): 229; (museu de S. Nicolau): 235; (museu instrumental): 349; (trigo carbonizado): 362; (Museu de Belas Artes): 363; (ossadas na mouraria): 364; (remodelação do Rossio): 365; (Praça da Figueira): 366.  
 Mafra (museu): 231.  
 Nazaré, concelho de Alcobaça (ruínas): 359.  
 Oeiras (mosaico): 142.  
 Pau-Gordo, concelho de Cascais (tampa de sepultura): 203.  
 Rio-Maior (óenochoé de bronze): 264.  
 Sancidreiras e Alvide, concelho de Cascais (necrópole cristã, etc.): 208.  
 Setúbal (achados em Cetóbriga): 361.  
 Silvã, concelho de Sátão (estaçao lusitano-romana): 337.  
 Tanchoal, concelho de Almeirim (época do bronze): 331.  
 Tomar (vária): 231.  
 Zabrilzes ou as Abrizes, concelho de Cascais (necrópole cristã): 202.

**Trás-os-Montes:**

- Babe, concelho de Bragança (sarcófago): 145.  
 Bragança (museu): 344.  
 Chaves (museu): 361.

**Ultramar:**

- África (raspador de silex): 366.  
 Vid. *Nomes, Registos e espécies ocorrentes*.

**ANTIGUIDADES:**

- De Tomar*: 231.  
*De Tróia de Setúbal*: 361.  
*De Penalva do Castelo*: 355.  
*Dos arredores da Nazaré*: 359.

**ARA:**

- Funerária: 316.  
 Que serve de pedestal em cruzeiro: 323.  
 Ara votiva a um Génio local: 325.  
 Pedra de ara: 337.

**ARGOLA:**

De extremidades tangentes (cobre): 255.

**ARMAS:**

*Data em que as armas portuguesas foram suprimidas do escudo real nas moedas espanholas:* 314.

Vid. *Nóttulas Numismáticas*.

**ARQUEOLOGIA:****Prehistórica:**

Cista da 1.<sup>a</sup> época do bronze: 174.

Anta da Candeeira: 193.

*Antiquitus:* 195 e sgs.

Triturador de grés: 203.

*Estação prehistórica do Estoril:* 210, 212, 215.

*Nova estação paleolítica:* 225.

Insculturas em forma de pias: 319.

*Sur un moule pour fauilles de bronze provenant du Casal de Rocanes:* 387.

Depósito funerário ou restos de habitação: 343.

Cerâmica lisa e «lavrada» em uma anta: 356.

*Instrumentos prehistóricos da África Portuguesa:* 366.

Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições), Cerâmica, Silex, e espécies ocorrentes.*

**Protohistórica:**

*Conimbriga — A camada pre-romana da cidade:* 252.

*Une aenoechoé en bronze rencontrée à Rio-Maior:* 264.

*O Deus igeditano Revelanganitaecus:* 318.

*Sobre alguns objectos protohistóricos (lusitano-romanos) especialmente de Alpiarça e Silvã:* 331.

**Romana:**

Mosaico de Oeiras: 142.

Miliário em Trás-os-Montes: 145.

Asa de sítula: 150.

^Fossa rupestre de incineração: 161.

Fivela lusitana de bronze: 161.

Graffito: 173.

Cano de chumbo (*fistula*): 192.

Tampa de sepultura arciforme: 203.

Restos de povoação: 208.

Ara funerária: 316.

Cipo funerário: 315.

Ara danificada: 323.

Miliário no Marco de Canaveses: 324.

Estatueta de Cupido: 326.

*Sobre alguns objectos (protohistóricos e) lusitano-romanos especialmente de Alpiarça e Lisboa:* 331.

Sepultura considerada romana: 360.

Vid. *Epigrafia, Exposição, Museu Etnológico Português (aquisições), Museu de Elvas, Relatório, Ruínas, Vidro.*

#### Visigótica:

Necrópole cristã: 208.

#### Arábea:

Inscrição arábica transcrita: 178.

Vid. *Etimologia, Museu Etnológico Português (aquisições), Museu de Elvas.*

#### Portuguesa-medieval:

*A ermida de S. Pedro de Vila-Corça:* 18.

Sarcófago escavado num miliário: 145.

Pedras romanas em cemitérios cristãos: 203.

Vid. *Castelo, Sepultura, Capitel, Pinturas, Torre, Paço.*

#### Vária:

*Entre Tejo e Odiana:* 152.

*Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses:* 319.

*Miscelânea arqueológica:* 343.

*Museu de Machado de Castro:* 348.

#### Indeterminada:

Restos de edifícios antigos: 325.

Fustes e capitais: 330.

Vid. *Presépio.*

### ARQUITECTURA:

Igreja românica: 18.

Porta de igreja ogival: 164.

Fonte monumental (Estremoz): 171.

Janela manuelina: 187.

Capitel julgado românico: 209.

Fecho de abóbada: 210.

*O Mosteiro da Serra de Ossa:* 239.

Capela do séc. XIV-XV: 244.

Capela dos Mouros (séc.): 325.

Torres várias: 327 e sgs.

*Um prédio reedificado vai ser o inicio da remodelação da velha praça (de Lisboa):* 365.

Achados: 162, 330.

Vid. *Pergaminhos (14), Fonte, Cruzeiro, Brasão, Campanário, Paço.*

### ARQUIVO:

Vid. *Pergaminhos.*

**ARTE:**

Portuguesa (bibliografia) : 42.

*Pastoril* : 156.

Vid. *Gravura, Imagem, Registros, Aquisições do Museu Etnológico Português, Ex-votos, Etnografia, Presépio, Museu de Mafra, Museu de S. Nicolau, Museu de Viseu, Sarcófago*.

**ASSOCIAÇÃO:**

*Dos Arqueólogos Portugueses* : 347.

**AZULEJO:**

Do séc. XVIII com legenda : 185.

Em uma ermida de Cascais : 224.

Historizados do séc. XVIII : 241 e sgs.

Vid. *Catálogo*.

**«BIBERON»:**

Da época do bronze : 333.

**BIBLIOGRAFIA:**

*Portugal lá fora* : 367.

Vid. *Biografia*.

**BIBLIOLOGIA:**

Colecção de encadernações : 358.

Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições), Museu de S. Nicolau*.

**BIOGRAFIAS:**

*Aníbal Fernandes Tomás* : 363 (Vid. p. 31).

*P.º Francisco de Matos Galamba* : 345.

*Joaquim Conceição Gomes* : 352.

*Nunes da Glória* : 367.

*Pereira Caldas* : 367.

**BRACELETE:**

De bronze : 331.

**BRASÃO:**

Esculpido : 112.

Do séc. XVIII : 158.

Em campas : 245.

Vid. *Armas*.

**BRONZE:**

- Cunhas prehistóricas: 159.  
 Fivela lusitana de bronze: 161.  
 Machado: 187, 338, 339.  
*Une œnochoé en bronze rencontrée à Rio-Maior:* 264.  
 Estatueta: 326.  
 Braceletes: 331.  
*Sur un moule pour fauilles de bronze:* 337.  
 Pequena peça de bronze: 344.  
     Vid. *Aquisições do Museu Etnológico Português, Arqueologia pre-e protohistórica.*

**CAÇA:**

- Scena esculpida: 169.

**CAMPANÁRIO:**

- Do séc. xii: 24.  
 Do séc. xv: 252.

**CAPELA:**

- Instituição de uma no séc. xv: 248.

**CAPITEL:**

- Julgado românico: 209.  
 Aparecimentos: 330, 337.  
     Vid. *Museu de Mafra.*

**CARTAS:**

- De um estrangeiro ilustre: 284 e sgs.  
     Vid. *Nótulas numismáticas.*

**CASTELO:**

- Do Alandroal: 157.  
 Em Terena: 167.  
 De Ouguela: 189.  
 Perto de Alpiarça (*oppidum*): 335.  
 De Pragança: 342.  
 Da Serra de Arga: 354.  
     Vid. *Relatório, Epigrafia, Ruinas.*

**CASTRO:**

- De Guifões (exploração): 336.  
 Da Serra dos Mouros ou da Paramena: 356.  
     Vid. *Castelo.*

**CATÁLOGO:**

*Dos registos do Museu Etnográfico Português: 48.*  
Vid. *Exposição.*

**CERÂMICA:**

De Estremoz: 155, 186.  
Aparecimento de vária: 175, 202, 203, 326, 327, 328, 335, 336, 344, 356, 362.  
Crescente de barro: 184.  
Pote datado: 186.  
Da estação do Estoril: 217.  
De *Conimbriga*: 262.  
Da época do bronze: 332.  
Do castro de Guifões: 336.  
Vid. *Sepultura, Agricultura, Museu Etnológico Português (aquisições), Exposição.*

**CEREALIS:**

Trigo carbônizado: 362.

**CHAVE:**

Considerada amuleto: 21 (nota).

**CIDADE:**

Cidade dos mouros: 326.  
Vid. *Nomes.*

**CIRIOS:**

Sua significação: 35.  
Círio da Atalaia: 60.  
Círio do Cabo Espichel: 69.

**COBRE:**

Objectos de cobre de *Conimbriga*: 255.  
Exploração antiga do cobre: 338.  
Tejelas encontradas no sub-solo de Lisboa: 366.

**COLECÇÃO:**

Monetários particulares: 159, 272, 274, 276, 280, 283, 302, 313.  
Colecção cerâmica: 159.  
*Uma colecção notável (guerra peninsular): 356.*  
Vid. *Nótilas numismáticas.*

**COLUNA:**

Cilíndrica: 209.  
Pedaços de fuste: 330.

**COMÉRCIO:**

Vid. *Pergaminhos*.

**CONCHAS:**

Furadas de Conimbriga: 264.

**CONTA:**

De ribeirite: 326.

**CONTOS:**

Vid. *Nótulas numismáticas II*.

**CONVENTOS:**

Destino dalgumas alfaias: 235 e sgs.  
Sarcófago no claustro dum convento: 359.  
Ossadas encontradas no convento da Guia em Lisboa: 364.

**CORÇA:**

Lenda em que intervêm: 27, 28.

**CÔRTEZ:**

Vid. *Pergaminhos*.

**COSSOIRO:**

De Conímbriga: 264.

**«COUP-DE-POING»:**

De Alveijar: 228.

**CRUZ:**

Cruzes de consagração: 23.  
Vid. *Museu de Mafra*.

**CRUZEIRO:**

*Antigo cruzeiro derrubado*: 221.  
Que tem por pedestal uma ara romana: 323.

**ENTERRAMENTOS:**

Na idade média: 149.

**ENXÓ:**

De diorite: 216, 343.

**EPIGRAFIA:****Romana:**

*Bragançana*: 145.

Lápide estremozense: 157.

Inscrição em Terena: 166.

Fragmento: 192.

Em tampa eupiforme: 205.

*Notas epigráficas. 1. Dois monumentos sepulcrais romanos no Alentejo:*

316. 2. *O deus igeditano Revelanganitaecus*: 318.

Epigrafe votiva a Jove: 324.

Epigrafe truncada de miliário: 324.

Notícia de lápides: 359.

Vid. *Relatório, Graffito*.

**Portuguesa:**

Epitáfio gótico: 165.

Epitáfio metrificado: 167.

Leteiro fontanário: 171.

Epitáfio ducal: 176.

Inscrições medievais no castelo de Alandroal: 177 e 178.

Legenda em azulejos: 188, 242.

Epitáfio moderno: 189.

Legenda de cruzeiro: 222.

Inscrição do séc. XVII: 223.

Inscrições no mosteiro da Serra do Ossa (séc. XVIII): 240 e sgs.

Epitáfios do séc. XVII: 246.

Legendas em frescos parietais: 247 e 252.

Epitáfio de uma monja: 359.

Vid. *Azulejo, Escultura, Museu de Mafra*.

**ESCUULTURA:**

Em sarcófago, representativa de uma caçada: 169.

Escultura de barro: 241.

Anaglifo em uma ara funerária: 317.

Esculturas de Manuel Pereira e Machado de Castro: 358.

Vid. *Sarcófago, Arquitectura, Museu Etnológico Português (aquisições), Presépio, Museu de Mafra, Museu de S. Nicolau*.

**ESPADA:**

Fragmento possível de uma de ferro: 255.

**ETIMOLOGIA:**

- De Vila-Corça: 26.  
 De Ruancha: 154.  
 De Lucefefe: 166.  
 De Ouguela: 188.  
 De Lapagueira: 189.  
 De Enxara: 191.

**ETNOGRAFIA:**

- Quinta-feira da espiga: 59, 243.  
 Colher pastoril: 156.  
 Ramo bento: 161, 173.  
 Carro de canudo: 179.  
 Casas de milagres: 181.  
 Desenhos dos tosquiadores: 182.  
 Caixas de aneixas de Elvas: 185.  
 Veladores de candeias: 186.  
 Emprêgo do sal: 190.  
 Pedra maravilhosa: 191.  
 Cravos de papel: 243.

Vid. *Chave, Lendas, Medicina, Registros, Relatório, Agricultura, Museu Etnológico Português (aquisições)*.

**EX-LIBRIS:**

- Num livro de 1812: 195.  
 Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições)*.

**EXPOSIÇÃO:**

- Programa da Exposição Olisiponense: 347.  
 Catálogo da Exposição Filantrópica de 1851 que contém uma lista de antiguidades de Tróia de Setúbal: 361.

**EXTRACTOS:**

- Da Tôrre do Tombo: 28, 326.  
 Do *Diário de Notícias*: 195 a 229, 344 a 347, 349 a 353, 359 a 361, 363, 366, 367.  
 Do *Século*: 352, 355, 356, 360, 364.  
 Da *Luta*: 363.  
 De obras: 354, 359, 361.  
 Das Actas da Academia de História: 356.  
 Do *Primeiro de Janeiro*: 359.  
 Vid. *Pergaminhos*.

**EX-VOTOS:**

- No Alentejo (Senhora da Boa-Nova): 167.  
 No Alentejo (Estremoz): 171.  
 Vid. *Registros*.

**FACA:**

- Microlítica: 216, 344.  
De ferro e cavilha énea: 255.

**FAIANÇA:**

- Moderna em feira alentejana: 163, 164.  
Antiga de Estremoz: 173.  
Nacional do norte e estrangeira: 358.  
Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições)*, *Museu de Mafra*,  
*Museu de S. Nicolau*.

**FEIRAS:**

- Na Beira Baixa: 26, 28.  
No Alentejo: 163.  
Feira medieval: 251.  
Vid. *Pergaminhos*.

**FERRO:**

- Menção de ferragens: 159, 162, 176, 183, 186, 187, 190, 243.  
Haste angular de ferro: 161.  
Objectos de ferro de Conimbriga: 255.  
Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições)*.

**FÍBULAS:**

- De Conimbriga: 256 a 261.

**FIDALGOS:**

- Excluídos em um testamento: 248.

**FOICE:**

- Molde para foice da época do bronze: 337.

**FOLKLORE:**

- De Vila Rial: 38 nota, 71.  
De Santo Tirso: 38 nota.  
De Mora (Brotas): 68.  
Do Alandroal: 158, 160, 167, 175.  
De Estremoz: 172.  
Da aldeia de Terrugem: 180, 181.  
De Campo Maior: 187.  
De Ouguela: 188 e 189, 190.  
Da Senhora de Enxara: 191.  
Na romaria do mosteiro de Ossa: 243.

**FONTE:**

- Monumental do Alandroal: 158.  
 Monumental de Estremoz: 171.  
 Fonte santa: 188.  
 Vasca em forma de concha: 242.  
 Vid. *Tanque*.

**FURADOR:**

- De osso: 264.

**GADOS:**

- Criação de gado cavalar e vacum no séc. xv em Ponte de Lima: 7.  
 Vid. *Registros*.

**GLOSSÁRIO:**

- De cousas alentejanas: 160 e sgs.  
 Vid. *Nomes, Linguagem, Relatório*.

**GOIVA:**

- De diorite: 162.

**GRAFFITO:**

- Em prato romano: 173.  
 Em um pote antigo: 186.  
 Vid. *Marca*.

**GRAVURA:**

- História em Portugal: 43.  
 Gravuras relativas à guerra peninsular: 357.  
 Vid. *Registros, Museu de S. Nicolau*.

**GRUTA:**

- De um ermitão: 29.  
 Grutas do Poço Velho (Cascais): 196.

**GUERRA PENINSULAR:**

- Coleção do Sr. Vitorino Ribeiro (desenhos, gravuras, cerâmica, mobiliário, escultura, etc.): 356.

**HABITAÇÃO:**

- Casa popular Alentejana: 174, 181, 183, 186, 187.

**IMAGENS:**

Do séc. XVII: 30 (nota).

Do séc. XVIII: 70.

Moderna tosca: 162.

Vid. *Registros, Museu Etnológico Português (aquisições), Sarcófago.*

**INDUMENTÁRIA:**

Vestuário de valensina: 248.

Vid. *Museu de Mafra, Museu de S. Nicolau.*

**INSCULTURAS:**

Na Beira-Baixa: 27.

*Pézinhos* de Nossa Senhora: 191.

Com escoadouro: 203.

Em forma de pia e covinhas: 319 e sgs.

**LÂMPADA:**

Possível de Conímbriga: 263.

**LENDAS:**

De Santo Amador: 28.

Do aparecimento de Cristo: 81.

Vid. *Catálogo, Gruta, Registros.*

**LINGUAGEM:**

Do Alentejo: 161 a 164, 168, 170, 176, 179, 180 181, 182, 185, 186, 187, 190.

Antiga: 178.

Nome dado aos marcos geodésicos: 239.

Local: 251.

Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições), Etnografia.*

**MACHADOS:**

De pedra: 154, 155, 159, 162, 168, 172, 173, 182, 187, 190, 194, 216, 253, 264, 326, 343, 356.

De bronze: 338, 339.

**MARCA:**

Em talhas alentejanas: 164, 186.

Vid. *Papel.*

**MARFIM:**

Vid. *Museu de S. Nicolau.*

**MARTELO:**

De diorite: 216.

**MEDICINA:**

Curas de hérnias, dermatoses, etc.: 27, 30.

De sezões: 190.

Vid. *Catálogo, Etnografia, Registros.*

**MILIÁRIO:**

Da via de Braga a Astorga: 145.

No Freixo (Marco de Canaveses): 324.

Vid. *Sarcófago.*

**MISCELÂNEA:****Miscelânea arqueológica—I parte:**

1. Achados arquelógicos na Damaia: 343.
2. Museu de Bragança: 344.
3. P.<sup>e</sup> Francisco de Matos Galamba: 345.
4. Monumentos nacionais: 346.
5. Associação dos Arqueólogos Portugueses: 347.
6. Museu de Machado de Castro: 348.
7. Museu Instrumental em Lisboa: 349.
8. Monumentos nacionais: 350.
9. Museu de Marinha: 350.
10. Monumentos nacionais: 351.
11. Joaquim Conceição Gomes: 352.
12. Museus: 352.
13. Museu de Évora: 352.
14. O Museu de Castelo-Branco: 353.
15. Castelo da Serra de Arga (Minho): 354.
16. Museu arqueológico do Infante D. Henrique, em Faro: 354.
17. Antiguidades de Penalva do Castelo: 355.
18. Tesouro de moedas romanas: 356.
19. Uma coleção notável: 356.
20. Antiguidades dos arredores da Nazaré: 359.
21. Sarcófago do séc. XVIII: 359.
22. Museu regional de Viseu: 360.
23. Sepultura de tejolo, romana, aparecida em Braga: 360.
24. A cava de Viriato: 360.
25. A porta do Boeirinho: 360.
26. Museu de Arte e Arqueologia em Chaves: 361.
27. Antiguidades de Tróia de Setúbal: 361.
28. Trigo romano: 362.
29. Antas dos arredores de Elvas: 362.
30. Novos Museus: 363.
31. Academia de Belas Artes de Lisboa: 363.
32. Aníbal Fernandes Tomás: 363.

**II parte:**

1. *Ossadas humanas que apareceram nas obras do pôsto da Mouraria*: 364.
2. *The Society for nautical research e a Liga Naval Portuguesa*: 364.
3. *Um prédio reedificado vai ser o inicio da remodelação da velha praça*: 365.
4. *No mercado da Praça da Figueira*: 366.

**III parte:**

*Instrumentos prehistóricos na África Portuguesa*: 366.

**MÓ:**

Do Estoril: 216.

De diferentes estações pre-romanas: 335, 336, 356.

**MOBILIÁRIO:**

Vid. *Museu de Mafra, Museu de S. Nicolau, Guerra Peninsular*.

**MOLDE:**

Vid. *Bronze*.

**MONUMENTOS:**

*Monumentos nacionais*: 346, 350, 351.

**MOSAICO:**

*Mosaicos romanos de Portugal*: 4.

*Mosaico de Oeiras*: 142.

Mosaico ou outro pavimento: 208.

Descobertos pelo arado: 318.

**MOSTEIRO:**

*O Mosteiro da Serra de Ossa*: 239.

**MUSEUS:****Etnológico Português**: 339, 342.

Existências: 30, 150, 152, 153, 155, 156, 220, 231, 264, 324, 334, 341, 362.

Capítulo da sua história: 142.

Aquisições: 154, 159, 161, 162, 168, 172, 173, 175, 176, 177, 182, 185, 186.

187, 190, 194, 195, 316, 318, 326, 332, 342.

Exploração de *Conimbriga*: 254.

Vid. *Catálogo*.

**Vários:**

De Bragança: 150, 344.

Da Biblioteca Nacional (extinto): 153, 270.

De Estremoz: 155.

- De Lamego: 169.  
 De Elvas: 184.  
 Do Redondo: 194.  
 Da Comissão Geológica: 196, 338.  
 Do Carmo: 214, 343.  
 De Mafra: 231, 363.  
 De S. Nicolau: 235.  
 Da Figueira da Foz: 254.  
 De Guimarães: 325.  
 Museu Antropológico da Faculdade de Ciências do Pôrto: 331.  
 Museu de Lausanne: 334.  
 De Alcácer: 346.  
 De Machado de Castro: 344.  
*Museu Instrumental de Lisboa*: 349.  
*Museu de Marinha*: 350.  
*Museu de Évora*: 352.  
*Museu de Castelo Branco*: 353.  
*Museu arqueológico do Infante D. Henrique, em Faro*: 354.  
 Museu antropológico da Universidade de Coimbra: 356.  
*Museu regional de Viseu*: 360.  
*Museu de arte e arqueologia em Chaves*: 361.  
 Da Casa da Moeda: 363.  
 Da Academia de Belas Artes de Lisboa: 363.

**MÚSICA:**

- Tecla possível de cobre: 256.  
*Museu Instrumental de Lisboa*: 349.  
*Museus nacionais e regionais*: 362.

**NAVEGAÇÃO:**

- Museu de Marinha*: 351.  
*The Society for nautical research e a Liga Naval Portuguesa*: 364.  
 Vid. *Pergaminhos*.

**NOBILIARQUIA:**

- Vid. *Vila, Fidalgos, Brasões*.

**NOMES:**

- De imagens, santuários, mosteiros, etc.; 49.  
 De cousas alentejanas: 160 e sgs.  
 Epónimo de Estremoz: 171.  
 De pintores portugueses e estrangeiros e outros artistas: 233, 234, 357, 358.

**De pessoas em inscrições lusitano-romanas:**

- Sitnia (Sitonia) Victorina: 166.  
 Sitoni(i) Equestris: 166.

- Fur(ius) (graffito): 173.  
 M. Cl. Avitus: 204.  
 Cal. Hegesistrate: 317.  
 C. Alexander: 317.  
 Maximus: 318.  
 Severi f(ilius): 318.  
 Anius: 325.

**De divindades:**

- Endovellicus: 166, 175.  
 Revelanganitaecus: 318.  
 Iov[i] O. M.: 324.  
*Génio Loncobicencium*: 325.  
 Cupido: 326.

**De cidades:**

- Conimbriga: 252.  
 Loncobic(encium): 325.  
 Elbora: 154.

**NUMISMÁTICA:****Portuguesa:**

- Achados de moedas: 162, 175, 273, 279, 312, 318, 335, 337.  
*Nótulas numismáticas*: 271.  
 I — *Torneses de Zamora, de D. Fernando de Portugal*: 271.  
 II — *Moedas portuguesas coloniais — Série Brasil*: 283.  
 III — *Moedas de Moçambique com carimbo*: 302.  
 IV — *Vária. 1. Ainda meia macuta de prata para Angola. 2. Meio espadim de D. Afonso V. 3. Meio tostão de D. João IV, com ano marcado (1640). 4. Data em que as armas portuguesas foram suprimidas do escudo rial nas moedas espanholas.*  
 5. *Moedas de Mértola*: 310 a 316.  
*Tesouro de moedas romanas*: 356.  
 Museu de moedas: 363.  
 Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições)*.

**Arábica:**

- Moedas muçulmanas e não da Pérsia: 283.  
*Moedas de Mértola*: 315.  
 Vid. *Colecção, Museu Etnológico Português (aquisições)*.

**OSSO:**

- Objectos e restos de cozinha de Conimbriga: 264.  
 De uma estação de bronze: 332.  
 De um depósito neolítico: 343 e 344.  
 Em uma anta: 356.  
*Ossadas humanas que apareceram nas obras do pôsto da Mouraria*: 364.

**OURO:**

*Jóia de Conímbriga*: 261.  
*Barras de ouro em circulação no Brasil*: 299.  
 Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições)*.

**PAÇO:**

No concelho de Marco de Canaveses: 329 a 331.

**PALEOGRAFIA:**

Leitura duma data: 225.

**PANO-DE-RÁS:**

Vid. *Museu de Mafra*.

**PAPEL:**

*Almaço* do séc. xix: 195.

**PEDRA:**

Instrumentos de diorite: 216.

**PELOURINHO:**

De Terena: 167.  
 Remate de ferro do de Ouguela: 190.  
 Do Canal: 244.

**PERCUTORES:**

Do Estoril: 215.  
 Da Damaia: 344.  
 Vid. *Martelo*.

**PERGAMINHOS:**

*Os pergaminhos da Câmara de Ponte do Lima*: 1.

**PESCA:**

Rête usada no Alentejo: 169.  
 Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições), Registros*.

**PÊSO:**

Romano: 231, 235.  
*Pesos espanhóis contramarcados*: 300.  
 De barro e pedra: 335, 336.  
 Enorme de pedra: 337.  
 De pedras de diversas cores: 356.  
 Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições)*

**PIA:**

Vid. *Inscultura*.

**PINGENTE:**

De grés: 344.

**PINTURAS:**

Capela com frescos antigos: 244, 247, 252.  
*Pinturas parietais em capelas mediélicas*: 244.  
 Em cerâmica de Conimbriga: 263.  
 Quadros de Guerra Junqueiro: 363.  
 Vid. *Arte, Cerâmica, Registros*.

**PONTA:**

Do paleolítico médio: 228.  
 Pontas de seta: 356.

**POPULAÇÃO:**

Vid. *Pergaminhos, Tégula*.

**PORCELANAS:**

Vid. *Museu de S. Nicolau*.

**PRESÉPIO:**

*O primeiro presépio de Lisboa conhecido*: 229.  
 Vid. *Museu de Mafra, Museu de S. Nicolau*.

**PROTECÇÃO À ARQUEOLOGIA:**

Um benemérito: 343.  
 Programa da Exposição Olisiponense: 347.  
 Reorganização do museu de Faro: 355.  
*A cava de Viriato*: 360.  
 Vid. *Mosaico, Miliário, Monumentos, Museus*.

**RASPADOR:**

Do Estoril (*grattoir*): 224.  
 Idem (*racloir*): 215.  
 De Alveijar (*grattoir*): 228.  
 Da Damaia: 344.  
 Da África: 366.

**REGISTOS:**

*Registos (Os) de Santos*: 30.  
 Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições), Guerra Peninsular*.

**RELATÓRIO:**

De uma excursão *Entre Tejo e Odiana*: 152.

**RELIGIÃO:**

Vid. *Catálogo, Etnografia, Presépio.*

**ROMARIAS:**

De que constam, etc.: 36, 41, 54.

Vid. *Catálogo, Registros.*

**RUÍNAS:**

*Ruínas de ruínas ou destroços igeditanos:* 18.

Vestígios de paredes: 175.

Castelo em ruína: 187.

Ruínas romanas: 192, 359.

| Vestígios de estação romana: 318.

Com panos de muros antigos: 325.

Pedaços de colunas e capitéis: 330.

**SANTOS:**

Numerosa lista, invocações, lendas, folklore, etc.: 49 e sgs.

**SARCÓFAGO:**

Trapezóide em miliário: 145.

Esculturado de séc. xv: 169.

Anepígrafo: 245.

*Sarcófago do séc. xviii:* 359

**SEPULTURAS:**

Rupestres: 148, 161 (incinerações), 202, 326 e sgs., 356.

De campa rasa: 167.

Cista da 1.<sup>a</sup> época do bronze: 174.

Panteão dos duques de Bragança: 176.

Tampa de sepultura romana: 203.

Sepulturas de lajes: 208, 330.

Campas brasonadas: 245.

Sepulturas de pedra lavrada: 326.

Sepulturas de família: 330.

Luso-romanas (?): 330.

Depósito funerário da época neolítica: 343.

Sepultura de tejolo: 360.

Vid. *Sarcófago, Relatório, Epigrafia.*

**SÍLEX:**

Arma prehistórica: 185.

Utensílios paleolíticos de sílex: 213.

Lascas utilizadas: 215, 343.

Percutores: 215.

Lâminas retocadas: 215.  
*Racloir*: 215.  
 Faça microlítica: 216.  
 Vários utensílios: 228, 343.  
 Raspador da África: 366  
 Vid. *Pontas*.

**SÍMBOLO:**

A pomba: 317.

**SINO:**

Vid. *Museu de Mafra, Museu da Serra de Ossa*.

**SÍTULA:**

Asa de sítula: 150, 231.

**TANQUE:**

Característico do séc. XVIII: 242.

**TAPETES:**

Vid. *Museu de Mafra*.

**TÉGULA:**

Aparecimentos: 192, 203, 208, 327, 328, 336, 337, 356, 362.

**TERRAMOTO:**

Efeitos do de 1755: 20, 366.

**TOPONÍMIA:**

Ruancha: 154.  
 Alandroal: 157, nota.  
 Luçafece: 166.  
 Xêvora, etc.: 188.  
 Aquém e além: 189.  
 Ladário: 251.  
 Rua de Canaveses: 330.  
 Arcas e tôrres: 362.  
 Vid. *Etimologia, Anta*.

**TÔRRE:**

Tôrres no concelho de Marco de Canaveses: 327 e sgs.

**TRITURADOR:**

De grés: 208, 216,

**VANDALISMOS:**

- Brasão mutilado: 158.  
Nas grutas de Cascais: 198.  
Estátuas mutiladas: 241.  
Hospício e capela arruinada: 244.  
Ara romana mutilada: 324.  
Miliário estilhaçado: 324.  
Sepulturas rupestres destruídas: 326 e sgs.  
Tôrres medievais apeadas: 328 e sgs.  
Museu de Faro desmantelado: 355.  
Demolição de uma porta mediévica: 360.  
Vid. *Pelourinho, Ruínas, Rio Maior.*

**VERÓNICAS:**

- E medidas: 36.

**VIDRO:**

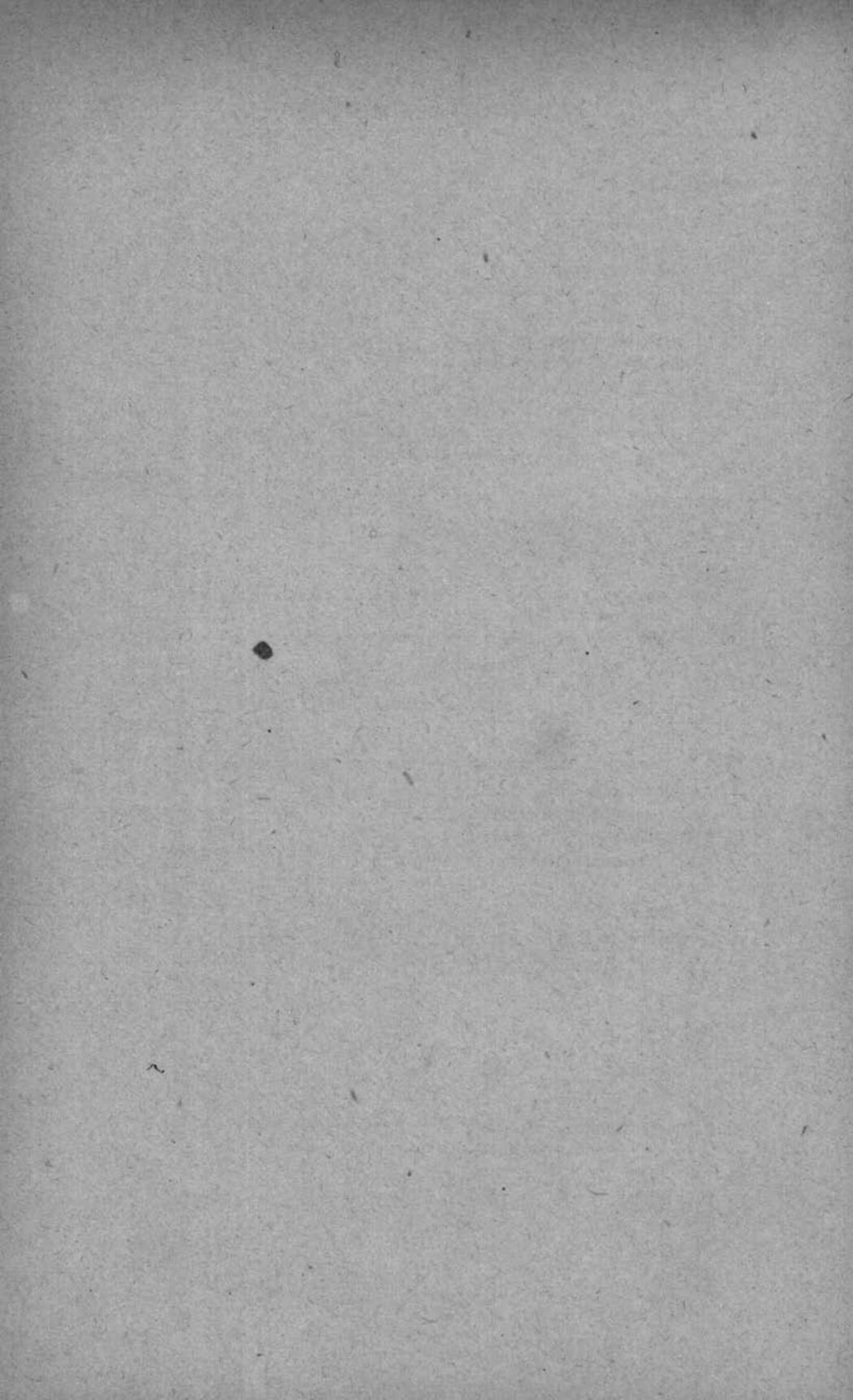
- Talvez romano: 344.  
Vid. *Museu Etnológico Português (aquisições).*

**VILA:**

- A vila e concelho de Ferreira do Zêzere:* 95.

**VISITA:**

- Visitas de estudo:* 231.  
*O Museu de Mafra:* 231.  
*O Museu de S. Nicolau:* 235.  
*O Mosteiro da Serra de Ossa:* 239.



## ÍNDICE DOS AUTORES

---

### **António A. de Mendes Correia:**

Sobre alguns objectos protohistóricos e lusitano-romanos, especialmente de Alpiarça e Silvã: 331.

### **António Baião:**

A vila e concelho de Ferreira do Zêzere: 95.

### **F. Alves Pereira:**

Ruínas de ruínas ou destroços igeditanos. III. A ermida de S. Pedro de Vila Corça: 18.

*Antiquitus*: 195.

Pinturas parietais em capelas mediélicas: 244.

Achados arqueológicos na Damaia: 343<sup>1</sup>.

Índices: 369.

### **P. Francisco Manuel Alves:**

Epigrafia bragançana: 145.

### **Joaquim Fontes:**

Une œnochoé en bronze rencontrée à Rio Maior: 264.

Sur un moule pour fauilles de bronze provenant du Casal de Rocanes: 337.

### **J. Leite de Vasconcelos:**

Mosaicos romanos de Portugal: 4) Mosaico de Oeiras: 142.

Entre Tejo e Odiana: 152.

Antiguidades de Tomar: 231.

Notas epigráficas: 1) Dois monumentos sepulcrais romanos do Alentejo.

2) O deus igeditano *Revelanganitaecus*: 316.

Miscelânia arqueológica (1): 343.

Bibliografia: 367.

Necrologia: 367.

---

<sup>1</sup> Este artigo saiu anônimo no *Diário de Notícias*.

**Luis Chaves:**

Os registos de santos: 30.

Asa de sítula: 150.

O primeiro presépio de Lisboa conhecido (séc. XVII): 229.

Visitas de estudo. I. O museu de Mafra. II. O museu de S. Nicolau.

III. O mosteiro da Serra de Ossa.

**Manuel F. de Vargas:**

Nótilas numismáticas. I. Torneses de Zamora de D. Fernando de Portugal

II. Moedas portuguesas coloniais, série do Brasil. III. Moedas de Moçambique com carimbo. IV. Vária: 271.

**P.<sup>o</sup> M. J. da Cunha Brito:**

Os pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima: 1.

**Manuel de Vasconcelos:**

Apontamentos arqueológicos do concelho de Marco de Canaveses: 319.

**P. Choffat:**

Instrumentos prehistóricos da África Portuguesa: 366.

**Pedro A. de Azevedo:**

Misceleânea arqueológica (II): 364.

**Vergílio Correia:**

Conímbriga: a camada pre-romana da cidade: 252.

## ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES

---

### **Arqueologia prehistórica**

- Instrumento neolítico, fig. 1: 155.  
Crescente de barro, fig. 11: 185.  
Arma de silex, fig. 12: 185.  
Planta das Furnas do Poço-Velho, fig. 1: 197.  
*Grattoir* de silex, fig. 5: 214.  
Idem, fig. 6: 214.  
Idem, fig. 7: 214.  
*Perçoir* de silex, fig. 8: 214.  
*Grattoir-racloir* de silex, fig. 9: 215.  
Lasca utilizada, fig. 10: 215.  
Bôrdo de vaso, fig. 11: 217.  
*Coup-de-poing*, fig. 15: 227.  
Ponta de quartzite, fig. 16: 227.  
*Grattoir caréné*, fig. 17: 227.  
*Perçoir de silex*, fig. 18: 228.  
Laje com covinhas, fig. 10: 320.  
Outra, fig. 11: 321.  
Outra, fig. 12: 322.  
Outra, fig. 13: 323.  
Machado de bronze, fig. 1: 339.  
Cunha de bronze, fig. 2: 339.  
Outra, fig. 3: 340.  
Pedaço de granito, fig. 4: 340.  
Foicinha de bronze, fig. 5: 341.  
Molde para foicinha: est. 1.

### **Arqueologia protohistórica<sup>1</sup>**

- Exploração de Conímbriga, fig. 1: 253.  
Aguilha metálica, fig. 2: 255.  
Fivela incompleta, fig. 3: 256.  
Fíbulas, figs. 4 e 5: 256.  
Fíbulas incompletas, figs. 6, 7, 8 e 9: 257.

---

<sup>1</sup> Respeitou-se a cronologia dos AA.

- Disco de ouro, fig. 10: 261.  
 Caco ornamentado, fig. 11: 262.  
 Caco pintado, fig. 12: (estampa colorida): 262-263  
 Fragmento de lâmpada, fig. 13: 263.  
 Cossoiro de barro, fig. 14: 263.  
 Furador de osso, fig. 15: 263.  
 Agulha de osso, fig. 16: 263.  
 Cenochoé de Cartago, fig. 1: 266.  
 Cenochoé da I idade do ferro, fig. 2: 266.  
 Cenochoé da II idade do ferro, fig. 3: 266.  
 Cenochoé da mesma época, fig. 4: 268.  
 Asa de cenochoé, fig. 5: 268.  
 Touro de bronze, fig. 6: 270.  
 Cenochoé de Rio Maior: est. I e II.  
 Asa do mesmo cenochoé: est. III.  
 Vaso de barro, fig. 1: 332.  
 Outro, fig. 2: 332.  
 Vaso de pé cónico, fig. 3: 332.  
 Vaso semi-esférico, fig. 4: 332.  
 Biberon de barro, fig. 5: 333.  
 Outro, fig. 6: 333.  
 Vaso ornamentado, fig. 7: 333.  
 Fragmento ornamentado, fig. 8: 334.  
 Caco ornamentado, fig. 9: 336.  
 Outro, fig. 10: 336.  
 Outro, fig. 10: 336.  
 Outro, fig. 11: 336.

### **Arqueologia romana**

- Mosaico de Oeiras: uma estampa colorida.  
 Asa de sítula, 151.  
 Fragmento de lápide: 157.  
 Tampa de sepultura cupiforme, fig. 2: 204.  
 Asa de sítula, fig. 1: 231.  
*Pondus* de barro, fig. 2: 231.  
 Ara romana, fig. 1 e 1-A: 317.  
 Outra ara, fig. 2: 318.  
*Pondus* de pedra, fig. 12: 337.

### **Arqueologia portuguesa medieval**

- S. Pedro de Vila-Corça (fachada e lado meridional): est. I.  
 Espelho da ermida supradita: fig. 1.  
 Modilhões: fig. 2.  
 S. Pedro de Vila-Corça (planta da ermida): est. II.  
 S. Pedro de Vila-Corça (interior da ermida): est. III.  
 Pilar do altar-mor: fig. 3.  
 Mesa do altar-mor: fig. 4.  
 Campanário: fig. 5.

Sarcófago do séc. xv, fig. 5: 169.  
 Capitel românico, fig. 3: 209.  
 Capela de D. João Domingues: estampa.  
 Rosto e letras a fresco, fig. 4: 257.  
 Pano de parede antiga, fig. 14: 325.

### **Arqueologia portuguesa post-medieval**

Legenda de cruzeiro, figs. 12 e 13: 222.  
 Dístico de cruzeiro: 222.  
 Legenda do séc. xvii, fig. 14: 223.  
 Campa brasonada, fig. 1: 246.  
 Campa brasonada, fig. 2: 246.  
 Janela manuelina, fig. 13: 186.  
 Fecho de abóbada, fig. 4: 209.

### **Numismática**

Tornês de Zamora, fig. 1: 272.  
 Outro, fig. 2: 273.  
 Outro, fig. 3: 273.  
 Meio tornês de Zamora, fig. 4: 281.  
 Cunho com escudo português: 291.  
 Outro: 291.  
 Coroa de uma moeda: 294.  
 Carimbo escutiforme: 295.  
 Cunho com escudo português: 296.  
 Barra de ouro das Minas Gerais: 300.  
 400 réis de 1750, fig. 1: 308.  
 200 réis de 1749, fig. 2: 308.  
 V réis de 1738, fig. 3: 309.  
 X réis de 1778, fig. 4: 309.  
 S. Tomé de 1762, fig. 5: 309.  
 150 réis de 1780, fig. 6: 310.  
 Meio espadim de D. Afonso V, fig. 7: 311.

### **Heráldica**

Brasão dos Cotrins: fig. 18.  
 Reprodução do Brasão dos Cotrins: fig. 19.

### **Paleografia**

Data em alemão minúsculo, fig. 3: 252.

### **Tecnografia religiosa**

Registo de Santa Eufêmia: est. I.  
 Registo do Senhor da Fonte da Vida: est. II.

- Registo de S. Bento da Porta Aberta: est. **iii.**  
 Registo de Nossa Senhora das Dores: est. **iv.**  
 Registo da Milagrosa Imagem de S. Jorge: est. **v.**  
 Registo do Senhor Jesus da Agonia: est. **vi.**  
 Registo de Santa Comba: est. **vii.**  
 Registo de Santo António dos Olivais: est. **viii.**  
 Descimento da Cruz: est. **ix.**  
 Registo de *Sebastianus Christianus*: est. **x.**  
 Registo de 4 santos: est. **xi.**  
 Registo de Nossa Senhora do Cabo: est. **xii.**  
 Registo dos SS. MM. de Marrocos: est. **xiii.**  
 Registo da *Vera Effigies* de Nossa Senhora do Rosário da vila dò Barreiro: est. **xiv.**  
 Registo da rainha Santa Isabel: est. **xv.**  
 Registo da devota imagem de Nossa Senhora da Graça e de seu SS. Imaculado Coração: est. **xvi.**

#### **Tecnografia rural<sup>1</sup>**

- Colher de buxo, fig. 2: 155.  
*Ajuda* de pastor, fig. 3: 163.  
 «Bordado» e «rameados» de tosquiadores, figs. 6, 7 e 8: 183.  
 Grades de postigos, figs. 9, 10 e 10-A: 184.  
 Marca em talha alentejana, fig. 4: 165.
- 

Esta classificação é puramente *ad hoc*.

LISTA  
DAS  
PESSOAS E ENTIDADES BENEMÉRITAS  
DO  
MUSEU ETNOLÓGICO PORTUGUÊS  
1916

**Pessoas e entidades que ofereceram gratuitamente objectos**

- Afonso de Amorim (Dr.): 162.  
António Augusto Garcia (Cor.<sup>el</sup>): 159.  
António Elias Garcia (ten.<sup>te</sup>): 159, 173, 176.  
António Fernandes da Silva Festas: 194.  
António Francisco Cuba: 176.  
António José Amaral: 168.  
António José Nunes da Glória (Rev.<sup>do</sup>): 367.  
António Pereira da Nóbrega: 159, 173.  
António Vitorino de Carvalho (Dr.): 159 e 176.  
Conde de Valenças: 174.  
Condessa de Valenças: 174.  
Constantino José Pavia: 172.  
Diogo de Sande: 172.  
Elias da Silva Carvalho: 176, 177.  
Emídio Viana: 172.  
Emilia Pires (D.): 186.  
Ernesto Leite de Vasconcelos (Dr.): 181.  
F. Tavares Proença Júnior: 353.  
Francisco das Dores Rosado: 155.  
Gregório dos Santos Carreto: 162.  
Inácia Coelho Perdigão Festas (D.): 194.  
Isidoro Henriques Ferreira Duque (Rev.<sup>do</sup>): 167.  
Ismael António da Costa: 188.  
João Cisneiros: 163.  
João José Tinoco: 155.  
João Rosado Perdigão: 192, 194.  
Joaquim Diogo Morte: 163.  
Joaquim Fontes (Dr.): 264.  
Joaquim José Alferes: 162.  
José Coelho Paiva: 165, 176.  
José Francisco Bugalho: 318.  
José Guilherme da Silva Carvalho: 185.

- José Veladas da Silveira Belo: 153, 168.  
José Vicente Ferreira (Dr.): 156.  
Junta de Paróquia de Terena: 167.  
Mano Alves: 187.  
Manuel Esteves (Rev.<sup>do</sup>): 162 e 174.  
Manuel Fernandes: 318.  
Manuel Inácio Belo: 153.  
Maria Joana Coelho Perdigão (D.): 194.  
Mariana de Sousa Rosado Belo (D.): 159, 176.  
P. Choffat: 342.  
Prior do Ervedal: 316.  
Rafael dos Santos Grincho: 155 e 172.  
Raúl de Albuquerque do Amaral Cardoso: 173.  
Ricardo O'Neill: 316.  
Tôrres de Carvalho: 181.  
Viscondessa de Rio Xêvora: 186.
- 

#### **Errata dêste volume**

*Mosaico de Oeiras:* a p. 142, lin. 9, onde se lê «preto» leia-se «parte». P. 368, lin. 8, onde se lê «muito pago» leia-se «muito mau pago».